ACTAS

DO

CONGRESSO HISTÓRICO DE PORTUGAL MEDIEVO

PROMOVIDO PELA

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

EM COLABORAÇÃO COM

A DELEGAÇÃO BRACARENSE DA SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL, A FACULDADE DE FILOSOFIA DE BRAGA E O CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO



TOMO II

NÚMERO ESPECIAL DA REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

BRACARA AUGUSTA

VOL. XVI-XVII JANEIRO-DEZEMBRO DE 1964 N.os 39-40 (51-52)

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

(CONTINUAÇÃO DE BRAGA — BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL)

VOLUME XVI-XVII — FASCÍCULOS 39-40 (51-52)

JANEIRO-DEZEMBRO DE 1964

Directores { DR. EGÍDIO AMORIM GUIMARÃES, Vereador do Pelouro da Cultura
DR SÉRGIO DA SILVA PINTO, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
CONSTANTINO RIBEIRO COELHO, Antigo Conservador do Arquivo Municipal

Redactores principais: CORONEL JOSÉ BAPTISTA BARREIROS e DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO

Colaboradores permanentes: ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA e DR FRANCISCO JOSÉ VELOSO

Serviços de Secretaria e da Secção «Arquivo Municipal» a cargo de
FRANCISCO PEREIRA DE BACELAR FERREIRA, Conservador do Arquivo

Serviço de Administração a cargo de JOSÉ HENRIQUE SOARES PEREIRA

Composição e impressão das Oficinas Gráficas da Livraria Cruz — Rua D. Diogo de Sousa — Braga

SUMÁRIO

Actas do Congresso Histórico de Portugal Medievo (2.ª parte)	1 a	428
Restauração de Portugal — Catálogo da Exposição Bibliográfica		430
Nota de abertura à conferência do Prof. Silva Rego	Coronel José Baptista Barreiros	444
Angústia e esperança da história	Prof. Silva Rego	454
Arquivo Municipal	Da Redacção	465
Efemérides Bracarenses	Da Redacção	475

ACTAS

DO

CONGRESSO HISTÓRICO DE PORTUGAL MEDIEVO

PROMOVIDO PELA

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

EM COLABORAÇÃO COM

A DELEGAÇÃO BRACARENSE DA SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL, A FACULDADE DE FILOSOFIA DE BRAGA E O CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO



TOMO II

NÚMERO ESPECIAL DA REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

BRACARA AUGUSTA

VOL. XVI-XVII JANEIRO-DEZEMBRO DE 1964 N.os 39-40 (51-52)

Nota conjunta do Secretariado do Congresso e da Direcção da revista «Bracara Augusta»

De comum acordo, a Secretaria Geral do Congresso Histórico de Portugal Medievo e a Direcção da revista «Bracara Augusta», o órgão cultural da Câmara Municipal de Braga, vem, desde o último tomo, vol. XIV-XV e como número especial, publicando as actas do memorável ajuntamento científico, realizado de 6 a 10 de Novembro de 1959.

Dada a extensão e valimento dos trabalhos no Congresso apresentados, constituiu, realmente, arrojo de muito mérito a iniciativa que a Direcção da revista «Bracara Augusta» tomou, aliás com a devida sanção do Presidente da Câmara, o saudoso e benemérito Dr. Francisco de Araújo Malheiro, de editar todas essas produções que, sem dúvida, são achega preciosa para os estudiosos e para o conhecimento da nossa Idade-Média, o mesmo é dizer, do átrio fecundo do nosso fluir histórico no tempo e no espaço. Arrojo de muito mérito, dizíamos, porque sem embargo de inúmeras diligências feitas pela Secretaria Geral do Congresso e muito boas vontades patenteadas nas altas esferas abordadas, não foi possível conseguir financiamento para tão vultuoso empreendimento editorial. Isto se anota para justificar a demora que tem havido nesta publicação das Actas e, ainda, para se exarar um novo reconhecimento à Edilidade Bracarense por haver dado a sua aprovação à ideia desta edição sem subsídios estranhos.

No número especial anterior deu-se à estampa a crónica do Congresso, o elenco das diversas comissões, o temário do Congresso, o seu programa geral e, de seguida, uma primeira série de trabalhos, por ordem onomástica dos autores.

No presente, se publica, pela mesma ordem onomástica, uma nova série de estudos com a qual se perfaz o 2.º tomo das Actas, ou seja o penúltimo previsto.

A Varonia do Infante D. Henrique o Navegador

Por Fernando A. de Sousa Coutinho

O autor apresentou uma comunicação dividida em duas partes: a primeira intitulada *Uma Varonia Milenária*, que já fora publicada pelo autor em 2.ª edição, cuja publicação se omite nestas actas, em virtude da sua divulgação; a segunda, intitulada *Varonia do Infante Dom Henrique, o Navegador*, é a que se publica a seguir:

PREÂMBULO

Esta comunicação tem por fim dar a conhecer os 23 ascendentes varões do Infante D. Henrique, o Navegador ou Infante de Sagres, como é distinguido na história, desde Lambert no ano 630, até ao Pai do Infante, o Rei D. João I da Dinastia de Aviz, em 1433.

Ela foi deduzida dum estudo intitulado «Uma Varonia Milenária», apresentado pelo autor no Congresso Histórico de Portugal Medievo.

Esta genealogia, pôde ser coligida graças a certas investigações dos Mestres de Linhagem, K. Glökner, alemão, e Levillain e M. Chaume, franceses, efectuadas a partir de 1936, e também graças à devotada cooperação directa do Barão Hervé Pinoteau, Presidente da Comissão de Heráldica Real do Instituto Internacional de Genealogia e Heráldica.

Considero-a de interesse histórico para o estudo das origens da nacionalidade, embora pela sua insuficiência na vastidão, ela não seja mais do que um esquema num plano de partida, que permitirá a outros ilustrar e ampliar pouco a pouco.

É esse o voto que formulei ao entregá-la no Congresso.

O autor

Era de Cristo

1) v/c 630 **Lambert,** (provàvelmente originário das margens do rio Meuse) talvez irmão de Robert, «Referendário» de Dagoberto I, (630) e tio dos Santos Lambert, Bispo de Lião, f. 690 e Robert, Bispo de Salzburgo, f. 717 e igualmente Tio de dois Roberts que foram Bispos de Paris e de Tours.

2) v/c 678 **Robert,** «intendente» do Palácio de Clovis II, «Chanceler» de Clotaire III, (658). c/ Doue, (?) (753), ou Detta.

3) v/c 706- 715 **Lambert,** tio de Santo Chrodegang, Bispo de Metz, ou Rutgang.

4) v/c 722- 764 **Robert I,** Duque em Hesbaye, Embaixador, Conde de Wormsgau e de Oberrheingau. c/ Williswinte (cª 730), fª do Conde Adalhelm, fundadora em 764, com s/fº Cancor, do Mosteiro de St. Nazaire de Lorsch.

5) v/c 767- 770 **Turimbert,** irmão do Conde Cancor.

6) v/c 770- 807 **Robert II,** Conde de Wormsgau e de Oberrheingau. c/ 1.ª/m Tietdrada, (766/7).
c/ 2.ª/m Isingarda (789).

7) v/c 812- 834 **Robert III,** Conde de Wormsgau, fº da 1.ª m, (?)/do Pai. c/ 829/34, Wialdruth, fª do Conde Hadrien, irmã da Rainha Hildegarda esposa de Charlemagne.

8) n/c 820-f. 866 **Robert (IV) le Fort,** fº do precedente, Conde nas margens do Rheno cerca de 837 (?). Passa para França em 852, foi Abade laico de Marmoutiers. Tronco dos Capetianos, foi Marquês contra os Bretões, Conde de Angers e de Tours, (capitais do Anjou e de Touraine), foi nomeado em 853 pelo Rei Carolingio, Carlos o Calvo, (840) membro da Assembleia de Servais, ou «Plaid» de Servais, f. na batalha de Brissarthe contra os Normandos. c/ Adelaide, (863/1), fª de Hugues le Méfiant, Conde de Tours da Casa de Alsácia.

9) n/c 866-f. 923 **Robert I,** Rei de França, (922-923) f. na batalha de Soissons, fº 2.º do precedente, irmão do 1.º Varão Eudes, n. 864, Marquês na França Oeste, Neustrie, conde de Paris, f. 898, proclamado Rei em 888 partilhou o poder Real (896) com Charles le Simple.

c/ 1.ª/m, Adele, mãe de Liégearde.
c/ 2.ª/m, Béatrice de Vermandois, (Carolingia) fª de Herbert I, Conde de Vermandois, este casamento efectuou-se cerca de 899.

10) n/c 900-f. 956 **Hugues le Grand,** Duque de França (Oeste, Neustrie), fº da 2.ª m do Pai.

c/ 1.ª/m Eadhilde, fª de Eduardo I Rei de Inglaterra, (cª 927).
c/ 2.ª/m Avoie de Saxe, fª do Rei da Germânia, Henri le Oiseleur, (cª 938).

11) n. 941-f. 996 **Hugues Capet,** Rei de França, (987) fº de Avoie de Saxe, 2.ª m do Pai.

c/ (cª 970) Adelaide de Poitou, fª de Guillaume III, Tête d'Etoupes, que se intitulava Duque de Aquitaine e era Conde de Poitiers e de Limoges.

12) n. 972-f. 1031 **Robert II,** (Le Pieux), Rei de França (996-1031).

c/ 1.ª/m (988) Rosala ou Suzanne de Provença, fª de Beranger, Rei de Itália, (do Norte) foi repudiada.
c/ 2.ª/m (996) s/prima, Berthe de Bourgogne, separada por imposição da Igreja.
c/ 3.ª/m (1002) Constance, fª de Guillaume, 1.º Conde de Arles, f. 1032.

13) v/c 1010-1075 **Robert,** (Le Vieux, fº da 3.ª/m do Pai, 1.º Duque de Bourgogne, (1032), irmão mais novo de Hugues de França, (n. 1007-f. 1026), s/g, e do Rei Henri I de França, (n. 1008-f. 1060) c/ Ana ou Agnés, (1031-1060) fª de Jaroslav, Duque da Rússia.

c/ 1.ª/m Alice ou Helie, fª de Damas I, Senhor de Sémur-en-Brionnais, (c/1033).
c/ 2.ª/m Hermengarda. (Desconhecida).

14) v/c 1050-1074 **Henri de Boúrgogne,** 2.º Varão, f. antes do Pai, irmão do 1.º Varão Hugues, f. s/g, ambos fºs da 1.ª/m do Pai, o 3.º Varão, Robert, e o 4.º Varão, Simon, foram da 2.ª/m do Pai.

c/ Sibylla, do Condado de Bourgogne, (?) presumìvelmente irmã do Conde Guilherme I, Pai de Raimundo Borel, Conde de Barcelona, que veio para a Península Ibérica, ou sem dúvida, s/próxima parenta, (tema de controvérsia).

15) v/c 1072-1114 **D. Henrique de Bourgogne,** 1.º Conde de Portugal, (1095) 4.º Varão, irmão de Hugo, 1.º Varão, 2.º Duque de Bourgogne, f. 1079, de Eudes I, 2.º Varão, 3.º Duque de Bourgogne, f. 1102, e de Robert, 3.º Varão.

c/ (1095) D. Thereza, f. 1130, fª nat. do Rei de Leão e Castela, D. Affonso VI e de Dona Ximena Nunes, ou Muniones.

16) n. 1111-f. 1185 **Dom Affonço Henriques,** fº do precedente, 1.º Rei de Portugal, Tio avô, por s/irmã, D. Sancha Affonço, do Conde Dom Mendo de Souza, «O Souzão» e Pai da Infanta D. Thereza c/ (1184) com Philipe de Alsácia, «O Grande», Conde da Flandres.

c/ Mathilde ou Mafalda Mahaut, f. 1157, fª do Conde de Maurianna e Saboia, Amadeu II.

17) n. 1154-f. 1221 **Dom Sancho I,** 2.º Rei de Portugal, Pai do Infante D. Fernando c/ (1211) condessa Joana fª de Balduino IX, Conde da Flandres e de Henant, Imperador de Constantinopla.

c/ D. Dulce, f. 1198, fª de Raimundo de Berenguer, Príncipe de Aragão, irmã de D. Affonso II, Conde de Barcelona.

18) n. 1187-f. 1223 **Dom Affonço II,** 3.º Rei de Portugal.

c/ (1209) D. Urraca, f. 1220, fª de Afonso VIII, Rei de Castela e irmã de Blanche de Castille, Rainha de França.

19) n. 1213-f. 1279 **D. Affonso III,** 5.º Rei de Portugal, irmão de D. Sancho II, Rei que o precedeu (n. 1210-f. 1248) primo direito de S. Luís, Rei de França, (1226) e Pai de El Rey D. Deniz. (Vidé apêndice: Os filhos de D. Affonço III).

c/ 1.ª/m (1235) Mathilde ou Mahaut de Dammartin, f. 1261 em Boulogne, viúva herdeira do Condado de Boulogne. Condessa de Boulogne, viúva de Philipe de Hurepel, f. 1234, irmão do Rei de França, Luís VIII, e fª de Renaud de Dammartin e de Ida.

c/ 2.ª/m (1253), legitimado em 1262, D. Beatriz, f. 1303, fª natural de D. Affonso X, «O Sábio», Rei de Castela e de Mathilde Guilhen Gusman.

20) n. 1261-f. 1325 **D. Deniz,** f° da 2.ª m do Pai, 6.º Rei de Portugal. c/ (1281) D. Isabel de Aragão, (Rainha Santa) f. 1313, fª de Pedro III de Aragão e de s/m D. Constança, fª do Rei de Nápoles e Sicília.

21) n. 1290-f. 1357 **D. Afonso IV,** 7.º Rei de Portugal. c/ D. Brites ou D. Beatriz de Castela (n. 1293) fª de D. Sancho IV de Castela.

22) n. 1320-f. 1367 **D. Pedro I,** 8.º Rei de Portugal. t/ Thereza Lourenço, fª de Lourenço Martins, (chamado da Praça), mais tarde nomeado Vedor do Rei.

23) n. 1357-f. 1433 **D. João I,** 10.º Rei de Portugal, 1.º da Dinastia de Aviz. c/ (1387) D. Filipa de Lencastre, fª do Duque de Lencastre.

24) n. 1388-f. idem **D. Branca.**

n. 1390-f. 1400 **D. Afonso.**

n. 1391-f. 1438 **D. Duarte.**

n. 1392-f. **D. Pedro.**

n. 1394-f. 1460 D. HENRIQUE, O NAVEGADOR.

n. 1397-f. **D. Isabel.**

n. 1400-f. **D. João.**

n. 1402-f. **D. Fernando.**

Problemas à volta da pintura a fresco

Por João Rodrigues da Silva Couto

Um dia, num denso volume sobre história da Arte, publicado em Espanha, a alguém coube escrever um artigo sobre uma embarcação de alto bordo, de época relativamente recente. O articulista, de saber profundo e muita facilidade no tratamento da matéria, iniciou o seu trabalho pela descrição do primeiro barco que o homem primitivo utilizara, cavando-o num tronco de árvore. E tudo o mais se seguia com o maior aparato de saber.

Parece-me que os tempos não vão para apregoar tão avantajadas amostras de erudição e, hoje, é muito mais aceitável entrar-se decididamente no assunto que nos propomos tratar.

É possível que, em livro da especialidade, pessoas de boa vontade, mais ou menos eruditas, se tenham ocupado do fresco em Portugal.

Mas, não há dúvida que cabe a Virgílio Correia o mérito de ter posto, pela primeira vez, o problema com clareza e rigor científico, ocupando-se dos revestimentos picturais das igrejas antigas de Portugal.

Foi a partir de Virgílio Correia que obtivemos a certeza de que as paredes dos nossos templos, românicos e post-românicos, eram pintadas. Essa pintura era realizada seguindo-se a técnica do fresco e os assuntos ilustravam os passos mais comuns do Novo Testamento.

Tal procedimento era inteiramente lógico, pois não só as grandes superfícies murais pediam essa ilustração, mas ainda aos crentes era grato acompanhar, pela imagem, as lições contidas nos ofícios.

Não compreendo como nos templos modernos, em que as circunstâncias são idênticas, os artistas pintores não são chamados, como sucedia com os seus parceiros da idade média, para nos darem belas visões da espiritualidade cristã.

Depois do grito de Virgílio Correia e porque prosseguia o trabalho tão louvável do restauro dos templos antigos, a Direcção Geral dos Edifí-

cios e Monumentos Nacionais continuou a estar atenta a esses belos monumentos e empreendeu a sua salvação.

Daí resultou o trabalho a que se refere o Boletim n.º 10 daquela Direcção-Geral, de Dezembro de 1937.

Vejamos sumàriamente quais são até hoje os templos possuidores de frescos, descobertos e já descritos.

Do livro de Virgílio Correia:

Igreja de São Cristóvão de Coimbra; Igreja de São Tiago de Coimbra; Igreja Paroquial de São Martinho de Mouros; Capela de João Domingues, Arcos de Valdevez; Capela de São Simão, Arcos de Valdevez; Convento da Carnota, Alemquer; Capela do Palácio de Sintra; Igreja dos Templários, Tomar; [Igreja de São Francisco do Porto]; Igreja Paroquial de Barcos; [São Miguel de Escamarão]; Igreja de N.ª S.ª da Azinheira, Outeiro Seco; [Igreja de Travanca]; Igreja Paroquial da Reigada; Igrejas de Ega; de Meda; Igreja de Santa Maria, Alcácer do Sal; Igreja de N.ª S.ª dos Mártires, Alcácer do Sal; Igreja Paroquial e Capela de Santa Luzia, Garvão; Igreja Paroquial, Castro Verde; Igreja Paroqual, Vila Nova de Foz-Coa; Igrejas de Muxagata, de Mogadouro e de Penas Roias; São Martinho de Peso, de Jejua; Igreja de Santa Maria-a-Grande, Portalegre; Pinheiro de Azere, Puços e Touro; Casével e S. Pedro de Alvioveira, Tomar.

O n.º 10 do Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais cita, além dos frescos referidos no livro de Virgílio Correia, mais os seguintes:

Igreja de Taboado; Igreja de Valadares (Baião); Senhora de Guadalupe (Vila Real); Igreja de Malhadas; Igreja de Numão e Anciães; Igreja de Lalim; Igreja de Quintela de Lampaços; Claustro Real do Mosteiro da Batalha; Torre de Santa Cruz de Coimbra; Capela da Glória, da Sé de Braga; Igreja de Bravães; Igreja de Gatão.

Depois de 1937 muito mais trabalho foi empreendido, cujos resultados estão, em parte, patentes na exposição que se mostra no Museu Nacional de Arte Antiga (1).

(1) Museu Nacional de Arte Antiga — XXI Exposição Temporária — «Frescos Deslocados» — Catálogo — Lisboa, 1959.

Isto é uma promessa digna da maior atenção, se pensarmos que à nossa pintura quatrocentista faltam seus clássicos antecedentes: — iluminados, vitrais e frescos, e que, em resultado de tal colheita, se podem avaliar os elementos que, porventura, existam e ainda nos faltam.

Pois bem se tem visto que, sob camadas das pinturas de quinhentos e de seiscentos, outras vão aparecendo mais remotas.

Estamos, portanto, diante dum problema prometedor, de grande delicadeza e, porventura, de incalculável projecção.

A partir de certa altura, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, consciente da importância do material que ia surgindo, pensou na salvação e, também, na deslocação dos frescos.

O problema foi examinado sob várias facetas e investigou-se o que no estrangeiro se fazia de melhor.

A técnica dos italianos, país rico de coberturas murais, foi seguida.

Deslocaram-se frescos que, transportados para suportes de tela ou de cimento, foram recolhidos nos museus, em especial no de Lisboa e no do Porto.

Mas o emprego da técnica italiana começou a sofrer reparos. Breve se chegou à conclusão que os suportes de tela não eram os mais adequados.

Nós mesmo tivemos a prova do facto, quando examinámos no Instituto Central do Restauro, de Roma, os frescos transportados das sepulturas etruscas de Tarquinia.

Os suportes de tela são sensíveis às alterações da temperatura e o próprio Instituto Central do Restauro, de Roma, a partir de certa data, começou a aplicar esticadores de metal que mantinham os suportes tensos (²).

A solução como é óbvio não era de aceitar.

Foi no ano de 1952, durante a quinta reunião do Restauro, de Lisboa, que o nosso colaborador, Pintor Abel de Moura, propôs a utilização dum suporte rígido, formado por placas de mazonite e um recheio de dufaylite.

Este processo apresentado na exposição do mesmo ano e mostrado aos especialistas que acorreram à reunião de Lisboa, mereceu larga apreciação na qual interveio, sobretudo, o Director do mencionado instituto de Roma, Prof. Cesare Brandi.

Temos hoje para nós que o processo mais aperfeiçoado do nosso colaborador Abel de Moura é de aceitar e de seguir. O resultado pode apre-

(²) Boletim do Instituto do Restauro.

ciar-se na referida exposição «Frescos Deslocados» ainda patente do Museu Nacional de Arte Antiga.

Não merece dúvida que os frescos que recobrem as paredes das Igrejas húmidas ou salitrosas, carecem de ser deslocados quanto antes.

Mas essa deslocação acarreta um grave problema; o de saber se o fresco destacado e transportado para novo suporte, deve ou não voltar para o edifício a que pertencia.

As opiniões divergem. O problema não pode ser solucionado sem um profundo estudo.

Se, beneficiada a Igreja onde estavam os frescos, as paredes voltarem a dar garantias de impermeabilidade tal que permitam a conservação das peças, é lícito admitir o seu transporte para o local de origem.

Mas é defensável ir colocar os frescos em templos rurais situados em regiões pouco habitadas, onde não podem ser vistos pelas pessoas que por eles mais se interessam?

Aqui se levanta um problema que tem de ser ràpidamente encarado:

Têm realmente os frescos aparecidos nas nossas igrejas rurais (não me refiro aos dos grandes templos, como, por exemplo, a Sé de Braga), grande merecimento artístico?

Os frescos aparecidos em Portugal são de pintores secundários e é raro aquele que apresenta composição lógica e monumental.

Muitas vezes os assuntos são tratados de maneira popular, como, por exemplo, no de Trevões ou, quando mais eruditos, tal a «Anunciação» de Serzedelo ou os «Santos» de Font'Arcada, são de flagrante inspiração flamenga ou italiana, mais ou menos pobremente interpretada.

Seja como for, todos têm para nós uma importância capital, quer porque respondem perfeitamente ao saber e às exigências da arte dos períodos a que correspondem, quer porque podem dar grandes ensinamentos para a compreensão da pintura de épocas posteriores.

Não é intenção deste trabalho estudar o valor dos frescos portugueses nem o seu significado. Pretendeu-se apenas chamar a atenção de todos os que se interessam pelos problemas de arte para um que é de transcendente importância no panorama da evolução da pintura em Portugal.

Lisboa, Setembro de 1959.

Remarques sur l'architecture cistercienne au Portugal

Par René Crozet

Les conditions historiques dans lesquelles les disciples de saint Bernard se sont établis, dans le cours du XIIème siècle et au commencement du XIIIème, dans le jeune royaume de Portugal, né de la reconquête sur l'Islam, expliquent, dans une certaine mesure, les particularités que présente l'architecture de leurs édifices, qu'on étudie ceux-ci dans leur ensemble ou qu'on examine de plus près les détails de leur exécution.

Les remarques qui vont suivre ont pour objet, non seulement de présenter quelques-unes de ces particularités, mais aussi de discuter, dans certains cas, les interprétations qui en ont été données. Elles seront exposées en trois groupes concernant les points suivants:

a) les survivances structurales et ornementales romanes.

b) les influences diverses qui ont été décelées dans un certain nombre d'édifices cisterciens portugais.

c) l'originalité et la diversité des applications de la voûte d'ogives.

a) *Survivances structurales et ornementales romanes.*

D'une manière générale, l'architecture cistercienne s'est développée au XII ème siècle à une époque où les procédés de construction et de décoration traversaient une phase d'évolution accélérée. Les formes dites romanes étaient encore un peu partout en grand honneur; cependant, l'invention, la diffusion et l'utilisation de la voûte sur croisée d'ogives annonçaient les proches épanouissements de l'architecture gothique. Les constructeurs des édifices cisterciens ont été les contemporains et, pour une large part, les éléments moteurs de cette évolution. On a été surtout frappé par le fait qu'ils avaient, dans bien des cas, adopté très tôt la voûte sur croisée d'ogives; en outre, compte tenu de l'expansion de l'ordre dans les diverses parties du monde chrétien latin, ils ont puissamment contri-

bué à sa diffusion et à son perfectionnement.Sans doute; mais il est non moins exact que beaucoup d'édifices cisterciens de la première moitié et du milieu du XIIème siècle sont encore profondément engagés dans les traditions romanes et ceci d'autant plus qu'on se trouve parfois en présence d'anciennes abbayes ou d'ermitages tardivement affiliés à la règle de Citeaux. On en arrive ainsi, en parfait accord avec des remarques déjà formulées par Aarão de Lacerda, historien de l'art portugais, et qui viennent d'être reprises par M. J. A. Schmoll gen. Eisenwerth, à considérer qu'il existe une architecture romano-cistercienne et une architecture gothico-cistercienne qui, parfois, coexistent dans le même ensemble monastique (1).

Cette remarque peut s'appliquer à plusieurs édifices cisterciens portugais. C'est le cas pour São João de Tarouca (Fig. 1) dont la date de fondation a été diversement évaluée suivant les auteurs qui la placent soit vers 1122-1125, soit vers 1138-1140. La construction de l'église daterait desenvirons de 1152. Comme l'abbatiale bourguignonne de Fontenay dont elle procède visiblement, elle appartient à l'architecture dite romano-cistercienne, en particulier par l'emploi des voûtes en berceau brisé dans le sens longitudinal sur la nef, transversalement sur les bas-côtés. Le triple vaisseau n'est éclairé que par les collatéraux. L'aspect extérieur, commandé par cette structure interne, est remarquable par l'absence d'élan vertical; la chapelle rectangulaire qui s'ouvre sur le bras sud du transept est éclairée par une fenêtre dont le cintre est évidé dans une dalle rectangulaire, pratique archaïque en usage un peu partout dès avant la période romane (2).

A peu près contemporaine, l'église de l'abbaye de Salzedas semble plus engagée encore dans les traditions romanes. On en serait plus assuré si le plan du sanctuaire était mieux connu; ce plan aurait comporté une abside en hémicycle comprise entre deux groupes de deux absidioles alignées sur les bras du transept. Par ailleurs, l'emploi des voûtes en berceau plein cintre, longitudinales sur la nef, transversales sur les collatéraux est visiblement un héritage roman (Fig. 2); là où ils ont été dégagés des placages baroques, les piliers laissent voir des faisceaux de colonnes soudées entre elles et des chapiteaux sans décor comme il en existe, en France, un certain nombre dans les pays aquitains, particulièrement dans

(1) AARÃO DE LACERDA, *História de arte em Portugal*, t. I, Porto, 1942, p. 336-354; J. A. SCHMOLL GEN EISENWERTH, *Zisterzienser-Romanik, dans Formositas romanica*, Mélanges Joseph Gantner, Frauenfeld, 1958, p. 153-180.

(2) ARTUR DE GUSMÃO, *A expansão da arquitectura borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal*, Lisbonne, 1956, p. 335 et suiv., et p. I, II et III.

les abbayes de chanoines réguliers de Saint-Augustin; mieux encore, le chevet d'une absidiole laisse voir une fenêtre en arc légèrement brisé et un contrefort-colonne, l'une et l'autre d'allure incontestablement romane (Fig. 3). Enfin les bases des colonnes engagées comportent un gros tore doté de courtes griffes; les plinthes de ces bases sont ornées d'entrelacs nattés directement hérités de l'art pré-roman (3).

Plus engagés dans l'architecture gothico-cistercienne, la célèbre abbatiale d'Alcobaça n'est cependant pas dépourvue de réminiscences romanes. Celles-ci sont surtout perceptibles dans l'ordonnance extérieure. Le dispositif intérieur sur lequel nous reviendrons et qui implique l'épaulement de la voûte de la nef par celles des collatéraux et, par conséquent, la toiture unique, détermine un volume architectural compact, sans arcs-boutants et sans grandes articulations autres que les contreforts qui soulignent, au dehors, les travées (Fig. 4); l'éclairage par des ouvertures en plein cintre, de dimensions relativement réduites, contribue à cette impression d'ensemble. On objectera que le chevet présente, lui, des arcs-boutants; mais l'accord sur leur date n'est pas parfaitement établi et certains auteurs estiment qu'ils ont pu être ajoutés après coup; cette opinion s'appuie sur le fait que leur appareillage est en discordance avec celui des contreforts contre lesquels ils s'appuient (Fig. 5) (4).

D'autres détails peuvent encore être notés; dans la galerie orientale du grand cloître, une porte est ornée de bâtons brisés ou chevrons qui appartiennent encore à la grammaire ornementale romane. Un certain nombre de chapiteaux des baies de la salle capitulaire ou du cloître, décorés de réseaux d'entrelacs imitant la vannerie ou de chimères á écailles (5), sont également dans la tradition romane vigoureusement combattue, en ce qui concerne les monstres, par saint Bernard. Enfin, la structure archi-

---

(3) *Ibid.*, p. 335, 348 et suiv. et pl. IV et V; article Salzedas, dans la Grande Enciclopedia Portuguesa e Brasileira.

(4) J. VIEIRA NATIVIDADE, *O mosteiro de Alcobaça*, Porto, 1937 (A arte em Portugal) ne pose pas le problème; de même, AARÃO DE LACERDA, *op. cit.*, et ARTUR DE GUSMÃO, *A real abadia de Alcobaça, Estudo histórico arqueológico*, Lisbonne, 1948; par contre MÁRIO T. CHICÓ et MÁRIO NOVAIS, *A arquitectura gotica em Portugal*, s. l., 1954, p. 42, estiment que les arcs-boutants sont postérieurs à l'édification du sauctuaire; la photographie qu'ils en donnent, p. 11, semble bien indiquer, en effet, que ces arcs-boutants ont été appliqués après coup contre les contreforts avec lesquels ils sont en discordance d'appareillage.

(5) ERNESTO KORRIDI, *Alcobaça, Estudo historico, archeológico e arttistico*, Porto, 1929 (Monumentos de Portugal, n.° 4).

tecturale du lavabo du cloître révèle la persistance de l'emploi des trompes d'angle (Fig. 6).

b) *Parentés et influences.*

Nous n'insisterons pas longuement sur l'évidence de certaines parentés qui relient les églises cisterciennes portugaises avec d'autres églises de l'ordre. Ce sont, en particulier, des similitudes de plans. Celui de São João de Tarouca avec un sanctuaire rectangulaire flanqué d'une chapelle carrée sur chaque bras du transept est comparable à celui d'Apatfalva (Hongrie), de la Bussière, de Notre-Dame du Lys (France) (6); il est reflété par celui de Santa Maria de Aguiar dont certains auteurs disent qu'elle était fille de São João de Tarouca tandis que d'autres la disent fille de Morerruela (Espagne) (7). Si la restitution du plan de Salzedas est exacte, des rapprochements s'imposent avec les abbatiales cisterciennes françaises de Flaran, de Belaigue et d'Aiguebelle (8). Tout le monde sait, enfin, que le plan d'Alcobaça procède de celui de Clairvaux dont la grande abbaye portugaise était la fille directe. Toutefois, entre les deux églises, les similitudes de plan ne sont pas absolues; les différences, à vrai dire légères, portent sur la manière dont le mur polygonal qui ceinture les chapelles rayonnantes de l'abside se rattache aux murs qui forment la face orientale des chapelles du transept; elles concernent surtout le fait qu'Alcobaça présent des contreforts soulignant la séparation des chapelles rayonnantes tandis qu'il n'y en avait pas à Clairvaux (9). D'autre part, la nef de Clair-

(6) ARTUR DE GUSMÃO, *A expansão...*, p. 335, fig. 2; MARCEL AUBERT, *L'architecture cistercienne en France*, Paris, 1943; FR. M. ANSELME DIMIER, *Recueil de plans d'églises cisterciennes*, t. III, Paris, 1949, pl. 11, 58, 181.

(7) ARTUR DE GUSMÃO, *A expansão...*, p. 335, fig. 3; R. TRILHE, AGUIAR *dans le Dict. d'histoire et de géographie; ecclésiastiques;* Moruela avait un déambulatoire à chapelles rayonnantes saillantes; Fr. M. ANSELME DIMIER, *op. cit.*, pl. 202.

(8) ARTUR DE GUSMÃO, *A expansão...*, p. 335, fig. 1, p. 348 et suiv.; FR. M. ANSELME DIMIER, *op. cit.*, pl. 113, 30 et 5; c'était aussi le plan de l'abbaye bénédictine de la Grainetière, en Bas-Poitou; R. CROZET, *L'art roman en Poitou*, Paris, 1948, p. 90.

(9) Il semble que la solution la plus homogène et la plus harmonieuse du déambulatoire à chapelles non saillantes ait été réalisée à Charlieu (Haute-Saône) où le mur de clôture de ces chapelles venait s'appliquer sur la face orientale du transept juste au droit des murs cloisons séparant les chapelles rectangulaires alignées; FR. M. ANSELME DIMIER, *Origine des déambulatoires à chapelles rayonnantes non saillantes*, dans le Bull. Monumental, 1957, p. 23-33.

vaux comptait dix travées; celle d'Alcobaça, en contient douze. Pour en terminer avec ces particularités de plans, notons que celui de Santa Maria de Fiaes caractérisé par un transept non saillant s'éloigne assez nettement des habitudes cisterciennes, généralement fidèles au plan cruciforme. Cependant, on pourrait le rapprocher de celui de Cam (Allemagne), d'Iranzu (Espanhe), de Roskilde (Danemark) ou de Valvisciolo (Italie) (10).

Les archéologues ont, toutefois, une tendance excessive à se contenter de conclusions fondées sur la comparaison des plans. Les dispositions structurales comptent au moins pour autant. Il est important de noter que, contrairement aux habitudes les plus fréquentes de l'ordre, plusieurs églises cisterciennes portugaises, Aguiar, Bouro, Fiaes, n'étaient pas voûtées, au moins à l'origine (11). En second lieu, s'il y a d'évidentes ressemblances générales entre l'abbatiale portugaise de São João de Tarouca et l'abbatiale bourguignonne de Fontenay, les différences de détail ne manquent pas. Elles portent sur les proportions, sur la structure des piliers, sur la manière dont sont portés les doubleaux de la voûte en berceau de la nef et, dans la mesure où on peut en juger aujourd'hui, sur la répartition des baies dans le sanctuaire et dans la façade occidentale. Ces différences ayant déjà été analysées par Artur de Gusmão, nous ne nous y attarderons pas (12).

Nous nous attacherons davantage, par contre, à discuter les opinions émises jusqu'ici à propos de l'abbatiale d'Alcobaça. Si les parentés de plan avec Clairvaux sont, malgré les nuances soulignées ci-dessus, indiscutables, il y avait, en élévation, entre les deux édifices, une différence radicale. D'après les gravures de Dom Milley qui donnent des vues cavalières de l'abbaye en 1708, l'église abbatiale de Clairvaux avait des arcs-boutants qui enjambaient les toitures en appentis des collatéraux (13); la nef était donc directement éclairée. Celle d'Alcobaça ne l'est pas; elle ne reçoit le jour que par les collatéraux et par la façade et ceci en dépit de l'emploi systématiques des voûtes d'ogives; malgré cela, l'architecte à qui on doit cet ouvrage grandiose n'a pas poussé très loin les conséquences de ce type de voûte; n'utilisant pas l'arc-boutant, il a adopté la formule dite de l'église-

(10) ARTUR DE GUSMÃO, *A expansão...*, p. 335, fig. 4 et p. 358; FR. M. ANSELME DIMIER, *Recueil de plans...*, pl. 62, 157, 252, 308.

(11) ARTUR DE GUSMÃO, *A expansão...*, p. 338 et 358.

(12) *Ibid.*, p. 345 et suiv.

(13) Ces gravures sont reproduites par MARCEL AUBERT, *op. cit.*, t. I, p. 3 et 9 et l'une d'elles par ARTUR DE GUSMÃO, *A real abadia...*, p. 67.

-halle. En constatant ce fait, plusiers archéologues l'ont accompagné de commentaires très contestables. A leurs yeux, la formule de l'église-halle ne peut s'expliquer que par des influences venues de l'Ouest de la France, en particuler du Poitou, comme si, seules, ces régions en avaient pratiqué l'usage. Parmi les premiers, Camille Enlart a exprimé cette opinion, allant jusqu'à proposer des rapprochements avec la cathédrale Saint-Pierre de Poitiers et avec l'église tourangelle de Candes qui appartiennent, l'une et l'autre, au style gothique angevin (14). Marcel Dieulafoy, un peu plus tard, reprend des opinions identiques en ajoutant une comparaison avec Saint-Laurent de Parthenay, église disparate, tout à fait hors de cause dans la circonstance (15). Eugène Lefèvre-Pontalis revient, en 1922, sur une comparaison avec la cathédrale de Poitiers (16). Sans être aussi formel, Elie Lambert insiste sur les rapprochements qui peuvent être tentés avec l'art des provinces des Plantagenets ou de l'Aquitaine (17).

Il suffit de confronter des images de la nef d'Alcobaça (Fig. 7) avec celles de Saint-Pierre de Poitiers ou de Candes pour être frappé par les différences considérables qui séparent le premier édifice des deux autres; d'une part, la perspective impressionnante formée par l'alignement des piliers relativement très rapprochés les uns des autres, en fonction de travées barlongues, très développés dans le sens de la longueur de la nef, pareils à un mur discontinu qui ne dégage que médiocrement les vues latérales; d'autre part, des piliers aussi élancés que possible, distants les uns des autres en fonction de travées carrées, ménageant de larges vues vers les collatéraux; d'une part, à Alcobaça, une architecture monastique visant à la sévérité et à la pénombre; d'autre part à Poitiers et à Candes (Fig. 8),

---

(14) CAMILLE ENLART, *L'architecture gothique du XIIIème siècle, Espagne et Portugal*, dans ANDRÉ MICHEL, *Histoire de l'art*, t. II, 1ère partie, Paris, 1906, p. 107; le même auteur qualifie, p. 109, la voûte de l'abride de voûte en cul-de-four à nervures, ce qui est manifestement inexact.

(15) MARCEL DIEULAFOY, *Espagne et Portugal*, (Ars Una), Paris, s. d., p. 323.

(16) EUGÈNE LEFÈVRE-PONTALIS, *Les nefs sans fenêtres dans les églises romanes et gothiques*, dans le Bull. Monumental, 1922, p. 286.

(17) ELIE LAMBERT, *L'art gothique en Espagne aux XII^e et XIII^e siècles*, Paris, 1931; *id., L'art portugais*, dans les Annales de l'Université de Paris, 1948, réimprimé dans Etudes médiévales, t. III, Toulouse et Paris, 1956, p. 249-259; id., *Les grands monastères portugais*, dans le Bull. des Etudes portugaises et de l'Institut français au Portugal, 1953, réimprimé, ibid., p. 267-292; ces idées ont été reprises par l'auteur de l'important article consacré à Alcobaça dans la Grande Enciclopedia Portuguesa e Brasileira.

une architecture élancée, claire, un peu maigre de lignes, en particulier à Candes, dégageant largement l'air et la lumière, mieux adaptée à la vie séculière et sans lieu avec la vie monacale. Qu'il suffise donc de constater qu'Alcobaça fournit, avec des proportions inusitées, un exemple d'église cistercienne sans éclairage direct de la nef; il en existe un assez grand nombre d'autres; mais ce sont, en général, des églises voûtées en berceau (18); utilisant avec maîtrise la voûte d'ogives, le maître de l'oeuvre, pour des raisons qui nous échappent, n'en a pas tiré tout le parti possible.

D'autres jugements ont été également portés quant à l'élévation intérieure, particulièrement celle du choeur. Pour Elie Lambert, l'abside d'Alcobaça ressemblerait à celle de la cathédrale de Laon «telle que le chevet de celle-ci s'élevait à l'origine avant l'allongement de son choeur actuel» (19). Il ne nous paraît pas possible d'admettre cette interprétation, bien qu'elle ait été reprise depuis par les spécialistes de l'architecture gothique portugaise (20). Nous en donnerons deux raisons; la première est qu'il nous paraît imprudent de proposer une comparaison avec une partie de la cathédrale de Laon démolie depuis le commencement du XIIIème siècle et que nous sommes condamnés, de ce fait, à fort mal connaître; (21) la seconde est que les parties du choeur de Laon qui ont survécu à cette démolition, à savoir les trois travées occidentales, présentent une ordonnance à quatre étages, arcades, tribunes, triforium, fenêtres hautes et, au surplus, des voûtes sexpartites; rien de semblable ne se retrouve ni dans l'élévation ni dans le voûtement du choeur et de l'abside d'Alcobaça; l'abside comporte seulement les arcades et deux ordres superposés de fenêtres très inégales en hauteur. Il nous paraît, en outre, impossible d'assimiler, à une église à tribunes et à triforium, une église quie ne présente aucun de ces deux éléments. Tout au plus, pourrait-on invoquer, au profit des influences qu'Alcobaça aurait reçues de l'Ile-de-France et des régions voisines, l'emploi des colonnettes bagués qu'on observe dans l'abside de l'église et dans le lavabo du coloître. Les rapprochements proposés par Artur de Gusmão avec les abbatiales italiennes de Casamari et de Fossanova portent surtout sur la présence, entre les arcades et les grandes fenêtres, d'un ordre de petites baies qui jouent le rôle de baies

(18) MARCEL AUBERT, *op. cit.*, t. I, p. 296 et suiv.

(19) ELIE LAMBERT, *Les grands monastères portugais...*, p. 273.

(20) MÁRIO T CHICO et MÁRIO NOVAIS, *op. cit.*, p. 42.

(21) LUCIEN BROCHE, *La cathédrale de Laon*, Paris, 1926 (Petites monographies des grands édifices de la France); ELIE LAMBERT, *La cathédrale de Laon*, dans la Gazette des Beaux-Arts, 1926, p. 361-384.

d'aération. On les retrouve dans les bras du transept d'Alcobaça; dans l'abside, elles s'ouvrent sur le dehors et elles contribuent à l'éclairage de l'édifice, constituant ainsi une particularité originale et peu répandue dans l'architecture de l'ordre.

c) *Applications de la voûte d'ogives.*

Nos dernières remarques porteront sur les manières multiples dont la voûte à croisée d'ogives a été appliqués sur les monuments cisterciens portugais. On se trouve en présence de solutions diverses; elles se ramènent plus ou moins à un parti assez systématique qui consiste à donner, aux éléments de soutien de ces voûtes, une certaine indépendance par rapport aux murs ou aux piliers. A vrai dire, cette remarque est déjà valable pour l'abbatiale São João de Tarouca, encore engagée dans les traditions romanes. Les doubleaux de la voûte en berceau brisé de la nef sont portés par des encorbellements taillés en large biseau placés dans les écoinçons qui séparent les grands arcs brisés correspondant aux berceaux transversaux des collatéraux. (22) Il y a là une différence notable avec l'abbatiale de Fontenay dont São João de Tarouca se rapproche sur d'autres points, mais où des pilastres surmontés de colonnes engagées montent au long des piliers et des murs jusqu'à la naissance des doubleaux et de la voûte. Dans le collatéral sud d'Aguiar (Fig. 9), les voûtes d'ogives sont portées par des culs-de-lampe en forme de pyramide renversée ou ornés de feuillages; mais on observera que ce support soutient essentiellement les doubleaux; les nervures en diagonale sont placées assez gauchement dans le retrait formé par la forte saillie du doubleau. Comme on peut leviner, l'église et les bâtiments conventuels d'Alcobaça présentent une grande diversité d'applications de la voûte d'ogives assez étroitement comparables à celles qu'on observe dans la plupart des créations cisterciennes, culs-de-lampe en forme de pyramide renversée, tronçons de colonnettes portés par des consoles ou effilés en pointe (Figs. 10, 11, 12 et 13). Les uns et les autres répondent au parti souligné ci-dessus; mais l'église donne lieu à des remarques de portée plus générale. Les piliers du carré du transept, du choeur et des travées orientales de la nef sont les seuls à comporter, dans les retraits de leur section cruciforme, des colonnettes qui, montant de fond, vont porter, par un chapiteau placé en biais, les nervures lancées en diagonale sur les travées; on se trouve ainsi en présence d'une adapta-

(22) ARTUR DE GUSMÃO, *A expansão...*, pl. I.

tion logique de la structure des divers éléments du pilier aux fonctions que celui-ci doit assumer. Ailleurs, dans les bras du transept et dans les travées occidentales de la nef, on constate des solutions qui répondent mieux au principe initial. La plus fréquente consiste à ne construire, sur les faces principales d'un pilier cruciforme de section carrée ou rectangulaire, que les colonnes engagées porteuses des doubleaux; encore, est-il fréquent que ces colonnes, au lieu de monter de fond, soient soutenues, à des hauteurs variables, par une console moulurée ou taillée en biseau ou qu'elles se terminent par un effilement conique (Fig. 14). Les retraits du noyau cruciforme sont laissés vides jusqu'en haut ou se trouve un petit congé conique surmonté d'un tailloir placé en biais qui porte la nervure diagonale (Fig. 15). Dans les bras du transept, au moins sur la face orientale, les nervures sont assises, par l'intermédiaire d'une moulure, sur l'arête des dosserets des colonnes engagées porteuses de doubleaux; à l'extrémité du bras nord, elles portent sur la faible saillie d'un pilastre qui monte de fond dans l'angle des deux murs. Dans le déambulatoire, elles prennent simplement naissance sur l'arête formée par la rencontre des parois des chapelles et des portions du mur qui les séparent (Fig. 16). Soulignons tout d'abord que ces variantes s'accommodent mal des interprétations faciles selon lesquelles l'abbatiale aurait été construite d'un seul jet en 1222 ([22]). D'autre part, on a longtemps pensé que les procédés cisterciens qui consistent à ne pas toujours concevoir un élément de soutien de voûtes d'ogives en fonction des diverses charges qu'il a à supporter prouvaient que beaucoup d'édifices n'avaient pas été conçus, dès l'origine, pour recevoir des voûtes à nervures; celles-ci procéderaient, en quelque sorte, de repentirs adoptés en cours de construction. On admettra difficilement que les maîtres d'oeuvre aient entrepris l'édification de tels monuments sans savoir comment ils les voûteraient. D'autre part, Alcobaça nous montre que dans les parties centrales de l'église dont rien ne démontre qu'elles sont plus récentes que les parties occidentales, on savait construire des piliers que nous appellerions volontiers rationnels quitte à en élever, plus tard, d'autres qui l'étaient moins.

En conclusion, ces remarques sur l'architecture cistercienne au Portugal nous conduisent à relever beaucoup d'affinités d'ensemble ou de détail avec les autres productions de l'ordre fondé par saint Bernard. Nous avons tenté toutefois d'en préciser, sur certains points, l'originalité. Comme on pouvait s'y attendre, c'est l'abbaye d'Alcobaça qui nous a

([22]) GEORGES FONTAINE, *Pontigny, abbaye cistercienne*, Paris, 1928, p. 69.

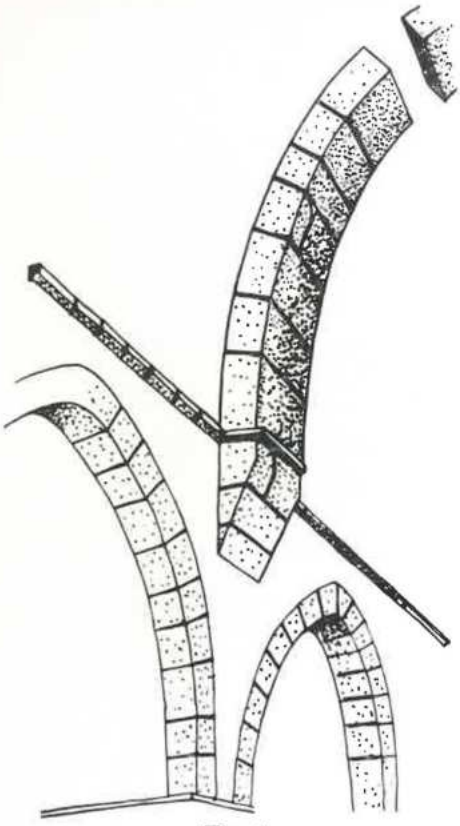


Fig. 1

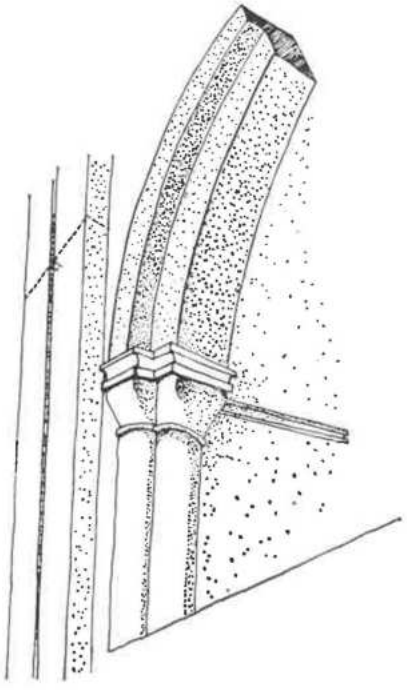


Fig. 2

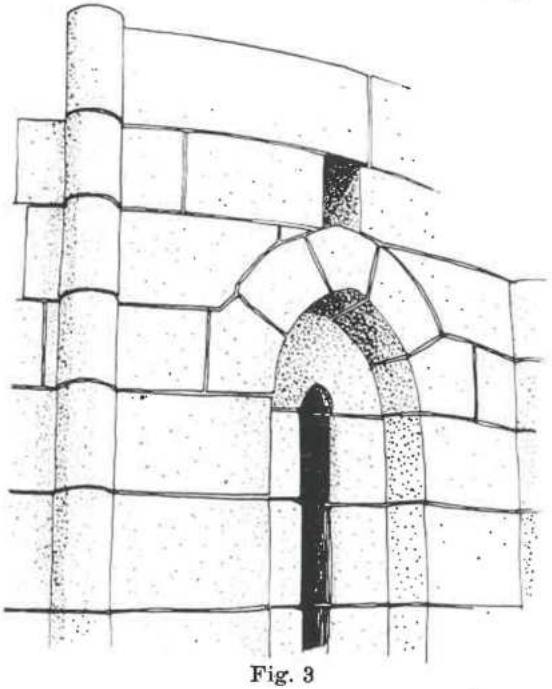


Fig. 3

Jacques CROZET del.



Fig. 4

MCXXIII-413

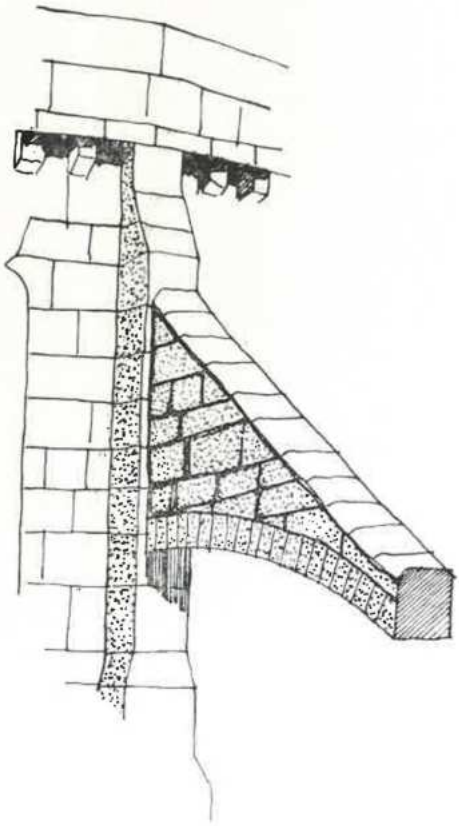


Fig. 5

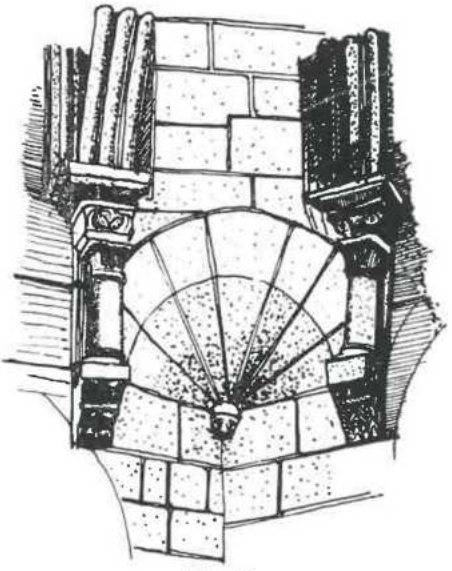


Fig. 6

Jacques CROZET del.

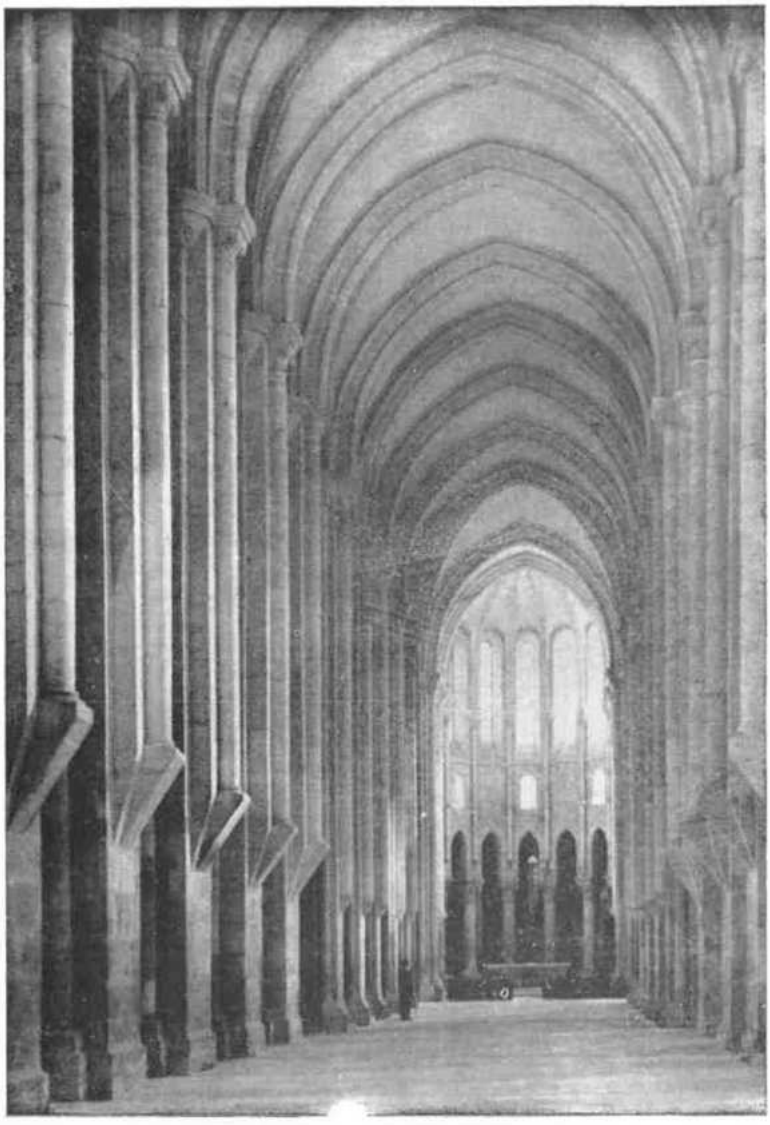


Fig. 7

CMXXIII-411

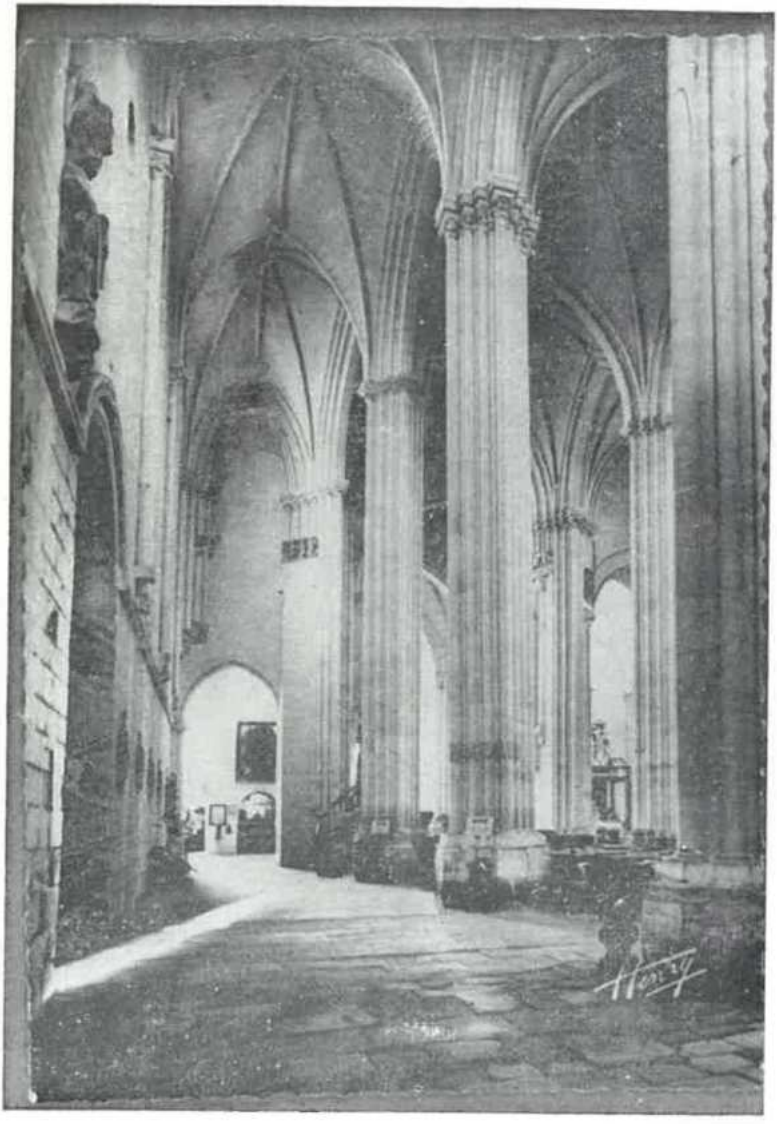


Fig. 8

CMXXIII-410

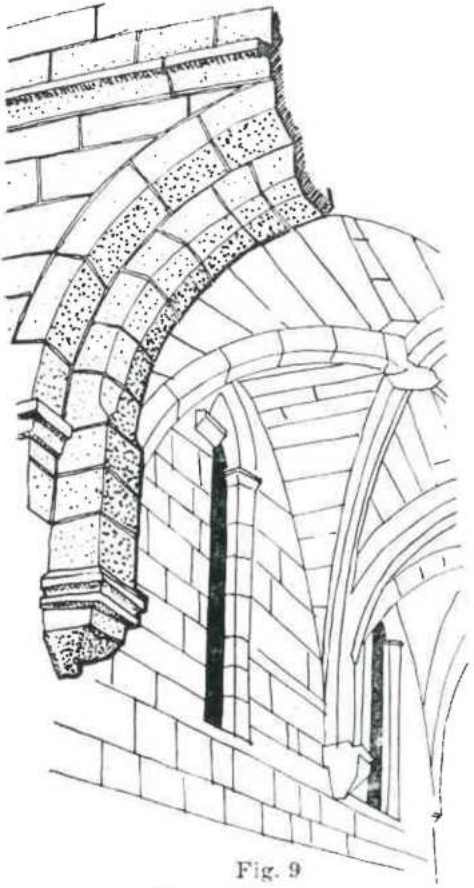


Fig. 9



Fig. 10

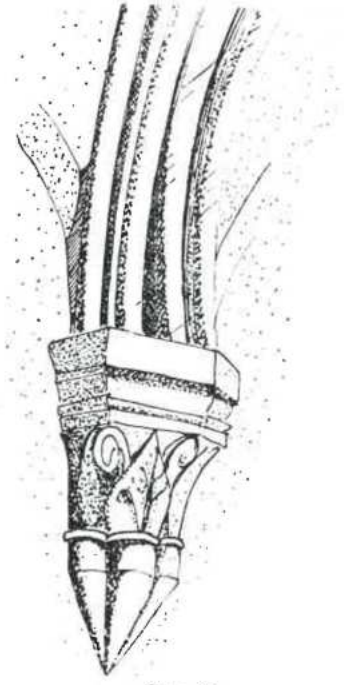


Fig. 11

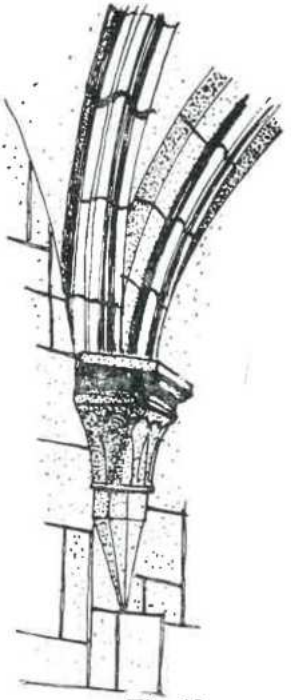


Fig. 12

Jacques CROZET del.

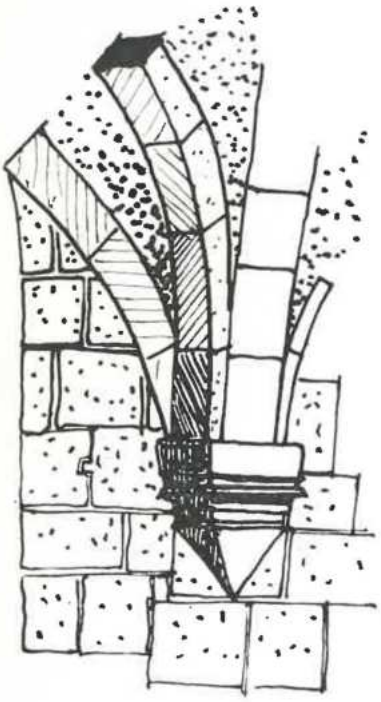
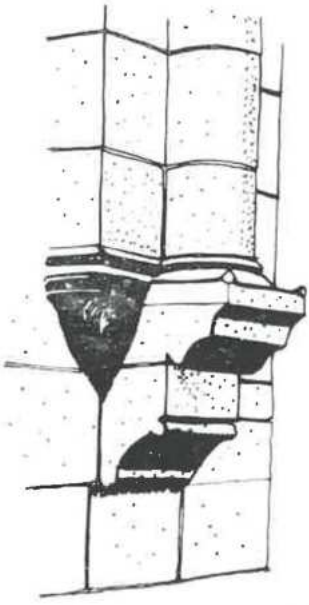


Fig. 13



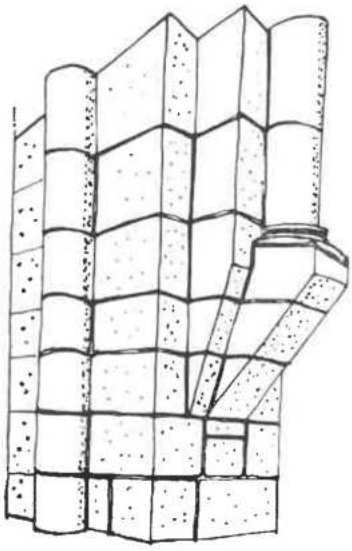


Fig. 14

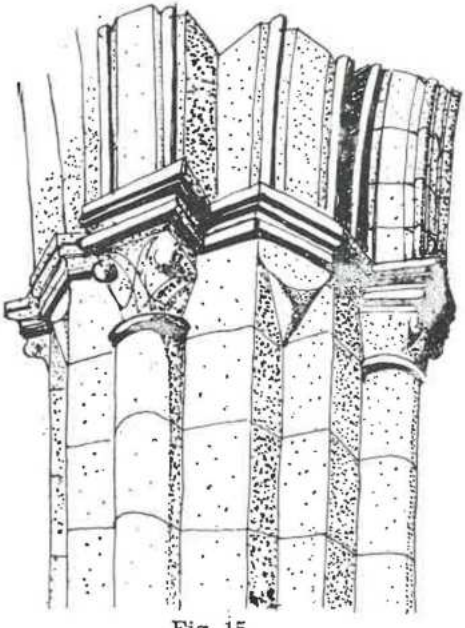


Fig. 15

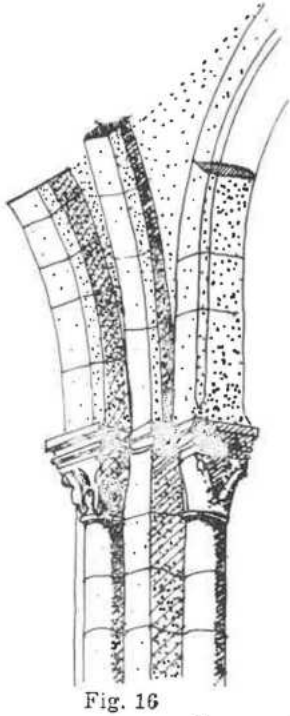


Fig. 16

Jacques CROZET del.

fourni la matière la plus riche. Des observations qu'elle nous á suggérées se dégagent, bien sûr, la mise au point des caractères cisterciens qu'elle présente; mais ayant réduit, comme nous pensions pouvoir le faire, la part exagérément faite aux influences venues du Poitou, de l'Île-de-France ou de Laon, nous la considérons, non seulement comme authentiquement et magnifiquement cistercienne, mais aussi, par ses particularités propres, comme l'un des plus beaux fleurons du patrimoine artistique portugais.

Contribuição antropológica para o estudo de Portugueses medievais

Por Alberto Xavier da Cunha

Introdução

Os nossos conhecimentos sobre o tipo físico dos Portugueses nos primeiros tempos da nossa nacionalidade são bem escassos. Após a época bárbara nada mais temos até ao séc. XIV além de uma descrição de um crânio feminino por Mendes Corrêa (1918). Do séc. XV descreve Hugo de Magalhães (1947) as ossadas de dois portugueses, João de Albuquerque e sua mulher, D. Helena Pereira.

Ainda Mendes Corrêa (1916), Júlio Dantas (1912) e Costa Ferreira (1912 e 1916) tentaram, com as deficiências naturais de tal método, a definição de tipos antropológicos sobre alguns retratos de Portugueses ilustres da nossa História.

O conhecimento de tais elementos que nos possam esclarecer sobre o tipo físico da nossa população em determinados períodos da nossa História, tem grande interesse, pois nos permite comparar com os elementos da população actual, e avaliar da possibilidade e extensão de quaisquer influências posteriores, de populações estranhas.

Fomos por estas razões levados ao estudo dos restos ósseos das sepulturas da Igreja antiga de S. João de Almedina, em número de algumas dezenas de indivíduos. Estas sepulturas foram postas a descoberto nas obras recentes efectuadas no Museu Machado de Castro com o fim de libertar e restaurar as galerias romanas subjacentes ao actual pátio de entrada.

Ao Ex.mo Sr. Dr. Bairrão Oleiro manifestamos o nosso reconhecimento por ter solicitado a colaboração do Instituto de Antropologia de Coimbra, tornando possível o levantamento do espólio nas melhores condições.

Na presente comunicação estudam-se apenas os crânios e os ossos longos em melhor estado de conservação e limitamo-nos a considerar ùnicamente a estatura, a robustez dos ossos longos e algumas características

cranianas. Em trabalho futuro será estudado em pormenor a totalidade do material.

Quanto à cronologia do espólio é-nos difícil a sua determinação exacta. É de atribuir, muito provàvelmente, ao período compreendido entre fins do séc. XII e fins do séc. XV.

A igreja antiga foi construída e sagrada em fins do séc. XII. A actual igreja, cuja reconstrução foi iniciada no séc. XVII, ergue-se numa posição perpendicular à da antiga, que tinha a sua frontaria para o pátio do Museu.

A forma das sepulturas e as condições de jazida não deixam dúvidas quanto à sua antiguidade. Algumas sepulturas assentam, a poucos centímetros, sobre as abóbadas romanas e prolongam-se sob as paredes da nova igreja. Não há outros elementos que permitam precisar entre limites mais estreitos a sua época.

Estatura

O cálculo da estatura baseado nos ossos longos do lado direito (método de Pearson) deu os valores que se encontram na Tabela I.

TABELA I

Sexo	N.º de casos	Média	Desvio-padrão	Variação
♂	26	1642,34 ± 8,84	45,09 ± 6,25	1516,4 — 1706,1
♀	9	1507,52 ± 8,21	24,62 ± 5,82	1461,1 — 1532,8

Nela verificamos que a estatura masculina média era de 164,23 cm e a feminina 150,75 cm. A diferença entre os sexos é de 13,49 cm, altamente significativa e ligeiramente superior à diferença que se verifica nos Portugueses actuais (igual a 12,20 cm).

Na Tabela II mencionamos as diferenças entre as estaturas dos Portugueses actuais e as das sepulturas de S. João de Almedina e respectivas significâncias.

TABELA II

Sexo	Diferenças entre as estaturas	t	P
♂	1,25 ± 9,33	0,142	80 — 90 %
♀	14,06 ± 8,47	1,051	próximo de 30 %

Verificamos que as diferenças de 1,25 mm e 14,06 mm, respectivamente, nos sexos masculino e feminino não são significativas (valores de t iguais a 0,142 e 1,05 aos quais correspondem probabilidades próximas de 0,90 e de 0,30).

Estes Portugueses medievais tinham, pois, estaturas, em ambos os sexos, ligeiramente inferiores, mas que não diferiam estatìsticamente das estaturas dos Portugueses actuais.

II — *Robustez dos ossos longos*

O estudo completo dos ossos longos será feito ulteriormente. Por agora comparamos sòmente os índices de robustez da diáfise do úmero, rádio, fémur e tíbia. Os resultados vão insertos na Tabela III.

TABELA III

Índices de robustez da diáfise, do úmero, rádio, fémur e tíbia

	Sexo	Lado direito			Lado esquerdo		
		N.º de casos	Média	Desvio-padrão	N.º de casos	Média	Desvio-padrão
Úmero	♂	19	19,32±0,26	1,12±0,18	21	19,53±0,27	1,24±0,20
	♀	13	18,47±0,30	1, 6±0,21	12	18,67±0,32	1,25±0,22
Rádio	♂	16	18,04±0,32	1,27±0,22	22	18,16±0,24	1,11±0,17
	♀	11	17,55±0,41	1,84±0,29	7	17,55±0,48	1,28±0,34
Fémur	♂	22	19,59±0,18	0,85±0,13	23	19,84±0,18	0,85±0,13
	♀	10	19,43±0,36	1,13±0,25	8	19,28±0,40	1,14±0,29
Tíbia	♂	23	20,19±0,30	1,42±0,21	27	20,57±0,26	1,36±0,18
	♀	7	20,40±0,47	1,25±0,33	6	20,21±0,45	1,15±0,33

A comparação com a robustez dos Portugueses actuais só é possível para o úmero e o rádio (Tabela IV). Para o fémur e a tíbia faltam-nos elementos.

Para o úmero encontramos valores inferiores nos Portugueses de S. João de Almedina. As diferenças são estatìsticamente significativas (Tabela IV).

TABELA IV

Índices de robustez da diáfise, do úmero e do rádio de Portugueses actuais

	Sexo	Lado direito			Lado esquerdo		
		N.º de casos	Média	Desvio-padrão	N.º de casos	Média	Desvio-padrão
Úmero	♂	27	20,41 ± 0,27	1,42 ± 0,19	27	20,52 ± 0,23	1,18 ± 0,16
	♀	33	19,75 ± 0,21	1,18 ± 0,15	33	20,00 ± 0,21	1,19 ± 0,15
Rádio	♂	244	18,78 ± 0,09	1,50 ± 0,07	247	18,51 ± 0,10	1,53 ± 0,07
	♀	213	17,50 ± 0,10	1,42 ± 0,07	210	17,30 ± 0,10	1,39 ± 0,07

Para o rádio obtivémos grande concordância, com diferenças não significativas.

TABELA V

Significância das diferenças entre os índices de robustez da diáfise do úmero e do rádio de Portugueses actuais e Portugueses medievais

(S. J. de Almedina)

	Sexo	Lado	Diferenças das médias	t	P
Úmero	♂	Direito	1,09 ± 0,37	2,779	0,1 — 1 %
		Esquerdo	0,99 ± 0,35	2,376	2 — 5 %
	♀	Direito	1,28 ± 0,37	3,329	0,1 — 1 %
		Esquerdo	1,33 ± 0,38	3,272	0,1 — 1 %
Rádio	♂	Direito	0,74 ± 0,33	1,927	5 — 10 %
		Esquerdo	0,35 ± 0,32	0,599	50 — 60 %
	♀	Direito	0,05 ± 0,42	0,112	> 90 %
		Esquerdo	0,25 ± 0,49	0,133	80 — 90 %

III — *Características cranianas gerais*

Nos crânios predominam as formas ovóides e pentagonóides. Arcadas supraciliares com fraco desenvolvimento. No que respeita aos principais índicies (craniano, vertical, vértico-transverso, post-parietal) os crânios são moderadamente *mesocrânios,* em ambos os sexos, muito próximos do limite para dolicocefalia especialmente no sexo masculino. São ainda *ortocrânios, metriocrânios* e *metriometópicos* em ambos os sexos.

Nas Tabelas VI, VII, VIII e IX damos os valores dos índices mais usuais, do crânio, face e da mandíbula.

TABELA VI

Índices do crânio e capacidade craniana

Comparação com os valores da população portuguesa actual.

Sexo masculino

Índices	População	N.º de casos	Médias	Desvio-padrão	Limites de variação
Cefálico	Portug. actuais	355	74,25 ± 0,19	3,56 ± 0,13	64,36 — 84,92
	S. J. Almedina	23	75,67 ± 0,51	2,43 ± 0,36	70,98 — 80,40
Vertical	Portug. actuais	355	72,95 ± 0,18	3,33 ± 0,12	64,58 — 83,24
	S. J. Almedina	19	72,44 ± 0,68	2,96 ± 0,48	67,39 — 77,84
Vértico-transverso	Portug. actuais	355	97,81 ± 0,23	4,36 ± 0,16	87,10 — 109,84
	S. J. Almedina	18	96,83 ± 0,80	3,38 ± 0,56	91,28 — 103,65
Frontal	Portug. actuais	75	81,21 ± 0,35	3,04 ± 0,25	74,80 — 89,00
	S. J. Almedina	22	79,86 ± 0,72	3,38 ± 0,51	73,17 — 86,73
Fronto-parietal	Portug. actuais	75	69,62 ± 0,45	3,89 ± 0,32	63,50 — 77,70
	S. J. Almedina	21	67,91 ± 0,58	2,66 ± 0,41	63,60 — 73,68
Capacidade craniana (Manouvrier)	Portug. actuais	60	1550	—	—
	S. J. Almedina	16	1553,84 ± ± 37,09	148,39 ± ± 26,23	1307,68 — — 1816,29

TABELA VII

Índices do crânio e capacidade craniana

Comparação com os valores da população portuguesa actual.

Sexo feminino

Índices	População	N.º de casos	Médias	Desvio-padrão	Limites de variação
Cefálico	Portug. actuais	213	75,23±0,19	2,83±0,14	69,09 — 83,19
	S. J. Almedina	11	77,94±0,93	3,07±0,65	74,18 — 84,02
Vertical	Portug. actuais	213	71,94±0,19	2,82±0,14	63,51 — 79,27
	S. J. Almedina	7	73,05±0,94	2,49±0,67	70,22 — 76,92
Vértico-transverso	Portug. actuais	213	95,74±0,28	4,05±0,20	80,40 — 109,69
	S. J. Almedina	7	92,62±1,48	3,93±1,05	87,59 — 97,32
Frontal	Portug. actuais	75	81,66±0,40	3,47±0,28	74,60 — 91,20
	S. J. Almedina	10	79,69±1,04	3,29±0,74	73,60 — 84,17
Fronto-parietal	Portug. actuais	75	69,67±0,34	2,93±0,24	62,20 — 77,90
	S. J. Almedina	10	68,71±0,82	2,59±0,58	64,79 — 72,99
Capacidade craniana	Portug. actuais	60	1.419 c. c.	—	—
	S. J. Almedina	7	1.455,06 ± ± 31,51	83,37 ± ± 22,28	1.289,05 — — 1.538,85

TABELA VIII

Índices da face e da mandíbula

Comparação com os valores da população portuguesa actual.

Sexo masculino

Índices	População		N.º de casos	Médias	Desvio-padrão	Limites de variação
Facial superior	Portug. actuais		262	54,27±0,23	3,73±0,16	46,82 — 65,45
	S. J. Almedina		11	54,56±0,86	2,85±0,61	50,92 — 60,00
Orbitário	Portug. actuais	E	375	80,38±0,25	4,800,±18	68,67 — 94,66
		D.	372	78,72±0,25	4,850.±18	67,47 — 93,75
	S. J. Almedina	E.	13	80,74±1,48	5,34±1,05	73,81 — 93,75
		D.	15	79,76±1,33	5,16±0,94	70,79 — 90,12
Nasal	Portug. actuais		232	45,88±0,29	4,34±0,20	34,21 — 59,09
	S. J. Almedina		14	47,20±0,87	3,25±0,61	40,00 — 52,83
Mandibular	Portug. actuais		140	92,440±,54	6,33±0,38	75,85 — 111,79
	S. J. Almedina		15	85,04±1,35	4,23±0,95	77,68 — 95,40
Da haste	Portug. actuais		142	50,79±0,44	5,24±0,31	38,93 — 60,71
	S. J. Almedina		20	51,261,±08	4,83±0,76	35,48 — 58,16

TABELA IX

Índices da face e da mandíbula

Comparação com os valores da população portuguesa actual.

Sexo feminino

Índices	População		Nº de casos	Médias	Desvio-padrão	Limites de variação
Facial superior	Portug. actuais		155	54,82±0,27	3,41±0,19	46,82 — 66,97
	S. J. Almedina		5	50,42±1,99	4,45±1,41	47,41 — 56,41
Orbitário	Portug. actuais	E.	239	82,41±0,29	4,55±0,21	69,14 — 97,74
		D.	238	80,92±0,34	5,16±0,24	65,48 — 94,05
	S. J. Almedina	E.	6	84,11±1,73	4,24±1,22	80,49 — 90,91
		D.	6	83,44±1,26	3,09±0,89	80,00 — 87,50
Nasal	Portug. actuais		196	47,39±0,28	3,90±0,19	36,12 — 61,36
	S. J. Almedina		6	47,16±0,74	1,82±0,53	45,45 — 50,00
Mandibular	Portug. actuais		86	90,98±0,50	4,64±0,35	79,67 — 99,50
	S. J. Almedina		6	85,963±,42	8,38±2,42	74,62 — 95,05
Da haste	Portug. actuais		81	54,17±0,58	5,18±0,41	44,09 — 71,11
	S. J. Almedina		8	55,44±1,09	3,08±0,77	52,04 — 62,00

Discussão e conclusões

As características atrás mencionadas dos portugueses medievais de S. João de Almedina, quando comparadas com as dos Portugueses actuais, permitem as seguintes conclusões: A estatura é ligeiramente inferior, mas sem significado estatístico, em relação aos portugueses actuais; a diferença é mais acentuada no sexo feminino mas ainda neste caso o teste dá-nos um valor de *P* próximo de 0,30 (Tabela II).

Na robustez dos ossos longos que nos foi possível comparar (úmero e rádio) encontramos diferenças significativas no úmero; os portugueses de S. João de Almedina possuíam úmero menos robusto. Já os valores do rádio são concordantes, com os valores de *P* muito elevados (Tabela V).

Nas características do crânio, da face e da mandíbula, apenas o índice cefálico, no sexo feminino, apresenta uma diferença algo significativa ($t = 3{,}080$, P entre 0,1 e 1 %, Tabela X), o índice vértico-transverso, sexo feminino ($t = 2{,}008$, P entre 2-5 %) e o índice facial superior, igualmente no sexo feminino ($t = 2{,}814$ e P entre 0,1 e 1%).

Ùnicamente no índice mandibular há diferenças significativas em ambos os sexos (Tabela XI). Notemos contudo que a série feminina aqui considerada é pequena, abrangendo menos de uma dezena de casos.

Estes portugueses medievais não diferiam sensìvelmente no seu tipo físico, na maioria dos seus caracteres mais importantes, do tipo físico dos Portugueses actuais.

O pequeno número de casos estudados anteriores (M. Corrêa e H. Magalhães) tinha mostrado já esta concordância, mas seria precipitado generalizar conclusões estabelecidas apenas em um ou dois casos.

E se estendermos a nossa comparação a tempos históricos mais recuados e mesmo aos pré-históricos, verificamos ainda essa relativa constância do nosso tipo físico que apesar das aportações estranhas, cuja importância se tem, por vezes, exagerado, se vem mantendo desde o Neolítico e Eneolítico. Essas aportações, quer europeias, quer extra-europeias, pouco devem ter influenciado as populações autóctones de fundo racial *proto-mediterrâneo*. É muito possível que essa constância do tipo racial não seja estranha à formação da nossa individualidade e ao robustecimento da nossa consciência nacional.

TABELA X

Significância das diferenças das médias dos índices dos Portugueses actuais e de S. João de Almedina

Crânio

Índices	Sexo	Diferença das médias e seus erros	t	P
Cefálico	♂	1,42 ± 0,49	1,886	5 — 10 %
	♀	2,71 ± 0,95	3,080	0,1 — 1 %
Vertical	♂	0,51 ± 0,70	0,653	50 — 60 %
	♀	1,11 ± 0,96	1,027	30 — 40 %
Vértice-transverso	♂	0,98 ± 0,83	1,022	30 — 40 %
	♀	3,12 ± 1,51	2,008	2 — 5 %
Frontal	♂	1,35 ± 0,80	1,782	5 — 10 %
	♀	1,97 ± 0,89	1,696	5 — 10 %
Fronto-parietal	♂	1,71 ± 0,73	1,885	5 — 10 %
	♀	0,96 ± 1,11	0,983	30 — 40 %

TABELA XI

Significância das diferenças entre as médias dos índices dos Portugueses actuais e de S. João de Almedina

Face e Mandíbula

Índice	Sexo	Diferença das médias	t	P
Facial superior	♂	0,29 ± 0,88	0,255	= 80 %
	♀	4,40 ± 2,01	2,814	0,1 — 1 %
Orbitário	♂ Esq.	0,36 ± 1,50	0,193	80 — 90 %
	♂ Dir.	1,04 ± 1,35	0,779	40 — 50 %
	♀ Esq.	1,70 ± 1,75	0,907	30 — 40 %
	♀ Dir.	2,52 ± 1,29	1,189	20 — 30 %
Nasal	♂	1,32 ± 0,92	1,118	20 — 30 %
	♀	0,23 ± 0,79	0,144	80 — 90 %
Mandibular	♂	7,40 ± 1,45	4,364	< 0,1 %
	♀	5,02 ± 3,46	2,417	1 — 2 %
Da haste	♂	0,47 ± 1,16	0,379	70 — 80 %
	♀	1,27 ± 1,23	2,266	2 — 5 %

BIBLIOGRAFIA

1. ALBUQUERQUE, R. M., 1952 — Estudo antropológico da mandíbula nos Portugueses. *Contr. para o Est. da Antrop. Portuguesa*, 5, n.º 3, págs. 96-196.
2. ATHAYDE, A., 1931 — Esqueletos portugueses do século XVII. *Trab. da Soc. Port. de Antrop. e Etnologia*, vol. 5, págs. 137-144.
3. BARROS E CUNHA, J. G., 1914 — O índice facial superior nos Portugueses. *Contr. para o Est. da Antrop. Portuguesa*, 1 (n.º 2), págs. 53-121.
4. CANEDO DE MORAIS, L. P. e SERRA, J. A., 1914 — Sobre a determinação do índice orbitário e a assimetria da órbita. *Conf. para o Est. da Antrop. Portuguesa*, 4, (n.º 1), págs. 1-28.
5. CORRÊA, V. e NOGUEIRA GONÇALVES, 1947 — Inventário artístico de Portugal. Cidade de Coimbra, II, págs. 37-39. Lisboa.
6. COSTA FERREIRA, A., 1912 — Os ossos de Camões. Lisboa.
7. COSTA FERREIRA, A., 1916 — Breve estudo antropológico de um retrato de Albuquerque. *Terra Portuguesa*, I, págs.
8. DANTAS, J., 1912 — Iconografia manuelina. Lisboa.
9. MAGALHÃES, H. DE, 1947 — Notas antropológicas sobre dois portugueses do século XV. *Trabalhos de Antropologia e Etnografia, VI*, fasc. III, págs. 5-16.
10. MAIA NETO, M. A., 1957 — Estudo osteométrico do antebraço nos Portugueses. I. Rádio. *Contr. para o Est. da Antrop. Portuguesa, VI* (n.º 6), págs. 143-217.
11. MENDES CORRÊA, A., 1916 — O retrato de Nun'Álvares. *Revista dos Liceus*, n.º 7. Porto.
12. MENDES CORRÊA, A. A., 1918 — Um pretenso vencedor de Aljubarrota. *A Medicina Moderna, Porto.*
13. MENDES CORRÊA, A. A., 1924 — Os Povos primitivos da Lusitânia. Porto.
14. SERRA, J. A. e QUEIROZ LOPES, A., 1943 — As proporções e assimetrias dos membros nos Portugueses. *Contr. para o Est. da Antrop. Portuguesa*, 4, págs. 231-312.
15. TAMAGNINI, E., 1932 — Sobre a distribuição geográfica de alguns caracteres fundamentais da população portuguesa. Parte I. O índice cefálico e a estatura. *Contr. para o Est. da Antrop. Portuguesa*, 2 (n.º 7), 241-262.

As Bibliotecas Portuguesas Medievais

(RESUMO)

Por José Sebastião da Silva Dias

1 — A produção e comércio do livro em Portugal na Idade Média: os *scriptoria* das catedrais e mosteiros; a importação do livro estrangeiro.

2 — As bibliotecas catedrais: a cultura patrística, a cultura sentenciária (escolas de Laon e de Chartres), Pedro Lombardo e os escolásticos, a literatura jurídica (o Direito Romano Justinianeu desde o século XII).

3 — As bibliotecas monásticas de Santa Cruz e Alcobaça: predomínio das espécies patrísticas, agostinianas e das renascenças carolíngia e do século XII; ilações que a sua constituição nos permite tirar sobre a orientação cultural das respectivas escolas.

4 — As bibliotecas conventuais e particulares: importância da escolástica e da novelística.

Tensão Dialéctica da História e Pensamento Cristão

(RESUMO)

Por Paulo Durão, S. J.

Uma das características do pensamento actual é a sua dimensão histórica: não é apenas o aspecto histórico das diversas disciplinas que suscita especial interesse; é a própria História que se ergue à categoria de tema central em numerosas manifestações do pensamento contemporâneo.

Ao reflectir sobre o tema da História aparece nela uma nota distintiva que é interessante sublinhar: a tensão dialéctica inerente à própria essência da História. Será este o assunto da presente comunicação.

Como, porém, o pensamento cristão dá um contributo eficaz para a solução das aporias que surgem da mencionada tensão dialéctica, também para esse contributo chamaremos a atenção no decurso deste trabalho.

O termo «História» é ambíguo; pode significar a realidade histórica: os acontecimentos passados; e pode significar também o conhecimento ou narração dessa mesma realidade. Em qualquer destes sentidos se verifica na História uma incoercível tensão dialéctica.

Como realidade, a História significa acontecimentos passados; mas esses acontecimentos só verdadeiramente são históricos na medida em que, depois de passados, continuaram a influir nas épocas seguintes. Neste influxo, que o acontecimento histórico exerce, não se pode esquecer o papel da liberdade humana, papel que mal se compreende, na teoria antiga dos ciclos de eterno retorno. Ora, foi o cristianismo com a sua doutrina dum Deus pessoal e transcendente e com a revelação do Verbo Incarnado que abriu a maior e mais decisiva brecha na concepção do evoluir cíclico dum retorno sem fim.

Passando da História-realidade à História-conhecimento ou narrativa, temos nela duas fases sucessivas: a constatação do facto e a sua explicação.

A constatação do facto, feita em profundidade, torna patente que a sobrevivência histórica do pretérito é devida a certos valores, que não são do domínio da História-duração; por outro lado, a explicação dos acontecimentos, no sentido de mostrar a sua unidade e inteligibilidade, requer a aplicação de princípios, que ultrapassam o nível do acontecer empírico para atingir as culminâncias da Meta-História.

Ou se deixa sem explicação o acontecimento histórico ou se tem de sobrepujar esse mesmo acontecimento.

Mais uma vez aparece em tudo isto uma tensão dialéctica essencial.

E quanto o pensamento cristão contribui para a esclarecer é bem claro, se tivermos em conta que à luz do Cristianismo conhecemos os princípios transcendentes, que presidem ao evoluir humano, e a meta para que tende esse mesmo evoluir.

Sem esta visão transcendente da História todos os outros conhecimentos parcelares das vicissitudes humanas seriam de bem escasso valor.

O enlace da história e do mito na tradição popular

(De um estudo ainda inédito, que leva o mesmo título)

Por António da Eira

Na mente do povo está o depósito seguro da tradição; e esta é uma das fontes de conhecimento.

É certo que, na vida dos povos, só aos documentos escritos se dá verdadeira importância. Mas às vezes, a tradição oral e a história escrita, completam-se e explicam-se mùtuamente, formando um todo perfeito; e assim manifestam mais claramente a verdade crítica, com o que nos fica mais fácil acesso à interpretação dos factos.

Se é de interesse a narração histórica dos acontecimentos, mais nos interessa o seu conteúdo, a sua representação, o seu significado na vida de um povo ou na evolução da vida social do homem.

Um facto atingirá a sua maior importância, quando se categorizar como elemento de valor universal, constituindo nota reveladora do expoente de tal ou tal época, influindo na sequência da vida humana, transformando-a, rumo a uma maior perfeição.

No dizer de Hegel, são de toda a importância os factos que revelam a consciência espiritual dos povos, pela qual eles compreendem o pensamento da sua vida. E esta consciência de si mesmos é o ponto culminante da sua cultura.

Essa mesma consciência que os povos obtêm de si próprios, é o motivo que comporta, segundo diz Hegel ainda, a necessidade e a capacidade de conservar os feitos históricos.

★

Querendo eu reportar-me ao conhecimento de certo aspecto da vida medieval portuguesa, pareceu-me que não só os factos históricos escritos, mas também o mito e a lenda se apresentam como alguma coisa de útil, fornecendo valioso contributo para tal fim. Também o mito e a lenda são alguma coisa de histórico; pois, apesar de irreais, traduzem realidades.

Quando mais não fosse, dariam testemunho daquela época, mostrando o seu estado de franco progresso a caminho da valorização do espírito humano e da sua purificação.

Em regra, mitos e lendas são notas a comprovar o estado de um povo no começo do seu desenvolvimento cultural. Mas dificilmente uma cultura chega a um nível tal, que exclua a existência do mito e da lenda. Por isso estes dois elementos quase sempre se enlaçam com a história.

★

Na Idade Média prevaleceu entre nós, como em toda a Europa, o espírito de fé cristã, empreendedor e activo, como o comprovam testemunhos de toda a ordem, desde as grandes catedrais aos conventos e mosteiros semeados por toda a parte, desde as associações religiosas às profanas. À roda do pensamento e da acção cristãs, desenvolveram-se todas as actividades; sob a protecção da Igreja, cresceram todas as ciências e artes.

Foi-se fazendo luz na consciência dos povos. Desenvolveu-se o espírito humano, cultivando todos os ramos do saber. E assim se preparou o terreno para o advento da Renascença.

Ficou ainda muito de inculto, porque nenhuma cultura será a última, a perfeitamente acabada.

Ao lado do espírito cristão que foi o guia da cultura dessa época, tinha de prevalecer alguma coisa reveladora dos defeitos de então. Assim se pode ver o que em tal período se fez, e o que não foi possível fazer-se.

★

Em Portugal consolidou-se a nação; e moldou-se a alma de um povo, à custa de fortes lides. Fortaleceu-se um braço guiado pela cruz de Cristo. A fé cristã iluminou e aqueceu o peito luso. E na exaltação em que viveu, criou este povo uma ideia nova. E foi essa ideia que o fez erguer, assumindo proporções de gigante. E foi assim que se demarcou uma fronteira; e em seguida, com o assombro do mundo, se desvendaram as costas da África, Ásia e América.

Mas cabe sublinhar neste momento que, quando chega a hora da exaltação, nem tudo é uma visão perfeita. O princípio motor dos factos leva a seu lado outros pequenos princípios a colaborar para o mesmo fim. E também é útil debruçarmo-nos sobre esses pormenores, para uma mais perfeita visão da época.

Por vezes a lenda apresenta-se como a razão de ser, a origem da história. E assim aquela seria como que o sonho, a meditação sobre as possi-

bilidades, a primeira chamada à existência, daquilo que ainda pertence ao futuro.

Outras vezes será um complemento postiço da história. E então encontraríamos o espírito em busca de um bem que lògicamente se esperava, e por má sorte não veio. E será outras vezes ainda um voo mais ousado do espírito forte e mal contido, na ânsia de acometer novos empreendimentos, até onde o levasse o mais requintado idealismo.

★

Uma das manifestações da nossa fé medieval, foram as peregrinações à Terra Santa e sobretudo ao túmulo de Sant'Iago Apóstolo. Esta, entre nós, constituiu-se de devoção em obrigação. Tal encargo abrangia a todos os crentes; e de tal modo que, teria de lá ir depois da morte, o que em vida lá não fôsse.

É esta a tradição popular.

A fé depositada nessas peregrinações, em razão dos sacrifícios que exigia, dos perigos a que se expunham os peregrinos e das graças espirituais que se cria serem alcançadas, conduziu da verdade ao mito.

Aos bichinhos que o romeiro encontra pelo caminho, não se pode fazer mal. No dizer do povo, são almas de outros tantos fiéis, que vão rastejando, a caminho de Compostela, fazer a visita ao túmulo do Santo Apóstolo, por em vida não terem cumprido essa obrigação. Diz o povo ainda que até as estrelas do céu se juntaram para fazerem a estrada de Sant'Iago, por onde seguem depois para o céu, essas almas peregrinas.

De toda a parte seguiam devotos até ao túmulo do «Senhor Sant'Iago», mesmo que não fossem bons cristãos. Veja-se o singular documento «*Romeiro de Sant'Iago*» que faz parte da minha colectânea do *Romanceiro Popular*, e que é cantando ainda hoje pela gente de Trás-os-Montes:

Bordas do Douro abaixo,
bordas do Douro acima:
Queria ir a Sant'Iago,
e o caminho na sabia.
Vozes dava o cavaleiro,
vozes dava que atuia.
Responde outro cavaleiro
da outra bando do rio:
Apega-te aos padre-nosso
que rezaras algum dia.
— Como me eu apegarei,
se nenhuns eu rezaria?...

— Ai! apega-te às esmolas
que fizeras algum dia.
— Como me eu apegarei,
se nenhumas eu daria?...
— Ai! apega-te aos jejuns
que fizeras algum dia.
— Como eu me apegarei,
se eu nunca jejuaria?...
— Minhas sete quarentenas,
uma delas te eu daria:
Vai agora, cavaleiro,
a cumprir a romaria.

Estas peregrinações, seja a Compostela, seja aos Lugares Santos, ficaram como monumentos históricos da época. Era-lhes atribuído um extraordinário valor, proporcionado talvez ao ardor da fé que nelas se tinha. E esse ardor seguia mais além do que a razão: Era o anseio místico a tocar as raias do supersticioso. Assim vemos essa mesma fé um pouco impura, própria de um estado em franco progresso, na qual se divisa o Dogma cristão envolvido, na mente do povo, em lendas e crenças que o desvirtuam.

Será o espírito humano, sempre irrequieto e insatisfeito, em busca do repouso e da plena segurança que não encontra. Ora neste anseio se gera por vezes o mito, tal como um acto de fé, com base nos factos, mas transpondo-os e seguindo pelo caminho do irreal, impregnado do mais belo dos idealismos. Vemo-lo como o produto de um anseio frustrado, às vezes. E então será a realização imaginária desse anseio que viveu e medrou na mente esperançada do povo. Será o inconformismo na desventura que tenta a realização do impossível. Mas noutro aspecto, de certo modo positivo, o mito exalta uma ideia; dá-lhe forma avantajada, mas fazendo criações imaginárias. Surge então a voz do povo em tom profético, a dar foros de realidade à visão dos seus anelos.

Nisto se dá conta do vigor dos princípios que agitam a mente do povo e que constituem o móvel da sua acção.

★

Farei agora referência ao grande vulto que foi D. Nuno (no limiar do sexto centenário do seu nascimento) e cujos feitos heróicos, tantos e de tal valia, o aureolaram na história, na lenda e no mito, fazendo dele uma figura eternamente grande. Constituiu-se o salvador do povo luso, encarnando a

sua alma, fazendo sentir o valor da sua espada em quase todos os recantos da nossa terra.

Se há homens que na história portuguesa se impuseram à posteridade, de entre os maiores, ergue-se sem dúvida D. Nuno Álvares Pereira. Se o número e qualidade dos seus feitos o colocaram no justo lugar de verdadeiro herói, difícil se tornará saber se as lendas e os mitos que a seu respeito correm, não serão a expressão da realidade dos factos. Parece que tudo se ajusta à figura deste grande herói nacional com verdade e realidade: tal foi o seu amor e a sua acção em todas as coisas da Pátria. E não sendo grande apenas nos feitos humanos, também o amor divino, a sua pródiga caridade o elevou ao cúmulo da perfeição, até à santidade. Tudo quanto lhe atribui a história, o mito ou a lenda, quanto a fama faz correr, tudo se lhe adapta na justa proporção do real, e tudo se confunde ante o seu vulto de gigante que surge cada vez mais belo, entre os grandes de Portugal.

Para os castelhanos, constitui sempre um grande obstáculo e um grande perigo, infundindo terror, espalhando medo e confusão.

Entre muitos factos que andam aí na memória de toda a gente, conta-se que, em dia de grande verão, uma galeguinha raiana se abeirou da janela e disse com grande satisfação:

— Ah! Por Deus! Com esta nevada tamanha, não virá por aí o senhor Conde D. Nuno!

E D. Nuno, que estava debaixo da varanda, ouviu admirado com que temor e respeito aquela galeguinha lhe fez referência. Em consideração disso, na devastação de todo aquele povoado fronteiriço, houve por bem poupar a galeguinha e sua casa.

Também é curioso notar que ainda hoje, para calarem seus filhos, algumas mães espanholas usam estas expressões:

«Cala-te,menino, que aí vem D. Nuno»; ou então: «Cala-te, filho, que te leva D. Nuno».

Na pessoa deste herói e santo, encontramos nós a história e a lenda a operarem, unidas a transformação de si mesmo, no mito, no mais perfeito símbolo do povo luso, naquela época que foi o alvorecer dos descobrimentos com a sua projecção universal.

INTERVENÇÕES

O Prof. Rafael de Barros Soeiro manifestou o prazer que teve em ouvir a conferência. Fez um comentário sobre genética

histórica, salientando alguns assuntos abordados pelo conferente.

O Prof. Reis Santos elogiando e enaltecendo a comunicação, louvou o espírito crítico do conferente, e fez algumas considerações sobre etnografia. Falou de etnografia musical citando Bela Bartok (com quem conviveu) e Lizt. Da música húngara passou para a espanhola, com Falla e os anteriores estudos teóricos que permitiram a grande composição espanhola.

Lamentou depois o facto de em Portugal não haver estudos críticos sobre a música popular, porque, quase tudo o que se canta em províncias como o Alentejo não é próprio, mas importado, uma adaptação à sua maneira de sentir, das canções que ouviam aos senhores (referia-se às canções do séc. passado).

Prosseguindo disse que o povo tem uma virtude colectiva, ainda que não tenha valores individuais. Essa virtude colectiva da criança que é o povo, (o qual só sabe fazer caricaturas) é conservar as tradições.

É por estes estudos que o Congresso se torna o complemento preparatório, indispensável, das comemorações de 1960 do Infante D. Henrique.

Fez depois algumas considerações sobre a figura de D. Henrique, o primeiro renascentista. Mas notou: «Já D. Diniz e Santo António eram renascentistas, sendo este último um preparador do Renascimento Italiano».

«Daqui a importância desta comunicação, em que se disse que «o mito» é um complemento postiço à história».

O Prof. Soeiro tornou a intervir, defendendo o seu ponto de vista sobre a influência do mito, no que discorda do Prof. Reis Santos.

Entre os dois houve ligeira discussão, depois da qual o conferente fez uma breve exposição de como o povo adultera a história, o que não aconteceu no Cancioneiro que citou.

Portugal nas letras espanholas durante o Medievo

Por Henrique Chao Espina

Não tenho dúvida de que hoje devo falar em português: Primeiro pela minha natureza de minhoto, e, segundo, por quanto é cortezia falar na linguagem dos irmãos ou, por dizer melhor, na língua dos que somos os mesmos.

Tenho de confessar que, quase sempre, me expresso em espanhol e em galego, porém tendes de perdoar a falta de costume para exprimir-me na minha língua de Camões. O coração tem de suprir a falta de expressão.

★

«— Portugal en sus dias de gloria, cuando siguiendo los instintos apresenta tão distintos matizes e tão heterogéneo aspecto geográfico que tem criado multíplices problemas de soluções encontradas. Fidelino julga a meseta castelhana como uma muralha chinesa entre o Mediterrâneo e o Atlântico (1). Mas com todas as diferenças e, ainda, sendo a Península um «microcosmos» de povos, tem vínculos que a fez unir contra o invasor peninsular. Ambas as terras têm junção na História, na Cultura, na Literatura e mesmo em tantos aspectos que diz o Marquês de Pidal:

«— Portugal em sus dias de gloria, cuando siguiendo los instintos de sua nacionalidad, daba de sí las grandes muestras que tan profunda huella han dejado en la historia del mundo, era un pueblo eminentemente peninsular y español, como Aragón, como Valencia y Navarra. Como estos pueblos, peleaba algunas veces con Castilla en sus riñas interiores y, por decirlo así, peninsulares o civiles. Pero en las grandes ocasiones, en aquellas sobretodo en que el intérés peninsular peligraba, era muy común verlos unidos bajo una misma bandera. Sus nobles, sus sabios y hombres distinguidos tomaban parte en todos los negocios peninsulares; eran cono-

(1) Pyrene, pág. 76.

cidos en la brillante corte de Castilla, como los castellanos lo eran en la de Portugal, y las principales familias de los reinos, de uno y otro, estaban enlazados por vínculos de sangre y parentesco» (2).

Um estudo destes vínculos seria muito interessante (3), mas hoje, sòmente, temos de assinar como Portugal está presente nas letras espanholas do Medievo. Presença real, unida pela irmandade de ambas as línguas, como temos de ver:

I — *Começos linguísticos.*

O castelhano e galego-português têm nato do latim vulgar, e são simultâneos na romanização peninsular. Portugal está presente no Medievo espanhol pela língua; porém, quantos debateram, no século XIX, a questão das antiguidades linguísticas falaram, quase sempre, com muita paixão e pouca serenidade. Bem tinha feito Mayans ao deixar enfados (4), e estiveram no certo quantos julgavam semelhantes as línguas peninsulares, nascidas do mesmo berço românico.

Já o perspicaz Alderete não só topou no latim a fonte de ambas as línguas, mas, também, encontrou termos visigóticos com formas parecidas no castelhano e no português, embora sejam muito raras (5).

A Galiza atinge no Medievo às terras Atlânticas, e é futilidade o fazer diferenças linguísticas entre terras minhotas que são e foram sempre as mesmas. Nos começos os galegos e os portugueses tinham a mesma língua; porém, já o P. Andrês afirma no passado século:

«— ...Hasta aquí no hemos hecho diferencia del lenguaje gallego y portugués, porque, en verdad, hasta mucho después de este tiempo ninguna hubo...» (6).

Mas esta língua, da qual diz F. de Figueiredo, se chamava galaico-portuguesa e que se estendeu para o sul ocidental (7), falou-se em todas as terras peninsulares; porém Portugal e Galiza estiveram presentes nas

---

(2) Marqués de Pidal, *Introducción al Cancionero de Baena*, 1851.

(3) Com o título *La presencia de Portugal en las Letras Hispánicas* temos um estudo que obteve o prémio na homenagem de Lugo às Letras Portuguesas (19 de Maio de 1946).

(4) Mayans y Siscar, *Orígenes de la lengua española.*

(5) *Del origen y principios de la lengua castelhana*, Roma, 1609.

(6) P. Andrés Marcos Burriel, *Paleografia.*

(7) Fidelino de Figueiredo, *Hist. da Literatura Portuguesa.* Tem edição em epanhol, na Edit. Labor.

letras castelhanas e ainda além da Meseta. Em resumo, antes de passar à parte literária, afirmamos com o já secular J. M. da Costa e Silva:

«Portugal e Galiza falaram sempre a mesma língua; é a História quem testifica esta asserção. Todos os antigos escritores espanhóis chamam língua galega ou língua portuguesa, ao idioma das duas nações; daqui vem que *Macias el enamorado* é contado por uns entre os poetas portugueses; daqui vem, dizerem uns, que El-Rei Dom Afonso o Sábio escrevera grande número de cantigas para música em galego, ao passo que outros dizem que foram escritas em português, mas a verdade é que todos dizem a mesma coisa, usando de denominações diferentes» (8).

Os primeiros começos da presença de Portugal nas Letras do Medievo Espanhol são, pois, pela língua.

II — *Portugal na poesia espanhola do medievo.*

Quanto temos dito das línguas explica a compenetração das literaturas; porém afirma o Marquês de Pidal: «Una de las primeras observaciones que desde luego se hacen al leer las antiguas colecciones de poesias, es el enlace íntimo y estrecho que tenian entre sí las dos literaturas castellana y portuguesa, si podian en efecto considerarse como cosas realmente diferentes» (9).

Vejamos os começos de ambas:

Fidelino faz partir a literatura espanhola do *Cantar del Mio Cid*, «atribuível a 1140. que alia à vetustez a anunciação dum típico espírito nacional; a portuguesa, ainda buscando esta aliança de prioridade e naciolidade, da poesia de Paio Soares de Taveiros, de 1189. Assim se justificaria que no subtítulo ou rubrica de aclaração deste livro a literatura espanhola aparecesse nomeada antes da portuguesa: nomeava-se antes a espanhola, porque nasceu antes da portuguesa» (10).

Para nós, ainda dando um «transeat» às teorias do cultíssimo professor Figueiredo (11), sòmente temos de lembrar-nos de aqueles antigos e já olvidados relicários que têm certo interesse para o tema:

---

(8) J. M. da Costa e Silva, *Ensaio biográfico sobre os melhores poetas portugueses.*

(9) Introdução ao Cancionero de Baena.

(10) Pyrene, págs. 18-21.

(11) Prescindindo de alguns dados, não posso calar que a Poesia Espanhola tem um século mais que a assinado até faz pouco (Poema do Cid, datável no 1140). Atoparam-se umas canções de amor «jarchas» do século XII) das quais escreve Dámaso Alonso:

I — Versos do poema da Cava.
II — A Canção de Figueiral Figueiredo.
III e IV — As duas cartas em verso de Egas Moniz Coelho.
V — Canção de Gonçalo Hermíngues.

Negados e discutidos estes antigos restos, chamados apócrifos (principalmente pela crítica portuguesa), têm sido estudados por João Pedro Ribeiro, pela Academia de Ciências de Lisboa, Herculano, Lopes de Moura, Milá, o P. Sarmiento e outros. Sòmente assinamos a presença hispânica em eles (12).

Mas são outros os monumentos que temos para decorrer.

Os Cancioneiros — Deles tem dito o eruditíssimo Braga, que realizaram a primeira unidade da Espanha e contribuiram na aliança moral de todos os povos. Neles, não sòmente estão presentes a Galiza e Portugal com o seu sangue e a sua alma, mas também a Península em canção de roda virente. Com o Conde de Barcelos e de Afonso Sanches, neto de D. Dinis, tem poetas de Leão, de Córdova, de Sevilha, de Talavera, além de vinte trovas com este título: *D'el Rei D. Alfonso de Castilla* e León que alguns julgam ser de El-Rei Sábio (13). Este mandou que as suas cantigas se cantassem na cidade de Murcia, prova da muita estima em que se tinha ao galego-português (14).

Em algaravia, misturavam as suas armas castelhanos e portugueses

---

«Esas canciones presentan en sus temas y en su léxico grandes coincidencias lo mismo con el cancionero galaico-portugués que con el castellano: han de ponerse al frente de toda la tradición lírica peninsular, como su cabeza común y primer eslabón conocido. Otra consecuencia de demoledora y creadora importancia para la literatura europea: la primera lírica conocida, ya no es la provenzal, sino la recién descubierta mozárabe española. (Véase en A. B. C. — 24 de Abril de 1950) — Sobre tan interesante tema se han hecho importantes estudios, algunos del mencionado Dámaso Alonso.

(13) Em 1953, tínhamos escrito: »La canción de Figuiral, en sentir del P. Sarmiento, puede considerarse como monumento de literatura gallega y el tema es español, pues se refiere al *Tributo de las doncellas*, tan corriente en todas las formas de la literatura desde Lucas de Tuy».

El Poema de la Cava, no precisa ser mentado en cuanto al contenido, por mas que Teófilo Braga lo fecha en el siglo XIV, y aún crea que se refiere a la batalla del Salado» («O Instituto», Rev. científica e literária, Volume 115, págs. 349 e 350, Coimbra, 1953).

(12) : Wolf, *Diez e os seus continuadores.*

(14) Ainda além da muralha chinesa de Fidelino (*Pyrene*, pág. 76).

para pelejar contra o inimigo de todos. Segundo diz um dos poetas do Cancioneiro de Roma, tomavam parte nesta cruzada os

> .....de Loredo
> De Burgos e de Vitoria
> E extremos de Toledo (16).

Uns e outros entoavam as suas cantigas, que levavam os portugueses da faixa Atlântica para o altar das espigas castelhanas, e baixando da Meseta à Lusitânia com o escudo feito «molho» de versos heráldicos, que como tem dito poèticamente Fidelino:

«— Se a literatura espanhola é forca, a portuguesa é amor.»

Os trovadores iam de povo em povo, e percorriam as cortes, como diz João Ayras lembrando-se dos seus rondares:

> — Andey, senhor, León e Castilla
> depois que m'eu d'esta terra quitey,
> e non foi hi dona nem donzella
> que eu non visse.....

A flor dos Cancioneiros abria-se em pétalas de excursões pela Sevilha e Granada que tão longe chegava a saudade de aqueles mimosos de alma atormentada, dos quais tem dito C. Michaëlis que «morrer de amor já era costume». Ruy Martins sempre terminava uma canção com este estribilho:

> .....meu amigo que se foy andar
> a Granada por meu amor lidiar.

Esta era a compenetração peninsular no coração saudoso dos Cancioneiros; e tanta admiração fez esta expansão poética em Herculano, que julgou que não era uma linguagem falada, senão «uma certa língua imóvel, convencional e puramente literária» (17).

Fidelino sòmente diz que muitos dos poetas que figuram nos Cancioneiros não são portugueses; também pertencem a outras nacionalidades, principalmente da Galiza.

---

(15) Veja-se um documentado estudo em: *Fraternidad de los idiomas y de las letras de Portugal y Castilla*, por Leopoldo Augusto Cueto; em *Memorias de la Academia Esp.*, Tomo IV, págs. 44 e seg.

(16) Pyrene, pág. 40.

(17) Carta de Alexandre Herculano, ao senhor F. Adolfo de Varnhagem. (cfr. Leopoldo A. Cueto, *op. cit.*, pág. 70).

Dom Diniz. — O filólogo e cronista português Duarte Nunes de Lião, o mesmo ano de 1606, em que Alderete publicava em Roma o seu livro: «Del origen y principios de la lengua castellana», escreveu um estudo sobre a origem do português. Em tempo tão recuado, já dizia Nunes falando dos começos: «Era a Língua Portuguesa, na sahida daquelle captiverio dos mouros, mui rude e mui curta, e falta de palabras e cousas por o mísero estado em que a terra estivera» (18).

Tem razão o cultíssimo historiador, e a crítica moderna confirmou a sua tese. Até à época de Dom Diniz o galego-português está na infância, e ele é o mais fecundo dos Cancioneiros, porquanto tem cento e trinta e oito composições. Este Rei, tão poeta, filho de Afonso III de Portugal, tinha ido à Corte do seu avô El-Rei Sábio que o armou cavaleiro (19). Além disto, na corte castelhana aprendeu quanto valiam as ciências e as letras. Ao voltar a Portugal fez traduzir as Sete Partidas e a Crónica Geral; rodeou-se de tradutores que vertiam para o português a obra do mouro Rasis e os livros latinos, arábicos e espanhóis. Tão parelhas foram ambas as literaturas, que diz o Dr. Lopes de Moura:

«— El-Rei Sábio D. Afonso o Sábio de Castela, e depois dele, El-Rei D. Diniz, foram entre os monarcas da Península os que mais se extremaram neste género de poesia.»

Vernhagem, referindo-se às Cantigas, escreve: «— Vemos que a sua língua é a mesma destas poesias [as do Cancioneiro de Lisboa] das de El-rei D. Diniz e mais contemporâneos portugueses». Depois, diz: «E em verdade, o português, quando mais antigo, mais nos parece um conjunto dos dialectos de Galiza e Astúrias».

Não tem estranheza tal paralelismo da linguagem, porquanto se misturavam temas e trovadores buscando favor nas diversas cortes (20). Este troar jogralesco continua depois de Dom Diniz; assim, em 1325, quando Castela começava a levantar a palmada do seu predomínio poético, ainda o galego-português pesava nas Cortes de Amor peninsulares. Afonso XI, rei de Castela, acolhia no seu palácio a quantos chegavam de Portugal, e João Ayras cantava em querela:

---

(18) Duarte Nunes de Lião, *Origem da língua portuguesa*, 1606.

(19) Assim nos informa Berganza em *Antiguedades de España*, Crónica de Cardeña.

(20) Para um estudo desta índole, tem de ver-se: Ramón Menéndez Pidal, *Poesía Juglaresca y juglares.*

Meu senhor *rey de Castela*,
Venho-me-vos querellar;
Eu amei unha donzella
Por quem m'ouvistes trovar...

Se mi justiça non val
Ante rey tan justicieiro
Hir-m'ey ao de Portugal.

É, porém, muito verdadeiro aquele testemunho de Santilhana, já tão repetido:

«— É después fallaron ésta arte que mayor se llama é el arte comun, creo, en los reynos de Gallicia é Portugal, donde non es de dubdar que el exercicio destas sciencias mas que en ningunas otras regiones é provincias de España se acostumbró; en tanto grado, que non há mucho tiempo qualesquier decidores é trovadores destas partes, agora fuesen castellanos, andaluces ó de la Extremadura, todas sus obras componian en lengua gallega ó portuguesa. E aun destos es cierto rescivimos los nombres del arte, asy como *maestria mayor, é menor, encadenados, lexaprén é mansobre*» (21).

E foi tal a impressão de Santilhana ao ler, ainda menino, um livro de trovas, que confessa: «— Acuérdome... seyendo yo en edad non provecta, mas assaz pequeño mozo, en poder de mi abuela Doña Mencia de Cisneros, entre otros libros haber visto un grand volumen de cantigas serranas é decires portugueses é gallegos, de los cuales la mayor parte eran del rey Don Dionís de Portugal... cuyas obras aquellos que las leian, loaban de invenciones sotiles, é de graciosas é dulces palabras» (22).

Disto comenta o Dr. Lopes: «O códice da Vaticana, é, se não o mesmo, uma cópia antiga daquele que o Marquês de Santilhana disse haver visto sendo menino, em casa de sua avó dona Mencia». Deste parecer, são muitos os que julgam que se trata do Cancioneiro da Vaticana (códice 4803), mas a verdade é que aquelas cantigas influiram em Santilhana.

Século XIV — Este século traz um arrasto do XIII, porquanto: Segue em Castela o Mester de Clerecía e a lírica doutrinal começada por El-Rei Sábio, e os seus sobrinhos D. Diniz e João Manuel.

---

(21) Carta ó Proemio al Condestable de Portugal.

(22) Pode ver-se a *Antología* de Menéndez Pelayo, para um comentário do texto. Também do mesmo autor, *Hist. de la Poesía Castellana en la Edad Media*, edic. Bonilla y San Martín, Vol. I, págs. 221 e seg., Madrid, 1911-1913.

Ao mesmo tempo, os últimos anos do XIV preparam a Corte Literária de D. João III, qualificada «como una especie de pórtico de nuestro Renacimiento» (33). Mas ainda admitindo o embrião da precedente centúria, tem notas de tudo diferentes. Já o narrativo que troveja no poema do Cid e na épica jogralesca, apenas tem presença neste século aburguesado. O *Poema de Alfonso Onceno*, de autor provàvelmente galego, não tem o valor épico do século precedente, mas em ele está o alentar galego-português, não sòmente na língua, mas também na forma e no sentimento. Tão-pouco pode medir-se com o ressoar das gestas o nomeado *Cantar de Rodrigo*, claro indício de que o século XIV adeja outros horizontes.

Além disto, o tema português apresenta-se nas letras hispânicas, redigindo a *Gesta del Abad don Juán de Montemayor*, estudado por Menéndez Pidal (34). O tema é português e folga na magnificência do mosteiro de Alcobaça, onde Dom João era senhor de todos os abades de Portugal. Esta lenda nascida em terras espanholas afincou-se em festas portuguesas, e fez passeio renascentista na florida *Diana* de Montemayor (história de Alcide y Silvano); incarnou na *Crónica cisterciense de fray Bernardo de Brito* (1602) e passou a outros livros hispano-lusitanos.

Neste século o Mester de Clerecia triunfa; mas, com tudo, verdeja a influência do galego-português. Ainda falavam a língua dos Cancioneiros muitos poetas de Castela, como: Pedro González de Mendoza, Garcí Fernández de Jerena e o pedinchão Alvarez de Villasandino, que é, — com a sua longa vida — um resumo do Cancioneiro de Baena. Deste Cancioneiro aqui sòmente repetimos com M. Pelayo: «— Mucha parte del *Cancionero de Baena* es evidente continuación de los cancioneros galaico-portugueses, así en los géneros y asuntos como en los metros, aunque, por lo común, en lengua diversa» (35).

Ainda que, em este século, se escrevem: O *poema de Yusuf*; os *Proverbios del Sabio Salomón*; a *Vida de San Ildefonso* e o *Libro de las miserias del home*; M.Pelayo, sòmente selecciona três poetas: o *Arcipreste de Hita*; o *Rabí Sem Tob* e o *Canciller Ayala* (36). Dos três reconhece no primeiro a influência galego-portuguesa, e escreve: «Creemos, pues, que el

---

(33) Menéndez Pelayo, *Hist. de la Poesia Castellana en la Edad Media*, edic. Bonilla, Tomo II, págs. 7.

(34) Ramón Menéndez Pidal, *Poesía Arabe y poesía Europea* (Col. Austral), págs. 159 e seg.

(35) M. Pelayo, *Hist. de la Poesía Castellana en la Edad Media*, edic. Bonilla, Tomo I, pág. 381.

(36) Id., I, pág. 226.

lirismo provenzal llegó al Arcipreste muy de segunda mano, y que no hay parte alguna de sus cantares que no pueda expicarse por fuentes de la propia Península: las *cántigas de loores de Santa María* por las Cantigas de Alfonso el Sabio, las de escolares y ciegos por la tradición popular, las *serranillas* por el Cancionero del Vaticano. No hay uno solo de los métros y combinaciones usados por el Arcipreste que no tenga allí sus paradigmas, incluso el endecasílabo, que por primera vez aparece en castellano:

«Quiero seguir a ti, flor de las flores,
Siempre decir, cantar de tus loores.
.....» ([37])

E a cinza do fogo glorioso eclipsou, ao doce lirismo galego-português. Predominou a poesia erudita, nomeada pelos portugueses «escola espanhola» e da que escreve o incansável Braga: «No regresso da batalha do Salado, trocamos a poesia portuguesa pela castelhana, e acabou-se esse domínio artístico que exercemos sobre toda a Península desde que acordara a musa galesiana» ([38]).

Século XV — Mesmo que decai a nossa influência na literatura castelhana, ainda os séculos XIII e XIV vertem seiva na árvore florescida do quatrocentos de Castela, já que não em vão enxertou nela a forma e ainda o seu espírito cavalheiresco e amatório. Podíamos repassar toda a Corte Literária de Dom João II e embarcar na magnificência triunfal e mediterrânea de Afonso V de Aragão, mas preferimos levantar os alicerces em algumas figuras sinaleiras e alumiar com elas as literaturas de ambos os povos.

Macias e Rodriguez do Padrão — Da faixa atlântica, quando as literaturas da Galiza e de Portugal eram um abraço de amor e beijo de terras, subiu à meseta de Castela a personalidade tão rija como delicada de Macias o Enamorado. Ele é um vaso de flores em estela de bronze: coluna firme e afincada como um coração de guerreiro namorado; alma exangue e esbatida em cheiro de rosas. Conhecidas são as lendas que rodeiam o seu peito ferido e atravessado pelo venábulo dum marido ciumento de Castela. Ouvide o seu suspiro de morte:

([37]) Id., tomo I, pág. 307.
([38]) Trovadores galecio-portugueses, cap. VIII.

Aquesta lanza sin falla
Ay coitado!
Non me la dieron del muro,
Nyn la prise yo en batalla
Mal pocado!

Mas viniendo a ti seguro
Amore falso é perjuro
Me firió, é sin tardanza
E fué tal la mia andanza
Sin ventura.

Todavia, Macias desceu ao jazigo deixando na flor da terra uma enchente poética e um fogo ardente que penetrou nas almas dos seus amigos e seguidores. Um outro Macias, trovador e galego, foi Rodríguez do Padrão; a ele pertence esta confissão:

Si te place que mis dias
Yo fenezca mal logrado
Tan en breve,
Plégate que con Macias
Ser merezca sepultado;

Y decir debo
Dó la sepultura sea:
«Una tierra los crió
Una muerte los llevó
Y una gloria los posea».

Rodríguez do Padrão volta a unir-se com o seu amigo, no poema de «Los Siete Gozos» e em cantigas como a seguinte:

Sólo por ver a Macias
E del amor me partir,
Yo me querría morir
.....
.....

Amigos na vida, foram lembrados na morte; eles se fizeram mais notáveis pela sua lenda que pelas trovas que compuseram. Garcí Sánchez recorda a sua visão:

Vi también a Juan Rodríguez
Del Padrón, decir penando:
«Amor, ¿porqué me persigues?
¿No basta ser *desterrado*?
¿Aún el alcance me sigues?

Este estaba un poco atrás,
Pero no mucho compás
De Macías padeciendo,
Su misma canción diciendo:
«*Vive leda si podrás.*»
.....
.....

Passou Macias como prototipo do primoroso amador: Santilhana na sua *Querella de amor,* escreve:

Vi un hombre ser llagado
de un gran golpe de flecha
con semblante atribulado:
«De ledo que era, triste,
Ay Amor! tu me tornaste,
la hora que me quitaste,
la señora que me diste.
.....
.....

Mesmo que no cocito infernal de Santilhana ouvimos a Macias nas graves estrofes do Laberinto de Mena:

— Tanto anduvimos el cerco mirando
que nos hallamos con nuestro Macías
y vimos que estaba llorando los dias
en que de su vida tomó fin amando,
llegué más cerca turbado yo, cuando
vi ser un tal hombre de nuestra nación
y vi que decía tan triste canción,
en elegiaco verso cantando:
«Amores me dieron corona de amores
porque mi nombre por más bocas ande,
entonces no era ni mal menos grande
cuando me daban placer sus dolores;
.....
.....
.....
.....

Penetrou Macias em todos os *Infernos de Amor*; e quantos versificaram alegorias dantescas, o viram magnífico e abatido ao mesmo tempo, chorando e louvando a sua desgraça.

Garcí Sánchez, que louquejara por uma prima sua, refere no seu inferno:

En entrando vi assentado
En una silla á Macias
De las feridas llagado
— Que dieron fin a sus dias
Y de flores coronado,

En son de triste amador,
Una cadena al pescuezo,
De su canción el empiezo:
«Loado seas, amor,
Por cuantas penas padezco».

Larga viagem teríamos de recorrer para demarcar a quantos na Espanha cantaram a Macias, e a todos os que foram em peregrinação poética ao seu jazigo. Não só aparece em poetas dos Cancioneiros ([39]), em Rodríguez de Cota e em outros mil, mas, também, passando o Ebro ficou na Catalunha, e foi Rocaberti quem lhe deu preferência mesmo com Cabestanh. Sempre a arder como uma ave fénix, e sempre ressuscitado; as suas cinzas levantaram labareda em «Porfiar hasta morir», de Lope, também fénix imortal. Desta elegia dramática fiz refundição a obra *El Español más amante y desdichado Macias*; três vezes aparece em *El Donado Hablador* ([40]); Tirso o nomeia em *Amor y celos* ([41]); o mesmo faz Guevara e volta no drama *Macias* e em *El Doncel de Don Enrique*, ambas as obras pedaços da alma do desventurado Larra. Não temos esgotado o tema

([39]) Ver, entre outras: *Poesias de Iñigo de Mendoza*, em Nueva Biblioteca de Autores Españoles, tomo XIX, pág. 46, b (Rivadeneira).

([40]) N. B. A. E., *Rivadeneira, XXXIII*, págs. 526-557 e 558. O amor vai bem com o coração de Portugal, mesmo que a literatura espanhola exagera, algumas vezes, recordando a Macias; assim Jerónimo de Alcalá diz: «Mostreme el rato que con mi viuda estuve, más elocuente que el griego Demóstenos, más amoroso que Macias y más derretido que un portugués» (Donado Hablador, II, pág. 5. Rivadeneira XXXIII, 557-b). E Castillo Solórzano escreve: «— Es el señor Don Cosme? — A cuya voz nuestro Macias, más derretido que todo Portugal dijo» (*Tardes entretenidas*, Madrid, 1908, pág. 174).

([41]) *Rivadeneira*, V, pág. 152 c.

— estudado por H. Rennert — mas já seria sair-nos excessivamente dos limites do nosso trabalho (42).

Santilhana (1398-1455) — Estudar ao Condestável de Portugal na Espanha, as suas relações com D. Iñigo de Mendoza e apresentar o bilinguismo português, afastaria os limites deste ensaio. Além disto, as reminiscências portuguesas em Santilhana são muito vistas e a elas fizeram alusão espanhóis e portugueses.

As serranas do Marquês são, mesmo, diferentes das do «Arcipreste» e de «Carvajales».

Ao realismo avultado de «Juan Ruiz» nas suas moças chatas, masculinizadas e barbadas, apresenta Santilhana as suas finas e bem vestidas:

Traia saya apretada,
muy bien fecha en la cintura;
a — guisa — de Extremadura
cinta, e collera labrada.

Quer pela delicadeza da forma, quer pela elegância de maneiras, nos faz reflectir ao artifício pastoril do Renascimento, e ainda aos distintos pastores clássicos. Outrora, D. Diniz tinha feito retratos semelhantes de donzelas camponesas que pisam com elegância os caminhos das aldeias e os pinheirais silvestres. Quer o Arcipreste, quer Santilhana mostram, algumas vezes, montesinas esquivosas e ariscas que ameaçam a quantos pretendem um amor ilícito. Também atopamos este tema nas trovas de D. Diniz; assim uma «pastor» deste faz o mesmo que a do Marquês respondendo ao pretendente:

De El-Rei D. Diniz

Tornou sahuda enton
Quando m'est'oiu dizer;
E diss: — «Ide vos varón,
¿Quén vos foi aquí trazer
Para m'irdes d'estorvar
Déu dig'aquote cantar
Que fez quen say ben querer.

(42) Em 1953, tínhamos escrito: «Muy interesante sería hacer fichero, de cuantos citan a Macias como prototipo de amador: Lope refiere su historia en el *Auto de Nacimiento* (Obras de Lope, R. Acad., pág. 455-a). Recientemente acaba de publicar Martínez Barbeito una obra titulada: *Macias el Enamorado y Juan Rodríguez del*

De Santillana

Respondime: «— Caballero,
Non pensés que me ternedes
Ca primero probaredes
Este mi dardo pedrero,
Ca después de una semana
Fago bodas con Antón
Vaquerizo de Rorana.

Percebe-se a notável diferença das duas composições. Em Santilhana a linguagem já está aperfeiçoada e limpa, como os efeitos das suas serranas formosas e gentis; mas é inferior a D. Diniz, na singeleza encantadora, na frescura delicada e realista das ideias que, pela naturalidade, bem paga o primitivismo da exposição. Mesmo temos de afirmar que as serranas de Santilhana têm a origem nas vaqueiras ou pastorelas dos Cancioneiros galego-portugueses. Santilhana, o mesmo que Gómez Manrique, além doutros poetas aragoneses, pulsaram o arcaico instrumento que, outrora, tinha brotado nas águas da Galiza e de Portugal. Ainda podiamos ver diferenças entre as raparigas dos Cancioneiros e as da literatura posterior — estudadas por M. Pidal —, mas ninguém negará o parentesco entre elas: Quanta força tem de dar a serrana de Cintra, para a vigorosa do Guadarrama e para a bravia de Carvajales: mesmo podiam estudar-se em paralelo com as moças dos Cancioneiros, todas as «pastores» de D. Diniz, e as donzelas de Alvaro Alfom, do jogral Lorenzo, Alboim e quantos embalaram o berço das meninas campesinas e serranas.

Mena (1411-56) — Mena, como Santilhana, foi amigo do Infante D. Pedro Condestável de Portugal, e autor de interessantes coplas. Este louvou ao Cordovês nos seus versos e, a eles, correspondeu Mena, porquanto — diz um historiador — «escribió el poemita moralista del *Concepto del mundo y la Sátira da felice e infelice vida.* Erudición vasta, elevación de pensamiento, la nobleza y serena melancolia de su inspiración poética y el perfecto conocimiento de la lengua castellana dan a este escritor portugués un distinguido lugar en la historia literaria española y hacen de él uno de los espíritus más interesantes en este periodo de transición. (43).

Padrón. No hemos podido ver tan interesante estudio que viene a sumarse a los de M. Pelayo, López Ochoa, Paz y Mona, San Visenti, Ranner y P. Atanasio López» («O Instituto», Rev. Científica e Literária, volume 115, Coimbra, 1953, págs. 358 e 359 (nota).

(43) Fidelino de Figueiredo, en una versión al español.

Gomez Manrique (1412-90) — Não só assistiu às bodas da Rainha Dona Joana de Portugal com el-Rei de Castela, mas faz este elogio de tão ilustre dama:

Muy poderosa señora,
Fija de reyes é nieta;
Reyna gentil é discreta
En virtudes más perfecta
Que cuantas reinan agora.
.....
Vuestras facciones polidas
Reyna de las castellanas,
Tan perfectas son é sanas
Que non parecen humanas,
Mas el cielo dessendidas:
Tanto que la su beldad
Escurece las más bellas
Como face las estrellas
El sol con su claridad.
.....

Gómez Manrique, influído pela escola galaico-portuguesa, finge morrer de amor à maneira de Macias, de cujos versos se lembra, e ainda glosa a Rodríguez do Padrão.

Coplas de Mingo Revulgo — De seguir nos primeiros capítulos do Renascimento espanhol, continua Portugal presente nas estrofes anónimas. Mesmo nas *Coplas de Mingo Revulgo* tem um primeiro plano dom Beltrán de la Cueva, e o degenerado Henrique IV. Além doutras alusões, a sátira dava este pregão de copla:

Uno le quiebra el cayado
Otro le toma el zurrón,
Otro l'quita el zamarrón
Y el tras ellos desbabado.

Y aún el torpe majadero,
Que se precia de certero,
Fasta aquella zagaleja
La de Nava *Lusiteja*
Le ha traido al retornero.

Onde se faz alusão à portuguesa Dona Giomar do Castro, dama da rainha, a qual andava revolvida em adultério com o boneco Henrique IV, escandalizando a todos.

O Romanceiro — O Romanceiro Português está tão afincado no da Espanha, que Fidelino faz este paralelo: «Em Espanha, o *Romancero*, sendo filho da fragmentação da épica jogralesca, é geralmente espanhol na sua parte mais antiga, mais valiosa e mais típica; em Portugal, é pura infiltração espanhola e francesa, com limitadíssima colaboração nacional. Entre as gestas espanholas e os romances populares pode-se estabelecer uma relação directa; mas em Portugal não é possível rastrear lais, baladas e romances, que antecedessem e preparassem a mitização da história nacional, condensada por Camões, exceptuado, talvez, o caso de Inês de Castro. Rebuscando no Romancero espanhol, encontram-se vinte e um romances com assunto português, mas quase todos literários ou de autor culto» (44).

Está no certo o cultíssimo professor: porquanto os muito belos romances com assunto português levam a marca de Castela. O Romanceiro espanhol pendura da trepadeira dos factos históricos e das armaduras dos heróis; o Romanceiro lusitano apenas recolhe o elemento épico, e os seus octossílabos estão amarrotados no tema amoroso. Porém, faz quatrocentos anos, em 1533, o ilustre João de Barros lamentava-se da falta de cantos épicos portugueses, e ainda tinha dito: «... mais proveito de tal música [épica] nasceria do que de saudosas cantigas e [trovas] namoradas».

Muito tecido de Penélope tem dado o tema da épica lusitana. Em meada de tecer e destecer fizeram estudos: Wolf, Garret, T. Braga, Carolina Michaëlis, Menéndez Pelayo, Menéndez Pidal e Fidelino de Figueiredo, e só nomeamos os mais conhecidos em ambas as literaturas. Muitos são os problemas: Lusitania tem incapacidade para a épica? Tiveram os portugueses romances épicos sem influência espanhola, nem europeia? Têm passado a Castela alguns romances portugueses? Até onde está presente Portugal no Romancero Espanhol?... Não é possível estudar tão interessantes problemas; sòmente afirmamos para o nosso tema: *O Romanceiro Espanhol tem temas de assunto português*. Fidelino nomeia os vinte e um seguintes:

1 — *Romance del Conde Alfonso Enríquez.*

2 — *Romance de Egas Moniz* (Núñez, leu Durán). Figura no Coro febeu de romances históricos de Juan de la Cueva (1587).

3 — *Romances de Don Pedro y Doña Inés*, é de Lobo Laso de la Vega, sacado da primeira parte do romanceiro e tragédias. Alcalá, 1587.

4 — *Romance de Dona Inés*, do mesmo autor.

---

(44) *Pyrene*, pág. 88.

5 — *De Don Pedro y Doña Inés*, anónimo, sacado de Romances vários de diferentes autores. Amsterdam, 1688.

6 — *De Doña Inés*, assunto português muito desfigurado; extraído do Cancioneiro de romances (anónimo), folio 176, v.

7 — *Romance del Duque de Guimarães*, anónimo.

8 — *Del Duque de Braganza, don Juan.*

9 — *De la Duquesa de Guimarães, anónimo.*

10 — *De Doña Isabel de Liar*, anónimo, extraído del Cancioneiro de romances. A matéria é difícil de identificar.

11 — *De doña Isabel de Liar*, anónimo. Narra a vingança da rainha assassinada.

12 — *De Don Sebastián*, anónimo, sobre a partida do rei.

13 — *De Don Sebastián*, anónimo, refere-se à oferta de um cavalo feita por um fidalgo ao Rei. Aplica-se a D. Sebastião o tema do romance: *Rey en mi caballo.*

14 — *De Don Sebastián*, anónimo.

15 — *De don Juan I de Castilla en Aljubarrota*, anónimo, aproveitado por Lope de Vega para a sua comédia que tem por título o primeiro verso do romance: *Si el caballo vos han muerto.*

16 — *Alfonso V después de la batalla de Toro*, sobre a desaparição do rei, sacado do *Libro de los cuarenta cantos de diversas e peregrinas historias*, de Alonso de Fuentes, Sevilha, 1550.

17 — *Alfonso X levanta a Portugal el feudo que pagaba a Castilla*, faz alusão ao episódio da embaixada de Dom Diniz perto do seu avô materno. É de Lorenzo de Sepúlveda, *Romances nuevamente sacados.* Antuérpia, 1551.

18 — *Bandos de Badajoz, entre Bejaranos y Portugaleses.*

19 — *Extensión de los dominios españoles en tiempo de Felipe II.*

20 — *Doña Inés de Castro, Cuello de garza.*

21 — *Ala muerte del Príncipe de Portugal*, de Fr. Ambrósio de Montesinos, publicado em seu Cancionero de diversas obras de novo trovadas. Toledo, 1508.

Quase todos estes romances foram reproduzidos por T. Braga, e em eles se tem de ver o muito que estavam compenetrados ambos os povos. Recentemente, o culto leitor de espanhol em Coimbra meu admirado confrade Viqueira, publicou um estudo que esgota o tema em muitas partes do Romanceiro (45).

(45) Nosso amigo, o Doutor e Catedrático José María Viqueira, publicou um notável livro com o título de *El Romancero, vínculo Hispano-Lusitano*, Coimbra, 1956.

Cancioneiro geral de Resende — Nele alenta Castela, e foi publicado em Lisboa no ano de 1516, cinco anos depois do de Fernando del Castillo. M. Pelayo escreve: «Abrase la enorme colección de García de Resende, y se verá, no sólo que muchos de aquellos ingenios son bilingues, sino que toda la materia poética allí archivada no pertenece al lirismo provenzal de la antigua escuela gallega, sino a la nueva escuela cortesana del tiempo de D. Juan II, la cual algunos rastros conserva de la vetusta tradición lírica peninsular, pero que no sólo habia olvidado á sus predecesores, sino que manifiestamente difiría de ellos en muchas cosas y se movia bajo otros impulsos, entre los cuales era el más notable la imitación italiana, a través de la cual algo del clasicismo antiguo comenzaba a insinuarse». O mesmo mestre faz esta confissão: «En suma, no parece que la lengua castellana, en el siglo XV, pagase dignamente a su hermana la portuguesa, lo que de ella habia recibido en los orígenes de la lírica. No sucedió lo mismo después de la triunfal aparición de Gil Vicente».

Em estes fragmentos do mestre aparecem um pouco carregadas as tintas, ainda que, vem se percebe em outros lugares do mesmo, as verdadeiras influências e o senso da colaboração. A imitação italiana era flor polipétala em toda a Península, mas as antigas raízes do lirismo tlântico, ainda não estavam descarnadas ao ar, para que os ventos do Renascimento as tivessem de secar. M. Pelayo julga este Cancioneiro como um abraço de ambos os povos, e escreve entusiasmado:

«Pero á pesar del poco valor intrínseco de casi toda la producción poética de los reinados de D. Alfonso V, *el Africano*, y de Dom Juan II, *el Príncipe perfecto*, y aún de los primeros años del felicísimo reinado de D. Manuel, siempre ofrecerá gran interés el *Cancionero de Resende* como monumento de una época gloriosa para ambos pueblos peninsulares y como símbolo de fraternidad entre ellos. Nunca estuvieron más estrechamente unidos en espíritu, por lo mismo que nunca habian realizado tan grandes cosas, si habian sentido tal plenitud en su consciencia nacional, tanto brio y esfuerzo en su brazo, tanta luz en su espíritu, tanta alegría en verdadera reliquia. D. Juan Valera ha expresado todo esto en frases elegantisimas como suyas» (46).

Para o nosso ensaio, interessa dizer que sè bilingues eram muitos

(46) M. Pelayo, *Hist. de la Poesía Castellana en la Edad Media*, edic. Bonilla, tomo III, pág. 347. — Don Juan Valera, tem dito: «El Cancionero encierra en sí el espíritu, la índole y la condición de estos nobles portugueses... Tomaron los portugueses el *Cancioneiro* que era un hermoso *in-folio*, y sobre el juraron todo lo que convenía».

engenhos do Cancioneiro de Resende, também eram os de outros cancioneiros peninsulares; mesmo Gómez Manrique versifica em português para contestar a Álvaro Brito e, porém, ficavam em Castela os últimos fios do novelo poético lusitano.

Cancionero de Baena — Este Cancioneiro, representativo da Corte literária de Dom João II de Castela, é outra prova das influências que estudamos.

Menéndez Pidal, comparando os cancioneiros galego-portugueses com o Cancioneiro *Gallego-Castellano de Baena* (segundo ele lhe chama) surpreende-se da falta das cantigas de amigo, e comenta: «En cambio, vemos continuarse las cantigas a la amada y las de escarnio y maldecir; el más antiguo poeta del Cancionero de Baena, Pero Ferruz, tiene de unas y otras, y antes que él, el Arcipreste de Hita tiene cantigas a la amada y cantigas de escarnia» ([47]).

Enfim, bem se saboreia a soleira galego-portuguesa no bulir misturado de Baena, cuja denominação de galego-castelhano é todo um símbolo. Percebe o perspicaz Fidelino o muito que está presente a sua pátria no mencionado cancioneiro, e não hesitou em afirmar que, esta compilação de Baena, na sua parte mais antiga é um documento inegável da influência de Portugal na lírica castelhana, e, ao mesmo tempo, da decadência do galego-português. Prescindimos das teorias de Julião Ribera sobre a famosa tese — hoje mais admitida que nunca — da influência da lírica hispano-muçulmana de Andaluzia; como também das teorias de M. Pidal que explicam estas coincidências, não pelo galego-português, mas pela tradição comum. A análise e exposição destas teorias apartar-nos-ia do nosso fim primordial; o mesmo que dar uma lista esmiuçada e longa de trovadores. Preferimos alumiar aquelas cristas que mais destacam no braço nocturno do medievo peninsular.

III — *Prosa novelística.*

O que a lírica é no verso, é a novelística portuguesa para a prosa medieval. Assim tinha de ser, porquanto a alma dos lusitanos leva nas suas veias o sangue celta: ardente, amoroso e empreendedor. As suas linhagens buscaram nos heróis da Bretanha a venera dos cavaleiros, e porém já no antigo Nobiliário do Conde D. Pedro de Portugal aparecem

([47]) R. Menéndez Pidal, *Estudios literarios*. Col. Austral.

as genealogias do Rei Artús, as lendas do Rei Lear e os encantamentos de Merlín.

Este amor pelas cavalarias abriu livro nas cortes da Galiza e de Portugal e uniu os nomes da Tábua (mesa) redonda nos mais ilustres cavaleiros da Corte de Dom João I. Eram estes livros o «vade-mécum» e breviário dos senhores e vassalos, o qual foi causa de que fossem conhecidos em Portugal antes que na Espanha (48). O *Amadís* parece que foi lido muito antes pelos portugueses, contudo, ainda hoje, tem problemas a discutir. A mais antiga edição diz assim: «— *Los cuatro libros del virtuoso cauallero Amadís de Gaula:* Complidos.

Colofón. — «*Acábanse los quatro libros Fueron emprimidos en la muy noble y muy leal ciudad de Çaragoza: por George Coci Aleman mil y quinientos y ocho años*».

No primeiro dos livros esmiúça: «fué corregido y emendado por el honrrado e virtuoso caballero Garcí Rodríguez de Montalvo, regidor de la noble villa de Medina del Campo, e corregidor de los antiguos originales, que estaban corruptos e compuestos en antiguo estilo, por falta de los diferentes escriptores...»

Existiam, porém, antigos livros antes de 1508 e, o saber se eles tinham sido escritos em castelhano ou em português, assim como a identificação do autor, é problema de muita difícil solução (49).

Sòmente nos interessa assinalar — em qualquer hipótese — como Portugal e Espanha se abraçaram no Amadís. Se neste famoso livro tem o lirismo e idealismo sentimental dos portugueses; pelos caminhos espanhóis corrichou desde fins do século XIV.

Pero Ferrús ou *Ferrandez* cantarola um «dezyr» à *Lopez de Ayala* e faz alusão ao Amadís assim como o famoso Chanceler confessa ter perdido o tempo a ler livros «de mentiras»:

Plógome outrossi oyr muchas vegadas
Libros de devaneos e mentiras probadas,
Amadís, Lanzalote e burlas asacadas.

---

(48) Para isto e para quanto seja geral orientação literária de Portugal, é muito conveniente a *Literatura Portuguesa*, de Mendes dos Remédios, e, também, o documentadíssimo estudo do P. Arlindo Ribeiro da Cunha, *A Língua e a Literatura Portuguesa*, 5.ª edição, Braga, 1959.

(49) Ver: Fidelino de Figueiredo, *Hist. de la Literatura Portuguesa* (Col. Labor), págs. 34 e 35. Menéndez Pelayo, *Orígenes de la novela*, edic. de Sánchez Reyes, 1953), tomo I, pág. 314 e seguintes.

O nome do sisudo Ayala tem não só recordação para o Amadís, mas também muitas lembranças de Portugal, porquanto esteve em prisão quinze meses no castelo português de Oviedes, saindo de aqueles «fierros et cadenas» sem o estandarte da «Ordem de la Banda» — que levara em Nájera e em Ajubarrota, — senão com o *Rimado de Palacio*, do qual tem dito Clarus, que é: «El espejo de la sociedad del siglo XIV». Ayala e Portugal estão presentes na Crónica de D. João I; e na Historiografia portuguesa, sobretudo em Fernão Lopes, um dos criadores destes estudos em Portugal e superior a Froissart.

Voltando ao Amadís, adoptamo-lo no reinado dos Trastámaras e nos «dezires» que passaram a Baena, além do florido cortejo castelhano. Em Portugal o Amadís serviu-se em bandeja de ouro para os cavaleiros e namorados do XIV, onde se diz o compusera Vasco de Lobeira. Tradição recolhida por João de Barros, A. Ferreira e quantos têm crido ser o livro verdadeiro filho de Portugal. Em canção castelhana, volteou o estribilho de Oriana, extorquido do Cancioneiro Coloci Brancuti:

Texto português

Leonoreta fin roseta
Bella sobre toda flor,
Fin roseta non me meta
En tal coita vosso amor.

Texto castelhano

Leonoreta fin roseta
Blanca sobre toda flor,
Fin roseta no me meta
En tal cuita vuestro amor.

Como Amadís e Oriana, uniram os seus temas Portugal e Espanha no episódio da Penha Pobre, e Rioja faz relação a um poema de Herrero no qual cita ao Amadís. Espanhóis e portugueses levantaram nos teatros a tragicomédia de Amadís: Gil Vicente, Lope, Calderón, Micer Andrés e Rey de Artieda trataram este tema, que fora comentado pelos mais grandes engenhos hispano-lusitanos.

Palmerines — Se o ciclo dos Amadises desenvolveu-se fora das fronteiras lusitanas, Espanha baixou a Portugal nos ombros dos invictos Palmerines. Em Portugal nacionalizou-se, e seguiu a descendência de Palmerín de Oliva, e incarnou em Dom Duardos de Gil Vicente, o mais poeta entre os dramaturgos das nossas origens, segundo tem dito M. Pelayo.

El siervo libre de amor — É a mais antiga novela sentimental que temos na Espanha, e deve-se ao último dos trovadores *Juan Rodríguez del Padrón*, do qual temos feito referência. Esta novela teve muita influência na literatura espanhola, e, ainda, em Portugal, onde basta olhar a Menina e Moça de Bernardim Ribeiro para ver o parentesco de ambas as novelas.

La Celestina — Outra novela, Himalaya no seu género, que já respira nos hortos do Renascimento ainda que recuados, pela bruxeria misteriosa e medieval, é a *Celestina*. Esta é nos séculos seguintes uma catadupa de temas, um Niágara de influências peninsulares: Encina, Gil Vicente, Torres Naharro, Lope... São nomes, entre outros muitos, que podem provar quanto lhe devem as literaturas de ambas as nações (50).

Temos deixado longas e enfadonhas questões, como aquelas que pudéramos relacionar com o escritor e bispo *Alonso de Cartagena*, embaixador em Portugal, e que tão grande parte tivera no pleito sobre a possessão das Ilhas Canárias. Têm motivo português as *Letras de Hernando del Pulgar;* de 1476 a 1495, podíamos estudar não só as rivalidades políticas entre Castela e Portugal, mesmo, também, aquela lusofobia que tinha doentes a certos cronistas castelhanos. Temos preferido fazer finca-pé na novelística, a qual está mais dentro do nosso tema e mais irmanada com o nosso lema, abraçado ao peito do cultíssimo Fidelino de Figueiredo:

«— E não será toda a criação literária da Península uma suprema expressão verbal do heroísmo e do amor...»

(50) Das muitas versões hispano-lusitanas da Celestina, quero seleccionar um fragmento de uma imitação portuguesa posta em espanhol. Nela pode-se ver como louva ao amor português e ainda o considera espanhol, a sua maneira. Depois de falar dos italianos, franceses e alemães, escreve: (— Sólo el portugués, timbre de los españoles y árbitro de todas las naciones, como discreto, galán y noble, incluye en sí todos los efectos del amor puro, estima a su dama, no sufre el verse ausente della, solicita de noche y de dia oraciones donde y como la puede ver, querria estar siempre en su presencia, los cuidados y fatigas lo enflaquecen, muda toda mala condición en buena, abrázase interiormente en pensamientos, que representa humilde con lágrimas y suspiros, señales de verdadero dolor; tiene su voluntad regresada en la de quien bien quiere; es constante en su fé; defiende a su dama de quien la quiere ofender; si la alcanza, no se aparta della hasta la muerte, y así la hace señora de sí mismo; no pretende otro provecho, sino el della, y así acomete atrevido todos los peligros, no pierde su memoria aún durmiendo, antes en eso se deleita, determinado de vivir o morir con ella; si desespera de alcanzarla mátase o hace extremos mortales. Todo esto y mucho más se halla por natural constelación en el portugués, verdadero enamorado, como lo fué el Rey Don Pedro que aún dospués de muerta su amada Doña Inés, quiso confirmar su afición con efectos públicos de ella» (*Comédia de Eufrosina*) por Jorge Ferreira, traduzida por Fernando de Ballesteros. N. B. A. E., XIV, pág. 139,a.).

Conclusão

Senhores, Portugal e Espanha têm vínculos peninsulares, históricos e literários; com notáveis diferenças, as quais, assinou Fidelino para as letras na conhecida frase:

«— Se a literatura espanhola é força a portuguesa é amor».

Se assim é, louvo-me desta terra namorada, à qual pertenço pelo de jogral galego-português, e pelo de minhoto de Lugo. E — ante ela — faço aquele louvor que Quintiliano tinha feito de Ennio:

«Ennium sicut sacros vetustate lucus adoremus, in quibus grandia et antiqua robora jam non tantum habent speciem quantum religionem» ([52]).

Não tenho dúvida que esos «sacros lucus» e os «grandia et antiqua robora» das letras lusitanas serão tão imortais que poderá dizer-se delas o que André Chenier tem dito das epopeias gregas:

> «— Trois mille ans sont passés sur le cendre d'Homère,
> Et depuis trois mille ans Homère respecté,
> Est jeune encore de gloire et d'inmortalité» ([53]).

E ponho termo, confessando que embora seja da Real Academia Gallega, pertença a dois institutos portugueses ([54]) e ainda tenha dois livros da minha autoria para o ensino do português na Espanha, onde sou catedrático de tão bela língua, tudo isto é muito pouco; mesmo quisera ter dois corações para dar um a Espanha — onde tenho nado — e outro a Portugal. Ambas as pátrias são minhas e, porém, estudei e ando a ensinar ambas as línguas

---

([51]) Pyrene, pág. 40.

([52]) Traduzimos, para os desconhecedores do latim: «Veneremos à Ennio pela sua antiguidade como se faz com os sagrados bosques nos quais os velhos carvalhos não têm tão formoso aspecto como reverência».

([53]) Tradução: «— Têm passados três mil anos sobre a cinza de Homero, e depois de três mil anos de ser respeitado Homero, ainda hoje é novo de glória e de imortalidade».

([54]) São: O Instituto de Coimbra e o de Arqueologia, História e Etnografia de Lisboa. Temos de agradecer aqui a quantos se dignaram levar-me para tão insignes academias.

As Cortes de Santarém de 1331

(RESUMO)

Por Jorge Faro

As Cortes reunidas em Santarém em 1331 e as Cortes Medievais Portuguesas;

Sistema de procuração e representação;

Redacção dos agravos, sua proveniência;

Os agravos quanto à amplitude geográfica a que se referiam, e quanto às queixas e sugestões que continham;

Providências que os agravos suscitaram.

Fundamentação metafísica da historicidade

(RESUMO)

Por Francis O'Farrell

A fundamentação metafísica da historicidade pode entender-se em dois sentidos: no sentido de buscar o fundamento da realidade, que denominamos história; e no sentido do nosso conhecimento dessa mesma realidade.

O Autor da presente comunicação começa por determinar fenomenològicamente o ser histórico, averiguando o que vem a ser aquilo de que, com razão, afirmamos ter história; e o que é que implica ter história. Analisando as diversas aplicações que damos ao qualificativo «histórico», chega à conclusão de que o homem é, do berço ao túmulo, um ser histórico. O que abaixo dele existe, na escala do ser, é impròpriamente histórico, em razão da sua imperfeição congénita; o que existe acima do homem, na escala do ser, é também impròpriamente histórico, por causa da imperfeição mais que humana que possui.

Mas o homem, tal qual é, não é sòmente histórico; conhece-se também como tal. A razão porque o homem é histórico no sentido próprio e pleno do termo é porque é também reflexivamente histórico, ou, por outras palavras, porque se conhece como tal.

De tudo isto se conclui que a História, filosòficamente considerada, se funda no ser do homem como histórico. É neste ser do homem que se encontra o fundamento metafísico da História.

Determinada assim, em geral, e fenomenològicamente a fundamentação metafísica da realidade que denominamos histórica, o Autor passa a investigar, sempre pelo mesmo processo, qual a determinação metafísica do homem, na sua qualidade de ser histórico.

Essa determinação encontra-se na união de três elementos já anteriormente apontados: mudança qualitativa; mudança irreversível; e mudança contingente.

Terminada esta análise, aponta as implicações, que há na liberdade humana, a fim de, por meio delas, se chegar ao sentido profundo da historicidade. E deste modo torna-se possível determinar metafìsicamente qual é a finalidade, geral e última, da História na ordem natural. À luz da Revelação cristã, poderia fazer-se, teològicamente, um estudo semelhante, quanto à finalidade sobrenatural da História; mas esse aspecto teológico está fora dos limites da presente comunicação.

La crisis de 1383 desde el punto de vista castellano

Por Luís Suarez Fernandez

La publicación de estudios históricos portugueses recientes ha permitido precisar y formular lo que, en términos ya tópicos, se llama la crisis de 1383 (1). Repasando los hechos del reinado de Juan I de Castilla, homónimo y contemporáneo del fundador de la Casa de Aviz, se comprueba no sin cierta sorpresa, que esta fecha tiene también, para la monarquía castellana, una profunda significación pues marca un giro radical en su enfrentamiento con los problemas internacionales y no solo con los puramente ibéricos. He pensado que unas breves líneas en un Congreso de esta naturaleza, podían resultar interesante contribución al esclarecimiento de una época en la Historia lusitana que, aunque bien conocida, guarda aun sugestivas posibilidades.

En el planteamiento de la crisis tuvo la mentalidad del monarca castellano más importancia de la que comunmente se cree. Pio, amable, caritativo, Juan I de Trastámara era un hombre de escasa capacidad de mando. Con su acerado lengua, Leonor Téllez se lo dijo, el día de la boda con Beatriz (17 de mayo de 1383) precisamente al maestre de Aviz, que cabalgaba a su lado: «quisiera que el hombre fuera más hombre» (2). Dos ideas pesan urgentemente sobre él, la de garantizar su legitimidad edificada debilmente sobre la tragedia de Montiel y la de restaurar el órden social sobre un equilibrio nobleza-monarquía que entendía sustantivo a la paz. De modo que los grandes problemas del momento — transformación económica y advenimiento de una nueva clase social burguesa — se le escapan. Aspiraba e ser

---

(1) Me refiero en especial a Marcello Caetano, *O concelho de Lisboa na crise de* 1383-1385, Anais, IIª Serie, vol. 4.°, y *As Cortes de* 1385, Coimbra, 1951, y también a A. Pimenta, *A crise de* 1383-1385 (en Idade Media), Lisboa 1947 y Salvador M. Dias Arnaut, *A batalha de Trancoso*, Coimbra, 1947.

(2) F. Lopes, *Crónica de D. Fernando*, vol. II, Barcelos, 1933, 196.

el perfecto continuador de la obra de su padre, nada más. Y Enrique II, elevado al trono por una rebelión de la nobleza, era generalmente considerado como el cumplidor de los ideales aristocráticos: distribuición de señoríos y organización del poder central al servicio de los intereses de la primera clase del reino. En conjunto, esto representan los Trastámara — progresiva señorialización del país. Una política semejante tenía que proporcionar amigos y enemigos irreconciliables, al otro lado de las fronteras: los nobles terratenientes de la Beira Alta portuguesa o de las Cinco Villas aragonesas veían con simpatía el régimen político castellano; para la burguesía periférica, lisboeta o barcelonesa, los Trastámara representan el supremo mal.

A esta política interna corresponde una adecuada postura internacional. Toda la acción exterior está condicionada a la amistad con Francia y a la enemistad de Inglaterra: los buques castellanos son enviados al Canal de la Mancha casi cada verano para atacar las ciudades británicas, la lana de la Meseta sustituye a las lanas inglesas en los mercados de Flandes y el dinero, las armas o la fuerza naval colaboran lo mismo en el sostenimiento de la enemistad de Escocia que en la instalación en Brujas y en Amberes de una Casa de Borgoña, enemiga inicial de Inglaterra. Correspondiendo a esto, los ingleses poseen un candidato a la corona de Castilla, envían sus corsarios a cortar la circulación naval entre Laredo y Brujas y tratan, por todos los medios, de empujar a Portugal contra Castilla.

Dictada por esta necesidad, la política castellana respecto a Portugal es tan sólo una parte del esfuerzo conjunto para constituir un bloque de enemigos de Inglaterra de un extremo a otro de la costa atlántica. Viene claramente señalada en el tratado de Santarém (19 a 22 de marzo de 1373) en que Enrique II consiguió imponer a Fernando I condiciones para él enteramente favorables (3): comercio libre entre los dos países, participación de las naves portuguesas en los ataques a Inglaterra, y matrimonios de infantes o bastardos castellanos con portuguesas de sangue real que, por el camino del parentesco, aseguraran la permanencia de la amistad. En la mente de Enrique II los objetivos de la conquista castellana iban hasta a proporcionar, por vía de boda, un futuro rey a los portugueses. Nada más. El primer Trastámara era suficientemente inteligente para saber que no podía passar de ahí.

(3) Texto en A. N. Paris, K-1338, fol. 51. Ver mi *Política internacional de Enrique II*, Hispania, LXII, 1956, 26-27.

Hasta el otoño de 1382, Juan I de Castilla se mantuvo fiel a esta política. Negociaciones para llevar adelante los proyectos matrimoniales y esfuerzos para evitar que Portugal se sumara al Papa legítimo de Roma al que los franco-castellanos no reconocían como tal. Cuando estalla de nuevo la guerra — Portugal reconoce al pretendiente inglés, duque de Lancaster, y recibe un cuerpo expedicionario de tropas británicas — el objetivo de Castilla parece invariable: hacer la paz cuanto antes restableciendo las condiciones del Tratado de Santarem. Así se hace en la paz de Elvas del 9 de agosto de 1382: se devuelven a Portugal las plazas ocupadas, los prisioneros y el botín; se compromete el matrimonio de la heredera lusitana, Beatriz, con el segundogénito castellano, Fernando; el soberano portugués reconoce al Antipapa de Avignon (4).

Durante las negociaciones, los diplomáticos castellanos tuvieron ocasión de medir la división interna de Portugal, explicación única de su debilidad en la guerra. Pero no la comprendieron. A lo sumo, se ofreció a ciertos miembros de la alta nobleza — los infantes don Juan y don Dinis están refugiados en Castilla — promesas de apoyo futuro. Pero la honda disyunción entre el antiguo Portugal y el nuevo de las ciudades que pugnaban por labrarse un brillante porvenir por la vía del comercio, no fué percibida. El Consejo Real, el propio rey, estaban psicologicamente mal preparados para recibir en Pinto, cerca de Madrid, en diciembre de 1382, una brusca propuesta: la de casar a Beatriz con el monarca y convertir así a Juan de Trastámara en el heredero de Portugal.

Se ha dicho muchas veces, en especial por historiadores españoles, que el tratado de matrimonio que siguió, estaba destinado a producir la unión de Castilla y Portugal y, por consiguiente, que en Aljubarrota se ha quebrado la posibilidad de tal unión. Es preciso analizar concienzudamente el documentos, que poseemos y que ya utilizó fielmente Fernão Lopes en su Crónica, para darse cuenta de la falsedad de tal afirmación. Solo había dos posibilidades remotas de que la unión sucediera: por muerte de Beatriz sin hijos, habiendo consumado matrimonio y sobreviviendole Juan, o por muerte de los dos hijos, Enrique y Fernando, de éste, a quienes se reservaba la corona castellana. Es evidente que nadie contaba con tales posibilidades en el momento de la negociación (5). Esta se enderezaba — de ahí

---

(4) P. E. Russell, *The english intervention in Spain and Portugal in the time of Edward III and Richard II*, Oxford, 1955, pág. 340.

(5) Expongo esto con más detenimiento en mis *Capitulaciones matrimoniales con Portugal en el siglo XIV*, Hispania, XXXIII, 1948, 547 sgts.

la omnipotente legación del favorito de la reina, Juan Fernández de Andeiro — a garantizar, con las armas castellanas, una regencia de Leonor Téllez que se adivinaba próxima, larga y fructífera. Las instrucciones que se dieron a Andeiro, recientemente investido conde de Ourem, fueron minuciosamente redactadas para mantener bien clara la separación entre ambos reinos (6). Todas las posibilidades que se ofrecían a Castilla eran, para el presente, una colaboración estrecha, en política económica o exterior, para el futuro, la instalación de una rama de la Dinastía Trastámara en el trono de Portugal.

Es que, acaso, Juan I de Castilla se dejó ingenuamente prender en el juego egoísta de la reina y de su favorito? Cuesta trabajo creerlo. Hubo, por su parte, duplicidad y mala fe, deseo de precipitar las cosas saltando por encima de los obstáculos como si, de antemano, estuviese decidido a no cumplir las condiciones acordadas. Quería llegar, a toda costa, y cuanto antes, al fin. En unas instrucciones secretas a sus embajadores, don Pedro de Luna y don Juan García Manrique (7), se percibe la apresurada urgencia del monarca. Rumores que le llegaban de todas partes, anunciando el próximo fin de Fernando I y la impopularidad creciente de la reina. En el matrímonio veía la ocasión de un futuro intervencionismo en Portugal.

Por ambas partes, mala fe. En un juego de gato y ratón, los castellanos comenzaron exigiendo la regencia en el caso de un fallecimiento prematuro de don Fernando. Andeiro se aferró a la regencia de Leonor — hasta que hubiera, del nuevo matrimonio, un hijo mayor de edad — y ofreció en cambio la alianza de Portugal contra Inglaterra. Aclaremos. Beatriz tenía apenas diez años en el momento de casarse; esperar a que su hijo llegara a la mayoría era darse un plazo bien largo. Por otra parte la entrada definitiva de Portugal en el bloque antibritánico, con el cierre subsiguiente de mercados ingleses, acarrearía algo más que la antipatía de las nacientes burguesías de Oporto y Lisboa. Aun así, los castellanos aceptaron (8). Ya desde el primer momento se establecía una barrera de separación: Enrique o Fernando heredarían Castilla y los eventuales hijos de Beatriz, Portugal; solo en la medida en que fuera solicitado por las autoridades portuguesas — léase Leonor Téllez y Juan Fernández de Andeiro — podía intervenir Juan I en los asuntos internos de este reino.

---

(6) Moreira 15 octubre 1382. A. G. Simanas. Libros de copias de Patronato Real, XXVII, 19v-22.

(7) Enero o febrero 1383. A. G. S. Patronato Real. Leg. 47, fol. 44.

(8) Acuerdo en A. G. S. Patronato Real. Leg. 47, fol. 17.

El monarca castellano no podía ignorar que con este matrimonio forzaba las cosas hasta un extremo lleno de riesgos. No encuentro más explicación a su actitud que el designio premeditado de servirse de la impopularidad de la reina. Pero creía que el movimiento de oposición no podía venir más que de un sector, el de la alta nobleza, y tenía razones para confiar en ella, razones en el futuro no desmentidas. Es difícil saber cuales eran sus pensamientos; no se franqueó ni a sus consejeros más íntimos, como si temiera el reproche. Es evidente que, por encima de todo, había una baza importante a ganar, el ensamablaje de Portugal en el sistema de alianzas franco-castellano que, imponiendo la hegemonía en el mar, auténtica talassocracia vizcaína, y reduciendo a los ingleses a sus solas cabezas de puente en la costa occidental francesa, haría un bloque del litoral atlántico, desde Amberes hasta el cabo de San Vicente. Es muy posible que, en aquella hora, Juan I creyese necesario su matrimonio para garantizarlo.

Las ceremonias de la boda tuvieron lugar, con gran solemnidad, en Elvas y Badajoz entre los días 13 y 17 de mayo de 1383. Fernando murió, en la noche del 22 al 23 de octubre del mismo año. El curso de la enfermedad era minuciosamente conocido porque, hecho sintomático, Juan I mantenía contacto muy estrecho con algunos nobles portugueses (9). La noticia del fallecimiento llegó a Torrijos, en donde se encontraba el monarca castellano, pocos días más tarde. La Corte se transladó a Toledo para rendir al difunto sus exequias solemnes. Y, de pronto, el rey sorprendió a sus consejeros con una radical propuesta, la de tomar en sus manos el gobierno de Portugal como le aconsejaban ciertos caballeros de este reino. Esto último era seguramente cierto. Parece evidente que, al entrar en Portugal, los Trastámara encontraron partidarios que no eran los de la reina, gentes que veían en la intervención castellana, un medio de librarse del dominio antipático de Leonor Téllez y sus tres validos, Juan Fernández de Andeiro, Juan Alfonso de Baeza y Fernán Alfonso de Zamora, castellanos también pero — no hay que olvidarlo — exilados políticos, intransigentes petristas que no aceptaban el veredicto sangriento de Montiel.

Así desencadenó el monarca de Castilla la crisis de 1383 o, por mejor decir, sumergió a su reino en ella, dando a la guerra, de sorprendente dureza para aquel tiempo, el carácter desagradable de lucha civil. Acumulando errores, prendió al infante don Juan y dió al movimiento portugués

(9) Ayala, Crónica de Juan I, 83.

un mártir inicial. Inmediatamente, el Trastámara se vió desbordado por los acontecimientos. Recibido en Guarda el 13 de diciembre de 1383, tres días más tarde, el pueblo de Lisboa se daba un jefe en la persona del maestre de Aviz, que se titulaba *protector del reino*. Leonor Téllez, en Santarem, vino a encontrarse en el eje entre dos partidos, Lisboa y Guarda, cada uno con ideario político distinto. Llena de rencor, eligió a su yerno antes que a su país y consumó la división que arrastraría a Portugal a una sangrienta de tres años con brotes de revuelta social como el levantamiento de aldeanos en la Beira. Lo demás es perfectamente conocido: fracaso de los castellanos en Lisboa, cabalgadas brillantes de Nun Alvarez Pereira, batalla de Trancoso, espléndida victoria portuguesa de Aljubarrota, uno de los más brillantes hechos de armas de todos los tiempos. Tiempo nuevo: entre Soure y San Jorge nacía el nuevo Portugal que desgarraría las tinieblas de las rutas del mundo.

Para Castilla, la crisis de 1383 tiene también amplias consecuencias. Impopular, la empresa reveló la debilidad militar de la dinastía, latente bajo la apariencia de fáciles victorias. Al encontrar en un sector de la nobleza lusitana apoyo decidido, Juan I de Trastámara suscitó una corriente migratoria que, intensificada en años posteriores, trajo a Castilla injertos de linaje portugués, los Silva, los Pimentel, los Pacheco, los Téllez. Así, lejos de producir una barrera insondable, la contienda trajo un acercamiento, tanto más fácil cuando, al iniciarse la expansión portuguesa, se comprobó que su comercio no era concurrente del castellano. Treinta años después de Aljubarrota, los hijos de los marinos vascos que hicieran el bloqueo de Lisboa, colaboraban en el cerco de Ceuta, la primera singladura en el Imperio marítimo portugués. Acercamiento que, pese a todos los obstáculos, no hará sino acentuarse porque en esta crisis de 1383, como en la de 1474, a la inversa, había gentes de cada país, luchando a uno y otro lado de las líneas. La mitad de la sangre de Isabel la Católica, la de su madre, era portuguesa.

INTERVENÇÕES

O Prof. Torquato de Sousa Soares felicitou o Prof. Fernandez, dizendo que o Conferente teve razão ao afirmar que o facto mais importante da guerra dos 100 anos se passou aqui na Península. Faz duas observações ligeiras: 1.ª — acha que se tem exagerado no que se refere à divisão de classes

em Portugal nessa época; 2.ª — a aliança com Castela não deveria prejudicar grandemente o comércio de Lisboa e Porto.

Agradeceu o Prof. Fernandez, que disse estar conforme com a 1.ª observação. Quanto ao 2.º ponto, diz que na esfera do comércio com o bloco franco-flamengo não haveria prejuízo no bloco inglês.

Fala a Prof.ª Dr.ª D. Virgínia Rau que diz não ver os dois blocos de comércio situados no séc. XIV.

Alguns aspectos das Casas Medievas do Porto (séc. XIV)

(RESUMO)

Por João Albino Pinto Ferreira

I — *A cidade episcopal medieva.*
a) População.
b) Comércio e Economia Geral.

II — *A habitação e suas características.*
a) Casas portuenses do séc. XIV.
Conclusão.

A Relevância de Pedro Hispano na Filosofia Medieval

Por João Ferreira, O. F. M.

A personalidade filosófica de Pedro Hispano, bastante desconhecida ainda dos historiadores-autores das histórias universais e nacionais do pensamento, tem um relevo sem par na ambiência intelectual da Europa culta dos séculos XIII a XVII.

A reputação de que gozou foi enorme. Os seus contemporâneos e escritores antigos deixaram dele os melhores elogios.

Assim, Fr. Ptolomeu de Lucca, cronista medieval de nomeada e confessor de S. Tomás de Aquino, não obstante a pouca simpatia que consagra ao Papa João XXI, em cujo pontificado o seu ilustre confrade viu algumas teses próprias serem atingidas nas condenações de Paris de 1277, di-lo «magnus in scientia» (1). O *Chronicon Januense* de Tiago deVaragine, O. P. († 1292) classifica-o de «scientia physicali et naturali repletus» (2). Francisco Pipini, O. P. († ca. 1314) chama-lhe «egrégio varão de letras» (3) e «magnus philosophus» (4). Ricobaldo de Ferrara, seu contemporâneo, di-lo «Magnus Magister» (4) e Martinho Polono, O. P. († 1278), que viveu na corte pontifícia, refere-nos que «foi famoso e subtil em diversas ciências» (5). Os *Annales Basileenses* dizem-no «in

(1) PTOLOMEU LUCENSIS, *Historia Ecclesiastica*, em *Rerum Halicarum Scriptores*, vol. XI, Mediolani 1727, col. 1176 (ed. Muratori).

(2) JACOBUS DE VARAGINE, *Chronicon Januense*, em *Rerum Italicarum Scriptores*, vol. IX, Mediolani 1726, col. 52 (ed. Muratori).

(3) FRANCISCUS PIPINI, O. P., *Chronicon*, in *Rerum Italicarum Scriptores*, vol. IX, Mediolani 1726, col. 723 (ed. Muratori).

(4) RICOBALDUS FERRARIENSIS, *Pomarium Ravennatis Ecclesiae sive Historia Universalis*, Rer. It. Script., vol. IX, Mediolani 1726, col. 181.

(5) MARTINUS OPPAVIENSIS, O. P., *Chronicon Pontificum et Imperatorum*, in *Monumenta Germaniae Historica*, Scriptorum, vol. XXII, Hannoverae 1872, 443.

omnibus disciplinis instructus» (6). Fr.Paulino de Veneza († 1344), fazendo uso duma expressão de Ptolomeu de Lucca, chama-lhe «Generalis clericus et famosus» (7). E o franciscano zamorense Fr. João Egídio no seu *De Praeconiis Hispaniae*, diz nos fins do século XIII: «philosophus et medicus celeberrimus» (8). Platina († 1481) escreve: «docti doctissimus et vir admodum litteratus» (9). E Tritémio: «vir in medicina valde eruditus et in saeculari philosophia magnifice doctus» (10). Ciaconius, O. P.: «philosophus et medicus celeberrimus» (11). Salimbene de Adam, O. F. M. (séc. XIII): «magnus sophysta, logicus, disputator atque theologus» (12). Wadingo, O. F. M.: «homo litteratissimus» (13). E as *Notae Sancti Martini Lemovicenses* proclamam-no «magister in theologia» (14), tudo indicando, que Pedro Hispano foi, senão «o homem mais douto do seu tempo», como quer o autor do *Diário de João XXI*, que se conserva no Cod. Urb. lat. 1687 (séc. XVIII), ao menos um homem extraordinário no ambiente científico do seu tempo.

I

Influência pedagógica de Pedro Hispano na Europa culta durante a primeira e segunda Escolástica

Nem sempre há proporção entre valor e influência. Autores houve cujo valor foi notório e não tiveram ocasião de influenciar; e outros, que

(6) ANNALES BASILEENSES, em *Monumenta Germaniae Historica*, Script., vol. XVII, Hannoverae 1861, 202.

(7) PAULINUS DE VENETIIS, *História Satyrica*, Excerpta ex Jordani Chronico, en «Antiquitates Italicae Medii Aevi», XI, Aretii 1777, col. 741-742.

(8) JOANNES AEGIDIUS, *Liber de Praeconiis Hispaniae* ad informationem principum et magnorum, Col. lat. Bibl. Nat. Paris. 175 (norw. acquis.) fol. 46r. Existe hoje uma cuidada edição desta obra pelo Dr. P. Manuel Castro, O. F. M., prof. no Seminário franciscano de Santiago de Compostela.

(9) PLATINA (Bartolomeu Sacchi), *Liber de Vita Christi ac omnium Pontificum*, Rer. It. Script., vol. III (1.ª P.), ed. nova sobre o texto de Muratori, Bologna 1932, 248.

(10) TRITHEMIUS, J., *De scriptoribus ecclesiasticis*, Parisiis 1512, 107.

(11) CIACONIUS-OLDOINUS, *Vitae et res gestae Pontificum Romanorum et S. R. E. Cardinales*, II, Romae 1677, 209.

(12) SALIMBENE DE ADAM, *Cronica* (a cura di Ferdinando Bernini), I, Bari 1942), 441.

(13) WADDINGUS, Lucas, *Annales Minorum*, V, Quarachhi 1931, 2.

(14) NOTAE S MARTINI LEMOVICENSES (s. XIV), em *Monumenta Germaniae Historica*, Script., vol. XXVI, Hannoverae 1882, 438.

influenciaram por causas fortuitas, sem terem sido dignos da sua influência. Pedro Hispano parece ter reunido a dupla condição do valor e da influência, uma, que as suas obras ricas e abundantes ainda nos podem testemunhar; outra, que a história nos pode transmitir. A acção directa exercida pelo seu ensino e livros alcandorou-o ao plano de celebridade mundial. E, sem dúvida, que o veículo mais directo dessa influência foi o seu pequeno livro intitulado «Súmulas Logicais», que foi tomado como cartilha-base e introdução ao estudo das ciências em toda a Europa culta. No dizer de Bochénski, conhecido logicista moderno, «não houve nenhum escolástico que não tivesse conhecido este livro, ninguém que o não tivesse citado e qne não supusesse as suas doutrinas conhecidas» (15). As razões desta fama e universalidade foram a clareza do estilo, o modo de tratar a matéria em forma de compêndio, o estrito formalismo do autor em evitar as questões mais profundas, matendo ao mesmo tempo um certo e admirável rigor, o que tudo se conjugou para recomendar o livro para as escolas (16). Composto (ou *compilado* no dizer de Kilwardby, seu primeiro comentador) para maior introdução dos estudantes na arte dialéctica, e por condescendência para com o pedido de alguns nobres, o livrinho, dividido em 12 tratados (em *dodici libelli*, como lembra Dante no canto XII do *Paraíso*), passou a ser conhecido de todos os filósofos e teólogos e a ser base de toda a preparação científica e dialéctica (17), valendo ao seu Autor o epíteto de *Príncipe dos Sumulistas* (18) e dos dialécticos. Por ele, passou Pedro Hispano a ser o pedagogo número um das gerações universitárias que se sucederam em quatro séculos.

Na universidade de Erfurt as Súmulas eram matéria de disputa nos exercícios vespertinos (19). Nos estatutos de 1409 da universidade de

---

(15) BOCHENSKI, I. M., *Introductio às Súmulas Logicais de Pedro Hispano*, ed. Marietti (Turim 1947), p. XVII e V.

(16) Ib., p. V. Escreve Cassiano Abranches: «O segredo da difusão das Súmulas [...] é a sua simplicidade e o método ordenado que o seu autor soube dar-lhes. Despidas de todo o aprofundamento metafísico das várias questões tratadas, prestam-se à maravilha para uma introdução propedêutica à filosofia, sem embrenhar os alunos, logo de princípio, em aprofundamentos de que não eram ainda capazes» (Cf. em *Revista Portuguesa de Filosofia*, 1952, 255).

(17) GRABMANN, M., *Handschriftliche Forschungen und Funde zu den Philosophischen Schriften des Petrus Hispanus, des späteren Papstes Joannes XXI* († 1277), München 1936, 66.

(18) MASTRIUS, *Disputationes in Organum Aristotelis*, I, ad Prologum, p. 1.

(19) EHRLE, F., *Der Setenzenkommentar Peters von Candia, des Pisaner Papstes Alexanders V*, Munster in Westf., 1925, 202.

Leipzig, os tratados logicais do Portugalense, ocupavam o primeiro lugar entre os livros destinados aos graus do bacharelato (20). Na universidade de Colónia o texto de Pedro Hispano é comentado e editado por duas escolas distintas, em fecundo despique — os tomistas e albertistas (21). Em Ingolstadt, Heidelberg e Tubinga são admitidas as explicações da lógica com base no texto de Pedro Hispano.

Da influência na universidade de Paris fala eloquentemente a copiosa corrente nominalista desde João Buridan até João de Mair; a entrada do mestre português foi de tal ordem que no dizer de Pierre Duhem, «a lógica de Pedro Hispano dominou, durante todo o século XIV e XV o ensino da Universidade» (22), servindo de instrumento agudo e penetrante para a tratação dos grandes problemas da Física, da Metafísica e da Teologia (23). Em Viena de Áustria, os estatutos da Universidade impunham aos alunos a audição das Súmulas. Sabemos que durante o decénio 1390--1400, houve anualmente a explicação dos «Tractatus Petri Hispani», com professores e comentadores diferentes para cada ano (24). Na universidade de Praga era livro obrigatório para o bacharelado (25) e na universidade de Cracóvia, além de ser muito conhecido e disputado entre os alunos, servia também para os graus de bacharelado. Isto para não falar de outras universidades como Friburgo (Schw.), Glasgow, Zwolle, Delft, Salamanca, Lisboa, México e Coimbra.

A atestar a influência nítida do livro na mentalidade universitária, está o elenco vasto de comentadores conhecidos, que se sucederam em diversas épocas, explicando as súmulas pelos centros universitários mais conhecidos da Europa e da América, e o número incontável de manuscritos e edições impressas que a obra conheceu (26).

---

(20) Ib. 206.

(21) Da parte dos tomistas estavam Versório e Lamberto do Monte e da parte dos albertistas, Gerardo de Harderwyck e Arnoldo de Tungris.

(22) DUHEM, PIERRE, *Études sur Léonard de Vinci*, Seconde Série, Paris 1909, 22.

(23) DUHEM, PIERRE, *Études sur Leonard de Vinci*, Troisième série, Paris 1913, 161.

(24) Cf. ASCHBACH, JOSEPH, *Geschichte der Wiener Universität im erstn Jahrhunderte ihres Bestehens*, Wien 1865, 109-172.

(25) ALBERT LANG, *Heinrich Totting von Oyta*, em *Beiträge* [...], XXXIII, H 4/5 Münster (W) 1937, 16.

(26) Possuímos um elenco a passar de 90 comentadores. E organizámos também elenco semelhante das edições impressas das Súmulas Logicais, colhendo para cima de 250 edições.

Todavia, deve notar-se, que Mestre Pedro Hispano não contribuiu apenas como lógico e como mentor dialéctico na passagem do mundo estritamente medieval para o mundo renascentista. Pelos notáveis comentários aos livros de Aristóteles e às obras teológico-místicas do Pseudo-Dionísio, e pela copiosa obra médica que nos legou, num total de mais de 23 obras, P. H. revela-se um autor não apenas fecundo mas significativo para o estudo do complexo das doutrinas filosófico-teológicas e científicas da Escolástica áurea.

Teve o mérito de tentar a síntese em três obras fundamentais, que podemos considerar um plano de grande alcance metodológico-pedagógico: As Súmulas Logicais, Scientia libri de anima e o Thesaurus Pauperum.

Nas Súmulas, o êxito foi completo, contribuindo não só para o primeiro sucesso clássico na sistematização da lógica, mas para um enorme desenvolvimento, que alguns críticos actuais têm posto em foco (27).

Logo que o Autor se apercebeu do triunfo da sua síntese lógica, tentou semelhante síntese no campo da psicologia. Depois de ter exposto a doutrina de Aristóteles sobre a *alma*, em comentários que lhe valeram ser considerado o primeiro comentador latino do *De anima* (28), procurou, para maior síntese, ordenar um compêndio *sobre a doutrina tradicional*, da alma, reduzindo investigações mais extensas a breves sumas, o que realizou admiràvelmente no «Scientia libri de anima», a obra prima de Pedro Hispano no dizer de Grabmann. Esta síntese em psicologia é uma elaboração da psicologia aristotélico-arábica, com uma vasta utilização da ciência médica, elaborada segundo uma técnica livre e independente, fugindo ao modo comum do método escolástico de exposição. Na forma perfeita e elevada em que está escrita, não logrou a difusão.

Tal como em psicologia, P. Hispano depois de ter comentado os métodos antigos, publicando diversas obras e sobre variados assuntos (sobre os olhos, dietas, normas gerais para conservar a saúde, embrião, prognósticos, flebotomia, etc.) encontrou, no vasto contacto com a medicina, campo propício para realizar um outro género de compêndio, súmula vulgar de

---

(27) Cf. BOEHNER, PHILOTHEUS, *Medieval Logic* (An outline of its development from 1250-ca. 1400, Manchester University Press (1952), 36. MICHALSKI, CONSTANTIN, *Les courants philosophiques à Oxford et à Paris pendant le XIV siècle*, Cracovie 1921, 5.

(28) GRABMANN, M., *Mitteralterliche lateinische Aristotelesubersetzungen und Aristoteleskommentare in Handschriften spanischer Bibliotheken*, München 1928, 101-113.

ALONSO, MANUEL, *Pedro Hispano, Obras Filosoficas*, III, Madrid 1952, 64-79.

medicina, a que deu o nome de *Thesaurus pauperum*, destinado ao uso dos pobres. Esta obra encontrou o favor dos médicos e do público, multiplicando-se em sucessivas edições impressas e manuscritas (só de edições impressas conhecem-se para cima de 70) e foi traduzida em italiano, espanhol, francês, inglês, português, havendo uma edição portuguesa impressa em caracteres hebreus. A aceitação desta obra foi geral.

Contudo, mais que a análise de factores metodológico-pedagógicos que envolvam a sua influência sobre o pensamento escolástico do tempo, importa seguir de perto as linhas fundamentais e as características da filosofia, para bem o sabermos situar nas correntes doutrinais da Idade Média.

II

Linhas fundamentais e caracterização da Filosofia de Pedro Hispano

No imperfeito conhecimento que ainda existe sobre a obra total de Pedro Hispano, tem-se por vezes julgado o nosso *Summulator* apenas como um dialéctico e um médico. Hoje, com a publicação dos textos feita pelo P. Manuel Alonso, S. J., podemos já delinear a sua posição filosófica nas linhas mais fundamentais.

1. — *Natureza e âmbito da filosofia*

Segundo P. H., a especulação filosófica tem como âmbito as essências, propriedades, potências, operações, ordem, medida, peso, efeitos e causas de todas as coisas. Em tudo, a filosofia deve perscrutar a eminente sabedoria, o poder e a bondade do Primeiro artífice e penetrar os segredos da natureza.

Tem, além disso, a missão de investigar o conteúdo das substâncias corpóreas e incorpóreas, na tríplice ordem dos *entia, viventia et cognoscentia.*

Cumpre-lhe, por fim, buscar o conhecimento das substâncias corpóreas (mais acessíveis, porque são objecto da sensibilidade) e das substâncias incorpóreas, que por estarem imunes da matéria, necessitam de diligente e frequente perscrutação do intelecto para serem apreendidas ([29]). A filosofia abrange o estudo das *res supremae, res mediae* e *res infimae*: de Deus, do homem e do mundo.

([29]) PETRUS HISPANUS, *Scientia libri de Anima* (=DA), ed. P. M. Alonso Madrid 1941, 45.

2. — *Ontologia e metafísica*

1.º — O objecto da metafísica é o ser, contido universalmente na tríplice ordem do ser, viver e entender (entia, viventia e coggnoscentia).

2.º — O ser é o objecto geral do intelecto especulativo e prático, embora sob diversos aspectos: o ser sob o aspecto de verdade para o intelecto especulativo; e o ser sob o aspecto de bondade, para o intelecto prático (30).

3.º — Estrutura do ser: Pedro Hispano é partidário do hilemorfismo universal, ao defender que todas as substâncias criadas baseiam a sua constituição em dois princípios proporcionais, que a são a matéria e a forma, e que constituem a integridade duma substância completa. A matéria é como que o substracto sobre o qual actua a forma que completa, entifica e estabiliza no ser. Forma significa perfeição e actualização.

Defendendo o hilemorfismo universal, Pedro Hispano coloca-se já em franca defesa dum dos princípios mais queridos dos augustinianos do século XII e XIII.

Além disso, como todos os autores pré-tomistas escolásticos, sustentou que na organização corporal, anterior ao advento da forma substancial existe uma forma elementar, que condensa os elementos primordiais numa unidade corporal, a que se chamou *forma de corporeidade* ou forma do misto, corporal e elementar.

Esta teoria da forma de corporeidade, assim como a tese do pluralismo de formas tem base na noção de *potência* e *matéria,* que é fundamental para a compreensão do género de hilemorfismo petrohispaniano.

Para os tomistas, considerados aristotélicos de maior fidelidade, a matéria seria um elemento indeterminado no sentido mais estrito, passivo. No caso do advento duma forma, esta inicia no composto toda a actividade organizadora. Sendo indeterminada, não contém organização alguma, e muito menos forma corporal. A forma perfectiva no composto será única, por conseguinte, e confundir-se-á com a forma substancial.

Para os augustinianos de formação neoplatónica, a noção de matéria tem outro *facies*. A matéria não é mera passividade, mas *disposição,* organização elementar, e, nesta disposição e organização, há já formalidade e dentro do ser organizado, admite-se um pluralismo mais ou menos vasto de formas.

Esta interpretação, colhida das fontes neoplatónicas e árabes, foi

(30) DA 420.

muito usada entre os autores augustinianos da primeira metade do século XIII, entre os quais Pedro Hispano, o qual, para destrinça directa do problema distingue a forma simples, fruto da organização corporal, e a forma substância.

3. — *Princípio de individuação*

Outra doutrina onde Pedro Hispano se mostrou augustiniano foi a doutrina da individuação. Como qualquer outro escolástico, ele propôs no *Commentarium in De anima* a questão, inquirindo de princípio provém a unidade do ser e a individuação nos compostos. Pondo-a em termos hilemórficos, pergunta se virá da matéria ou da forma. Como bom augustiniano responde que o ser se especifica pela forma. E explica: ainda que a unidade e o ser se possam conceber multiplicemente, no entanto é justo que se atribua à primeira perfeição (forma) a unidade entitativa. Além disso, a compleição corporal torna-se *una* através da forma, e a matéria não se unifica a não ser através da forma, uma vez que é por natureza dispersa e contrária à unidade. Destarte, nas coisas a unidade deve-se mais à forma do que à matéria. Não obstante isto, a matéria é também um elemento que concorre para a unidade entitativa, como primeiro princípio incompleto e a forma como segundo e último princípio completo ([31]).

4. — *Psicologia especulativa*

1.ª — *Noção de alma:* A noção de alma que Pedro Hispano adopta, é mais ampla do que a de qualquer outro escolástico (que a de Santo Tomás, por exemplo), que se atém exclusivamente à definição aristotélica: anima per essentiam suam est spiritus et forma corporis, cf. Summa Theol., 1, q. 76 3 c; q. 75. 6 ad 2). Enquanto tradicionalmente a alma fora considerada apenas como forma do corpo, P. H. buscou defini-la através doutros aspectos, dando-nos uma definição mais rica e objectiva, que no fim de contas não é senão um aproveitamento sintético dos princípios aristotélicos e platónicos. A alma, como substância espiritual é definível segundo diversos aspectos: 1) Pela sua relação com o Criador, de quem recebe influências, o ser e a conservação; 2) pela sua relação para com o corpo a ela sujeito, que aperfeiçoa, conserva e dirige; 3) pela referência para

([31]) PETRUS HISPANUS, *Commentarius in De anima* (= CA), ed. P. Manuel Alonso, Madrid 1944, 519-521.

com a sua própria essência; 4) pela relação para com as outras coisas diferentes dela e a respeito das quais se define por privação ([32]).

Não há dúvida de que esta definição é mais vasta e universal do que a aristotélica-tomista, que definia apenas os aspectos e as relações da alma com o corpo. Para Pedro Hispano, a alma tem uma disposição inata para Deus e, por isso, na sua definição não pode omitir-se este aspecto. E intenção de superação dialéctica, sem desprezar os elmentos fornecidos por Aristóteles, aproveita-se conjuntamente da noção de alma dos neoplatónicos, de Agostinho e de Avicena, considerando a alma de dois modos: da parte da sua essência (enquanto substância) e da parte do corpo, enquanto forma do corpo. A intenção do nosso Autor,, nesta definição, antes de tudo, é colocar a salvo a espiritualidade, substancialidade e separabilidade da alma. O considerá-la como simples forma do corpo é coisa mais secundária para ele ([33]). Como substância ela é formada de matéria espiritual e de forma, o que denota a influência neoplatónico-aviceniana que considera a alma como algo já individuado, completo, independente do corpo e a influência do *Fons vitae* de Avincebrol, onde se admite o hilemorfismo universal ([34]).

2.º — *Pluralismo de formas:* Pedro Hispano distingue uma gama de formas desde a mais simples (forma corporalis) à mais perfeita (intellectiva).

As formas inferiores estão todas ordenadas para a última forma ([35]) e, tanto no corpo como na alma, há diversas diferenças com organização própria, inclusive uma força própria em cada membro e variadas formas na alma, das quais as mais notáveis são a vegetativa, sensitiva e intelectiva, a que o nosso autor atribui substancialidade e formalidade independente, no seio do mesmo ser ([36]). A intenção fundamental na admissão desta doutrina comum aos augustinianos da primeira metade do séc. XIII é distinguir bem a diferença entre os princípios vegetativo e sensitivo (materiais) e o intelectivo (racional e separável), que apesar de se poderem conjungir na unidade dum mesmo ser, como no caso homem, são bem distintos entre si pela sua natureza e funções.

([32]) CA 227-230.
([33]) CA 252 e 667.
([34]) CA 508 e 251-252.
([35]) DA 63
([36]) DA 270; Cf. também *Expositio in De anima* (=EA), ed P. Manuel Alonso, Madrid 1052, 123 e 133-134.

3.º — *Linguagem interna da alma: — A autognose da alma* e *«cogito, ergo sum» de Pedro Hispano:* Outra doutrina muito característica da síntese petrohispaniana é a chamada linguagem interna da alma ou o cogito ergo sum, em fórmula ainda germinal. Segundo o pensador português, a alma conhece-se a si mesma por presença nua. Quer dizer, entre o seu in-se-esse e o seu eu não há intermédio (37). Esta intimidade indica que a alma é apreensiva da sua essência e que possui de si um conhecimento interno directo (38). Tal conhecimento expressa-se particularmente no chamado *sermo internus animae,* a forma medieval do cogito ergo sum cartesiano, a qual tomando início em Santo Agostinho, com passagem por Avicena, entrou nos pensadores da Idade Média de tendência augustiniana, como Jean de la Rochelle, etc. Em Pedro Hispano ocupa lugar importante, pois além de referências isoladas, é-lhe dedicado um especial capítulo no Scientia libri de anima. Este argumento vem indicar mais uma vez a substancialidade da alma e sua independência em relação ao corpo para perceber sua essência. Essa loquela consiste num movimento interno raciocinativo que solidifica no pensamento todas as afeições e disposições sem enunciação extrínseca (39). Por ela consegue a alma afirmar a sua essência distintamente por sua decisão interna.

Ainda que a desligasse de todo o mundo exterior, ela afirmaria, mesmo assim, a sua existência, o que serve de fundamento principal à racionabilidade humana: «ex hac raciotinatione maxime homo rationalis generaliter dicitur» (40). Mesmo privado da linguagem natural ou no silêncio, nunca o homem ficaria privado deste poder de enunciação interna. É inato e chama-se «sermo internus» ou «internum alloquium», e é completado pela loquela exterior, sem que esta, entretanto, lhe seja essencial (41).

5. — *Fenomenologia e ontologia do conhecimento*

O condicionalismo histórico colocou Pedro Hispano entre os dois grandes sistemas que se digladiavam a primazia no plano do conhecimento: o sistema platónico e o sistema aristotélico. A sentença platónica afirmava que a alma é criada com ciência e faculdades perfeitas: apenas a sombra do corpo impede parcialmente a actualidade do conhecimento,

(37) DA 459. CA 71.
(38) DA 459.
(39) DA 519.
(40) DA 520.
(41) DA 521.

mas quanto o homem conhece, é mera recordação. A sentença aristotélica afirmava que a alma apenas conhece por aquisição, através de imagens ou espécies das coisas, sendo inicialmente como que uma *tabula rasa*. Procurando uma via conciliatória e concedendo a Platão e a Aristóteles, a Santo Agostinho e a Boécio, P. H. diz que o homem tem à sua disposição dois modos de conhecimento: um conhecimento superior (cognitio superior, naturalis, innata, immediata): é o conhecimento que tem do Criador e do Sumo Bem e de si mesmo; e o *conhecimento abstracto* (cognitio abstracta, acquisita, non innata, per phantasmata), que tem como intencionalidade imediata as coisas do mundo, e imperfeitamente a mesma alma e Deus ([42]).

6. — *Doutrina das duas faces da alma*

Ligada ao problema do conhecimento, está a doutrina das duas faces da alma. Pedro Hispano distinguiu na alma simpliciter e em algumas faculdades anímicas em especial, dois aspectos cognoscentes: o aspecto ou face superior e o aspecto ou face inferior. O primeiro, que identifica com o intelecto agente, eleva a alma à contemplação das realidades superiores, e o segundo, inclina-se às realidades inferiores (é o intelecto possível). Esta doutrina tem a sua importância histórica. Radica ainda na preocupação neoplatónica de sublinhar e proteger a espiritualidade, substancialidade e separabilidade da alma, no que ela tem de verdadeiramente essencial. Vem já do *De anima* de Avicena, de Algazel, e de Domingos Gundissalino.

7. — *Exemplarismo*

Pedro Hispano herda de Santo Agostinho e da sua escola medieval mais esta doutrina. Deus é a forma primeira e exemplar de todas as coisas. Possui as ideias arquétipas e protótipas, realizando através delas os seres individuais e concretos.

O termo exemplar tem uma referência dupla: significa em Deus o protótipo que preside à criação das coisas ou as ideias reguladoras em Deus; e significa o universal que a inteligência humana usa para o conhecimento das coisas. Num e noutro caso designam as ideias das coisas: no

([42]) CA 295. Cf. JOÃO FERREIRA, *Esboço sumário das ideias antropológicas de Pedro Hispano*, em *Itinerarium*, IV, 1958, 334-336.

seu estado de pureza original (exempler divino) e no seu estado de ideia incarnada e participada (exemplar abstracto humano).

Os exemplares que a alma possui são apenas, segundo P. H., semelhanças das verdadeiras formas e dos verdadeiros princípios e intenções das coisas. E a identidade que existe entre os exemplares da alma e as formas ou princípios verdadeiros das coisas, é apenas de proporção, semelhança e intenção (43), não de essência. Chamam-se exemplares universais por comparação, por ser através deles que a alma reproduz as coisas (44) e são as condições espirituais ou abstractas que as coisas reais assumem quando são conhecidas pela alma. Por este motivo, P. H. diz que toda a substância cognoscente é colectiva de exemplares (45), sendo a alma como que um espelho do mundo onde se reflectem os exemplares ou modelos das coisas (46).

De notar o fundo *participativo* desta doutrina e a sua ligação com a iluminação, outro capítulo em que P. H. se mostra um usgustianista aviceniano.

8. — *O Problema de Deus*

Já publicamos um estudo sobre o problema de Deus em Pedro Hispano e aí delineamos o essencial do problema.

Repetindo algumas ideias aí expostas, dizemos, que segundo o Mestre ulissiponense a alma, criatura de Deus, tem na sua natureza um veemente desejo de conhecer e amar Aquele que lhe conferiu o ser. Por isso existe nela uma faculdade inata destinada ao mais alto amor de sua Bondade (intelecto agente). E o desejo consumado da Bondade chama-se teofilosia.

Há duas coisas que a alma não pode ignorar: a Verdade e ela mesma (frase de Boécio).

Há dois processos de atingir Deus: *processo imediato* (per immediationem) e processo mediato (per posteriora). São as duas vias que podíamos traduzir em via ex experientia interiori e via ex creaturis. Influência do Pseudo-Dionísio.

---

(43) CA 402.
(44) CA 399.
(45) DA 358.
(46) DA DA 358.
(47) JOÃO FERREIRA, *O problema de Deus em Pedro Hispano*, em *Filosofia*, n.º 7, 1955.

III

A posição doutrinal de Pedro Hispano na Escolástica

Já tivemos ocasião de declarar, num artigo que escrevemos em 1954, na revista *Colectânea de Estudos*, intitulado «Sobre a posição doutrinal de Pedro Hispano» o que devemos pensar de várias classificações que foram feitas acerca do nosso grande filósofo. É certamente uma confusão inadmissível incluir-se Pedro Hispano na escola tomista, como já têm feito vários autores desconhecedores da verdadeira cronologia e da face genuína da doutrina escrita nos textos do *Summulator*. Por quanto acabamos de expor, podemos concluir, com base na aproximação com outros autores medievais, que o teor da doutrina de Pedro Hispano se filia no augustinismo da primeira metade do século XIII, pervadido de tendências arabizantes. A actualidade da matéria, a pluralidade de formas, a substancialidade da alma, a noção de alma, as duas faces da alma, as provas da existência de Deus *ab experientia interiori* (apriori), a autognose da alma, o desejo inato do sumo Bem, o princípio de individuação, a forma de corporeidade, etc. são outras tantas teses que o afastam do ponto de vista de Santo Tomás, para não falarmos da teoria dos intelectos e da doutrina da iluminação, em que se aproxima imenso de Avicena e de Santo Agostinho, e das doutrinas teológicas e místicas expostas nos comentários ao Pseudo-Dionísio, que se situam no campo do neoplatonismo.

A posição de Pedro Hispano na História da Filosofia medieval, como já o anotaram De Wulf, Grabmann e Alonso, é de primeira ordem. A par da influência pedagógica e médica, o seu próprio contributo com dialéctico, lógico, filósofo e teólogo, dão-lhe uma estatura invulgar e fazem dele um Mestre não apenas sumamente prolífero, mas interessante de seguir no estudo do complexo acervo das ideias da Idade Média.

INTERVENÇÕES

A Sr.ª Dr.ª D. Mariana Machado dos Santos felicitou o trabalho e pediu esclarecimentos sobre aspectos didácticos do «Thesaurus pauperum» e o «De Anima».

Respondeu o Sr. P. João Ferreira: É que do «De Anima» só se conhece um manuscrito, por isso pouco divulgável. Falou também no facto de os problemas lógicos serem

introdutórios à filosofia, e os psicológicos serem já problemas de elite. O «De Anima» é muito complicado, e Pedro Hispano não se atrevia a aderir a doutrinas cuja certeza não se conhecia.

O Prof. Dr. Lúcio Craveiro da Silva elogiou o trabalho, e salientou o facto de o conferente ser um especialista em Pedro Hispano. Pediu depois esclarecimentos sobre a formação portuguesa ou estrangeira do autor da «Summula Logicales».

O Prof. Dr. Sousa Alves perguntou qual seria a linha psicológica de Pedro Hispano: «cogito ergo sum» ou «volo ergo sum»?

Respondeu o conferente: estudei já o assunto, mas agora não o tenho presente. Mas já Santo Agostinho fazia a diferença entre os dois aspectos.

O Prof. Reis Santos disse que é para nós sempre um prazer ouvir o Sr. P. João Ferreira, e o problema focado é muito importante para compreender a cultura portuguesa.

Em seguida falou de Santo António. Entrou no problema do Renascimento, dizendo que verdadeiro Renascimento no grande sentido só a Itália o teve; o Renascimento português foi no séc. XIV.

O Outono da Idade Média e a Primavera de Portugal

(RESUMO)

Por Tito Lívio Ferreira

Há quinhentos e setenta anos, em começos do derradeiro quartel do século XIV, depois de uma luta intensa de mais de duzentos e cinquenta anos, em 1385, Portugal surge no cenário da Europa medieval como a primeira nação organizada, na ordem cronológica, enquanto a Espanha, a França, a Alemanha, a Itália e Inglaterra inda eram expressões geográficas formadas por conglomerados de povos, com línguas diferentes, usos, costumes e governos vários, dentro dos próprios territórios. E se Portugal é o primeiro país europeu a constituir-se em nação, nesse remoto ano de 1385, a Alemanha e a Itália foram os dois últimos, em 1870, há oitenta e sete anos.

Com as três condições jurídicas necessárias — território, povo e governo —, Portugal aparece, como a primeira nação in-constituendo, face a um mundo feudal, desagregado e desunido, como pátria moderna, no sentido romano da palavra, isto é, berço da nacionalidade. Em 1490, cem anos mais tarde, o segundo país a esboçar-se em nação é a futura Espanha, com o casamento de Fernando de Aragão e Isabel de Castela, cujos reinos se juntaram sob uma só coroa. Assim, embora sejam povos da península ibérica, portugueses e espanhóis diferem muito na formação histórica-social. Aqueles eram Lusíberos, desde a origem, com as características lusitana bem marcante.

Portugal surge na Europa feudal sem os traços do feudalismo. Surge num bloco homogéneo. Apresenta a unidade nacional formada pelos três elementos citados acima. Daí a lusitanidade atlântica preservar, na sua essência, os mesmos factores do humanismo mediterrâneo, da alma romana e latina, onde se condensam os valores da cultura sueva.

A Espanha recebe os mesmos influxos civilizadores. No entanto, os povos reunidos em seu território levam, para sempre, a atitude bem diferente, dos galegos aos catalães, dos bascos aos andaluzes. E daí faltar-lhes a unidade hispânica.

No século IX, Carlos Magno, imperador dos francos, tenta restabelecer o Império Romano do Ocidente, ao criar o Império Carolíngio. Sua tentativa falha, porque não bastava o ideal político-religioso. Faltou-lhe a pujança, a autoridade e os recursos que a constituição social e económica do tempo não lhe permitiam. Faltou-lhes, principalmente, a unidade nacional. O labor era demasiado pesado e demasiado vasto para um só homem. Para isso desenvolveu uma boa vontade e uma sinceridade emocionantes. E por sua morte, esfarelou-se o seu trabalho, o seu esforço e a sua ideia.

Cinco séculos mais tarde, Portugal vai retomar o plano grandioso esboroado havia mil anos. Herdeiro da unidade cultural do Império Romano, esse pequeno povo fronteiriço do Atlântico, começa a recriar o ideal político-religioso-económico de Roma, onde estão fixados usos e costumes dos Suevos, em começos do século XIV. Carlos Magno não teve continuadores. D. João I, de Portugal, teve a fortuna de encontrá-los, desde o infante D. Henrique, o Navegador, a D. João VI, rei do Brasil e rei de Portugal. E quando quatro séculos mais tarde, nos alvores do século XIX, este grande rei cria o Império Lusitano, o seu território, não abrange apenas os povos da Europa, da África e da Ásia, da Oceania e da América do Sul, — Império Moderno duas vezes maior que o Império da Antiguidade.

Entre Normandos e Árabes nas Margens do Douro

Por Octávio Lixa Filgueiras

Na sequência do trabalho «Os povos germânicos e a navegação do Douro» (1), apresentado há dois anos nesta cidade, no I Colóquio de Estudos Suévicos-Bizantinos, tentarei a análise do problema das origens do barco rabelo e afins, à luz de novos elementos de estudo que na aparência poderiam vir a mudar sensìvelmente o ângulo perspectivo sob o qual vem sendo considerado. Tal mudança não significa necessàriamente um *volt-de-face,* mas, até onde me é dado concluir, aumenta o interesse da pesquisa, alargando-lhe a amplitude e enriquecendo-a com boa dose de expectativa — «*suspense*», conforme é moda dizer-se!

Para melhor avaliarmos a diferença, torna-se necessário esboçar um rápido escorço dos antecedentes da questão.

Há, até agora, quem tenha intentado a favor dos nossos barcos durienses acções de paternidade que, quase sempre seguindo o caminho das aparências envolvem mais desencontros do que se de gregos e troianos se tratasse: desde os egípcios aos *vikings* encontram-se os povos envolvidos num estranho litígio, numa espécie de póstuma luta de influências (2). É essa

(1) Sep. doBoletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. XX, Fasc. 1-2, 1957.

(2) O Dr. Rocha Madahil no seu estudo «Barcos de Portugal» (in «Vida e Arte do Povo Português», ed. S. N. I., 1940, pág.59) defende a origem egípcia, o que parece ser a posição do Dr. António Sérgio na «Introdução Geográfica» à sua «História de Portugal» (ed. Liv. Portugália, Lisboa, 1941, pág. 9, em parte ressalvada pela nota 9 a págs. 241). Por outro lado o Visconde de Villa Maior em «O Douro Illustrado», Porto, 1876, pág. 7, ao alvitrar a identidade entre os rabelos e certos barcos que os romanos teriam utilizado, dá origem a que o Visconde de Vilarinho de S. Romão no artigo «O Douro» in «A Arte e a Natureza em Portugal» — vol. IV, Porto, Junho, 1904 — lhe confira uma atitude de nítida afirmativa, engodo a que não escapou o Dr. Armando de Mattos (cfr. «O Barco Rabelo», ed. da Junta de Província do Douro

uma forma incompleta de encarar o assunto, visto este apresentar um duplo aspecto que interessa simultâneamente a arqueologia naval e um processo de difusão de culturas. Lògicamente seremos forçados a interrelacionar os dados que dizem respeito ao elemento de origem (ou aos elementos de origem), com os que se referem ao ou aos respectivos agentes difusores.

Muitos factores de avaliação levariam a fazer-nos crer que a introdução do tipo originário dos barcos do Douro poderia ter sido mais tardia do que é vulgar pensar-se. As referências de Estrabão e de Avieno (3) aos barcos revestidos de peles, e as correspondentes relações que sugerem com os povos do Norte (4) enquadram-se melhor no panorama de um mundo a certa altura dividido entre dois mares, cuja ligação vai tornar mais flagrantes os desfasamentos culturais latentes (5). A existência de uma técnica de construção naval tão peculiar como a que o tipo originário do rabelo deveria acusar relativamente aos barcos forrados de peles, à época de tais contactos, forçados pelos povos mediterrânicos, com certeza seria assinalada por estes, para mais se tivermos em conta que o tipo naval

---

Litoral, Porto, 1940, pág. 40) apesar de ser o perspicaz introdutor da tese da filiação nórdica (id., ib., págs. 38-39). O Dr. Luís Chaves admite ora uma predominância dos factores característicos do mundo mediterrânico («O Barco Rabelo do Rio Douro» in «In Memoriam — D. Pero Vitorino», Porto, 1945, pág. 164), ora uma amálgama de elementos nórdicos e mediterrânicos, ainda que com vantagem para estes últimos, amálgama que constituiria uma espécie de tronco comum, donde provieram todos os nossos barcos («A Arte Popular — aspectos do problema», ed. Portucalense Editora, Porto, 1943, págs. 115 e segs.; «Os barcos portugueses de duas proas», in «Brotéria», vol. I do ano de 1945, págs. 77 e segs.; e «Os transportes populares em Portugal», ed. da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Lisboa, 1958, págs. 35 e segs.).

(3) Cfr. ob. cit., em n.° 1, págs. 8-9. Entretanto na nota 3 da pág. 9 corrija-se: «...uma pergunta que pode fazer-se é qual foi o grau de influência das páginas vetustas, fontes de Ora Marítima Avieno, em Estrabão...». De facto a pergunto é de fazer-se, porquanto, esclarecendo-nos Estrabão que «antes da expedição de Bruto não tinham mais que barcas de couro» («España y los españoles hace dos mil años, según la Geografia de Strábon», de A. Garcia y Bellido, ed. Espasa, Buenos Aires, 1945, pág. 136), deparamos em Avieno com os seguintes versos; respeitantes aos Oestrimnii: «...coisa maravilhosa! — Aparelham sempre com unidos couros os navios...» (Dr. Francisco José Velozo, «Oestrymnis», ed. Associação Luso-Britânica do Minho, Braga, 1956, pág. 53; vd. igualmente as conclusões a que chega o A. a pág. 56).

(4) Id., ib., e ainda na ob. cit., do Dr. Armando de Mattos, a pág. 37 e a ref. a Pokorny relativamente aos «habitantes pre-célticos da Irlanda, que os celtas chamavam Fir-bolg, isto é, homens dos barcos de peles».

(5) Cfr. «Le journal de bord de Pytheas, presenté et commenté par Ferdinand Lallemand, ed. Editions de Paris, Paris, 1056.

em causa não excluiria a hipótese da possibilidade de navegar por mar (6) e, portanto, de se tornar uma arma perigosa nas mãos de gentes de temer (7). Posteriormente, sem dúvida que os metódicos romanos não deixariam de registar achado tão notável que, até a eles mesmos poderia causar transtornos graves e, simultâneamente prestar excelentes serviços.

Mas não teriam sido os próprios romanos os seus introdutores? Essa alternativa não só justificaria o seu silêncio, como tornaria possível a hipótese de qualquer outra origem mediterrânica, sabido como é que os quadros navais romanos se esmaltavam com os mais díspares efectivos. No entanto, sob o aspecto da técnica da construção encontra-se demonstrada uma identidade perfeita entre o que se passa nas margens do Douro e o que se tem admitido como caracteristicamente nórdico (8). Sem dúvida, restariam sem resposta algumas perguntas, em especial as relacionadas com uma certa equivalência de formas com as barcas egípcias da XI Dinastia, o que em vão se poderia procurar transparecesse em relação aos *drakkars* e aos *snekkars*; mas já noutro estudo (9) tive oportunidade de chamar a atenção para o facto de os rabelos, mesmo admitida uma origem nórdica, não estarem obrigatòriamente sujeitos, *só por tal motivo,* às formas dos mais conhecidos barcos germânicos — os dos vikings. Inclusive seria um mau serviço prestado aos defensores da influência nórdica o acorrentar uma forma original primitiva presumìvelmente de fundo chato, a modelos de quilha dela tão diferentes (10). Qual deveria ser, pois,

---

(6) Como acontece com o «valboeiro», barco de rio e de mar — cfr. «A lancha poveira e o saveiro de Valbom», sep. de «Studium Generale», do Centro de Estudos Humanísticos, vol. V, 1958, e «Tipologia dos barcos do Douro», sep. do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. XXII, Fascs. 1-2, 1959, ambos do autor da presente comunicação.

(7) Ferdinand Lallemand no «Journal de bord de Maarkos Sestios», ed. Editions de Paris, 1955, págs. 172-8, descrevendo uma acção típica de povos selvagens ribeirinhos contra um grande navio mercante, dá-nos uma ideia da acuidade com que um tal problema se punha.

(8) Cfr. ob. cit. em n. 1, pág. 14. Nórdico, germânico.

(9) Ob. cit. em n. 1; cfr. também outro pequeno estudo do autor, intitulado «Considerações sobre a estrutura do Rabelo», sep. do Boletim da Comissão de Etnografia e História da Junta de Província do Douro Litoral — 8.ª série — III-IV, Porto, 1957.

(10) Cfr. «Considerações sobre a estrutura do Rabelo». No entanto, mantendo-se os pontos fundamentais da posição ora assumida, há que ressalvar ùnicamente a parte das conclusões que admitia a hipótese de a construção em que a ordem de colocação do cavername é posterior à armação do casco evidenciar uma fase da técnica cronològicamente anterior ao aparecimento da quilha.

a atitude a tomar perante uma aparente dissemelhança formal em contradição tão franca com a coincidência dos métodos construtivos? Nada mais do que tentar, se possível, estabelecer a comparação com barcos do mesmo tipo, isto é, de fundo chato. Por infelicidade, um dos modelos encontrados na turfeira de Nydam (11), apesar da ausência de quilha não só não tem fundo chato como «apresenta a forma geral dos barcos vikings»; e só por um simples e feliz acaso poderá vir à luz do dia o exemplar desejado. Na emergência, restam, porém, algumas relações formais de carácter funcional.

Os barcos de rios de margens arenosas, tanto quanto os de litoral espraiado, têm vantagem em apresentar determinada conformação, nomeadamente a proa mais ou menos avançada em ponte para abicarem a terra e ser mais fácil a saída ou a entrada de pessoas, — passageiros em trânsito ou tripulantes encarregados de certas manobras; e um calado pequeno, de preferência aliado a um fundo chato, que também será exigido por outros factores, como sejam, no nosso caso, uma série completa de acidentes naturais — *secos*, *pontos*, *galeiras* e *cachões*. Se, por acréscimo, tivermos de entrar em linha de conta com um remo de governo — que se exije seja forte, por que o Douro é um rio de montanha — o resultado imediato será um progressivo desenvolvimento e alteamento da popa do barco, além da diferenciação de um estrado para a manobra, o qual chegará a constituir um autêntico castelo de ré. Adviria daí uma determinada semelhança de configuração com certos modelos egípcios (12). Estar-se-ia, portanto, em face de um simples caso de identidade de resultantes formais de carácter funcional — as mesmas causas produzindo os mesmos efeitos —, o que em nada tem a ver com a estrutura fundamental e a técnica de construção de cada tipo (13). É claro que há quem pretenda estribar-se no remo de governo, e do seu complemento, o castelo de ré, para forçar uma ancestralidade mediterrânica. Trata-se, contudo, de um apetrecho que teve uma

(11) G. La Roërie et C. J. Vivielle, «Navires et Marins», ed. Duchartre & Van Bouggenhoudt, Paris, 1930, tomo I, pág. 174.

(12) É conveniente ter bem presente que, ao falar-se de barcos egípcios, germânicos e quejandos, nos referimos a um número limitadíssimo de modelos mais ou menos conhecidos, o que circunscreve as possibilidades de comparação.

(13) Mas frisemo-lo, tais analogias não implicam uma regressão adaptativa de um modelo com quilha: na génese das formas navais a fixação em modelos de quilha, ou de fundo chato foi definida pela origem de cada tipo. Aliás ninguém tentaria demonstrar que, por exemplo, os barcos de Aveiro provieram de modelos com quilha, sendo esta suprimida por imposições de adaptação às condições locais de manobra!...

expansão universal e cujo uso persistiu de maneira notável: os nórdicos conheciam-no, como tantos outros povos (no quadro de Bosch «As tentações de Santo Antão» lá aparece um barco pequeno governado por um remo). Constitui o processo mais simples, mais natural, de governo; por isso não admiraria que tivesse sido «descoberto» em vários lugares, em civilizações muito diferentes (14).

Em vista do que fica exposto, nenhuma objecção ponderosa prevaleceria contra a tese tão cara ao Dr. Armando de Mattos — a filiação nórdica (germânica) do barco rabelo.

A aceitá-la, três hipóteses se levantariam:

a) A introdução do modelo originário seria anterior à chegada dos normandos;

b) os próprios normandos teriam a honra do feito; ou

c) ele ter-se-ia verificado posteriormente.

Desde que se provasse a validade da primeira, era de presumir ficássemos devendo aos suevos semelhante enriquecimento do nosso património naval. Mas se por um lado, a distribuição predominante dos modelos de tábua trincada, no noroeste peninsular (e, caso curioso, não nas costas marítimas, mas em água doce) lembra, de facto, a persistência duma tradição herdada por via terrestre, por outro lado o pouco que se conhece dos barcos suévicos não permite estabelecer doutrina sobre o assunto (15).

Da segunda hipótese nada se pode dizer, salvo frisar que os normandos tentavam a penetração através dos cursos de água das regiões que iam assolando. Sem insistir muito na reserva quanto à profundidade de tais incursões num rio como o Douro, basta considerar que seria necessário estabelecer-se a possibilidade de uma permanência de contacto suficiente

---

(14) «Segundo o Comandante Lefebvre de Noëttes a substituição da esparrela pelo leme de macho e fêmea, aplicado ao cadaste, ocorrida no século XIII depois de Cristo, constituiu a grande revolução da técnica da construção naval que permitiu o desenvolvimento da tonelagem e do velame, e habilitou por aí os navegadores a abandonarem o emprego do motor humano e a simples navegação de cabotagem para se lançarem no alto mar» (da nota 9 da ob. cit. do Dr. António Sérgio, pág. 241).

(15) Cfr. ob. cit. em n. 1 as gravuras reproduzidas do estudo de W. Matthes in «Vorgesichte der deutschen stämme», dir. Hans Reinerth, Berlim, 1940, vol. I, págs. 40 e segs.

para uma tão importante inseminação de carácter tecnológico, de um modelo especial de barco não correntemente utilizado pelo invasor (16).

Os contactos frequentes, e a importância das relações com o norte da Europa, nos alvores da nossa História Nacional, seria outro caminho a ensaiar, ou seja, a terceira hipótese.

Mas ainda no domínio do hipotético, e sem deixar de sobrevalorizar uma feição até agora considerada nórdica, para além destas pistas directas haveria uma outra:

> «Para os que seguem de perto Estrabão e portanto não podem admitir o reflexo do velho Egipto através das colónias gregas e suas relações com os Tartessos; para os que subestimam a capacidade dos romanos e seus sucessores imediatos — germanos e visigodos — neste campo de actividades, *levanta-se o problema do significado que poderiam ter os contactos forçados, que as vagas sarracena e viking subentendem, salvo se, em substituição da primeira, fosse a vinda dos construtores navais genoveses em 1115, o elo de ligação da corrente mediterrânica, tal como poderia caber aos cruzados a responsabilidade da introdução dos elementos nórdicos. Dum sincretismo que se afigura lógico, ressaltam elementos de desigual valor, nos quais infelizmente não podemos incluir a prodigiosa decoração nórdica, nem a sua fina arte de autêntica marcenaria naval; determinar o grau de influência que tais elementos representam é a tarefa que urge executar...*»

Assim acabava o estudo «Os povos germânicos e a navegação do Douro».

Sucede, porém, um verdadeiro lance teatral, com o aparecimento fortuito, em apreciada enciclopédia (17), do termo «azurracha». Segundo as indicações dela constantes, a palavra é de origem árabe (az-zalladj), designando uma «barcaça usada no Douro que se governava com um remo». De uma pesquisa febril e intensiva lucrei mais uma saborosa definição inserta no «Vocabulário» de Bluteau (18): «Barcaça familiar do Douro, que tem por leme hũ remo grande, a que chamão efpadela, & mais

---

(16) Contra uma única barca sem quilha (Nydam) apareceram inúmeros barcos de quilha (cfr. ob. cit. de La Roërie-Vivielle); mas nenhum de fundo chato.

(17) «Encyclopedia Portugueza Illustrada» do Dr. Maximiano de Lemos.

(18) «Vocabulário» de Bluteau, Coimbra, 1712.

tem dous remos de cada banda, cõ que fe governa. Navigium, quod remus pro clamo regit, vulgò Azurracha». E nada mais consegui, a não ser as indicações concordantes de vários dicionários e enciclopédias (19), dos quais, um, inglês (20); e um bom conselho de um amável conservador do Museu da Ciência, de Londres (21), acerca da maneira de tentar uma consulta através duma publicação do museu de Greenwich.

Contudo, a origem árabe da palavra e a referência à espadela e a dois remos de propulsão, constituíam motivos suficientes para se reverem posições. Como é que ela teria sido incorporada na nossa língua? De significado genérico, teria ficado, depois, amarrada a um modelo de barcos com o qual pouco ou nada tinha a ver? Pelo contrário, no caso de constituir uma denominação específica, baptizaria um tipo afim ou aparentado com o rabelo? A verificar-se tal relação, outras perguntas seriam de se pôr: o modelo baptizado pelos árabes tê-lo-iam estes encontrado no Douro (hipótese de origem suévica, ou menos provàvelmente romana, ou pré-romana)? ou seriam eles próprios a trazê-lo (origem mediterrânica)? ou dele tiveram conhecimento posterior (origem viking, ou indicação de que se trata de um modelo híbrido)?

Entretanto que concentro esforços na solução do enigma, aproveito a oportunidade para dirigir um pedido de ajuda a todos quantos possam ter conhecimento de qualquer facto que interesse ao completo esclarecimento da matéria. Esta transcende o caso especial do estudo de um determinado tipo de barcos, pois prende-se com um dos capítulos fundamentais do processo de desenvolvimento da nossa cultura. Como diz o Dr. Jaime Cortesão «o pedestal em que assenta a glória do Infante D. Henrique afunda directamente os alicerces numa humanidade de pescadores, ou por forma mais geral, de homens do mar, leccionados por normandos e árabes...» (22).

---

(19) «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira»; «Lello Universal»; «Dicionário Analógico da Língua Portuguesa» do Dr. António de Bivar, 1948; «Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa» de Antenor Nascentes, 1.ª ed., 1992; «Dicionário de Morais», 10.ª edição; «Dicionário Popular», de Pinheiro Chagas; «Dicionário de Português», de J. Almeida Costa e A. Sampaio e Melo; «Diccionário Universal Portuguez», dir. Fernando Costa; «Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa», do Dr. José Pedro Machado; «Dicionário», de Cândido de Figueiredo, etc., etc.

(20) «According to the dictionary of Lokotsch, the original word is zallaj, a boat fitted with a steering oar called *espadelha* and two oars working at the side» (comunicado gentilmente por H. B. Gardner, Conservador do Museu Britânico).

(21) W. O'Dea.

(22) «Moçarabismo nautico» in «O Primeiro de Janeiro» de 6-XI-58.

Relativamente à contribuição destes últimos que se traduz no enriquecimento da nossa galeria de barcos gentílicos, a par de referências a tipos mais evoluídos e que por isso, de momento, não nos interessa considerar, quem não reconhecerá nos nossos «meias-luas» e seus familiares, as linhas afiladas das embarcações do Tigre? São ainda do Dr. Jaime Cortesão as seguintes pasagens: «E se alguma dúvida pudéssemos ter sobre a continuidade desse tipo de barco (xávega) até aos nossos dias, o calendário do Missal de Lorvão (séc. XV), que se guarda no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nos deseganava, pois a miniatura referida ao mês de Fevereiro, representa um barco de pesca com seus pescadores lançando a rede e mais uma vez com a forma, quer dos barcos mouros das Cantigas de Santa Maria, quer da xávega das nossas costas. A permanência do tipo de barco e da palavra de raiz árabe, que o designa, faz só por si acreditar, como muito provável, que esse facto se prenda à existência, nos tempos da reconquista, no séc. XII, de pequenos povoados de pescadores mouros e moçárabes, que praticavam a pesca de arrasto nos nossos litorais e não abandonaram na sequência as suas actividades peculiares» ([22]). Isto esclarece convenientemente o facto chocante da identidade absoluta entre os nossos «barcos de mar» e a miniatura de prata encontrada por Wolley em Ur ([23]), longínqua antepassada dos referidos barcos do Tigre. Seguindo através da nossa costa ocidental, nota-se que além da larga disseminação desses modelos, persiste a exclusão dos de tábua trincada, cuja distribuição, por sua vez, parece estar dentro da lógica da evolução dos contactos culturais nesta zona da Península. Traria a «azurracha» algum dado novo elucidativo de um aspecto até agora considerado oposto à constante das formas navais mediterrânicas, sem dúvida tão variadas que abrem campo à pergunta? E que pensar de um barco de tábua trincada originário do Mediterrâneo, como forma ancestral dos barcos do Douro, apresentando características da técnica da construção iguais às que serviram a Van Loon ([24]) para caracterizar a dos barcos do Norte? Seria uma hipótese extremamente bizarra, o vermos à flor das vagas sarracena e normanda os produtos distintos, mas de técnica idêntica, de dois mundos opostos, face a face, como que de encontro marcado nestas nossas praias ([25]). Seria bizarro

([23]) Reprod. na ob. de Wolley «Ur of the Chaldees», grav. 3a da ed. de 1954 da Pelican Book.

([24]) H. W. Van Loon, «Os Navios», Porto Alegre, 1936, pág. 89.

([25]) Recordemos as seguintes frases do Dr. Luís Chaves: «Que admira que os vikings aproveitassem os barcos deste modelo (os da Amórica dos Vénetos, etc.), rasto dos périplos de origem meridional...? Os caminhos inverteram-se. Os barcos idos do

e muito improvável; mas não completamente impossível: na planta da casa I de Babilónia «a forma serrilhada da parte frontal explica-se pelo facto de ter sido empregada originalmente madeira sobreposta. Esta forma de construção foi mantida posteriormente nas construções de pedra, embora já não tivesse mais razão de ser ([26]).» Poder-se-ia deduzir daí uma origem indo-europeia dos barcos de tábua trincada, cujo aparecimento no norte da Europa não deixa de ser um pouco insólito, se tivermos presentes modelos como os Brandskogen? Mas é bem verdade que de Ur procede o barquinho de prata de construção completamente oposta, tipo que se manteve até hoje em Aveiro.

Lamento não poder avançar mais. Seguindo um critério de probabilidades alicerçado nos aspectos técnicos fundamentais, tal como até agora têm sido interpretados, a ter de se opor uma influência do Norte, a outra do Sul, mediterrânica, persistiria a dominância dos factores correntes de avaliação que, a propósito dos barcos do Douro, sobrelevam a primeira (mesmo no caso de estarmos perante um modelo híbrido), enquanto que, para os modelos dos «ilhos» e seus colaterais, a segunda é por demais evidente para sofrer dúvida. Contudo, quem poderá tirar outra conclusão senão a de que nos encontramos bem longe de poder concluir com segurança? Sòmente um «coração mal affecto», que, como escrevia Bluteau, «he fortaleza inexpugnavel à razão».

*

NOTA FINAL: Quem poderia supor o que iria acontecer depois que estas últimas palavras foram escritas? O providencial encontro com o Dr. José Pedro Machado, logo no início dos trabalhos do Congresso, as longas conversas sobre o assunto de interesse comum, durante esses poucos grandes dias de camaradagem tão franca, finalmente o trabalho de investigação que teve a extrema gentileza de elaborar de propósito, e de permitir que fosse publicado junto com esta comunicação, tudo isto se reveste daquele carácter do simples fluir das coisas que se sucedem lògicamente, mas que acontece sucederem assim, só de vez em quando, muito raramente.

Mediterrâneo, retrocederam à origem pela mão dos homens nórdicos» (cfr. «Os barcos Portugueses de duas proas», págs. 77 e segs.).

([26]) Reprod. na ob. de W. Ceram «Deuses, Túmulos e Sábios», ed. Livros do Brasil, Lisboa, pág. 265.

Prevenindo-se o perigo de ver nascer mais uma teoria, se algum amador de barcos não contivesse convenientemente os ímpetos, ao ser apanhado de surpresa por palavra tão estranha, parece-me ter ficado bem demonstrada a relatividade das nossas certezas, pois até a própria origem de «azurracha» acabou por ter de ser revista; e se tal palavra, hoje desconhecida entre os «marinheiros», espelhasse o eco de algum falar nórdico, bem poderia constituir como voz de um além túmulo, a chave da descoberta da solução de um grande mistério.

INTERVENÇÕES

O Sr. Dr. José Pedro Machado vincou o interesse deste trabalho para os estudiosos da navegação portuguesa. Acentuou que, sem se saber a data do aparecimento dos barcos do Douro, pouco se pode avançar no seu estudo.

APÊNDICE

Azurracha *

Tentar o estudo da origem desta palavra é quase o mesmo que encaminhar o barco para escolho fatal, se não mesmo talvez condená-lo irremediàvelmente a naufrágio.

Apesar das dificuldades diversas que nos oferece a sua etimologia e da inaceitabilidade da hipótese de Dozy, os filólogos pouca atenção lhe têm dedicado. A maioria deles limita-se a reproduzir a teoria do erudito arabista holandês sem qualquer comentário desfavorável, talvez impressionados com o bem justificado prestígio de tão ilustre investigador. Ouçamos, agora, a sua doutrina:

«*Azurracha*, zurracha *pg.* (espèce de barque) de *az-zalaj* (az-zallâdj) (¹). Ce mot manque dans les lexiques, mais il désigne selon Becri, p. 26, l. 9, une espèce de barque. La racine *zalaja* (zaladja) signifie: «leviter et celeriter latus fuit per superficiem terrae (ut per glaciem)»; «*az- zallâdj* est donc une barque qui vá vite, qui glisse sur l'eau et selon toute apparence cette dénomination est applicable à l'*azurrácha* dont on se sert sur le Douro, car c'est une barque que l'on fait voguer au moyen de deux rames

(*) Estudo do Dr. José Pedro Machado, publicado in Revista de Portugal, n.º 184 (Abril de 1960).

(¹) Por dificuldades técnicas, não posso reproduzir as palavras em tipo arábico apresentadas no texto de Dozi que transcrevo. Deste modo utilizou-se o seguinte processo: transcrevo segundo o meu método as que o douto investigador holandês deu em letras alcorânicas, mas copiei escrupulosamente a equivalência dada em tipo latino pelo autor do *Glossaire*.

en la gouvernant avec une troisième. Le changement de *ll* en *rr* est régulier; voyez l'Introd., p. 22».

Sempre tem sido grave e perigosa tentação a etimologia pelas aparências e, como se verifica, o próprio Dozy não conseguiu encontrar cera para tapar os seus ouvidos nem corda para se amarrar ao mastro da embarcação para conseguir resistir à sereia que conduz os navegantes para escolhos fatais.

Vamos ver que não embarcou na *azurracha*. Escolheu outro meio de navegação que não lhe porporcionou viagem feliz, pois não conseguiu encontrar o porto desejado para a etimologia do nome daquele tipo de navio.

Semânticamente, o caso talvez se pudesse resolver de maneira favorável, tal como, do mesmo modo, poderemos considerar exacta uma etimologia que tire o port. *raposa* do latim *vulpes*.

As dificuldades, porém, aparecem noutro ponto.

Em primeiro lugar, a evolução de *ll* para *rr*, não se pode considerar regular, no caso decorrente. Dozy, apesar do que diz, encarrega-se de desmentir a própria doutrina, precisamente com o que escreveu na pág. 22 da 2.ª edição do seu *Glossaire*, aquela para onde remete o leitor interessado:

«Dans l'intérieur et à la fin des mots il se changue en *r*: *acetre* (*as-sitl*), *alcacel* ou *alcacer*, *alfiler* ou *alfilel*, *arcaduz* (*alcadous*), *alborbolas* (*albuelvolas*), *alforvas* (*alholba*)».

Como se verifica, a posição do *l* das palavras arábicas que passou a *r* nas portuguesas delas resultantes não corresponde à da que ocupa o mesmo *l* em *az-zalaj*, no interior de palavra, livre e a iniciar sílaba tónica. O autor holandês na sua exemplificação não apresentou nenhum caso nestas condições que, de resto, não parece fácil de encontrar.

Mas a sua hipótese peca por outros defeitos mais.

Comecemos pela própria transcrição que dá para a palavra arábica.

Não foi por lapso que ao *az-zallâdj* do douto autor do *Glossaire* fiz corresponder *az-zalaj*, com um só *l*, na equivalnêcia que dei ao vocábulo arábico, conforme o método de correspondência que utilizei no trabalho *A Influência Arábica no Vocabulário Português*. É que realmente na forma em caracteres arábicos apresentada por Dozy o *l* não aparece encimado pelo taxedide, o sinal indicativo na grafia arábica de som geminado.

Por outro lado, o vocábulo arábico *az-zalaj* talvez se documenta na realidade num ou noutro texto com a acepção de «espèce de barque» — facto desconhecido de muitos dicionários da língua que falou Mafoma, o que, como parece óbvio, não implica a sua inexistência. O que acontece, isso sim, é que essa mesma palavra aparece registada em alguns léxicos sob a forma *zilaj*, na acepção de «ferrolho» sempre relacionada com o radical *zalaj* («correr velozmente»), mas como se verifica, com um só *l*.

Este grupo de circunstâncias, todas comprovadoras da inexistência de forma em árabe com ll, isto é, com l geminado (e que seria zullaj, até de existência suspeita a quem conheça a estrutura morfológica daquele idioma) esse grupo de circunstâncias, dizíamos, ainda mais concorre para tornar inaceitável a possibilidade de *az-zalaj* originar *azurracha* em Português.

Pela minha parte, confesso nunca ter visto com bons olhos tal explicação.

Em 1938, a minha juventude já me levava a dizer o seguinte em obra que saiu dois anos depois: «Partindo do princípio de que a etimologia desta palavra estivesse na realidade numa raiz... (*zalaj*)». Quer dizer: tal hipótese já me levantava dúvidas quando redigia as páginas dos *Comentários a Alguns Arabismos do 'Dicionário de Nascentes'*.

No *D. E. P.* antes de enviar o consulente para o referido trabalho, limitei-me a escrever: «Do ár. *az-zulajâ*?».

Na *Influência Arábica no Vocabulário Português* já fui um pouco mais longe: «Provàvelmente de origem arábica, mas de fonte que desconheço».

Confesso sinceramente que esta pertence também ao número daquelas palavras que, por se encontrarem afastadas do meu trato quotidiano, pouco penso nelas. Creio que isso acontece com todos os que labutam nesta seara. Devo, porém, ao meu prezado Amigo Senhor Arquitecto Octávio Lixa Filgueiras a atenção que estou a dedicar a esta palavra, não só porque a seu respeito diversas vezes conversamos nos intervalos das sessões do Congresso Histórico de Portugal Medievo, realizado em Braga, no mês de Novembro de 1959, mas também porque esse distinto investigador da arte naval portuguesa apresentou nessa sob todos os pontos de vista excelente reunião científica uma brilhantíssima comunicação, na qual se referiu com pormenores a este curioso tipo de embarcação do rio Douro. Os resultados que até agora obtive não serão certamente famosos, mas, pela minha parte, parece-me dever confessar que não sou capaz de ir por ora mais longe, pelo menos de acordo com as possibilidades actualmente ao meu dispor. Julgo-me, por isso, na obrigação de aqui apresentar o que consegui, ao mesmo tempo que presto uma homenagem à gentileza e à amizade de outro Amigo conseguido em convívio brilhante.

Esta palavra, de tão difícil explicação, tem merecido pouca atenção aos estudiosos se bem que a sua maior parte perfilhe ou a hipótese intacta de Dozy, ou, pelo menos, a da origem arábica.

Eliminada para mim a etimologia no ár. *az-zalaj*, devo acrescentar que também não me parece provável que ela esteja em qualquer outra palavra do mesmo idioma.

Em primeiro lugar, parece-me estranha a sua presença na região duriense sem qualquer correspondente (pelo menos que eu saiba) nas zonas meridionais do País, nem nos falares actuais, nem em textos antigos que, no entanto, também parecem omissos quanto à existência no seu tempo do mesmo termo nas terras onde ainda, hoje se conserva. E, no entanto, a grande maioria dos léxicos portugueses afirmam que se trata de barco antigo do Douro, ao mesmo tempo que alguns acrescentam o pormenor de ser embarcação governada com um remo e movida com dois.

Mas «barco antigo» porque?

Por causa da sua denominação, que, como veremos, parece remontar a alta antiguidade. A esse respeito devemos admitir nele certo aspecto arábico, aparentemente confirmado pela presença das três consoantes que poderiam ser radicais: *z*, *r*, *x*, ou, talvez antes (por causa de vermos sempre o vocábulo escrito com *ch*), *z-r-j*.

Mas, a acreditar nos dicionários arábicos que consultei, nem um nem outro desses agrupamentos consonânticos existem no idioma alcorânico. Deste modo, não só temos de afastar a hipótese de se tratar de tipo de barco trazido pelos Árabes (coisa que

mesmo noutras condições não pareceria muito provável, dado o tipo da sua civilização, mas que, no entanto, está integrada em matéria ainda por estudar convenientemente) mas também a de se tratar de designação imposta aqui por Muçulmanos a objecto anterior à sua chegada, em prejuízo da pré-existente.

Podemos admitir, isso sim, que houve intervenção arábica na história dessa palavra, isto é, que se tratará de elemento pré-muçulmano da Península (ou de certa região desta, no presente caso do noroeste) que os tempos obrigaram a submeter-se às exigências fonéticas dos intrusos islamitas que a teriam modificado, sem que isso significasse a sua morte, antes lhe garantiu sobrevivência, embora com aspecto um tanto diferente.

Restaria nesse caso, averiguar se a coisa designada por tal palavra também teria sofrido alterações, para companhar a história da palavra. Creio aquele problema mais difícil de resolver do que o de restabelecer esta última.

Ainda dentro da possibilidade de se tratar de neologismo trazido pelos Muçulmanos a estas terras, poderíamos procurar resolver a dificuldade com a busca de elemento mais ou menos homófono e sinónimo em qualquer dialecto berber, isto é, admitir que se trataria não de arabismo, mas de uma das muitas palavras que os invasores desta Península do século VIII teriam encontrado nas terras norte-africanas, aceitado no seu pecúlio lexical para depois a difundir pelas terras por onde o Crescente ia passar e estabelecer-se triunfante. Não seria esse, de resto, o primeiro caso...

Mas os Berberes dispunham então de conhecimentos e técnica navais suficientes para, não apenas exportar elementos da sua terminologia naval (se tinham), mas também, e sobretudo a impôr noutro idioma e, depois, generalizado entre os que já sabiam o que era mar e a arte de o percorrer?

Ao ouvir esta interrogação parece-me ter de preferir a resposta negativa, tanto mais que *azurracha* só nos aparece, como já se acentuou várias vezes, em zona circunscrita das áreas menos afectadas pela influência arábica, por palavras suas e por palavras alheias de que ela teria sido veículo.

Não quero prosseguir sem dizer ao leitor que a consulta dos poucos vocabulários berberes que consegui ter à mão também nada me forneceu de positivo, isto é, que favorecesse a hipótese de azurracha provir de qualquer falar norte-africano, camita, mas por via arábica.

Nestas condições, para encontrar uma explicação aceitável da presença de *azurracha* em dialectos portugueses, impunha-se o afastamento de qualquer hipótese que postulasse aproveitamento de vocábulo trazido a esta Península pelos invasores muçulmanos que, em vagas sucessivas, a ela chegaram a partir do século VIII.

Azurracha, por um lado; impossibilidade de se tratar de elemento trazido pelos Muçulmanos, pelo outro. Eis os pontos a que cheguei.

Lamentemos agora a dificuldade de averiguar hoje a extensão do uso antigo da palavra, ou, também, do objecto que ela designa. Só o sabemos, como disse, empregado em parte da bacia do Douro, se bem que nos pareça poder aproximá-lo de outras palavras ainda correntes em áreas situadas do outro lado da raia espanhola.

Nessa busca utilizei quase que exclusivamente o *Dicionário Crítico Etimológico de la Lengua Castellana* de Juan Corominas, que se ocupa, no local respectivo, de *zurriaga*, «voz comun con el catalán (*xurriaca*) y el portugués (*azorrague*), y no ajena al vasco (*azorri*) 'azote' *azurriatu* 'azotar') de origen incierto; el árabe *surriyâqa* se encuentra en España desde el S. XI, y más tarde en Sicilia y Egipto, pero debe mirarse como palabra tomada del español; si, como parece, lo son también las citadas

palabras vascas, puede creerse que el tipo romance * EXCORRIATA 'zurriaga' (derivado de CORRIGIA 'correa'), vulgarmente * EXCORRIATA (de donde fr. *écourgée*, oc. *escorrejada*, it. ant. y dial *scuriada*), se cambiaría por metátesis en * ESTORRIACA, en el Sur de España, de donde *açurriaca* en el dialecto mozárabe, y de ahí la forma española. 1.° doc.: en mozárabe, S. XI; cast. *çurriaga*, 1475, G. de Segovia (p. 64), pero el verbo *çorriagar* ya en el S. XIII».

Verifica-se ainda que *zurriaga* corre em Salamanca e Cáceres, em vez de «correia, açoite» e que, por comparação, também significa «mayal para hacer caer bellotas».

Acentua o mesmo investigador que «es voz generalmente conocida, aunque no tan usual como el cat. *xurriaca*. Que la consonante inicial era sorda en el cast. de la Edad Media (como em cat.) está assegurado por las grafías del Fuero de Teruel, G. de Segovia, Nebr. y PAlc., y confirmado por la actual pronunciación extremeña: θ *uryága* 'mazo del mayal con que se mallan los cereales y bellotas' en Malpartida, θ *oryága* Aliseda, θ *uryágu* en Jarandilla (comp. θ *oryón* 'mazo del mayal' en Aliseda), Espinosa, *Arc. Dial.*, 46; la forma con *o*, *zorriago*, se oye también en Cespedosa (*RFE*, XV, 156) y otras partes. En el Alto Aragón se oye *zurriaca* en Torla, Buesa, Fanlo, Sercué, Bielsa y Plan, *zordeaca* en Estadilla (Elcock), *ixordiaca* en Venasque (Ferraz, p. 70), *zurriaga* en Panticosa, Fiscal y Aineto, *zurriago* en Ansó y Panticosa (*RLiR*, XII, 183).

Independentemente da expansão pela Hispânia de grupo de vocábulos que considero intimamente relacionados com *azurracha*, verifico em quase todos eles o som que pode explicar o -z- desta forma portuguesa. No campo fonético, ficam ainda dois pormenores por explicar: o *ch* e o *a*. A forma andaluza devia ter bastante uso entre populações muçulmanas e moçarábicas, talvez até de maneira especial em territórios que hoje pertencem ao Norte de Portugal, como se deduz da zona onde persistiu até hoje *azurracha* e daquelas onde se mantêm as de além-fronteiras mencionadas por Corominas nos passos antes transcritos.

A origem comum, repita-se, estará em forma hispânica, anterior à chegada dos soldados de Tárique. Por outro lado, o Português oferece *azorrague* como um dos representantes desse antiquíssimo elemento, segundo se julga. Essa terá sido a forma genuína, chamemos-lhe assim por descender directamente de outra antiquíssima, ao passo que *azurracha*, penso, teve na sua história a intervenção arábica ou moçarábica. Só assim um **zorraqa* ou **zurraqa*, poderia originar aquela, com a passagem de *-q-* a *ch*, regular nos dialectos arábicos (e talvez também moçarábicos) da nossa Península. Para o provar recordo os casos de *Beja*, *Tejo* e de todos os apontados por David Lopes em *Trois Faits de Phonétique Historique Arabico-Hispanique* (separata do tomo III de *Actes du XIV^e Congrès International des Orientalistes*) e *Os Árabes nas obras de Alexandre Herculano* (pp. 67-68 da separata).

Isto quanto ao primeiro dos pormenores antes mencionados.

Quanto ao segundo, o *a*, tal como em *azorrague*, não passará de elemento prostético.

Fica ainda por esclarecer a questão semântica.

Parece-me que por aí não se encontrarão grandes dificuldades, porque a significação de «vara» visível em quase todos os elementos mencionados, nos revela que a embarcação poderia tirar o seu nome da denominação que antigamente teria o remo que lhe governava a navegação, a qual era produzida por outros dois.

Tenho pena de não dispor de mais elementos para aprofundar a doutrina que antes apresentei necessàriamente eivada de hipóteses. Espero, porém que ela despertará o interesse dos estudiosos que, se por um lado saberão reconhecer o esforço feito para redigir estas notas, não se esquecerão de esclarecer (quer a aceitem, quer não) a doutrina aqui exposta.

Por aqui me fico, já com elementos suficientes, como julgo, para esclarecer o que escrevi nos *Comentários a Alguns Arabismos do «Dicionário de Nascentes»* e no *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa»*.

Un episódio de las relaciones diplomáticas de Portugal e la Corona de Aragón (1327-1328)

(RESUMO)

Por Juan F. Cabestany Fort

En mis investigaciones en los fondos del Archivo de la Corona de Aragón encontré noticias de varios contactos diplomáticos entre ambos reinos durante todo el reinado de Alfonso el Benigno (1327-1336), que corresponde al de Alfonso IV (1325-1357) de Portugal.

De entre éstos he escogido como tema de la presente comunicación uno acaecido en los inicios del reinado del Benigno que pone de evidencia las fraternales relaciones entre los diversos reinos hispánicos y Portugal. La tradicional amistad entre los monarcas de los reinos de Portugal y Aragón se demuestran por la larga serie de casamientos entre ambas casas reinantes.

Una vez más se intentó el casamiento de un princesa aragonesa con un principe portugués, estos fueron Blanca, hija de Maria de Aragón, hermana de Alfonso el Benigno y viuva del Infante castellano D. Pedro con el infante portugués D. Pedro, más tarde el Justiciero, hijo primogénito de Alfonso IV. Las negociaciones fueron llevadas a cabo por Galverán de Tarba y Romeo de Montornés al largo de los meses de Noviembre y Diciembre de 1327. Éstas no dieron resultado positivo y la infanta Maria quedó sin marido, una unión matrimonial fracasada, pero el infante Pedro caso con Constanza, hija del infante D. Juan Manuel, parienta también del Rey Aragonés.

Paralelamente a estas negociaciones los tres Alfonsos, el aragonés, el castellano y el portugués inician unas negociaciones diplomáticas para renovar los pactos firmados por sus progenitores. Estas negociaciones

fueron llevadas a cabo por parte de Aragón por Blasco de Maça de Vergua y por Rodrigo de Pina, el éxito coronó la empresa y a mitades del año 1328 se firmaba el tratado de amistad entre los tres monarcas peninsulares.

Es estudio hecho casi exclusivamente con la documentación aragonesa adolece de una unilateralidad imposible de subsanar por falta de documentación públicada sobre los otros monarcas, pero puede que indique el camino a seguir por otros historiadores que completen con mejor conocimiento esta aportación documental a la desconocida historia diplomática de la Peninsula Ibérica durante el Medievo.

La valoracion histórica del tiempo en el concepto popular

Por António Fráguas Fráguas

El continuo suceder de las actividades humanas más transcendentes e impresionantes, el paso de cada dia, la história, alcanza la mente popular y tiene un grado de duración y permanencia a veces tan incierto que se intercala en los momentos inmediatos a la realización y desaparece al poco tiempo sin que pueda descubrirse en la valoración popular ningun recuerdo de su presencia. Pueblos, creencias y culturas se anulan y superponen y vuelven facilmente el rostro a la leyenda en donde cada cual se refugia a su modo y se vislumbra en lejanias de las hogueras de invierno en la tertulia de la mansión campesina. El personaje del mundo se sostiene en la canción y en el cuento y fuera casi siempre de su lugar, representa su papel con el comienzo de la narración: «habia unha vez un home... «y sigue lo que el romance diga, a história romántica de un caballero, de una dama ilustre o de un capitan de gavilla.

Para comprender la valoración histórica en el sentido popular debemos comenzar por la estimación primera y elemental del tiempe como indispensable en el suceder de la vida.

El pueblo tiene un concepto fundamental del tiempo que polariza en torno a su cotidiano mundo y al mundo de sus antepasados sin el notório predominio de la valoración numeral. El tiempo presente lot estima en razón a la labor que realiza. La obra magna requiere mucho tiempo, es de larga duración y esa labor se enjuicia por comparación»: *levoulle tanto tempo que, nin que fora obra de romanos*». Muchas veces hemos preguntado en torno a esta expresión cargada de un profundo sentido histórico, pero en su valoración el pueblo conserva la idea de solidez y supone que la grandeza de la obra va unida a la duración del trabajo. La expresión comparativa puede ser aplicada en sentido peyorativo por la negligencia en los que realizan el trabajo sin alterar por lo tanto la valoración del primer concepto histórico.

Una vieja fórmula de la temporal se expresa con los términos: «*tempos enquirios*» y «*tempos sin quiries*». La sentencia: «*levoulle tempos sin quirios*», informa de un tiempo indeterminado, pero tan largo que más se mira a la duración que a la importancia de la obra. Nadie sabe cuanto es en años esa fórmula aplicada al trabajo o al abandono de las personas y de las cosas: «*estivo pr'ahi tempos sin quirios;* puede referir-se a un objeto medio perdido, abandonado y dejado a sabiendas sin uso de ninguna clase pero sin perder el valor fundamental aunque muy bien puede desmerecer por otras circunstancias. El valor numérico que puede alcanzar la frase no es posible de determinar, es un tiempo muy diferente, por lo que a la duración se refiere, de una aplicación a otra, de todos modos es fórmula de amplitud y de valoración relativa segun la expresión temática que se aplique; su alcance está dentro de una vida, como lo indican los ejemplos: «*falou con ela tempos sin quirios*» que no alcanza más que años de mocedad con un largo noviazgo; *estivo pr'ala tempos sin quirios*», que señala una separación más o menos larga. Facilmente se comprende la variación que puede alcanzar la vieja fórmula segun se aplique a personas y a cosas y encierre como valor designencial para el tiempo una duración real o figurada.

Hacer aplicación histórica del tiempo por el pueblo es muy difícil. La história es el tiempo que ha pasado y en el campo popular alcanza determinados ciclos sin precisar el cuando de los hechos, adaptados a momentos espaciales un tanto indeterminados. Una antigua fórmula contaba el tiempo por comparaciones, de la siguiente manera: «*unha sebe tres anos, un can, tres sebes; un cabalo, tres cans; e un home tres cabalos.* El curioso cómputo, recogido en Cotobad (Pontevedra) concede toda la importancia a la información comparativa pero no hace recuento del pasado. Todas las expresiones que la gente aplica al tiempo tienen una validez real en el presente: «*estar facendo tempo*» que parece confirmación de otra sentencia «*o tempoi faise*» indican esa actualidad. No debemos dejar sin mencionar la expresión de: *pasal-o tempo,* la pequeña tregua que establece todas las modalidades de distraer el espiritu en un tiempo prudencial. Hay el topónimo Pasatempo, en Mondoñedo, (Lugo) que la leyenda explica como impresionante realidad histórica, atrubuyendo al famoso Ponte do Pasatempo el lugar donde entretuvieren a la esposa del Mariscal Pardo de Cela, portadora del indulto otorgado a su marido esperando que transcurriera el tiempo suficiente para que fuese ejecutado. Tambien encontramos en la canción popular la gracia del pasatiempo

Adios feira de Famelga,
feira de pasal-o tempo,
onde se van pasear
catro cabezas de vento.

Los años no cuentan para el relato popular, muy pocas veces nos diran el guarismo de un hecho. Es más corriente señalardo con otra modalidad, una referencia que nos permita cierta relación; p. ej. *o ano da fame*. No se da la cifra del año, fué a mediados del siglo pasado, y con arreglo a él señalaban dos hechos: «*os fauciosos do Cura Gonzalez*» que correspondian *antes de ano da fame* y la guerra de Cuba, *despois do ano da fame*. Aun en hechos mucho más recientes, totalmente contemporaneos, no se señala la cifra correspondiente y se emplean fórmulas como estas: «*no ano que se casaron*», «*no ano que viñeron do Brasil*» y asi se explica «*no ano que se casaron meus hirmans, caieu a chispa no Coto dos Gallos*», «*no ano que viñeren do Brasil fixeron o cuarto de fora*».

En la valoración del tiempo con relación a la edad hay el máximo: el siglo: «*a tia Xeneresa xa fixera o siglo cando foi a Santiago*». La expressión de tiempo para indicar una duración poco frecuente se hace por comparación a un monte y a Matusalen: «ten mais anos c'o Coto Courego», y tambien: «ten mais anos que Matusalen».

El transcurso de los años valorando un momento histórico nos lo refiere el relato en forma de cantar del cantero de Ponte Nafonso, la puente sobre el Tambre en el camino de Noya a Muros.

Adios, ti, Ponte Nafonso,
nen sei quen te acabará,
trinta anos me levache,
flor da miña mocedá.

El siglo XIX dejó en la estimación popular dos hechos históricos: la guerra civil y la guerra de Cuba. Apenas se puede recordar en algunos lugares el paso de los franceses y cuando se recuerdan es para señalarlos como los causantes de las impresionantes ruinas.

La clásica referencia a la manifestación histórica más interesante en la valoración popular es la de los *mouros*, los genios construtores de los monumentos de mas antiguedad en nuestra tierra. En torno a los castros, a los dólmenes y a las mámoas hay una curiosa población más o menos fantástica que está valorada en la mayor parte de los casos por su

generosidad, riqueza y severo castigo al que falte a lo con ellos pactado; pero su caracteristica fundamental es el don de encantamiento que les hace vivir como cautivos fantasmas, realizando obras y conquistando muchas veces a las gentes del lugar.

Hay otro tema histórico en la mente popular relacionado con los comienzos de la Era Cristiana. Una serie de leyendas dan por cierto el viaje del Niño Dios y su santa Madre por los caminos de Galicia, y refieren el trato que daban las gentes a tan ilustres peregrinos obligados a pedir posada y el sustento de cada dia. De muchos lugares se refiere el tremendo castigo impuesto a los vecinos que negaron el pan al Niño Dios y hasta pretendieron maltratarle. A todos los transformó en ámplias lagunas donde es facil reconocer de vez en cuando restos de casas, objetos y hasta en determinados dias oir las campanas sumergidas. La valoración popular en torno a las ciudades asulagadas se relaciona con un hecho histórico. La zona lagunar era un nucleo palafitico abandonado de modo definitivo poco antes de los comienzos de nuestra era. El abandono del poblado a consecuencia de una serie de factores llega al dominio de la valoración popular con la razón más fuerte de la pagania que se desfigura enel mal trato que dan al Niño Dios. Todo lo demás, la leyenda, es como una demostración del sucedido, pues muy dificil se le hace comprender las habitaciones lacustres, tanto que las suponen iguales a las nuestras y sepultadas por las aguas.

El concepto popular da por lo general una valoración a los hechos más importantes, pero en su interpretación se interponen diferentes planos que dejan como formas legendarias la existencia real de pueblos y culturas.

Roma y su obra impressionaron profundamente al mundo occidental como impresionó tambien la predicación del Cristianismo, y a estas dos formas que adquieren valoración singular dedica el pueblo su recuerdo y su saber. En la Edad Media el continuo batallar de los moros a través de tantos siglos dejó en los hogares una impresión profunda que se fué transformando hasta llegar a la visión que recogemos en nuestros dias. El sentido de la história y su verdadera valoración en el ámplio sector popular hemos de buscarlo en la tenue penumbra de la cocina aldeana a través del relato aureo que casi siempre comienza: «N-outros tempos...».

Do Latim Clássico ao Latim Medieval

(Introdução ao Humanismo Medieval Português)

Por António Freire, S. J.

A um mestre de filosofia que, rabioso com as elegâncias cicerónicas dum aluno, lhe exigia falasse «latim filosófico», redarguiu este com pomposa e melódica frase latina: «*Ego unam duntaxat agnosco Latinitatem: qua nempe usus Cicero est!*» — Eu só conheço uma espécie de latim: o de Cícero!

Laboravam ambos, professor e discípulo, num falso suposto: o mestre, opiniando que o latim clássico não era apto para expressar conceitos filosóficos; o aluno, crendo que só a prosa de Cícero gozava foros de latinidade.

A verdade é que o latim de Cícero não era sequer o que o inexperiente pupilo reputava como tal: o latim dos discursos, dos tratados didácticos e da epistolografia. Era isso, mas mais do que isso; era também o latim falado, muito diferente do latim escrito; o *sermo plebeius*, ou *vulgaris*, ou *cotidianus*, quando não *rusticus* por oposição a *urbanus* (1).

A este linguajar do povo e dos doutos na conversação ordinária, aludia Cícero numa das suas cartas a Paetus, advogando-o como mais próprio do género epistolar, em contraposição com a linguagem culta e altissonante do foro: «*Quid tili ergo videor in epistolis? Nonne plebeio sermone agere tecum? Causas agimus subtilius, ornatius; epistolas vero cotidianis verbis texere solemus*» (2).

Embora sejam raros os textos que atestam a existência do latim popular, ao lado do latim literário, mesmo na época clássica de Cícero e de Virgílio, não subsistem dúvidas sobre a sua vigência mais ou menos pronunciada em todos os períodos da literatura latina.

Muito se tem discutido sobre o nome com que deve designar-se a latinidade de carácter popular, coexistente sempre a par do latim erudito e

---

(1) Cfr. ÉDOUARD BOURCIEZ, *Éléments de linguistique romane*, 4.ª ed., Paris, 1946, págs. 31.

(2) CÍCERO, *Ad Fam.*, 9, 21, 1.

literário, no decurso da história romana e durante a própria Idade Média. Mas quer se lhe chame «românico comum», como propõe Burger, ou «proto-românico», como sugerem, entre outros, os americanos G. Trager e Robert Hall, quer se lhe aplique a designação mais tradicional de latim vulgar (popular, língua corrente), a sua existência nos tempos da república e durante o império, bem como a sua sobrevivência durante toda a Idade Média, são factos indiscutíveis, apesar da escassez de textos de carácter nìtidamente popular e da falta de acordo entre os filólogos sobre o método a seguir para determinar as características dessa corrente idiomática.

Uma das diferenças entre as comédias de Plauto e de Terêncio, é precisamente o cunho popular da linguagem plautiana, em contraste com o estilo mais culto, mais fino, mais clássico do frequentador do Círculo elegante dos Cipiões. Crasso confessava que, ao ouvir sua sogra Lélia, tinha a impressão de ouvir o próprio Plauto: «*Equidem cum audio meam Laeliam... eam sic audio ut Plautum mihi videar audire*» (3).

Por sua vez, Quintiliano nos fins do século I da era cristã, testemunha clara e decisivamente a existência duma linguagem familiar — a linguagem de todos os dias entre amigos, esposos, pais e filhos e escravos — salientando a diferença que, no seu entender, se deve estabelecer entre «*sermo vulgaris*» e o estilo culto da eloquência: «*Quidam* — diz — *nullam esse naturalem putant eloquentiam, nisi quae sit cotidiano sermoni simillima, quo cum amicis, coniugibus, liberis, servis loquamur, contento promere animi voluntatem, nihilque et arcessiti et elaborati requirente... Mihi aliam quandam videtur habere naturam sermo vulgaris, aliam viri eloquentis oratio*» (4).

A evolução da língua popular, que se acentuou com a expansão e declínio do império romano, modificou em parte as regras da pronúncia clássica: os ditongos *ae* e *oe* que nos tempos de Cícero, César e Virgílio soavam respectivamente *ai* e *oi*, começaram na idade imperial a pronunciar-se *e*; o *c* que mesmo antes de *e* ou *i* ou *ae* tinha o som gutural de *k* na época clássica e ainda bastante tempo depois, começou paulatinamente a pronunciar-se como *c* português antes de *e* ou *i* e como *c* italiano na mesma posição.

Seria, porém, erróneo pensar que o latim literário acabou por corromper-se e transformar-se no chamado latim «vulgar». Nada mais falso. A dualidade linguística que se verificara no período áureo da literatura

(3) CICERO, *De Orat.* III.
(4) QUINTIL, *Instit. orat.*, 12, 10, 40.

latina, com recíproca influenciação, continuou no baixo império e durante toda a Idade Média. Não são duas línguas separadas e autónomas, mas duas modalidades duma só e mesma língua. Se o latim popular influiu poderosamente na formação das línguas românicas, o latim literário medieval também exerceu nelas influxo e foi por elas influenciado. Tal é, pelo menos, a tese brilhantemente sustentada por Christine Mohrmann contra Bonfante e Lot (5).

Como no latim literário, também no latim popular se repercutiu a influência da língua e da cultura helénica. Não foi fácil aos ramos libertarem-se, de início, do influxo avassalador da língua e literatura gregas. Horácio, que proclamara o domínio triunfante da Hélada vencida — *Graecia capta ferum victorem cepit* (6) — não se cansava de apregoar as obras gregas e de recomendar o seu estudo: «*Vos exemplaria graeca nocturna versate manu, versate diurna*» (7).

Já muito antes dele Terêncio quedara boquiaberto ante o panorama riquíssimo da literatura helénica, chegando a admitir a impossibilidade de a ultrapassar: «*nullum est iam dictum quod non sit dictum prius*».

Houve, é certo, vozes reaccionárias, como as de um Catão e de um Juvenal, que protestaram enèrgicamente contra a invasão do helenismo: «Não posso, ó Romanos — vociferava Juvenal — suportar uma Roma grega! — *non possum ferre, Quirites, graecam Urbem*» (8).

A influência linguística do grego, quer no latim literário, quer no idioma vulgar, não foi menos sensível. Há versos de Plauto, em que os vocábulos latinos são como os náufragos da armada troiana a boiar sobre o proceloso mar: «*apparent rari nantes in gurgite vasto*» (9). Repare-se, por exemplo, neste verso plautiano, em que só existe a bem dizer um termo latino:

Euge, euscheme, hercle astitit et *dulice* et *comoedice* (10).

O próprio Cícero que, dum modo geral, preferia a vernaculidade dos vocábulos latinos ao brilho dos gregos — *bonitate potius nostrorum verborum utamur, quam splendore graecorum* (11) — e que na correspondência

(5) CHRISTINE MOHRMANN, *Latin vulgaire, Latin des Chrétiens, Latin médiéval*, Paris, 1955, págs. 3.
(6) HORÁCIO, *Epist.* II, 1, 156.
(7) HORÁCIO, *Ars Poët.*, 268-269.
(8) JUVENAL, *Sat.* III, 60-61.
(9) VIRGÍLIO, *En.*, I, 118.
(10) PLAUTO, *Mil.*, 213.
(11) CÍCERO, *Orat.*, 49, 164.

oficial com pessoas importantes evitava o emprego de termos gregos, nas cartas aos familiares, como ao helenizante Ático, ao seu liberto Tiro e ao seu genro Dolabela, adopta, sem rebuços, o género bilingue» (12).

No domínio das artes e das ciências, se exceptuarmos a agricultura, a criação de gado, a fiação e tecelagem, bem como o direito e a guerra, «pode dizer-se que o latim deve ao grego todo o seu vocabulário científico: matemáticas, físicas, astronomia, música e artes plásticas e decorativas, técnica da construção e da habitação e ciência da linguagem: gramática, retórica, métrica» (13).

Foi igualmente o grego um dos factores de mais marcada influência na génese do latim cristão medieval.

Confunde-se, por vezes, latim cristão ou eclesiástico, com latim vulgar ou popular. O latim cristão tem uma acepção muito mais vasta, porquanto compreende não só o latim literário ou clássico, cultivado com maior ou menor liberdade pelos latinistas cristãos, mas também o latim vulgar e uma terceira modalidade que lhe é inteiramente peculiar. Esta faceta característica do latim cristão foi modelada antes de mais nada, à base da influência da língua grega.

Desde o tempo da pregação apostólica até meados do século II, o grego foi a língua ecuménica da cristandade. E ainda mesmo depois da adopção do latim e da tradução da Bíblia para o idioma do Lácio, no século II, o grego continuou a ser a língua oficial das orações litúrgicas, mesmo em Roma até ao século IV (14).

Nem admira. O grego comum ou κοινή, era a língua internacional, falada nos primeiros séculos da nossa era, através de todo o império romano. Não que fosse a única língua falada, nem mesmo a mais comum em Roma; mas era no ocidente, o meio de comunicação de milhares e milhares de expatriados, prisioneiros de guerra, escravos e livres, mercadores e marinheiros. Os próprios judeus dispersos pelo mundo helenístico, usavam o grego no seu culto (15).

Os primeiros escritores cristãos redigiram suas obras em grego: S. Paulo escreveu à igreja de Roma em grego; S. Clemente dirigiu-se à igreja de Corinto igualmente em grego; muitas das primitivas inscrições das catacumbas foram exaradas em grego; em suma, o grego era a língua

(12) Cfr. J. Marouzeau, *Quelques Aspects de la formation du latin littéraire*, Paris, 1949, págs. 135.

(13) J. MAROUZEAU, *ob. cit.*, págs. 131-132.

(14) Cfr. CRISTINE MOHRMANN, *Liturgical Latin*, London, 1959, pág. 14.

(15) Cfr. CHRISTINE MOHRMANN, *Liturgical Latin*, págs. 27-28.

não só da pregação e do culto, mas foi ainda o meio de comunicação das primeiras duas ou três gerações cristãs do ocidente. O latim só no fim do século II é que parece ter-se generalizado em Roma, entre as comunidades cristãs ([16]).

Naturalmente o vocabulário latino cristão devia sofrer considerável influxo da terminologia já fixa e familiar do idioma helénico. E quando alguns escritores cristãos, como Tertuliano, tentaram substituir termos de proveniência grega por vocábulos estritamente latinos, como baptizare (do grego βαπτίζω) por *tingere*, o fracasso foi completo.

Não só na formação das palavras, mas até na própria sintaxe se torna patente a penetração do grego no latim cristão. Sob este aspecto, foi talvez a tradução da Bíblia a que mais influência exerceu.

A versão latina da Bíblia tornava-se urgente sobretudo para as igrejas da África, da Gália, da Espanha e, talvez, para as comunidades rurais da Itália ([17]).

Não se sabe ao certo quem foi o tradutor da Vulgata. Parece ter sido obra de vários, não profissionais, e em tempos diversos. A principal preocupação desses tradutores foi a da fidelidade. Daí resultou uma tradução extremamente literal. Os intérpretes criaram palavras, inventaram expressões exóticas e contorceram a língua, submetendo-a, por vezes, a giros e barbarismos totalmente alheios à índole do latim literário e mesmo vulgar.

É principalmente na versão latina da Bíblia, feita sobre a tradução grega dos Setenta, que deve procurar-se a origem das proposições infinitivas introduzidas por *quod* e *quia*, tão frequentes no latim eclesiástico e tão repugnantes à estrutura sintáctica do latim clássico.

A tradução do N. T. para latim foi feita directamente sobre o original grego; basta, porém, confrontar por exemplo a versão da Epístola aos *Efésios* com o original grego e com a tradução da mesma Epístola da autoria de Beza, para avaliar a que extremos de rigor literal foi levada a tradução da *Vulgata*.

S. Jerónimo tentou, é certo, traduzir de novo à luz do hebreu o V. T. que lhe parecia incorrecto e corrompido. Animou-o e encarregou-o dessa gigantesca tarefa o Papa Dâmaso. Mas, ou porque receasse as críticas e oposição de seus contemporâneos, ou porque temesse alterar o sentido com elegâncias clássicas, limitou-se a fazer uma revisão directamente cotejada com o hebreu. A sua elegantíssima tradução dos *Salmos* nunca foi incluída

([16]) Cfr. H. NUNN, *Ecclesiastical Latin*, Eton, 1952, págs. 3.
([17]) Cfr. H. NUNN, *ob. cit.*, pág. 3.

na *Vulgata*. O cardeal Bembo aconselhava a outro eminente Purpurado, que não lesse a Vulgata, para não contaminar o latim!

O certo é, porém, que nem Erasmo na nova versão latina da Bíblia em duas colunas paralelas, se atreveu a modificar radicalmente o latim da Vulgata; contentou-se com editar esta ao lado do grego, corrigindo apenas algum que outro solecismo mais crasso (18).

Christine Hohrmann esforça-se por eximir as primitivas versões latinas da Bíblia do qualificativo de «bárbaras», responsabilizando em parte S. Agostinho por essa depreciação. Para a erudita Professora das Universidades de Nimega e de Amsterdão, os cristãos tinham direito a criar uma literatura original, servida também por um estilo latino original. Assim como se apartavam da noética pagã na sua ideologia, assim queriam também distinguir-se da cultura profana na renovação da língua. Para a benemérita e laboriosa investigadora do latim cristão medieval, S. Jerónimo procurou deixar o mais possível intacto a tradução da Vulgata, não tanto por medo à oposição dos seus contemporâneos, quanto por se adaptar ao estilo da época e, sobretudo, por respeito pelo *estilo bíblico*. A prova dedu-la da reacção do mesmo S. Jerónimo contra o hino *Exultet* que na sua forma poética clássica se afastava dos moldes do estilo bíblico (19).

É, no entanto, facto inquestionável, que os latinistas cristãos de maior relevo, do ponto de vista literário, com S. Jerónimo à frente, não esconderam a sua admiração e o seu culto pela literatura latina profana, rivalizando até, nalguns casos, com os melhores prosadores da mais clássica latinidade.

Alguns deles, como Minúcio Félix, defendem fidelidade absoluta ao latim clássico, rejeitando todo e qualquer elemento linguístico cristão. Tertuliano, o mais revolucionário dos latinistas cristãos na cunhagem de neologismos, na importação de vocábulos gregos e na introdução de elementos cristãos, chega até a desvirtuar do seu sentido originário as palavras latinas, para lhes atribuir nova significação dentro do pensamento cristão. S. Cipriano, com a preferência dada às citações da Bíblia, mantém o carácter não clássico do seu estilo. Lactâncio, cujo estilo clássico e conservador, o situa na linha de Minúcio Félix, considera a elegância do estilo como meio mais eficaz para propaganda do Cristianismo. Cinco anos mais tarde, S. Hilário de Poitiers, embora empregue elementos linguísticos especìficamente cristãos, renova a apologia do estilo clássico, estribando-se em moti-

(18) Cfr. H. NUNN, *Ecclesiastical Latin*, Eton, 1952, págs. 4-5.
(19) CHRISTINE MOHRMANN, *Liturgical Latin*, London, 1959, págs. 37-38.

vos mais sobrenaturais do que os de Lactâncio: este propugnava o latim literário, para atrair os intelectuais; o bispo de Poitiers, para glorificar a Deus com a beleza desse estilo (20).

Como se vê, três correntes linguísticas influíram essencialmente na formação do latim cristão medieval: o estilo bíblico, com nítidos ressaibos helenísticos, o latim popular, ou linguagem corrente da época, e o latim clássico, transmitido principalmente através do ensino nas escolas medievais.

A reacção cristão contra o latim clássico tem explicação bastante óbvia na mentalidade diametralmente diversa do cristianismo em face do paganismo. Os ristãos em Roma, nos primeiros tempos, eram desprezados como casta à parte — *tertium genus*. Nada mais natural, portanto, do que forjarem também por si próprios o seu novo modo de se expressarem. A uma ideologia substancialmente distinta do pensamento pagão, deveria corresponder necessàriamente um meio de expressão adequadamente diverso. Assim é que vemos preferir a palavra *Salvator* à clássica *servator* ou *conservator*, aplicada aos deuses do paganismo. E parece-nos absurda a tendência, para não dizer mania, de certos latinistas modernos, que se colocam num plano oposto: rejeitam *salvator*, para restaurar ridìculamente «*servator*». Não vemos razão por que uma deva excluir a outra.

A hinologia cristã obedeceu também a este mesmo espírito de reacção e ruptura parcial com o mundo pagão.

A distinção entre vogais longas e breves começou a tornar-se já confusa no século segundo da nossa era; no século III as dificuldades aumentaram. Nos fins do século IV a diferença deve ter desaparecido totalmente nas sílabas átonas da linguagem ordinária, embora tenha sobrevivido por mais de um século nas sílabas tónicas.

O primeiro a introduzir no latim o verso rimado foi Comodiano, poeta do século V, defensor ardoroso e apaixonado da fé cristã, da qual algum tempo vivera afastado, moralista violento e intolerante a respeito das crenças judaico-pagãs e das defecções dos cristãos, estilista medíocre e até barbarizante. Tentou primeiro escrever o seu *Carmen apologeticum*, que o *Decretum Gelasianum* proibiu, em dáctilos; mas de 1066 linhas desse poema, apenas 26 se podem dizer quantitativamente correctas.

A rima nos autores clássicos é rara e acidental; na poesia de Comodiano pretendia ser um atavio do estilo.

---

(20) Cfr. CHRISTINE MOHRMANN, *Liturgical Latin*, págs. 42-44.

Foi assim que no verso latino medieval se infiltraram duas das suas características mais notáveis quanto à forma: *rima* e *acento* (21).

A poesia, que é a expressão mais usual das literaturas nascentes, foi-o também da incipiente e progressiva literatura cristã. Os trabalhos de Miss Helen Waddell «*Mediaeval Latin Lyrics*» (London, 1951), de Stephen Gaselee «*The Oxford Book of Medieval Latin verse*» (Oxford, 1952) e de F. Brittain «*The Medieval Latin and Romance Lyric*» (Cambridge, 1951), para citarmos apenas alguns que temos à mão, atestam elucidativamente a copiosa produção poética dos latinistas cristãos da Idade Média. Alguns desses hinos, como o famoso *Dies irae*, atribuído ao franciscano Tomás de Celano (1210--1255), superam em grandiosidade de concepção e em beleza de expressão qualquer poesia similar de todos os tempos e de todas as literaturas.

Não alinhamos, contudo, ao lado de puritanos fanáticos que exaltam a literatura latina cristã com menosprezo sistemático pelo latim clássico profano. Reconhecemos, sem dúvida, que o humanismo cristão é incomparàvelmente mais pletórico de valores perenes e transcendentes, do que o humanismo pagão. Admitimos, sem grande objecção, que o pensamento medieval elaborou em latim a mais vasta e harmónica síntese filosófica e teológica de todos os tempos. Sabemos que os mais eminentes latinistas cristãos da Idade Média, como Minúcio Félix, Tertuliano, S. Agostinho, S. Jerónimo e S. Leão Magno, foram discípulos aproveitados dos mestres da latinidade clássica. Não ignoramos que a cultura medieval é representada, no campo das humanidades, por humanistas célebres, como Gerbert, mais tarde Papa Silvestre II, Jourdain de Nemore que escreveu em latim vários tratados matemáticos, Oresme, a quem se devem curiosos estudos latinos sobre astronomia, Buridan que passa por ser um dos maiores cientistas da Idade Média, e ainda Alcuíno, o primeiro mestre do humanismo medieval, Abelardo (século XII), que embora na linha do humanismo cristão, tenta congraçar com ele o pensamento antigo, mormente de Aristóteles, a quem tece pomposos elogios, e finalmente Leonardo da Vinci que figura como ponte de ligação entre o humanismo científico medieval e o humanismo científico do Renascimento com Copérnico (22).

Reconhecemos, porém, que o humanismo medieval difere fundamentalmente do humanismo pagão. O humanismo da Idade Média é um huma-

(21) Cfr. F. BRITTAIN, *The Medieval Latin and Romance Lyric*, Cambridge, 1951, págs. 2-3.

(22) Cfr. *Quelques Aspects de l'humanisme médiéval*, Les Belles Lettres, Paris, 1943, págs. 6-40.

nismo visceralmente teológico e cristão; em muitos aspectos, inclusive na língua, rompeu consciente e deliberadamente com a tradição do latim clássico. Se o ideal do humanismo greco-romano era «*hominem humaniorem facere*» — humanizar mais o homem, o ideal do humanismo medieval foi o de «*hominem digniorem facere*» — a maior dignificação do homem, integrando-o numa síntese magnífica e única de natural e sobrenatural, desconhecida do mundo pagão.

Do ponto de vista de ortodoxia e de pensamento, o humanismo cristão representa inegável progresso na marcha da civilização.

Do ponto de vista linguístico, é preciso distinguir: enquanto criador das línguas novi-latinas, foi um bem e um avanço; enquanto remoçamento da língua latina, foi uma autêntica revitalização do vocabulário e da sintaxe, a ponto de Christine Mohrmann reputar a suplantação do latim medieval pela reviviscência do latim clássico no Renascimento, uma das causas principais da morte do latim, condenado desde então a ser uma «vénérable pièce de musée, gardée para ces conservateurs dévoués que sont les humanistes et les philologues classiques» ([23]).

Estamos, porém, em crer que o latim medieval, no que teria de mais caracteristicamente popular, foi morto pelo surgimento das próprias línguas românicas a que deu origem e com as quais alternava, por vezes, em mescla tão híbrida, que o epílogo não podia deixar de ser o desaparecimento da mãe, para em seu lugar dominarem donairosas e rejuvenescidas as filhas nem sempre gratas.

O latim, na sua corrente mais ou menos literária, sobreviveu e, pensamos nós, lucrou com a reacção dos humanistas do Renascimento.

O humanismo moderno, revigorado no fundo e na forma com as aportações do humanismo medieval, que lhe serve de prefácio, poderá muito bem conciliar o equilíbrio, a clareza e a elegância do estilo clássico, com a coexistência de um latim vulgar, mais acessível aos não profissionais e mais próprio da linguagem corrente. No fim de contas, a distinção entre uma língua falada e escrita, entre o seu aspecto literário e o seu carácter popular, é fenómeno vulgar em qualquer língua.

Em vez da reacção extremista dos humanistas da Renascença, podemos com maior serenidade aproveitar a lição do humanismo medieval, enquadrando a nossa visão humanística da vida em moldes mais amplos e mais cristãos.

([23]) CHRISTINE MOHRMANN, *Latin vulgaire, Latin des chrétiens, Latin médiéval*, Paris, 1755, pág. 54.

O Porto Medieval e os seus Privilégios

(RESUMO)

Por Eugénio Andrêa da Cunha Freitas

— É opinião corrente, de historiadores e historiógrafos, que o privilégio dos moradores da Cidade do Porto, de nela não poderem viver nem pousar os fidalgos, representa a conquista de «uma liberdade democrática». Opinião menos verdadeira.

— *Origem episcopal do privilégio.* — Comum a outras terras de que, como Vila do Conde, Ponte de Lima, Guimarães, eram senhorios os fidalgos.

— *Seu Significado.* — Uma distinção necessária entre fidalgos, senhores dos vassalos e jurisdições, simples fidalgos e nobres. No Porto medieval sempre viveram nobres e até fidalgos quando não fossem poderosos senhores. Exemplos comprovativos. Todos os cidadãos do Porto, de acordo com a letra dos seus privilégios, eram homens nobres.

— *Conclusão.* — Este privilégio não representava qualquer oposição do povo contra a Nobreza ou contra o Clero. Era apenas uma defesa, não exclusiva do Porto, contra possíveis violências de grandes fidalgos, senhores poderosos, que sobrecarregam as terras com aposentadorias e outras opressões, sem qualquer razão ou direito.

O Porto gozava desse privilégio, não por reivindicação popular, mas porque o concelho foi o herdeiro dos prelados, na administração do velho burgo.

Aspects de l'art roman portugais

Por Georges GAILLARD

Notre intention n'est pas d'entreprendre une nouvelle étude de l'art roman portugais, mais — après les beaux travaux publiés notamment par Manuel Monteiro et Reynaldo dos Santos — de relever quelques aspects de cet art et d'en proposer une explication, que nous voudrions fonder sur les caractères propres des monuments, plutôt que sur la recherche des influences. Nous pensons en effet que l'examen direct de l'oeuvre d'art et l'analyse des conditions qui ont entouré sa création, doivent venir au premier plan de nos études. L'exemple de l'art roman portugais est précisément l'un de ceux où l'abus de la notion d'influence risque le plus de fausser les jugements.

On distingue généralement au Portugal deux séries de monuments romans: les cathédrales, qui sont un art d'importation, et les églises rurales, qui sont un art indigène. Sans doute cette distinction est-elle exacte dans son ensemble. L'art roman commence au moment même de la naissance du Portugal. Le comte Henri de Bourgogne est un Français, gendre du roi Alphonse VI, qui fut le souverain espagnol le plus francophile du moyen âge. Une partie du clergé, régulier et séculier, qui constitue l'Eglise portugaise, est venue de France, après être passée par les monastères ou les cathédrales d'Espagne. La cathédrale de Braga est reconstruite par saint Géraud, évêque français, sorti de Sahagún, qui était le principal centre clunisien en Castille. Géraud meurt en 1108, l'euvre étant sans doute achevée, car dès 1110 les soldats de Dona Teresa, pénétrant en armes dans l'église, la pillèrent ainsi que le cloître. La cathédrale de Porto fut également construite sous l'autorité d'un prélat français, Hugues, évêque de 1113 à 1136, auparavant archidiacre et chanoine de Compostelle, protégé de Diego Gelmirez. Ces deux édifices, défigurés au cours des siècles, ne conservent maulheureusement que très peu d'éléments de leur état primitif; il est certain néanmoins qu'ils reproduisaient un modèle français,

comme un peu plus tard la Sé Velha de Coimbre, heureusement conservée. Commencée vraisemblablement vers le milieu du XII[e] siècle sous un évêque français, Bernard, la construction fut achevée sous l'évêque Miguel Salomão (1162-1176). Le nom des maîtres, Bernard et Robert, laisse supposer qu'ils étaient français eux aussi. L'oeuvre l'est en tout cas indubitablement, procédant directement d'un modèle auvergnat, plutôt que de Compostelle. La cathédrale de Lisbonne enfin, forcément postérieure à la reconquête de 1147, ressemble assez à celle de Coimbre pour qu'on puisse admettre qu'elle est due au même artiste: paradoxalement les documents ne nous parlent de maître Robert que lorsqu'il vient de Lisbonne à Coimbre; mais selon toute vraisemblance, les archives manquant pour la période antérieure, Robert avait dû travailler d'abord à Coimbre, avant d'aller à Lisbonne, d'où il revint pour achever l'oeuvre commencée sur le premier chantier.

A cet art des cathédrales, art importé, s'oppose l'art indigène. Mais on a tort de le considérer seulement comme un art rural. En effet les deux premiers exemples qui se présentent, s'opposent à cette définition et nous le montrent au contraire comme un art royal et urbain. La chapelle du château de Guimarâes passe selon la tradition pour être celle où fut baptisé le futur roi Afonso Henriques, né en 1111 dans ce château. L'église de Cedofeita à Porto appartenait à un monastère mentionné en 1120 dans une bulle du pape Calixte II. Peu importe que ces datations ne reposent pas sur des documents strictement authentiques. Il n'est pas sûr qu'Afonso Henriques ait été baptisé à Guimarâes. Le granit, dont les siècles ne modifient guère la patine, ne permet pas de distinguer les reprises et les réfections. Mais l'extrême simplicité de ces édifices certifie leur caractère primitif. Ils fournissent le type auquel se rattacheront pendant des siècles de nombreuses églises paroissiales de villages: nef unique, murs nus (ceux de Guimarâes sont dépourvus des contreforts qui aparaissent à Cedofeita en raison de la voûte couvrant exceptionnellement tout l'édifice); chevet carré terminé par un mur droit (cette forme, plus simple que la courbe d'une abside, reste longtemps courante au Portugal); absence presque totale de décor.

Bien que cette grande simplicité s'impose à l'art roman portugais dans son ensemble, elle n'est pourtant pas absolue: en dehors du groupe des cathédrales, il existe d'autres églises d'un art plus développé et plus divers. Ce sont pour la plupart les églises d'anciens monastères, reconstruites au XII[e] siècle, comme S. Salvador de Travanca, S. Pedro de Rates (favorisé, en 1152, par les donations de Dona Mafalda, épouse d'Afonso

Henriques), S. Cristovão de Rio Mau (daté par une inscription de 1151), S. Salvador de Bravães, plusieurs autres encore, et elles ont dû être bien plus nombreuses jadis, car beaucoup ont été détruites ou transformées au cours des siècles.

Les formes de l'architecture sont toujours très simples. Pourtant la nef est flanquée de bas-côtés. Le transept fait rarement saillie à l'extérieur, mais il est parfois marqué par la plantation des piliers. Ceux-ci sont souvent des piliers composés, à colonnes engagées, anonçant l'intention de voûter l'édifice; mais cette intention n'a été réalisée nulle part. Enfin une décoration relativement abondante couvre les portails des façades, les chapiteaux et même quelquefois les arcs de l'intérieur.

Dans ce décor apparaissent des motifs espagnols, mais dispersés. Un chapiteau d'entrelacs et une tête de taureau qui forme la console du linteau, au portail principal de l'église de Paço de Sousa (Reynaldo dos Santos, *O Románico em Portugal*, fig. 52, p. 81), sont des copies précises des modèles de Saint-Isidore de Léon. Ailleurs, ce sont des palmettes, des fleurons, des billettes, motifs banals de la décoration romane, souvent presque méconnaissables à force d'être simplifiés. Aucune église portugaise ne reproduit le type, léonais, si caractérisé et si largement répandu en Espagne. Des thèmes français apparaissent, mais toujours de façon partielle. S'il est vrai qu'un chapiteau de Rio Mau est tiré de la Chanson de Roland, on est suppris de constater que le style n'a rien de français: les figures font corps avec la corbeille qui forme bloc; les volumes simples, presque géométriques, non sans puissance, sont d'un style très personnel.

Aux portails de S. Salvador de Bravães et de S. Pedro de Rubiães, les statues-colonnes sont traitées avec une exubérance de relief à lequelle seule peut convenir l'épithète de baroque. Les serpents, les entrelacs, les feuillages, couvrant les fûts des colonnes et les archivoltes, participent à cette enflure, qui fait prévoir l'art manuelin. On retrouve cet art à l'église d'Aguas Santas, à S. Pedro das Aguias, etc. Il y a de bonnes raisons de croire que de nombreux exemples analogues ont disparu, parce que cette décoration fantaisiste, souvent grotesque, parfois obscène, a choqué le clergé de l'époque classique: les rapports des visites épiscopales font état de destructions exécutées sur ordre. (Miss Georgiana Goddard King cite quelques exemples précis dans *Little romanesque churches in Portugal, Medieval Studies in memory of A. Kinsgsley Porter*, vol. I, p. 273-292, Cambridge 1939).

A l'inverse, les figures des tympans sont en faible relief: thème fréquent de l'*Agnus Dei*, compositions triomphales d'un dessin presque enfan-

tin. Le décor des archivoltes des portails (Vilar de Frades) ou des arcades intérieurs (Travanca, Rates) est même traité en méplat et paraît remonter aux modèles wisigothiques conservés notamment à Lisbonne.

L'art roman portugais est donc en fait plus varié et même plus riche qu'il ne pouvait paraître au premier abord. Mais ce qui reste d'autant plus remarquable, c'est l'indépendance de l'art indigène. L'art des cathédrales, importé, reste isolé et sans action. C'est en vain que les historiens se sont efforcés de constituer des groupes autour de Braga, de Coimbre (sauf pour quelques églises de la ville). Reynaldo dos Santos qui a poussé le plus loin cette classification, le reconnaît lui-même (*op. cit.*, p. 68) : «En réalité la formation de ces groupes sera toujours en parte artificielle, justifiée par la commodité de la description ou par des affinités partielles, plus que par une indiscutable unité d'influence». Il en est de même pour quelques apports espagnols bien délimités, sur la frontière du Minho, et surtout pour quelques cas sporadiques: portail du type de Zamora à S. Pedro de Ferreira, coupole d'Evora, construction mudéjar en briques à Castro de Avelâs près de Bragance.

Le caractère dominant de l'art roman portugais (mis à part l'art des cathédrales) paraît donc être, avec la simplicité, le refus des influences. Le contraste est grand, dans ce domaine, entre le Portugal et l'Espagne. S. Pedro de Lourosa (comme l'a écrit Gomez Moreno) reste isolé dans les deux pays. L'originalité de l'art roman espagnol est due à ses origines mozarabes; sa diversité, dans sa deuxième phase au moins, provient des courants français. Or la Lusitanie n'avait qu'à peine connu l'art mozarabe. S. Pedro de Lourosa (comme l'a écrit Gomes Moreno) reste isolé dans l'Ouest de la péninsule: il s'agit d'un apport direct de l'art cordouan et non d'expériences élaborées sur place par des Mozarabes, comme en Léon et en Castille. On constate un cas analogue en Catalogne, où l'art mozarabe n'a été pratiqué que par des artistes isolés, non par un ensemble d'ateliers. Mais la Catalogne a été ensuite recouverte par l'art lombard. Le Portugal est resté à l'abri des influences; il n'a reçu que quelques apports sporadiques.

Le même fait s'est reproduit à plusieurs époques. Braga avait connu une civilisation brillante sous la domination suève; mais les apports byzantins, dont S. Fructuoso de Montelios garde la marque éclatante, restèrent isolés et furent bientôt oubliés. Au XVI[e] siècle, pendant la Renaissance, l'église de la Conception à Tomar, celle du Bom Jesus de Valverde près d'Evora (peut-être en rapport avec S. Fructuoso de Montelios) sont des oeuvres italiennes d'une grande pureté, qui restent tout à fait exception-

nelles au Portugal. A côté du cloître classique de Nostra Senhora de Graça à Evora, la façade de l'église est déjà toute baroque. Les purs modèles italiens restent à part et n'entravent pas le cours de l'art portugais.

L'absence d'une tradition préromane explique en partie la simplicité de l'art roman portugais. Les circonstances historiques de l'époque romane expliquent son isolement. La Reconquête, plus tardive, n'a pas permis au Portugal de profiter de l'élan créateur du XI^e^ siècle; au XII^e^, l'art roman, stabilisé, avait perdu de son dynamisme; il devait bientôt céder la place à l'expansion cistercienne, qui apportait des structures différentes, mais le même esprit d'austérité. Le repeuplement du Portugal n'a pas comporté, comme en Espagne, l'installation massive de colons francs. Le Portugal enfin n'a pas bénéficié du pèlerinage: comme l'a montré l'abbé Pierre David, en dépit de la proximité, peut-être à cause des rivalités cléricales, il y eut peu d'affinités entre le Portugal et Compostelle.

Les conditions techniques et surtout les matériaux locaux doivent entrer en ligne de compte. Coimbre a tiré parti des carrières de calcaire. Le granit, employé partout ailleurs, ne permettait pas les formes raffinées dans la modénature ni le décor. Mais il favorisait une enflure de la forme, qui est le caractère le plus marqué de la sculpture romane portugaise et qui l'a parente de façon significative à l'art manuelin.

Refus des influences, fantaisie et saveur populaire, simplicité de l'architecture, exubérance du décor, tels sont les traits qui donnent à l'art roman portugais son originalité et son charme.

Da Ourivesaria Medieva em Portugal

Por António Manuel Gonçalves

Da Borgonha provieram os tipos de monumentos arquitectónicos que modelaram os estilos medievais. Coube a Cluny, pela hegemonia que desfrutou a partir do século X, a missão de difundir o românico e trazê-lo pela via compostelana à região galaico-portucalense. Ao ser novamente revigorada a ordem beneditina por São Bernardo de Claraval, dois séculos mais tarde, a mesma rota de peregrinação a Sant'Iago introduziu no ocidente peninsular as formas austeras do cisterciense.

Do noroeste irradia a Reconquista, expansão militar e religiosa que o românico português traduz artìsticamente. O românico granítico, rude, pesado e sombrio, é próprio duma época em que a igreja é simultâneamente templo e fortaleza; daí o exterior aspecto militar, de grossas paredes e pórticos funcionais, que se contenta em formas pobres e simplíssimas.

Portugal herdou a arte românica «quando ainda estava no berço, para lhe querer tanto como se fosse sua» (1). A sobriedade do românico, expresso em forte e nobre traçado ao módulo humano, afeiçoa à idiossincrasia portuguesa um construtivismo maneirinho cuja harmonia de proporções contrasta singularmente com a monumentalidade esmagadora doutra arquitectura peninsular e europeia.

Aliás no nosso país não houve uma diferença essencial entre o românico e o ogival, mas antes soluções técnicas e estilísticas de carácter contínuo que vão do românico cluniacense ao gótico mendicante (2). O ideal monástico, vivência mística que permite a evolução orgânica da arte medieva portuguesa, é o cimento espiritual que faz convergir a tecnologia e interpenetra os estilos. A própria dissertação escolástica, vigorosamente

---

(1) Diogo de Macedo, *Sumário Histórico das Artes Plásticas em Portugal*, Porto, 1946, p. 31.

(2) V. Élie Lambert, «L'Art Portugais», in *Annales de l'Université de Paris*, 18.e année, N.° 3, Juil.-Sept. 1948, pp. 231-232.

ordenada em *Specula* e *Summas*, se concretizou em linguagem arquitectural nos templos medievais, a ponto de poder julgar-se o pensamento teológico neles expresso como equilibrado racionalismo arquitectónico, conjugador perfeito da razão e da fé (3).

A arquitectura na idade média, significativamente a arquitectura religiosa, constituía a arte por excelência que ineria as demais: regulava a evolução da escultura, da pintura e de outras artes decorativas, era o paradigma formal da torêutica. O monumento sacraliza-se então, afeito e integrado num *todo* artístico e teológico — é o reflexo vivo da autenticidade cristã que o concebeu.

A ourivesaria, remota e fecunda indústria nesta faixa ocidental da península hispânica (4), acompanha e reflecte, na florescência medieval, a decoração comum da arquitectura. A peça sacra de metal nobre, funcional como elemento decorativo dum templo e como alfaia litúrgica, requer-se artefacto simples, puro, com linguagem e estrutura acessível ao povo cristão.

Dentro do genérico movimento europeu da Meia Idade, as primeiras oficinas peninsulares de torêutica surgiram nos mosteiros. Mais tarde, quando os artífices estabelecem tendas nas cidades, organizam-se em corporações que servem a cleresia secular e regular e, simultâneamente, os príncipes e nobres produzindo peças religiosas e profanas.

Ao mester prateiro e ouriveseiro da região galaico-portucalense respeita o cálice e a patena denominados de S. Geraldo, do Tesoiro da Sé Primaz de Braga, cuja legenda exara ter pertencido a MENENDUS GUNDISALVI ET TUDA DONNA (5), aios e sogros do monarca D. Afonso V de Leão (990-1028). Este vaso sagrado e o seu bem ajustado acessório, constituindo precioso artefacto da Reconquista, em prata doirada — ornamentado de laçarias, envolvendo leões simbólicos, frestas, motivos lineares e vegetais estilizados — é «talvez a mais antiga peça executada em território português, que nos ficou venerável pela arte, história e simbolismo» (6).

---

(3) V. Erwin Panofsky, *Gothic Architecture and Scholasticism*, London, 1957.

(4) V. Mário Cardoso, *Das origens e técnica do trabalho do Ouro e sua relação com a joalharia arcaica peninsular*, Guimarães, 1957, pp. 14-22.

(5) V. Cón. Manuel de Aguiar Barreiros, *Catálogo e Guia do Tesoiro da Sé Primaz de Braga*, Porto, 1954, p. 44.

(6) Cit. Aarão de Lacerda, *História da Arte em Portugal*, vol. I, Porto, 1942, p. 165. — Considera este objecto «excelente documento moçárabe, do século XI, talvez oriundo de alguma oficina coimbrã, onde trabalharam em boa convivência, decerto, muçulmanos e cristãos» (id., p. 549).

Molda-se este cálice aos cânones preceituados pela Igreja a partir do ano mil que proibiu o uso, nestas alfaias, da madeira, do vidro e do cobre, recomendando a aplicação de metais nobres, embora tolerasse o estanho e o cobre dourados; e de vidro — autentica a tradição — era a matéria do Santo Graal. Também na centúria que abre o segundo milénio cristão, deixaram os fiéis de comungar debaixo da espécie do vinho, nos ritos ocidentais.

Estas normas litúrgicas que predispõem uma estabilidade estilística do românico, circunscreve-as ao rigorismo monástico o *Exordium cisterciensis coenobii* que estabelece no capítulo XVII a proscrição do ouro e a feitura das cruzes em madeira, devendo os candelabros e incensórios ser de ferro. Proíbe que os mosteiros da ordem de Cister possuam alfaias luxuosas: «ne retinerent cruces aureas seu argenteas», «sed calices argenteos, non aureos, sed, si fieri potuerit, deauratos» (7).

Neste condicionalismo surgem os primeiros artefactos que o espólio do nosso país guarda nos museus, tesoiros das sés e outras colecções. Os poucos exemplares que nos restam são, pode dizer-se, marcos definidores duma peculiar torêutica portuguesa. Embora de inspiração francesa, as peças anónimas do nosso românico — de proporcionada estrutura, formas simples e sóbria decoração — feitas à medida humana, são alfaias litúrgicas em que o funcional e o belo perfeitamente se conjugam. Atente-se no purismo dos três cálices alcobacenses do século XII, do Museu das Janelas Verdes, que denunciam, para além do delicado construtivismo, a extrema singeleza de processos.

Coetâneos são: o cálice e patena de prata, datados da era de 1225, doados por D. Sancho I e D. Dulce ao Mosteiro de Santa Marinha da Costa, actualmente no Museu Regional de Alberto Sampaio (Guimarães), e o cálice de prata dourada, possìvelmente esmaltado, de GEDA MENENDIZ, pertencente a S. Miguel de Refoios e datado da era de 1190 (ano cristão de 1152), exposto no Museu Machado de Castro, o qual ostenta no bordo, gravados, os nomes de Cristo e de onze Apóstolos, cujas imagens de corpo inteiro ornamentam a copa.

Na maioria destas formosas peças, a que temos de acrescentar as crossas de báculo de Santo Ovídio e a do Tesouro coimbrão — esclarece João Couto, — «as superfícies bojudas e lisas, trabalhadas excelentemente pelo caldeireiro da prata, enobrecem-nas e valorizam-nas de forma sin-

(7) Cf. Artur Nobre de Gusmão, *A Real Abadia de Alcobaça. Estudo histórico-arqueológico*, Lisboa, 1948, p. 57.

gular; quando ornamentadas, o relevo da decoração é pouco acentuado, ao contrário do que virá a suceder com os revestimenos exuberantes que, em épocas subsequentes, hão-de limitar o interesse dos objectos. As peças são baixas; nos cálices a altura é sensìvelmente igual ao diâmetro da copa e da base. A impressão de solidez e de estabilidade é inteiramente conseguida.» (8).

A estes núcleos coevos da fundação da nacionalidade que constituem «o resto mais uniforme e, porventura, mais cristão da ourivesaria portuguesa» (9), preside a mesma sobriedade de concepção que perdura nas peças ducentistas. De 1214 é a celebrada *Cruz de Ouro* maciço que el-rei D. Sancho I mandou lavrar para o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, como reza o testamento régio e a legenda inscrita na peça cuja data se inscreve no listel seguro por um anjo. Além da perfeita aplicação dos filetes e filigranados, salientamos o trabalho de buril na gravação dos símbolos do *Agnus Dei* e dos Evangelistas, no reverso, a precisão do engaste das pérolas e dos cabuchões e o finíssimo acabamento e harmonia que enobrece esta jóia ímpar, guardada no Museu Nacional de Arte Antiga.

É também preciosa a cruz processional de prata branca que, em 1225 (datada da era de 1263), mandou fazer o hospitalário Afonso Mendes e pertence à igreja paroquial de Poiares da Régua e à qual se assemelha a cruz existente na Matriz de Cavadoude (Guarda). Há ainda um número avultado de crucifixos de metais pobres nas colecções do país que documentam a nossa torêutica dos séculos XII a XIV (10) e cujos elementos decorativos similam os dos metais nobres.

A arte dionisiana marca o início da infiltração do ogival, embora sempre cheio da estabilidade e sobriedade que a simpreza românica enraizou no sentimento nacional. É desta fase o precioso tesouro da Rainha Santa Isabel, colecção de peças que o Museu Machado de Castro acolhe. A ele pertence uma imagem da «Virgem com o Menino», de prata, em parte doirada e esmaltada que, por si só «representa a documentação mais instrutiva e completa do que, nos princípios do século XIV, podia produzir um artífice de superior engenho, possuidor de todos os recursos artísticos e técnicos do seu tempo» (11). Com tratamento idêntico ao da estatuária

(8) João Couto, «A Arte da Ourivesaria em Portugal — Elementos decorativos», in *Arte Portuguesa*, dir. João Barreira, *As Artes Decorativas*, vol. I, Lisboa, p. 21.

(9) João Couto, *Ourivesaria Portuguesa*, Exposição Portuguesa em Sevilha, imp. Lisboa, 1929, p. 8.

(10) V. Correia de Campos, *Imagens de Cristo em Portugal*, Lisboa, s/d.

(11) António Augusto Gonçalves e Eugénio de Castro, *Noticia Historica e Des-*

em pedra do mesmo período, talvez obra dum ourives coimbrão, avulta ainda na história da nossa ourivesaria pela raridade em colecções portuguesas de esculturas em metais preciosos (12).

Se, como assinalámos, a ornamentação arquitectónica medieva inspira e modela a decoração das peças de ourivesaria, o construtivismo ogival, pela elevação, refinamento e articulação dos seus elementos, pelas superfícies abertas e angulosidade caprichosa de estrutura, «facilitaram a missão do ourives pondo-lhe à mão a possibilidade de conseguir os mais imprevistos jogos de efeitos e as maiores ousadias de factura» (13).

A' ourivesaria do período ogival — exemplificada nos muitos cálices, cruzes processionais e outros objectos auríferos e argentíferos, espalhados pelas colecções do país, de que são núcleos representativos os dos Museus Machado de Castro e das Janelas Verdes — possui a técnica admirável que pode dispensar a soldadura dos elementos constitutivos. Os cálices — como ensina o Dr. João Couto — «são adaptados a uma haste central, por vezes de prata, de secção poligonal e com tantos lados quantas as faces das construções do nó. Na parte inferior da base um tampão com rosca, apertando da direita para a esquerda, liga toda a estrutura. Para que o ourives montador não trocasse a disposição das diferentes partes da peça, várias marcas indicam a sua exacta colocação. *Há uma siglagem das peças de ourivesaria, idêntica à das pedras dos monumentos*» (14).

Afeiçoado o ogival pelos nossos ourives a uma tradição de simplicidade e intimismo, peculiar à maneira de ser portuguesa, aufere em trezentos e quatrocentos, delicadas combinações construtivas onde a ornamentação cobre mas não submerge a sólida estrutura das peças sacras, v. g. as belíssimas cruzes de cristal de rocha e prata, de que restam, entre outros, dois exemplares provenientes do Convento de Santa Clara de Vila do Conde, expostos no Museu Nacional de Arte Antiga, e outros dois do tesoiro da Rainha Santa, guardados no Museu de Coimbra.

---

criptiva dos Principaes Objectos de Ourivesaria existentes no Thesoiro da Sé de Coimbra, Coimbra, 1911, pp. 44-45.

(12) Cf. J. Couto, *Ourivesaria Portuguesa* cit., p. 11.

(13) Id., pp. 11-14.

(14) Ibid., p. 14.

A Didáctica da História
considerações de natureza metodológica

Por Bertino Daciano Rocha da Silva Guimarães

Não faltariam os temas a escolher para uma tese destinada a um Congresso tão interessante como este.

A história de Portugal, mesmo apenas a medieval, é deveras opulenta, com páginas cheias de heroísmo e encanto, de elevação e grandeza invulgares, algumas porventura ainda por estudar ou destacar sobejamente, e nomes, muitos já caídos no esquecimento, que justo seria trazer de novo à lembrança dos Portugueses de hoje pela nobreza da sua acção, pela excelência das suas obras, pela superioridade da sua inteligência ou carácter.

S, realmente, alguma dificuldade houvesse de deparar-se-me, para a redacção de uma tese, por mais modesta que fosse, residiria tal dificuldade apenas na escolha do assunto, que não na falta dele.

O meu propósito, contudo, é outro, muito diverso: parto do princípio — ignoro se acertada se erradamente — de que, com o volver dos anos, se tornará cada vez mais difícil, ou menos possível, no nosso país, pesquisar as grandezas da História Pátria e reabilitar antigos valores, devido à ausência gradual, alarmante, entre nós, de quem tenha o entusiasmo ou a paixão indispensáveis para tal.

Sim, o número das pessoas espontâneamente empenhadas nesta espécie de trabalhos já hoje se me afigura diminuto, tanto mais que essas, para honra sua, agem mais por disposição inata ou por impulso do seu real patriotismo — esse, a meu ver, constitui até o verdadeiro patriotismo ou nacionalismo, como hoje está na moda dizer-se — do que graças a um profissionalismo mais ou menos forçado ou a qualquer incitamento monetário.

Assusta-me, confesso, o pressentimento, que me vai assaltando, de que o número de tais pessoas diminua ainda mais.

E porquê? Não me parece fácil dar uma resposta cabal a tão simples pergunta.

Na vida presente, uns — sei eu e sabem todos — são atraídos por aqueles empreendimentos de ordem técnica, que, no nosso tempo, de dinamismo quase incrível, alvoroçam, atraiem, convocam sobretudo a gente moça, atribuindo-lhes, no entanto, uma compensação material.

Outros, *a contrario sensu*, em campos que exigem aplicação sem limite de horas, estudo paciente, prolongado, de matérias de natureza mais elástica, que requerem maior concentração de espírito, intenso labor, longa permanência sobre os livros, pouca ou nenhuma compensação têm, nenhum ou quase nenhum estímulo recebem, e, infalìvelmente, o número desses vai diminuindo, rareando — em especial entre os novos — e pode até acontecer, para desgraça de todos, que chegue a igualar-se numèricamente a zero num futuro não longínquo.

Na vida prática post-escolar, não tenhamos dúvidas, há uma só espécie de estímulo aceitável: honorário condigno, salário generoso, mola real de todo o êxito de uma profissão.

Mas, o que mais me aflige é que, também na vida escolar, é indispensável o estímulo, para conveniente preparação das camadas provindouras, e esse não me é fácil descortiná-lo.

No que respeita aos estudantes de Letras — são estes agora que especialmente me interessam, porque os de Ciências ainda disfrutam de trabalhos práticos, oficinais ou de laboratório, que, quando bem conduzidos, podem apaixonar em maior ou menor grau — no que respeita aos estudantes de Letras (dizia eu), é mister examinar em profundidade, sem delonga, mormente nos tempos de alarmante dispersão que vai atravessando a classe estudantil portuguesa, o problema da melhor maneira de incentivar essa classe, de nela criar e fortalecer o gosto pelo conhecimento do Passado e o desejo de alargar, no porvir, as fronteiras do nosso ambiente espiritual.

O presente Congresso é, para mais, de «Portugal Medievo», o que implica indagações e deambulações no campo da história de antanho, às quais se mantém, mau grado nosso, totalmente estranha a grande maioria dos nossos escolares, sejam eles de que nível pedagógico forem.

Quer dizer, a disciplina de *História*, desde o Ensino Primário até ao Secundário (Liceal ou Técnico) — do Ensino Superior não falarei — está ou creio estar em grave crise; por outras palavras: entendo que ela só por si justifica uma futura reforma da nossa actual estrutura didáctica, reforma que mesmo se impõe, visando não um alargamento ou complicação

dos programas, já substancialmente sobrecarregados, mas, pelo contrário, uma simplificação dos mesmos, uma distribuição mais metódica ou compensada das matérias, e, acima de tudo, que a estas imprima um cunho mais prático, mais real, mais positivo, ao mesmo tempo que mais racional, que exija menos da memória e mais da compreensão, que assente em melhores bases científicas de confronto e de crítica, que exija do estudante maiores qualidades dedutivas, e tudo com rumo à criação, nele, de um critério pessoal de perfeito equilíbrio, que o faça intervir, com inteligência, no julgamento circunspecto dos factos históricos.

Fui professor do ensino liceal durante muitos anos, e, todas as vezes que se me oferecia o ensejo, promovia, na disciplina de História, prelecções da autoria dos alunos (1), sobre temas dados, fornecendo-lhes eu próprio, umas vezes, os elementos de consulta, outras vezes obrigando-os de propósito a procurarem-nos na biblioteca privativa da escola ou na biblioteca pública, prelecções ora feitas nas aulas, ora junto de monumentos históricos antigos, na cidade ou fora dela, em bibliotecas, em escolas ou em museus, e com prazer verifiquei que muitos alunos se apaixonavam a sério pelos seus trabalhos, brilhando entre quem os escutasse.

As visitas de estudo que, com alunos ou alunas, ou conjuntamente, mas sempre em pequenos grupos, levei a efeito, forneceram matéria para outros tantos trabalhos, que de bom grado todos submeteram à minha análise e classificação; outras vezes, discussões entabuladas entre eles, perante mim, sobre temas dados, de igual modo lhes facultaram — é fora de dúvida — um treino apreciável.

Isto, no ensino oficial.

No ensino particular, onde a tarefa, por razões múltiplas, se me antolha mais complicada, mais trabalhosa, tentei, mesmo assim com êxito, igual sistema (2).

Por essa razão, enfim, embora num Congresso seja costume apresentar teses de outra natureza, atrevi-me a elaborar esta, sobre «A didáctica da História», que, não obstante a sua aparente mediocridade, poderá resultar profícua, se o Ex^mo Governo algum dia resolver — e resolve com certeza — imprimir maior eficiência à orgânica do ensino elementar e secundário.

É claro que não ouso falar de todas as disciplinas, mas tão sòmente

---

(1) Vid. *uma década de esforços em prol dos estudantes (a função das Caixas Escolares)*, Porto, 1948.

(2) Vid. *Pro Labore (Ensino Particular)*. Porto, 1959.

da de *História* que, para ser ensinada com utilidade, e sobretudo para produzir nos alunos — em alguns, pelo menos, bem entendido — bons e perduráveis efeitos, reclama uma justa e cautelosa aferição dos processos de ensino vigentes; de outro modo, receio — volto a dizer — que nem Congressos como o actual se tornem algum dia possíveis, por carência de matéria prima a neles apresentar.

Assim, a minha contribuição consiste, por hoje simplesmente em solicitar de V. Ex.as o seu valioso e douto apoio à *Proposta* que me permito fazer, e que é a seguinte: *que seja interessado o Ex.mo Governo, e sobretudo S. Ex.a o Ministro da Educação Nacional, no sentido de ordenar a revisão dos Programas de Ensino da História e mandar estudar, depois de um exame paciente de todos os sistemas empregados nos diferentes países mais cultos, aquele que melhor poderá adaptar-se a Portugal, a fim de se atingirem os melhores fins em vista e contribuir para o engrandecimento moral, intelectual e cívico de uma nação de tanto vulto, històricamente, como a nossa.*

É claro que não deixarei ao mesmo tempo de preconizar, sempre com o objectivo de uma visível melhoria, um estudo judicioso e leal do seguinte:

LIVROS DIDÁCTICOS. Estes livros afiguram-se-me na generalidade de excessivo volume, alguns demasiado dispersivos, mais convenientes a alunos memoriosos do que a alunos inteligentes; compêndios, quase tratados, que apenas relatam, secamente, factos por ordem cronológica, sem entre eles estabelecer qualquer analogia ou deles tirar alguma lição moral; livros que, em vez de se comportarem como guias amigos, capazes de fornecer elementos graduais e úteis de informação, antes constituem relatos maciços, pesados, fatigantes, sombrios, que não estimulam nem facilitam o estudo. Não seria preferível que se organizassem apenas guias ou sumários, espécie de vade-mecums, simultâneamente para alunos e professores, deixando a estes últimos plena liberdade de acção, para elaborar e escolher os competentes planos de estudo das matérias, em condições de atrair e cativar os estudantes, impressioná-los e esclarecer-lhes o espírito, e tudo segundo um critério inteiramente baseado no propósito de obter sobejos e seguros conhecimentos e, também amenamente, cumprir, até ao fim do ano lectivo, o programa oficial?

PRELECÇÕES, VISITAS DE ESTUDO, COLÓQUIOS. Aconselho a organização sistemática de *prelecções*, mesmo públicas, efec-

tuadas pelos alunos, mediante tema fornecido pelo Professor; de *competições coloquiais*, nas aulas, debaixo do controlo do mesmo; *visitas de estudo* frequentes, com número limitado de alunos, a monumentos públicos e a museus, sempre com a participação literária daqueles; *frequência assídua a bibliotecas públicas* com consulta vigiada de documentos e obras arcaicas, de incunábulos e manuscritos; *leituras e comentários*, superiormente dirigidos, de textos históricos de diferentes épocas e características; *assistência obrigatória* dos estudantes a celebrações públicas de sentido histórico nacional, etc. etc. — tudo condicionado, já se vê, ao nível pedagógico e intelectual dos mesmos e sempre com activa cooperação da sua parte.

OUTROS MEIOS ACESSÓRIOS DE CULTURA. Igualmente preconizo o emprego mais continuado, mais intenso, porventura periódico, de outros meios acessórios de cultura, antecipada e conscienciosamente elaborados, como o *cinema* e o *teatro*. Não sou avesso às próprias *festas escolares*, contanto que nelas participem directamente os alunos e a elas assistam, para maior incentivo, os respectivos encarregados da educação, sempre com uma finalidade cultural elevada e séria.

ANTOLOGIAS. Há muito que, para o estudo da Língua e da Literatura Pátrias, os alunos usufruem pequenas edições escolares das principais obras clássicas. Edições similares, de carácter antológico, deveriam ser elaboradas, para uso dos alunos de *História*, com textos autênticos, devidamente anotados e comentados, sobre determinados factos e figuras, capazes de suscitar ideias, de aduzir problemas, de fazer enveredar os alunos, hàbilmente, para um exame ideológico voluntário e frutuoso.

Não sei, enfim, se tudo o que acabo de expor tem viabilidade, mas calculo que sim, e a minha longa prática de magistério, sempre em busca, mesmo que obscuramente, de uma metodologia mais consentânea com a demasiada vastidão dos programas e as características psicológicas dos alunos, diz-me — ou julgo dizer-me — que estou dentro da razão.

Diz-me também, é certo, que o Professor, seja ele de que categoria for, tem que ser bem pago, generosamente remunerado, para poder viver para o Ensino de modo integral e exclusivo sem ter necessidade de excessos, de acumulações ou de disseminação de actividades.

Que o Ex.mo Governo, em especial S. Ex.a o Ministro da Educação Nacional, se digne algum dia ponderar o presente arrazoado e talvez nele encontre matéria para mais uma medida acertada.

E, se assim for, também aqueles que ainda se dedicam à investigação histórica podem confiar em que não faltará quem lhes siga o exemplo e quem respeite o que escreveu Fernão Lopes, cronista português famoso da época de quatrocentos: «...nosso desejo foi em esta obra (*na Crónica de D. João I*) escrever verdade, sem outra mestura, leixando nos boõs aqueeçimentos todo fimgido louvor, e nuamente mostrar ao poboo, quaaes quer comtrairas cousas, da guisa que aveherõ».

Aljubarrota à luz das escavações recentes — dúvidas, certezas e probabilidade militar inerente

Por António Henrique de Araújo Stot Howorth

A batalha de Aljubarrota teve grande repercussão no seu tempo e, até hoje, tem conservado no espírito daqueles que a estudam algumas dúvidas acompanhadas, claro está, por reconfortantes certezas no desbravar das quais é justíssimo mencionar o nome do Ex.mo Coronel Costa Veiga que tem dedicado àquele problema o melhor da sua inteligência e da sua probidade de historiador militar.

O fundamento principal da versão mais corrente em Portugal da batalha de Aljubarrota tem sido a descrição feita na «Crónica de El-Rei D. João I» por aquele grande cronista medieval, mas já com os olhos postos nos tempos modernos, que se chamou Fernão Lopes.

A descrição que Fernão Lopes fez da batalha de Aljubarrota levanta porêm algumas perplexidades. Verifica-se, por exemplo, que não estudou convenientemente o terreno da batalha — tê-lo-á mesmo percorrido? — e, por outro lado, não fez obra de completa objectividade histórica ao descrever a batalha. Foi influenciado por preconceitos de carácter patriótico que, a propósito de Aljubarrota, já hoje não há necessidade de continuarem a mascarar a verdadeira face da História.

Outras importantes fontes para o estudo da batalha foram as crónicas de Froissart e de Pedro Lopes de Ayala, bem como a célebre carta que D. João I de Castela enviou à Cidade de Murcia dando-lhe conta do que lhe acontecera em Aljubarrota, e ainda o relato do «Dispensero» da rainha D. Leonor de Castela, que concordam quanto à topografia do terreno, e apontam obras de fortificação passageira a que o nosso Fernão Lopes é omisso.

As recentes escavações em Aljubarrota, dirigidas pelo Ex.mo Tenente-Coronel Afonso do Paço, têm pois um interesse extraordinário, e muito principalmente, se vierem provar o que aqueles cronistas afirmaram. Nesse

caso, será mais flagrante ainda a necessidade de devidamente se colocar a batalha de Aljubarrota no quadro de algumas batalhas da Guerra dos Cem Anos, como Morlaix, Grécy, Mauron, Poitiers — esta em especial — e Azincourt, que por sua vez só poderão ser adequadamente explicadas, se se fizer estudo que com elas relacione as lutas entre Galeses e Ingleses, e destes últmos com os Escoceses — Palkirk, Bannockburn, Halidon Hill, etc. Aljubarrota surge assim a outra luz!

Na batalha empregou-se em cheio, do lado português, a nova táctica inglesa — e se não se tem feito deste modo teria sido perdida a independência portuguesa — e do lado castelhano não se soube aprender a lição que o Príncipe Negro dera na batalha de Najera, 1367.

Os chefes portugueses em Aljubarrota conheciam a táctica inglesa, e souberam-na magistralmente empregar na preparação e no decorrer da batalha. É certo que há historiadores, no polo oposto a Fernão Lopes, que tudo atribuem aos chefes ingleses ou gascões que, integrados nas forças portuguesas, intervieram na acção. É também um exagero, como outro qualquer, por exemplo aquela versão de Froissard que, em Aljubarrota, quase faz desaparecer os Portugueses e Castelhanos para só se ouvir falar dos feitos dos Ingleses e Franceses...

Os mercenários ingleses que auxiliaram os Portugueses foram em número bastante superior ao que Fernão Lopes indica. Existe uma transcrição de documento — cujo original parece estar perdido — na obra «Memórias para a História de Portugal que compreendem o Governo de D. João I», de Joseph Soares da Silva, que parece poder provar aquela asserção, e a obra publicada em 1955 pelo Professor Peter Russell, da Universidade de Oxford, apoiada em sólida documentação existente nos arquivos ingleses, mostra bem o que foram os esforços titânicos da diplomacia portuguesa para contratar archeiros em Inglaterra, naquele ano crucial de 1385.

O auxílio inglês foi precioso e a tal ponto, que é bem em Aljubarrota que reside a prova dos nove da importância da aliança luso-britânica, quando encarada do lado português.

Os archeiros ingleses que combateram eram profissionais altamente treinados, se bem que, quanto à disciplina, esta não devia ter sido melhor do que a que acompanhou a lastimável expedição de Edmundo de Cambridge a Portugal, no reinado de D. Fernando. Os mercenários ingleses adquiriam porém disciplina na batalha, pois, sendo a sua maioria de baixa extracção social, só tinham uma alternativa: combater até ao fim e vencer,

ou morrer às mãos do inimigo, visto que não tinham suficiente valor para merecerem o resgate...

De todas as conclusões anteriores que acontece à figura de Nun'Álvares que muitos escritores nos acostumaram a ver, quase como santo milagreiro, vencedor de batalhas? A nosso ver, com as novas circunstâncias, a figura pode ainda avultar mais aos olhos daqueles que objectivamente procuram uma explicação da batalha de Aljubarrota.

Quando o Condestável sai de Abrantes com a sua hoste a caminho de Tomar, de Ourém e de Porto de Mós e, finalmente, após o reconhecimento feito no domingo, 13 de Agosto, dá ordem aos Portugueses e Ingleses para se dirigirem ao esporão do planalto do Chão da Feira, ele sabe que tropa menos numerosa pode derrotar estrondosamente poderosos exércitos, mercê da inteligência e da fé que conduzem a uma hábil escolha do terreno e respectiva cobertura, com soldados disciplinados e dispostos ao último sacrifício.

Nun'Álvares vai pois para a batalha jogar uma grande cartada — e tudo indica que a teria jogado, mesmo sem o apoio da hoste de D. João I — mas não é o aventureiro de coragem louca, ou o improvisador que com um bando de suicidas vai combater pela Pátria, é antes o grande chefe militar que soube e continuará a saber ouvir os conselhos que outros chefes experientes na arte da guerra lhe poderão fornecer e, depois de deliberar, sabe enfim decidir.

Não foram alguns ingleses naquele grupo de cem cavaleiros que acompanhou o Condestável no reconhecimento do terreno, onde se iria estabelecer o dispositivo português? E se lá tivessem estado, como indica Froissart, diminuía por esse facto a dimensão do chefe português? Que papel desempenha ainda hoje um Estado-Maior, se não levar a um chefe militar os dados do problema ou seja da batalha em que ele irá empenhar as suas tropas? E a assistência de um Estado-Maior diminui os méritos do chefe, mesmo que naquele haja elementos de outra nacionalidade? Ou, pelo contrário, aparece o chefe precisamente valorizado por ter sabido rodear-se de elementos humanos de comprovada competência?

Nun'Álvares, muito provàvelmente, sem menosprezar os conselhos que terá, em diferentes circunstâncias, recebido, foi o chefe que oportunamente decidiu aquela inversão do dispositivo português, quando do movimento torneante do exército castelhano. Teria ele previsto essa possibilidade? Agiu sòmente de acordo com as novas condições que surgiram? inclinamo-nos mais para esta segunda hipótese, porém, de qualquer modo, isto é, com serenidade e inteligência, manteve o segundo dispositivo como

cópia do primeiro que era aquele que com o aproveitamento do terreno lhe poderia garantir alguma veleidade de vitória: o dispositivo defensivo adoptado pela escola inglesa.

A extensão do fosso e o grande número de covas de lobo postas a descoberto recentemente na escarpa oriental do campo de batalha de Aljubarrota — na escarpa ocidental é natural virem a encontrar-se covas de lobo em menor número, visto ser mais abrupta que a outra — levantam porém outros problemas.

Teria sido humanamente possível construir tantas defesas acessórias no espaço de tempo que decorreu — quatro horas aproximadamente — desde o início da marcha torneante até ter dado sinal a trombeta castelhana para o ataque à primeira linha portuguesa? Possuiria o exército português os meios de acção — pás, etc. — adequados, melhor dizendo, em quantidade suficiente para realizar aquela vasta obra, parcialmente posta a descoberto pelas escavações, em tempo tão breve?

Julga-se possível uma terceira explicação: não terão muitas dessas defesas sido organizadas após aquela formidável meia hora de batalha que destruiu a vanguarda castalhena formada pelos nobres portugueses partidários de D. João I de Castela, os auxiliares franceses e os homens de armas castelhanos? Não teria a prudência de Nun'Álvares que ainda durante a noite da batalha manteve as suas tropas em posição de combate, e mais uma vez as suas qualidades de grande chefe militar se exibem, mandado, após o grande embate, ampliar as defesas que houvera tempo de construir perante o inimigo prestes a formar-se em linha de batalha no cair daquele formoso dia 14 de Agosto?

Novo ataque era improvável mas não impossível, como o demonstrou a diversão realizada pelos ginetes do Mestre de Alcântara ao atacar a retaguarda portuguesa. E este ataque poderia ter sido renovado, se aos castelhanos não tivesse fenecido já o ímpeto para vencer os obstinados portugueses.

A autenticidade das escavações de Aljubarrota deitará por terra, de uma vez para sempre, o conhecido esquema apresentado por Ximenez de Sandoval na sua obra intitulada «Batalha de Aljubarrota», publicada em Madrid no ano de 1872. Com efeito aquele autor, quer no primeiro, quer no segundo dispositivo português, coloca as alas por detrás da vanguarda, não segundo o esquema usual das batalhas da Guerra dos Cem Anos, em que o fogo das alas — besteiros e archeiros — constituía o primeiro embate a sofrer pelo inimigo que procurasse atacar o centro da primeira linha — cavaleiros apeados e homens de armas. No esquema de Sandoval, os atira-

dores — besteiros e archeiros — não têm o papel que lhes atribui a fama que grangearam na Guerra dos Cem Anos, mas as obras de fortificação passageira postas a descoberto pelas recentes escavações foram decerto construídas para demorarem o ataque inimigo às alas do dispositivo português e, simultâneamente, contribuíram para conduzir os atacantes no enfiamento do corredor defendido pelos abatises citados entre outros por Froissart e pelo «Dispensero» da rainha D. Leonor de Castela.

Protegidos os atiradores, estes só se afastaram das suas posições quando os castelhanos romperam a primeira linha portuguesa, naquele momento crítico da batalha em que interveio a hoste do Mestre de Avis e os próprios archeiros que, presumìvelmente substituindo os arcos por machados, rebateram, e vieram infiltrar-se por detrás da vanguarda portuguesa, tendo contribuído também muitíssimo para colmatar a brecha que tão ameaçadora se mostrara.

De acordo com a táctica defensiva inglesa do tempo está o esquema agora apresentado na obra «Aljubarrota» editada pela Comissão de História Militar que, deste modo, se pode apresentar com aquela grande probabilidade inerente ao conhecimento de uma táctica militar que decerto enquadrou a própria batalha de Aljubarrota e que não contradiz o que afirmaram os cronistas, muito em especial neste caso, o nosso Fernão Lopes.

Aljubarrota foi o acontecimento militar que permitiu a consolidação da nacionalidade portuguesa, pois, não é de esquecer que, antes da batalha, os grandes senhores do Minho e Trás-os-Montes, na sua quase totalidade, tinham tomado voz pelo Rei de Castela. E, na Beira Alta, Extremadura e até no Alto Alentejo, algumas importantes povoações tinham seguido aquele exemplo.

No ponto de vista internacional, Aljubarrota continua a ter um grande interesse histórico-militar, pois, como se disse, a batalha integra-se nas teorias da táctica guerreira da Idade Média, precursoras já do predomínio da Infantaria sobre a Cavalaria, predomínio esse que irá durar ainda mais de um século após a brilhantíssima vitória de Aljubarrota e que anteriormente se firmara em Grécy e Poitiers.

No ponto de vista da secular aliança com a Inglaterra, Aljubarrota, constituiu a primeira grande camaradagem de armas anglo-lusa, visto que os rudes cruzados ingleses que contribuíram para a conquista de Lisboa aos Mouros não souberam consolidar a camaradagem que o próprio D. Afonso Henriques teria desejado, e os Ingleses que vieram a Portugal no tempo de D. Fernando não deram também muito melhores provas...

Do mesmo modo, como em Tagilde existe monumento comemorativo

do tratado do mesmo nome, assinado em 1372 por Portugueses e Ingleses, devia ser em local dos campos de Aljubarrota que uma dívida de gratidão se poderia devidamente pagar aos archeiros ingleses que, lado a lado com os seus irmãos de armas portugueses, se bateram bravamente pela independência de Portugal. Um monumento condigno serviria para lembrar às gerações vindouras que a camaradagem de armas anglo-luso brilhou a grande altura em Aljubarrota e continuou depois nas campanhas da Restauração, na Guerra Peninsular e na Primeira Grande Guerra. E, estejamos certos, nos nossos dias, ao abrigo de uma mesma civilização, decerto essa antiga camaradagem voltará a exibir-se se, pela fatalidade do destino, isso se tornar novamente necessário.

Um passo da história portuguesa num capitel românico

Por António Coelho de Sousa Oliveira JÚNIOR

No concelho de Vila do Conde há uma pequena igreja românica, outrora pertencente a um cenóbio de parcos recursos, hoje matriz duma freguesia, na qual se destaca a ábside, do século XII, tanto pela perfeição com que foram trabalhados e aparelhados os silhares, como pela abundância e valor estético da decoração escultórica. É a igreja de S. Cristóvão de Rio Mau.

Interiormente vemos que o arco triunfal se apoia, do lado da Epístola, sobre um capitel historiado, dos mais notáveis do românico português e muito divulgado em excelentes reproduções fotográficas e em desenhos, que exornam vários trabalhos nacionais e alguns estrangeiros, nos quais ele vem descrito, mais ou menos sumàriamente, e interpretado de diversas maneiras, na sua maior parte pouco peremptórias e convincentes, por vezes nìtidamente forçadas e até, num caso, de modo algo disparatado.

Vamos, em primeiro lugar, tentar a sua descrição, comentando os elementos nele figurados.

Diz-nos magistralmente o Prof. Reynaldo dos Santos que: «A composição das figuras integradas no bojo do capitel têm as proporções curtas que haviam de caracterizar o cânon do nosso românico, arquitectural e escultórico. Proporções propícias à expressão de robustez que o granito impõe e à indicação sumária das formas, mais construídas em volume que estilizadas em panejamentos».

A face ocidental deste capitel mostra-nos, em primeiro lugar, um jogral tocando a sua viola de arco. É ele que nos conta a história plàsticamente apreciável nas outras faces.

Vemos a seguir dois homens com longas capas, cabeleiras aneladas caindo sobre os ombros e barbas um tanto ponteagudas, arredondadas na ponta, os quais sustentam pelos braços um guerreiro que apoia a mão

direita, espalmada, sobre o peito, segurando o punho com a esquerda e parecendo erguer os olhos ao alto, numa prece.

Aarão de Lacerda referiu-se a esta cena, dizendo serem «soldados de Deus orando no arco triunfal ao som do arrabil». Estas figuras desenvolvem-se do lado norte, estendendo-se parcialmente às outras faces. Na parte interna da ábside patenteia este capitel novamente um guerreiro conduzindo ao colo outro, de menores dimensões, que tem nas mãos um bastão, a que Manuel Monteiro chama uma clava. O grande pioneiro do nosso românico não se atreve a interpretar estes relevos, conquanto diga sentir a tentação de os identificar «com uma passagem da narrativa épica de Roncesvalles».

Extraordinária é a opinião de Kingsley Porter que, no seu trabalho sobre «Escultura românica dos caminhos de peregrinação» afirma que estas últimas imagens representam S. Cristóvão com o Menino Jesus ao colo (!). É difícil imaginar um Menino Jesus de armadura e barbado!

Procuremos identificar os diversos personagens da história que o jogral está contando, por certo naquela doce língua galaico-portuguesa que os trovadores, até os reais, como Afonso o Sábio, tão melodiosa achavam para os seus cantares.

Aqueles personagens de farta cabeleira eram indubitàvelmente nobres, pois nessa época só os homens de alta estirpe a usavam; os cabelos rasos eram apanágio dos homens do povo. A perda dos cabelos para o cavaleiro era considerada uma pena infamante, o mesmo se podendo dizer para as barbas, cujo uso só começou a rarear em tempos de el-rei D. Fernando. Estas, quanto à forma, eram ponteagudas ou arredondadas, o que se comprova observando, por exemplo, a estátua jacente tumular do conde D. Hermenegildo e um capitel da antiga igreja de Amorim (Póvoa de Varzim), que nos mostra um cavaleiro segurando uma cabeça de mouro, exemplares que se encontram actualmente no Museu Nacional de Soares dos Reis e são do século XII. Podemos citar ainda um personagem do séquito de Egas Moniz, no seu sarcófago de Paço de Sousa, e o busto dito de D. Afonso Henriques, com a barba em ponta, proveniente de Santarém e que se encontra no Museu Arqueológico do Carmo.

Quanto ao manto, de origem romana, foi utilizado pelas classes elevadas até ao décimo quarto século.

Os vestuários de armas dos guerreiros do século XII eram, segundo Pedro Vitorino, do tipo dos usados pelos cavaleiros normandos na batalha de Hastings, o que se aprecia comparando os que se vêm nos nossos capitéis com os da tapeçaria de Bayeux. Este autor explica «a feição normanda

do traje dos guerreiros afonsinos, expressa nas esculturas românicas», pelo facto do conde D. Henrique ser sobrinho de Guilherme da Normandia.

É a mesma loriga de couro, coberta de lâminas, anéis ou escamas de ferro, não evidenciados nas esculturas. Descia esta abaixo dos joelhos e, como afirma, por exemplo, Ashdow, era mais longa a usada pelos cavaleiros hispânicos. O casco era simples, arredondado, e anterior ao chamado normando, cónico e com um prolongamento anterior para proteger o nariz — o nasal; assentava sobre uma cobertura da cabeça e pescoço que, ao mesmo tempo, protegia aquelas regiões e amaciava o contacto com o capacete metálico — era o chamado «camal», que a princípio era de pano ou couro, depois recoberto de placas ou anéis metálicos e, mais tarde, formado por malhas, também metálicas.

Tudo isto que acabei de dizer serve apenas para demonstrar que os personagens figurados no capitel estão indumentados como era uso no século XII.

Há um pormenor que quero salientar especialmente: o guerreiro que vai ao colo tem nas suas mãos um bastão que, para Manuel Monteiro é, como já dissemos, uma clava; julgo-o antes um ceptro, um desses pequenos ceptros que tantas vezes aparecem representados nos selos e esculturas medievais. A sua presença ali devia ter um fim, querer dar uma qualidade a esse guerreiro. Qual? A do poder, a da realeza.

Quando pela primeira vez, em 1957, expus diante dum público limitado, a minha interpretação deste capitel, que daqui a pouco desenvolverei, ignorava a hipótese formulada pelo ilustre escultor e professor António de Azevedo, recentemente publicada na revista «Bracara Augusta» e na qual este autor retoma a «suspeita» de Manuel Monteiro, que desconhecia, segundo diz, ao elaborar a sua teoria, tal como eu ignorava a sua ao apresentar a minha versão.

Afirma tratar-se realmente duma passagem da «Chanson de Roland» com as seguintes palavras que, com a devida vénia, transcrevo: o capitel representa «a dramática cena final de Roncesvales, quando Carlos Magno procura, entre os mortos, nos campos de batalha, os corpos de Rolando, de Oliveiros e do arcebispo Turpin. Encontra-os e ao ver o corpo sem cor de Rolando — o sobrinho querido — cai desfalecido e, ao voltar a si, encontra-se amparado pelas mãos de quatro dos seus varões... Foi este o passo que o escultor escolheu e que ilustrou com mais três figuras — seis ao todo — para melhor esclarecer a cena e indicar a sua origem. Assim vemos, na frente do capitel, ao centro, o imperador amparado por dois dos quatro varões a que alude o poema; numa das faces um personagem conduzindo

o *corpo morto* de Rolando identificado pela rude e vaga indicação da «*espada*» que tem presa nas duas mãos, sobre o ventre, e que não pode ser senão a sua fiel Durandal que, com o olifante, escondeu debaixo do ventre quando se deitou de bruços, ao sentir que a morte se aproximava, para que o inimigo a não visse e a não apanhasse...». Cita em apoio as estrofes CXCV, CCXXVI a CCXXVIII, e CCXXXIV do poema.

Não nego a possibilidade de ser esta a verdadeira interpretação a dar às figuras representadas no capitel! Apenas me permito fazer algumas ligeiras objecções.

Em primeiro lugar, o *corpo morto* de Rolando apresenta-se vivo, com os olhos bem abertos, o esquerdo parecendo um tanto fechado porque está um pouco gasto pela acção do tempo. Depois, o rolinho que este segura nas mãos não tem probabilidades de querer representar uma *espada*, mas antes o pequeno ceptro a que me referi.

Há entre nós o hábito inveterado de, todas as vezes que aparece um capitel românico historiado, figurando guerreiros, começar por querer relacioná-lo com «gestas» estranhas, particularmente com a «Chanson de Roland», poema muito em voga nesta época e que, na realidade, é frequentemente representado, sem sombra de dúvida.

Porque não havemos de procurar a representação de «gestas» nacionais? Conquanto o relato épico português mais antigo que se conhece remonte apenas ao século IV, temos de admitir a existência de outros, anteriores, embora esquecidos e para nós perdidos, tanto na forma escrita como na tradição oral, não se encontrando nos nossos Cancioneiros e Romanceiros qualquer fragmento que se adapte ao nosso caso.

Ao expôr anteriormente esta minha ideia confesso que ignorava a brilhante teoria exposta pelo Prof. António José Saraiva sobre a «tradição épica de Afonso Henriques. Diz este autor na «História da Cultura em Portugal» que, além das lendas peninsulares há uma «puramente nacional, cujos heróis são nada menos que Afonso Henriques e seus companheiros de armas». Começa com a maldição de D. Teresa quando aprisionada pelo filho após a batalha de S. Mamede, e culmina com o desastre de Badajoz. Vem registada em duas das chamadas «Crónicas breves de Santa Cruz» e não tem sido, segundo o Autor, devidamente considerada pelos historiadores. Para êle é uma lenda antiquíssima que remonta talvez aos princípios da monarquia e não deve a sua origem à «pena mais ou menos apurada dos clérigos». Baseado no carácter anti-clerical dos factos mencionados nas Crónicas, artisticamente elaborados em volta de factos históricos, diz que «não podia ter sido imaginada por frades num con-

vento», e só poderia ter tido por autor um jogral épico, um daqueles que divulgavam o «Cantar de mio Cid» ou o «Cantar de Zamora», com o mesmo carácter das epopeias castelhanas. Esta tradição aparece depois em parte no «Livro de linhagens» do conde D. Pedro, na «Crónica de cinco reis» e na «Crónica de D. Afonso Henriques» de Duarte Galvão. Mais adiante diz ainda: «Concluímos, pois, que nas chamadas «Crónicas breves de Santa Cruz de Coimbra» ficaram vestígios de uma tradição oral nascida fora do grémio da igreja, e cuja forma primitiva não conhecemos, não sendo de excluir a hipótese de que se tratasse de uma gesta cantada por jograis populares».

Seja como for, é natural que desta tradição o facto que mais devia impressionar a imaginação do povo era o do seu herói nacional por excelência, o rei que criara a nação portuguesa, não poder continuar a defender e a ampliar o nosso território, em virtude da impossibilidade física consecutiva ao desastre de Badajoz, considerado como um efeito de maldição de D. Teresa que, quando encarcerada por seu filho, rogou a Deus que ele fosse cativo dos inimigos e que visse as suas pernas quebradas, assim como as dela estavam presas com cadeias.

Desta lenda se faz eco Camões ao dizer:

«Agora lhe não deixa ter defesa
Da maldição da mãe, que estava presa».

Frei António Brandão, na Crónica de D. Afonso Henriques, diz que, após o desastre, que deixou o rei impossibilitado para se levantar, D. Fernão Rodrigues de Castro, «fidalgo mui principal de Castela» que combatia naquele lugar, vendo o rei português caído foi prevenir o de Leão que, *com os seus cavaleiros*, veio prendê-lo. Depois da libertação nunca mais Afonso Henriques pôde montar a cavalo.

Para Alexandre Herculano «a decadência da energia moral parece ter acompanhado nele o quebrantamento das forças físicas».

Segundo o autor da «Crónica de cinco reis de Portugal», «se tornou elrej D.Aªhenrriquez pa seu reino e foi muj bẽ são da perna e nunqua despois quis caualgar em besta elrej Dõ Affonsso por não auer azo nem razão de tornar a menagẽ que tinha feito mas andou sempre em carro como soião andar os reis antigamente e alguas vezes em andas e em *colos de homẽs*». E, mais adiante: «E sabede que este quebramento da perna de elrej lhe aueo segundo dizem pelo que sua madre lhe disse quando a pos em prisão de ferros».

A «Crónica Geral de Espanha», em português, conta que «dom Aº tornou se pera sua terra e depois nũqua cavalgou em besta por não auer Rezõ de nũqua tornar a menagẽ e sẽpre dalli em diante fez se trazer em andas e em *collos de gentes* asi andou toda sua vida...»

Nas «Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal» lemos que, após o desastre, «...chegou elRey D. Fernando aly, omde ele jazia, e prendeo, e muytos dos seus com ele. E muytos que fogirom pera a vila, forrom os delRey D. Fernando de mesturra, e emtrarrom demtrro, e combaterom-no. E levouo el Rey D. Fernando comsyguo pera ela, e feslhe pensar da perna, e sentouo a par de sy, e feslhe mujta honra. E preytejouse com ele, que lhe dese a terra de Colonho, que se contem des do Mjnho ata o castelo de Lobejra, e per syma pelos chãos de Castela. Qua esta terra dera elRey D.Afonso de Castela ao Conde D.Anrjque seu padre por Condado, e des o Mjnho ataa Cojnbra, e que o soltarja, fazemdolhe menajem que tanto que cavalgase em besta, que tornase a sua prisão. E elRey D.Afonos dise que lhe aprazia, porque nom podia hy al fazer. E elRey D. Fernando reçebeo dele as fortalezas e a menajem, e soltouo.

Entom se tornou elRey de Portugal a seu reyno, e foy muy bem sam da perna. E numqua despojs qujs cavalgar em besta, por não aver azo nem rezom de tornar a menajem que avia feyta, mas andou sempre em caro com soyom andar os Reys antiguamente, e algumas vezes em andas, e em *colos d'omens.*»

Todos estão concordantes, portanto, em salientar que o rei, após Badajoz, nunca mais tomou parte activa nas lides guerreiras, fazendo-se transportar de carro e, muitas vezes, em *colos de homens*. Como diz Alfredo Pimenta em «Fontes Medievais da História de Portugal», «o caso desastroso causou tanta impressão, que durante algum tempo era assinalado nas datas dos diplomas nas chancelarias de D. Afonso I e de D. Fernando II. Discretamente, em diplomas daquele; com arrogância nos deste».

O acontecimento foi por certo divulgado como então era uso fazê-lo: através das canções dos jograis que, propaladas de terra em terra, eram depois repetidas ao serão e fixadas, transmitindo-se de geração em geração, algumas até hoje, como podemos apreciar lendo os romanceiros.

Aquela não se conservou, parece, pelo menos na sua forma poética, mas, como disse António José Saraiva, conseguimos vislumbrá-la através das crónicas. Por certo a muitos outros cantares aconteceu o mesmo. Nem nós podemos pretender que persistissem até hoje todos os «romances» medievais.

A colaboração entre o jogral e o escultor, bem notória, está aqui, como

em outras partes, demonstrada pela representação do artista e da história que ele conta, acompanhada pela música da sua viola de arco.

A figura principal do capitel que estamos estudando seria a de Afonso Henriques ao ser aprisionado pelos cavaleiros do rei de Leão; e na outra face, escondida, veríamos a imagem do mesmo soberano, empunhando o ceptro para simbolizar a sua realeza, transportado ao colo dum companheiro de armas. Triste condição a que foi reduzido pela impossibilidade física resultante do desastre de Badajoz.

Na primeira arcaria cega a sul da ábside, um pequeno capitel, o que fica mais próximo deste que descrevemos, mostra-nos ainda um guerreiro sustentando outro nos braços, este com os olhos bem abertos e apoiando-se com a mão esquerda no ombro do mesmo lado do que o suporta. Ao pé desta cena vemos uma cabeça de quadrúpede, que pode ser a de um cavalo.

Não será outra fase do mesmo sucesso?

A minha hipótese é aparentemente destruída por um anacronismo. Com efeito, uma inscrição existente na ábside desta igreja diz que ela começou a ser edificada — na realidade reedificada — na era de 1189, ou seja, no ano de Cristo de 1157; ora, o caso de Badajoz passou-se cerca de 18 anos mais tarde. O início da reedificação, reparemos bem! Isto não quer dizer que o capitel tivesse sido esculpido nessa altura, sendo até muito natural que o não fosse, dada a lentidão com que nesse tempo eram edificados os templos, mormente aqui, onde havia falta dos materiais exigidos, de difícil transporte nessa época, e insuficiência de recursos económicos que permitissem dar um andamento rápido à construção, dada a penúria da comunidade, bem comprovada pelo que se sabe da sua história.

Aliás, nesta igreja, estão documentadas diversas fases construtivas e decorativas, notando-se uma heterogeneidade bem flagrante, que está de acordo com o que dissemos.

Não pretendo de modo algum impôr a minha ideia, que nasceu apenas dum raciocínio em que relacionei a observação directa com uma tradição histórica,e no qual encontro uma certa plausibilidade, conquanto careça de qualquer base documental. Quero apenas dizer-lhes que ela satisfaz, pelo menos provisòriamente o meu espírito, lisonjeando-me como português e como patriota.

Mas ficarei muito grato a quem me provar que as minhas deduções não têm fundamentos suficientes para ser sustentadas, quer fornecendo-me elementos demonstrativos da sua instabilidade, quer apresentando outra solução mais aceitável.

O simbolismo do Pórtico de Pombeiro

Por António Coelho de Sousa Oliveira Júnior

Dizia Henri Focillon que devemos interrogar a decoração românica como sistema de sinais antes de a interpretar como sistema de formas. Sim, tentemos descobrir o significado das representações plásticas dos nossos templos românicos e não sejamos avaros, pretendendo guardar os tesouros postos à luz do sol, não tenhamos a pretensão egoísta de querermos ser só nós a vê-los, como dizia o grande Mestre que foi Teixeira de Carvalho, o saudoso Dr. Quim Martins.

Em 1924 dizia o Prof. Reynaldo dos Santos: «a arte medieval ficar-nos-ia completamente estranha no seu sentido profundo e no seu espírito, se não procurássemos alcançar através do simbolismo iconográfico a intenção moral e religiosa que a inspirou». E em 1928 aponta, entre outras, a igreja de Pombeiro, a que nos vamos referir especialmente, como apresentando na ornamentação do seu pórtico «raros requintes de pensamento simbólico». Pena foi que não tivesse desenvolvido esta ideia, a que também não se referiu, que eu saiba, em trabalhos posteriores. Diz mesmo, em 1943, que «a decoração dos pórticos e frestas é destituída de simbologia ideológica...».

O mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, que foi panteão de muitos representantes da primitiva nobreza portucalense, vítima como muitos outros de vandalismos reformadores, principalmente a partir do séc. XVII, conservou, felizmente, alguns restos românicos, de que o mais belo é, sem dúvida, o portal, abrigado numa pequena galilé, coberta por abóbada abatida e ornada de caixotões. Oculto, de longe mal se apercebendo na massa enorme da frontaria, que parece esmagá-lo, é uma jóia, mal encastoada, que de perto nos perturba, não pela perfeição dos elementos nele esculpidos, mas pelo simbolismo que encerram.

Temos de lamentar a desaparição do tímpano, recentemente substituído por um bloco liso que está a prejudicar o conjunto.

Os arcos são ligeiramente apontados, os exteriores assentes sobre pilares, as cinco arquivoltas internas sobre colunas, todos por intermédio de ábacos formando imposta corrida com ornatos cordiformes. Os fustes são lisos, nas bases há decoração geométrica e os capitéis mostram-nos folhas de acanto, palmetas e volutas. As três arquivoltas centrais, ao contrário das restantes, formadas por molduras toradas simples, são fartamente esculpidas. Vemos motivos geométricos e vegetais: entrelaços, rosetões e palmetas, nas duas mais internas. É a última, para o nosso caso, a mais original e interessante. Diz ainda o Prof. Reynaldo dos Santos, num trabalho recente, haver aqui «nas aduelas... animais dispostos no sentido longitudinal, como em S. Pedro de Rates, Vilar de Frades e Travanca».

Na realidade os temas são muito mais complexos e de interpretação delicada.

Para expor a nossa maneira de ver temos de nos reportar à primitiva história da Sumeria, em que nos aparece um rei lendário, a que podemos chamar um herói nacional: Gilgamesh, cujas aventuras nos são contadas no poema heróico gravado em placas de barro que foram encontradas nas ruínas da biblioteca de Assurbanipal, em Ninive, e decifradas no princípio deste século.

Diz-nos a lenda que Gilgamesh, 5.º rei da 1.ª dinastia de Ereck, cidade situada a sudeste de Ur e de que ele foi um dos grandes construtores, se salientou pelas suas inúmeras aventuras, juntamente com um ser híbrido, Enkidú, criado pelos deuses para o combater e que depois se tornou o seu melhor amigo. Uma das mais célebres das suas façanhas foi a luta com um touro, terrível monstro que os deuses lhe opuzeram e que Gilgamesh venceu.

É esta cena, com muitas variantes, a que mais frequentemente foi reproduzida em esculturas, relevos, selos, mosaicos e, mais tarde, em tecidos da Ásia anterior. A lenda de Gilgamesh estendeu-se por toda a Ásia ocidental e foi o motivo mais saliente das representações artísticas da Mesopotâmia. Com o tempo a sua figura, muitas vezes confundida com a de Enkidú, sofreu transformações: tornou-se um atleta de circo, um domador de feras; em lugar dum touro vemo-lo frequentemente ladeado por dois, estes por vezes substituídos por leões, que abraça e subjuga. Acabou por perder, em parte, o seu significado, e foi reproduzido, quase inconscientemente, como motivo decorativo, ornamentando, muitos séculos mais tarde, os estofos sassânidas. Este tema e os seus derivados vieram, nos tecidos de Bagdad, com os árabes, que os copiaram, até à Península Ibérica.

Tornado um tema simétrico em volta duma figura central, constituiu um óptimo ornamento para arquivoltas, capiteis e outros elementos arqui-

tectónicos. Os plastífices medievais aproveitaram-no, juntando à harmonia e possível beleza da decoração o sentido simbólico que se pretendia obter e de que falaremos daqui a pouco.

Mas seria este mecanismo tão simples como parece à primeira vista? Julgo que não!

Na Arménia cristã da Alta Idade Média, a antiga Urartú, inimiga dos povos mesopotâmicos, com os quais estava ligada pelas vias naturais, pois é lá que se encontram as nascentes do Tigre e do Eufrates, vemos o tema de Gilgamesh ainda executado com técnica oriental mas com um significado diferente: o de Daniel na cova dos leões.

Não foram os ocidentais que adoptaram o assunto plástico transformando o seu simbolismo. Não! Aquele foi-nos transmitido tal qual do Próximo Oriente, já integrado na lenda de Daniel, que teve aí o seu berço.

Para Baltrusaitis o papel dos povos caucásicos na propagação das formas sumerianas é considerável, estabelecendo estilisticamente uma espécie de ponte intermediária com as formas ocidentais.

O que não há dúvida é que em muitos monumentos vemos os temas cristãos misturados morfològicamente com os orientais, aparecendo-nos imagens monstruosas que, por vezes, dificultam a sua interpretação.

Lembremos ràpidamente o passo da vida de Daniel que foi artisticamente confundido com o do herói sumeriano.

Segundo a Bíblia, Daniel foi lançado duas vezes na fossa dos leões de Babilónia, acusado de crimes de lesa-majestade e sacrilégio, de ambas saindo são e salvo por intervenção divina. Da segunda vez permaneceu lá seis dias, junto de seis leões esfaimados, que não lhe tocaram, tendo sido alimentado pelo Senhor e extraído da cova sem quebrar o selo aposto na lage que a cobria.

Os cristãos primitivos, procurando a concordância entre os dois testamentos, interpretaram esta passagem como sendo a prefiguração de Cristo ressuscitado, saindo do sepulcro sigilado. Era, ainda, a imagem da alma salva do mal. Na oração dos mortos diziam: «Pai, liberta a sua alma como livraste Jonas do monstro marinho, Daniel da cova dos leões, etc...».

No simbolismo românico a cova dos leões é a imagem do inferno e os sete leões famintos figuram os demónios que correspondem aos sete pecados mortais..

Iconogràficamente este passo da vida de Daniel é representado de modo muito variável, por vezes com o profeta cercado pelas sete feras, mais frequentemente e por razões de simetria, com estas em número par — duas, quatro ou seis —. No nosso românico vemo-lo quase sempre da

maneira mais simples, no meio de dois leões, com feição idêntica àquela com que mais habitualmente se apresenta Gilgamesh, o que em parte se explica porque o espaço geralmente ocupado é reduzido — em arquivoltas e capitéis.

Segundo Baltrusaitis as composições historiadas desenvolvem-se, em muitos casos, de modo semelhante ao das curvas de folhagem, adossando-se, afrontando-se, sobrepondo-se e entrecruzando-se, formando combinações perfeitamente idênticas às da geometria ornamental. Surgem então deformações e juxtaposições parciais que nos dão aparentemente imagens monstruosas, devido à fusão de alguns elementos; e assim, aparecem-nos animais bicéfalos, outros unicéfalos com corpo duplo, e ainda seres de corpo e cabeça únicos com múltiplos membros.

Os motivos simétricos dispõem-se geralmente em volta dum eixo central, que pode ser o «hom» oriental, a árvore da vida, donde derivou a figuração de Adão e Eva dum lado e doutro da árvore do paraíso, ou outro motivo, vegetal ou animal, frequentemente um ser vivo entre outros dois, como no caso que agora nos interessa.

Filiados ainda em motivos orientais vemos também corpos de animais com cabeças humanas ou, vice-versa, homens com cabeças de touro, de leão, de águia, etc...

A figura central pode estar em atitude erecta, do mesmo modo que as laterais ,mas estas encontram-se muitas vezes de cabeça para baixo; na escultura românica vemos também esta composição totalmente invertida.

No tema de Daniel, derivado do de Gilgamesh, aquele aparece muitas vezes em atitude de orante, outras segurando as caudas dos leões que, dirigidas em sentido contrário, lhe lambem os pés. Neste último caso, ou por cópia exacta, de tecidos orientais, por exemplo, ou por confusão dos escultores, as feras exibem-se amiudadamente a devorar os pés da figura mediana. E então, ao dar-se a inversão total, temos os animais devoradores, em relação a um homem ou a um ser híbrido, frequentemente com corpo antropomórfico e cabeça de animal, (de cão, por exemplo, dando-nos o cinocéfalo) a simbolizar o pecado.

Feitas estas considerações gerais, que me pareceram necessárias para melhor compreensão da minha interpretação sobre o simbolismo da arquivolta historiada do portal de Pombeiro, façamos a descrição desta.

Nos saimeis de ambos os lados vemos figuras humanas em pé, ao longo das arestas. A da direita, que parece ter o rosto parcialmente coberto por uma viseira, segura pelas caudas dois leões, relevados nas faces da

aduela, em posição invertida, com o pescoço estirado e a cabeça voltada, que lhe devoram os pés, num esquema idêntico ao do Gilgamesh arcaico dos cilindros sumerianos citados por Baltrusaitis. A do saimel esquerdo, quer dizer, do lado norte, é idêntica, mas com o rosto do homem mais bem definido, apresentando-se aquele de braços caídos. As figuras 1 e 2 da estampa dão-nos uma ideia destas imagens. Observando lateralmente as arquivoltas apreciamos isoladamente os animais, mais ou menos bem definidos, a devorar um dos membros inferiores da figura central; observando pela aresta vemos o aspecto que está planificado nos desenhos, parecendo que as feras são unicéfalas, com corpo duplo. Portanto, a interpretação morfológica varia, como vemos, com a perspectiva.

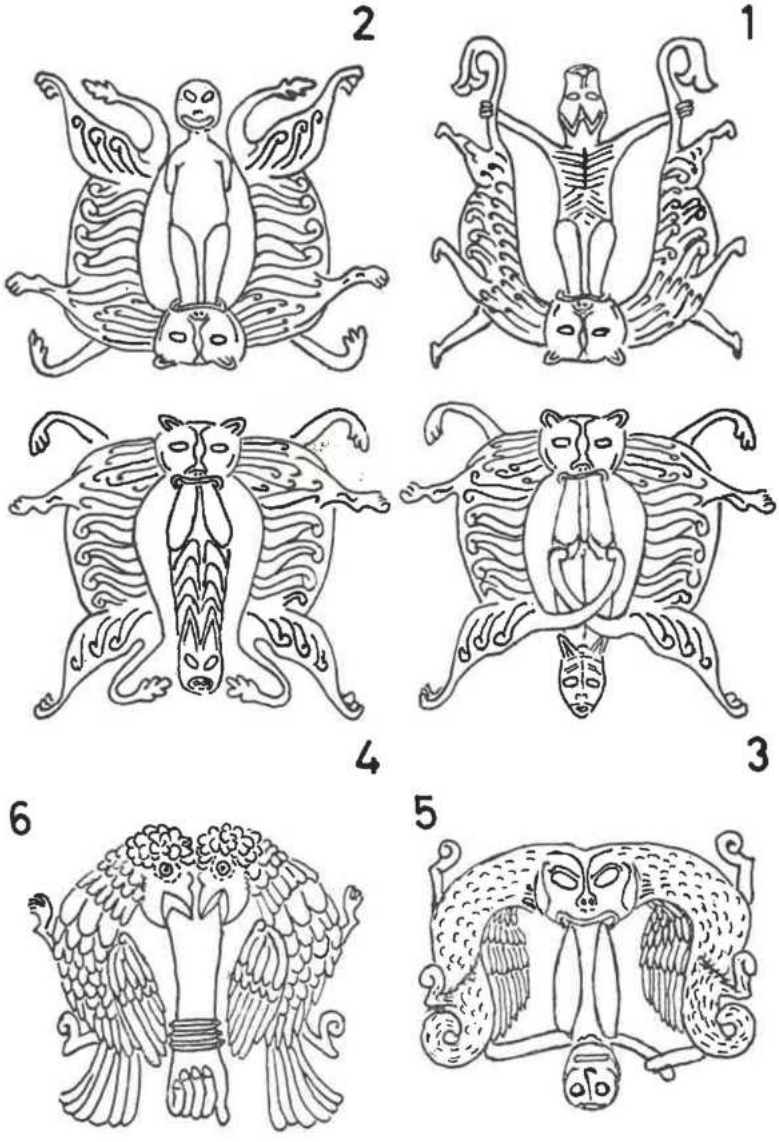
Numerando as aduelas, que são 16, a partir da nossa direita, ou seja, de sul para norte, vemos que na 2.ª, 3.ª, 4.ª, 13.ª, 14.ª e 15.ª, se apresenta o mesmo assunto invertido na totalidade, com diferentes atitudes da figura média, a qual ora tem cabeça humana, ora de animal; do mesmo modo varia a posição dos membros e da cauda dos leões, entrecruzando-se estas por vezes (Estampa, fig. 3 e 4).

Nas restantes aduelas há aves e animais fantásticos devorando homens ou seres híbridos de cabeça para baixo (Est., fig. 5), nalgumas estando a figura central substituída por um braço, com a mão fechada e parecendo ornado com braceletes (Est., fig. 6).

Aarão de Lacerda diz que, no românico português, «àparte uns breves assuntos em que a intenção religiosa e simbólica é incontestável, o resto consta da figura humana hìbridamente deformada, de seres míticos, de animais reais ou imaginários que se enfrentam, enlaçam ou devoram, e de ornatos geométricos ou flóricos, traindo as fontes donde foram hauridos». Diz mais que os decoradores ficaram encantados com estes motivos extravagantes da arte levantina, que tão bem se adaptava e servia aos seus *exclusivos* intuitos ornamentais.

Já Manuel Monteiro, em 1908, se referira à decoração das igrejas românicas de Entre-Douro-e-Minho em que, tal como em Pombeiro, aparecem em «cada uma das aduelas duas aves carnívoras, ou dois quadrúpedos ferozes, dispostos no intradorso e na face, devorando um animal estendido ao longo da aresta». Vê também nisto uma feição de orientalismo, com «mero fim decorativo».

Talvez seja assim! Mas julgo, sem querer entrar em exageros, que podemos fazer uma interpretação simbólica de conjunto, depois de procurar apreender o sentido de cada um dos elementos apreciáveis nesta arquivolta.



1 — 1.ª aduela
2 — 16.ª »
3 — 3.ª »
4 — 2.ª »
5 — 12.ª »
6 — 10.ª »

Nos saimeis vemos representado Daniel na cova dos leões, com o aspecto iconográfico do Gilgamesh dos selos assírios.

Nas três aduelas que se seguem, bilateralmente, aparece-nos o mesmo tema, mas invertido, com os leões erectos devorando pelos pés uma figura humana ou híbrida. A substituição dum homem por um cinocéfalo parece querer acentuar o seu significado demoníaco.

Há, pois, aqui uma inversão da posição das figuras que, concomitantemente, inverte a sua interpretação simbólica.

Daniel, como vimos, personifica, ao mesmo tempo que a Ressurreição de Cristo, a alma salva do mal.

Os leões antropófagos são a imagem do demónio levando as almas pecadoras; mas os que devoram seres híbridos, como o cinocéfalo, símbolo de Satan, podem ser encarados, na sua ambivalência, como representando Cristo lutando contra o príncipe das trevas.

A mesma interpretação se pode aplicar às aves e animais fabulosos figurados nas outras aduelas.

Daniel, representado nas pedras basilares do arco dá-nos a imagem da resistência das almas virtuosas às tentações de Satan.

No seu todo esta arquivolta simboliza o antagonismo por excelência, Deus contra o demónio, o pecado contra a virtude, enfim, a eterna luta entre o Bem e o Mal.

A Igreja Românica de Santa Leocádia

Por António de Souza Oliveira Júnior
em colaboração com
Luís de Albuquerque e Castro

Diz-nos uma lenda regional flaviense que uma matrona de Chaves, tendo por nome Maria Mantella, não acreditando na possibilidade de dois gémeos serem filhos dum mesmo pai foi castigada, dando à luz, simultâneamente, sete crianças, todas de sexo masculino. Como o marido estava ausente, receou que ele suspeitasse da sua fidelidade e então resolveu mandar, por uma serva de confiança, lançar seis dos recém-nascidos ao rio Tâmega.

Mas o destino tece-as e a criada foi surpreendida no caminho pelo amo, que estava de regresso, vendo-se obrigada a confessar tudo. Aquele recomendou-lhe segredo e entregou as crianças a seis diferentes amas, que não suspeitaram do caso. Sete anos depois apresentou os filhos a sua mulher, levando-a ao arrependimento e perdoando-lhe o, felizmente, frustrado crime.

Na igreja matriz de Chaves, onde ela foi sepultada com a sua prole, lia-se numa campa rasa este epitáfio:

«Aqui jaz Maria Mantella
Com sete filhos ao redor della».

Diz ainda a lenda que todos os rapazes se ordenaram sacerdotes e fundaram sete igrejas na terra de Chaves, uma das quais, Santa Leocádia, constitui o motivo desta comunicação.

Històricamente pouco sabemos acerca deste templo; um documento do arquivo de Bragança, revelado pelo ilustre Abade de Baçal, diz-nos que a igreja de Santa Leocádia de Montenegro já existia em 1287. Seria esta? Não é possível afirmá-lo com segurança.

Os restos românicos que nela perduram denotam uma construção da segunda metade do século XII, sendo contudo de admitir a presença dum templo neste local desde a Alta Idade Média, pois, além de dados históricos da região, temos, nas redondezas, topónimos de origem nitidamente germânica, que indicam povoamento nessa época.

A invocação de Santa Leocádia, mártir e patrona de Toledo, cujo nome se encontra repetido em mais de uma dúzia de freguesias e lugares do Norte do País, mostra-nos a difusão do seu culto, que, segundo Pierre David, era celebrado desde longa data nesta região da Península.

Localiza-se esta freguesia no caminho de Chaves para Carrazedo de Montenegro, a cerca de 19 quilómetros, para sul, da sede daquele concelho, quase nos limites do mesmo com o de Valpaços, encontrando-se ligada à estrada nacional n.º 314, no lugar do Outeiro, por um caminho vicinal com a extensão aproximada de 1 500 metros (Est. I, fig. 1).

O povoado, pequeno e pobre, distribui-se por uma ligeira vertente, voltada a oeste. Passadas as últimas casas e já junto ao sopé do monte, ergue-se a igreja, onde se nota ainda uma relativa majestade, em contraste com a modéstia da povoação.

A região é granítica e todo o material empregado na vetusta construção foi, evidentemente, o granito local.

Exteriormente destaca-se de modo nítido a parte primitiva do mísero acrescentamento do século XVIII, que levou à destruição da fachada principal, a qual agora não passa duma pobre frontaria que, sem a dupla sineira encimada por uma cruz das mais simples e dois pináculos, seria a de qualquer casa rural, com uma porta e uma janela (Est. II, fig. 1).

Esta parte do corpo da igreja pode atribuir-se a um daqueles vandalismos tão frequentes na época, com o pretexto de uma ampliação indispensável às necessidades do culto. Mas diz-se que foi o terramoto de 1755 que provocou a destruição parcial, aproveitando-se então esse facto para ampliar a nave. Como argumento contraditório temos, por cima do janelão anterior da fachada sul, gravada a data de 1722 (última fot. da Est. VII).

Nas fachadas laterais, para «condizer» com a parte primitiva, foram colocados modilhões lisos, em contraste com os restantes, que são esculpidos e de que falaremos daqui a pouco.

Do lado norte destaca-se bem a linha divisória dos silhares, ao nível do antigo cunhal (Est. II, fig. 3), para diante da qual vemos uma porta emparedada, que deve ser de fábrica antiga, conquanto posterior à primeira construção, com um arco duplo, em colchete; esta porta leva-nos a pensar que uma outra reconstrução precedeu a do século XVIII.

Pela observação da planta actual vemos que o segmento da nave acrescentado é de menor comprimento que o primitivo (Est. III, fig. 1).

Nota-se aqui o traçado mais vulgar no nosso românico rural; dois rectângulos sobrepostos, de dimensões desiguais, o mais pequeno correspondendo à abside, o maior à nave. Estes dois corpos elevam-se quase à mesma altura; a cumieira da abside, ao contrário do que é mais frequente, encontra-se no prolongamento da do corpo da igreja. Há a notar um sobrepujamento ligeiro da cornija e modilhões da ousia, conforme se pode observar no alçado lateral norte (Est. III, fig. 2).

Deste lado vemos uma fila de modilhões de alpendrada, dos quais seis correspondem à nave e três à abside. São decorados e todos apresentam, junto à parede, um recorte para assentamento da viga do alpendre (Est. I, fig. 3). Não se observa o habitual friso para cima desta zona.

A partir de nascente vemos que o primeiro e segundo modilhões da abside representam talvez cabeças de animais, encontrando-se destruído o terceiro. Seguindo pela nave observamos também destruição parcial no segundo, terceiro, quinto e sexto, e ainda focinhos de quadrúpedes esboçados no primeiro e quarto.

Na parte primitiva da fachada podemos ver uma porta emparedada, com arco de descarga apontado (Est. II, fig. 2). Por cima, mas desviada para poente, há uma fresta reentrante, com arco de volta inteira (est. III, fig. 2 e Est. IV, fig. 2). A cornija, lisa, é sustentada por 16 cachorros, que primitivamente deviam ser 17 — um formando o cunhal (Est. VI, n.º 17) —, e cuja ornamentação passamos a descrever, atribuindo-lhes um número de ordem, no sentido nascente-poente (Est. VI):

— no 1.º e 16.º vemos cabeças humanas;
— o 2.º, 5.º, 6.º, 9.º e 15.º representam motivos geométricos variados;
— o 3.º e 12.º são de difícil interpretação;
— no 4.º e 14.º figuram cabeças de touros;
— há aves devorando quadrúpedes no 7.º e 10.º;
— ainda um quadrúpede devorando outro, no 8.º;
— um peixe no 11.º;
— e, finalmente, no 13.º, uma outra cabeça de animal, talvez de lobo.

Na abside a cornija é ornada com pérolas envolvidas por um friso duplo, possìvelmente representando conchas (Est. I, fig. 2 e Est. VIII, fig. 8); e os modilhões em que se apoia, em número de sete, mostram-nos, de trás para diante: uma cabeça mal definida, uma estilização geométrica, um motivo fitomórfico, um quadrúpede tentando devorar um homem (Est. VIII, figs. 1 e 2). Segue-se uma figura humana, em atitude dolo-

rosa e segura por outra, aparentemente apertando uma faixa contra o ventre. Possìvelmente trata-se duma mulher e dum homem, porque a primeira parece usar saia. Pode talvez atribuir-se a este conjunto um sentido erótico (1). Depois temos uma ave devorando um quadrúpede (Est. VIII, fig. 5) e, finalmente, um motivo ornamental de interpretação duvidosa, mas que parece uma estilização do que figura no segundo modilhão da nave do lado sul (ver est. VI, junto e antes do modilhão n.º 1 da nave norte).

Passemos à fachada sul, onde uma construção moderna, de dois pisos e servindo de sacristia, encobre a quase totalidade da abside, não se vendo alguns modilhões, que talvez tenham sido destruídos. Os que restam e que são três (Est. IV, fig. 3) mostram-nos, respectivamente, de leste para oeste: uma figura humana acocorada (Est. VIII, fig. 7), um acrobata fazendo o pino (Est. VIII, fig. 8) e um motivo geométrico.

Seguindo pela nave vemos que a cachorrada, com 16 elementos, tal como no lado oposto, apresenta, por motivo da reconstrução, alguns destes de fábrica moderna e disposição irregular a partir do 11.º, com alteração dos espaços que os separam (Est. VII).

O 1.º (Est. VII e Est. VIII, fig. 6) e o 5.º mostram-nos aves devorando quadrúpedes; o 2.º (Est. VII e Est. VIII, fig. 9) dois animais, de aspecto fantástico, entredevorando-se ou abraçando-se (comparar com o cachorro n.º 8 da abside do lado norte, Est. VI). No terceiro a interpretação é difícil, talvez fitomórfico. O 4.º é uma cabeça de animal tentando cobrir os olhos com as patas. Temos motivos geométricos no 6.º, 7.º, 11.º e 16.º; cabeças de touro no 8.º e 10.º; uma cabeça humana (?) no 9.º; no 13.º os olhos com as patas. Temos motivos geométricos no 6.º, 7.º, 11.º e 16.º; são lisos, modernos, idênticos aos que foram colocados na parte mais recente do templo.

Deste lado sul não se nota a linha demarcatória do antigo cunhal. Dos modilhões de alpendrada, aqui sem sulco junto à parede, restam 3, o primeiro figurando uma roseta pentafólia (Est. VIII, fig. 10), os outros parcialmente destruídos.

Também a porta sul primitiva foi emparedada e nela aberta uma pequena gateira (Est. II, fig. 4). Por cima vemos um grande janelão, rectangular, e, a poente deste, uma fresta que foi nìtidamente alargada.

---

(1) Segundo opinião do professor de História da Arte Medieval na Sorbonne, Georges Gaillard, expandida após a apresentação desta comunicação, aquele motivo poderá também corresponder a um parto, de que há várias figurações em igrejas românicas francesas.

Há ainda outro janelão e uma porta moderna (Est. V, fig. 2) notando-se, logo após o modilhão de alpendrada, total alteração nas fiadas dos silhares, parecendo que a reconstrução começou nesta zona.

A fachada nascente da abside, cuja empena, debruada por uma cornija lisa, é limitada externamente por pináculos e sobrepujada por uma cruz ancorada (Est. IV, fig. 1), apresenta uma fresta, sem dúvida a parte mais bela desta igreja, com uma original decoração (Est. V, fig. 1).

A parte superior do seu arregace forma uma espécie de trompa, decorada com rosetas hexafólias, duas em cada aduela, dobrando-se para o exterior em arco de volta inteira, com ornatos idênticos, nesta face em número de três por cada pedra, dispostas em triângulo de vértice inferior; exceptua-se a aduela central, do fecho, onde vemos apenas uma, de maiores dimensões. A cercadura externa é formada por um enxadrezado central, em trsê fileiras irregulares de óvulos, com grande eixo horizontal, separadas por frisos simples; são limitadas de ambos os lados por um enxaquetado em duas filas formando entre si um ângulo saliente.

Esta arcada assenta em colunelos com capitéis fitomórficos, por intermédio duma imposta corrida decorada com palmetas. O fuste do lado norte apresenta adossadas três conchas alongadas, com pérolas na sua parte superior; o do lado sul mostra-nos dois rostos humanos.

As bases são também decoradas com motivos vegetais.

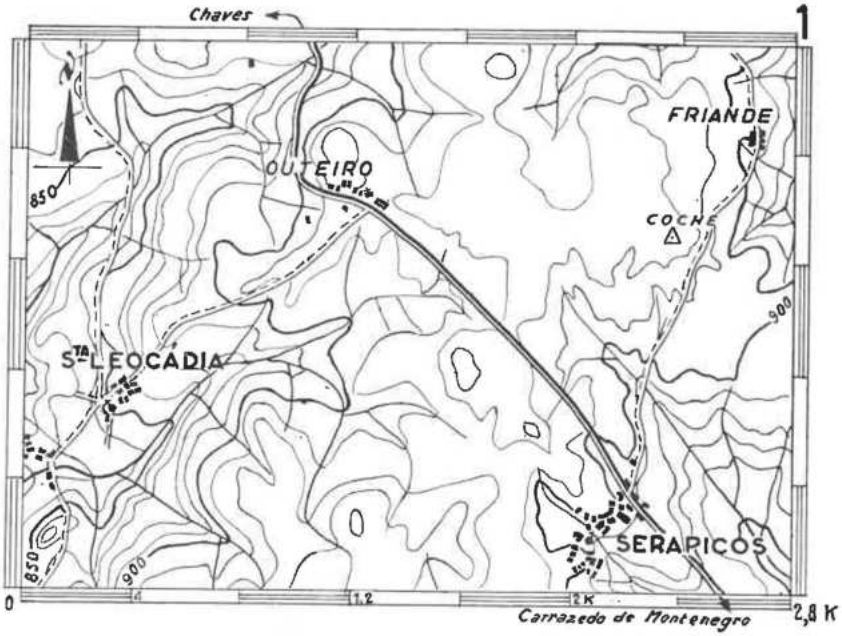
No interior do templo há apenas a salientar o arco triunfal, apontado, cercado do lado da nave por arquivoltas decoradas com enxadrezado de óvulos, enxaquetados angulares idênticos aos da fresta exterior da abside, e ainda dentes de serra com pérolas nos intervalos.

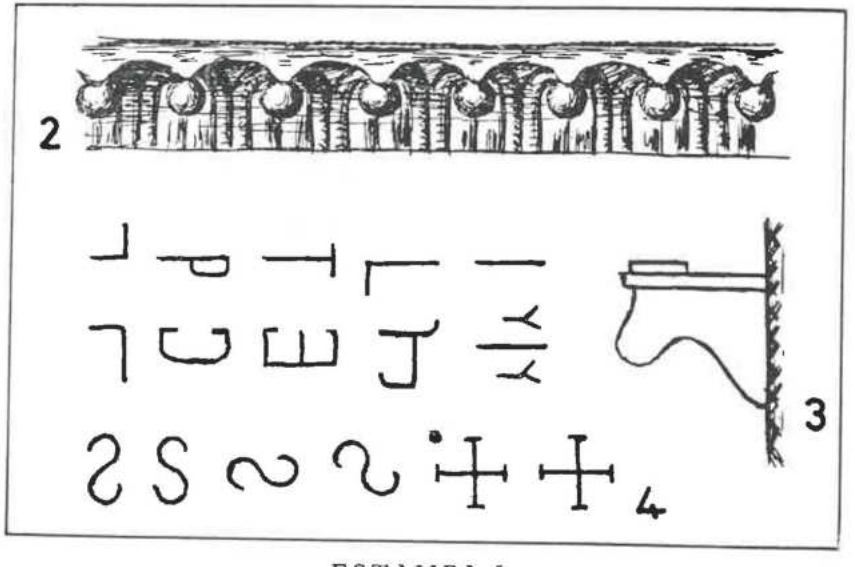
Ao fundo da abside há restos de pinturas murais historiadas mal apercebíveis, em parte pelas camadas de cal que as encobrem e também pela má visibilidade resultante de se encontrarem por trás do altar barroco da capela-mor.

Nas paredes da igreja, notadamente no exterior, vemos numerosas siglas de que damos, em desenho, alguns exemplos (Est. I, fig. 4).

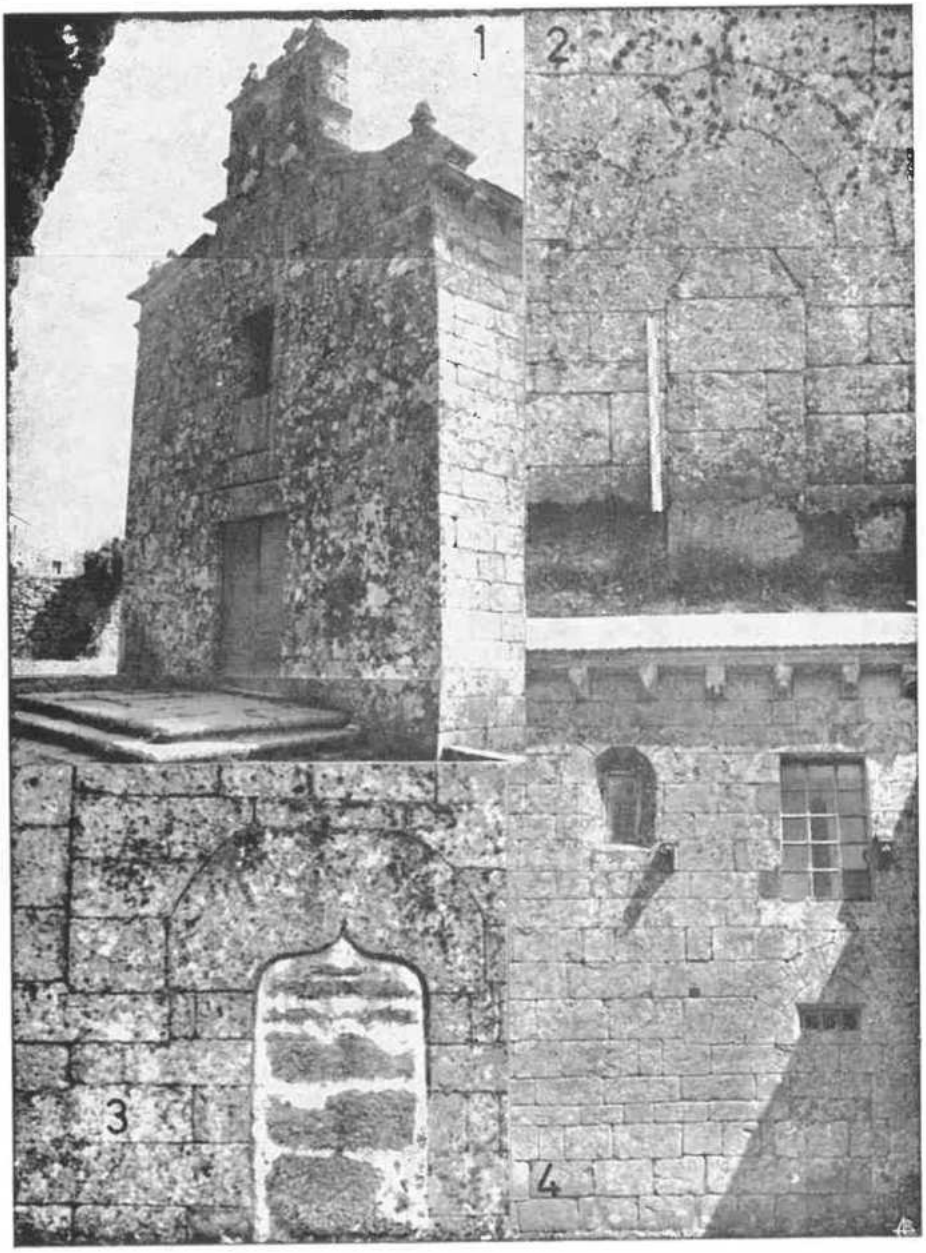
Há ainda a mencionar uma modesta pia de água benta, românica, que se encontra no interior, à direita da porta lateral sul (Est. V, fig. 3), e dois sarcófagos antropomórficos dos quais um, que está encostado a uma das paredes da construção que serve de sacristia, apresenta um friso encordado a meia altura (Est. V, fig. 4).

Não temos elementos que permitam reconstituir o aspecto que teria a fachada principal do templo românico, mas é possível que, numa tentativa de restauro, alguns aparecessem em número suficiente para se poder

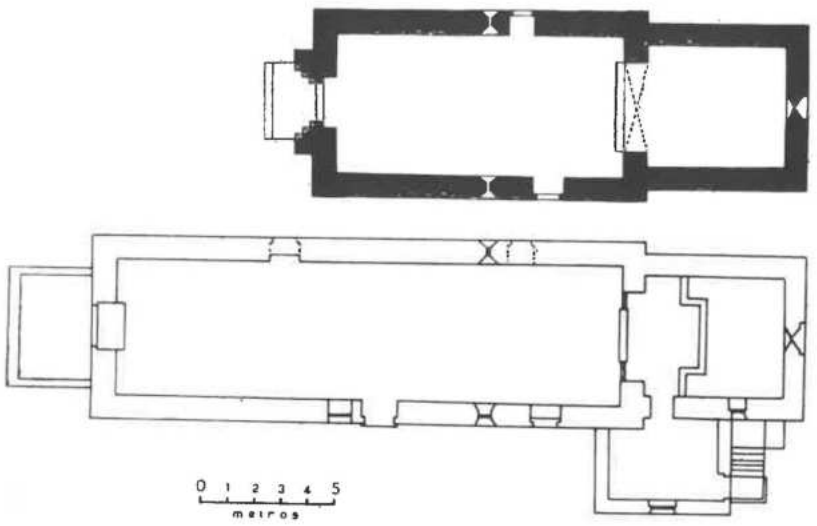

1
Chaves
FRIANDE
OUTEIRO
COCHE
850
900
STA LEOCADIA
SERAPICOS
0
1,2
2K
2,8 K
Carrazedo de Montenegro


2
3
4

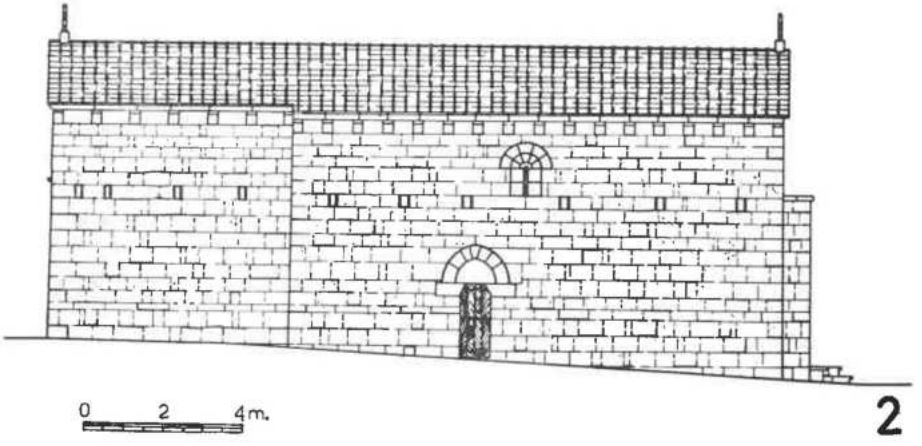
ESTAMPA I



ESTAMPA II

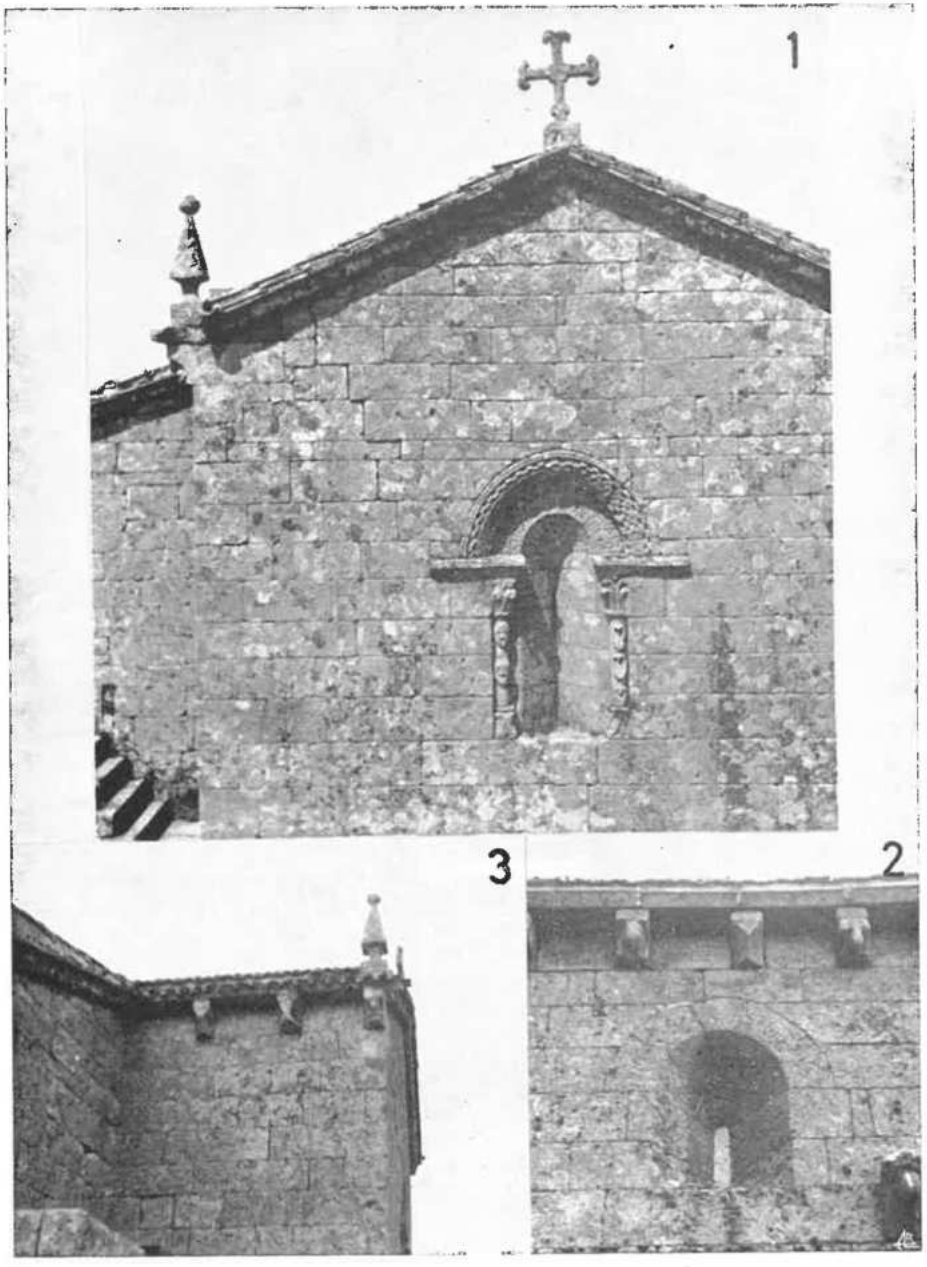


1



2

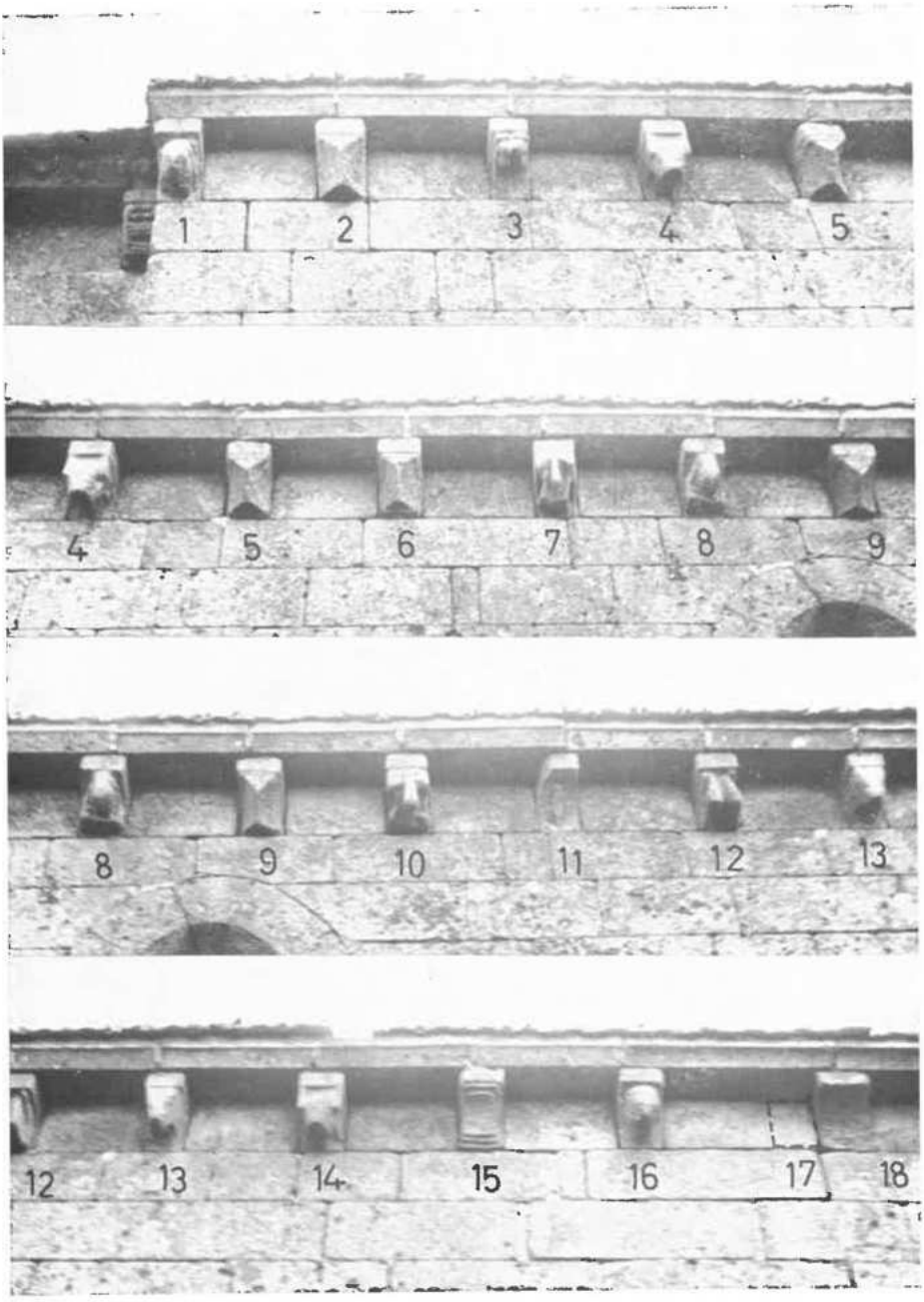
ESTAMPA III



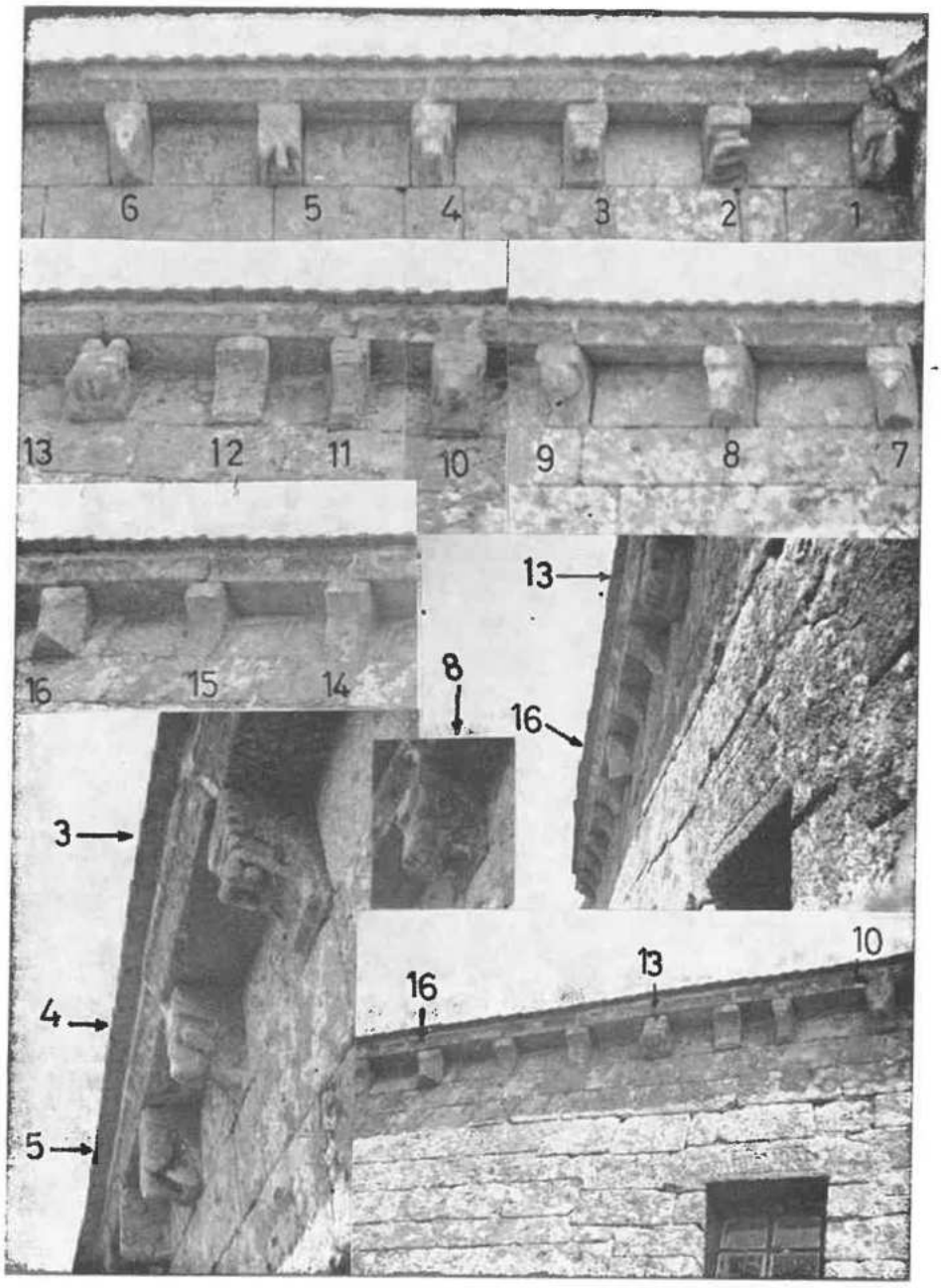
ESTAMPA IV



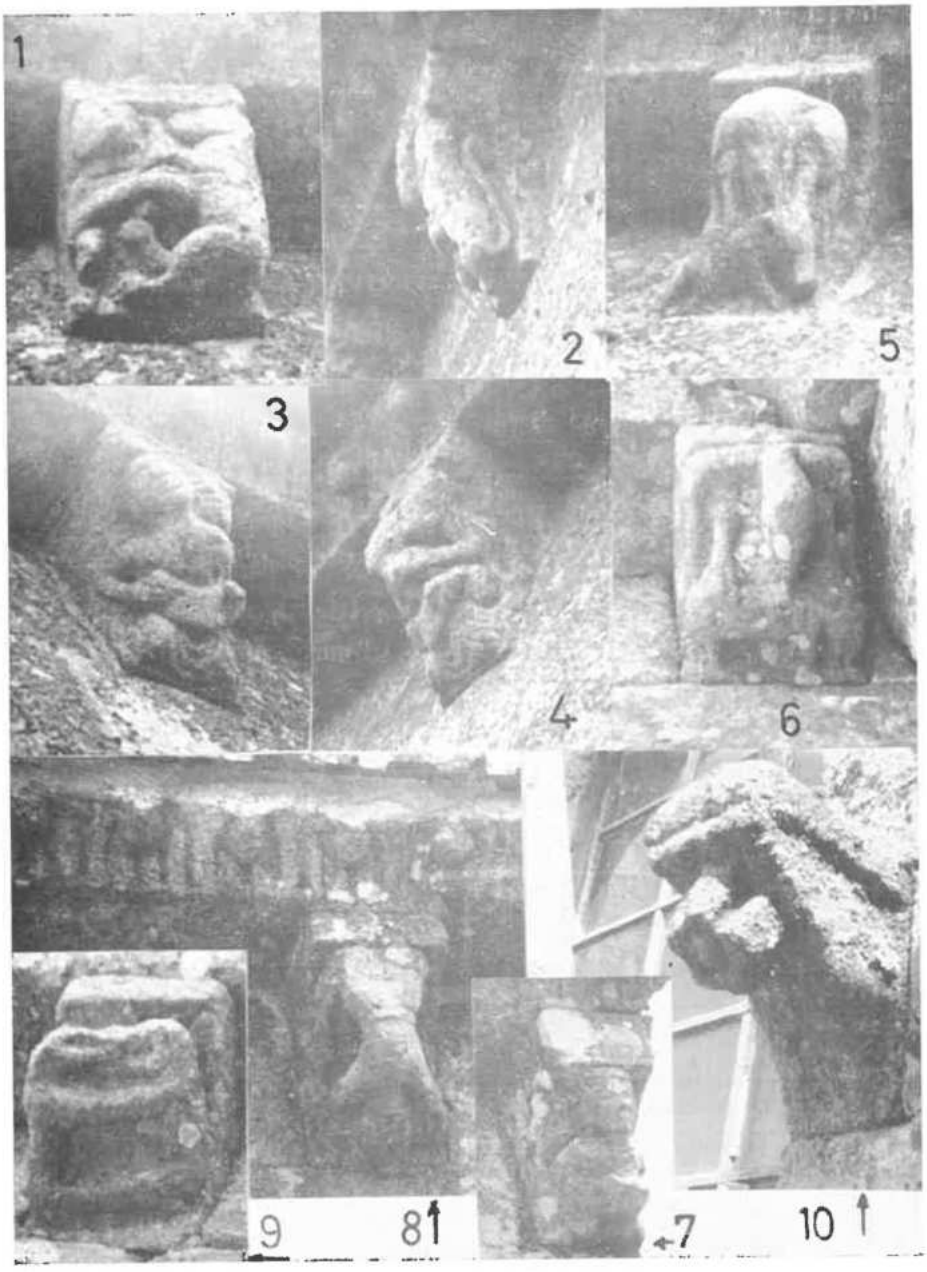
ESTAMPA V



ESTAMPA VI



ESTAMPA VII



ESTAMPA VIII

fazer uma reconstrução que muito se aproximasse da forma que teria primitivamente.

Na decoração que subsiste neste templo vemos simbolizado o pecado por animais devoradores e pelo lobo; dum modo realista temos, talvez, figurada a luxúria. É uma advertência aos fiéis para se afastarem dos vícios, pondo a sua fé em Cristo, aqui também representado pelo touro e pelo peixe.

Há ainda as palmetas, que lembram a Ressurreição; e as pérolas dentro das suas conchas, que as preservam do contacto com a água do mar, e das quais se destacam sem as ferirem, símbolo do nascimento virginal do Salvador.

Quanto às cabeças humanas dos modilhões e do fuste do colunelo sul da fresta da abside, é difícil apreender o seu significado. Vemo-las com frequência no românico peninsular, tanto em modilhões como em arquivoltas, e ainda em capitéis e bases de colunas. Pretendem representar talvez pessoas que, dum modo ou doutro, intervieram na construção da igreja.

A não ser possível um restauro completo deste templo, chamamos a atenção das autoridades competentes para que velem pela conservação dos elementos que nele restam, e que são mais um contributo a atestar a vitalidade da nossa arte medieval.

Fontes Medievais da Liturgia Carmelitana

Por Pascoal KALLENBERG O. Carm.

Nesta breve comunicação tenho o ensejo de propor à atenção do ilustre auditório as fontes medievais da liturgia carmelita. É, sem dúvida, do conhecimento geral que a ordem dos Carmelitas possui um rito especial, denominado oficialmente o «Rito da Ordem dos Carmelitas segundo o antigo costume da Igreja do Santo Sepulcro de Jerusalém».

Este vocábulo «fonte» que amiúde empregarei, pode interpretar-se de dois modos diferentes: identificam-se por ela os diversos ritos e costumes cultuais donde se derivou e veio a estabelecer-se a liturgia, e ainda pode ser tomado na significação de antigo documento onde foram apontados os costumes litúrgicos, estabelecidos ou em evolução. É neste sentido que tomo a palavra «fonte».

É de modo mui particular que passo a referir-me às fontes litúrgicas carmelitas, que nos legou a Idade Medieval.

Embora sentido, tenho de confessar, que até ao dia de hoje obra alguma foi elaborada, a este respeito, de carácter científico. Verdade é que têm sido publicados, em diversas revistas, artigos dispersos, mas, na sua generalidade, de fundo científico duvidoso. Perante tal, propus interessar-me por este assunto, com o resultado de que, ao cabo de alguns anos de investigação, consegui recolher uns 150 documentos, todos eles manuscritos da Alta Idade Média, relativos à liturgia carmelita. Todos estes documentos foram minuciosamente estudados, investigados a sua proveniência e o seu tempo, e descrito seu conteúdo *.

Não quero referir-me aqui aos métodos de investigação e elaboração, sobre o que os interessados podem encontrar, sumàriamente, alguma coisa no último número de «Lusitânia Sacra» (v. III 1958).

Com respeito à importância das fontes da liturgia carmelita, não será necessário espraiar-me: no momento hodierno de renovação litúrgica,

---

* KALLENBERG, PASCHALIS O. Carm., *Fontes Liturgiae Carmelitanae*, Romae 1962, 400 p.

qualquer documento tem o seu valor, não sòmente para a Ordem Carmelitana, mas ainda para a Igreja Universal.

Em especial para o Rito Bracarense, as fontes da Liturgia Carmelitana, podem, creio, contribuir para um mais aprofundado conhecimento. No contacto com o Rito Bracarense tenho notado, por vezes, muitos pontos comuns, que fazem suspeitar uma mesma origem. Afora outras notas características, penso aqui em especial na celebração da Semana Santa, muito influenciada, como dizem, pela «Peregrinatio Aetheriae». O que a «Peregrinatio Aetheriae» descreve, os antigos monges do Monte Carmelo presenciaram e trouxeram para a Europa no seu rito.

Na sua origem, o Rito Carmelita ou do Santo Sepulcro é uma liturgia ocidental: pela altura das cruzadas, vieram estabelecer-se em Jerusalém, na Igreja do Santo Sepulcro, os Cónegos Regulares de Santo Agostinho, vindos da França, e seguindo em grande parte uma Liturgia Galo-Romana. Era natural que, no lugar que presenciou a nossa Redenção, fossem celebradas pomposamente as cerimónias referentes à morte e ressurreição de Jesus.

Particularmente na Semana Santa eram organizadas enormes procissões nos Lugares Santos. Mais tarde os monges do Monte Carmelo receberam do Patriarca de Jerusalém, então St. Alberto, junto com a Regra, o Rito do Santo Sepulcro, rito de origem galicana, já adaptado pelos Cónegos de Santo Agostinho às circunstâncias dos Lugares Santos. Assim os Carmelitas, na transmigração para a Europa, restituíram ao velho Ocidente, embora já modificado, um rito que dele receberam.

Se é verdade, como muitos dizem, que o Rito Bracarense sofreu as influências do Rito Galicano e da «Peregrinatio Aetheriae», creio não ser ousadia afirmar a utilidade de um estudo aprofundado, comparando a liturgia Bracarense com a Carmelita. As fontes da liturgia Carmelitana poderiam assim elucidar alguns pontos obscuros do Rito Bracarense.

Seria ainda interessante fazer uma comparação entre documentos litúrgicos do Rito Bracarense, anteriores à edição do Missal de 1558 e os documentos litúrgicos Carmelitanos coevos; isso, porque a reforma do Missal Bracarense foi feita na época em que um Carmelita, a saber, Dom Frei Baltasar Limpo, ocupava a Sé Primaz de Braga. Pode-se ler no referido Missal que o mesmo foi nesta reforma «aumentado com muitas coisas dignas de saber e muito necessárias ao Clero». Creio que Dom Baltasar Limpo tenha imprimido, nesta reforma, um cunho característico que faz pensar na sua origem Carmelita. Diz o Dr. Wermers a esse respeito no seu livro «Baltasar Limpo»: «uma comissão por ele nomeada estudou

e trabalhou durante mais de 3 anos na reorganização da liturgia, acentuando-lhe um carácter mariano, certamente sob pressão de Dom Limpo, Carmelita e, portanto, mariano».

Um confronto entre documentos litúrgicos anteriores a Dom Limpo e o Missal de sua autoria, poderia fazer ressaltar quais as características por ele introduzidas. Estas notas deveriam ser, por sua vez, comparadas com as fontes medievais Carmelitas, a fim de se poder verificar qual a influência das mesmas sobre o Rito Bracarense.

Outro ponto assaz importante para a História de Portugal Medievo é a presença, entre as fontes, dum breviário português, elaborado entre os anos 1456 e 1478, que deve ter pertencido ao Convento do Carmo de Lisboa, onde acabou os seus anos o glorioso Beato Nuno de Santa Maria. Vim encontrá-lo na Biblioteca de Parma, na Itália, perdido entre muitos outros manuscritos. Consta de dois volumes e deve a sua composição a um tal «Frater Antonius pulsator organorum», de cuja personalidade histórica nada mais pude averiguar. É escrito em pergaminho com caracteres góticos e miniaturas e iniciais iluminadas a belo colorido.

Além de ser um documento do antigo Carmo de Lisboa, creio que seja notabilíssimo por assinalar a festa do Beato Nuno Álvares após uns escassos vinte a trinta anos depois de sua morte. Se não estou em erro, é o primeiro documento conhecido que marca um culto litúrgico ao Santo Condestável. Note-se, porém, o facto de o dia da festa ser o primeiro de Abril, quando hoje em dia se celebra a festa do Beato Nuno a seis de Novembro. Desde tempos antiquíssimos o «Dies Natalis Sanctorum» ou seja, o dia em que os Santos nascem para o céu, é sempre considerado o dia da morte. Dando fé ao nosso manuscrito, devemos portanto considerar a morte do Santo como ocorrida ao primeiro de Abril. Tendo sido feito o documento poucos anos depois da morte do Beato Nuno, julgo termos aqui um argumento bastante forte a favor do primeiro de Abril. Para confirmar tal, existe um documento do século XVI, que indica igualmente o dia um de Abril, a saber: o códice da Cartuxa de Évora, existente na Torre do Tombo, sob o número 1928. Encontra-se nele um «sumário para pregar do Conde D. Nuno», que conservou o dia da Páscoa de 1431 como dia da morte, isto é, o dia um de Abril. Como no decurso dos tempos se introduziu o costume de celebrar a festa do Beato Nuno em seis de Novembro, ignoro. Certo é que os mais antigos documentos apontam o dia um de Abril.

Não seria de todo em vão um amplo esclarecimento de todo este assunto. O relato nesta pequena comunicação bastará para despertar para o mesmo, o interesse dos estudiosos.

A estadia de dois «Ulrich Ehinger», mercadores alemães, em Lisboa nos princípios do séc. XVI

Por Hermann Kellenbenz

Sobre os privilégios concedidos aos mercadores alemães em Lisboa desde os fins da Idade Média existem já várias publicações (1), mas sabemos relativamente pouco sobre as pessoas, os particulares, que gozaram destes privilégios. Alguns deles saíram um pouco das sombras do passado graças à documentação existente nos arquivos e bibliotecas da Alemanha meridional: assim, por exemplo, membros da burguesia de Augsburg e Nürnberg que participaram na exploração dos tesouros orientais que os navios portugueses traziam à ribeira do Tejo, representantes dos Welser, Fugger, Höchstetter, Gossenprot, Hirsvogel e Imhoff, como Lucas Rem, Simon Seitz e Marx Zimmermann (2). Nos documentos portugueses os nomes de vários destes alemães aferecem-se de forma velada, transformada, adaptada à língua portuguesa. Os Imhoff de Nürnberg em Lisboa chamaram-se «Encuria» ou «Encorya» (3). Quem pode dizer, à primeira vista, que Jorge Elberte ou Elberto é o mesmo que Jörg Hörwart? (4).

Outro nome cujo interesse para a história do comércio de Lisboa nesta

(1) Cf. Johann Philipp Cassel, Privilegia und Handelsfreiheiten, welche die Könige von Portugal ehedem den deutschen Kaufleuten zu Lissabon ertheilet haben. I/II, Bremen 1771/1776; Schuhmacher, H. A., Bremen und die portugiesischen Handels-Freibriefe der Deutschen, em: Bremisches Jahrbuch 16, 1892; J. Denucé, Privilèges commerciaux accordés par les rois de Portugal aux Flamands et aux Allemands (XV^e et XVI^e siècles), em: Archivo Historico Portuguez 7, 1909, pp. 310-319, 377-392; Luís Silveira, Privilégios concedidos a Alemães em Portugal, em: Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal, e separata.

(2) Cf. Franz Hümmerich, Die erste deutsche Handelsfahrt nach Indien 1505/06 (= Historische Bibliothek ed. por a redacção de Historische Zeitschrift, 49) München e Berlin 1922, p. 10 s; Konrad Häbler, Die überseeischen Unternehmungen der Welser, Leipzig 1903, p. 8 s.; id., Die Geschichte der Fugger'schen Handlung in Spanien, Weimar 1897, p. 23 s.

(3) Cf. Apontamentos para a História da Moeda em Portugal, Lisboa 1878: v. os «mappas demonstrativos» dos anos 1517 e seguintes.

(4) Sobre Jörg ou Georg Hörwart cf. Häbler, Geschichte der Fugger'schen

altura se começa a revelar agora é o dos «Inquer», «Eneu» ou «Ynha». A primeira vez que achei este nome foi num documento da Chancelaria de D. Manuel do ano de 1503. Foi escrito a 10 de Outubro deste ano e tem um aditamento de 9 de Fevereiro do ano seguinte (5). Neste documento, D. Manuel faz «graça e mercee» a Rigo Inquer (6), mercador alemão, e a seus irmãos «que a esta nosa cidade de Lixboa quisierem uyer trautar».

Das concessões dadas — que, em geral, seguem o teor dos privilégios concedidos aos outros alemães — sòmente extraímos o que, no quadro deste estudo, parece especialmente significativo. Entre outras coisas, El-Rei concedeu aos irmãos «Inquer» que, de «toda sua prata que trouuerem a estes Regnos e senhorios», não paguem direito algum e o que não vendam possam livremente levar para fora. De todas as mercadorias que importarem «a saber letam e cobre por llaurar e vermelhãão e azul e mastos e vergas, breu e alcatram e pillatarja» não paguem mais que dez Reais por cento. E das mercadorias que comprarem, especialmente «espiciarja ou brasil e outra qualquer mercadorja que se trouuer das jndias e das terras que se ora descobrjram pouca ou mujta» não sejam obrigados de pagar sisa excepto 5 por cento das mercadorias vindas com as naus que nesta altura foram em viagem para a Índia com o Almirante e nas frotas que, sob o comando de Afonso e Francisco de Albuquerque, estavam para sair, assim como das naus da frota de Fernão de Noronha vindas do Brasil durante o tempo do seu contrato «que se acabara no anno de mjl quinhentos cinquo». Os navios construídos por eles no reino e as mercadorias levadas a bordo gozarão dos mesmos direitos que as dos nacionais «com tanto porem que pera gouujrem do dicto priujlegio e liberdade os taaes naujos sejam nauegados per hos naturaes» do Reyno com excepção das ilhas da Madeira como «de todallas outras». «Edeficamdo elles algũa casa em qualquer lugar que seja em esta cidade ou fora della mercando elles o chãão lhe nom seja dado varejo em suas mercadorjas que na dicta sua casa teuerem no modo em que he outorguado aos frammengos estantes em nosos Regnos». As suas mercadorias serão despachadas «primeiro que outra nenhũũa nas alfandegas e que mandando elles laurar algua prata em nosas moedas seja primeiro llaurada primeiro que nenhũa outra prata que nas dictas moedas estee pera se laurar».

Handlung in Spanien, p. 26 e Hermann Kellenbenz, Os mercadores alemães de Lisboa por volta de 1530, Rev. Port. de História, IX, 1961, p. 125 s.

(5) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel, livro 22, f. 25-25 v.

(6) A primeira impressão se podia ler «Tuger», mas o caso espanhol de «ynguer» por «Ehinger» corrobora a interpretação «Inqer» Ehinger.

Tais liberdades aos «Inqer» foram-lhes dadas pelo espaço de 15 anos. Resulta assim a pergunta: de que maneira os privilegiados utilizaram os seus direitos? E, em primeiro lugar, quem foram os «Inqer»? Não há dúvida de que se trata dos irmãos Ehinger oriundos de Constança, sobre o lago do mesmo nome. Eram quatro irmãos: Heinrich, Ulrich, Hans e Jörg Ehinger, filhos de Hans Ehinger († 1505) e Margareta Neithart (7). Desde o ano de 1495 que o pai pertencia ao patriciado de Constança.

Até agora o mais conhecido dos irmãos era Hans Ehinger que durante largo tempo serviu aos Welser como feitor em Memmingen. Sogro de Ambrosius Blarer, teve bastante influência no desenvolvimento da Reforma em Memmingen como em todo a região da Suábia (8).

O mais velho dos irmãos, Heinrich, é conhecido pela sua actividade em Espanha (9). No ano de 1519 estava em Saragoça como representante dos Welser e assinava aí duas grandes letras de câmbio com que Anton Welser contribuiu para a eleição de Carlos I de Espanha, rei dos Romanos. No ano de 1522 Ehinger comprou parte do carregamento da nau Vitória, única que voltara da expedição de Magalhães às Molucas. Nos anos seguintes foi um dos encarregados que procuraram dinheiro ao Imperador Carlos V, colaborando com os Welser e com firmas italianas, participando no arrendamento dos «Mestrados» e no trato das Índias. Em Espanha chamavam-no, geralmente, «Micer Enrique».

O mais jovem dos irmãos Jörg participou na empresa dos Welser nas Índias. O seu nome acha-se na lista dos passageiros que saíram da Andaluzia no ano de 1526: «Jolge Hingler, hijo de Juan Ynguer y de Margarete, vecinos de Costancia en Alemania» (10).

Se as conclusões de Schulte correspondem à realidade, Ulrich Ehinger, outro dos irmãos, teria nascido no ano de 1485 (11). O documento da Torre

(7) Cf. Aloys Schulte, Geschichte der Grossen Ravensburger Handelsgesellschaft 1380-1530 (= Deutsche Handelsakten des Mittelalters und der Neuzeit) I Stuttgart/Berlin 1923, p. 1595, y Müller, Die Ehinger von Konstanz, em: Zeitschrift für Geschichte des Oberrheins, N. F. 1905, p. 19 s.

(8) Sobre ele cf. Allgemeine Deutsche Biographie 5, 1877, p. 698 s.

(9) Sobre Heinrich Ehinger cf. K. H. Panhorst, Deutschland und Amerika. Ein Rückblick auf das Zeitalter der Entdeckungen und die ersten deutsch-amerikanischen Verbindungen unter besonderer Beachtung der Fugger und Welser, 1928; H. Kellenbenz, artigo «Heinrich Ehinger», em Neue Deutsche Biographie IV, München 1959.

(10) Cf. Cristóbal Bermudez Plata, Catalogo de Pasajeros a Indias durante los siglos XVI, XVII y XVIII, redactado por el personal facultativo del Archivo General de Indias bajo el director del mismo —, I (1509-1534), Sevilla, 1940, p. 200.

(11) Cf. Schulte I, p. 159.

do Tombo de 1503/04 é o primeiro sinal da sua actividade no mundo comercial. «Rigo Inquer»: eis a forma portuguesa de Ulrich Ehinger. Conforme o teor da carta de privilégio «Rigo» representava seus irmãos na capital portuguesa. Como os outros alemães de Augsburg e de Nürnberg, os Ehinger estavam interessados no tráfico de especiarias como género mais importante da exportação portuguesa. Vemos que, na lista das importações, figuravam também artigos para construção e armamento de naus para as empresas do ultramar, e ainda a prata alemã.

Então existia outra família de Ehinger oriundo de Ulm, descendente dum Ulrich Ehinger chamado «Der Österreicher» que morreu no ano de 1478. Seu filho Ulrich casou-se com Anna Rem e morreu no ano de 1506. Teve dois filhos e uma filha, Lukas ou Laux Ulrich ou Utz e Anna. Deste Ulrich ou Utz Ehinger de Ulm, primo de Lukas Rem de Augsburg, fala o diário de Lukas Rem, e existem dificuldades de distinguir claramente seus vestígios dos de Constança ([11a]).

No ano de 1507 um Ulrich Ehinger viajou de Génova para Valência, onde passou a servir por conta da Companhia de Ravensburg. Desde Abril de 1514 até Outubro de 1516, foi seu feitor em Saragoça. Justamente entre as estadias em Valência e em Saragoça, encontramos um Utz (forma abreviada alemã de Ulrich) Ehinger outra vez em Lisboa. No ano de 1510 Lukas Rem, feitor da companhia dos Welser, voltando da Ilha da Madeira, esteve em Lisboa. Conta no seu diário: «adi 20 Marzo 1510 ritt ich von Lixbona mit Vetter Ulrich Ehinger und Felix Rem». A documentação conservada no Arquivo do Germanisches Museum, de Nürnberg, revela um comportamento dos mercadores estrangeiros residentes em Lisboa não em tudo simpático. Häbler, no seu livro sobre os Fugger ([12]), descreve a situação durante os anos de 1511 e 1512: — havia divergências entre o feitor dos Fugger Marx Zimmermann e o seu sucessor Hans von Schüren, e, ao mesmo tempo, discórdias entre o representante dos Imhoff, Calixtus Schüler, e o seu futuro sucessor Sebold Kneussel. Por uma carta de Kneussel, escrita aos Imhoff de Nürnberg, sabemos que «Utz Einger, Jorg Hemerlin xpofalo

---

([11a]) Cf. Johannes Müller, Der Anteil der Familien Ehinger-Güttingen von Konstanz und der Österreicher von Ulm an Den übersuischen Unternehmungen der Welser, em: Vierteljahrschift für Sozial und Wirtschaftsgeschichte 22, 1929, p. 372 s. Lukas Rem, Tagebuch aus den Iahren 1494-1544. Ed. por B. Greiff, Augsburg 1861, p. 14 s. «Dietrich» é provàvelmente Ulrich, como Gabriel Rädtlein e falsamente lido por Steudlein e Steudel.

([12]) Konrad Häbler, Die Geschichte der Fugger'schen Handlung in Spanien, p. 26.

d haro Jan estalante vnd ander pärgaleser» (13) se entregavam ao jogo e que «ytz einger» tinha perdido uma boa soma. Mas havia ainda outras razões para a discórdia entre os membros da colónia alemã em Lisboa. Häbler menciona que no ano de 1511 «Dietrich Ehinger per Jorgen und Ambrose Hochtstetter, Hans v. Schüren a. Jörge Hewert per die Fugger, Calixtus Schüler p. Peter Imhoff u. Söhne, Gabriel Rädtlein, Ulrich Menger, Hans Brassel» (14) se dirigiram ao Rei para conseguir que os alemães que pretendessem gozar dos privilégios fossem obrigados a cumprir os seus compromissos sobre a organização da colónia, petição que foi deferida e tornada lei em 16 de Novembro. Kneussel menciona na sua carta que Hans von Schüren tinha em sua casa a arca em que se conservavam os privilégios dos alemães, mas lhe faltavam as chaves que se achavam nas mãos de «Gbril steudel e vtz einger». Schüren resolveu a dificuldade abrindo a arca à força. Kneussel menciona ainda que Ehinger, como outros alemães, tinha a intenção de fundar uma capela, em oposição a Schüren (15). Kneussel, de acordo com Schüren, acentua que os negócios dos alemães em Lisboa não tinham uma escala tão grande que pudessem comportar as despesas com a construção duma capela nova e com a instituição duma missa.

Assim, estas notícias dão alguns indícios para ver a posição humana deste Ulrich Ehinger durante a sua estadia em Lisboa: aparece-nos com inclinação para o jogo, como vários dos seus companheiros alemães e burgaleses, e não poupando gastos para a representação da sua colónia. Vemos ainda que representou a casa dos Höchsteter que em Augsburg rivalizava com a dos Fugger.

É possível que os Höchsteter tenham mandado regressar Ehinger a Alemanha depois de terem ouvido mais pormenores da sua vida em Lisboa. Não o sabemos ao certo. Em todo o caso, como já mencionamos, desde Abril de 1514 até Outubro de 1516, um Ulrich Ehinger foi feitor da companhia de Ravensburg em Saragoça. Em 22 de Junho de 1518 nasceu a Ehinger um filho ilegítimo em Constança. Outras indicações sobre ele são-nos dadas pelo diário do mercador augustano Lucas Rem (16). No mês

(13) Carta de Kneussel do 12 de setembro de 1512, Frhl. v. Imhoff'sches Familienarchiv, fasc. 28, Germanisches Museum Nürnberg, Archiv: Jorg Hemerlin = Hämmerlein, xpofal d haro = Christoval de Haro, estalante = Escalante.

(14) Häbler, Die Geschichte der Fugger'schen Handlung in Spanien, p. 26: «Dietrich» é provàvelmente Ulrich, como Gabriel Rädtlein e falsamente lido por Steudlein o Steudel.

(15) Häbler, parece não ter notado que respeito ao plano de Ehinger e dos seus adeptos se trata duma capela nova.

(16) Lucas Rem, Tagebuch aus den Jahren 1494-1541, p. 170.

de Junho de 1518, Rem encontrou Ehinger em Augsburg; no mês de Dezembro em Ulm, e em 22 de Fevereiro de 1520 mandou-o a Lisboa, desempenhar o cargo de feitor da companhia que Lucas tinha fundado com seu irmão Andreas. Ehinger teve de ficar em Lisboa durante um espaço de três anos. Justamente nesta altura o achamos mencionado nos registos da Casa da Moeda. No «Mappa demonstrativo do peso da prata marcada e ligada, que, no anno de 1521, recebeu Ruy Leite, thesoureiro da Casa da Moeda, para a mandar cunhar em dinheiro por carta dos individuos, que, para esse fin, a apresentaram», aparece que, a 20 de Março, o tesoureiro recebeu de «Rodrigo Eneu» 73 marcos, 4 onças e 3 oitavas de prata; a 4 de Abril «Rodrigo Ynha» entregou ao tesoureiro outra quantidade de 238 marcos e 7 ½ oitavas. O valor correspondente em dinheiro foi pago a Pantaleão Dias como concessionário de Ehinger. P. Dias era «recebedor do dinheiro da Casa da India». Tratava-se pois de negócios com a Casa da Índia (17). Ehinger comprou produtos da Índia Oriental, especialmente especiarias, e pagou com prata alemã.

No ano de 1523 o contrato com os Rem expirou, e Ehinger provàvelmente saiu de Portugal para continuar a sua actividade noutros lugares do vasto campo do comércio dos Alemães do sul. Como se vê, pelo exemplo de outros alemães que também saíram de Portugal nessa altura, o Império de Carlos V, especialmente a Espanha, oferecia-lhes melhores possibilidades de actividade. Em todo caso Ulrich Ehinger de Ulm parece ter voltado à capital portuguesa, porque algumas fontes dizem que morreu em Lisboa no ano de 1529.

Resumindo, por fim, as conclusões deste estudo, resulta o seguinte: Na história económica de Portugal da época dos descobrimentos, as colónias dos estrangeiros residentes em Lisboa tiveram um papel bastante relevante, mas a sua «fisionomia» ainda não se conhece muito bem. A documentação conservada é fragmentária, e as fontes acham-se dispersas, não em Portugal, mas também nos países de onde esses estrangeiros eram oriundos. Nos documentos portugueses, os seus nomes muitas vezes são escritos por forma que se torna quase impossível a identificação. O caso dos Ehinger, aqui apresentado, serve de exemplo. Este estudo pretende apenas mostrar um caminho a seguir pelo quel, muitas vezes, se poderão conseguir resultados que ajudarão a elaborar num relevo mais plástico, a importância histórica dessas colónias estrangeiras.

---

(17) Apontamentos para a História da Moeda em Portugal, Mappa Demonstrativo Nr. 7.

Valores historicos que intervienen en la formacion desarrollo y caracter de las ciudades

Por Manuel Chamoso Lamas

Entre las viejas ciudades y villas con que aun cuenta le península Ibérica, son muchas las que pueden mostrar un abigarrado conjunto de valores, que, a través de sus siglos de história se mantuvieron incólumes merced a la propria y exclusiva jerarquía de su condición de centro urbano.

Basta penetrar en una de esas antiguas ciudades para sentir la impresión alucinante de los grandes espacios llenos de arquitectura, tanto de los amplicos macizos articulados de templos, monasterios o palacios, como de los extensos y cuidados vacíos que los ponderan y ennoblecen, las plazas, recintos o rincones.

Esa plenitud sensual que proporciona a la vista el trazado armónico de las líneas, el asomar caprichoso de términos con recortadas siluetas, el fluir constante de complicadas perspectivas, no es mas que la referencia plástica remota de la necesidad de cobijo que el hombre siente frente a la Naturaleza con respecto a un impulso expresivo de la vida.

El estudio de esta reacción del hombre ante la imposición de la Naturaleza, que es la que le lleva a enfrentarse con el espacio para dominarlo por medio de su captación armónica y convertirlo en el objeto util, la casa, que cobije a él y a los suyos, y el análisis de las distintas vicisitudes que orientaron esa actividad, nos permitirá llegar al conocimiento del auténtico caracter que distingue al gran conjunto arquitectónico que constituye la ciudad en nuestra península; es decir, el aspecto y razón de existencia de esa formación o agrupación de familias que, empalazadas en el tiempo y en el brote de un hecho ocasional histórico, se unen bajo un espírutu común que las distingue y singulariza.

Esta misma característica primordial estabelece un común denominador de iniciativas que se orientan en un determinado sentido, regido tanto

por las vicisitudes y hechos históricos como por las imposiciones del medio ambiente, como por la actuación del impulso anímico, que tanto influyó, en el desarrolo de la arquitectura a través de las culturas.

Veamos, pues, como los hechos históricos actuan en la formación de esas agrupaciones y como el medio ambiente matiza su aspecto y caracter.

Ya los historiadores romanos, como Plinio y Pomponio Mela, nos dicen que en la península Ibérica había 354 ciudades. Claro es que entre esas ciudades se cuentan los poblados indígenas de cierta importancia. De ellos los de potente vitalidad subsistieron y los que surgieron a la sombra del estabelecimiento de los campamentos romanos, como León y Zarogoza en España y Abrantes en Portugal, adquirieron enorme importancia. Algunas otras ciudades simplemente romanizadas y atenidas, por tanto, al desarrollo de las dos vías en cruz del plano romano, la «cardus» y la «decumanos», solamente mantuvieron a lo largo de los siglos una arquitectura rústica, sin típicas y definidas características. Y a esta población romanizada ha de nñadirse la diseminada en «villas», emplazadas geralmente en lugares amables y amenos, a orillas de los rios o del mar, y utilizadas bien como residencias de placer o como centros agrícolas, pero estas «villas», desaparecieron con las primeras invasiones germánicas.

Otras ciudades, en cambio, afianzaron su emplazamiento y prepararon intuitivamente un sistema de urbanización regulado por una imperiosa necesidad de adaptación al medio.

Las invasiones de los pueblos bárbaros hisieron desaparecer algunas de éstas ciudades importantes. Cantabria, p. ej... Pero fueron fundadas otras sobre vestigios de anteriores «civitas» romanas, como Toledo. Mas tarde, con la conquista de Iberia por los musulmanos quedaron arrasadas muchas ciudades y entre ellas varias de las que los suevos y visigodos llegaron a constituir, Castiltierra, Recópolis, etc.

Ahora bien, si la conquista musulmana originó la destrucción de villas y ciudades, a ella se debe, sin embargo, la fundación de otras muchas, que con su típico trazado urbano moruno, llegaron a convertirse en las mas populosas de mundo. Córdoba en un buen ejemplo de ello. El Edrisi en el siglo XII describía a Córdoba como formada por cinco ciudades con cinco murallas.

Por un empadronamiento formado por el Califa Alhaken, se sabe que en la península había seis ciudades de gran importancia, ochenta de segunda, trescientas de tercera y muchos pueblos pequeños. A los musulmanes se debe, tambien, la creación de un tipo de ciudad satélite, de abolengo puramente oriental y de caracter netamente cortesano. Es la ciudade

creada en las cercanías de la residencia califal, residencia de descanso y placer, rica, ostentosa, con todo el aparato fastuoso y deslumbrante de lo oriental y en la cual se incorpora el jardín a la arquitectura, es decir, se reunen el arte y la Naturaleza, ésta como su complemento inmediato, aun cuando el jardín no puede ser considerado como producto espontáneo de la Naturaleza. El jardín es, en realidad, la Naturaleza dirigida por el sentido estético del hombre. Ejemplo de este tipo de ciudad lo representa fundamentalmente Medina Azahara, en las cercanías de Córdoba y que en nuestros días está surgiendo a la luz con suficientes vestigios de su arte y su riqueza bajo la piqueta de los arqueólogos.

A partir del siglo IX los constantes avances de los cristianos van dotando a las tierras liberadas de ciudades con fisionomías especiales, según el caso de su fundación o el lugar de su emplazamiento.

La formación de algunas urbes respondió a una necesidad militar, tales Avila y Segovia. Su creación obedece a órdenes emanadas del poder real. Pero otras muchas veces la formación de las ciudades se produjo por aglomeración paulatina y progresiva de viviendas que fueron construyéndose en torno y al amparo de una fortaleza, de un monasterio o de importante santuario, tales Burgos y Santiago de Compostela.

La diferencia entre uno y otro tipo de ciudad es muy digno de tener en cuenta.

En las ciudades originadas de vez por necesidades militares aprécianse características uniformes y precisas que obedecen a un plan completo previsto de antemano y que cumple a unas necesidades definidas. Se tenía para ello el precedente de las ciudades romanas, León y Zaragoza, con su perímetro rectangular; Lugo, cuadrado, con los ángulos redondeados y que con ligeras variantes se repite en la edad media en Avila. Briviesca, tambien cuadrada, y, como caso excepcional por su disposición, Madrigal de las Altas Torres, en Avila, cercada por una muralla que describe una perfecta circunferencia.

En las ciudades debidas al sistema de aglomeración paulatina, nada responde a un plan regular de urbanización. La base de su formación, el castillo o el santuario, aparece casi siempre en un lugar topográfico especial, muchas veces preeminente, y en torno a él se establecen en organización monumental perfecta los demás edificios de importancia ciudadana. Luego siguen las restantes agrupaciones sin detenerse ante las mas acusadas irregularidades topográficas, determinando, a medida que crecían las poblaciones una desorganización urbana total, pues como el terreno escaseaba al estar limitado por las murallas, las casas avanzaban sus pisos

unos sobre otros aumentando la estrechez y la lobreguez de las calles. Así se formaron las siudades de Toledo en torno al Alcazar, Santiago en torno al Santuario del Apóstol, la misma Barcelona, que tomaba como centro la Catedral, el Palacio Episcopal y las casas de la Generalidad y del Municipio, Peñafiel, Málaga y otras en España, Elvas, Coimbra, Chaves, Óbidos, etc. en Portugal.

En algún caso especial, como en el de Vitoria en España, se estabelece en torno al castillo un crecimiento por zonas concéntricas y distribución radial de las calles, adelantándose con ello al moderno criterio de urbanización.

Entremos ahora en el desarrollo y formación arquitectónica de las ciudades, es decir en su urbanización esencial interna.

El núcleo monumental, de origen civil o religioso, que le dió vida, no basta a proporcionar caracter y fisionomía a la ciudad, otros factores los determinan y rigen su disposición arquitectónica. Destacan, en primer lugar, en todas las ciudades antiguas, las juderías y morerías, puesto que desde remotos tiempos de la reconquista su aislamiento estaba decretado por sin fin de disposiciones. Sin contar las antiguas morerías de Burgos, Valencia y Murcia, o las juderías de Toledo, Sevilla, etc., aun hoy puede comprobarse su existencia en villas y ciudades de Galicia de típicos barrios judíos, Pontevedra y Ribadavia.

Dedicábanse los judios al comercio lo cual se reflejaba en el conjunto constructivo de sus barrios, con sus tiendas típicas saturadas de artículos y mercancías de la mas prolija variedad.

Casos análogos, aunque a la inversa, ocurrían en las ciudades mahometanas, pues los mozárabes (cristianos sometidos) vivian en barrios murados ,como el de la Axarquía de Murcia y el de los Rabatines de Valencia.

Por otra parte, la organización social obrera del siglo XIII en la España cristiana, determinó la agrupación en barrios especiales de los menestrales con arreglo a su oficio. Ordenamientos reales, como el dictado por Fernando III el Santo a raiz de la conquista de Sevilla, establecía estas agrupaciones. Así surgieron en las villas y ciudades barrios y calles que aun hoy conservan nus nombres de Platerías, Azabachería, Calderería (Santiago), Boneteros, Cuchilleros, Bordadores (Madrid), etc.

Las tiendas, las muestras, las mismas vivendas de estos distintos menestrales dotaban de una fisionomía especial a la ciudad.

Pero aun hay mas, los extranjeros que se establecieron en las ciudades españolas y portuguesas y que habían venido ya a guerrear formando en

la cruzada contra los musulmanes, ya a negociar y comerciar, se instalaron en barrios especiales, y así surgieron los nombres de barrios y calles como el de Francos en Santiago, de los Perigordianos en Toro, de los Tolosanos en Pamplona, de los Genoveses en Sevilla, etc.

Como es natural, esta distribución en barrios y calles especiales, originó diferencias notables en el aspecto urbano de las ciudades y, sobre todo, en la naturaleza de su arquitectura, determinando una característica primordial de organización en todas las ciudades medievales. La distribución de calles en vez de responder a un vazado regular, caía en el mas completo desorden, subían y bajaban, se cruzaban o enlazaban sin el menor intento de lograr una adaptación planimétrica a las condiciones topográficas del terreno.

Eran las calles generalmente estrechas por tradición mahometana, lo que con el vuelo de los aleros contribuía a ensombrecer aun mas su aspecto, conduciendo todo ello a un abandono y suciedad que apenas las ordenanzas municipales, estabelecidas en varias ciudades a partir del siglo XIV, pudieron impedir.

Aumentaban la estrechez y lobreguez de calles y callejas muchas abusivas costumbres en la construcción de las casas. Como el terreno escaseaba, para ganarlo, los pisos avanzaban unos sobre otros, pero, además, las costumbres sociales consentian el tránsito de un edificio a otro por encima de las calles por puentes, pasadizos o sobrados, que con los volados aleros, como decimos, ensobrecían sobremaneira las calles, apareciendo éstas «muy húmedas, lodosas y sucias» como dicen las Ordenanzas de Toledo. A este respecto es bueno hacer constar que el tráfico rodado apenas existía, desde luego los coches no circularon hasta 1497 traidos por D.ª Margarita de Austria.

Puede decirse que en el siglo XIII y XIV las calles estaban convertidas en letrinas y basureros y el lodo y la humedad no desaparecían nunca de ellas, según cuentan varios viajeros. Juan de Avignon, refiriendose a la Sevilla del Siglo XIII, decía: «y no hablo de las calles de la judería y morería porque son sucias y corruptas en cuarto grado». Cierto es, tambien, que todavía en el siglo XVII continuaban muy abandonadas las ciudades. Guicciardini, a comienzos del siglo XVI, decía que las mejores calles de las ciudades rebosaban de inundicias. Navagiero, en 1525, encontró a Valladolid «muy fangoso». Esto sin contar el peligro que corría el que transitaba por las callejas de estas viejas ciudades de recibir sobre su cabeza los cascotes que con un aviso muchas veces harto retrasado dejaban caer los albañiles que reparaban los tejados, o, lo que es peor, expuestos a reci-

bir un bautismo con aguas nada purificadas y del que nadie podía librarse porque venian de lo alto súbitamente y sin aviso, como le ocurrió en Valladolid en 1517 al abad D'Aumont, confesor de Carlos V.

Precisamente para cortar este abandono, estos abusos y rutinas, se redactaron Fueros y Ordenanzas, con disposiciones prohibitivas y reguladoras. Las autoridades ponían de su parte cuanto la época permitía para higienizar la ciudad. El Fuero de Teruel castigaba al que desde la ventana o puerta de su casa arroja-se sobre el transeunte aguas imnundas o «desahogos», que nombra con toda naturalidad. Sin embargo existieron alcantarillas. El mismo Fuero de Teruel trata de las letrinas, las Ordenanzas de Toledo de los «albañales», pero se deduce que ambas iban por las calles al descubierto. En Barcelona, desde 1363, había alcantarillas, pues existía una grande denominada de la Boquería. Las hubo en Tortosa, tambien, pues sabemos que estaba ordenado limpiarlas. El Fuero de Madrid, de 1202, cita una. Fueron los Reyes Católicos quienes primero ordenaron su construcción así como tambien la pavimentación de las calles de Medina del Campo, Sevilla y Santiago de Compostela.

Ahora bien, tambien cabe señalar la existencia en algunas ciudades medievales de ciertos barrios o agrupaciones de edificaciones nobiliarias donde la limpieza y la vida era otra. Cáceres nos muestra un buen ejemplo en la reunión de casas hidalgas en lo alto de la ciudad. Avila, la ciudad llamada de los Caballeros, es otro caso bien representativo, con sus imponentes y vetustas casonas y palacios.

Debiera esperarse que barrios y familias agrupadas en una ciudad y unidos por los mismos intereses de defensa, comodidad y bienestar, vivieran en paz y amistad, mas no ocurría así, aquella subdivisión intramuros originó luchas y rencillas que ensangrentaron calles y plazas. Eclesiásticos contra seglares en Santiago. Cristianos viejos contra los «lindos» en Toledo, Enriquez contra Manzanos en Salamanca. Oñazinos contra Gamboinos en las ciudades vascas. «Parroquianos» de los tres barrios en Pamplona que se atacaban entre sí, etc. etc. Y lo prueba el que los fueros y ordenamientos abundan en prohibiciones y señalamiento de penas contra los que se levantasen en banderías o cometieran desaguisados.

Outros importantes elementos que venian a dotar de cierta fisonomía especial a las ciudades son los monasterios. Hasta la segunda mitad de la Edad Media se hallaban emplazados en aislados lugares, pero al tener lugar la creación de las Ordenes de Mendicantes con las fundaciones de San Francisco y Santo Domingo, conscientes de la necesidad de mantener el espíritu religioso en los burgos que a la sazón se estaban formando, acuden a

establecerse en las ciudades. Estas dos órdenes, tan dispares en su concepto y acción, una mística y humilde, la otra intelectual y polemista, fundan sus conventos a la par bajo la protección de una familia poderosa o de algún mecenas entusiasta, y así vemos siempre en las viejas ciudades de la península el convento de San Francisco en la parte baja y humilde de la ciudad, como corresponde a quien predica con el ejemplo de la oración y de la humildad, el de Santo Domingo al Norte y en la parte dominante, como ciudad, como corresponde a quien predica con el ejemplo de la cración y de corresponde a quien domina con el raciocinio, la dialéctica y la razión. La Orden franciscana es la Orden popular, asequible a todos, la de los dominicos es la Orden de los grandes predicadores. Sus arquitectuas, si bien poco diferenciadas estilísticamente, proporcionaron muy definido caracter a las ciudades de la Baja Edad Media.

Desde luego, durante esta etapa del bajo medioevo la aglomeración urbana persistió con innumerables defectos en aquellas ciudades que siguieron conservando su primitivo caracter medieval. Pero no ocurre así con aquellas otras que supieron sacrificar su integridad y a veces su medio fundamental de vida a una mayor dignidad y decoro físico y espiritual. En estas ciudades se construyeron las plazas, que fueron verdaderos pulmones que salvaban del ahogo propio y característico de las mas viejas ciudades medievales. Fueron formándose las plazas en la confluencia de varias calles y poco a poco el pretexto de la proximidad de un edificio importante o la reunión de gentes en una calle dedicada a mercado, dió lugar a la creación de una gran plaza que mas tarde el sentido monumental del Barroco había de cubrir con las exuberantes manifestaciones de su arte. Así se fué pasando de la amontonada ciudad medieval a la amplia y cuidada ciudad del Renacimiento y del Barroco.

La evolución estética, apoyada en las bases legales de las Ordenanzas, fueron desterrando abandonos y anarquías, a la vez que se afianzaba una mayor libertad de expresión y de caracter orientada por el espíritu tradicional de cada urbe.

BIBLIOGRAFIA

António Ballesteros y Bereta, *Itinerario de Alfonso X, rey de Castilla*, «Bol. de la Acad. ed la Historia», 1935.

Idem, *Sevilla en el siglo XIII*, Madrid, 1913.

Anónimo, *El desarrollo urbano de las ciudades de Navarra y Aragón en la Edad Media*, Zaragoza, 1950.

Antonio Cavanillas, *Memoria sobre el Fuero de Madrid del año 1202*, Memorias de la Real Acad. de la Historia, tomo VIII, Madrid, 1852.
Antonio Martín Gamero, *Ordenanzas de la ciudad de Toledo*, Toledo, 1858.
Carmelo Echegaray, *Las provincias vascongadas a fines de la Edad Media*, San Sebastián, 1895.
Castro (Américo) y Frederico de Onis, *Fueros leoneses de Zamora*, Salamanca, Ldesma y Alba de Tormes, ed. y est. I, Texto, Madrid, 1916.
Eduardo Saavedra, *La Geografía de España del Edrisí*, «Bol. de la Soc. Geográfica de Madrid», XVIII, 1885 y XIXVII, 1885.
Francisco Aznar Navarro, *Forum Turolli* (Col. de Documentos para el estudio de la historia de Aragón), Zaragoza.
Florencio Janer, *Condición social de los moriscos de España*, Madrid, 1857.
Fray Justo P. de Urbel, *El monasterio en la vida española de la Edad Media*, Madrid, 1942.
Isidoro de las Cajigas, *Los Mozárabes*, Madrid, 1947.
Isidro Gil, *Memorias históricas de Burgos y su provincia*, Burgos, 1913.
Jerónimo Münzer, *Viaje por España y Portugal.*
José M.ª Lacarra, *Desarollo urbano de Jaca en la Edad Media*, Est. Edad Media Corona de Aragón, Vol. IV, Zaragoza, 1950.
Julio González, *Repoblación de la Extremadura Leonesa*, Hispania, III, Madrid, 1943.
Laurent Vital, *Premier voyage de Charles Quinta en Espagne, de 1517 a 1518*, Bruxelles, 1881.
Lopez Mata, *Marería y Judería*, «Bol. de la R. Acad. de la Historia», T. CXXIX.
Luciano Serrano, *El Obispado de Burgos y Castilla primitiva*, Madrid, 1935.
Munford, *La cultura de las ciudades* (S. F.).
Ricardo del Arco, *Antiguos gremios de Huesca*, Zaragoza, 1915.
Rodrigo Amador de los Rios, *Toledo en los siglos XII y XIII*, «Revista de Arch., Bibliotecas y Museos», 1904.
Plínio, *História Natural*, traducción de Littré, Paris, 1860.
Pomponio Mela, *Compendio geográfico e histórico del Orbe antiguo*, trad. de D. Jusepe A. González, Madrid, 1780.
Soria: interpretación de sus orígenes y evolución urbana, Celtiberia, II, Soria, 1952.
T. Muñoz y Romero, *Colección de Fueros Municipales y Cartas Pueblas*, Madrid, 1847.

Versos del Códice Calixtino de Santiago relativos a sucesos de la Historia medieval portuguesa

Por Abelardo Moralejo Laso

En el *Codex Calixtinus* o manuscrito que contiene el *Liber Sancti Iacobi* en el Archivo de la Catedral de Santiago de Compostela figuran al fol. 194 v., que es uno de los folios adicionales, tres breves composiciones en verso llamadas *lectiones* y destinadas a ser leídas en la Fiesta de los Milagros del Apóstol, que se celebraba el 3 de octubre. Las dos primeras, de cinco dísticos elegíacos cada una, se refieren a sucesos contemporáneos de la história portuguesa, como también el encabezamiento o epígrafe común a las tres. He aquí éste, seguido de las dos composiciones:

«Miraculum Sancti Iacobi de liberatione Christianorum et fuga Sarracenorum a Portugalia. Hic legendus in festo miraculorum Sancti Iacobi V Nonas Octobris.

Lectio I

Ecce Dei redeunt magnalia cum Machabeis,
Et ueterum signa celitus adueniunt.
Gens Agarena perit et iusta triumphat ubique,
Rege sub Alfonso Miramirin cecidit.
Rex quoque Sancius est sancti Iacobi in famulatu,
Ut pater ante suus fidus amicus erat.
Regia iam uirtus et uasallia fidelis,
Que sancti Iacobi est, regna tenet gemina.
Recta fides, filius regni regit altera sceptra,
Hyspalis ad palmam est regis itura manus.

Lectio II

In gestis legitur, rex Almansor periisse
Dissenteria percutiente Deo;
Nunc quoque sic periit male filius Almiramini,
Rex magnus terre, misciquitare uolens.
Moxque subintrusa soboles infanda prioris
Diuina interiit percutiente manu.
Propterea diuina sonant laudesque beate,
Teque Deum laudans concinit ecclesia.
Tu quoque, Callyope, solita es que digna referre,
Tu magni laudes ne taceas Iacobi.

Después de la tercera composición, que no tiene que ver con éstas, va la siguiente fecha: «Anno incarnationis dominice M° C° XC°, sub era MCCXXVIIII» o sea el año 1190, que es la última referencia temporal que se encuentra en nuestro códice (1).

Sobre estas dos composiciones y los hechos a que aluden escribió brevemente el ilustre medievalista P. David en sus *Études sur le livre de Saint- Jacques* (*Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, t. X, 1945, p. 27) y más extensamente en su artículo *La première campagne d'Abou Yousof Al Mansour contre Silves* (en el mismo *Bulletin*, t. XVI, 1952, pp. 177-84). Por mi parte lo hice también años atrás en otro artículo sin pretensiones científicas, sino solamente informativo (en la revista *Compostela*, boletín de la Archicofradía del Apóstol, de Santiago, núm. 24, 1953). Mas creo que el tema es bastante curioso para volver sobre él y que tiene aspectos o puntos que discutir y esclarecer en vista de nuevas publicaciones en torno a los hechos históricos en cuestión.

Los hechos principales aludidos y considerados como milagrosos y debidos a la protección del apóstol Santiago a los dos primeros reyes portugueses, son sin duda la derrota del califa almohade Abu-Yáqub ante Santarem y su muerte a consecuencia de una herida al regresar a Sevilla, en 1184, todavía bajo el rey Alfonso, en la primera, y el fracaso de su hijo y sucesor Abu-Yúsuf al-Mansur ante Tomar y Silves, con rumores de muerte también, en 1190, ya bajo D. Sancho, en la segunda. Al primero de estos dos califas se le llama en los versos latinos *Miramirin* y al segundo

(1) V. pp. 406-7 de la adición de W. Univ Whitehill y 597-99 de mi traducción en colaboración con Jones Rodríguez y Fev arcía.

filius Almiramini, con dos deformaciones del título de Emir-al-numenín «Príncipe de los creyentes», que vulgarmente aparecs también como *Miramamolín* y *Moramolín*.

Al primero de estos dos acontecimientos de gran importancia en los comienzos de la historia propia de Portugal, dedicó el arabista e hispanista holandés R. Dozy una de sus *Recherches* con el título de *L'expedition du calife almohade Abou-Yacoub contre le Portugal* (3ª éd. II, Paris--Leyde 1881, pp. 443-480), basada en fuentes cristianas y musulmanas, de aquéllas principalmente Radulfo e Raúl de Diceto, deán de San Pablo de Londres, y de éstas el manuscrito llamado Anónimo de Copenhague que entonces era nuevo. Y resulta curioso leer el principio de este estudio comparándolo con las composiciones jacobeas: «En la historia de casi todos los pueblos — dice — hay ciertos momentos en que su misma existencia está de tal modo amenazada que se diría que no pueden ser salvados sino por un milagro. Y sin embargo escapan al peligro a pesar de todas las previsiones y de todos los cálculos». Pone los ejemplos de Grecia frente a Jerjes, Austria en la Guerra de Sucesión, Prusia en la de los Siete Años, y agrega: «Para el reino de Portugal hubo un tal momento crítico en el año de 1184», cuando no contaba medio siglo de existencia.

No voy a repetir aquí la narración de los hechos que da Dozy, ya desde el lado cristiano ya desde el musulmán, aunque sí conviene mencionar los más salientes. Primero los grandes preparativos del califa en todo su imperio y la reunión de un gran ejército que contaría con 78.000 hombres según los autores más parcos. Dazy comenta: «Sería en efecto un combate entre un gigante y un enano, y en esta lucha por dmás desigual el pequeño reino cristiano no tardaría en sucumbir. Sin embargo no pasó nada de esto y rara vez una gran expedición, conducida por jefe hábil y enérgico, tuvo un fin tan poco satisfactorio. Mas ¿cómo y por qué razones? Es un misterio imposible de penetrar con los documentos de que se ha hecho uso hasta el presente». Lo cierto es que el enorme ejército almohade llegó ante Santarem pasando el Tajo en vísperas de San Juan y la asedió; que tomó la ciudad baja y esperaba poder asaltar y conquistar la ciudadela con un ataque iniciado el 30 de junio y prolongado hasta el 2 de Julio; que este combate acabó mal para los sitiadores, puesto que emprendieron la retirada repasando el río y llevándose al califa malherido, ya que murió el 29 de este mes en su regreso hacia Sevilla, como queda dicho antes. Esto desde el lado musulmán y prescindiendo de detalles que después veremos. También parece cierto por el lado cristiano que acudieron y llegaron en auxilio de la plaza sitiada primero un ejército portugués

conducido por el príncipe D. Sancho y el Obispo de Oporto y detrás otro dirigido por el arzobispo de Santiago D. Pedro Suárez de Deza, que combatieron ambos con los sitiadores, y que acudió también con sú ejército dentro del mes de julio el rey Fernando II de León. Raúl de Diceto cuenta, según Dozy, que el Príncipe y el Obispo mataron 15.000 sarracenos y Arzobispo 30.000, que a su vez los sarracenos degollaron 10.000 mujeres y niños cerca de Alcobaça el día de Santa Margarita (20 del mismo mes), pero la guarnición mató a tres reyes con todo su ejército, y que la víspera de Santiago se enteró Abu-Yáqub de que el rey de Galicia había llegado para desafiarle a combate singular y, al prepararse, cayó del caballo tres veces y así murió, tras de lo cua l su ejército emprendió la huída abandonado todo el dinero. En este relato hay seguramente elementos legendarios o falsos, pero sobre un fondo de hechos probablemente verdaderos.

Recientemente el arabista español A. Huici Miranda, que había publicado ya otra copia igual al manuscrito de Copenhague de Dozy — la llamada Anónimo de Madrid —, publicó en su *Celección de Crónicas Arabes de la Reconquista,* II (Tetuán 1953), y en traducción española una edición más completa y segura de la obra de Ibn 'Idhari *Bayán al-Mogrib,* de la cual son un fragmento ambos anónimos, y nos ha dado después su *Historia Política del Imperio Almohade,* I (Tetuán 1956), donde dedica a la expedición de Abu-Yáqub las páginas 290-309 y en las dos primeras dice refiriéndose a Dozy: «Al publicar los textos árabes y latinos y comentarlos con su gran competencia, nos ofrece el cuadro de esa capaña y del sitio de Santarem, al que pone fin la trágica muerte del Califa; pero llevado de sus afanes literarios, de la pasión que siempre ponía en sus investigaciones, asi como de la errónea interpretación de algunos textos y de la ignorancia de otros, da proporciones desmesuradas al ataque almohade y nos lo presenta como un momento tan crítico para la supervivencia del joven reino portugués, que sólo un milagro lo puede salvar... No hubo tal milagro, pues ni las fuerzas almohades pretendían realizar el plan que les atribuye Dozy, engañado por el «*Cronicón Lusitano*», ni, como veremos, eran capaces de ello. Por no someter a una depurada crítica las fuentes de que dispone — aliquando bonus dormitat Homerus — y por aceptar sin reparo la mayoría de las exageraciones de cronistas fanteseadores que desorbitan su tema, ha hecho necesaria la revisión de su trabajo para ampliarlo con nuevas fuentes, y para corregir y rectificar con todo respeto las premisas y conclusiones falsas o infundadas que lo deforman y desvalorizan».

Pero si leemos a continuación los textos que da Huici en la primera

de sus dos obras citadas (²) y que utiliza en la segunda, nos encontramos con que los hechos esenciales son los mismos de Dozy aun los detalles más salientes. Aparecen primero los grandes preparativos de la expedición, la gran confianza del Amir al-Muminín ante Santarem y el pavor de los habitantes encerrados en la ciudad, la toma y destrucción del arrabal y hasta la esperanza de tomar la ciudad en la mañana del sábado 30 de junio; pero el combate comenzado esa mañana dura hasta el lunes 2 de julio, como ya se ha dicho, y después casi todo es confuso. En la noche de este día ordena el Califa inesperadamente cesar en la lucha y levantar el campo, entendiendo unos que se trataba de un traslado y otros de iniciar la retirada resultando gran perturbación y desorden. Su hijo Abu Ishaq cayó del caballo y se lastimó en un pie y tenía que transmitir las órdenes de su padre, llevado en una silla de madera. Las tropas de Murcia habían vuelto derrotadas y fugitivas de una algarada por los llanos de los cristianos. El predicador del propio califa, asustado y perturbado ante lo encarnizado del combate, al enterarse de la orden de levantar el campo montó a caballo y huyó al campo cristiano, donde fue muerto. Y no menos claramente que antes el optimismo aparecen ahora la confusión y pánico entre los sitiadores.

Por su parte el Califa repasó el Tajo a la mañana siguiente con escasa protección en su zaga o retaguardia, dirigida por su hijo Al-Mansur, quien quedó en la orilla norte del río, y perseguido de cerca por los cristianos. En este encuentro murieron cierto número de personajes almohades y caudillos andaluces y otros. Y cuando hubo acampado en la otra orilla y sin que se nos diga cuándo ni cómo había sido herido, leemos que «empezaron a manifestarse los daños de herida». Las crónicas utilizadas por Dozy y menospreciadas por Huici hablan de una lanzada o bien de un ballestazo.

De los textos de Huici resulta, pues, que el desastre debió ser tremendo y que no se le ve una explicación clara desde el lado musulmán. Todo parece fragmentario y dicho a medias por las fuentes o autores, aunque algunos fueron testigos presenciales. Y al explotarlos nuestro arabista en la citada *Historia* tiene pasajes como los siguientes de las páginas 293-94: «Los autores árabes, después de exponer y ponderar los grandes preparativos y el derroche de fuerzas con que se emprendió la expedición, se han visto obligados *casi inconscientemente* a enmascarar con distintos disfraces las causas del fulminante desastre sufrido por los almohades, ape-

(²) V. pp. 61-84 y especialmente 69-79.

nas iniciado el asedio de la plaza portuguesa». Aquí subrayo las palabras *casi inconscientemente* y creo que podríamos preguntar si no sería más bien conscientemente. Y luego refiriéndose a la súbita orden del Califa de levantar el campo por la noche y trasladarlo a otro lugar: «el historiador con esta frase vaga deja sin explicar el alcance y las causas del traslado, así como de la depresión e indescriptible desorden que se produjo. Soslayando el verdadero motivo y carácter de esta orden, recurre a acumular *episodios sin importancia*, con los cuales justifica el pánico de la retirada». Estos *episodios sin importancia*, palabras que subrayo también, son los mencionados antes: la caída del caballo de Abu Ishaq, ayudante de órdenes del Califa, su padre; la derrota de las tropas murcianas en su algarada, y la perturbación y huída del predicador del Califa, presa del terror. Pero estos episodios parecen más bien efectos que causas del general desorden y fracaso que se ocultan detrás de ellos. Y todavía refiriéndose a otro historiador, testigo presencial: «se reciben *noticias inquietantes* — que deliberadamente no especifica (el historiador) — y manda (el Califa) levantar el campo y vadear el río, retirándose a la orilla izquierda.» Estas *noticias inquietantes*, que subrayo igualmente, serían según Huici la inminente llegada del rey Fernando II de Léon con su ejército desde Ciudad Rodrigo (pág. 305). Pero los pasajes de las páginas extractadas se completan con éste relativo al mismo historiador: «como buen cronista palaciego y futuro biógrafo de Yaqub Al-Mansur, vela la causa verdadeira del pánico y de la súbita retirada.» Todo esto y más aún no puede menos de hocernos recordar las palabras de Dozy cuando hablaba de «misterio» y hasta de «milagro».

Sobre los acontecimientos posteriores hasta la muerte del Califa pretende también Huici (3) hacer rectificaciones o simplement negaciones de hechos admitidos por Dozy de acuerdo con las fuentes cristianas, especialmente el citado Raúl de Diceto y la «*Crónica de D. Afonso Henriquez* de Duarte Galvão. Así como hemos visto que aquél hacía llegar a los sarracenos hasta cerca de Alcobaça, éste los lleva a poner sitio a Alenquer y Torres Vedras antes de retirarse definitivamente, todo lo cual supone que no todos repasarían el Tajo o que volvieron a pasarlo hacia el norte. Aquí parece bastante lógica su opinión de que una vez en la orilla izquierda del río el Califa, herido y abrumado por la derrota, no pensase más que en ver junto a sí a su hijo Al-Mansur, que había quedado cubriendo la retirada, y que no se le ocurriera volver a pasar a la derecha, sino que se dedicase

(3) V. *Historia*, pp. 298 ss. y 306 ss.

a raziar el Alemtejo desde las alturas del problemático castillo de Turruš hasta que, agravada su herida, continuó su retirada y murió el 29 de julio en el camino de Evora o pasado ya el Guadiana. Pero no puede negarse la posibilidad de haber quedado al norte del Tajo parte del ejércio almohade y que se adentrase en la Extremadura mientras el Califa permanecía en el Alemtejo. Huici compara los veinte días de la ida de Sevilla a Santarem por Badajoz, yendo el ejército en forma, con el mes o poco más que costó el regreso por Evora con el Califa herido y la tropa desmoralizada. Mas tompoco se puede negar que entre el comienzo de la retirada y la muerte del Califa, o sea en veintiséis días, hubo tiempo para las supuestas correrías y para el repliegue, suponiendo que hubieran quedado tropas almohades que la hicieran.

El afán crítico de Huici me parece sin embargo excesivo en un punto anterior al desastre de Santarem. El cronista Duarte Galvão cuenta que antes de su llegada a esta plaza los almohades habían destruído el castillo de Torres Novas y Huici supone que este hecho sería una interpretación por confusión con la campaña de Yáqub al-Mansur seis años después. Pero el cronista de D. Sancho I, Frei Antonio de Brandão, distingue dos asedios y tomas de Torres Novas al escribir sobre esta campaña: «Foi pôr cêrco à vila de Tôrres-Novas, célebre pela grande resistência que os años passados fizera a seu pai Abem Jacob e pelo lastimoso fim de seus defensores» (1). Y otro punto ambiguo u oscuro es la participación del Arzobispo de Santiago, que Huici al parecer reduce a una «contribución pecuniaria», apoyándose en Julio González, mientras que ésto nos dice que D. Pedro Suárez suplió bien entonces al maestre y fundador de la Orden de Santiago D. Pedro Fernández, que falleció precisamente por los dias del asedio de Santarem, y que el 31 de julio se hallaba en Coimbra con el Rey de Léon y los obispos de Astorga, León y Tuy, sea que hubiera ido a Partugal con el ejército real o con otro anterior.

Volviendo a las composiciones del Calixtino, veamos a qué sucesos reales o supuestos hace referencia la segunda, que caen ya en los reinados del califa Abu-Yúsuf al-Mansur, el hijo y sucesor de Abu-Yáqub, y de D. Sancho I. Los textos publicados por Huici y que luego utiliza, relatan desde el lado musulmán las algaradas del príncipe D. Sancho — Ibn al-Rink — hasta las mismas huertas de Sevilla y la conquista o reconquista de Silves em 1189, siendo ya rey. Para repeler tales ataques y recon-

(1) *Crónicas de D. Sancho I y de D. Alfonso II*, Livraria Civilização, Porto, p. 48 2 *Registo de Fernando II*, pp. 147-49.

quistar esta plaza preparó y emprendió Abu-Yúsuf una expedición que recordaba la de su padre, enviando un ejército contra Silves al mando de su primo Yáqub y dirigiéndose con otro él mismo por el Alemtejo. Este pasó el Tajo el 24 de junio de 1190, puso sitio a la villa de Torres Novas, como antes se ha dicho, y la tomó al cabo de diez días. Marchó luego a sitiar a Tomar, cuyo castillo defendían los templarios mandados por su maestre D. Gualdim. Pero a los seis días de comenzado el asedio, que empezó el 6 de julio, el Califa, que se había propuesto «asolar el país y llegar hasta la refión de Coimbra», según el texto del *Bayán*, «enfermó y continuó su indisposición y vió que empezaba a notarse en su ejército la carestía y el agotamiento. Emprendió el regreso a Sevilla y escribió a todos los que estaban en el ejército de Silves que levantasen el campo inmediatamente» (5).

Este inesperado y rápido final de ambas expediciones, emprendidas además en las fovorables circunstancias de haberse pactado o renovado treguas con Castilla y León, dió lugar en el lado cristiano a rumores de haber muerto Al-Mansur de disentería, como dice nuestra composición, comparándole por su muerte con Almanzor el grande, a quien llama rey, como a él «rex magnus terre». Así consta en las crónicas portuguesas y en los historiadores modernos. Frei Antonio de Brandâo escribe: «Estando as coisas neste estado, chegou recado a Santarém como o Miramolim era morto e seu exército desfeito, o que se confirmou por muitos cristãos que trouxeram a mesma nova. E não foi certa a nova quanto à morte do imperador: mas soube-se que lhe sobreviera uma enfermidade tão grave que o obrigou a levantar o cerco de Tomar e partir-se com grande pressa para suas terras» (6). Los rumores pudieron muy naturalmente originarse en los recuerdos que por alí quedarían del desastroso sitio de Santarem con la consiguiente muerte de su padre seis años antes. Y la semejanza de ambas ocasiones exaltaria, como era también natural y afirma P. David, el entusiasmo y la fe de los cristianos de Portugal y aun de Galicia, y «en Compostela — añadese reconoció en ello un milagro de Santiago». Este fue el origen de las dos composiciones jacobeas, fechadas en el mismo año y destinadas a la Fiesta de los Milagros de aquel 3 de octubre.

Y aun concediendo que el tema sea esencialmente el acontecimiento de 1190, como quiere este autor, no podía olvidarse ni se olvida en ellas la gran victoria de Santarem, la que Dozy tenía casi por milagrosa. Dozy,

---

(5) *Crónicas*, pp. 150-52 y 155-62.
(6) *Ob. cit.* p. 50.

que dedicó otra de sus *Recherches* a la *Historia Turpini* o libro IV del *Liber Sancti, Iacobi,* no conoció el códice de Compostela, donde se encuentran las composiciones en uno de los folios añadidos, como dije al principio. De haberlas conocido habría visto que en cierto modo su apreciación de aquellos grandes sucesos estaba de acuerdo con la creencia de los contemporáneos de los mismos.

Otras afirmaciones o alusiones menores hay en nuestros versos, que también ha comentado P. David (7), quien de paso ho corregido tres erratas de la edición del Calixtino de W. Muir Whitehill, aunque no una primera y más importante. «También el rey Sancho está al servicio de Santiago — dice el tercer dístico de la primera composición —, como antes su padre era fiel amigo» (en la edición «patet» por «pater», no corregido por P. David). «El fiel vasallaje que pertenece a Santiago — se dice en el siguiente — abarca los dos reinados». En cuanto a las palabras del siguiente y último: *filius regni regit altera sceptra,* que interpreta P. David como promesa de un segundo cetro, pueden traducirse simplemente por «el hijo lleva el segundo cetro del reino», o sea que fue el segundo rey. Cierto es que a continuación se le promete la conquista de Sevilla en el verso final: *Hyspalis ad palmam est regis itura manus;* pero me parece demasiado forzado dar a *regit* sentido futuro. También este último verso puede interpretarse de dos maneras, aunque el sentido vienne a ser el mismo: P. David traduce: «il voit déja sa main cueillir à Seville la palme de la victoire» que equivale a esta traducción literal: «la mano del rey ha de ir a la palma de Sevilla», tomada la «palma» por la victoria y la conquista; mas también pudiera traducirse: «Sevilla ha de venir a la palma de la mano del rey». Todo depende de tomar *Hyspalis* por nominativo y *manus* por genitivo o viceversa, como es posible.

Todo, pues, en estas composiciones viene a ser eco y reflejo en Compostela y su apostólica basílica de las cosas de Portugal.

(7) *Bulletin cit.*, pp. 182-84.

Le problème de la revision de la méthode des recherches sur la philosophie du moyen âge

Por Jan Legowicz

On pourrait se recontrer avec l'avis du connaisseur du problème que la mise du problème de la méthode sur la philosophie du moyen âge c'est de l'anachronisme. Cependant ce qui est étonnant c'est le fait que souvent même un connaisseur et érudit de ce domaine est impuissant devant le fait que les problèmes concernant le moyen âge et les études de cette période éveillent une sorte d'indulgente comprehension, montrée de la part des personnes aux quelles tout ce qui est moyen âge — et entre autres la philosophie de ce temps — semble être quelque chose qu'on peut tolérer comme on tolérer un collectionneur mais qui pourtant existe déjà loin de la réalite actuelle et de tous les problèmes contemporains. Il est difficile de répondre pourquoi c'est ainsi. C'est probablement grâce à cause au nombre restreint des personnes auxquelles la philosophie du moyen âge est connue du côté de l'homme qui en profite dans la vie. Quoi qu'on s'occupait de la philosophie au moyen âge afin de rechercher «la sagesse des affaires divines et humaines» toutefois il semble jusqu'à maintenant que les savants de cette science l'analisaient très soigneusement et la montraient uniquement du côté, d'ailleurs très substentiels pour cette période — des «affaires humaines». C'est là sans doute une des principales causes de l'extinction de plus profonds ontérêts sur l'idée de la philosophie du moyen âge. C'est aussi qu'on pourrait motiver la question concernant la raison et la correction historique des méthodes employées dans les études précédentes sur la philosophie du moyen âge.

Puisqu'on parle de la méthode il faut comprendre là-dessous l'ensemble des initiatives ressortant d'une attitude définie de l'investigateur s'occupant des poursuites philosophiques du moyen âge, qui rôde parmi les vieux parchemins qui sentent le relent, pas seulement en tant que con-

servateur mais aussi pour montrer que ce qui fut consolidé là-dessus c'est bien l'histoire des plusieurs siècles de l'homme refléchissant et agissant, le l'homme créateur des monuments de culture sans lesquels il serait difficile aujourd'hui de se faire une idée de l'existance et l'histoire de la culture occidentale et de civilisation; de l'homme dont la manière et le genre de la pensée philosophique se manifestait dans des lettres, soit dans le cachet en cire, dans la rosette de Notre Dame, soit sur la colonne à Naumburg, dans l'armure chevaleresque, le colback et l'ancienne bottine, dans une salle voûtue, soit dans les fortifications de la ville, dans le poème, le mystère soit dans les légendes mystiques — dans tout ce qui fut dans l'existance concrète précédé d'une généralisation et d'appel au principe défini et approuvé par l'homme d'autrefois dans tout les objets dont il se servait et parmi lesquels il vivait. Même il ne faut pas être philosophe, il suffit d'être un simple spectateur, dont on voit des centaines tous les jours devant le portail de la Cathédrale parisienne pour ressentir que dans ces pierres ont été enfermés les corpus de côde des principes théorétiques, généralisations et régularités, qui dirigeaient l'homme du moyen âge et animaient son activité. Il semble que la question d'un fonctionnement humain dans la philosophie du moyen âge fut en général omise dans les précédentes études, qu'on comprenait et présentait cette philosophie souvent sous des aspects d'un point de vue choisi. On s'arretait souvent sur les contractions doxographiques sans faire aucun effort pour expliquer la vraie signification de la «scolastique» du moyen âge. Et pourtant si on admet la continuation du développement qui objectivement existera même au cas où «avant et après» n'y aura qu'un pas à faire, serait-il possible de s'imaginer et comprendre que sans le précédent mouvement philosophique du moyen âge pourrait naître une philosophie nommée, non pas par hasard, contemporaine?

Il ressort qu'il manquait quelque chose dans la méthode — et peut-être non seulement dans la méthode — des études menées sur la philosophie du moyen âge. Ce manque pouvait être parfois la cause d'une critique contre l'histoire et souvent même contre l'humanité. Tout ce que je cite plus haut explique également l'indifférence même parfois le dédain et jusque maintenant sous-estimation de la culture philosophique de l'homme d'autrefois, lequel pourtant, malgré les apparences du détachement de la nature et de la réalité terrestre, semblait si profondément sentir intélectuellement, il la transiformait si individuellement au point de vue de l'industrie manufacturière et créait l'histoire qu'il est difficile de ne pas l'appeller l'histoire de l'homme.

Afin d'être à même de montrer la réelle et entière image de l'histoire de l'homme et de son développement intéllectuel il est indispensable de montrer la vérité historique des différentes étapes de la conquête de l'homme lui-même. Cela exige un autre coup d'oeil plus conforme avec la réalité sur l'homme, auteur exclu des histoires de la naissance de l'homme, auteur exclu des histoires de la naissance de l'homme lui-même. Par conséquent la révision de la méthode précédente sur la philosophie du moyen âge ne signifiera qu'un nouvel effort pour conquérir la vérité de ces temps et démontrer le rôle de cette vérité dans le développement de la philosophie des siècles suivants. Ce problème pourrait concerner un grand nombre des différentes questions dont trois semblent être le plus importantes: 1) le problème de conditions de la pensée philosophique largement comprises; 2) la question de l'historisme dans les études entreprises à ce sujet; 3) la question de l'activité philosophique dans la vie de l'homme du moyen âge.

Il est difficile d'indiquer ici les règles suffisamment approfondies de la procédure de l'étude, néanmoins la mise même et la création de ce problème peut augmenter l'intérêt aux recherches effectuées par le penseur du moyen âge et par quel moyen frayait-il le chemin à la dite philosophie, dont la base devait être la connaissance objective et fondée sur elle, la science.

1. *Les stipulations de la philosophie du moyen âge.*

Il serait préférable de commencer par poser la question sur la régularité des stipulations de la philosophie du moyen âge: comment et dans quelle mesure le développement de la philosophie du moyen âge se lie au point de vue historique avec le développement social et politique du système féodal séculier et ecclésiastique, ainsi que jusqu'à quel point le dit système renferme d'une part la philosophie du moyen âge et d'autre part dans quelle sphère d'activité fût l'influence de la philosophie. Il est probable qu'il ressortira qu'il serait important au point de vue historique de ne rapporter doxographiquement comme l'ont fait Eriugene envers Pseudo-Aéropagite, Bonaventure à Saint Augustin ou Thomas d'Aquin à Arytote, que d'examiner plutôt en large perspective historique les besoins vitaux intéllectuels, scientifiques sociaux et politiques et probablement en grande partie mondains, ecclésiastiques et culturelles dans le système féodal — par quoi fut dictée cette rélation, que voulait-on obtenir, de quelle manière et que prenait-on du passé pour l'actualité précedente

théorétique et pratique de cette époque. Il ne s'agit pas aujourd'hui d'examiner au point de vue doxographique comment se présentent les points de vue de «contre-dialectique»: Gerard de Czanad soit Manegolda de Lautenbach, il serait précieux de découvrir quelles furent les causes d'extérieur comment et pourquoi Lafrank ou Bernard de Clairvaux luttait avec la dialectique. Le problème du rôle social et idéologique de l'appui féodal dans la formation des idées philosophiques, spécialement fort et d'une manière caractéristique attire l'attention dans la mentalité du XIII siècle à la tête de la quelle se mirent les Franciscains et les Dominicains. Par conséquent: comment la société féodale s'il peut y être question d'une telle, formait sa propre philosophie?

Comme condition de l'estimation de la structure de la pensé philosophique du moyen âge devrait il me semble être l'obtention de la possibilité d'indiquer chaque fois les régularités du développement qui en ce moment indiquent la spécification de ses propres dépendances dans chaque cas concrèt. Celles-ci dans l'histoire du moyen âge se différent clairement de la société féodale dans l'Europe occidentale et centrale et ce qui en résulte augmentent la force des bourgeois qui dès le début de son émancipation agit de sa propre manière sur les intérêts intellectuels de l'homme de ce temps et commence lentement à décider du sujet et de la sphère d'activité des recherches. Il faut ajouter que ce procès outre sa générale régularité d'augmentation de la nouvelle discrimination sociale, aura dans chaque pays d'Europe un autre aspect. Par conséquent il peut en résulter qu'il ne sera pas juste de s'occuper de la philosophie du moyen âge du côté de sa générale problématique, liée avec la société et le développement intéllectuel du féodalisme européen en général, parce que même la même problématique peut se présenter tout différemment si on l'observe en tenant compte de la spécification de différents pays d'Europe où à cette époque-là elle était pratiquée. Cela nous oblige de poser la question si le préripathétisme dialectique italien du IX siècle fut soumis du point de vue historique auy mêmes régularités que le nominalisme français du X et XI siècle ou le conceptualisme de Ockham, lequel souvent est comparé sans critique avec Abelard et si réelement la réception d'aristotelisme au XII siècle fut conditionnée par les mêmes circonstances historiques que le receptivisme théologique de Stagiryte ches Thomas d'Aquin soit chez Jean Duns Scotus. Si nous jettons un coup d'oeil sur ce problème en tout que fonction de différents non seulement théologiques conditions qui ne se différent entre elles, il est possible qu'il puisse ressortir le problème de diverses régularités qui soient enfoncées même génétiquement dans l'identité simulée

théologique de la problématique philosophique d'autrefois. Et alors il se peut qu'il y a la nécessité d'examiner comment les dites différentes régularités «pensaient» et «philosophaient» dans l'homme du moyen âge contribuant à la création d'une spécifique et pour cette période multiple et différente philosophie.

Quelles seraient les régularités et les droits qui pourraient régulariser le travail intéllectuel et avoir influence sur l'action, le caractère et les résultats des recherches philosophiques au moyen âge? On pourrait admettre qu'au point de vue doxographique la «contemporanéité» philosophique vasillait essentiellement et méthodologiquement entre la réception d'idée d'ancien monde, et la préparation de nouvelles idées de siècles suivants. Mais au fond cette «contemporanéité» travaillait sur la base d'exigeances et de normes indiquées par les buts théorétiques et partiques ainsi que par les devoirs fixés dans cette période pour l'homme et sa vie par le système et l'opposition. Il en résulte qu'on a l'impression d'une double influence qui poussait le flot doxographique actuel du moyen âge. D'une part on le dirigeait de façon qu'il ne s'éloigne pas des besoins du système féodal et en même temps, d'autre part, toute sa théorie le poussait vers la direction contraire à cette dans laquelle on la tenait indirectement soit directement. Prenant en considération toutes ces circonstances il serait désirable de connaître cette spécification du développement des régularités dirigeant entre autres la pensée philosophique du moyen âge, qui a empêchée le développement de différentes disciplines détaillées et qu'on s'est arrêté à cultiver plutôt des théories philosophiques spéculatives. Cela peut nous éclaircir d'autres problèmes liés avec celui-ci, pourquoi pour le philosophe du moyen âge la motion correcte ressortait non seulement de prémisses logiques mais d'après le raisonnement philosophique cette motion impliquait en même temps l'existance réelle du contenu. Ce système pour ainsi dire déjà d'avance et même indépendamment de la spécification des méthodes postulées dans la théologie, empêchait que le raisonnement formel soit obligatoire et par conséquent anéantissait l'importance et le rôle de l'expérience au profit d'une pure déduction spéculative.

Examinant le système de philosophie d'autrefois, dont le mieux connue aujourd'hui est la philosophie théologique, il n'est pas difficile d'appercevoir que peu à peu disparaissaient les recherches individuelles et tout ce qui restait en rapport avec les intérêts théologiques fut affermi. Dans ces conditions la science et la philosophie se reduisaient à la prise de la vie intéllectuelle dans des formes plus sévères de réligion qui par des différents moyens peut parfois amener au sermonisme correct formel. Par ce

moyen en rapport au procès de philosopher au moyen âge on pourrait présenter le deuxième problème, extrêmement ample en ce qui concerne son influence sur l'étendu de la régularité crée par l'institutionalisme idéal du côté de très différentes organisations autrefois actives. De quelle manière ces régularités décidaient du contenu, de la qualité ainsi que du caractère du sujet de la pensée philosophique? Quelles fûrent leurs reflets dans sa méthode ainsi que dans l'emploi dans des différentes périodes du moyen âge? Voulant examiner chaque direction philosophique et chaque école philosophique active d'autrefois, il faut répondre aux questions citées plus haut.

2. *Le problème de l'historisme dans les examens sur la philosophie du moyen âge.*

Il faudrait avant tout présenter et reconstruire la réalité philosophique d'autrefois. Par conséquent on doit éliminer d'une part la négation de la philosophie du moyen âge et le traitement comme archivale et indifférente pour la contemporanéité, et d'autre part, de l'étroite affirmation laquelle désirerait révoquer la contemporaneité et l'enfermer dans la problématique des oeuvres de nouveaux docteurs du moyen âge. Il semble que cette position exigerait la réalisation d'au moins quatre postulats méthodologiques: l'élimination de la tendence; coup d'oeil analitique sur les faits principaux même si parfois il faudrait laisser de côté beaucoup de matériel intéressant mais pas essentiel; distinction et estimation des éléments hors d'histoire lesquels pourraient éventuellement être pris en considération dans la discussion sur la philosophie du moyen âge; et enfin l'étude de la question d'une interprétation historique exacte.

Ces postulats n'ont pas pour but la deprétiation des études menées jusqu'à présent sur l'histoire de la philosophie du moyen âge ni la négation de la valeur des ces études. Chaque méthode employée jusqu'à présent possède ses bons et ses mauvais côtés, ses obtentions et ses bronchements et la révision proposée plus haut ne découvre rien — sauf les postulats — de nouveau ou découvre très peu. En discutant du travail effectué jusqu'à présent il faut prendre en considération le nouvel aspect du problème. La science avance et présente non pas seulement des nouveaux méthodes auxquelles elle doit ces nouveaux résultats. Il me semble qu'il serait désirable de profiter des dites méthodes dans les études sur l'histoire de la philosophie du moyen âge. Quels en seront les résultats, les découvertes, une meilleure connaissance de la pensée philosophique du moyen âge — les

études et les motions basées sur les faits et de nouvelles données nous les montreront. Il est possible qu'employant la nouvelle conception méthodologique on gagnera des nouvelles idées pour les méthodes d'examens employées juqu'à présent dans ce domaine et leurs postulats seront plus comprehensibles et plus claires en ce qui concerne la genèse de la formation et du développement des différentes tendences philosophiques au moyen âge. Il me semble que dans ces conditions il faudrait prendre en considération les dits postulats.

Comme principe — en premier lieu — la tolérence invistigatrice. Il faudrait prendre comme principe la conviction que les études sur la philosophie du moyen âge ne peuvent être le domaine exclu que de la science. Elles ne peuvent pas être la propriété «du cercle étroit» menées sans contrainte et avec une indépendance responsable, ne seront déjà dès le début négatives ni si étroitement critiques qu'il puisse en ressortir à «chaque prix» l'image sombre et aujourd'hui presque incomprehensible de la pensée philosophique du moyen âge. La tolérance et la liberté scientifique doivent être entières et doivent se débarasser de l'appui tel qu'il soit. Justement en égard sur le caractère de la philosophie de cette époque, sur les multiples préventions en égard aux essaies, non fondés au point de vue historique de prise sous la protection comme propriété déterminé unique, prenant sous l'attention la nécessité de découvrir la vérité historique relativement à l'importance, le rôle et les tâches de la philosophie du moyen âge et tant qu'un des liens intégraux dans le développement de la philosophie en général et de la philosophie européenne en particulier — l'indépendance possède ici une signification principale. Autrement dit, le postulat de tolérance et de liberté à ce qu'un historien de la philosophie du moyen âge soit il admet l'unité et la continuité du développement intéllectuel de l'homme — s'en servira de ce principe objectivement et historiquement pour ses propres recherches, soit il niera ce principe méthodologiquement directement ou indirectement et se trouvera non pas du côté de la vérité mais aux services d'autres latéraux et hors des éléments nuisibles à la science.

Voulant examiner ce genre des événements et les interpreter sans contrainte, il faut travailler avec complète tolérance intéllectuelle, il faut être indépendant et au moins se déliberer méthodologiquement de tout ce qui peut altérer la vérité historique. Alors le même problème de «mise en service de la philosophie» au moyen âge — si on regarde sur la totalité des faits analitiquement qui ont stipulé ce fait — se présentera sous un tout autre aspect chez Pierre Damiani, sous encore un tout à fait diffé-

rent chez Abelard, Thomas d'Aquin ou Jean Duns Scotus. Il faut seulement être d'accord que ces faits proviennent en général d'autres plus éloquentes sources spacieuses dans le temps et dans la conscience que les paroles de l'auteur objectivement prises de son oeuvre.

Un autre problème qui possède sa propre spécification et joue un rôle dans les études sur la philosophie du moyen âge c'est une poursuite permanente et conséquente jusqu'à la complète, si possible exclusion de l'usage des éléments hors d'histoire. Les dits éléments ce sont les principes incomplets qu'on voudrait déduire et retrouver outre les données historiques; la résignation de la découverte dans cette époque, réelles possibilités d'une telle ou une autre manière de philosophier; omission au point de vue l'homme concrèt, lequel au moyen âge n'avait pas besoin d'une philosophie générale mais d'une philosophie que ressortait de sa vie et qui devait lui servir dans cette vie; l'amission de l'homme qui s'occupait dans ce temps de la philosophie ainsi que l'omission de la question qui et pourquoi voulut avoir le droit unique de s'occuper de la philosophie, comment peut-on s'expliquer le manque d'intérêt pour les dits problèmes? Est-ce peut-être ainsi parce qu'on ne désire voir «la pure science» et on n'a aucun désir de savoir quel fût de rôle de cette «pure science» dans l'histoire? Et pourtant ces problèmes vivent et leur histoire possède une très profonde éloquence. Il serait désirable de revenir parfois au moyen âge.

Quand on discute les problèmes d'un seul côté on voit au premier plan le problème d'identification de la philosophie avec la science en général au moyen âge. Une pareille identification existait sans doute dans l'antiquité. On oublie pourtant que déjà quand fût formé le centre de science d'Alexandrie on créa au moins en théorie, la question de séparer la philosophie d'autre branches scientifiques détaillées dont l'influence d'Aristote a joué un grand rôle. Dans le temps de l'affermissement de la philosophie gnostique avec le néoplatonisme et le christianisme en tête. un medecin soit un astronome cessait souvent d'être philosophie et devenait quelqu'un qui commençai d'étudier une sicence ou une spécialité détaillée et exclusе de l'ensemble des études méthaphisiques.

L'attention sur ce fait fût attirée par les encyclopédistes du XVIII siècle. Et qu'est-ce qu'a fait le moyen âge? A-t-il avancé ou reculé au pansophisme helenien primitif de temps d'avant Alexandrie? On attend une réponse à cette question. Néanmoins il serait important d'attirer l'attention sur le fait du partage, sur les sciences «libérales» et les disciplines «non libérales», nommées en général «de service». La question de cette «servitude» n'est pas suffisamment elairée. L'explication de cette question

dépend en grande partie d'une nouvelle determination ce qu'on comprenait sous le nom «arts libéraux» e si cette libération fut totalement en service de la philosophie. Si au lieu de deux il faudra ademttre trois partages et que la philosophie prendra la place moyenne n'étant dans l'esprit du moyen âge ni complète discipline libérale, ni même une science de service — que deviendrait la philosophie?

Une telle mise de question introduira bien sûr certaines différences principales entre la philosophie des différentes périodes dans l'antiquité, et comment on la comprenait au moyen âge. Dans le moyen âge on laissait les sciences de service aux classes que s'occupaient de la production manuelle, par contre le droit à la production intéllectuelle renfermant surtout la métaphisique — une branche spéciale de la philosophie, et la théologie fut pour la classe qui gouvernait. Est-il possible que dans ces conditions les disciplines considérées comme «de service» pouvaient dans un sens ou un autre être rapprochées à la philosophie? Peuton parler de la substruction de la philosophie par l'érudition pratique du IX au XIV siècle? Il me semble que c'est plutôt le moyen âge qui a fait avancé au moins en ce qui concerne la préparation de l'emancipation, les sciences détaillées puisque la médecine, la pharmacie, l'agriculture comme on disait autrefois l'alchimie liée avec la magie, l'histoire et la science juridique avient en général un caractère remarquablement utile et pratique et non épistémologique. Il ressort des différentes informations que dans certaines périodes du moyen âge on profitait dans la philosophie des disciplines de service et, théoretiquement on les subordonnait à la théologie. La philosophie servait également à la théologie. Tout cela exige des nouvelles recherches étymologiques, car il ressort que tout le problème de la classification des sciences au moyen âge se développait par petites étapes, qu'on ne peut expliquer uniquement sur la base d'une analise spéculative de notions de la philosophie et de la théologie. Il faut historiquement examiner et analiser les notions de la science, de la philosophie et de la théologie avec un matériel concret, selon les frictions et les conflits sociaux de trois classes qui dècidaient de la libération soit de la contradiction de la pensée philosophique du moyen âge et preparaient en même temps une conception moderne de la science et de la philosophie.

Le troisième problème important pour le chercheur de la philosophie du moyen âge est la question concernant les différentes possibilités d'employer la philosophie autrefois. Voyons comment ces possibilitès s'ébauchaient en Italie au IX siècle, surtout dans les tendances de l'école à Salerno; jusqu'à quel point furent-elles soit restraintes, soit élargies dans des

différentes écoles et enfin est-ce que la pratique d'une telle ou une autre problématique philosophique fut dans la sphère d'activité de l'indépendance du penseur ou du philosophe individuel? Il nous manque jusqu'à aujourd'hui d'explication de la gènese de différent éléments de la problématique philosophique d'autrefois, la réponse à la question comment et pourquoi choisissait-on plutôt les problèmes d'avance et spécialement composés au lieu de ceux qui pourraient intéresser le chercheur. Il est possible que cette procédure fût la conséquence de certains besoins historiques ou sociaux pour lesquels on cherchait la réponse laissant de côté tous les autres problèmes. Pourquoi parmi les autres possibilités de philosopher on préferait, par exemple, à Salerno la dialectique et pourquoi la dispute concernant les universaux durait si longtemps, si différament présentée par Rosceline, Abelard, Anselme et Ockham? Est-ce que Bernard de Clairvaux luttant contre le rationalisme n'avait pour but que la mystique et Thomas d'Aquin n'écrivait que pour la pure science ses commentaires dans la Physique et Métaphysique de Stagirite?

Quelle influence sur chaque fragment de l'histoire avaient les individualités éminantes et quelles fûrent les possibilités qui s'ouvraient devant elle? Il arrivait souvent que dans le même couvent s'assaient des gens dont les problèmes et les aspirations intéllectuelles étaient radicalement différents et malgré cela la même autorité doctrinale les gouvernait et indiquait les limites de possibilités de pensée indépendante.

Voila une contradiction ainsi qu'une conformité spéciale entre la nécessité d'exigeances de l'autorité et une certaine liberté d'une individualité intéllectuelle, dont le fruit fût un étroit et, en même temps paradoxement large rigorisme méthodique qui ne se fût remarquer ni avant ni après qui caractérisait la philosophie du moyen âge. Les divers centres des Dominicains et des Franciscains de ce temps peuvent fournir du matériel après l'examen du quel et d'une seconde analise historique de celui-ci il ressortirait que le cours philosophique d'autrefois se développait et montrait les besoins de vie et lui convenait dans souvent très concrète et charché de conséquence pratique. Malgré tous les suppositions il ressortirerait en quelles relations la possibilité liait la philosophie avec les besoins de l'homme d'autrefois.

Est-ce que ce contexte ne jettera une autre lumière sur le caractère d'intérêt des sciences phisiques chez un grand nombre des personnes et des ecclésiastiques, qui se font montrer assez systématiquement dans des différentes périodes et disparaîssent dans d'autres? En connection avec le problème de lutte de l'aristotélisme et la reception d'aristotelisme au

XIII siècle — il ressort une très importante question historique: comment arrive-t-il que Thomas d'Aquin se contente de la phisique d'Aristote spéculative et déductive seulement, pendant qu'encore son maître cherchant une voie au péripathétisme trouva nécessaire et même indispensable intéressement d'une très détaillée presque expérimentale problématique de la science naturelle? Si on examinerait les direction des efforts choisis par Albert et les devoirs à remplir par Thomas, peut-être pourrait-on expliquer ce qu'au point de vue historique et social stipulait les préocupations et les buts chez l'un et les recherches méthaphisiques chez l'autre. Voila pourquoi par égard à l'homme qui nécéssite la philosophie, le problème d'une philosophie outre l'église, au moyen âge exige des nouvelles et précises recherches de source. Sans des telles recherches les nombreux oeuvres concernant l'histoire de la philosophie du moyen âge peuvent être incomprehensibles au point de vue historique et même fautivement appréciés et contre l'histoire.

Un autre problème surtout important au point de vue historique et social, c'est le retour de la science naturelle à la philosophie à la fin du XII siècle. Par conséquent il faudrait continuer les recherches afin d'apprendre quel rôle ont joué les influences arabes et juives et quel rôle ont-elles accomplir envers les conditions sociales et les besoins des communes municipales du XII siècle. Il est probable que du point de vue des intérêts politiques et confessionnels il serait préférable se mettre d'accord et approuver les liaisons théorétiques et les influences de la théosophie philosophique arabo-juives, que constater objectivement la force des postulats scientifiques des radicaux dialects et naturalistes d'Arystoteles. Seulement après la solution de ce problème sera-t-il possible de présenter et estimer le seul dans ce genre mouvement intéllectuel du XIII siècle dont Witelo et Roger Bacon restront toujours comme symbole, pour le moyen âge, d'une scientifique probité concernant l'obtention de l'indépendance de la philosophie et Thomas d'Aquin la personnification du métaphisique et dogmatique rationalisme. Par conséquent on cessera de présenter Wilhelm Ockham uniquement comme antagoniste de Thomas d'Aquin, soit Jean Duns Scotus, et retrouvera en lui un penseur qui rejettant tout le réalisme scholastique hipostasé et raisonné, amorcera une nouvelle époque philosophique du rationalisme contemporain.

Il existe dans les oeuvres monographiques aussi bien que dans les conceptions de contribution et d'enregistrement, surtout dans la domaine de la doxographie philosophique du moyen âge, quelque chose qu'on pourrait nommer généralement «connivence du schema fixé». Il s'agit ici

d'empoli assez strictement respecté de la structure ébauchée laquelle à son tour est remplie d'un contenu doctrinal convenablement choisi du penseur en question. Connaissant une telle structure doxographique du problème on peut ensuite conformément ou inconformément avec l'histoire, analogiquement si non identiquement élaborer pour ne pas dire «préparer» Jean Scotus, Eriugene et Thomas d'Aquin, Abelard et Jean Duns Scotus ou Ockham, Anselme de Canterbury, Bernard de Clairvaux ou Bonaventure, Dawid de Dinant et Alexandre de Hales; auprès de ceci on peut composer un genre de «conciliationes» doxographique et créer au moins les apparences qu'au fond dans la philosophie du moyen âge existe une seule ligne ertodoxement philosophique laquelle par hasard seulement rencontre des obstacles et des enrayages sous la forme des directions acceptées d'un seul côté comme démoralisées et fausses. Au fond de cette méthode se trouve un principe secrét indiquant que dans la philosophie même on peut discuter de l'hérésie soit de l'aposthésie, de l'ortodoxie doctrinalement dogmatisée. Par conséquent il n'y a rien d'étonnant qu'en résultat d'une telle attitude méthodologique les recherches sur la philosophie du moyen âge sauf les travaux d'érudition de source, au point de vue du problème, restent en général statiques, donnant les réponses selon des thèses établies d'avance comprenant approximativement des résolutions préparées sans montrer historiquement l'aspect évolutionnaire de la pensée philosophique de cette période.

Voila le nombre de problèmes qu'il faudrait de nouveau historiquement examiner avant qu'on entreprenne une évaluation substantive de la pensée philosophique du moyen âge du point de vue méthodologique et scientifique. La tendance empêchait par conséquent, on ne pouvait en revenir sous des nouvelles formes. Il y manquait un nombre suffisant do matériel typique pour dégager des conclusions historiquement exactes. Par suite il faut retirer les postulats afin de soumettre à la revision le choix et l'opinion des faits et de tels événements de la philosophie du moyen âge qui permettraient de le faire connaître, non seulement dans les cadres étroites des tendances théologiques mais aussi dans la continuité du développement de la philosophie du moyen âge comme une des liaisons entre la philosophie antique et les temps ultérieurs.

Les éléments hors d'histoire imposent aux recherches dans ce domaine une prudance particulière. Enfin encore la question fondamentale c'est l'interprétation problématique de la philosophie du moyen âge et la libération des schémas dogmatiques. Tout est possible à atteindre en rompant avec la statisque scrutatrice, ce qui sera possible seulement en cas où vou-

dra et pourra appercevoir le rôle historique de la philosophie dans la vie de l'homme du moyen âge.

3. Le rôle de la philosophie dans la vie de l'homme du moyen âge.

Le problème de la fonction sociale de la philosophie du moyen âge et la question de le prendre en considération dans des recherches sur l'intéllectualité philosophique, se lie historiquement avec la conception de l'homme du moyen âge en général. On voit tout spécialement dans cette conception quelque chose qui ressemble à la contradiction entre la compréhension statique de l'homme en théorie et son dynamisme fonctionnel en pratique historique et social. Est-il possible qu'au fond de ce conflit se trouve l'opinion de l'unité humaine ainsi que de la société et si en conséquence ce problème pourrait rester sans influence sur l'antropologie philosophique de cette époque formulée naturaliste et théologique? Il est difficile de citer ici toutes les définitions de l'homme, élaborées au moyen âge, mais le fait qu'autrefois déjà existait une définition de l'homme n'a pas besoin d'explications. Aussi bien dans l'augustinisme platonicien que dans l'augustinisme influencé par aristotélisme de Thomas d'Aquin on a défini l'homme comme une personne, comme quelque chose autonome au-dessus de l'individu; on a détaché de lui son appartenance individuellement terrestre de l'appartenance personnelle divine, et en même temps on a soumis la première à la deuxième et ce qui est le plus important on a hipostasé et immobilisé l'idée de l'individualité et on a crée dans l'unité de l'homme quelque chose qui ne lui appartenait plus; Dieu seul et son représentant sur la terre avait droit à lui. Et voila la question: est-ce qu'un tel homme justement formé à la mode du système féodal avec l'emploi de tous les moyens possibles, élaborait également de son côté la philosophie, la science du monde et de soi-même en sens suivant la science largement comprise, laquelle devait déjà au fond de ses principes tomber dans le conflit avec l'homme de ces temps?

Prétendre que la philosophie du moyen âge était seulement une spéculation détachée de la réalité et ne pas remarquer ses fonctions historiques et sociales — c'est ne pas la connaître. Par conséquence il est indispensable d'étudier méthodiquement la problématique de la philosophie du moyen âge du côté des fonctions très détaillées, lesquelles devaient être accomplies dans chaque période de l'èxistance humaine d'autrefois. C'était une lutte philosophique dont l'objet fût l'homme lui-même et dans laquelle

jamais plus avant et peut-être également après on n'a pas enfermé tant de potential d'esprit que dans de moyen âge. Quand on parle d'études sur les problemes nouvaux, il ne faut pas oublier les matériaux dont s'en sert aujourd'hui l'historien de la philosophie du moyen âge. Il faut avouer qu'elles soient insuffisantes. Par conséquent il ne suffit seulement de développer les méthodes. Il faut renouveller et continuer à chercher des manuscrits et des matériaux souvent oubliés. C'est uniquement d'après ceux-ci qu'on pourra confirmer la justesse des postulats méthodologiques cités dans cet article. Nous sommes encore loin de la résolution des problèmes mentionnés, mais une grande partie des matériaux qu'on retrouve confirme que les ennemis de la philosophie du moyen âge retiraient des très fausses idées et que les recherches effectuées jusqu'à présent exigent des principaux compléments, des explications et des nouvelles formes de présentation. Ayant des matériaux de source plus complets, et en appliquant des méthodes de recherches scientifiques aussi détaillées que possible, on pourra songer à élaborer conformément à la vérité historique l'image de la philosophie du moyen âge et montrer le rôle qu'elle devait jouer dans le développement d'intellectualité du moyen âge et peut-être contemporaine.

La revision — ce n'est donc pas la négation ni la présentation des solutions déjà préparées — c'est le postulat qui devrait servir aux réflexions d'un médiaviste contemporain.

A sereia na Idade Média

Fernando de Castro Pires de Lima

Muito se tem discutido a origem do nome das sereias, de quem são filhas, como apareceram e onde nasceram.

A palavra sereia, tem várias interpretações. Uns dizem que ela deriva do grego e quer dizer «cadeia», outros que ela é de origem fenícia e quer dizer «canto». Tanto uma como outra completam-se. Não vale a pena citar as inúmeras hipóteses sobre a origem de tão aliciante palavra. Mas não resisto a transcrever a opinião de D. Gaspar de Leão que declara que «serena é vocábulo grego e quer dizer atracção e provocação». Seja como for a sereia «provoca e atrai» com o seu «canto» e «prende» para sempre o homem que surge no seu caminho. Suponho ter sido Apolónio quem melhor localizou o sítio onde inicialmente apareceram: «era numa linda ilha coberta de flores, muito alta, donde podessem ver bem os navios que sulcavam as ondas do mar. Era de aí que elas encantavam os marinheiros com a sua voz aveludada e doce.

Que ilha seria esta? Onde ficaria?

Georges Kastner declara: «quanto à situação da ilha das Sereias, reina uma grande confusão entre antigos historiadores e geógrafos. É na verdade um lugar que é muito difícil de situar».

No entanto Georges Kastner cita sucessivamente as diferentes hipóteses que os antigos nos legaram. Homero e mais alguns referem uma só ilha ou um só rochedo, ao contrário de outros que garantem serem três as ilhas habitadas pelas sereias.

Aristóteles escreve o seguinte: «diz-se que as ilhas Sirenaicas se encontram na Itália, na extremidade do estreito situado num lugar saliente com muitas baías, envolvendo Cumes e formando o limite da Posidónia. É ali também que está situado o templo das Sereias, e que os habitantes lhes oferecem inúmeros sacrifícios. Estrabão fala de três ilhas desertas

e rochosas, que se encontram junto do promontório de Minerva, hoje *punta della Campanella*, É por essa razão, sem dúvida, diz Jorge Kastner, que Estrabão informa ser este promontório o «promontório das Sereias». Plínio coloca as sereias no próprio promontório de Minerva. Estrabão fala também dum promontório das «Sereias» no golfo de Posidónia e que está situado em frente da ilha de Leucosia (hoje Piana).

No entanto, tenho para mim, que a Ilha das Sereias é a Ilha de Capri. Fui visitá-la não como simples turista, mas como peregrino e verificar, se ali teria sido, na realidade, o lugar onde elas tentaram Ulisses e os seus companheiros. Não há dúvida que a paisagem, a cor e a doçura do clima correspondem perfeitamente à descrição de Apolónio, ao falar duma bela ilha florida onde as sereias encantam com os seus doces cantares aqueles que por lá passam.

Nunca mais desapareceu dos meus olhos a impressão de deslumbramento que me provocou a majestosa baía de Nápoles que é duma extraordinária beleza.

É curiosa, e aceitável a comparação, que o escritor portuense Ricardo Guimarães, Visconde de Benalcanfor, fez num momento feliz: «para nós, acostumados à magnificência do Céu da Península e às perspectivas tão grandiosas quanto encantadoras do Tejo, a baía de Nápoles, aliás formosa, confunde-se com tantos desses painéis, que a cada instante nos fascinam à beira do nosso rio majestoso. Como lá, também aqui são de anil os nossos céus, de prata as águas dos nossos rios, de oiro os frutos dos nossos laranjais. Pelas encostas dos nossos vinhedos também se entrelaçam os pampanos como festões de Bacantes, e as vides se maridam com os olmos em consócios fecundos. Como lá, também se tingem de violeta os nossos arrebois, de púrpura os nossos crepúsculos e se perfumam de auras tépidas as nossas noites, em que um luar meigo inspira devaneios inocentes às almas poéticas e derramam filtros voluptuosos nas organizações ardentes».

O mar de Capri é idêntico ao mar de Nápoles. Em Capri, senti a mesma emoção que sentiu dezenas de anos antes o Visconde de Benalcanfor: «no plano mais distante destacam-se os rochedos da ilha Caprêa a banharem-se nas vagas de anil do mar Tirreno. Que contraste de luz e de sombras! Que colorido mágico!»

Essa magia domina os corações e embriaga os sentidos. Chamem a Capri, a ilha das cabras ou dos javalis, mas na realidade o seu verdadeiro nome deveria ser «Ilha das Sereias». Ainda hoje lá está o rochedo das Sereias, a chamar a atenção para um passado pleno de lenda e de poesia.

Foi ali, estou certo disso, nessas paragens paradisíacas que Ulisses e os seus homens foram solicitados por esses maravilhosos seres mitológicos, que cantavam e encantavam os destemidos navegadores. A mesma tentação domina os homens de hoje, mas esses já não receiam, nem acreditam nas excitantes mulheres do mar, que arrastavam voluptuosamente as caudas prateadas, rasgando caminhos de espuma no mar, ora sereno e azul duma manhã de verão, ora tempestuoso e fantasmagórico duma noite de inclemente invernia.

O perfume da lenha, ainda persiste a atestar um período da história, por mais que a humana criatura inglòriamente se materialize, abdicando tristemente dos direitos eternos do espírito. Se a tradição for esquecida, a história ficará apenas um repositório frio e tantas vezes incompleto e sem interesse. É preciso não se ignorar que a tradição é fonte de preciosos ensinamentos.

Pode-se aplicar às sereias, às fadas do mar, o que Axel Munthe disse a respeito dos «gnomos». O enamorado de Capri apesar de ter nascido num país do Norte, tinha a alma romântica e quente dum latino. Ouçamo-lo: «ainda há gnomos, mas escasseiam muito mais do que nos meus tempos de criança. Há quem diga não ter visto nunca um gnomo vivo. Lastimo sinceramente essa gente, pois deve ter a vista defeituosa ou os olhos cansados por ler em demasia».

A Ilha de Capri, tem defensores em vários escritores da antiguidade, como sendo a verdadeira Ilha das Sereias. Sérvio indica-a como a terra onde as sereias habitaram. Stace chama-lhe a rica Caprêa, e que ali viveu algum tempo perto dos rochedos famosos que recordavam as Sereias.

Tácito declara «que o clima de Capri, é suave no Inverno, porque está defendida da fúria dos ventos pelas altas montanhas que a cercam». Kastner comenta esta passagem para dizer que este lugar era o sítio ideal para se tornar a residência destes seres encantados chamados Sereias: «alegres bosques cheios de sombras, flores, rochas escarpadas e tudo ao pé de precipícios».

Beger declara perentòriamente: «a Ilha de Capri é a verdadeira habitação das Sereias, porque é ao mesmo tempo uma Ilha rochosa e florida. Foi este o sítio preferido pelo Imperador Tibério, que só o abandonou quando a morte o veio roubar a este mundo. Reza uma velha tradição que as Sereias após a passagem de Ulisses e Orfeu, se lançaram ao mar e foram transformadas em rochedos, que segundo alguns escritores teriam dado origem às Ilhas *Sirenaicas*.

Beger opõe-se a esta lenda: «é evidente que se os corpos das Sereias

se tivessem transformado nas Ilhas *Sirenaicas*, elas não teriam podido habitar anteriormente estas ilhas; é preciso pois, concluir que as sereias não viveram nas *Sirenaicas*, mas sim em Capri, situada em frente dessas ilhas».

Os autores diferem bastante uns dos outros. Hygin insiste no facto das sereias se terem transformado nas Ilhas Sirenaicas. E mais diz, que o sítio onde elas se atiraram ao mar se ficou a chamar Sireneida, o qual está localizado entre a Sicília e a Itália.

Outra tradição nega terem sido as sereias transformadas nesses rochedos. Por exemplo, Nápoles seria a cidade de Parténope em homenagem à sereia que tem este nome.

Estrabão informa: «Nápoles onde se pode ver o monumento de Parténope». Plínio diz: «Nápoles, chamada também Parténope devido a ter o túmulo de uma das Sereias». Esta tradição tem tal força que Augusto fez gravar a figura da Sereia Parténope entre as recompensas por ele concedidas à cidade de Nápoles.

Outras ilhas distantes, também tinham o nome de Sereias célebres, tais como Leucósia e Lígia.

Parece que as sereias viveram felizes até surgir Ulisses.

Kastner declara que «a topografia dum mito deve fatalmente prestar-se às mais variadas hipóteses, e ficar bastante confusa. Mas passando do domínio da ficção à realidade, reconhece-se que a fábula das Sereias foi imaginada para explicar sob uma forma poética os perigos que esperam os navegadores sobre os mares, ou melhor, num sentido filosófico, os perigos que o homem, neste mundo, encontra no seu caminho».

Sobre este assunto, ninguém falou nem escreveu melhor do que o moralista português D. Gaspar de Leão, no seu admirável livro «Desengano de Perdidos».

Aí diz o primeiro arcebispo de Goa que «as fábulas têm fundamento de alguma verdade: como esta de Ulisses, que tão mentirosa te parece, cuja verdade e história foi esta: ouve na costa de Itália três mulheres, e as primeiras que se lançaram no ofício, e ganho desonesto. Uma se chamava Parténope, outra Leucósia, outra Lígia, estas por serem de bom parecer, e mui meigas nas palavras e conversações, roubavam os navegantes, que por aquelas costas passavam: e na conversação destas mulheres erradas gastavam fazendas e navios: e elas eram tão ricas, que eram havidas por Deusas: porque então bastava qualquer eminência para terem o seu dono por Deus. Esta foi a história, sobre a qual fundaram os poetas a fábula, acrescentando algumas particularidades fora da história, mas

não alheias da significação e doutrina, que davam aos homens, e muito próprias às condições das mulheres desonestas. Chamam Sereias a estas mulheres, pelo atrevimento que fazem aos homens com a formosura, e palavras, e artifícios do ofício, com as quais, convidados os homens se perdiam: à qual perdição chamam naufrágio, por morarem elas na costa do mar. Querendo pois Homero louvar a Ulisses, e manifestar sua virtude, usou das palavras poéticas fundadas na verdade moral».

E mais abaixo, continuando a falar das sereias diz: «pintam nossos Gregos as Sereias, até o meio corpo lindas damas e donzelas nuas, e com muita arte seus cabelos derramados para trás: seu corpo e rosto mui branco, com um espelho na mão esquerda, e pente na mão direita, como dama que se está compondo. Da cinta para baixo as pintam como peixes, e pés de galinha, e asas, e as pintam no mar, e ordinàriamente em campos verdes, e das flores esmaltadas, e rodeadas de instrumentos de música diferentes, também os Gregos dizem a genealogia delas, que são filhas da Deusa Calíope, e companheiras de Proserpina, e que morreram de pesar, por não poderem matar Ulisses».

Depois de D. Gaspar de Leão declarar que escapando Ulisses, morreram as Sereias, explica: «os sábios deixaram aos homens debaixo de figuras e fingimentos, para os homens se apartarem dos vícios, e seguirem a carreira das virtudes. Pelo que na morte das Sereias, por não matarem a Ulisses, significam a destruição dos deleites carnais: e no livramento de Ulisses significam, em que modo hão-de ser mortos os vícios da morte, dos quais triunfa o varão sábio significado por Ulisses. Segundo a fábula, o que fez Ulisses, como já disse, passando pelos baixos, e perigos, onde as Sereias andavam, foi o seguinte: tapou as orelhas a todos os companheiros, que iam na galé, para que nada ouvissem do canto e melodia das Sereias: aos quais mandou que navegassem pelo canal direito, sem declinar aos baixos. Isto feito, mandou que o atassem bem atado, pés, mãos e corpo ao mastro da galé, e os ouvidos abertos para que podesse ouvir a música suave das Sereias, sem chegar a elas, nem a seus perigos. E desta maneira passando por meio delas escapou, e elas com paixão morreram».

D. Gaspar de Leão continua: «uns pintam as Sereias com pés de galinha e outros as pintam, acabando a parte de pescado com seu rabo».

Isto é, o grande moralista mostra a transformação que as sereias sofreram desde a mais remota antiguidade até à Idade Média. O santo Arcebispo não acredita na existência das sereias e di-lo categòricamente: «Sereias na verdade, como as fingem os poetas, e pintam os artistas, não houve no mundo».

No entanto, o mito das sereias persiste e continua a perturbar o homem. Ângelo de Gubernatis considera as sereias autênticas fadas, tal como já o nosso admirável Gil Vicente as tinha classificado: «fadas marinhas» e que nos Açores ainda actualmente as cognominam simplesmente de «Marinhas» segundo informa Teófilo Braga.

Gubernatis além de citar as diferentes origens declara: «terem nascido ou do sangue de Aqueloo morto por Hércules, ou de Aqueloo e de uma das Musas, ou ainda que foram em tempos remotos raparigas que por pretenderem ficar virgens Afrodite as teria transformado em sereias».

Gerhard ensina que: «as sereias, estas musas de canto enganador, que viveram numa ilha árida, foram concebidas por Aqueloo e por Estérope ou talvez por uma das Musas, Melpomene, a musa da corrente harmoniosa, ou por Terpsicore a musa da dança das ondas, ou ainda por Calíope, que quer dizer a bela voz».

Kastner diz e muito bem: «na arte antiga se representam as sereias sob a forma duma virgem nua ou vestida, com ou sem asas, ou como uma mulher com asas, patas e cauda de ave. Em época mais recente, as Sereias principiam a surgir com o aspecto de mulheres-peixes. Destas diferentes figuras atribuídas às célebres sedutoras, é a última que ficou mais popular, e é esta principalmente que foi aproveitada pela fantasia da Idade Média».

Dois episódios fundamentais demonstram a força de sedução das sereias. É o caso de Ulisses que consegue vencê-las à custa da sua prudência e dos conselhos de Circe, e o caso de Orfeu que conseguiu cantar mais alto servindo-se da lira e do seu admirável tom de voz, e assim conseguiu emudecê-las.

O mito das sereias propagou-se na Grécia devido a Homero. Como diz Kastner: «o carácter da Sereia clássica, é a faculdade de encantamento pelo canto ou pelos instrumentos, tanto para o bem como para o mal, pois possue uma forma singular onde se confundem a natureza humana e a natureza brutal».

Kastner continua: «quase todas as fadas da Idade Média podem ser consideradas como génios marinhos ou aquáticos. Estas estranhas aparições devem possìvelmente, a sua origem aos Celtas, que tinham uma grande veneração pelas mulheres, que as representavam admirâvelmente dotadas de graciosas formas, seres aos quais rendiam culto. Dos Celtas, passaram aos Germanos, que segundo o testamento da maior parte dos mitógrafos aumentaram a família já muito numerosa dos espíritos das águas».

Kastner considera «a Sereia, quer na mitologia clássica, quer na mitologia do Norte, como que personificando o encantamento musical sob duas formas distintas: o canto da Sereia clássica tem sobretudo a virtude de seduzir, de abraçar, e fascina como sono magnético. Instrumentos de sons suaves, e voluptuosos acompanham o canto. É pelo adormecimento que conduz o homem à morte». O canto da Sereia do Norte tem quase sempre outra característica. Convida à dança, ao movimento; provoca a perturbação da alma e dos sentidos; acompanha-se de instrumentos sonoros, cujo poder é irresistível. É pela acção levada até à vertigem que chega a precipitar no inferno o homem moribundo. Kastner cama ainda a atenção para outra diferença fundamental entre os mitos clássicos e os mitos da Escandinávia, da Gália e da Germânia, que dizem respeito ao assunto que estamos a tratar: nos primeiros o número de Sereias é limitado e trata-se de indivíduos perfeitamente distintos; enquanto que nas ficções do Norte, salvo algumas excepções, são populações inteiras de seres fabulosos que se apresentam. A imagem da Sereia antiga perde a sua nitidez no meio destes tipos tão diversos que lhe acrescentam traços novos e atributos estranhos.

Com efeito, na Antiguidade e na Idade Média, a Sereia personifica visìvelmente a influência mortífera que exerce a voluptuosidade sobre os sentidos ou sobre o espírito, e pelos quais é permitido ao homem triunfar, quer pela sabedoria das religiões pagãs, quer pela fé da era nova aberta pelo cristianismo. O mito das Sereias tem um incontestável valor simbólico».

O P.e Benito Feyjóo acreditava na existência de nereidas que distinguia das sereias. E assim diz que «dos tritões e nereidas há pouquíssimo que corrigir da fábula à verdade, tal como nos pintam os antigos poetas, ainda hoje se encontram nos mares». Para Feyjóo as nereidas são metade mulheres e metade peixes e as sereias metade mulheres e metade aves. E declara que «o facto mais plausível nessa matéria é o que se pode ler no «Dicionário Universal de Trevoux» que teria acontecido no ano de 1650, perto da ilha de Manar, na Costa Ocidental de Ceilão. Uns pescadores apanharam na rede duma só vez, sete homens marinhos e nove mulheres. Alguns jesuítas, entre eles o Padre Henrique Henriques, juntamente com Dimas Bosques de Valência, médico do Vice-Rei de Goa, foram testemunhas do facto. Não só a figura era inteiramente humana, mas também as partes interiores eram perfeitamente parecidas com as do homem, como se sabe pelo exame anatómico que fez o médico.

Mais adiante o Padre Feyjóo volta a referir-se ao mesmo caso: «o argumento tomado da uniformidade de configuração, que por si só é

muito importante, adquire ainda maior força desde que esteja conforme com a Anatomia, ou disposição das partes internas. E falar-se na dita conformidade entre os homens marinhos e terrestres, consta do exame anatómico que fez o Médico do Vice-Rei de Goa».

Esta informação do Padre Feyjóo, interessou-me vivamente. Garcia da Orta no seu famoso livro «Colóquios dos Simples e Drogas» refere-se à intervenção de Dimas Bosque, médico do Vice-Rei de Goa..

O Conde de Ficalho que comentou minuciosamente esta obra explica: «o Licenciado Dimas Bosque era espanhol, natural de Valência, e havia começado os seus estudos médicos numa das Universidades de Espanha, Salamanca, ou Alcalá, mas, em todo o caso completou-os na Universidade de Coimbra.

Foi para a Índia, segundo parece, no ano de 1558, acompanhando o Vice-Rei D. Constantino, irmão do Duque de Bragança.

Já na qualidade de médico particular da sua pessoa, como geralmente sucedia, exerceu ali as funções de físico-mór, intervindo especialmente nos negócios e assuntos da sua profissão».

Depois o Conde de Ficalho descreve a autópsia praticada por Dimas Bosque, que teria sido numa curiosa espécie de cetáceos chamada «dugongo», Halícore índicus, Cuvier.

E conclui o Conde de Ficalho: «como se vê, Dimas Bosque estudou muito antes de Buffon e Cuvier, e mesmo de mais antigos investigadores, por exemplo Camper, aqueles singulares cetáceos dos mares da Índia, próximos do «manatus» ou «peixe-mulher» da África».

Mais adiante diz: «os «dugongos» não são raros nas águas de Ceilão, e assim como serviram provàvelmente de tipo às «sereias» dos antigos escritores, é possível que influíssem igualmente na criação das «râkchasis» as mulheres malfazejas e canibais, em parte terrestres, mas, também, segundo parece aquáticas, que figuram em algumas lendas búdicas relativas justamente a Ceilão».

Vale a pena ouvir ainda o Padre Feyjóo: «não faltará quem me acuse de me ter esquecido das sereias». No entanto «só poderá acontecer por total desconhecimento do assunto e devido aos pintores que unânimemente representam as sereias, mulheres do meio para cima e peixe do meio para baixo, mas isto é um dos muitos erros que cometem os professores desta arte, por ignorância da História e da Fábula. Os poetas e escritores antigos descrevem as Sereias, não metade mulheres e metade peixes, mas sim, metade mulheres e metade aves».

As Nereidas do Padre Feyjóo são as sereias na realidade.

Perfilha a opinião de Plínio e Ovídio e recusa-se a aceitar a evolução deste apaixonante ser mitológico.

Parece-me bem claro o que Gerónimo de Huerta, médico e filósofo, nos ensina a este respeito no seu lúcido comentário ao livro Nono de Plínio que trata da História Natural dos peixes do mar, dos lagos, tanques e rios: ««também são peixes monstruosos os Tritões e as Nereidas, de quem muitos poetas escreveram fábulas agradáveis, dizendo que as Nereidas eram trinta e três, filhas de Nereu e de Dórida, Hesíodoro declara serem cinquenta, e dizem qeu andam no mar nuns carros puxados por Delfins e acompanhadas de Tritões. Também as Sereias, as quais dizem os poetas que foram filhas de Aqueloo e Calíope, as pintam com a mesma forma e contam delas que são grandes músicas e que com a suavidade das suas vozes atraem a si os navegantes e depois deixando-os adormecidos os afogam e despedaçam. Outros as pintam com figuras de aves que têm os rostos de donzelas formosas, e garras de leão».

Gerónimo de Huerta demonstra claramente o engano do Padre Feyjóo.

Marañón declara que «para o Padre Feyjóo não havia dúvida de que os mares estavam povoados de maravilhosos Tritões e Nereidas. Estranha atitude de uma clara mente experimental! E muito nos esclarece, porque nos ensina uma vez mais como convivem o erro e a verdade na débil inteligência do homem, nos seus mais excelsos exemplares».

Marañón reparou bem na atitude categórica do Padre Feyjóo, ao marcar nìtidamente «a natureza volátil e não aquática das sereias».

Em conclusão, diz Kastner que «segundo Aldrovandus, as Nereidas e as Ninfas são também chamadas Sereias, porque ao atravessarem as águas, provocam sons harmoniosos como os que se atribuem às Sereias».

Marañón no admirável prefácio do meu livro «A Sereia na História e na Lenda» pronuncia-se sobre a opinião do Padre Feyjóo e escreve: «a autoridade do Dicionário da Academia dá razão a Feyjóo — outros a contrariam e asseguram que a Sereia pode acabar em peixe ou ave, e que as Nereidas, filhas de Nereu, que pululam por baixo das ondas transparentes do Mediterrâneo não têm necessàriamente terminação ictiósica.

Feyjóo demasido preso à razão e às luzes que foram a alma do seu século, não deu conta que «o erro comum» tem às vezes uma realidade que é quase igual à da própria verdade.

Para o mundo dos que sonham e que nos seus sonhos acreditam nas fábulas — e provàvelmente têm razão — a Sereia, é a mulher com cauda de peixe, digam o que quiserem eruditos e dicionários».

Jorge Kastner cita um facto que vem registado em «Telliamed, ou

Entretiens d'un philosophe indien avec un missionaire français sur la diminution de la mer (par le consul de Maillet, 1755, La Haye), e que refere o seguinte: «lê-se na História de Portugal que foram apresentadas ao rei D. Manuel uma mulher e uma rapariga marinhas, últimas sobreviventes dum grupo de tritões que tinham sido capturados nas Índias Orientais. Os estranhos companheiros destas duas Sereias, em número de quinze, estavam mortos, quer após terem abandonado o mar, quer no trajecto das Índias para Lisboa. As pobres sereias, desterradas, estavam profundamente tristes. O rei ordenou que lhes dessem a liberdade de se divertirem no mar, mas com a condição de as terem presas por uma leve cadeia. As duas mulheres marinhas puderam assim passar durante o dia algumas horas a brincar debaixo das ondas. E assim viveram alguns anos na sua nova pátria, mas sem nunca terem conseguido aprender a pronunciar uma palavra.

Damião de Goís, na sua «História de Lisboa» fala muito dos modernos Tritões e Nereidas. E diz, que segundo Fernando Álvares, secretário da Casa das Índias, próximo do promontório da Lua, se teria visto um homem marinho que se aproximara da margem, e roubava peixes aos pescadores e os comia crus. Como este facto era geralmente conhecido em Portugal e na Espanha, acreditava-se que um grande número de Tritões e Nereidas povoavam o mar nestas paragens.

Num país vizinho a mesma crença reinava no povo. Acreditava-se que em determinada época as Sereias teriam visitado as costas do País Vasco, onde eram conhecidas sob o nome de «Lamías».

Francisque Michel no livro «Le Pays Basque, sa population, sa langue, etc.», segundo informa Jorge Kastner, na obra «Compendio Historial» do doutor Isasti, se faz referência a uma Sereia que foi lançada por uma onda sobre um navio de Pasages que entrava no porto devido a um temporal, e que ela ficou sobre a coberta do navio, perante a grande admiração dos marinheiros que procuravam a maneira de se apossarem dela. Devido ao balanço do navio conseguiu saltar para o mar e desaparecer. Uma pessoa digna de crédito, acrescenta o crédulo doutor, me garantiu o facto, e eu tenho-o por verdadeiro».

J. Kahn informa que no estudo intitulado «Specula Phisico-Mathematico-Historica» vem o seguinte: em 1619, o rei Cristiano IV, da Dinamarca, enviou em missão oficial dois dos seus conselheiros à Noruega. Durante a travessia, sob um céu límpido, ao observarem as ondas do mar, viram ao longe um homem marinho, muito bem constituído de corpo e que trazia nos braços um ramo de ervas marinhas. Os marinheiros apa-

nharam-no e içaram-no para dentro do navio onde se deitou atordoado e fatigado. Um dos assistentes falou do modo seguinte: «certamente Deus é digno de admiração, pois criou no fundo do mar e no seio da terra seres tão notáveis de espécie humana e muitos outros monstros da natureza». O monstro marinho replicou numa voz articulada: «o que seria se tu soubesses tanto como eu! Então dirias que Deus é verdadeiramente digno de admiração, porque no fundo do mar, e nos lugares escondidos do sol, há ainda mais criaturas admiráveis do que sobre a terra». Depois de ter pronunciado estas palavras, pediu que o lançassem ao mar, porque, caso contrário, o navio e tudo o que ele continha seria submerso. Aterrados com estas palavras, a tripulação libertou o monstro imediatamente. Este saltou para o mar e desapareceu debaixo da água».

A descrição mais completa da bleza física das sereias é a que nos dá Erasmus Lactus «ao falar duma ninfa marinha, que no tempo de Frederico II, apareceu próximo do promontório chamado «Samo Danica» e que teve conversas sucessivas com um habitante da costa. Esta ninfa octogenária chamava-se Ibrand e era uma bela virgem de cabelos compridos e louros, seio branco, cara fresca e também muito branca; tinha além disso os olhos grandes, o nariz, a boca, como todas as partes do corpo eram muito bem desenhadas e perfeitamente proporcionadas. A pele era guarnecida de pequenos pelos esbranquiçados, como se fossem de vitela ou lobo marinho. A parte inferior do corpo terminava por uma espécie de vestido flexível semelhante à pele dos delfins». Sobre as Sereias, segundo diz Bartolomeu de Las Casas, Cristóvão Colombo não tinha a mesma opinião. Pois «quando ia pelo Rio do Ouro viu três sereias que saíram bem alto no mar, mas não eram tão formosas como as pintam».

As sereias apareceram também na Ilha de S. Lourenço, nos mares da África Oriental, segundo informa o Padre Carmelita Filipe da Trindade. Bernardim Ginnar conta que no grande rio Cuama, perto do Cabo da Boa Esperança, foram vistas mulheres-marinhas que na parte superior do corpo apresentavam a forma humana. Mais diz que também apareceram no mar do Japão.

Não teriam fim as referências sobre as sereias, o que não é para admirar, visto tratar-se, segundo a opinião autorizada de Kastner, «do mais fantástico de todos os seres que até hoje apareceram».

É tempo de concluir, mas não devo fazê-lo sem citar uma série de factos que demonstram bem como a sereia foi preocupação constante dos portugueses, desde os mais remotos tempos.

Se não fosse a vitória de Ulisses sobre as sereias que o tentaram

na costa da Itália, e mais precisamente junto da famosa e formosa Ilha de Capri, Lisboa não teria sido por ele descoberta. A evolução da sereia metade mulher e metade ave, até à sereia, metade mulher e metade peixe, ter-se-ia principiado a fazer após a extraordinária façanha de Ulisses. A sereia mediterrânea deu lugar à sereia atlântica, e por isso as asas de nada lhe serviriam. O alto mar chamava-a e iria ser esse o seu destino.

Plínio informa «que de Lisboa enviaram embaixadores, ao Príncipe Tibério, só para o avisarem que haviam ouvido numa gruta um tritão tangendo com a sua concha da mesma forma que se conhece».

Damião de Gois pronuncia-se sobre este assunto e tenta explicá-lo: «não me atrevo a afirmar com certeza, a tamanha distância de séculos, qual fosse o verdadeiro fundador de Lisboa, mas não resta dúvida que «os escritores antigos incluem-na entre as mais antigas cidades da Hispânia». Depois de citar os nomes porque ela era conhecida, declara que «Estrabão» a cognomina de «Ulisseam», e parece atestar, seguindo a informação de Asclepíades Mirliano, «que foi fundada por Ulisses».

Damião de Gois diz: «que Mirliano assegura que em Lisboa, no templo de Minerva, se encontram pendentes alguns objectos, tais, como escudos, festões, esporões de navios, que pareciam fazer alusão às viagens de Ulisses». Depois continua o grande escritor português: «julgam muitos autores que deste passo não se deduz satisfatòriamente que Lisboa fosse fundada por Ulisses. Contudo, eu sinto maior inclinação para adoptar o testemunho de tão ilustre escritor do que para aderir à opinião de quem, sem motivo suficiente escarnece desse modo de ver».

A favor desta tese, continua Damião de Gois, temos a opinião de Solino e ainda a do insigne e douto André de Resende.

Damião de Gois a seguir informa que não muito longe de Colares «debaixo dum rochedo sobranceiro ao mar, há uma gruta, batida pelo Oceano. As ondas penetram lá dentro, e, entrechocando-se, produzem enorme ruído. O nosso povo julga que ali foi visto outrora um tritão a cantar com a sua concha».

Depois de prudentemente declarar: «eu realmente não me atrevo a afirmar nada a este respeito, mas aproveito a oportunidade para referir o caso citado por Plínio: que nos tempos de Tibério César, fora visto e ouvido na Lusitânia um tritão».

Para confirmar essa opinião informa que em muitos lugares próximos daquela praia se encontraram «uns homens que os habitantes deram em chamar, por causa da sua natureza e origem, homens marinhos. E mais

adiante: «e crêem os habitantes que os tais homens devem a sua origem e a sua natureza aos homens marinhos ou tritões».

Depois cita o episódio que lhe fora contado por Fernando Álvares, escrivão da Casa da Índia: próximo do promontório da Lua, hoje Cabo da Roca, vivia um seu vizinho, pessoa do maior crédito, que ia muitas vezes pescar. Certo dia em que a pesca era abundante, reparou que um rapaz, totalmente nu, roubava os peixes e comia-os crus. Ao ver isto desatou a correr atrás do garoto, mas este rindo-se às gargalhadas saltou para o mar e desapareceu».

A concluir, Damião de Gois fala numa coisa muito interessante: «nos arquivos antigos do Reino, a cuja cabeça me encontro, existe um manuscrito antiquíssimo, que é um contrato entre o Rei D. Afonso III e o mestre dos Cavaleiros de São Tiago, Paio Peres. Nesse documento se determina que o tributo das Sereias e dos outros animais, pescados nas praias da mesma ordem, se devia pagar, não ao mestre da ordem mas aos Reis. Donde se colige fàcilmente que as sereias eram frequentes nas nossas águas, visto que acerca delas se promulgou uma lei».

Kastner sobre estes factos escreve: «nas diferentes narrativas que temos referido, viu-se mais do que uma vez, escritores ligarem uma grande importância à captura dos monstros marinhos a que chamam Tritões e Sereias. Estes últimos monstros, que na opinião dos espanhóis, habitam o mar, não longe do «promontório da Lua» deram lugar a um singular processo».

Descrito o processo tal como o refere Damião de Gois, Kastner continua: «as ninfas dos mares das Índias foram, segundo se diz, objecto duma medida ainda mais estranha. Um navegador espanhol contava que, visto a semelhança da conformação destas sereias com as mulheres, os pescadores deviam comprometer-se por juramento, diante dos juízes, a não ter nenhum comércio carnal com elas». Aliás já António Galvão a este mesmo assunto se refere do modo seguinte: «assim me disseram alguns portugueses, que por aquela costa do Cabo da Boa Esperança para Sofala, Quíloa e Melinde, havia grandes pescados que andavam o mais do tempo na água direitos, e tinham rostos e naturas de mulheres com que os pescadores se desenfadavam quando os tomavam, e, se os vendiam, davam-lhe juramento se dormiram com elas...».

Esta opinião é perfilhada pelo Padre Feyjóo: «pelo que diz respeito aos Tritões e Nereidas ou Monstros, cuja figura é do meio para cima humana e de metade para baixo de peixe, pode conjecturar-se que nasceram do perverso concubito de indivíduos das duas espécies».

Já Ambroise Paré ao falar de tritões e sereias dizia que a Natureza tinha destas fantasias, pois juntando espécies diferentes, permitia assim o aparecimento de tais monstros.

Kastner cita a opinião do autor das «Recherches Philosophiques sur les Américains»: «os espanhóis povoavam de gigantes a ponta meridional, os portugueses faziam nadar os rebanhos de sereias no mar do Brasil, os franceses pescavam homens-marinhos na Martínica, e os holandeses encontravam negros castanhos cujos pés eram uma cauda de lagostim, para lá de Paramaribo».

Não há dúvida que a sereia é uma tentação diabólica que solicita o homem para núpcias fatais no mar sem fundo onde estão sepultados tantos navegadores que não temeram as ondas do mar salgado. Este facto é bem descrito pelo cruzado Osberno, quando se dirigia para Portugal a tomar parte na conquista de Lisboa aos Mouros, em 1147, onde foi testemunha presencial desse acontecimento decisivo para o destino de Portugal. Ouça-se Osberno: «soprando um vento favorável, pela grandeza das ondas e agitação do mar, reconhecemos a Baleárica Maior e os cumes dos montes Pirineus: mas à tarde, sobrevindo um temporal, dispersámo-nos em todas as direcções. A cerrada escuridão da noite e a extraordinária força das correntes marítimas, levavam o desespero aos marinheiros, ainda aos mais destemidos. Ouviram-se então as sereias de voz horripilante, primeiro como de pranto, depois como de riso e gargalhadas, semelhantes a clamores de um arraial que nos insultasse».

Dizia D. Gaspar de Leão «que agora com muita razão se devia mudar o género, e de Serenas fazer Serenos».

Se assim fosse perder-se-ia quase toda a beleza da lenda. O macho da sereia é o próprio homem, o que dá um interesse apaixonante ao tema que me propus tratar.

A sereia tem por amante o próprio homem, e por isso continua a tentá-lo permanentemente. O canto da sereia conduz o homem para a tragédia dum amor impossível. Paixão e morte ao mesmo tempo! Seja como for, tenho para mim como certo, o que escreveu Pedro Mexia, depois de largamente ter falado das sereias: «de modo que, coisa sobre a qual tantos têm escrito e o povo a toma por ser verdadeira, não vejo razão para se deixar de acreditar».

As tradições e os seus ensinamentos não se devem ignorar e muito menos desprezar. Gustavo Barroso numa síntese feliz declarou: «as lendas são geralmente a fumaça ou as cinzas quentes da fogueira da História».

A sereia que ficou para sempre gravada na alma e coração das gentes,

foi a sereia atlântica, a sereia das descobertas, a sereia que foi a tentação maior dos portugueses, que descobriram novas terras e novas estrelas. Portugueses esses, que ainda hoje deslumbram o mundo pelas suas façanhas sem par e sem igual.

Vou concluir com as palavras definitivas de Frei Gaspar de São Bernardino, depois de se referir às sereias: «digam os autores estrangeiros o que quiserem àcerca disto, que os segredos do mar e terra, só a nação portuguesa nasceu no mundo para os saber e descobrir».

Portugal nas «Cantigas de Santa Maria»

(RESUMO)

Por Francisco Fernandes Lopes

Dedicando-se, desde há mais de 25 anos, ao estudo das *Cantigas de Santa Maria*, por motivo da decifração da sua música, encontrava o Autor que muitos dos milagres se dão como passados em várias localidades do nosso País.

Apresentando essa resenha, salienta o Autor as 12 cantigas referentes à igreja de Santa Maria de Terena, fazendo várias considerações a tal respeito, e acrescentando a decifração musical de uma dessas cantigas, a n.º 228, segundo o método que lhe é pessoal, — solução musical que pela primeira vez faz conhecida.

Os «mouros» de Entre Douro e Minho no Século XIII

Por António Losa

Quase não há povoação nortenha onde não figure um campo, uma agra, um penedo ou uma fonte que se não chame dos *Mouros*.

Eis alguns exemplos, que não figuram nas cartas nem nos dicionários, mas que podemos encontrar, tadavia, nos livros das matrizes das Secções de Finanças respectivas:

Fonte dos Mouros — freguesia de Monserrate, Viana do Castelo (1).
Alto da Moura — Alvarães, Viana do Castelo (2).
Calçada da Moura — Alvarães, Viana do Castelo (3).
Agra dos Mouros — Apúlia, Esposende (4).

Donde provém esse desenvolvimento do nome *Mouro*, numa região em que a ocupação árabe foi fugacíssima? É o que vamos tentar descobrir.

Antes de mais, convém notar que, se houve dominação que impressionasse a memória das gerações que lhe seguiram, a imaginação criadora de lendas, foi a dos povos sarracenos. Haja em vista, por exemplo, as belas histórias de mouras encantadas. Repare-se na lenda da misteriosa e sedutora Dama Pé de Cabra, que obriga o cristão, que enfeitiçou, a sacrificar a fé por seu amor; e que lhe desaparece no dia em que ele, esquecido do juramento prestado, invoca o nome da Virgem (5). Atente-se no curioso

---

(1) Consta do respectivo livro de matrizes.
(2) P.e Manuel Martins Cepa, *Monografia de S. Miguel de Alvarães*, Braga, 1939, pág. 157.
(3) *Ibid.*
(4) Consta das matrizes da Apúlia.
(5) *IV Livro de Linhagens*, fls. XXXV R. e V.

Bispo Negro, produto de Afonso, o Conquistador, que, sendo Martinho, era filho de *Suleima* — um nome árabe — e de cor escura, se não negro (6). E para não tocarmos em mais lendas, reveja-se a de Gaia, que nos conta as saudades de uma cristã, esposa do rei Ramiro, a qual expia o crime do seu desabafo amoroso em plena foz do Âncora (7).

A imaginação peninsular habituou-se a atribuir aos *mouros* tudo o que era antigo, pré-histórico mesmo, ou que tivesse ar de mistério.

Uma torre pode abrigar um encanto de moura, o mesmo se podendo dizer duma fonte, duma gruta ou dum penedo que a acção do tempo carcomeu.

Há, no entanto, topónimos para os quais não bastam os jogos de imaginação, ou a mauromania, a explicá-los.

Procuremos, pois, recuar no tempo e aproximar-nos, tanto quanto possível, da época em que os sequazes de Mafoma senhoreavam o ocidente da Europa e tentemos descobrir as circunstâncias em que tais nomes se vincularam às terras que ainda hoje assinalam.

Antes, porém, atentemos na própria palavra *mouro* e vejamos as vicissitudes por que passou até adquirir a significação com que chegou até nós.

Quer seja de origem fenícia (8), como é natural, quer indiana, como pretendeu Estrabão, a palavra entrou no grego e no latim para designar os naturais da região norte-africana conhecida por *Mauritânia*.

Parece ter sido Santo Isidoro quem relacionou o nome *maurus* com a cor dos habitantes da Mauritânia (9). E, certamente, não lhe foi estranha, nessa interpretação, a existência, em grego, de *mauros* e *amaurós*, vocábulos com a significação de «escuro» (10).

O que importa frisar é que, à data da entrada das tropas sarracenas na Península, o nome se aplicava aos naturais da Mauritânia, que constituíram um dos contingentes, porventura o mais numeroso, de todos os que assolaram o *Andaluz* — como eles lhe haviam de chamar.

---

(6) *Chronicas «breves» e Memórias avulsas de S. Cruz de Coimbra*, págs. 27 a 30.

(7) IV Livro de Linhagens, fols. LIX, R. a LXII, V.

(8) É a opinião de Cagigas — *Los Mudéjares*, t. I — a quem se deve também a citação de Estrabão, e de Pelegrin, *Essai sur les noms de lieux d'Algérie et de Tunisie*, Tunis, 1749, pág. 115, onde se lê: «Un autre ethnique bien connu est celui de *Maures*, lat. *Mauri*, dont le dérivé *Mauretania* (...) *Mauri* représentait peut-être (...) un mot phénicien».

(9) Na doutrina aqui expendida seguimos de perto Isidoro de las Cagigas, *Los Mudéjares*, tomo I, Madrid, 1948, págs. 60 e segs.

(10) C. Alexandre, *Dictionnaire Grec-Français*, Paris, 1868.

Durante os dois primeiros séculos de ocupação, a palavra conservou o seu sentido primitivo, para significar «natural de África, berber», por oposição a *árabes* ou *sarracenos* — como eram conhecidos os que provinham da Ásia.

A partir do século XI, porém, e como testemunho da fusão, se não da supremacia dos africanos sobre os asiáticos, vamos encontrá-la aplicada a todos os que praticavam o culto maometano, fosse qual fosse a raça a que pertenciam. A sua significação estendia-se não só aos sarracenos que viviam em território cristão mas também aos muçulmanos independentes (11).

Poder-se-á insistir na pergunta: Se a permanência dos árabes nesta parte do país foi tão curta que os cristãos que haviam abandonado as suas terras diante das tropas sarracenas que avançavam puderam ainda reocupá-las, sem que se obliterasse a noção do legítimo proprietário, como explicar a existência de topónimos com o seu nome na região de entre Douro e Minho?

Vamos tentar demonstrar que, se o seu domínio foi breve, nem por isso os mouros deixaram de existir por muito tempo nesta região do País.

Antes da fundação da nacionalidade, e ainda muito tempo depois, o norte de Portugal estava, em grande parte, na posse dos ricos e numerosíssimos conventos aqui existentes.

Quem cultivava esses vastos domínios? Os servos da gleba, homens vinculados à terra que arroteavam? Escravos de guerra, que constituíam o despojo de cada fossado ou batalha? Uns e outros certamente.

Para o caso presente interessa-nos considerar estes últimos.

Segundo Herculano, os escravos mouros ocupavam, na época da reconquista, o último degrau da escala social (12). Na verdade, a igreja não admitia já a servidão dos que pertenciam ao seu grémio, tolerando no entanto a escravatura nos que não seguiam a sua lei (13).

Vários dos forais especificam que o mouro baptizado deve ser livre (14).

Não nos faltam documentos comprovativos da existência de escravos mouros no território situado a norte do Douro.

---

(11) Cagigas, *op. cit.*, pág. 62.

(12) *História de Portugal*, v. VI, livro VII, págs. 194 e segs.

(13) *Ibid.*, v. VI, livro VII, pág. 201.

(14) «Maurum qui fuerit christianum uel seruum et ad fresno uenerit sedeat liberum» — Foral de Freixo (1152), págs. 378-381.

Na inquirição de Santo André de Gondomar, concelho de Guimarães, colhe-se a notícia de que

> «este davandito Moesteiro fez elRey don Alfonso I.º de Portugal, et plobou o de bois e de vacas et de eguas et de seu ganado et de seus *mouros* et de seu aver» (15).

É do mesmo século outro documento em que Martinho Viegas, na era M.ªCC.ªVI.ªX.ª, deixa ao mosteiro de Pendurada

> «II. os *mauros* et duas cubas» (16).

Se naquele documento os escravos mouros alinhavam ao lado dos gados, neste figuravam entre o vasilhame.

Casos perfeitamente idênticos se verificam noutras regiões, que caiem fora da área do nosso estudo.

Nas *Dissertações Cronológicas* de J. P. Ribeiro publica-se um documento em que o citado mosteiro de Pendurada, no ano de 1194, é contemplado por Menendus Venegas, com

> «unum *Maurum*, et unam *Mauram*, et unam azemelam» (17).

E um tal Melendo Venegas (talvez se trate do mesmo indivíduo), noutro documento, testa, juntamente com as vacas e uma azémola,

> «uno *Moro*» (18).

Em outro documento do século XII (em 1163), Maria Tizona lega aos Cónegos da Sé de Coimbra, entre outras coisas, uma azémola e um *sarraceno* (19).

Volvido século e meio, em 1319, o presbítero Pedro Martins, mestre-escola de Santa Maria de Coimbra, legou, entre muitas outras coisas:

> «suum *sarracenum Çaide* et uxorem suam *Ayxam*...» (20).

---

(15) Inquirições de D. Afonso II, 1.ª alçada — *Inquisitiones*, pág. 415.
(16) *Dissertações Cronológicas*, de J. P. Ribeiro, V. III, pág. 56.
(17) V. III, pág. 51.
(18) J. P. Ribeiro, *Op. cit.*, V. II, pág. 54.
(19) *Lib. Ec. Cath. Colimbriensis*, pág. 78.
(20) *Ibid.*, pág. 141.

Vemos pois a prática corrente de deixar aos conventos os escravos.

Um caso há, pelo menos, em que é o próprio mosteiro que, em compensação de benefícios recebidos, cede vitaliciamente um dos seus *mouros*.

Em documento do mosteiro de Pendurada, datado de 1178, Major Mendes declara ter recebido daquele uma *moura* para a servir até ao fim da vida (21).

Não seria em vão que a maior parte dos forais da época da reconquista salvaguardavam para a coroa ou para o senhor os direitos sobre o que pudesse vir da *terra dos mouros*.

Os mesmos forais determinavam o imposto a pagar à coroa em caso de manumissão dos escravos.

Comprados pelos mosteiros e pela alta nobreza, activos e dóceis, segundo parecem inculcar as expressões *mourejar* e *trabalhar como um mouro*, os escravos mouros, ao mesmo tempo que vão sacrificando a crença de seus avós, vão recuperando a liberdade perdida, passando primeiro a servos da gleba, depois a homens completamente livres — *ingénuos*.

Eis a passagem dum documento que chamou a atenção de Herculano e que não deve constituir, como pensou o grande historiador, uma excepção:

Na inquirição de Afife, Viana do Castelo, refere-se que D. Maior Velha possuira um mouro e uma moura, que alforrara. Mas oiçamos o próprio redactor das inquirições de 1258:

> «que ouviron dizer que domna Mayor Velia auia j. *mouro* et j. *moura*, et mete us in termio de Baltasares ubi chamam Portela, et forro us et arromperon in esse logar et fizeron y morada (22).

Baseado neste documento, Herculano formulou a hipótese seguinte:

> «...Servos existiam de feito (em 1211); mas eram os escravos mouros, que viviam em regra numa domesticidade abjecta, ainda que nos restem exemplos, posto que raros, de serem empregados quase como colonos nos predios ruraes, vindo por isso a obter a manumissão» (23).

Ao historiador passaram inteiramente despercebidos os testemunhos

---

(21) J. P. Ribeiro, *Op. cit.*, V. III, pág. 227.
(22) Inquirições de D. Afonso III, 1.ª alçada — *Inquisitiones*, pág. 328.
(23) *História de Portugal*, V. VI, livr. VII, pág. 206.

da antroponímia, fornecidos sobretudo pelas inquirições. Aí, os escribas acharam por bem marcar para a posteridade, com a designação de *mouros*, uma infinidade de jurados que nelas são ouvidos.

Logo na primeira página das *Inquisitiones*, no questionário relativo a S. Tomé de Abação (24), entre os inquiridos, encontramos um *Maurus*:

> Petrus Monacus prelatus; Fernandus Gomiz; Petrus Fernandiz; Johannes de Carvalio; Gunsalvus Menendi; Pelagius Cuviliana; Petrus Gomez; Petrus Gunsalvi; Gunsalvus; Pelagius *Maurus*.

Em Gonça (25), freguesia do mesmo concelho de Guimarães, depõe um Petrus *Maurus*.

Um Petrus *Maurus*, aparece, em idênticas circunstâncias, em Castelões, do mesmo concelho.

Em S. Faustino (o S. Frusto medieval), figura um indivíduo que se chama simplesmente *Maurus*, ao lado dum proprietário de nome Pedro Negro.

Mouros há em Tagilde, em Selho (S. Cristóvão), em Figueiredo (onde depõe Pelagius *Maurus*, senhor dum casal reguengo) (26), em Gominhães, em S. Eufémia, em Garfe, em Vila Fria, em Mascotelos, em Candoso, em Vila Nova, em Creixomil (um Petrus *Maurus*, um *Maurus* e um *Gallecus*), em Priscos, em Santa Maria de Oleiros, em S. Vicente de Areias, em S. Martinho de Rio Mau, em Tamel, em S. Martinho de Rio Tinto, em Beiriz, no Mosteiro de S. Simão, em Gamil, em Chorente, em Viatodos, em Argivai, em Macieira, em S. Cristóvão (?), em S. Paio de Carvalhal, em Entre-os-Rios, em Touvedo (um tal *Maurus* Menendiz — dos raríssimos casos em que o *Maurus* dá a impressão de ser nome de baptismo), em S. Tiago de Vila Chã, em S. Lourenço (?), em S. Romão de Vilarinho, em S. João de Roios, em Santa Maria de Antime, em S. Vicente e S. Salvador de Ermelo, em S. Martinho de Vale de Bouro, em S. Salvador de Vila Garcia, no mosteiro de Telões, em S. Miguel de Frossos, em Roriz (27). — Isto nas Inquirições de 1220, e na parte referente aos Reguengos.

---

(24) Inquirições de D. Afonso II — Reguengos — *Inquisitiones*, pág. 1.
(25) *Ibid.*, pág. 2.
(26) *Inquisitiones*, págs. 6-7.
(27) Segue-se a ordem das *Inquisitiones*.

As de 1258, porém, são bastante mais elucidativas, pois mencionam pormenorizadamente não só o nome do proprietário mas também a designação por que a propriedade era conhecida.

Já acima se fez referência aos casos raros em que a palavra *Mouro* nos aparece como primeiro nome de indivíduo.

Uma ou duas vezes, encontramos nas Inquirições *Don Mouro*. Duas hipóteses podem explicar estes nomes. A primeira é de que, no século XIII, havia descendentes de *mouros*, e que como tais eram ainda reconhecidos, aos quais foi facultado o acesso à nobreza — o que explicaria a presença do título nobiliárquico *don* antes do nome por que eram conhecidos. A segunda é de que se trata pura e simplesmente dum indivíduo que se chama — ou chamava, visto esses nomes aparecerem a denominar propriedades agrícolas — *Mauro* ou *Mouro*, como podia chamar-se, *Pedro, Domingos, Martinho*, etc.

Eis uma das passagens em questão:

> «Item, disse que da quintana de Roffes dan cada ano al Rey espadoa(...)
> «Item de Casal de Mioteyro (...) et de erdade de *don Mouro* et de Medendo Simeonis (...) ([28]).

Segue-se a relação das povoações nortenhas em que figuram *mouros*, nas Inquirições de 1258:

Barcelos, Mazarefes, Vitorino (Santo André), Poiares (S. Tiago), Ardegão (Santa Maria), Afife, Fontão, Estorãos, Facha, Covas, Várzea (S. Félix), Ensalde, Melgaço, Vilela, Cuide, Chorente, Souto (S. Salvador), Soutelo (S. Miguel), Lordelo, Pampelido, Vila Chã (?), Retorta, Tougues, Guilhabreu, Guidões, Ardegães, Foz do Sousa, Baguim, Gondesende, Várzea (S. Paio), Lagares (S. Veríssimo), Idães, Ferreira (S. Félix), Figueiras (S. Salvador), Mudelos, Soverosa (Santa Eulália), Feveros (?), Besteiros (S. Cosme), Lovegelli (?), Gandra (S. Miguel), Sobreira (S. Pedro), Castelo de Aguiar, Mosteiro de Cete, Duas Igrejas (Santa Maria), Rebordosa (S. Miguel), Fonte Arcada (S. Tiago), Paredes (S. Miguel), Valpedre, Rio de Moinhos (S. Martinho), Galegos (S. Salvador), Luzim, Boelhe, Eja, Canelas, Peroselo, Canas (?), Marecos, Pacó (Mosteiro), Castro («hermita Sancti Martini de Carasti»), Mosteiro de Vila Boa de Quires, Portocarreiro, Constance, Castelões (S. Salvador), Recezinhos, Oliveira

([28]) *Inq.*, pág. 295.

(S. Paio), Caíde, S. Salvador (?), S. Romão de Carvalhosa, Fregim, Torno, Mindelo, Gamaçãos (?), Antime, Travaços, Roma, Melres, Vila Garcia, Castelões (?), Guilhofrei, Urgeses, Entre as Aves (inter Avem et Avizellam), Cerzedelo, S. Jorge de Selho («inter Avem et Selium»), Fermentões (Santa Eulália de Forramondanos), Prazins (Santo Tirso), Nespereira.

Eis a distribuição geográfica do que nós entendemos por colónias de *mouros*.

Se há terras em que entre os inquiridos, em número bastante variável, só figura um *mouro*, outras há em que nos aparecem três e quatro.

Tratando-se de indivíduos que se não são inteiramente livres, são-no parcialmente, isto é, têm a condição de servos da gleba ou homens de criação, não serão, pelo menos em parte, descendentes dos moçárabes vindos do sul, quer voluntária quer involuntàriamente, à medida que a Cruz ia tomando as terras do Crescente? É possível, embora não possuamos dados para provar ou negar esta hipótese.

Do que parece não restarem dúvidas é de que este *Maurus*, aposto ao nome individual, indica a qualidade ou origem da pessoa.

Vejamos alguns casos em pormenor:

Os jurados da inquirição de Lordelo (29) são:

> Monendus Boyeiro; Petrus Johannis, dictus Frigidus; Petrus Petri, dictus Chacuna; Dominica Castiça; Elvira *Maura*; Petrus *Maurus*; Julianos Pardus; Durandus *Maurus*.

No primeiro nome omitiu-se o patronímico por se julgar a profissão (pela qual o indivíduo era, certamente, conhecido) nota suficientemente individuante. No segundo e no terceiro registam-se os nomes dos pais, mas apuseram-se-lhes as alcunhas por que eram tratados. No quarto, vem o nome de baptismo e a alcunha. No sétimo, sublinha-se a cor escura do indivíduo. O Pedro e o Durando são chamados *Maurus*, bem como a Elvira — *Maura*.

Mais elucidativa ainda é a inquirição de S. João de Luzim (30):

> Gunsalvus Pelagii; D. *Maurus*; Petrus Martini; D. Johannis; Laurencius Petri; D. Michaelis; Petrus Pelagii; Petrus

(29) *Id.*, pág. 487.
(30) *Id.*, pág. 584.

Menendi; Petrus Dominici; Gunsalvus Alfonsi; D. Michaelis; Johannes Egee; Petrus Martini; Petrus Dominici; D. Johannis; Petrus *Maurus*; Michaelis Didaci.

Aqui, o sistema da construção dos nomes de pessoas (nome do indivíduo seguido de patronímico) mostra-se rígido, abrindo-se excepção apenas para os que as Inquirições denominam *Mouros*.

Todavia, há um ou dois casos em que o patronímico também é empregado para eles. Assim, em S. Pedro de Sovereira (31):

Dominicus *Maurus*; Martinus *Maurus*; Petrus *Maurus*; Petrus *Maurus* Guedaz.

É fácil descobrir o motivo que levou a tornar público o nome do pai do segundo Pedro *Mouro* — distingui-lo do primeiro.

De todos os jurados que depõem nas Inquirições e são marcados com a designação de *Mouros*, nem um único ostenta nome oriental.

Que conclusão tirar deste facto? Tratar-se-á duma intolerância, duma manifestação de racismo, que explicaria ao mesmo tempo a preocupação de distinguir do resto da sociedade os indivíduos de sangue ou de contacto mouro? Talvez. No entanto, é preciso considerarmos que a partir do século XII a antroponímia sofreu uma completa remodelação, fazendo desaparecer grande parte dos nomes de origem germânica, e de outras procedências, para darem lugar a outros tirados do onomástico latino-cristão, mormente do agiológio.

Qual a situação social destes *mouros*? Felizmente, os documentos, ainda que fugidiamente, deixaram-nos referências que permitem responder a esta pergunta.

Embora se torne exaustivo enumerar as passagens das Inquirições em que podemos surpreender os *mouros* como homens inteiramente livres, *herdadores*, como gente *de criação*, na posse das terras que herdaram ou que lhes foram destinadas pelos legítimos possuidores, para que as amanhassem, ou ocupados nas operações de compra ou de escambo, reputo essa exposição necessária para a compreensão dos problemas que aqui vão surgindo. Eis, pois, as passagens em referência:

---

(31) *Id.*, pág. 572.

«et de casali de Pelagio *Mauro* dant iij. bracales» (32).
«Item da erdade de quintana de Nuno *Mouro* dam al Rey cada ano pro fossadeira ij. dineiros (...)» (33).
«Item da erdade de Petro *Mouro* et de Gontina Bispina (...) (34).
«Item da erdade de *Mouro* Menendi j. meala» (35).
«Item da erdade de Pedro *Mouro* X. ovos.» (36).
«Item da erdade das mancebas iiij. varas de bragal, et da erdade de Pelagio *Mouro* ij. varas (...)» (37).
«Item, Petrus *Mouro* trivodou erdade cum no Espital, que pectava voz e caomia (...)» (38).
«Item, da erdade de Petro *Mouro* pro Januario VI dineiros (...)» (39).
«Item, do Casal de Mido *Mauro* vam ao castello levar a madeira (40).
«Item do Casal de Petro *Mouro*» (41).
«(...) et o Casal de Menendo *Mouro*» (42).
«Item, da erdade de Suerio *Mouro* ij. varas meias» (43).
«quintana de Vilar et de Johanne *Mouro*» (44).
«erdade de Godinho *Mouro*» (45).
«Item, so Pinoti, j. peza de souto (...) erdade de Pelagio *Mouro*» (46).
«et de casali in quo moratur Elvira *Moura* (...)» (47).
«et de casali quod fuit Durandi *Mauri* solebant dare medium morabitinum, et modo filii ejus vendiderent illud (...) (48).

(32) *Id.*, pág. 6.
(33) *Id.*, pág. 320.
(34) *Id.*, pág. 320.
(35) *Id.*, pág. 321.
(36) *Id.*, pág. 323.
(37) *Id.*, pág. 335.
(38) *Id.*, pág. 340.
(39) *Id.*, pág. 354.
(40) *Id.*, pág. 358.
(41) *Id.*, pág. 359.
(42) *Id.*, pág. 363.
(43) *Id.*, pág. 399.
(44) *Id.*, pág. 420.
(45) *Id.*, pág. 421.
(46) *Id.*, pág. 434.
(47) *Id.*, pág. 437.
(48) *Id.*, pág. 437.

«et Dominicus *Maurus* fecit aliam ruptam in loco qui dicitur Petra curialis» (49).

«et hereditates *Mouri* herdatoris» (50).

«et duo casalia (...) quibus morantur Martinus Petri et Petrus *Maurus*. Fernandus Menendi» (51).

«et laborant istas leiras D. *Maurus* homo de Fernando Stephani et Petrus Martini (...)» (52).

«Et ipsa Ecclesia tenet tres bouzas in Lomba de Cayde (...) Et in ipso loco pacet alia bouza et tenet illam Johannes *Maurus*, homo Martini Egidi (...)» (53).

«Et Martinus *Mouro* moratur in casalia de Travanca et Sancti Pelagii, et dat inde anuatim Domino Regi j. gallinam (...)» (54).

«Et de casalia filiorum Gonsalvi Petri et Petri *Mauri* (...)» (55).

«et quintana est filiorum et nepotum Garcie *Mauri* (...)» (56).

«et aliud (casale) est filiorum et nepotum Pelagii *Mauri* (...)» (57)

«et de hereditate de *Mauris* (...)» (58).

«Item, aliud casale de *Mauris* (...)» (59).

«Item dixit quod sautus desuper quintanam que fuit *Mauri* Reynaldiz est totus regalengus» (60).

«et duo (casalia) sunt Johannis corruti et filiorum Johannis *Mauri* (...)» (61).

«et duo (casalia) sunt filiorum et nepotum Menendi *Mauri* (...)» (62).

«Item, dixit quod filii Johannis *Mauri* comparaverunt unum

---

(49) *Id.*, pág. 488.
(50) *Id.*, pág. 556.
(51) *Id.*, pág. 567.
(52) *Id.*, pág. 584.
(53) *Id.*, pág. 601.
(54) *Id.*, pág. 603.
(55) *Id.*, pág. 612.
(56) *Id.*, pág. 614.
(57) *Id.*, pág. 619.
(58) *Id.*, pág. 675.
(59) *Id.*, pág. 675.
(60) *Id.*, pág. 675.
(61) *Id.*, pág. 699.
(62) *Id.*, pág. 703.

campus in Riparia Selii veream que fuit casalis de Midi (...)» (63).

«et duo (sunt Dominici Johannis *Mauri* Vimarãñ (...); dixit quod campus de Assorosa (...) et alia medietas est Fernandi Johannis et Dominici Johannis *Mauri* (...)» (64).

«et modo Dominicus Johannis *Mauri* et Dominicus Vicencii acceperunt illam filio ipsius Dominici Johannis *Mauri* (...)» (65)

«et tria sunt Dominici Johannis *Mauri*» (66).

De todos os documentos aqui apresentados se pode concluir que os *mouros* do norte do país eram, pelo menos no século treze, criaturas ligadas à agricultura, caseiros ou proprietários como os outros indivíduos. Nem um único documento deste século encontramos que no-los mostrem, nesta região, exercendo qualquer outra profissão.

Qual a situação destas colónias de *mouros* — se assim me posso exprimir — sob o ponto de vista religioso? Etnicamente postos à margem da outra sociedade, mantinham eles as crenças dos seus avós?

É impossível responder a esta pergunta, a não ser por hipóteses mais ou menos plausíveis.

Não há, que eu saiba, na região abrangida pelo nosso estudo, nada que recorde o exercício do culto islâmico. E, no entanto, ainda no século XV, pelo menos, existia em Braga uma sinagoga (67).

Também não há nada que nos possa fazer recordar a existência de núcleos isolados de *mouros*, como em Lisboa, por exemplo, a *Mouraria*. Escravos de lavoura, servos da gleba, libertos que ascenderam à situação de proprietários rurais, é dispersos pelos campos, casais, herdades, que eles vivem. E, se os vizinhos teimavam em lhes chamar *mouros*, há muito que deviam ter sacrificado a fé em Alá para servirem a Cristo.

Nem doutra maneira se compreenderia que em 1258 quatro dos párocos, pelo menos, da região de entre Douro e Minho fossem... *mouros* (68).

---

(63) *Id.*, págs. 703-4.
(64) *Id.*, pág. 711.
(65) *Id.*, pág. 720.
(66) *Id.*, pág. 722.
(67) *Id.*, pág. 724.
(68) Livro I dos *Prazos do Cabido Primacial de Braga*, fols. 20 e segs. — Por esse tempo havia na capital do Minho, além da *Esnoga*, duas ruas de nome *Judiaria Nova* e *Judiaria Velha*. A primeira, porém, já havia mudado de nome, oficialmente, tendo passado a chamar-se *Rua de Santo António*.

São os seguintes os topónimos registados pela Carta dos Serviços Geográficos em que aparecem *Mouro* ou *Moura*:

> Quinta do *Mouro* — Ponte da Barca; Souto do *Mouro* — Caminha; Vilar de *Mouros* — Caminha; Rio *Mouro* — Monção; Cerro da *Moura* — Monção; Ponte de *Mouro* — Monção; Vilar de *Moura* — Alcos de Valdevez; Corte *Mouro* — Montalegre; *Mouros* — Refojos de Basto; Pai *Mouro* — Braga (certamente por Paio Mouro).

Isto é o que apresenta a Carta. Muitos outros topónimos existem, porém, a atestar a passagem por estas paragens dos descendentes dos antigos adoradores de Alá, perdidos nas montanhas e nos vales, que os naturais desses lugares obscuros conhecem.

A grande massa dos nomes *Mouro, Mouros,* etc., remonta à época em que os nomes de pessoa de origem oriental foram substituídos pelos que usavam os cristãos. Se alguns, como *Vilar de Mouros,* existiam no século XI ([69]), outros podem ser de época posterior.

Já se fez referência, embora de passagem, a outros elementos étnicos que supõem a existência de colónias estrangeiras no norte do País. Nem o facto deve causar estranheza, se nos lembrarmos que o Conde D. Henrique era francês e com ele devem ter vindo compatriotas seus; que parte dos cruzados por cá se quedaram; que D. Sancho I, por exemplo, procurou atrair ao nosso país estrangeiros que colonizassem o solo recém-conquistado.

As inquirições apresentam-nos *francos* em:

S. Cristóvão do Selho (de Ripa Selli) ([70]):

> Menendus *Franco*

Ramalde ([71]):

([69]) São eles: «Gunsalvus *Maurus*, prelatus ejusdem Ecclesie Miranci» — *Inquis.*, pág. 485; «Stephanus *Maurus*, prelatus ejusdem Ecclesie» (S. Michaelis de Gandara) — *Id.*, pág. 571; «Martinus *Maurus*, prelatus» — *Id., pág.* 605. «Johannes *Maurus*, prelatus» — *Id.*, pág. 605.

([70]) *Diplomata et Chartae*, doc. CCCCLXXXXIV, de 1071, pág. 306.

([71]) *Inquisitiones*, pág. 5.

Petrus *Francus*
Francos existiam noutras terras, como sejam:
Geraz (Santa Maria), Seixas, Polvorosa.
Não faltam *galegos* nem *Castelhanos:*

Em S. Miguel de Creixomil um dos inquiridos é:

Menendus Johannis *Gallecus* (72).

Em Besteiros figuram:

> «tria casalia que fueront Dumne Marie *Gallece*» (73).
> «... dixit quod xviij. ta casalia et sunt omnia Domini Egidii Martini, et Domni Alvari Didaci de *Castella*, et Domne Tarasie Martini, et Domni Fernandi Johannis *Gallecie*...» (74).

Nas inquirições aparece-nos ainda um flamengo — Gunsalvus de *Frandes* (75) — e um bretão — Pelagius *Bretam* ou *Breton* (76).

Suficientes muito embora para deixarem assinalada a sua passagem, estas colónias de estrangeiros que se fixaram no nosso país, são pouquíssimas, se as comprarmos com as de *mouros*.

Quanto à maneira como se formavam esses núcleos, a inquirição de 1258 relativa a Guimarães trouxe até nós um eco:

> «Interrogatus de Ecclesia Sancti Jacobi ipsius ville, dixit quod genus *Francorum* Vimarãn. eligerunt semper et eligunt priorem (...) Et nos inquisitores vidimus cartam Domini Comitis Henrici sine sigillo et sine signo quod Dominus Comes dedit illum terrenum duobus *Francis* quod fecerunt ibi capellam suam» (77).

Para concluir acrescente-se que não são apenas as Inquirições que usam o sistema de substituir o patronímico pelo adjectivo *Maurus*. O mesmo se faz em outros documentos. Nos forais, por exemplo:

---

(72) *Id.*, pág. 462.
(73) *Inq.*, pág. 13.
(74) *Id.*, pág. 567.
(75) *Id.*, pág. 462.
(76) *Id.*, pág. 720.
(77) *Id.*, pág. 256.

«Ego supradicti qui hac cartam iussi facere coram idoneis testibus propriis manibus roboraui. Fernandus *captiuo* test. Archiepiscopus Pelagius conf. Bernaldus episcopus Colimbriesis conf. Gunsaluo roderici conf. Egas moniz conf. Gunsaluo Sauza senior conf. Qui presentes fuerunt et hec uiderunt. Tructesindus uermiuz conf. Pelagius carualius test. Garsia *mauro* test. Saluador forsendiz test. Petrus reiriquiz test. Suerius menendiz test. Pelagius presbiter notauit» ([78]).

Como se pode verificar, entre as testemunhas idóneas, figura, além dum *cativo*, um Garcia *Mouro*.

O documento é tanto mais de assinalar quanto nele se fala de *mouros* que fugiam para território inimigo («trans ermio»), dos que se libertavam (qui exierit de catiuo»), dos que faziam testamentos piedosos («Si homo *mauro* mandauerit suum habere pro sua anima cum testimonia et cum carta...»), das coisas que porventura poderiam vir do território sarraceno («de terra de *mauros*»).

([78]) *Id.*, pág. 737.
([79]) Foral de Seia — 1136 — *Scriptores*, pág. 372.

Le Portugal et l'Europe

(RESUMO)

Por Emile Lousse

Par la géographie, le Portugal occupe une position excentrique, qui lui rend les communications directes avec l'Europe transpyrénéenne plus difficiles qu'aux autres nations. Il touche l'Europe, pourrait-on dire, à travers l'Angleterre et l'Espagne, dont l'alliance ou l'hostilité conditionne grandement ses propres relations. Sa contribution propre à l'histoire et la culture européennes fut particulièrement grande à l'époque des découvertes, en particulier depuis la prise de Ceuta jusqu'à la mort de Charles-Quint. Depuis le début du XIX[e] siècle, ses rapports avec l'Europe se sont modifiés en raison des présences communes en Afrique: des pays éloignés jusqu'à cette époque-là sont maintenant devenus voisins. Dans l'Europe divisée des trente dernières années, le Portugal occupe une place très à part, et accomplit des expériences qui ne sont pas à négliger.

Os mais antigos arabismos da língua portuguesa (Séculos IX-XII)

Por José Pedro Machado

O trabalho que tenho a honra de apresentar ao Congresso Histórico de Portugal Medievo pertence ao número daqueles que obrigam prèviamente a laboriosas e demoradas buscas, sem que, no entanto, resultem extensos e até profundos, na medida em que esses trabalhos prévios o exigiriam ou, pelo menos, fariam prever e na dos desejos dos seus autores.

Neste caso, restam ao menos as consoladoras esperanças de, por um lado, contar com a benevolência dos ilustres congressistas e, por outro, de sugerir empreendimento semelhantes, de maneira que este e outros temas afins se encontrem esclarecidos no mais curto espaço de tempo.

Os arabismos aqui utilizados foram extraídos de textos redigidos nos séculos IX-XII e em terras que viriam mais tarde a pertencer a Portugal. Como se espera, a maior parte deles encontra-se na preciosa colectânea *Diplomata et Chartae.*

Também foi bastante compulsado o volume das *Chancelarias Medievais Portuguesas,* organizado pela Dr.ª D. Abiah Elisabeth Reuter, de que apenas, até agora, saiu a primeira parte (em 1938), com *Documentos da Chancelaria de Afonso Henriques* (em abreviatura: *Chanc.*).

Em tempos, lemos e extraímos indicações vocabulares de todos os passos abonatórios apresentados em *Eluc.* (o *Elucidário* de Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo). A esse trabalho se deve o enriquecimento do nosso ficheiro de arcaísmos, algumas das melhores informações do *D. E. P.* e, agora, testemunhos sobre a presença de arabismos por estes territórios nas épocas que neste momento mais nos interessam.

O 3.º volume dos *Documentos Medievais Portugueses* (*D. M. P.*), publicado pela Academia Portuguesa de História, datado de 1940 (o

1.º tomo do 1.º volume só apareceu em 1959, apesar de datado do ano anterior), também foi compulsado e com utilidade.

Além destas fontes, citemos apenas aquelas donde tirámos *almogávar* e *reg(u)eifa:* o *Livro Preto da Universidade de Coimbra* e o volume XIV da *Revista Lusitana.*

Verificou-se e comparou-se o material assim conseguido com os verbetes de A. A. Cortesão nos *Subsídios para um Dicionário Completo* (1900), o *Appendix-I* da dissertação de Norman P. Sacks denominada *The Latinity of Dated Documents in the Portuguese Territory* (1941) e o nosso *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (*D. E. P.*), acabado de publicar recentemente.

Como se verifica, e como se disse, estas buscas foram laboriosas e ainda mais laboriosos foram, naturalmente, os trabalhos de joeiramento, classificação e ordenação dos elementos conseguidos.

À medida, porém, que as dificuldades iam surgindo, mercê sobretudo (mas felizmente, para a originalidade deste ensaio) da falta de outros trabalhos do mesmo género e não apenas para a Língua Portuguesa...

As conclusões, como julgamos, bem o podem comprovar.

O Material

Açaria, azaria. 1111. Cit. por *Eluc.*, s. v. *alcaidaria-II* e *Azaria.*
Açouge, azouge. 1154. Em *Leges,* p. 384.
Adaraga. 1041. Em *Dipl.*, p. 194.
Adarve. 1083. Em *Dipl.*, p. 373.
Adorra. 960. Em *Dipl.*, p. 51.
Alarde. 1160. Em *Chanc.*, p. 274.
Albarda. 1114. Em *D. M. P.*, III, p. 420.
Albende, alvende. 870. Em *Dipl.*, pp. 3 e 4.
Alcácer. 1176. Em *Chanc.*, p. 356.
Alcáçova. 1136. Em *Leges,* p. 372.
Alcaide. 1099. Em *Dipl.*, p. 544.
Alcalde. 1130. Em *Leges,* p. 1130.
Alcama. 960. Em *Dipl.*, p. 51.
Alcavala. 1111. Em *Leges,* p. 356.
Alcoceifa. 1158. Cit. por *Eluc.*, s. v.
Alcofa. Entre 1188-1230. Em *Leges,* p. 824.
Alcouce. 1065. Em *Dipl.*, p. 281.

Aldeia. 1134. Em *Chanc.*, p. 74.
Alfaia. 1048. Em *Dipl.*, p. 222.
Alfaniar. 1136. Em *Leges*, p. 372.
Alfaraz. 1108. Em *D. M. P.*, III, p. 250.
Alferez. 1129. Em *Chanc.*, p. 22.
Alfétena. 968. Em *Dipl.*, p. 207.
Alfitra. 1170. Em *Leges*, p. 396.
Alforges. 1162. Em *Leges*, p. 390.
Alfoz. 1200. Em *Leges*, p. 136.
Alganame. 1096. Em *Dipl.*, p. 493.
Algara. 1102. Em *D. M. P.*, III, p. 54.
Alhacama. 922. Em *Dipl.*, p. 16.
Alifafe. 1092. Em *Dipl.*, p. 470.
Almafalla. 907. Em *Dipl.*, p. 10.
Almandra. 1053. Em *Dipl.*, p. 234.
Almeitiga. 1043, na forma *almitiga.* Em *Dipl.*, p. 199.
Almocóvar. 1137-1139. Em *Chanc.*, p. 123.
Almocreve. 1174. Em *Leges*, p. 401.
Almoqueri. 1111. Em *Leges*, p. 356.
Almogáver. 1168, na forma *almogaber.* No *Livro Preto da Universidade de Coimbra*, II, fl. 308 vs.
Almotacé. 1094. Em *Dipl.*, p. 478.
Almotazaria. 1179. Em *Leges*, p. 407.
Almunia. 1087. Em *Dipl.*, p. 405.
Almucella. 1058. Em *Dipl.*, p. 250.
Almude. 1055-1065. Em *Leges*, p. 344.
Almuzala. 1092. Em *Dipl.*, p. 47.
Alqueire. 1111. Em *Leges*, p. 356.
Aluazil. 1070. Em *Dipl.*, p. 303.
Anil. 1179. Em *Leges*, p. 412.
Arraualde. 952. Em *Dipl.*, p. 37.
Arredel. 1114. Em *D. M. P.*, III, p. 420.
Arroba. 1188-1230. Em *Leges*, p. 824.
Arruda. 1172. Em *Chanc.*, p. 339.
Atalaia. 1137. Cit. por *Eluc.*, s. v. *Príncipe.*
Azambujal. 1141. Em *Chanc.*, p. 145.
Azambugeiro. 1086. Em *Dipl.*, p. 399.
Azaqui. 1170. Em *Leges*, p. 396.
Azeite. 1166. Em *Leges*, p. 393.

Azêmola. 1142. Em *Chanc.*, p. 162.
Azenha. 998. Em *Dipl.*, p. 110.
Badana. 953. Em *Dipl.*, p. 39.
Baraço. 1114-1128. Em *Leges*, p. 367.
Cikilatan. 1058. Em *Dipl.*, p. 250.
Fustam. 1123. Em *Leges*, p. 361.
Reg(u)eifa. 1177. Na *Rev. Lus.*, vol. XIV, p. 256.
Zorame. 987. Em *Dipl.*, p. 96.

Ordenados estes vocábulos

Por Séculos,

surge-nos o seguinte quadro:

Século IX. — *albende (alvende).* — Total: 1.
Século X. — *adorra, alcama, alfétena, alhacama, almafala, arravalde, azenha, badana, zorame.* — Total: 9.
Século XI. — *adáraga, adarve, alcaide, alcouce, alfaia, alganame, alifafe, almandra, almeitiga, almotacé, almunia, almucela, almude, almuzala, aluazil, azambugeiro, cikilatan.* — Total: 17.
Século XII. — *açaria (azaria), açouge (azougue), alarde, albarda, alcácer, alcáçova, alcalde, alcavala, alcoceifa, alcofa, aldeia, alfaniar, alfaraz, alferez, alfitra, alforge, alfoz, algara, almocóvar, almocreve, almoqueri, almogávar, almotazaria, alqueire, anil, arrédel, arroba, arruda, atalaia, azambujal, azaqui, azeite, azêmola, baraço, fustam, reg(u)eifa.* — Total: 36.

Chegou o momento de chamar a atenção para um dos vocábulos utilizados neste trabalho: *albende*, ao lado de *alvende*, que parece ter tido vida precária no território portucalense (o mesmo onde foram redigidos os textos respectivos), pois não aparecem outros vestígios além dos dois casos de 870, nem em documentos antigos, nem em falares dialectais (1).

(1) Não encontro este vocábulo noutros quaisquer romances, apesar do que escreveram João Pinto Ribeiro («*Alvende* (em outros países se dizia *albende*)...», mas quais?) e Neuvonen (que menciona **alvende* entre os «arabismos desaparecidos», em castelhano evidentemente, e atribui-lhe mesmo e também a data de 870, mas sem indicar que tal palavra só se documenta em textos de território que viria a pertencer a Portugal).

Note-se, a propósito, o paralelismo de formulário oferecido pelos dois diplomas, pelo menos no caso *albende-alvende*. Trata-se, parece, de vocábulo que apenas teria vivido um momento em linguagem técnica da época, mas que não conseguiu vingar por motivos hoje desconhecidos.

Deste modo, embora duplamente documentado, teve vida escassíssima o único arabismo atestável em textos portugueses do século IX, o que faz avançar para o imediato as abonações dos arabismos mais antigos da Língua Portuguesa.

Dos 9 então conseguidos dois houve até que lograram atingir os nossos dias e continuarem com grande uso, sem qualquer sintoma de envelhecimento, apesar do evolucionar da técnica ameaçar um deles: *arravalde* e *azenha*.

Dos 17 encontrados no século XI verificamos que quase todos tiveram vida secular e que só as modificações técnicas e sociais dos últimos tempos os conseguiram quase eliminar do uso quotidiano, mas ainda não do nosso esquecimento.

Em compensação, dos 36 da centúria imediata pelo menos 21 não desapareceram ainda da nossa linguagem de todos os dias. Lembro: *açougue, alarde, albarda, alcavala, alcofa, aldeia, alferez, alforge, alfoz, almocreve, alqueire, anil, arroba, arruda, atalaia, azambujal, azeite, azêmola, baraço, fustão, regueifa*.

Assim se verifica que, se o número dos arabismos aumenta com o rolar dos tempos e a partir do século X, aumenta também o daqueles que subsistiram até aos nossos dias (ou quase), mas este em proporção superior ao dos outros.

Merece indiscutível interesse a arrumação dos mais antigos arabismos da Língua Portuguesa por

Especialidades,

que vão distribuídas pela ordem decrescente das quantidades de vocábulos atribuídos a cada uma:

Guerra: adáraga, adarve, alarde, albarda, albende, alcácer, alcáçova, alcama (?), alfaniar, alfaraz, alferez, alfétena, alforges, algara, alhacama, almafala, almogávar, atalaia. — Total: 18.

Vida rural: aldeia, alganame, almocóvar, almocreve, almoquéri, almoynia, azenha. — Total: 7.

Comércio (produtos diversos, pesos e medidas): *açougue, almude, alqueire, anil, arredel, arroba.* — Total: 6.
Vestuário: adorra, almandra, badana, cikilaton, fustam, zorame. — Total: 6.
Impostos: açaria, alcavala, alfitra, almeitiga (?), azaqui. — Total: 5.
Cargos públicos: alcaide, alcalde, almotacé, almotazaria, aluaziles. — Total: 5.
Objectos de casa: alcofa, alfaia, alifafe, almucela, almuzala. — Total: 5.
Vida citadina: alcoceifa, alcouce, alfoz e *arravalde.* — Total: 4.
Plantas: arruda, azambujal, azambujeiro. — Total: 3.
Alimentação: azeite, regueifa. — Total: 2.
Animais: azêmola. — Total: 1.

Examinada esta lista, verificamos logo a total ausência de termos relativos a assuntos espirituais, mais especialmente: religião, ensino, artes, letras e ciências, o que nos mostra o carácter utilitário e popular da influência arábica em Português (e, afinal, não apenas durante os séculos de que nos ocupamos aqui especialmente...). Deduz-se isto do que falta, mas o mesmo se pode comprovar, inversamente, nas indicações fornecidas pela lista anterior, cujas rubricas, como se disse, foram dispostas pela ordem numérica decrescente da quantidade de vocábulos atribuídos a cada uma.

Não custa, assim, confirmar a superioridade imposta pelos elementos terminológicos relativos à *guerra*, afinal o então mais vulgar meio de contacto entre Cristãos e Mouros por estas paragens: tal matéria abrange 35 % das palavras que distribuímos por aquelas 11 rubricas.

Os 9 % da *vida rural* já a afastam bastante daquela, embora a coloquem à frente dos 10 capítulos remanescentes.

Por outro lado, não se pode deixar escapar o ensejo que se oferece para verificar quais dos aspectos verificados teria sido mais cedo afectado pela influência arábica.

Basta-nos, agora e para isso, distribuir por especialidades os 10 vocábulos que constituem o material conseguido para os séculos IX e X e teremos:

Guerra: albende (alvende), alcama, alfétena, alhacama, almafala.
Vestuário: adorra.
Vida citadina: arraualde.

Vida rural: azenha.
Vestuário: badana, zorame.

Deste modo se verifica, portanto, que metade daquele total pertence ao mesmo tema da *guerra*, o que revela a antiguidade da característica antes apontada em relação aos quatro séculos de que nos ocupamos aqui, com a relevante circuntância de *albende (alvende)*, o único elemento que conseguimos para o século IX, embora cedo perdido pelos Romanos, também dizer respeito a tal matéria.

Movimento lexical

O ensejo parece propício para, agora, fazer o balanço das palavras aqui recolhidas que o Nosso Idioma conservou até hoje e das que, com o rolar dos tempos, enjeitou.

Arabismos arcaizados:

açaria, adáraga, adarve, adorra, albende (alvende), alcácer, alcáçova, alcaide, alcalde alcama, alcoceifa (?), alfaniar, alfaraz, alfétena, alfitra, alganme, algara, alhacama, alifafe, almafala, almandra, almeitiga,, almocóvar, almogávar, almoquéri, almotacé, almotazaria, almuceia, almuzala, alvaziles, arredel, azaqui, cikilaton, zorame. — Total: 34 palavras.

Arabismos ainda hoje em uso.
mesmo com outro sentido.

açougue (azougue), alarde, albarda, alcavala, alcofa, alcouce, aldeia, alfaia, alferez, alforges, alfoz, almocreve, almoynia, almude, alqueire, anil, arravalde, arroba, arruda, atalaia, azambujal, azambugeiros, azeite, azêmola, zenha, badana, baraço, fustam regueifa. — Total: 29 palavras.

★

Estudadas as listas antes apresentadas, verifica-se imediatamente o escasso número de arabismos registados nos séculos IX-XII, em comparação com a massa crescente dos recebidos pela Língua Portuguesa na

sua metrópole e durante as centúrias imediatas da nossa nacionalidade ou, se quisermos ser mais precisos, até ao limitar do século XV (²).

Como o mostra a ordenação *Por Séculos*, já nos recuados tempos que prenderam a nossa atenção neste trabalho, o arabismo constituiu fenómeno em progresso do léxico português, devido certamente ao cada vez mais íntimo contacto que se ia verificando entre as duas civilizações então aqui em presença.

Não admira, por isso, que, inicialmente (séculos IX e X), a *Guerra* abranja, nas rubricas de *Especialidades*, metade das palavras então recebidas, número que era pouco menos de um terço da totalidade dos termos do mesmo tipo recolhidos em textos redigidos entre os séculos IX e XII.

Tratava-se realmente do então mais vulgar meio de comunicação entre Cristãos e Mouros por estas paragens, aquele, afinal, que abriu as portas ao contacto pacífico que tornou possível o surto de novos métodos de vida, como se pode verificar em alguns passos deste trabalho, mas apenas sob um dos dois aspectos a considerar. O outro encontra-se, infelizmente, ainda por explorar em extensão e em profundidade: as influências exercidas pelos Cristãos sobre os Muçulmanos.

Ressalte-se agora, por contraste, como dos mesmos séculos IX e X nada há para arrumar sob os títulos: *comércio, impostos, cargos públicos, objectos de casa, plantas, alimentação* e *animais*, já representados nas centúrias XI e XII.

Repita-se, no entanto, como fere logo a nossa atenção a ausência de termos relativos a assuntos espirituais ou intelectuais: religião, ensino, artes, letras e ciências, o que nos mostra o carácter utilitário e popular

---

(²) O estudo da influência arábica nos romances hispânicos tem merecido a atenção de alguns dos mais eminentes especialistas, se bem que nem sempre se salientasse ou mencionasse a extensão e os aspectos sob que ela deve ser observada, sobretudo no caso português.

Sofremo-la aqui, na Península Hispânica, como a sofremos em Marrocos e no Oriente, mas, em qualquer dos casos, foram atingidos os campos lexical, topo e antroponímico.

Deste modo, a observação da profundidade, da extensão e dos aspectos da influência do elemento arábico na Língua Portguesa atinge forma mais exacta do que a geralmente até aqui encarada, se bem que adquira complexidade e extensão ainda não assinaladas.

Que saibamos, o primeiro trabalho onde se tenta tratar este importante sector da lexicologia portuguesa dessa maneira é o nosso ensaio sobre *Influência Arábica no Vocabulário Português*.

da influência arábica em Português (e, afinal, não apenas durante os séculos de que nos ocupamos aqui especialmente...).

A contribuição arábica apresenta-se, já nestas recuadas épocas, com carácter popular e, como tal, variado (63 palavras distribuídas por 11 rubricas), tão vivo que os mesmos 63 vocábulos se podem dividir em duas partes quase iguais, correspondentes a dois dos principais movimentos do léxico: palavras que desapareceram, palavras que subsistiram.

Desses mesmos 63 arabismos, 34 já não fazem parte do Português corrente dos nossos dias, mas continuamos a utilizar os 29 restantes, embora alguns com alterações semânticas.

*

No período da nossa Língua limitado pelos séculos IX e XII, já se notavam, portanto, os caracteres da influência arábica: popular, variada, palpável, viva, persistente...

Criptografia Medieval Portuguesa

(RESUMO)

Por José Victorino Pavia de MAGALHÃES

Súmula histórica; As cifras do Vaticano; O emprego de letras e palavras de substituição; O método de substituição das vogais; Escrever do fundo da página para o princípio e da direita para a esquerda; Escrever com tinta especial Processos de Gabriel Lavinde; As cifras de João XXI; A criptografia noutros Estados; Em Veneza: opiniões de Bartelommes Cecchettise de Luigi Pasini; São Isidoro de Sevilha; As cifras de Rogério Bacon; Um método da antiguidade clássica em 1431; a *citala*; Escrita secreta do rei de Navarra; Criptografia literária em vários países; O *trobar clus* dos goliardos e jograis medievais; A criptografia de Dante Alighieri; O calão dos amigos de Villon e seus acrósticos; As cifras em Portugal na Idade Média; No Condado Portucalense, séc. XI; No período do Conde D. Henrique; fim do séc. XI e princípio do séc. XII (1094-1114); No tempo do governo de D. Teresa (1114-1128); No reinado de D. Afonso Henriques (1128-1185); A cifra do séc. XV; O *Livro del Tesoro e del Condado*, terá inspirado a nossa cifra deste século?; Análise das cifras de El-Rei D. Duarte; Pesquisas feitas para identificar a origem da desconhecida chave; Cifra do rei D. Afonso X, o Sábio de Castela; As relações comerciais e culturais de Portugal com a República de Veneza; O Infante D. Pedro e as cifras; A possível influência de Rogério Bacon; Os escrivães da puridade; Criptografia apostólica portuguesa; Os primeiros jograis portugueses; Supostas cifras; A legenda do túmulo de D. Pedro; Uma legenda do Mosteiro da Batalha; Conclusões prováveis sobre as cifras estrangeiras e portuguesas (séculos XI, XII e XV); Bibliografia criptográfica desta época.

Portugueses em Barcelona (1391-1441)

(Notas dispersas para su historia)

Por José Maria Madureli Marimón

La situación privilegiada de la ciudad de Barcelona, indudablemente, influiría en la presencia en la aludida urbe, en el último decenio del siglo XIV y gran parte de la primera mitad de la siguiente centuria, es decir, durante casi medio siglo, de innumerables personas de diferentes condiciones y nacionalidades, entre ellas un notable contingente de portugueses, principalmente marinos, patronos de barcas, mercaderes, un comendador sanjuanista y un aprendiz de maestro de ribera.

Sabemos, en primer lugar, de la existencia en nuestra ciudad condal, en 1391, de los lisboneses Pedro Rodrigues y Vasco Peris, ambos patronos y señores de una barca de un timón y una cubierta llamada del Santo Espíritu, en aquel entonces surta en la playa del mar de Barcelona, los cuales formalizaron la venta de dicha embarcación, equipada con sus aparatos, debidamente aprovisionada, y los derechos anexos al dominio y patronía de la misma, a los barceloneses Pedro Bonmacip y Pedro de Casesnoves, por el precio de 286 libras barcelonesas de terno.

Es oportuno consignar que Sancho González, cónsul de los castellanos en Barcelona, firmó como testigo del otorgamiento de la susodicha escritura de venta (1).

Cuatro años después, actuaba una Compañía portuguesa dedicada al comercio de exportación, entre los lisbonenses Alfonso Peris, Juan Jhayues, Fernando Sanxis y Martin Alfonso, a base de mercancías, mercería y espe-

(1) AHPB (=Archivo Histórico de Protocolos de Barcelona), Bernardo Nadal, legajo 13, manual años 1390-1391 ff. 20 v.°, 22 v.°, 25, 28 v.°: 24, 26 y 28 enero y 4 febrero 1391.

cies compradas en Barcelona y cargadas en la barca de Viana, patroneada por el ciudadano vianés Nicolás Jhaynes, con destino a Lisboa.

Los 90 florines aportados por Martín Alfonso a la memorada sociedad, correspondían al pago de 50 unidades de dicha moneda adeudadas por el sastre lisbonense Juan Jhaynes, satisfechas por su fiador o avalista, el referido Martín Alfonso.

Comprobamos también, que el debitorio otorgado por los consocios Alfonso Peris, y Juan Jhaynes, en sus propios nombres, y Fernando Sanxis, por si y por su asociado Martín Alfonso, se elevaba a la cifra de 34 doblas castellanas de oro y un cuarto de doblón, importe del flete correspondiente al transporte de salsas de pescado y arenques en la susodicha barca de Nicolás Jhaynes, desde Lisboa, a Setubal y Barcelona (2).

Por otra parte, conocemos a Juan Peris, como firmante de un recibo al mercador barcelonés Jaime Axender, de 25 florines de oro de Aragón, por razón de un cambio con un mercador valenciano (3).

El mercader lisbonense Vasco Lorenço, días más tarde, simultaneaba la formalización de poderes al hostelero barcelonés Gil de León, con la firma de un recibo a favor de éste de la entrega en comanda de 19 libras y 5 sueldos, ante la presencia del testigo instrumental Juan Rodrigues, mercader portugués de la villa del «Casser» (4).

Registramos, también, como el lisbonense Gonzalo de Lisboa, residente en Barcelona, recibía en comanda o depósito la cantidad de 6 libras y un sueldo de moneda barcelonesa, de manos de Juan Brugués, procurador autorizado de Pedro Augustí, escribano del rey habitante en el Castillo de Cáller, de la isla de Cerdeña (5).

Nota curiosa de por si, corresponde a la venta de la cuarta parte común e indivisa de una nave llamada Santa Maria de la Rábida, compuesta de un timón y una cubierta, debidamente equipada y aprovisionada, realizada por el portugués de la villa de Setubal Aparicio García, patrono y señor de dicha embarcación, a favor de su convecino Gonzalo Dies. Aparece como testigo instrumental el vecino de Setubal Juan Yenes (6).

La presencia en Barcelona del lisbonense Alfonso Ferrandes, como residente en nuestra ciudad, consta en una escritura de donación, firmada

(2) AHPB. Juan Nadal, leg. 3, manual 4 contratos comunes 27, años 1394-1395: 25 febrero 1395.

(3) *Ibidem:* 2 marzo 1395.

(4) *Ibidem:* 24 marzo 1395.

(5) AHPB. Juan Caselles, leg. 1, man. 2 años 1397-1399: 6 octubre 1397.

(6) AHPB. Bernardo Nadal, leg. 50, man. años 1404-1405, f. 66 v.°: 1 abril 1405.

por su viuda Maria, al sastre barcelonés Bernardo Jordi, de 50 libras entregadas en concepto de aumento de la dote (7).

Un contrato de aprendizaje del oficio de maestro de ribera, por el término de dos años, da noticia del portugués de Vila Nova, Álvaro Gil, de 24 años de edad, el cual, se puso al servicio del maestro de ribera barcelonés Juan Fábregues, pero con el compromiso de que el citado maestro procuraría darle de comer y beber, entregarle caligas y zapatos, y cada año un sayo, una capa o jubón, y, al final del plazo estipulado, le daría herramientas para laborar, a tenor de la costumbre establecida en la profesión del aludido oficio, comprometiéndose, por otra parte enseñarle dicha profesión, y matenerle sano y enfermo, a uso y costumbre de Cataluña (8).

Una documentada referencia, informa del otorgamiento de poderes por parte de Pedro de Vizeo, marinero del lugar de Vizeo, de Portugal, habitante en la villa de Alguer, a su compañero de oficio el barcelonés Jorge Farla, facultándole para recuperar del hombre de mar portugués Alfonso Ferrandes, de Porto, los bienes y dineros que se le adeudaban y unas chalupas (9).

Meses después, el caballero sanjuanista fray Juan de Correa, comendador de Poyanes, del reino de Portugal, hallado en Barcelona, formalizba escritura de debitorio a favor de la dama barcelonesa Maria Rodrigues de 120 florines de oro fino y peso recto, por razón de un mutuo librado en la Tabla de Cambio de Barcelona, cuya cantidad se comprometía a liquidar por todo el siguiente mes de febrero. Notemos, de paso, la intervención como testigos instrumentales de la formalización de aquel público instrumento, de Juan de Andrea y del portugués Martín Gil, ambos mercadores, y de Jaime Saliç, escudero e familiar del referido comendador (10).

De no menor interés, es la estancia en Barcelona del mercader judio portugués y ciudadano de Porto Mosse Bono, el cual subscribió un debitorio de 7000 reales blancos de moneda lusitana, a favor de su compatriota Pedro Bernardo, pescador de Matosinos, por razón de un cambio recibido en cantidad equivalente de moneda barcelonesa de terno, invertida en la compra de especies a cargar en la nave de un tal «Aleyosnes», noble y consejero del rey de Portugal, para expedirlas al reino portugués.

---

(7) AHPB. Gerardo Basset, leg. 2, man. años 1423-1424: 11 agosto 1424.
(8) AHPB. Juan Reniu, leg. 5, man. año 1429: 6 septiembre 1429.
(9) AHPB. Juan Reniu, leg. 7, man. año 1435 (enero-marzo): 16 febrero 1435.
(10) AHPB. Antonio Vinyes, leg. 6, man. años 1435-1436: 3 septiembre 1435.

Fué pacto convenido que los antedichos 7000 reales, se entregarian precisamente en la ciudad de Porto, francos y quitios de décima y otros derechos, en cuyo puerto se descargarían dichas especies pasada la fiesta de Santa María de Agosto próxima venidera. Aparecen como testigos instrumentales de aquella escritura de reconocimiento de deuda, Juan Alfonso y Alfonso Hianyes, pescadores portugueses avecindados de Matosinos (11).

Finalmente, señalemos la firma de compromiso de buena, final y leal paz, sin odios ni rencores, bajo la pena pecuniaria de 10 libras, entre el lisbonense Pedro dez Mas Portals, el valenciano Luis Filach y el barcelonés Ginés Gros (12).

(11) AHPB. Bernardo Montserrat, leg. 10, man. 10, año 1437: 15 enero 1437.
(12) AHPB. Antonio Vilanova, leg. 4, man. 7, año 1441: 18 julio 1441.

A moeda portuguesa durante a Idade Média

Por A. H. de Oliveira Marques

A história monetária de Portugal tem sido empreendida, quase que exclusivamente, sob o aspecto numismático (1). É nosso objectivo, nas páginas que se vão seguir, fazer algumas considerações sobre a evolução da moeda em Portugal, durante a Idade Média, encarada, porém, debaixo do ponto de vista económico-financeiro.

Não vimos apresentar, em geral, documentação nova. Na sua essência, os textos em que se apoiarão as conclusões a tirar foram já dados a conhecer por diversos autores, principalmente por Teixeira de Aragão. Só a estruturação desses dados julgamos ser original e marcar, por isso, um passo em frente no estudo da História económica portuguesa.

Se procurássemos representar gràficamente a evolução económica e financeira da Europa, desde a queda do Império Romano do Ocidente até ao dealbar da centúria de quinhentos, traçaríamos uma curva descendente, entre o século IV e o século XI, que logo se elevaria, sem mais quebra, até ao fim do período considerado. Aquela primeira parte corresponde à

(1) Um dos poucos trabalhos onde se procurou estudar a evolução da moeda portuguesa, sob o aspecto económico-financeiro, foi o de J. Lúcio de Azevedo, «Da moeda nacional e suas variações mais notáveis», publicado nas «Novas Epanáforas. Estudos de história e literatura», Lisboa, 1932, Relação Segunda, pp. 63 a 95; mas o longo período estudado (séc. XII-séc. XVII) e o pequeno número de páginas que lhe correspondem mostram imediatamente que o trabalho de Lúcio de Azevedo não passa de uma síntese apressada e excessivamente resumida.

Também Costa Lobo («História da Sociedade em Portugal no século XV», Lisboa, 1903) dedica um capítulo à história monetária do período que analisa.

regressão económica, que se traduziu, no campo que nos interessa, por uma diminuição da circulação monetária e pela evolução gradual para um tipo de economia onde predominavam as trocas directas: em suma, de uma economia marcadamente monetária, qual era a do Império Romano, se passou a uma economia quase natural, correspondente ao triunfo político e militar das monarquias bárbaras e que devia atingir o seu ponto máximo no decorrer do século IX, na época do Império de Carlos Magno.

A segunda parte da curva, na sua fase ascendente, corresponde ao renascimento económico europeu, iniciado com a revolução do século XI e traduzido por uma intensificação das trocas a distância e por um consequente incremento dos intercâmbios em espécie. O fim da Idade Média assiste, não apenas ao reaparecimento da moeda de ouro e da boa moeda de prata, como igualmente à criação das letras de câmbio, das instituições bancárias, dos câmbios e de outros instrumentos monetários e financeiros que estão na base da vida económica moderna.

Ora, o que desde já, se nos afigura interessante constatar, é a situação diversa do evoluir económico-financeiro da Península Ibérica.

Aqui, na verdade, o gráfico não se apresentaria daquela forma simples, de uma fase descendente substituída por outra, ascendente. A curva evolutiva peninsular melhor se traduziria por um W, correspondendo cada uma das fases às seguintes épocas: a primeira, de regressão, de marcha para um sistema natural de trocas, acompanhando, no plano político, o estabelecimento e a estruturação dos reinos bárbaros — vândalos, suevos, alanos, visigodos, por fim, — e atingindo o seu ponto mais baixo nas vésperas da invasão muçulmana, em 711; a segunda, correspondente ao apogeu da civilização islâmica na Península, reprsentada pelo Califado de Córdova, nìtidamente ascendente, atingindo, aí por alturas dos séculos IX ou X, — exactamente quando, na Europa cristã, se podia falar de um sistema de economia natural — o seu ponto máximo de desenvolvimento monetário; a terceira, que vai acompanhando a marcha da «Reconquista», de nítida regressão, de visível enfraquecimento das trocas comerciais a distância, e corresponde, na sua mais baixa ordenada, aos meados do século XII; finalmente, a quarta indica a expansão, até ao mundo peninsular, das transformações económicas da Europa cristã, traduzidas por um renascimento comercial e financeiro, por um abandono definitivo do sistema das trocas directas.

É de notar, porém, que nunca a economia peninsular, ao que se nos afigura, atingiu um ponto de regressão comparável aos da francesa ou alemã: no primeiro período, porque a evolução descendente foi sustida,

antes de alcançar o ponto mínimo, pela irrupção vitoriosa dos exércitos muçulmanos; e no terceiro porque, por um lado, sempre a benéfica influência do Islão, representada no intercâmbio de metais preciosos e na persistência das trocas comerciais, impediu a passagem definitiva para uma economia natural acentuada, e pelo outro, no momento em que essa influência deixou de se exercer ou se exercia apenas de forma mínima, já a revolução económica da Europa Ocidental se encontrava em pleno desenvolvimento e os meios novos do comércio e das finanças do Norte se substituiam, com vantagem, à penetração do Sul.

Quando o novo estado surge, no ocidente da Ibéria, estava, pois, a Península cristã mergulhada no mais fundo da sua regressão económica. Não obstante, e como acima dissemos, a influência islâmica não deixara ainda de se exercer: e é assim que, no complexo dos contratos de compra e de venda, dos pagamentos foreiros e censitários desse «Portucale» da segunda metade do século XI e primeira do século XII, os pagamentos em espécie são quase tão numerosos como os pagamentos em géneros (2).

---

(2) Os exemplos podem ser buscados nos P. M. H. (especialmente no volume dos «Diplomata et Chartae»), no «Censual do Cabido da Sé do Porto» (Porto 1924) e em outras colectâneas menores. Os pagamentos em espécie são feitos por intermédio das moedas correntes, visigodas e bizantinas mas, principalmente, muçulmanos. Os documentos mencionam, como moedas de ouro, áureos, morabitinos e talentos. É difícil a identificação destes termos com as espécies monetárias cunhadas. Segundo A. C. Teixeira de Aragão, que cita João Pedro Ribeiro («Descripção das Moedas», I, p. 23 e n. 5), os áureos eram o mesmo que os soldos de ouro (também chamados besantes e nomismata) do Império Bizantino. Custa-nos a crer que assim seja sempre, dada a frequência com que aparecem e as quantidades por vezes registadas, que atingem a ordem dos milhares. Mas logo a seguir, o mesmo autor afirma, e muito bem, que «os arabes... adoptaram o systema monetario bysantino» e que «os seus primeiros morabitinos regulam pelo mesmo peso» (que os besantes). Os áureos, se, algumas vezes, podem ser moeda de Bizâncio eram, com certeza, mais frequentemente, dínares ou morabitinos muçulmanos.

Os talentos parece significarem apenas moeda de conta, referindo-se a determinado peso de ouro (Aragão, ob. cit., I, pp. 18 e 20 n. 4).

Outros pagamentos em moeda falam de soldos de prata (que não devem ser mais do que dirremes muçulmanos), em mitcais (idem), em semisses visigodos, também de prata, e em soldos de dinheiro, tomando o soldo como unidade de conta, equivalente a 12 d. de moeda efectiva.

Em metais preciosos, os documentos mencionam solvências em marcos de prata e em onças de ouro, além de em talentos, como acima referimos.

Quanto aos pagamentos em géneros, a unidade era, em regra, o moio. O moio referia-se sempre a x de cereais (13 a 14 alqueires), em regra trigo, mas, às vezes, também milho, centeio, etc. Como o moio de trigo valia cerca de 1 soldo nos séculos

O período de cem anos que decorre desde a conquista de Lisboa aos mouros (1147) até à entrada do Conde de Bolonha no Reino (1425) marca, sob o plano monetário, o entrechocar da influência cristã transpirenaica, simbolizada pelo sistema carolíngio e pelo abandono das cunhagens de ouro e de prata, (3) e da influência islâmica dos reinos muçulmanos do sul da Península, representada pelo bimetalismo monetário e pela convergência dos sistemas de contagem romano-bizantino, persa e pròpriamente árabe (4). A vitória final vem a caber à primeira influência; ela corresponde, aliás, no plano político, à autonomização definitiva do Estado português, liberto da órbita de gravitação muçulmana e meridional ,para se integrar no complexo das relações com o Norte cristão. Ainda Sancho I, Afonso II e Sancho II representam a persistência da tradição monetária islâmica, ao mandarem cunhar os poucos morabitinos dos reinados respectivos, cópia fiel dos dínares muçulmanos (5). Mas já Afonso III renuncia à tradição para introduzir a «moda» francesa da contagem por libras, segundo a qual se irá reger a Nação durante muitos séculos.

Não estamos, infelizmente, elucidados, sobre as correntes de ouro e de prata que o comércio muçulmano drenava para o Portugal cristão, ou que

XI e XII, era frequente a equiparação do moio ao soldo nos pagamentos de que se trata. Já nos meados do século XIII, a subida dos preços fizera elevar o do moio de trigo para 4 soldos. (cf. exemplos in Aragão, ob. cit., I, pp. 41/43).

Além dos pagamentos em cereais, a documentação portuguesa dos séculos XI a XIII menciona, também, gado (bois, vacas, cavalos, porcos, etc.) e têxteis (medidos em varas, côvados, bragais, etc.).

(3) A reforma monetária carolíngia (levada a efeito nos reinados de Pepino o Breve, de Carlos Mogno e de Luís o Piedoso) consistiu, essencialmente, nos três factos seguintes: 1.° centralização da cunhagem de moeda nas mãos dos poderes públicos; 2.° criação de uma nova equivalência entre o soldo e o dinheiro; e 3.° cessação da cunhagem de ouro. O soldo passou a equivaler a 12 dinheiros de prata, única moeda realmente cunhada, e a entrar em número de 20 na libra. Este sistema ia de par com o sistema ponderal romano: 1 libra de peso (=326 gr.) era igual a 240 d.; 1 dinheiro, portanto, devia conter cerca de 1,3 gr. de prata (cf. Marc Bloch, «Esquisse d'une histoire monétaire de l'Europe», Cahiers des Annales, 9, Paris 1954, pp. 20/26).

(4) O sistema islâmico, tal como foi estabelecido pela reforma almorávide (segunda metade do século XI), tomava para unidades de conta o dínar de ouro (1/80 do peso de 1 libra de ouro romana = 4 gr. de ouro) e o dirreme de prata (cujo peso variava de 1 a 1,95 gr. de prata), na relação de 1 para 10 (cf. Felipe Mateu y Llopis, «La Moneda Española», Barcelona 1946, pp. 99/119 e Pedro Batalha Reis, «Morabitinos Portugueses», in «Anais da Academia Portuguesa da História», vol. II, Lisboa 1940, p. 205, n.° 1).

(5) Os morabitinos portugueses procuravam copiar, em peso e em módulo, os dínares ou morabitinos almorávides. A própria designação «morabitino» é árabe.

deste se dirigiam para o mundo islâmico, durante o primeiro século da nacionalidade. Menos, ainda, sabemos sobre a raridade relativa de ambos os metais, sua velocidade de circulação entre os povos e suas acumulações de reserva nos tesouros do Estado e dos particulares.

A relação de 1/10 entre o ouro e a prata, adoptada no Império Almorávide e correspondendo a uma situação ideal a que as diferentes cunhagens procuravam, tanto quanto possível, reportar, deve ter sido, também, introduzida em Portugal. Mas já na segunda metade do século XII, diminuira ela para o valor de 1/7, 8, não sabemos se como resultado da desvalorização do ouro, se de valorização da prata (6). Ao que parece, a relação ideal não voltou a ser atingida na primeira metade do século XIII (7).

A partir do ano de 1172, a escassez de numerário de ouro árabe, em

---

(6) O que se comprova por uma doação não datada, feita à Sé de Coimbra pelo seu Bispo, D. Miguel Salomão, que governou de 1162 a 1176, e na qual se equipara o marco de prata a 9 morabitinos de ouro e 14 soldos e o marco de ouro a cerca de 76 morabitinos, (cf. Teixeira de Aragão, ob. cit., I, 36/37). Note-se que, em ambos os casos, se tratava de metais preciosos de baixa liga, superiores, em pureza, aos que entravam na maioria do numerário.

O marco, unidade de peso que veio, pràticamente, substituir a libra nos metais preciosos, equivalia a 2/3 desta, ou a 8 onças (cerca de 230 gr. de hoje).

Durante o Pontificado de Celestino III (1191-1198), quando este Papa requereu a D. Sancho I o pagamento do censo devido à Santa Sé, respondeu-lhe o monarca português que, em 1179, D. Afonso Henriques enviara a Alexandre III a importância de 1000 áureos, equivalentes a dez anos de censo (cf. A. Herculano, «História de Portugal», 8.ª ed., vol. III, p. 235). Nestes termos, equiparava-se o marco de ouro (igual a duas vezes quatro onças, importância anual do censo) a 50 áureos. Tratando-se de bons dínares muçulmanos, de ouro quase puro, o número de 50 para o marco devia corresponder ao valor efectivo do metal amarelo (as dobras almóades eram cunhadas exactamente à razão de 50 no marco). Como é fácil de verificar, este número afasta-se consideràvelmente do preço de 76 acima calculado. Tratar-se-á, num caso e noutro, de morabitinos pertencentes a cunhagens diferentes e não idênticos em valor? Os morabitinos (dínares) almorávides entravam no marco à razão de 57 ½, pesando 4 gr. de ouro. Como se foram depreciando gradualmente, é possível que o seu número no marco chegasse a atingir 76 (cerca de 3 gr. de ouro). Se assim for, o numerário indicado na doação do Bispo de Coimbra refere-se a dínares almorávides, enquanto o censo pago a Roma, em 1179, se teria feito em dobras almóades.

(7) Esta afirmação é hipotética, já que não nos restam quaisquer elementos que permitam avaliar o preço do ouro e da prata nessa altura. Mas como parece que o bolhão não foi, durante a mesma época, desvalorizado (não se conhecem quebras de moeda de prata anteriores a Afonso III), enquanto o ouro o foi seguramente (como adiante mostraremos), podemos supôr estacionário o preço do marco de prata até à primeira metade do século XIII. A relação do ouro para a prata terá oscilado, assim, entre 1/7 e 1/8, nos reinados de D. Sancho I, D. Afonso II e D. Sancho II.

circulação na Espanha cristã, motivada por um endurecimento nas relações entre ambas as partes e por uma consequente diminuição do intercâmbio mercantil, aliada ainda, possìvelmente, a questões pessoais de prestígio, levou os monarcas cristãos da Península a tentarem a cunhagem própria de moeda de ouro, recorrendo aos tesouros acumulados. Não é lícito supor que estas cunhagens tenham sido o resultado da fundição de dinheiro muçulmano ou de outra qualquer proveniência. Se ele existisse em quantidade bastante para tal, não seria necessário lançar em circulação novas moedas, que vinham copiar servilmente, já pelo respeito ao hábito e à tradição de cinco séculos, já pelo crédito nas relações comerciais, o numerário correspondente do mundo islâmico (8).

Estas moedas de ouro cristãs eram escassas, como escassas eram as reservas de metal precioso e o próprio volume do intercâmbio mercantil. Os morabitinos ou maravedis leoneses e castelhanos entraram, não obstante, nas fronteiras portuguesas, concorrendo com os seus irmãos muçulmanos. Enquanto nenhuma diferença de peso ou de toque os distinguiu, uns e outros alimentavam o incipiente «grande comércio» que em Portugal então se faria, designados, genèricamente, pelo termo «morabitino», por vezes latinizado em «aureus».

Mas ainda antes de findo o século XII, reconheceram os governantes portugueses a necessidade de imitar os seus parentes de além-fronteiras, na cunhagem de numerário de ouro. A rivalidade entre monarcas portugueses e leoneses, a interrupção das linhas comerciais entre ambos os países por virtude dos conflitos frequentes e da insegurança das rotas, o entesouramento praticado pelo rei Povoador, levaram à primeira cunhagem de ouro, em Portugal, efectuada entre 1185 e 1191 (9).

Esta cunhagem correspondia já a uma quebra monetária. Equiparando os seus morabitinos de ouro aos dínares almorávides, de 4 gr. de peso, D. Sancho I fê-los, no entanto, bater, com 3,80 gr. e título de

(8) F. Mateus y Llopis, ob. cit., p. 163.

(9) Com efeito, um documento de 1191 já menciona «morabitinos novos», que se supõe serem os da lavra de D. Sancho I. Em 1197, o termo repete-se e aparece ainda em documentos posteriores, até que a progressiva raridade da moeda de ouro islâmica tornou normais esses morabitinos. Desaparece, então, o adjectivo «novos». Ele voltará, mais tarde, a surgir, mas agora como indicativo de moeda mais fraca, pertencente à lavra dos sucessores do primeiro Sancho, (cf. T. Aragão, ob. cit., I, p. 152).

800/1000 (10). Desvalorizou, assim, a moeda, em uns 20 % (11). O marco de ouro custava, então, 60 morabitinos (12).

Seu filho seguiu-lhe o exemplo. Fez cunhar morabitinos, sempre equiparados aos dínares de 4 gr., mas com 3,70 gr. apenas e título de 730/1000 (13). Já agora o morabitino de D. Sancho I corria como «velho» (14), para se distinguir das novas moedas, depreciadas de 11,5 % (15) e de cerca de 31,5 % em relação as dínares almorávides. O marco de ouro elevou-se para 62 morabitinos (16).

Sancho II cunha os últimos morabitinos da dinastia, anteriormente a 1240 (17), e volta, com essa cunhagem, a proceder à desvalorização da moeda de ouro, mais fraca de 19% relativamente à de seu pai (18), ou de 50,5 % relativamente aos bons dínares almorávides. Os seus morabitinos, talhados com o título de 680/1000, contam apenas 3,25 gr. (19). O marco de ouro passou agora a valer 70 morabitinos, aproximadamente.

---

(10) T. Aragão, ob. cit., I, pp. 150/152; J. Ferraro Vaz, «Os Morabitinos, à luz de uma novo investigação e de um novo achado», sep. de «Arqueologia e História», vol. VI, Lisboa 1951, p. 21.

(11) 15% em relação à diferença de toque das moedas árabes (título de 937/1000) + 5 % em relação à diferença de peso (4 para 3,80 gr.).

(12) Ao efectuar, em 1198, o pagamento do censo à Sé Apostólica, D. Sancho I equiparou 504 morabitinos a 9 marcos (cf. Herculano, ob. cit., III p. 236), ou seja, 1 marco de ouro a 56 morabitinos.

Tratando-se, com certeza, de peças de ouro da sua lavra, o rei português recusava-se a admitir a quebra que praticara na moeda; dando 56 morabitinos por cada 60, lesava o Sumo Pontífice em 46 morabitinos, mais de 7 % sobre o total.

(13) T. Aragão, I, p. 155; J. Ferraro Vaz, ob. cit., p. 21.

(14) Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, «Elucidario...», 1.ª ed., vol. I, pp. 185/186.

(15) 9 % de diferença de toque (título de 730/1000 + 2½ % de diferença de peso (3,70 gr.).

(16) Mas em 1213, no pagamento feito à Santa Sé de 3360 morabitinos, correspondentes a 28 anos de censo em atraso e a 56 marcos de ouro, Afonso II avaliou o marco em 60 morabitinos (Herculano, ob. cit., IV, p. 57). Se a importância remetida para Roma se compunha de morabitinos da lavra de D. Sancho, o cômputo estava certo; mas se nela incluiu peças de ouro da sua cunhagem, depreciadas, Afonso II voutou a lesar, como já seu pai o havia feito, a Tesouraria Papal, entregando 60 onde devia entregar 62.

(17) Um documento de 10 de Julho desse ano indica o arrendamento das colheitas das herdades régias de Sátão e de Rio de Moinhos por 225 morabitinos novos (cf. Viterbo, «Elucidario», 1.ª ed., vol. II, p. 115).

(18) 6 % de diferença de toque (título de 680/1000) + 13 % de diferença de peso (3,25 gr.).

(19) T. Aragão, ob. cit., I, p. 158; J. Ferraro Vaz, ob. cit., p. 21.

A marcha da moeda de ouro portuguesa, de D. Sancho I a D. Sancho II, mostra bem a crescente falta do metal amarelo em Portugal, nesse espaço de tempo de cerca de cinquenta anos. O que, hoje, a Numismática nos ensina é, paralelamente, o aumento no valor de coleccionação dos morabitinos, à medida que avançamos nos reinados. Este testemunho coaduna-se perfeitamente com a crescente raridade dos metais preciosos no Portugal de trezentos (20).

As cunhagens de bolhão dos quatro primeiros reis portugueses não nos permitem tirar grandes conclusões sob o aspecto económico-financeiro. Só D. Sancho II parece não ter feito bater dinheiros em seu nome, e de D. Sancho II não se conhecem mealhas, equivalentes a meio dinheiro. O peso de umas e outras terá oscilado pouco, ao que parece (21).

---

(20) Por volta de 1188 (cf. A. Herculano, «História de Portugal», vol. III, pp. 332/337), o primeiro testamento de D. Sancho I acusava a acumulação de mais de 110.000 morabitinos, acrescidos de 200 marcos de prata. O codicilo ao mesmo testamento regista 27.337 ½ morabitinos, 97 mealhas de ouro (meios dinarins almóades, com 1,14 gr. cada, ao todo uns 0,110 kg. de peso de ouro), 493 morabitinos novos (provàvelmente os de sua lavra, num total de 1,873 kg.), além de muita prata lavrada (cf. T. Aragão, ob. cit., I, pp. 332/333).

No seu segundo testamento, datado de 1210 (cf. Fr. António Brandão, «Crónica de D. Sancho I», ed. Livraria Civilização, Porto 1945, pp. 138/143 e 261/264), o monarca lega 732.400 morabitinos, que não sabemos constarem de moeda portuguesa, muçulmana ou leonesa.

Já Teixeira de Aragão salientara a impossibilidade de todos estes morabitinos serem de ouro, o que elevaria as quantidades legadas em metal amarelo aos números inconcebíveis de uns 500 kg, em 1188 e 2738 kg. em 1210 (ob. cit., I, p. 33; os cálculos são, no entanto, nossos). Tratar-se-ia, por consequência de morabitinos muçulmanos de prata (dirremes), o que faria reduzir consideràvelmente aquelas somas.

D. Afonso III, no seu testamento de 1221 (cf. Fr. António Brandão, «Crónica de D. Afonso II», ed. Livraria Civilização, Porto 1945, pp. 254/256 e 283/285) lega, da sua terça, 14.000 morabitinos certos, além de 500 para cada um dos seus filhos naturais, e fala ainda «do que restar desta minha terça». Avaliando-a, hipotèticamente, nuns 20.000 morabitinos, chegaríamos à soma total de 60.000 para os haveres monetários de que o monarca dispunha.

De D. Sancho II, interessa-nos apenas o seu primeiro testamento, feito quando rei, e que não está datado (cf. Fr. António Brandão, «Crónica de D. Sancho II, ed. Livraria Civilização, Porto 1946, pp. 120/122 e 363/364). Nele, o soberano dispõe de 72.600 morabitinos, «daqueles que os moedeiros me devem dar», além de 3000 morabitinos «de ouro velho», possìvelmente da cunhagem de D. Afonso II.

Para o estudo das existências aurífferas em Portugal durante este período, teria o máximo interesse o exame sistemático da testamentaria, tanto de nobres e de clérigos, como de membros da classe burguesa.

(21) Para os pesos dos dinheiros (= 1/12 do soldo) e das mealhas, que copiaram

A grande inovação do reinado de D. Afonso III, em matéria monetária, consistiu na adopção oficial do sistema francês da contagem por libras: 1 libra = 20 soldos = 240 dinheiros. Esta reforma equiparava, na prática, a libra, ao morabitino ou maravedi, como então se começava a dizer por influência castelhana. Mas já em 1253, a desvalorização da libra, resultante da do dinheiro, única moeda realmente cunhada, levava ao estabelecimento de uma distinção nítida entre ela e o morabitino, moeda de valor fixo, visto que estática na sua evolução (22).

Todo o reinado do «Bolonhês» é um período de oscilações violentas de preços e de atribulações monetárias para os povos. Após uma época de estagnação e de crise, correspondente ao governo de D. Sancho II e à guerra civil, um «boom» económico — desculpe-se-nos a expressão aplicada ao século XIII — parece ter sacudido Portugal. O País pôde integrar-se, assim, no comércio internacional europeu, que drenou para a costa ocidental da Península moeda estrangeira acreditada e em quantidade tal, que dispensou cunhagens próprias, por parte dos soberanos portugueses, durante um século. Isto, numa época em que, por toda a Europa, o renascimento económico e o afluxo dos metais preciosos causavam o regresso ao bimetalismo e o aparecimento da boa moeda de ouro e de prata (23).

---

as correspondentes peças leonesas, cf. T. Aragão, ob. cit., I, pp. 142/143, 150/152, 155 e 158 e J. E. Porto, «Dinheiros e Mealhas Portuguesas», Lisboa 1949.

Em 1152, já D. Afonso Henriques mandara cunhar o seu bolhão, visto que um documento dessa data fala de «10 solidos argenteos ab moneta domini Adefonsi regis» (Aragão, ob. citada, I, p. 144).

Os dinheiros pesam cerca de 1 gr. e as mealhas orçam pela metade. A liga de prata devia ser de 11/1 ou seja, onze partes de prata para uma de cobre. Como antes dissemos, não restam notícias de desvalorizações monetárias anteriores a D. Afonso III.

(22) A contagem por libras aparece-nos já nos séculos XI e XII, muito anteriormente, portanto, à reforma de Afonso III. Mas a libra surge, nesses documentos, como peso de ouro ou de prata, equivalente à unidade ponderal romana de 326 gr. (cf. por ex., documentos de 1029, 1130, 1132, 1158, 1159, 1163 e 1183, in «Censual do Cabido da Sé do Porto», Porto 1924, p. 369 e in Abiah Elisabeth Reuter, «Chancelarias Medievais Portuguesas», vol. I, Coimbra 1938, n.os 30, 49, 185, 188, 200 e 301). Em 1247, já a contagem por libras-moedas concorre com a por morabitinos (cf. T. Aragão, ob. cit., I, p. 20).

(23) As repúblicas de Génova e de Florença fazem cunhar, em 1252, os «genoveses» e os «florins» de ouro. Quanto à boa moeda de prata, é também na Itália que reaparece, com os «matapani» venezianos, em 1192, e os «grossi» florentinos, em 1230 (cf. Roberto Sabatino López «Settecento Anni fa: il ritorno all'oro nell'occidente duecentesco» — Quaderni della Rivista Storica Italiana, n.º 4, Nápoles 1955).

O erário não se encontrava próspero no início do governo de D. Afonso III. É compreensível que a má administração do seu antecessor, aliada a quase três anos de guerra civil, o tivessem esvasiado. Com o andar dos tempos, a conquista do Algarve, as reformas administrativas, a subida geral dos preços, não contribuiram para o seu reenchimento. Podiam os burgueses de Lisboa e do Porto abarrotar de dinheiro, que o rei continuava com a bolsa vasia. E a sucessão do seu reinado é marcada por uma série de tentativas de restabelecimento da situação próspera de um Sancho I, a que não se poderia mais voltar.

Afonso III introduz em Portugal o costume espanhol da faculdade de quebrar a moeda cada sete anos. Durante o seu governo, ou a quebra na verdade, ou exige dos povos o pagamento de um monetário correspondente. «Comprou» a moeda em 1247 e em 1254; quebrou-a em 1261 e em 1270; contraiu empréstimos forçados em 1266. É quanto basta para se ter a ideia clara das dificuldades atravessadas pelas finanças públicas, entre a sua entrada em Portugal (1245) e sua morte (1279).

A lei de almotaçaria para o território de Além-Douro — o mais evoluído comercialmente — tabelou ou quis tabelar os preços dos principais artigos transaccionados, em fins de 1253 (24). Nos termos desta tabela, a relação oficial entre o ouro e a prata passou a ser de 1/7,3 (25). A cotação do marco de ouro em 88 libras, superior, em 25 %, à do reinado de D. Sancho II (70 libras ou morabitinos), era excessiva (26). Significava ela, por certo, a crescente raridade do numerário de ouro; o comércio com o Norte europeu não bastava ainda para substituir o afluxo aurífero do mundo islâmico. Já o valor de 12 libras, estabelecido para o marco de prata, correspondia, «grosso modo», ao seu preço real (27).

Desta forma, assistia-se a uma primeira desvalorização da recém-criada libra que, em 1245-47, fora equiparada ao morabitino do último Sancho (28).

---

(24) Cf. P. M. H., Leges, I, pp. 192-196; T. Aragão, ob. cit., I, pp. 334-340.

(25) Visto que a onça de ouro (1/8 do marco) se cotava a 11 libras e o marco de prata a 12 libras.

(26) Uma vez que os morabitinos novos (cunhagem de D. Sancho II), cujo valor oficial se não devia afastar muito do valor real, eram cotados a 22 soldos (3,25 gr. de peso e 680/1000 de título), o que fazia baixar o preço do ouro para 77 libras o marco.

(27) Cálculo efectuado a partir do peso de prata dos dinheiros burgaleses (cotados a 3 ½ dinheiros de Portugal), que eram talhados à razão de 760 no marco, com 0,3 gr. de prata pura.

(28) Visto que os morabitinos novos se tabelam em 22 soldos e não em 20 (1 libra).

Se, do desenvolvimento económico do Reino, revertia para dentro das fronteiras um afluxo de numerário, também esse mesmo desenvolvimento acarretava, em épocas de crise, uma fuga de moeda. Assim parece ter sucedido em 1254, quando o tabelamento régio impediu as especulações produzidas à sombra da subida dos preços. Aliou-se, talvez, a essa fuga, um precipitado entesouramento por parte das populações. A carta de lei de 1254 ou 1255 procura evitar, sob severas penas, toda a exportação de ouro e de prata (29). Era a primeira de uma série de medidas, nesse sentido tomadas em Portugal durante a Idade Média e que uma balança de comércio, muitas vezes deficitária, plenamente justificava.

A desvalorização de 1260-61, sobre os dinheiros de bolhão, trouxe, para a nova moeda uma diminuição de valor de 33 % (30). Não sabemos por quanto passou a correr o marco de prata. Mas em 1270, a segunda desvalorização afonsina atribuiu-lhe o valor de 14 libras de «moeda velha», mais duas, portanto, do que a cotação de 1253. Supomos que, por esta «moeda velha», se entendesse a emissão de 1260-61. A nova desvalorização era de 16%, em relação a 1260, ou de 45%, em relação a 1253. O marco de prata passou a cotar-se a 17 libras e meia (31). Para os fins do reinado, a relação entre o ouro e a prata atingia o valor ideal de 1/10 (32).

Mantinham-se estes valores nos dois primeiros anos do reinado de

---

(29) P. M. H., Leges et Consuetudines, pp. 253-254.

(30) A moeda nova valeria na razão de 12 dinheiros velhos para 16 novos (cf. o «Instrumentum super facto monete», in P. M. H., Leges, I, p. 210 e in Aragão, ob. cit., I, pp. 341-344).

(31) Aragão, ob. cit., I, p. 344. Em Março de 1270, recebeu o esmoleiro régio, Fr. Martinho de Alcobaça, de D. Pedro Soeiro, prior do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e de Domingos Joanes, almoxarife régio da mesma cidade, diversos objectos destinados ao fabrico da moeda, bem como cerca de 72 kg. de prata pura e 326,3 kg. de cobre. Se, por mera hipótese, admitirmos que todo este cobre serviu para a cunhagem dos dinheiros de 1270, concluímos que a emissão atingiu 355,9 kg. (título de cobre de 916,7/1000), sendo uns 30 kg. de prata (título de prata de 83,3/1000). Como os dinheiros novos de Afonso III pesam pouco mais de 1 gr. (1.05 gr.), resultaria para a emissão um montante de 350.000 dinheiros. (cf. G. de Almeida Santos, «Numismática», in «O Archeologo Português» vol. III, Setembro-Novembro 1897, n.º 9 a 11, p. 210, e a nossa dissertação de licenciatura, «A Sociedade em Portugal nos séculos XII a XIV», II, pp. 292/1294).

(32) Pois que, em 1275, valia o marco de ouro entre 150 e 175 libras (cf. a nossa dissertação de licenciatura, II, p. 294).

D. Dinis (33). Mas em 1282, uma das raras valorizações monetárias da história portuguesa, fazia diminuir o preço do marco de prata para 16½ libras, mais de 5% em relação à moeda de seu pai (34).

Parece que esta valorização se acentuou ainda, visto que o marco chegou a valer 14 libras, segundo Fernão Lopes, o que corresponde a um aumento de mais de 15% em relação a 1282, e de mais de 20% em relação ao reinado anterior (35). Tais valorizações traduziram-se, na cunhagem de numerário, pelo aparecimento de dinheiros de melhor liga do que os de D. Afonso III, regressando-se, pelo menos teòricamente, ao sistema ideal da libra de 20 soldos e do soldo de 12 dinheiros. Estes dinheiros de D. Dinis ficaram, mais tarde, a ser conhecidos por «dinheiros velhos», em oposição aos «dinheiros novos», do reinado de D. Afonso IV (36). Segundo parece, nenhuma desvalorização manchou o governo do rei Lavrador. A moeda portuguesa conheceu então um longo período de estabilidade, o maior e o último da sua história.

Não há notícia de ter D. Dinis feito cunhar moeda de ouro ou de boa prata (37). O estado do erário não impediria, de forma alguma, uma tal emissão, antes a poderia favorecer. Mas a circulação, dentro das fronteiras portuguesas, das moedas de ouro e de prata estrangeiras e o estado flores-

---

(33) Cf. «Inventarios e Contas da casa de D. Diniz», in «Arcivo Historico Portuguez», vol. X, pp. 41 e seg.

(34) Idem, idem.

(35) Fernão Lopes, «Chronica de D. Fernando», ed. de Lisboa, 1895, vol. I, cap. LV, pp. 172-173; «Remessa de Santarém», in T. Aragão, ob. cit., I, p. 378.

(36) Idem, idem, e tb. «Remessa de Santarém», in T. Aragão, ob. cit., I, p. 374.

(37) Segundo D. António Caetano de Sousa («Historia Genealogica da Caza Real Portugueza», 1.ª ed., vol. IV, livro V, p. 117), D. Dinis teria feito cunhar «fortes» ou «torneses» e «meios-fortes» de boa prata, equivalentes, em peso e em valor, aos reais de Afonso X de Castela (cf., para os cálculos que levam a esta conclusão, a nossa dissertação de licenciatura, II, pp. 298/299). Não restam hoje exemplares dessas cunhagens, nem se lhes conhecem referências documentais. É certo que um título de dívida relativo ao ano de 1301 menciona 5000 torneses grossos de prata, que o Bispo de Coimbra devia ao Mestre dos Templários, D. Vasco Fernandes (A. N. T. T., Colecção Especial, caixa n.º 30, doc. n.º 21). Mas pode perfeitamente tratar-se de moeda francesa, que então circulava abundantemente no País.

D. Dinis teria também feito cunhar dobras cruzadas de ouro («Historia Genealogica», t. IV, p. 115), equivalentes às dobras mouriscas em curso (mealhas de ouro almóadas?), mas de que não se conhece qualquer exemplar. Alguns textos da época falam em pagamentos feitos em dobras, mas pode igualmente tratar-se de numerário estrangeiro (cf. «Crónica de Cinco Reis de Portugal», ed. Livraria Civilização, Porto, 1945, pp. 298 e 303).

cente do comércio internacional tornavam escusada a medida. É interessante comparar as denominações das moedas estrangeiras em curso durante este reinado, com as cotadas na lei de 1253 e onde apenas referência é feita a numerário de ouro muçulmano e espanhol e numerário de prata espanhol e francês. Agora encontramos, além deste, moedas de ouro francesas (escudos e francos) e moedas de prata inglesas e talvez muçulmanas.

A crise económica do século XIV parece ter revelado os seus primeiros sintomas em Portugal por volta de 1340 (38), ou um pouco mais tarde, quando D. Afonso IV desvalorizou a moeda de 25 a 35%, procedendo à cunhagem dos dinheiros novos, menos pesados do que os de seu pai, e contendo prata na razão de 9 para 12. O valor do marco de prata passou, assim, a ser de 17 ½ a 19 libras (39). Por carta de lei de 1341, o rei voltava a proibir toda e qualquer exportação de ouro e de prata (40).

A peste negra, em 1348, com todas as suas trágicas consequências sobre o estado da economia e das finanças (41), não deixou de se repercutir no valor da moeda. Em 1355 acusa esta nova desvalorização, de 33 %, relativa à primeira de D. Afonso IV, passando o marco de prata a cotar-se por 35 libras (42).

A desvalorização da libra, expressa em moeda de ouro, não foi tão marcada como a da prata. O facto é fàcilmente compreensível, dado que o desenvolvimento comercial do Reino, passados os primeiros momentos do «boom» de D. Afonso III, adquiriu uma marcha mais regular, embora não menos constante. A moeda de prata passou a entrar com mais abundância e os pagamentos em ouro a serem mais raros. A relação entre o ouro e a prata subiu, naturalmente, abandonando o valor excessivamente baixo do ano de 1253. Por 1275, já o marco de ouro se cotava entre 150 e

(38) Sobre a data provável desta desvalorização, cf. o nosso estudo, «A Pragmática de 1340», sep. da «Revista da Faculdade de Letras», tomo XXII, 2.ª série, n.º 2, Lisboa, 1956, pp. 10-11.

(39) F. Lopes, ob. cit., I, pp. 174-175; T. Aragão, ob. cit., I, pp. 170-171; «Remessa de Santarém», in Aragão, p. 379.

(40) António Gomes Ramalho, «Legislação Agrícola», vol. I, Lisboa, 1905, pp. 140-142.

(41) Cf., sobre a Peste Negra de 1348 e suas consequências no País, a Comunicação apresentada a este Congresso pelo Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras de Lisboa e subordinada ao título, «Para o estudo da Peste Negra em Portugal».

(42) Documento de Pendorada, de 1355, in Viterbo, ob. cit., III, p. 267.

175 libras (43) e, em 1280-82, em 168 libras (44), correspondendo sensìvelmente uma relação de 1/10 entre o ouro e a prata.

Mais tarde, esta relação voltou a baixar. Não possuímos, infelizmente, os preços do ouro durante a fase restante do reinado de D. Dinis, nem durante os primeiros tempos do de D. Afonso IV, que nos permitissem acompanhar o processo evolutivo. A primeira desvalorização deste monarca fornece já uma cotação de 200 a 210 libras para o marco (45) e a segunda uma de 225 libras (46), o que corresponde às relações ouro-prata de 1/10,4 e 1/9, respectivamente.

Os dez anos do governo de D. Pedro I costumam apontar-se como um dos períodos de mais sã administração na História de Portugal. Deve-se este conceito, principalmente, à frase laudatória com que Fernão Lopes encerra a sua Crónica (47).

Mas não nos devemos enganar sobre o verdadeiro significado da administração do «Justiceiro». Por muito sábias que fossem as suas medidas, por muito lúcido que se mostrasse o seu pensamento governativo, nem por isso umas ou o outro poderiam atalhar, num desconhecimento profundo das realidades económicas, a crise grave, desencadeada sob Afonso IV, e que só terminaria no século seguinte. D. Pedro I cunha moeda de bolhão igual à de seu pai, aceitando assim, expressamente, as desvalorizações de D. Afonso IV (48). Por outro lado, as emissões de moeda de ouro e de boa prata — as famosas dobras, meias dobras, torneses e meios torneses — de que nos faz eco Fernão Lopes (49), devem ter sido escassíssimas, o que, em parte, explica o desconhecimento actual de exemplares de qualquer dos quatro tipos. É que não apenas as quantidades de ouro e de prata dispo-

(43) (44) Cálculos efectuados à base dos câmbios das moedas estrangeiras de ouro e dos morabitinos portugueses (cf. «A Sociedade em Portugal nos séculos XII a XIV», II, pp. 301-309).

(45) Consoante as indicações de Fernão Lopes, in «Chronica de D. Fernando», I, pp. 174-175.

(46) Atendendo às cotações do escudo francês, florim de Florença e real francês, estabelecidas no mencionado documento de Pendorada, de 1355: 1 escudo = 4 libras; 1 florim = 3 lbs.; e 1 real = 3 lbs. (cf. nota 42).

(47) «tais dez anos nunca houve em Portugal, como estes que reinara el-rei D. Pedro».

(48) F. Lopes, «Chronica de El-Rei D. Pedro I», Lisboa 1895, cap. XI, p. 48. Os dinheiros hoje conhecidos (cf. T. Aragão, ob. cit., I, p. 174) pesam 0, 85 gr., um pouco mais do que os exemplares de D. Afonso IV (de 0,75 gr.). Mas pode muito bem tratar-se de diferença resultante de variações no fabrico.

(49) F. Lopes, ob. cit. p. 47.

níveis seriam reduzidas, como também o rápido entesouramento, consequência da avolumação da crise, determinaria um período de circulação extremamente limitado.

Sabemos, não obstante, ter o marco de prata baixado de 25 para 19 libras (50), uma diminuição de 25 %, fàcilmente explicável como reflexo da baixa geral de preços, que se seguiu à alta fictícia, provocada pela peste negra (51). Já o preço do ouro baixou muito menos, visto que as cotações das moedas acusam tão sòmente uma diferença de 3,75 % em relação às de 1355 (52). É curioso constatar que o numerário de ouro e de prata, mandado cunhar por D. Pedro, obedeceu à relação existente no reinado de seu pai: 1/9; o que leva a concluir ter a emissão das dobras e dos torneses precedido a fixação dos novos valores para o ouro e para a prata, datando-se de um dos primeiros anos do reinado (53).

Quando D. Fernando subiu ao trono em 1367, o erário régio achava-se repleto, consequência da política de entesouramento praticada por seu pai (54). O novo rei não tardou a promover a circulação de todo esse nume-

---

(50) Idem, idem.

(51) Cf. a Comunicação indicada na nota 41.

(52) Atendendo aos preços das moedas de ouro referidos por Fernão Lopes (ob. cit., p. 47). O marco de ouro cotou-se ,durante o reinado de D. Pedro I, a 205 libras (T. Aragão, ob. cit., I, p. 186).

(53) Na verdade, Fernão Lopes, não indica as datas correspondentes à emissão das moedas nem às cotações do ouro e da prata.

(54) De D. Afonso III a D. Pedro I, os testamentos régios revelam-nos as seguintes disponibilidades financeiras:

— D. Afonso III (1271) — 55.300 libras e 100 marcos de prata (cf. Fr. António Brandão, «Crónica de D. Afonso III», ed. Livraria Civilização, Porto 1946, pp. 332/336 e 373/375);

— D. Dinis — pelo menos, 360.000 libras (cf. J. Lúcio de Azevedo, «Épocas de Portugal Económico», 2.ª ed., Lisboa 1947, p. 37). O testamento acha-se publicado in Fr. Francisco Brandão, «Chronica de D. Diniz», 2.ª parte, Lisboa 1672, e também nas «Provas da História Genealógica», vol. I, p. 99;

— D. Afonso IV (1345) — não fornece subsídios para o cômputo das reservas do erário (cf. Lúcio de Azevedo, ob. cit., p. 38);

— D. Pedro I — 153.200 libras, pelo menos (Lúcio de Azevedo, ob. cit., p. 38): mas como os legados correspondiam apenas à terça, elevar-se-ia o total a 480.000 libras, aproximadamente.

Segundo Fernão Lopes («Chronica de El-Rei D. Fernando», I, p. 7), só na Torre do Haver do castelo de Lisboa, encontravam-se, à morte de D. Pedro, 800.000 peças de ouro e 400.000 marcos de prata. Atribuindo a cada peça do tesouro régio o valor médio de 3 ½ libras, podemos avaliar as 800.000 peças em 2.800.0000 libras. Se baixarmos o preço de cada peça para 3 libras, encontramos ainda assim 2.400.000 libras. Os

rário, exportando a breve trecho, para Aragão, a bonita soma de 100.000 dobras de ouro, equivalentes a mais de 800.000 libras! (55)

A péssima administração financeira que deve ter orientado o governo fernandino, aliada aos esbanjos particulares do monarca, às guerras com Castela e, principalmente, ao estado geral de crise económica, que então atravessava a Europa, levaram a uma desvalorização progressiva e rápida do valor da moeda.

Em 1367, cotava-se o marco de prata em 19 libras (56); em 1369, já esse valor subira para 27 libras (57) (42,1 % de aumento) e é natural que se tenha elevado ainda mais até ao fim da primeira guerra com Castela (1369-71). Os dados que nos permitem tirar esta conclusão repousam, no entanto, apenas nas diferentes cunhagens de moeda (58). De resto, em 1371, as medidas deflaccionistas tomadas pelos dirigentes portugueses vieram travar um pouco a tendência geral de subida de preços. Nas Cortes de Lisboa, de Agosto desse ano, o rei reconhecia oficialmente uma depreciação da sua moeda em 100 %, em relação ao período anterior à guerra (58 % relativamente a 1369), o que permite calcular o marco de prata em 38 libras, no mínimo (59)). Mas já em Março de 1372, o aumento oficialmente reconhecido era de 300 % («por hũa libra tres») (60).

400.000 marcos de prata equivaliam a 7.600.000 libras, seguindo a tabela lopesiana, que nos cota o marco de prata de liga em 19 libras. No total, dispunha, portanto, D. Fernando, ao subir ao trono, de mais de 10 milhões de libras, só na Torre do Haver do castelo de Lisboa.

(55) 3.900 marcos em dobras portuguesas (sendo 100.000 peças em dobras cruzadas, de um pouco mais de 4 libras de valor e outras 100.000 em dobras gentis, a uma média de 4 libras por gentil) e 100 marcos em moeda de ouro estrangeira (cf. F. Lopes, ob. cit., I, cap. XLVIII, pp. 150-151).

(56) F. Lopes, «Chronica de El-Rei D. Pedro I», cap. XI, p. 47.

(57) F. Lopes, «Chronica de El-Rei D. Fernando», I, cap. IV, p. 172; segundo a «Remessa de Santarém» (T. Aragão, ob. cit., I, p. 379), valeu o marco de prata 24 libras, em período indeterminado.

(58) A primeira cunhagem fernandina (1367) não acusa qualquer alteração no valor da prata; mas a segunda (1369) já corresponde a, pelo menos, 12 ½ % de depreciação (cunhagem dos torneses e dos meios torneses). A confusão, depois, é grande, e a cunhagem das barbudas e dos reais acusa diferenças fantásticas entre o valor nominal e o valor real, correspondentes a uma depreciação de 10 a 15 vezes. Todavia, o pouco tempo de circulação desse numerário não permitiu uma correspondente subida no valor do marco de prata, expresso em libras, porque a desvalorização não chegou a afectar duradouramente o valor da libra.

(59) «Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa», Livros de Reis, I, Lisboa, 1957, p. 169.

(60) A. N. T. T., Chancelaria de D. Fernando, livro 2.°, fol. 104.

Nas Cortes do Porto, realizadas em Julho do mesmo ano, os povos protestaram enèrgicamente contra as quebras de moeda e contra as medidas deflaccionistas, que só revertiam em prejuízo da população. Pediram que as moedas cunhadas correspondessem, em valor nominal, ao valor real do metal nelas contido (61).

A conjuntura económica do momento — que seria interessantísimo estudar — permitiu a valorização efectiva da moeda e o regresso a uma situação normal. As cunhagens efectuadas em fins de 1372, ou um pouco mais tarde, mostram a preocupação de se conseguir a identidade requerida entre valor facial e valor intrínseco (62). É curioso ainda verificar que, apesar das guerras com Castela (1372-73 e 1381-82), o reinado de D. Fernando parece não ter conhecido mais nenhuma alteração sensível no preço por que corriam as moedas. No início da crise de 1383-85, quando o Mestre de Avis procedeu à sua primeira cunhagem, ainda o valor das principais moedas de ouro e de prata era o mesmo de 1372-73, cotando-se o marco de prata de 11 d. em 22 libras e o do ouro em cerca de 220 (63). Regressara-se, pois, à relação ideal de 1/10 entre o ouro e a prata.

O estudo do reinado de D. João I está ainda por fazer, com base documental. Em regra, os nossos historiadores têm aceite, quase sem discussão, os testemunhos de Fernão Lopes. Esquece-se muitas vezes que o nosso maior cronista medieval era um homem de partido, filho de uma revolução triunfante, que veio abalar profundamente a ordem social estabelecida, e que os seus dotes críticos, insuperáveis quando analisa o período revolucionário, talvez se embotem um pouco ao estudar o triunfo dessa mesma revolução e os actos administrativos dos seus dirigentes.

A extraordinária depreciação da moeda durante o reinado de D. João I não se pode compreender se suposermos um estado de imobilismo social e uma aceitação perfeita por parte de todas as classes da sociedade. Deve ela ter acarretado a ruína completa de todos aqueles cuja fortuna se baseava sobre valores imóveis; deve ela ter causado um mal-estar profundo que a todos afectou; mal-estar este que, quantas vezes, não terá

---

(61) A. N. T. T., Cortes, Livro I de Cópias, fol. 227-252 v.

(62) Assim, as barbudas passaram, de 14 soldos, a valer 2 s. 4 d. (valor real de cerca de 2 s.); os graves, de 7 s. para 1 s. 2 d. (valor real de cerca de 1 s.); os pilartes, de 3 ½ s. para 7 d. (valor real de cerca de 2 d.); os dinheiros novos, de 1 d. para 1 mealha (valor real de cerca de 1 mealha); e os fortes, ou reais de prata, foram recunhados com prata de lei de 11 d. e avaliados em 10 s. (valor real de cerca de 9 s.).

(63) F. Lopes, «Crónica de D. João I», ed. Livraria Civilização, Porto, 1945, vol. I, cap. XLIX, pp. 100-101.

levado a tentativas de revolta, de insubmissão aos poderes públicos, de desgosto pela política seguida e de saudade pelos bons tempos passados.

O reinado de D. João I marca, sob o ponto de vista económico-social, uma fase intensa de transformação; sob o ponto de vista financeiro e monetário, uma remodelação completa do sistema existente, a adopção de uma nova unidade monetária e de contagem, resultado da desvalorização total dos padrões até então reinantes.

A história da moeda joanina pode, sob o aspecto financeiro, dividir-se em três períodos principais, correspondentes às fases de desvalorização.

Vai o primeiro, o mais longo, do início do governo do Mestre de Avis (1384) até à cunhagem dos reais de 3 ½ libras, em 1398. Nesses catorze anos, desvalorizou-se a moeda entre 1000 e 1200 %: ou seja, que 1 libra de 1383 equivalia a 10 ou 12 libras de 1398. Procedeu-se a uma tal desvalorização gradualmente, como é fácil de compreender: e torna-se possível, assim, considerar a existência de sub-períodos dentro desse primeiro período.

1.º sub-período — 1384-1385: o marco de prata, que se cotava em 22 libras no início do Interregno (64), eleva-se, primeiro para 36, depois para 66 libras, o que corresponde a uma depreciação monetária de 300 % (65).

2.º sub-período — 1386-1387: a moeda desvaloriza-se mais de 700 %; o marco de prata sobe para umas 155 libras (66);

3.º sub-período — 1387-1391: os poderes públicos admitem, oficialmente, em 1389, uma depreciação de 500 % em relação a 1383, equiparando 1 libra das antigas a 5 das modernas (67); na realidade, ela era superior a 781 %, devendo o marco de prata ter-se elevado para umas 172 libras.

4.º sub-período — 1392-1397: durante estes cinco anos, em que se cunharam os últimos reais de 10 soldos, a depreciação foi apenas de uns 43 % em relação ao sub-período anterior; assim, o marco de prata não terá provàvelmente excedido as 250 libras (68).

(64) Idem, idem.

(65) Varificável pela cunhagem dos reais de 10 soldos, talhados sempre à razão de 72 no marco, mas desvalorizados de 9/12 para 5/12 (cf. T. Aragão, ob. cit., I, p. 216).

(66) Cunhagem dos reais de 10 soldos, lavrados a 75 no marco, com toque de 2/12 (T. Aragão, ob. cit., p. 216).

(67) T. Aragão, I, pp. 206-207.

(68) Cálculo efectuado segundo as tabelas de equiparações entre «moeda antiga» e «moeda nova», decretadas em 1409, 1417 e 1422 (cf. T. Aragão, I, p. 216).

O segundo período em que convencionámos dividir o reinado de D. João I inicia-se em 1398, com a emissão dos reais de 3 ½ libras, que entravam no marco em número de 90 e continham de prata 1 1,5/12 (69). Nestes termos, passava o marco a cotar-se a 315 libras, o que representava uma depreciação de quase 15 vezes em relação à moeda do início do Interregno.

Era, por conseguinte, impossível, manter a paridade legal de 1/5, entre libras antigas e libras novas, quando ela excedia 1 para 14. Já em 1395, nas Cortes de Coimbra, se tinham queixado os povos de que o Clero e a Nobreza só aceitavam, nos pagamentos que se lhes deviam, a equiparação de 1 para 10 ou 12, o que, nessa época, era excessivo. A diferença oficial, estabelecida em 1389, não ultrapassava 1 para 5, que o rei continuou então a manter (70). Em 1399, a carta régia de 20 de Agosto, determinou oficialmente uma equivalência de 1 para 10, aliás ainda inferior à diferença real (71). Mas em Junho anterior, o marco de prata fora fixado em 330 libras, o que equivalia a mais de 15 vezes de desvalorização. As Cortes de Lisboa, de 1401, reconheceram e obrigaram o rei a reconhecer o facto (72).

A modificação constante nos valores da moeda, e a consequente alteração de todos os preços, criou, entre a população, e principalmente entre os comerciantes, um estado geral de desconfiança e de não aceitação do numerário corrente. Logo em 1385, após a primeira depreciação joanina, se determinaria, em Cortes, a aceitação obrigatória da nova moeda (73); em 1402, a avaliação dos preços em peso de ouro e de prata era fenómeno corrente, que os reis procuraram impedir por leis e ameaças. Por outro lado, a exportação de numerário e de metais preciosos em barra e em objectos de ourivesaria prejudicava a circulação interna. Por isso, D. João I, a exemplo de seu avô, e como depois fariam seus sucessores, voltou a proibir, sob severas penalidades, a saída das fronteiras de qualquer quantidade de ouro ou de prata (74).

Em 1406, 3.000 libras de moeda antiga (1383) eram avaliadas em 300.000 de moeda nova, reportando-se a desvalorização, que subia agora

---

(69) Aragão, I, p. 216.

(70) Aragão, I, p. 207.

(71) Cf. «Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa», II, p. 84.

(72) Aragão, I, pp. 207 e 353-354.

(73) Idem, idem, p. 351.

(74) Idem, idem, pp. 354-355.

a 1000 vezes, a Abril do ano anterior (75). Nestes termos, entre 1399 e 1405, a moeda depreciara-se 85 vezes!

A lei de 1409, fixando nova tabela de equivalências, apenas reconhecida, no entanto, uma depreciação máxima de 80 vezes, em relação à moeda de 1385 (ou 83 vezes em relação à de 1383) (76).

Os preparativos com a expedição a Ceuta, ante o estado lastimoso do erário, só podiam acarretar para os povos nova quebra de moeda. Uma lei de 1414 procurou impedir o livre câmbio do numerário de ouro e de prata, determinando que a compra e venda de metais preciosos se fizesse apenas nas cidades de Lisboa e do Porto, e nos cambistas régios (77).

As consequências da expedição e da manutenção daquela praça traduziram-se, em 1417, pela fixação de novas equivalências entre as moedas pertencentes às várias emissões. Relativamente a 1385, a depreciação reconhecida oficialmente era de 25000 % (250 vezes), ou seja, 170 vezes mais do que em 1409 (78).

A quebra não parara ainda. Em 1422, a lei de 14 de Agosto reconhecia uma desvalorização de 500 vezes em relação a 1385, isto é, o dobro da de 1417 (79).

O marco de prata de 11 d. elevava-se, entre 1422 e o fim do reinado, a 27.720 libras, quando valera, por morte de D. Fernando, 22 libras apenas! A depreciação real do moeda ultrapassar, assim, 1000 vezes (100 000 %) (80).

Com o ano de 1422, encerramos o segundo período da história mone-

(75) Idem, idem, pp. 351-353.

(76) Idem, idem, I, pp. 209-210 e 355-359.

(77) Idem, idem, p. 359.

(78) Idem, idem, p. 360. As verdadeiras causas da expedição a Ceuta talvez se possam relacionar com o estado desesperado do erário régio. À primeira vista, com o País acabado de sair de uma longa guerra, e com as finanças completamente desorganizadas, a ideia de uma expedição a África afigurar-se-ia própria de loucos! Mas pode bem ser que a conquista da metrópole muçulmana fosse encarada exactamente como o remédio para uma restauração pronta das finanças do Estado. «Em Ceuta abria-se ...o caminho da Barbaria, o mercado do ouro» (cf. Vitorino Magalhães Godinho, «A Expansão Quatrocentista Portuguesa», Lisboa, 1945, pp. 53, 59, 63, 68 e 71 e ainda Jaime Cortesão, «Os Descobrimentos Portugueses», obra em publicação, pp. 252-253). Indo a Ceuta, o vedor da fazenda, o rei e os príncipes julgavam cometer um acto da mais sã administração, o único que daria a Portugal possibilidade de se salvar do caos a que chegara.

(79) Idem, idem, pp. 363-364. A ordenação de 14 de Agosto duplicava as importâncias a serem pagas na moeda que corria.

(80) Aragão, ob. cit., I, p. 213.

tária de D. João I. Durante ele, sofreu Portugal a maior inflacção da sua história, assistindo, impotente, às sucessivas desvalorizações, que levaram ao número astronómico acima indicado.

Segundo parece, os últimos anos do reinado — o nosso terceiro período — decorreram com relativa estabilidade monetária. Os reais de prata de lei de 10 d., cunhados a partir de 1422, asseguravam um regime de moeda mais forte e garantiam aos povos a existência de suficientes reservas metálicas nos cofres do Estado. O nome de «leais», com que normalmente eram designados esses reais, mostra-se, a este respeito, bem significativo.

Ignoramos, com precisão, as causas que motivaram o saneamento da moeda no fim do reinado de D. João I e, principalmente, no de D. Duarte. O estado de paz interna, a seguir à expedição de Ceuta; o desenvolvimento do comércio internacional e o afluxo de maiores quantidades de ouro e de prata; o aumento demográfico e o consequente acréscimo na produção e nos rendimentos públicos; eventuais proventos, em ouro, da conquista de 1415; melhoria na administração financeira do Estado; desanuviamento, enfim, da crise económica europeia, levaram às condições necessárias para uma reforma geral da moeda, que, de há muito, se impunha.

A reforma monetária de D. Duarte revestiu-se de diversos aspectos e exprimiu-se por vários diplomas régios, promulgados em 1435 e em 1436. Esta série de importantes leis iniciou-se, em 25 de Outubro de 1435, com a fixação de dois períodos cronológicos únicos, segundo os quais seria feita a paridade entre a moeda antiga e a moeda moderna. Desde 1 de Janeiro de 1436, em todas as dívidas, aforamentos, prazos, etc., anteriores a 1395, contar-se-ia 1 libra por 700 libras modernas; para os contratos realizados entre 1395 e 1435, a paridade seria de 1 libra por 500 ([81]). A máxima depreciação reconhecida era, pois, de 700 vezes, quando é certo que ela orçava pelas 1000; mas, ao mesmo tempo, aceitava-se uma desvalorização imediata (desde 1435) de 200 vezes.

As novas moedas, lançadas em curso em 1435-36, eram os leais, ou reais de prata de 11 d., com o título de 916/1000; os reais brancos, de bolhão, mas onde predominavam a prata; e os reais pretos, também de bolhão, mas onde a liga era superior ao peso do metal nobre. No marco de prata, estas moedas entravam em número de 80,92 e 120, respectiva-

([81]) Ordenação de 25 de Outubro de 1435 (Orden. Afons., livro V, título V; Aragão, ob. cit., I, p. 365; Remessa de Santarém, no mesmo, p. 377).

mente. Por último, lavravam-se também ceitis, correspondentes às mealhas da primeira dinastia. Em valor nominal, o leal valia 10 reais brancos, o real branco, 12 reais pretos, e o real preto, 2 ceitis.

Ao mesmo tempo, era fixado novo sistema de equivalências entre a antiga contagem por libras, soldos e dinheiros, e a nova, por libras (para importâncias grandes) e por reais. A nova libra, unidade de conta, passava a ser igual a 20 reais brancos, correspondentes, portanto, aos soldos; o real preto, 1/12 do real branco, era equiparado ao dinheiro. Em relação às antigas libras, o real branco contar-se-ia por 35, como aliás se praticava já desde a última desvalorização de D. João I ([82]).

Em Maio de 1436, fixava-se a equivalência entre a nova moeda portuguesa e a castelhana, igualando-se o real branco português a duas brancas de Castela ([83]).

A reforma foi completada pelo regresso à cunhagem de ouro, lançando-se em curso os escudos de ouro, ao título de 750/1000, talhados em número de 50 no marco. Pesavam 4,1 gr., correspondendo, por conseguinte, às antigas dobras portuguesas e às dobras castelhanas ([84]).

Entre o ouro e a prata, a relação passava a ser ligeiramente inferior a 1/10, visto que 1 escudo de ouro valia 140 reais brancos ([85]). Assim, passava o marco de prata a ser taxado em 700 a 720 reais brancos (24.500 a 25.200 libras antigas) e o do ouro, em uns 7000 reais brancos ou 50 escudos ([86]).

É claro que o lançamento em curso de boa moeda, como era agora a portuguesa, facilitou grandemente a sua exportação, principalmente

---

([82]) Idem, idem; Lúcio de Azevedo, ob. cit., p. 470.

([83]) Aragão, ob. cit., I, p. 369.

([84]) Idem, idem, p. 219.

([85]) Oficialmente, a relação entre o ouro e a prata era de 1/10 (cf. «Livro de Conselhos de El-Rei o Sr. D. Duarte», in Aragão, ob. cit., I, pp. 367-368). Pouco antes da reforma monetária, em 1435, valia o marco de prata 836 reais brancos e o de ouro 8360 (cf. «Remessa de Santarém», in Aragão, pp. 378-379).

([86]) Assim se deduz das moedas cunhadas e seus valores nominais. No entanto, em 1434, o provedor da moeda, Bartolomeu Gomes, calculava, para o marco de ouro de liga, o preço de 7.430 reais. Tratando-se de ouro puro, esse preço subia para 8.250 reais (Aragão, ob. cit., I, p. 368). Antes de 1434 (Cortes de Santarém), cotava-se o marco de prata de liga a 770 reais, podendo baixar até 750; naquelas Cortes, porém, foi decidido alterar a cotação oficial para 700 reais, o que interpretamos como medida deflaccionista, que viesse auxiliar os dirigentes à reforma monetária. (Aragão, ob. cit., I, p. 368). No entanto, em 1436, já o valor efectivo no marco de prata subira para 720 reais (ordenação de 17 de Outubro, in Aragão, p. 370).

para Castela, onde a moeda era fraca e abundantes as falsificações. Para contrabalançar esta fuga, e conseguir uma drenagem dos metais preciosos no sentido contrário, isentou-se, durante dez anos, do pagamento da dízima, todo o ouro e a prata trazidos a Lisboa, de fora do Reino, desde que servissem para cunhagem de moeda ([87]).

As despesas com a desastrosa expedição a Tânger, vieram uma vez mais, pôr em perigo a sanidade da moeda. A morte de D. Duarte e a crise da regência levaram a uma desvalorização: já em 1441 se determinava que os leais passassem a correr por 12 reais brancos, em vez de 10, o que significava uma quebra de 20% ([88]). Os preços subiram imediatamente: a ponto que se tornou necessário lançar almotaçaria sobre a prata ([89]). Em 1448, a desvalorização avançara já de tal forma que se reconheceu impossível a fixação de um preço para o marco de prata: a lei de 30 de Agosto desse ano permitiu a venda e a compra livres dometal ([90]).

Em 1451, o marco de prata subira para 1100 reais brancos e o de ouro para cerca de 9000, o que fazia diminuir a relação ouro-prata para 1/8,2, e acusava uma depreciação da moeda de quase 53 % relativamente a 1436 ([91]).

Não ficaram por aqui as desvalorizações: em 1453, o preço do marco voltara a subir; em 1460, elevava-se ele a 1500 reais brancos ([92]); em 1470, passava a 1515 ([93]); em 1472, subia para 1896 ([94]); continuando na sua marcha ascendente até ao fim do século (1489-2280 rs. ([95]); 1495--2310 rs. ([96]). Ao todo, no alvorecer do século XVI, a desvalorização atingia 220 %, em relação à reforma de 1436.

Estas depreciações sucessivas traziam como consequência natural o desaparecimento da boa moeda de prata; em 1472, queixava-se o rei de que

---

([87]) Carta régia de 16 de Outubro de 1436 (Aragão, p. 372).

([88]) Aragão, I, p. 232.

([89]) A carta de lei de 1-XII—1451 (Aragão, p. 373) recorda esse tabelamento, segundo o qual o preço do marco de prata era fixado em 700 reais brancos e o de ouro em 6.750 (visto que 1 dobra cruzada se cotava em 150 reais).

([90]) Aragão, p. 372.

([91]) Idem, idem, p. 373.

([92]) Idem, idem, p. 230.

([93]) Idem, idem, pp. 231/233. O marco de ouro devia valer, no mesmo ano, cerca de 20.000 reais brancos, visto que lhe é atribuído o preço de 16 ¾ reais brancos por quilate, na carta régia de 18 de Abril de 1470 (Aragão, p. 383).

([94]) Aragão, ob. cit., I, pp. 233/234 e 386/389.

([95]) Idem, idem, pp. 394.

([96]) Idem, idem, p. 242.

corriam no País, quase sòmente, ceitis de cobre e cruzados de ouro, o que acarretava grandes transtornos nas transacções comerciais. Para obviar a esses inconvenientes, fora resolvido emitir boa moeda de prata, de lei de 11 d.: assim surgiram os meios grossos, no valor nominal de 12 reais brancos. Ao mesmo tempo, recorreu-se ao sistema clássico de isentar do pagamento da dízima todo o ouro ou prata importados do estrangeiro ([97]).

O fenómeno repetiu-se no reinado seguinte: em 1489, dizia D. João II, em carta dirigida ao concelho de Lisboa, que minguava a moeda de prata em circulação; e que, por isso, mandara cunhar os vinténs e os meio-vinténs, no valor de, respectivamente, 20 e 10 reais ([98]).

A adopção oficial do real como unidade monetária fora precedida por um período de gestação de cerca de quarenta anos, durante o qual estiveram em curso, simultâneamente, moedas representando o antigo e o novo sistemas. A primeira cunhagem de reais de prata, criados e denominados a exemplo de Castela, data de 1369-71, da primeira guerra com Castela. O real tornou-se, depois, a moeda típica do período revolucionário, a que sofreu quebras e requebras sem conta, a que serviu de padrão à desvalorização da libra no decorrer do reinado de D. João I. Em 1387-91, cunhavam-se reais de 10 soldos; em 1398, o seu valor nominal subia para 3 libras e meia; em 1414, faziam-se bater os primeiros reais brancos, no valor de 10 reais de 3½ libras e, por isso mesmo, denominados, reais de 10 reais: apesar de «brancos», eram ainda da baixa liga de 3/12 d.; em 1422, finalmente, lançavam-se em circulação os bons reais de prata de liga de 10/12 d., ou leais, que depois se continuaram a cunhar nos reinados seguintes, e que serviram de base para a remodelação do sistema de contagem.

Até D. Afonso V, manteve-se a distinção entre reais brancos, de boa prata, e reais pretos, quase só de cobre. Mais tarde, a depreciação dos primeiros e o desaparecimento dos segundos, vantajosamente substituídos pelos ceitis, levaram à obliteração dos termos «brancos» e «pretos», passando-se a falar apenas de «reais». Consumara-se a evolução para a nova unidade monetária, que tão grande fortuna havia de alcançar na história portuguesa, resistindo mesmo à adopção do sistema decimal, em 1835, para só vir a findar o seu reinado com o advento da República. Haviam decorrido mais de cinco séculos, desde que D. Fernando, para ocorrer às despesas da guerra com Castela, os cunhara pela primeira vez.

([97]) Idem, idem, p. 386/389.

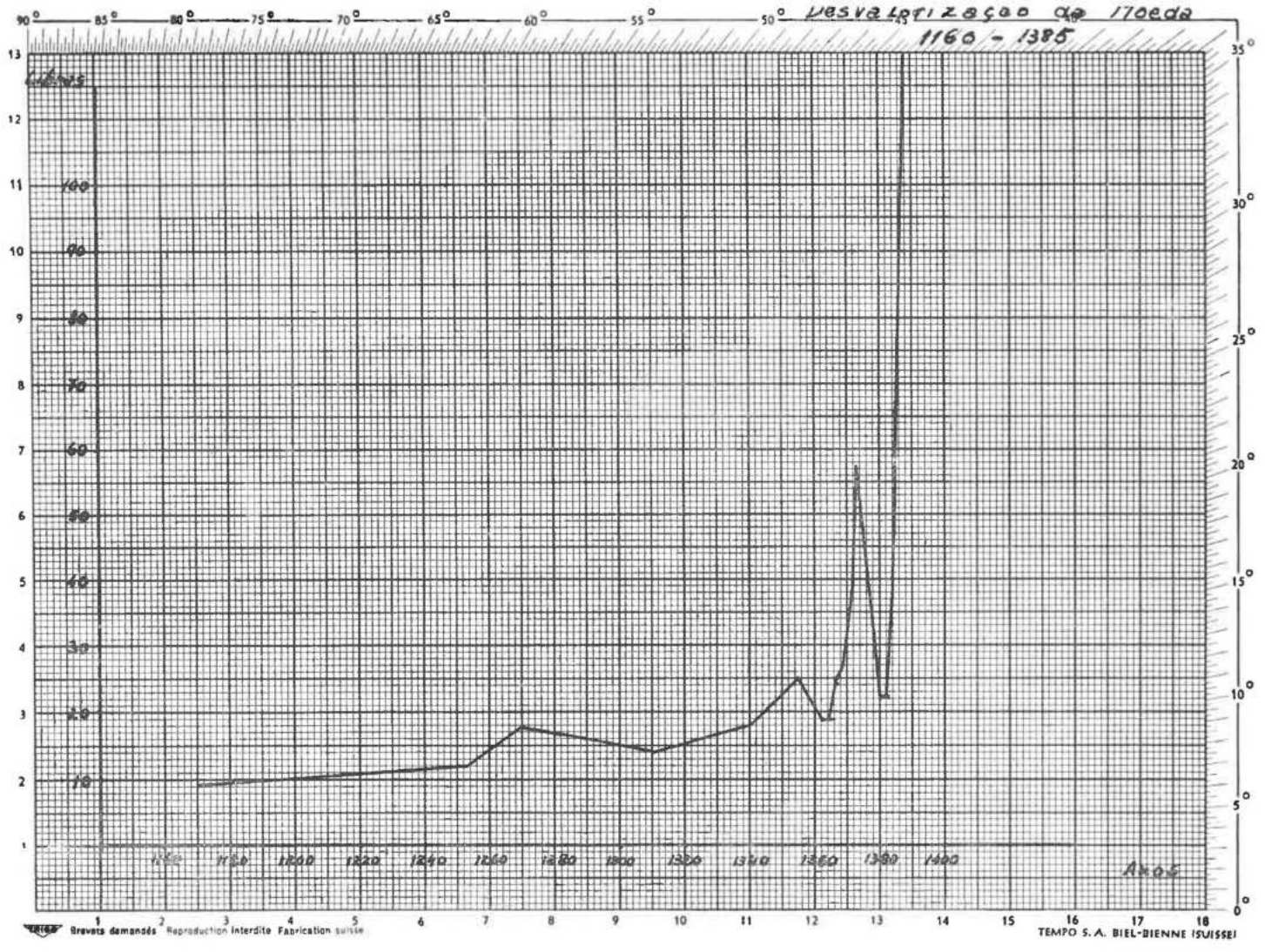
([98]) Idem, idem, p. 394.

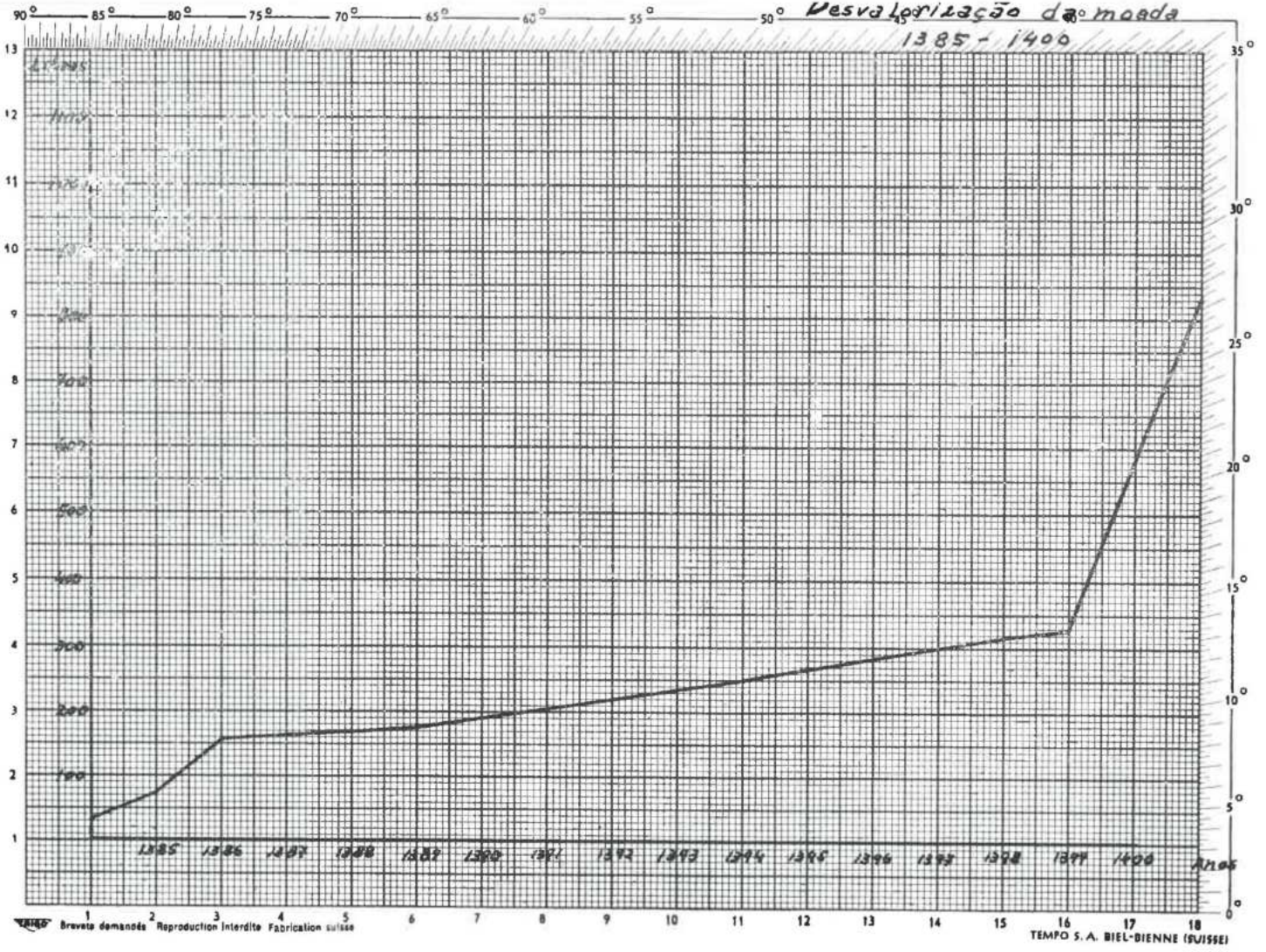
INTERVENÇÕES

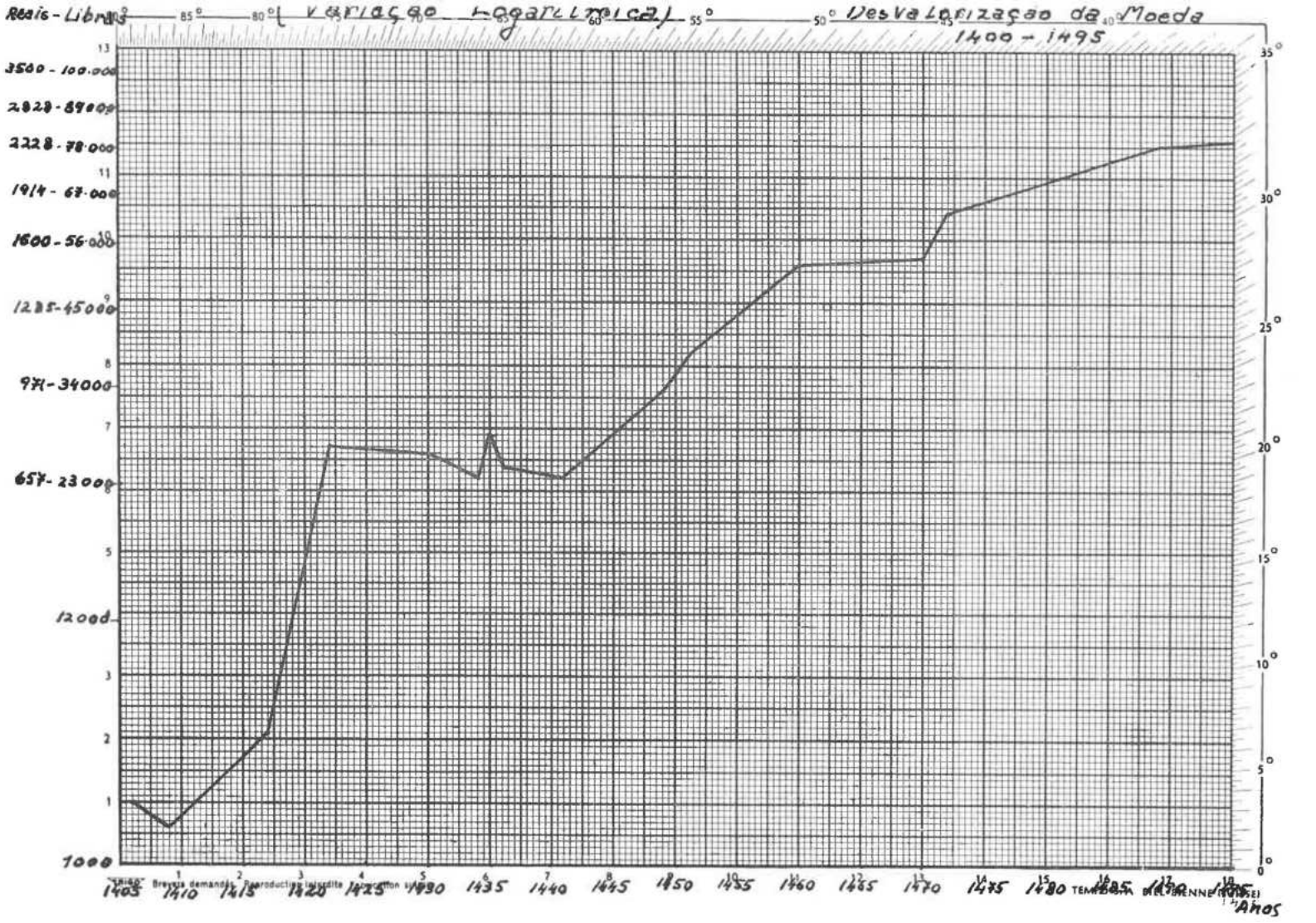
O Dr. Ambrósio de Pina perguntou se seria possível uma cunhagem de moeda em coiro como consta do reinado de D. João I. O orador confessou desconhecer o facto; no entanto pareceu-lhe muito possível.

O Prof. Dr. Marcelo Caetano confirmou a opinião.

O Prof. Dr. Marcelo Caetano tornou a falar para elogiar o orador; referiu-se à citação de Teixeira de Aragão, do trabalho, e a outra autoridade do assunto: Preto Pacheco, que deu um passo adiante no problema da moeda. Referiu-se aos progressos e retrocessos do valor da moeda, principalmente no reinado de D. João I. O debate prosseguiu com interesse.


Desvalorização da Moeda
1160 - 1385
Anos


Desvalorização da moeda
1385 - 1400
Anos
Brevets demandés Reproduction interdite Fabrication suisse
TEMPO S. A. BIEL-BIENNE (SUISSE)


Reais - Libras
Variação Logarítmica
Desvalorização da Moeda
1400 - 1495
3500 - 100.000
2828 - 89000
2228 - 78.000
1914 - 67.000
1600 - 56.000
1285 - 45000
971 - 34000
657 - 23000
1200d
1000
1405
1410
1415
1420
1425
1430
1435
1440
1445
1450
1455
1460
1465
1470
1475
1480
1485
1490
1495
Anos

APÊNDICE

Valores aproximados dos marcos de prata e de ouro

ANOS	PRATA			OURO		
	Morab.	Libras	Reais	Morab.	Libras	Reais
1162–76	9					
1185–91				60		
1211–23				62		
1223–40				70		
1245–48				70	70	
1253		12			88	
1260		14			...	
1270		17,5			...	
1275		...			150/175	
1282		16,5			168	
1282–1325		14			170/180	
1340		17,5/19			200/210	
1355		25			225	
1357–67		19			205	
1367		19			205	
1367–69		24			...	
1369		27			300	
1371		38			400	
1372		57			600	
1372–83		22			220/250	
1383		22			220/250	
1384		36			...	
1385		66			...	
1386		155			...	
1387–91		172			...	
1392–97		250			...	
1398		315			...	
1399		330			...	
1406		2200			...	
1409		1760			...	
1417		5500			...	
1422–?		27720			...	
? –1434		26250/ 26950	750/ 770			
1434		24500	700			7430
1435		29260	836			8360
1436		24500/ 25200	700/ 720			7000
1441–48			700			6750
? –1451			980			...
1449			...			7000
1451			1100			9000
1457			...			16362
1460			1500			16320
1470			1515			20000
1472			1700/ 1896			20952
1489			2280			24576
1495			2310			25182

El blason de Portugal

MARQUÊS de Lozoya

La bella ciencia de la Heráldica es, entre las auxiliares de la Historia, la que ha sido practicada con menos rigor cientifico, y esto ha motivado su depreciacion entre el gremio de eruditos; pero su utilidad en los estudios históricos es, sin embargo, extraordinaria. Frecuentemente, los investigadores de Historia del Arte han podido determinar la filiacion de una capilla, de un palacio o de un cuadro por el dato inicial de un blason, cuyos entronques nos han dado su fecha exacta. Desgraciadamente, la vanidad humana, servida por la complacencia o por la avidez de heraldistas y de Reyes de Armas», han desvirtuado la exactitud de los datos con una turbamulta de falsos aditamentos y de bellas mentiras. Ha sido la Península Ibérica particularmente desventurada en este aspecto, ya que en ella la vanidad genealógica llegó a los últimos extremos, sobre todo a partir del siglo XVI, en que las aventuras maritimas de portugueses y de españoles provocaron una explicable vanidad. De la misma manera que en Grecia y en Roma la guerra de Troya se transforma en una epoca mítica, en la cual los pueblos se complacen en buscar heroicos antecedentes, la Reconquista es para los peninsulares un pasado fabuloso en donde son posibles toda suerte de hazañas maravillosas. La época barroca es funesta para el recto empleo de la ciencia del blason. Perdida ya su funcion militar, cae en manos de los «Reyes de Armas» que emplean en inventar o en explicar las piezas de un escudo la misma fantasia delirante de los poetas, de los arquitectos y de los hagiógrafos de su tiempo. Las figuras, de tan bella simplicidad, dispuestas con tanta lógica en los siglos medievales, se complican en absurdos geroglíficos. Hay blasones de los siglos XVII y XVIII en los cuales se pintan paisajes con toda suerte de pormenores topográficos; escenarios en los que diversos personajes representan una escena de guerra o una escena caballeresca. Todo esto era imposible en los tiempos en que la heráldica cumplia con su mision genuina, que consistia

en distinguir en el combate o en el torneo al caballero totalmente cubierto con su armadura. La Montaña de Santander es un museo de esta bella y absurda heraldica barroca en que las cartelas de piedra se rodean de abalorios, cimeras y lambrequines.

La adopcion de un signo que distinga al guerrero, tatuado sobre su proprio pecho o pintado en su escudo defensivo provien,e acaso, de la Prehistoria y está en uso entre los primitivos actuales en Asia, en América y en Occeania. Figuras simbólicas aparecen pintadas en las rodelas de los héroes griegos y el padre Homero gastó algunos versos de sus poemas inmortales en describir estos signos. Pero la heráldica, con el sistema y con las leyes que han llegado hasta nosotros no es anterior al siglo XII de nuestra era, cuando el perfeccionamiento de las armas defensivas inventa las cotas de malla que ocultan casi totalmente el rostro del guerrero y le obligan à adoptar un distintivo, generalmente muy sencillo y facilmente visible, para que su hueste pudiese reconocerle en el combate. El explendor de la ciencia heráldica culmina en los siglas XIV y XV con la pasion por el deporte caballeresco de los torneos. El arte de la armeria ha progresado mucho y los habiles armeros fabrican cascos que protejan la cabeza contra armas ofensivas cada vez mas eficaces y las facciones del caballero quedan ya ocultas totalmente. Era preciso, en el torneo, que el publico pudiese identificar a cada luchador y para ello se procura que queden bien patentes sus emblemas, como hoy se hace en esos nuevos torneos que son los partidos de *foot-ball* o con los ginetes, en las carreras de caballos. Es entonces cuando en los paises del centro de Europa: en Francia, en Borgoña, en Flandes, en Alemania, los heraldos dan leyes precisas sobre el arte de organizar estos distintivos. El fin de estas reglas es el de obtener la máxima visibilidad. De aqui el empleo de piezas sencillas y bien definidas: figuras geométricas, animales, plantas u objetos dibujados de un modo estilizado y esquematico; de aqui empleo preferente de colores simples y vivos y la prohibicion de pintar color sobre color o metal sobre metal.

El gran error de la genealogia barroca consiste en suponer que toda pieza de blason era el recuerdo de una hazaña del caballero o de sus antepasados. Se quiso buscar un simbolismo heroico a cada figura y a cada color. En realidad, la conmemoracion de un hecho de armas con un aditamento en el escudo es cosa poco frecuente y de aparicion tardia, a fines del siglo XV. Es entonces cuando en España los Reyes Catolicos conceden emblemas heráldicos alusivos a sus altos hechos guerreros o marítimos a los del linaje de Fernandez de Cordoba o a Cristobal Colon y mas tarde,

en el siglo XVI el Emperador y Felipe II adornan los escudos de los conquistadores de Indias con caciques encadenados, jaguares y caimanes. En el siglo XII en los albores de la ciencia del blason, sus signos solian proceder de dos origenes: religioso o jeroglífico. Unas veces se adoptan símbolos piadosos: la cruz, en diversas formas; la for de lis, emblema de Nnuestra Señora, las conchas del Apostol Santiago. Otras, figuras parlantes del nombre o del apellido del caballero: el leon, de los Reyes de Leon; el castillo de los de Castilla; los obos de los López de Haro; el águila, de los Aguilar.

Yo creo, sin embargo, que muchos de los mas antiguos escudos de armas que aparecen en sellos de cera o de plomo o pintados en los documentos, no son otra cosa que la copia realista del escudo defensivo que usaba el guerrero en las batallas, de madera, para que fuese mas ligero y reforzado con clavos y piezas de hierro. A veces, en paises nórdicos, el escudo se cubriria de piel (armiños o veros). Las aspas, sotueres o cruces de San Andres que aparecen en la bordura de tantos blasones españoles, no son otra cosa sino las cintas de cuero con que se sujetaba la pieza central. La bordura, tan frecuente en blasones hispánicos, *son un recuerdo der* refuerzo exterior del escudo. Un insigne heraldista frances: Teodoro Veyrin Forrer, ha explicado, segun este sistema, el blason de los Reyes de Navarra (Congreso Internacional de Genealogia y Heráldica, Madrid, 1955). Desde el siglo XV, el signo heráldico del antiguo reino consiste en un rectangulo formado por cuatro cadenas de oro en campo de gules, de cuyas esquinas y de cuyos centros arrancan cadenas que convergen en el centro, sujetas con una joya *adornada con* una esmeralda. Ya en el mismo siglo XV el erudito Príncipe de Viana explicaba esta pieza suponiendo que conmemoraba la hazaña de Sancho el Fuerte, Rey de Navarra, que en la batalla de las Navas (1212) habia arrancado el cancel de cadenas que cerraba el campamento del sultan Miramamolin. Pero en los monumentos mas antiguos, el emblema navarro no es otra cosa que el escudo pre-heráldico de los Reyes, el cual como otros en Europa — el de Claves, por exemplo — consistia en un refuerzo radial de hierro, desde el centro a la bordura. En el centro solia figurar una piedra preciosa de virtud mágica (el carbunclo) y de aqui procede la esmeralda del blason de Navarra.

Tambien el blason Real portugués fué explicado por los heraldistas barrocos como conmemoracion de una hazaña militar, como sucedió en Navarra, en Aragon y en Cataluña, cuyos emblemas no tienen el caracter geroglífico de los de Leon, Castilla y Vizcaya. No hemos de tetenernos aqui a estudiar el origen y las variantes de la leyenda segun la cual Alfonso

Henriques, primer Rey de Portugal, recibió las quinas heráldicas nada menos que de Nuestro Señor Jesucristo, el cual, como señal del nuevo reino, que entonces nacía, le concedió sus cinco llagas, juntamente con los treinta dineros en que fué vendido por Judas. Solamente quiero recordar ya lo ponderó un gran escritor portugués: Antonio Sardinha — que la mas bella version literaria de la leyenda de Ourique está en un poeta castellano: Tirso de Molina, que solo cede, en el teatro español la primacia a Calderon y a Lope de Vega. Era en el tiempo, poco anterior a la separacion definitiva de ambas coronas, en que el tema portugués era predilecto de los dramaturgos españoles. Tirso de Molina (el fraile mercedario Fayr Gabriel Téllez) en su comedia «Quinas de Portugal», representó en una escena a Jesucristo entregando en el campo de batalla a Don Alfonso Henriques el estandarte del nuevo reino, destinado a ser un reino misionero, con estas palabras:

Las armas que a Lusitania
otorga mi amor propicio
en cinco escudos celestes
han de ser mis llagas cinco.
En forma de cruz se pongan
y con ellas, en distinto
campo, los treinta dineros
con que el pueblo fementido
me compró al avaro ingrato;
que despues, en otro siglo,
un escudo que el Algarbe
orlará con sus castillos...

Ni el portugués mas entusiasta de las glorias de su Patria pudo imaginar versos semejantes a los que el fraile castellano, refiriendose a estas armas, pone en labios del Señor:

Yo te las doy de mi mano;
Yo con mi sangre te animo;
Yo tu estandarte enarbolo;
Yo victorioso le afirmo.
Alfonso! Al arma! Debela
a un tiempo alarbes y vicios.
Reinaras en Lusitania,
y eterno, despues, conmigo!

En estos versos de Tirso se contiene toda la explicacion legendaria y piadosa del blason de Portugal: los cinco escudetes, las cinco llagas del Crucificado; los puntos repartidos entre ellos, los treinta dineros de la traicion; en profecia, las siete fortalezas del Algarbe.

Yo creo que las primitivas armas de Portugal tienen un origen realista, como las de Navarra y copian el escudo pre-heráldico que llevaba a las batallas su primer Rey, que seria bien conocido de sus compañeros de armas. En este escudo de madera, el cuero, claro o pintado de blanco que lo cubriria, pudo estar reforzado por remaches, clavados cada uno de ellos con clavos dorados. Hay de esta disposicion en la Península un curioso precedente, relacionado con la casa de Borgoña. En el bellísimo sepulcro románico de la Infanta Doña Sancha de Aragon, viuda de un Príncipe de Borgoña, del siglo XII, que se conserva en un monasterio de Jaca, uno de los caballeros que velan el eterno reposo de la dama ostenta en su escudo cinco puntos, dispuestos en la forma de las quinas de Portugal.

En las mas viejas representaciones del blason portugués, en el siglo XII, se distingue una serie de escudetes de forma de almendra tangentes los unos con los otros con las puntas dirigidas hacia al centro y cada uno de ellos cargado con diversos puntos. En el mismo siglo XII aparecen, pendientes de las cartas en pergamino, los primeros sellos céreos o plúmbeos. Tienen forma amigdaloide, que recuerdan los escudos defensivos de la época. La dificultad de excavar en el metal, acero o bronce del troquel obligó al grabador a simplificar el dibujo y a reducir el número de los escudetes, que son ahora cinco, de la misma forma de almendra, dispuestos en forma de cruz, con las puntas dirigidas hacia el centro y cargados cada uno de un número indeterminado de puntos, con un escudete central y los cuatro restantes apuntando al centro. Asi aparece el blason de Portugal en el sellos que autentifica una donacion que hizo Don Sancho I al Monasterio de Alcobaça en 1195 y, con mayor claridad en el que pende del documento por el cual Don Alfonso II confirma una donacion de Don Alfonso Henriques al Abad de Claraval. Es dificil precisar el numero de puntos que cargan estos escudetes. En el sello de una carta de donacion de Alfonso II al Monasterio de Alcobaça en 1217, y en el de otra carta del mismo Rey confirmando una donacion del primer monarca portugués al Monasterio de San Vicente da Fora, los puntos son, en cada escudete, numerosísimos, con el aspecto realista de una clavazon espesa que sujetase las piezas de refuerzo del ligero escudo militar del combatiente. La forma se perpetua a lo largo de la primera mitad del siglo XIII, sin duda por que la cancilleria de cada nuevo rey utilizaba o copiaba

el troquel de la del rey difunto. Asi los cinco escudetes dispuestos en cruz y cargados de puntos aparecen todavia en el sello céreo que garantiza el testamento de Don Sancho II en 1248.

La tradicion relaciona con el Algarbe la bordura sembrada de castillos que vino a completar, en mismo siglo XIII, el blason de Portugal, y aun cuando los modernos heraldistas portugueses no esten conformes con la explicacion tradicional de este signo, creo que su adopcion puede relacionarse de alguna manera con el extremo sudeste de la Península. La comarca del Algarbe estaba aun, al mediar el siglo, bajo el dominio musulman. Alfonso III inicia vigorosamente la reconquista de villas y de castillos, pero el rey de Castilla, Alfonso X el Sabio reclama como suya la posesion de aquellas tierras, prolongacion de la Baja Andalucia. Hay un conficto guerrero que termina con una tregua amistosa entre ambos reyes, en la cual se concierta el matrimonio del Rey de Portugal com Doña Beatriz, hija del rey castellano y de Doña Maria Guillen de Guzman. El matrimonio concertado no podia ser mas absurdo. El Rey de Portugal rayaba con los cuarenta años y la princesa castellana no habia alcanzado aun la edad nubil. Pero lo mas grave es que el novio estaba unido con, vínculo legítimo con Matilde, Condesa de Bolonia. Ambos reyes demonstraron amplísima conciencia al ajustar estas nupcias, que se celebraron a mediados de mayo de 1253. En el tratado se pactaba que el Rey de Portugal quedaria con el señorio del Algarbe, pero permaneciendo el dominio directo en Don Alfonso X de Castilla hasta que hubiese del matrimonio un hijo varon, que alcanzase la edad de siete años.

En mi opinion, fue con motivo de este concierto y de estas bodas cuando se añadio al blason de las quinas de Portugal la bordura de gules cargada de castillos de oro, pero estos castillos no representan las fortalezas del Algarbe conquistadas por Alfonso III, sino que son, sencillamente, las castillos de Castilla, de oro en campo de gules, multiplicados, como solian usarlos los descendientes, no primogenitos, de la casa real castellana, siempre en disposición diversa, pero a base de la reiteracion de una de las piezas heráldicas del escudo regio: los castillos, los leones o ambos alternados. Seria fácil fundamentar este aserto con numerosas pruebas, pero citaremos solamente el caso de dos descendientes de la casa real: Doña Maria de Molina, hija del infante Don Alfonso de Leon, que ostenta en su escudo leon rodeado de una bordura cargada de castillos y la hijja de Don Pedro el Cruel y de Doña Teresa de Ayala, que o repite los castillos en su blason, sobre una banda de gules.

Alfonso III, hijo de la infanta Doña Urraca de Castilla y esposo de

Doña Beatriz de Castilla es el primer rey de Portugal que añade la bordura de castillos a las quinas portuguesas. Es posible que la transformacion se llevase a cabo con motivo del tratado que atribuia a Portugal el señorio del Algarbe, o de las bodas subsiguientes de Alfonso III con Doña Beatriz. El testimonio mas antiguo que yo conozco de esta transformacion está en el sello céreo, todavia de forma amigdaloide, que autentifica una donacion al Monasterio de Alcobaça en 1255, dos años despues de las nupcias de Alfonso y Beatriz, y la adicion persevera en otro sello del año 1260. Es dificil precisar el número de los castillos en el sello mas antiguo, muy maltratado, pero parecen ser siete u ocho y lo mismo sucede en el de 1260. En el sello de cera que pende de una carta del mismo Don Alfonso II, conteniendo un privilegio al coto de Alvioto (1262) se advierte alguna novedad. El sello es circular y los escudetes, dispuestos en forma de cruz, tienen forma de trapecio, con la parte inferior redondeada. Aqui pueden contarse perfectamente los castillos, que son nada menos que doce. En los sellos, de troquel muy bien labrado, que garantizan los documentos del Rey Don Dionis, hijo de Alfonso III, el escudo no es ya el pavés amigdaloide que reproduce el que se usaba en guerra, sino que reviste ya una forma heráldica convencional (trapecio en disminucion hacia la parte inferior, redondeada (análoga a la de los escudetes, dispuestos en cruz y cargados de un número copioso de puntos). Los castillos revisten identica forma que los que aparecen en los sellos de Alfonso «el Sabio»: donjonados con tres torres, con sendas ventanas y tres puertas abiertas en el muro almenado. El número de estos castillos llega a catorce. Sin duda uno de los mas antiguos blasones de Portugal labrados en piedra es el que aparece, reiterado, entre las bellas tracerias moriscas del arca sepulcral de la Infanta Doña Blanca de Portugal, hija de Alfonso III, en el Monasterio de las Huelgas de Burgos, en el cual siguen proliferando los castillos de la bordura, pues se pueden contar hasta dieciseis, esculpidos con el mas delicado primor. El número se reduce otra vez a catorce en la heráldica de los famosos túmulos de Alcobaça, de Don Pedro I y de Doña Ines de Castro. La misma diversidad nos indica que el número de las piezas era indiferente. Lo que se queria es repetir un signo único: el castillo de oro en campo de gules de los reyes de Castilla ,tantas veces enlazados por la sangre con los de Portugal (1)..

(1) Como consecuencia de la lectura de este trabajo en la última sesion del Congreso Internacional de Portugal Medievo, reunido em Braga en octubre de 1959, el Sr. Marqués de São Payo, ilustre presidente del Instituto Portugués de Heráldica,

Juan I, el Mestre de Avis restaurador del Reino, hace asomar los extremos de la cruz verde florenzada de su orden, detras del blason de las quinas, sobre la bordura de los castillos. Son quizas en el siglo XIV los reyes de armes de los reyes de la casa de Avis, en un momento en que la ciencia del blason alcanza la máxima importancia los que fijan en su forma definitiva el escudo de Portugal. Los cinco escudetes, siempre en cruz, aparecen verticales, cargado cada uno de cinco bezantes de oro. El número de castillos se determina en siete, que ya no se ha de alterar. El impulso barroco que engendra la euforia de los descubrimientos circunda estas armas de esferas armilares, cruces de Cristo y grifos explayados pero los signos esenciales no habian ya de cambiar. Felipe I de Portugal, II de España, cuando incorpora las armas portuguesas a la complicada cartela en que figuran, junto con las de los reinos peninsulares, las de tantos otros dominios, suprime la cruz de Avis y los Braganza, en el Portugal restaurado, aceptan esta supresion.

Asi, a traves de las diversas formas que impone el cambio de los estilos en cartelas y abalorios, permanece el blason de Portugal, uno de los mas bellos de la heráldica europea. Tiene esa simplicidad, esa elegancia señoril que lo situan dignamente al lado de los de las mas excelsas dinastias europeas-Austria, Borgoña, Estuardo, Borbon — cuando se une con ellas con motivo de enlaces matrimoniales. La armonia de los colores-plata, azul y oro en el centro; oro y gules en la bordura-no puede ser mas acertada. El blason de Portugal tiene esa facultad de adaptacion que ha hecho a los hombres de la Península capaces de luchar en todos los climas y unirse con todas las razas. Es rudo y sencillo en los padrones, testimonio

---

puso reparos a la interpretacion del autor, de la bordura de castillos de las armas portuguesas que, a su juicio para nada se refiere al Algarbe y no es sino la *diferencia* personal que añadió Alfonso III cuando todavia era infante segundon, incorporando las armas de su madre Doña Urraca de Castilla, hija de Alfonso VIII. Se fundamenta esta afirmacion en el descubrimiento, por el heraldista francés baron de Herve Pinoteau, de un sello de Alfonso III de Portugal, ya orlado de castillos, cuando era todavia Conde de Bolonia. La cuestion está ampliamente tratada, con copiosa bibliografia, en el magnífico estudio del Marqués de São Payo *A bordadura das armas nacionais e os juristas da restauração* (*Anais da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, 1944).

Hay, sin embargo, algo no explicado en esta version de la bordura del blason portugués. Si se trataba de una *brisura* adoptada por Alfonso III como infante segundon, debio abandonarla cuando vino a recaer en el, por muerte de Don Sancho II, la primogenitura. A lo menos en la conservacion de la bordura de castillos hubo de influir el tratado con Castilla, que tuvo como consecuencia la incorporacion del Algarbe a Portugal, y la boda de Don Alfonso con la princesa castellana Doña Beatriz.

de dominio, en la costa africana y en las murallas de Goa y de Diu; se adorna con los mas finos primores del rococó en las iglesias y en los palacios de las viejas ciudades del Brasil (²).

(²) Hemos utilizado para redactar este trabajo las fotografías de sellos de plomo y de cera, de monedas y de monumentos sepulcrales que ilustran la *Historia de Portugal* de la *Portucalense Editora* (Fascículo XV) y la *Historia de España* de Don Antonio Ballesteros (Tomos II y III).

Sobrevivência no Século XVII de Direitos Paroquiais Medievais *

Pelo Marquês de São Payo

Refere o falecido Mestre eminente, Cónego Pierre David, na sua obra emérita *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, págs. 7 e segs., em como na alta idade média as igrejas privadas, donde sairam as futuras freguesias, faziam parte do território de uma paróquia, e os fregueses delas, nas festas principais ,povo e clero eram obrigados a ir aos actos de culto, concorrer mesmo com o seu tributo, a essa paróquia ou catedral.

As paróquias suévicas e visigóticas, escreve Mons. Miguel de Oliveira, estendiam-se por largos territórios, abrangendo decerto povoados muito distantes (*As paróquias rurais portuguesas*, pág. 71), e pergunta, sem achar resposta inteiramente cabal: serão as paróquias modernas a continuação da suevo-visigóticas? (Ibid., id.).

João Pedro Ribeiro (cit. por Mons. M. de Oliveira, op. cit., pág. 117) consigna que «Nas terras, que [no século XII] ainda não estavam limitadas a certas Freguesias, sendo Dizimadores os Senhores directos, estipulavam, que o seu Emphyteuta habitasse na sua Parochia, ou della recebesse os Sacramentos, para assim cobrar delles annualmente, além do foro ou reção, o Dizimo Ecclesiastico... Bastará referir o seguinte exemplo do Séc. XIV: *E que seja freguez desta Igreja de S. Pedro, e em ella va ouvir as Missas e as Obras...*».

Quem, por necessidade ou desfastio, percorrer a consagrada *Corografia Portugueza e Descripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal...* etc. do P.^e António Carvalho da Costa, impressa pela primeira vez em Lisboa em 1706, Tomo I, *Da Província de Trás-os-Montes*, Tra-

---

* Publicada na Revista «Armas e Troféus», vol. IV, Tomo II, do ano de 1963.

tado II, Cop. III, *Dos lugares do termo desta cidade* [de Bragança] *e das freguesias que tem com o número de vizinhos*, encontrará com referência aos lugares da Refega da freguesia de Santa Olaia de Vila Meã, Larões, de São Nicolau de Salsas e Ferrande de S. Silvestre de Freixedas, a obscura e, para o leitor desprevenido, intrigante informação, que os fregueses das mesmas *vão ouvir missa* à freguesia de Veigas, termo da vila de Outeiro, a Sezulfe, na comarca da Torre de Moncorvo, e à vila de Vale de Nogueira respectivamente; e mais adiante, numa expressão elíptica, que os moradores dos lugares de Vilela e Melhe, freguesia de S. Salvador de Canedo, reitoria da Mitra, e de Casal de Guimera, da freguesia de Santa Maria de Covas, abadia da Casa de Bragança, iam (*vão* sic.) à Ribeira de Pena, e ao Couto de Ornelas, respectivamente, ambos fora da comarca. Também na freguesia de S. Vicente, da vila de Ruivães, os moradores do lugar de Fafião iam à missa a S. Lourenço do Cabril, termo de Montalegre, e os de Linharelos e de Caniço o mesmo faziam para com a paróquia de Santa Maria de Salto, termo igualmente da mesma vila.

Regista certo título genealógico anónimo, do século XVIII, na nossa posse, o facto dos moradores da rua (bairro) de Santo António de Vila Real, também irem à missa, a três léguas de distância, à aldeia de Parada de Pinhão, explicando o facto insólito com a lenda absurda de que tal ónus lhes fora imposto pelo caudilho trasmontano, contemporâneo e partidário do Mestre de Avis, Vasco Pires de São Paio, por este os ter defendido contra os castelhanos (partidários do rei castelhano se haverá de entender).

Pondo de parte o absurdo deste ónus ter sido imposto por tal motivo pelo Fronteiro o que aliás dá a medida do que foi a projecção da sua acção e da sua importância, tal que a sua tradição perdurava no século XVIII em Trás-os-Montes pelo que a lenda se criara e aceitava, perguntamos se não teria ele apenas praticado para com os moradores do referido bairro aquilo que João Pedro Ribeiro, aponta ter sido praticado também no século XIV quanto aos fregueses que haveriam de ser da igreja de S. Pedro, por nós atrás citado? E para deles cobrar anualmente além do foro ou reção, o dízimo eclesiástico? Não lhe faltava desembaraço nem poderes majestáticos para o fazer. Quanto aos outros lugares o caso pode ser diverso.

Dada esta anomalia registada nas fontes indicadas, de moradores de certos lugares de determinadas freguesias, na curiosa expressão, certamente local e arcaizante de *irem à misa a* igrejas paroquiais diversas, por vezes, senão sempre consideràvelmente distantes (como o flagrante exemplo atrás aduzido dos moradores do bairro de Santo António de Vila Real

com relação à freguesia de Parada de Pinhão) não a poderemos entender no natural sentido actual, isto é, que o fariam por comodidade em virtude da diferença de distâncias entre uma matriz mais próxima e outra mais distante.

Outro será o sentido. Evidentemente que não o poderemos tomar ao pé da letra, isto é de que os mesmos moradores iam de facto pessoalmente e com grave incómodo cumprir com o preceito dominical às igrejas paroquiais fora do aro da freguesia a que, administrativamente, na sua época pertenciam. Julgamos que outro não poderá ser o sentido da expressão senão de que esses lugares pertenciam, pelo menos para certos efeitos, a outras paróquias vizinhas ou distantes, para efeitos canónicos, cuja extensão não alcançamos inteiramente, e principalmente para efeitos tributários do dízimo. Isto por efeito de uma sobrevivência parcial de antiquíssimas paróquias primitivas.

Evidentemente que esta anomalia haveria de remontar a épocas recuadas — seriam lugares de antigas paróquias que foram sujeitas a desmembramento e que, intencionalmente, ou por lapso retiveram extensões ou enclaves nas novas freguesias que à sua custa se formaram, paróquias essas que devem remontar à alta idade média portuguesa, possìvelmente ao período suevo-gótico até.

Constitui isto uma demonstração prática do exposto pelos autores citados no princípio desta nótula. Oferecemos a sua indicação apenas pelo merecimento que ela merecer. Uma coisa porém julgamos ter esclarecido, e é a origem e significado, em textos do século XVII e XVIII, da expressão arcaica de *ir à missa* referente a vizinhos de lugares de certas freguesias com respeito a paróquias fora do seu termo.

O Sistema do Universo na «Virtuosa Benfeitoria» do Infante Dom Pedro

Por Diamantino Martins, S. J.

Há um sistema do universo, na *Virtuosa Benfeitoria* do Infante Dom Pedro, cujas linhas gerais vamos traçar, conservando o sabor medieval das expressões por ele empregadas e o enquadramento geral do sistema no conjunto da obra.

É um sistema teocêntrico, como não podia deixar de ser, mas Dom Pedro enquadra esse sistema no sistema das benfeitorias, que forma a ossatura do livro.

Conservamos, como dissemos, o sabor medieval das expressões da *Virtuosa Benfeitoria*, que reproduzimos normalmente tais quais, fazendo em nota referência às páginas. Só um ou outro texto será citado doutra maneira, sem ser incluído imediatamente no corpo desta síntese.

★

Deus, geral começo e fim, pôs graus nas suas criaturas, havendo por isso em todos os estados dos homens falecimentos, que a cadeia das benfeitorias cumula, até à fonte donde tudo vem, «que sobre todos esparge as suas águas, e doutrem as não recebe» (1). Tal é, em resumo, o sistema ético-cosmológico do Infante Dom Pedro.

A primeira culpa da natureza deu azo à ignorância e maldade, por que nossas obras carecem por vezes das perfeições devidas. Os sabedores, entre os quais Séneca, procuram dar ensinamentos para ocorrer a tal falecimento (2).

---

(1) *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Infante Dom Pedro*, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, 1910, p. 5. Mordernizamos a ortografia. Citamos esta obra por *VB*.

(2) *VB* 7.

Todos têm bens da graça e da natureza, dos quais devem bem usar (3).

As coisas vêm de Deus. Difícil de compreender? Maior impossibilidade seria, diz Dom Pedro, fazer-se um a si mesmo (4).

Mas da infinda bondade não pode vir o mal, como nem do sol a escuridão. Portanto todas as criaturas do infindamente bom Criador devem ter grande perfeição (5).

Mas por sensível experiência vemos em toda a parte mínguas.

Para que as coisas não pereçam, é necessário que umas acorram aos falecimentos das outras, e isto faz-se com benfeitorias; por exemplo, terras, heranças, dinheiros e riquezas (6).

A natureza deve-se amar sobre tudo o que não é Deus (7). A intenção é uma coisa geral nela (8); a natureza nunca faz coisa alguma em vão (9). Mas sofre alterações. Por isso deseja coisas onde tenha deleitação; por isso deve haver prazer na benfeitoria (10).

Deus é, para Dom Pedro, aquele que sempre faz bem para proveito alheio (11), o infindamente bom. Deu às nossas vontades perfeição não só para serem boas, mas também para fazerem o bem.

Devemos, portanto, conhecer esse movimento que não podemos sentir, que Ele obra dentro de nós, para dar benefícios, «por cujo azo tornaremos ao começo que é nosso fim» (12).

Isto porque o «sede perfeitos» do Evangelho se identifica, segundo a *Virtuosa Benfeitoria*, com dar aos mesteirosos. Porquê? Porque toda a semelhança é obrigada a fazer aquilo a cuja semelhança é feita. Ora segundo o *Génesis* fomos feitos à semelhança de Deus... Logo... E ao mesmo tempo que manda, influencia espiritualmente as nossas vontades para obedecermos (13).

A todas as gentes foi dada doutrina por que se regessem (14). Mas há

---

(3) *VB* 10.
(4) *VB* 13.
(5) *VB* 13.
(6) *VB* 13.
(7) *VB* 21.
(8) *VB* 22. Cfr. pp. ss.
(9) *VB* 34.
(10) *VB* 37.
(11) *VB* 45.
(12) *VB* 50.
(13) *VB* 50.
(14) *VB* 51.

coisas para onde sem necessidade caminhamos. É coisa sobeja, diz o Infante, empuxarem-nos para onde nós imos [15]...

*

Concepções cosmológicas afloram, por vezes, à pena de Dom Pedro. Como «é ofício do mundo mover-se em redor» [16]... Podíamos julgar tratar-se do sistema de Copérnico, mas Dom Pedro refere-se ao movimento do mundo em geral, e não da terra em particular [17].

O sistema de Dom Pedro é ético-social, ao mesmo tempo que metafísico, dentro sempre da sua visão das coisas no quadro das benfeitorias.

Quanto mais cada um for chegado à fonte duma virtude, maior participação deve ter dela. Esta doutrina aplica-a Dom Pedro aos Senhores [18].

Assim se integra o seu sistema do universo. Todos os planetas e estrelas recebem claridade do sol e todas as coisas temporais são geradas e conservadas «per spargimento do seu splendor» [19].

Todos neste mundo suportamos mínguas. Deve-se, portanto, acorrer a todos, mas mais ao mais geral [20].

Estes princípios tinham particular aplicação nas considerações morais da política de então. Se peleja, se perigo de muitos renegarem, que fazer [21]?

O universalismo da *Virtuosa Benfeitoria* não tem limites. Devemos fazer bem a todos, porque assim faz Deus; nem perdemos com isso.

Deus a todos faz benefícios — «aos roubadores não nega o mar», diz o Infante. Não obstante queixamo-nos de que «não tem cuidado do mundo» [22]. E aduz o parecer de Cícero «gracioso retórico», de que tudo foi gerado na terra para bem dos homens [23].

([15]) *VB* 54.

([16]) *VB* 55.

([17]) Cfr. *VB* 136-137.

([18]) *VB* 62. Não «em estado natural em que todos somos iguais, nem em estado espiritual [que é quem mais ama a Deus...], mas em o estado moral que pertence à governança do mundo». *Ibid.*, p. 62.

([19]) *VB* 63.

([20]) *VB* 76.

([21]) Cfr. *VB* 78-79.

([22]) *VB* 104.

([23]) *VB* 109. «Túlio que entre os filósofos morais em bem falar tem frol graciosa». *Ibid.*, p. 53.

Sob o ponto de vista cosmológico, é sobretudo do tempo que encontramos considerações na obra de Dom Pedro, como é do ser, do ponto de vista metafísico.

Que é o lugar? O espaço ocupado pelo corpo, mas não simples dimensão matemática, como nós pensaríamos.

Dom Pedro fala do espaço e lugar físico, princípio de geração e de vigor, «por virtude das constelações por que as influências são em a terra espargidas» (24). Nós falaríamos de radiações, sem adiantarmos muito com isso.

E o tempo? Muda na terra pelo movimento dos céus. Por isso as coisas corruptíveis sofrem nele mínguas, às quais se deve acorrer (25).

Há, segundo Dom Pedro, três tempos:

Tempo comum, que não haveria se não houvesse movimento, como se não houvesse muitas coisas não poderia haver ordenação — «ordenança» —: «duramento do mundo em perseverança mudável» (26).

Tem quatro partes, devido ao movimento do sol: verão, etc., nas quais várias influências geram nos homens compleições contrárias.

Daí novos falecimentos, que necessitam de ser ajudados com pertencentes benfeitorias. Deve dar-se, pois, conforme a estação: por exemplo, roupa forrada de raposa ou de cendal... (27).

Tempo pessoal, duração da vida de cada um: mocidade, mancebia, velhice, antiguidade. Aos antigos não se deve dar coisas de caça... (28).

Tempo casual. perseverança da vida subjugada a vários acontecimentos da fortuna...: a «Roda da fortuna»... Assim carestia, etc. (29).

O benefício tem várias tenções, das várias diferenças do curso do mundo, isto é, em comparação do tempo futuro, do tempo presente e do tempo pretérito (30).

★

Metafìsicamente, Dom Pedro distingue nas coisas dois modos de ser: *ser sucessivo* — só duram enquanto as fazem — falar, cantar, correr, etc.

---

(24) *VB* 133; cfr. 197, 198.
(25) *VB* 136.
(26) *VB* 136.
(27) *VB* 136-137.
(28) *VB* 137.
(29) *VB* 137-138.
(30) Cfr. *VB* 271-272.

Não queremos demorar-nos numa palavra, sem passar à seguinte, diz S. Agostinho.

O outro ser é chamado por Dom Pedro *ser perseverante* — o das coisas que enquanto as fazem não são, mas depois de feitas perseveram no ser, assim como casas, etc. (31). Não há, diz Dom Pedro, perfeita deleitação no movimento (32).

Segundo Hugo de S. Victor, a natureza foi criada sem falecimentos nem mínguas. Sobreveio, infelizmente, o pecado e com ele as mínguas (33) e a necesidade de pedir (34).

Há três falecimentos: 1) em a natureza, a qual criada por Deus tem de ser por Ele sustentada no ser, e logo de nascença certa sujeição; 2) em a fortuna, que só empresta; 3) em a vontade (35).

Todos temos, portanto, que pedir. A fortuna não larga tanto o freio que deixe completamente alguém correr a seu prazimento (36).

Segundo Aristóteles, a natureza é princípio de movimento e de folgança. Tudo corre, por isso, para o próprio lugar, quando está fora dele, como a pedra levantada da terra. Assim o homem se sente naturalmente movido a pedir as coisas que lhe são necessárias (37).

Deus é sumamente liberal e por Ele fazem os homens benfeitorias; mas o calor é sempre mais quente que a coisa aquecida... (38).

Não se move, porém, um dum termo para o outro sem passar pelo que está de permeio. Assim as virtudes do céu não vêm à terra sem passar pelos corpos que estão entre eles.

Assim entre Deus e nós há os santos. Peçamos, pois, e principalmente à Virgem Maria Senhora dos Anjos (39).

Deus deu não só benefícios, mas o poder fazê-los; por isso a uns fez rios «em que a fonte eternal espargisse as suas águas [...] benfeitorias em tal abundância, que pudessem regar a secura das terras» (40).

---

(31) *VB* 150; cfr. 220, 221. Podemos possuir as coisas de várias maneiras, por lembrança, se um dia estiveram já em nosso poder, por esperança e por presença real. Cfr. p. 151.

(32) *VB* 150.

(33) *VB* 155.

(34) *VB* 156.

(35) *VB* 156-158.

(36) *VB* 166.

(37) *VB* 166.

(38) *VB* 167.

(39) *VB* 171. Cfr. 169-170.

(40) *VB* 171.

Como o termo da obra é desejado primeiro e o nosso Criador é o nosso postumeiro fim, a conclusão é óbvia (41).

★

Podemos falar do sistema económico-social da *Virtuosa Benfeitoria*.

Deus quis que as coisas temporais da vida presente a todos fossem comuns (42). Mas enquanto que nós agora defenderíamos, em consequência da função das coisas temporais, a justa distribuição das riquezas e o livre acesso a elas de todos pelo trabalho, Dom Pedro, dentro da concepção medieval e das realidades de então, punha a beneficência, no sentido geral em que ele a tomava, no centro do seu sistema social. Não era também a doutrina do Evangelho?

O acto de pedir devia ser, correlativamente, considerado como algo de intrìnsecamente constitutivo da estrutura da sociedade, e assim era de facto.

Fim de natureza do acto de pedir era, segundo Dom Pedro, viver neste mundo mortal (43). Não pode haver ordenação — «ordenança» — onde um não recebe de outro, porque então todos iguais e se iguais não pode haver primeiro e segundo (44). Como possível assim o mundo?

As esferas celestes eram feitas, para os antigos, de quintas essências, imutáveis por sua natureza, sobre as quais não tinha acção o tempo. Não assim o mundo terrestre.

O mundo sensível tem duas partes, diz a *Virtuosa Benfeitoria*, uma para cima do círculo da lua, e outra para baixo, onde há falecimentos, onde, portanto, se tem de acorrer a quem Deus deu poderio de outorgamento (45).

★

Deus criou dois mundos, o maior, juntamento de todos os corpos, onde há três recebimentos: locativo, activo e passivo. O mais alto tem recebimento activo sobre o inferior, que o tem passivo (46). Mundo menor, o

(41) *VB* 175.
(42) *VB* 177.
(43) *VB* 191.
(44) *VB* 195.
(45) *VB* 195-196.
(46) *VB* 196-197.

homem, tem alguma coisa de comum com os anjos, com as animálias, com as plantas e com todas as coisas (47).

A filosofia do Infante supõe um destino que não termina aqui, ao falar, por exemplo, «do que em esta vida não quer perder a outra» (48).

Como podemos explicar os vaivéns das coisas da fortuna? Porque não estão unidas necessàriamente ao nosso fim.

As coisas da fortuna ou acontecimentos não têm fim para que se movam (49). Por isso andam como andam, ao deus-dará.

A metafísica do ser de Dom Pedro está, como dissemos, condicionada por todo o seu sistema das benfeitorias.

Há três desvairados modos de ser, segundo a *Virtuosa Benfeitoria*. Um natural, influenciado pelos corpos celestiais, outro moral, fundado sobre ensinamentos, pela vista, ouvido, etc., o terceiro espiritual, fundado na graça de Deus (50).

Todos três perseverança em trespassamento; o homem é como a frol, diz Dom Pedro. Para que não pereçam sùbitamente é necessário que recebam algumas coisas, tanto no ser natural, como no moral, e mais ainda no espiritual: «todo o bem, o nosso Senhor Deus o começa primeiro, e no mal que fazemos, Ele nos desampara postumeiramente. E assim primeiro nos faz bem que sejamos bons, e primeiramente somos maus que nos Ele deixe» (51).

Dom Pedro apela para S. Tomás, como para a experiência. Segundo S. Tomás, toda a obra volta à causa onde procede (52); segundo a experiência, todo o bem-fazer quer agradecimento (53).

O nosso infindo Criador é a principal fonte, onde as outras têm o seu começo; d'Ele vêm todos os bens. A Ele somos sempre obrigados, porque cumprida obrigação só se faz com o próprio, e tudo quanto temos vem de Deus, Criação e Remimento... Estamos infinitamente obrigados: «Maiormente, diz Dom Pedro, que nós somos servos caseiros em este mundo» (54).

Como Deus é o principal benfeitor, Ele primeiro deve ser agrade-

---

(47) *VB* 197.
(48) *VB* 215.
(49) *VB* 220.
(50) *VB* 220-221.
(51) *VB* 221.
(52) *VB* 223. «Santo Tomás, entre os doutores teólogos mais claro ensinador» *Ibid.*, p. 223.
(53) *VB* 224.
(54) *VB* 238. Cfr. 237.

cido ([55]). Não lhe sejamos ingratos, diz o Infante; folguemos de lhe sermos devedores ([56]).

Deus é o príncipe que rege o mundo ([57]). Agradeçamos-lhe sem reparar no nosso proveito ([58]), e receberemos graça para nos tornarmos Àquele que nos criou, onde O vejamos claramente ([59]).

O homem recebeu na Criação capacidade infinda, que «tão sòmente aquela natureza a pode cumprir, a que outra igual se não pode achar». «E quanto a grandeza do coração tiver maioria em tal profundeza, tanto será esta vida menos contente das mundanais coisas que cedo trespassam» ([60]). Isto sem falar da roda da fortuna — «a Roda do curso» — que por vezes derriba os que pusera no alto ([61]).

Toda a maldade é desnatural. Portanto todo o mal, ainda que se adormente, sempre é penoso ([62]).

O próprio diabo é visto à luz do sistema das benfeitorias. Lúcifer «o desagradecido», lhe chama o Infante.

Para evitarmos o fogo que o atormenta e aos demais condenados, sigamos, diz Dom Pedro, as regras dos livros precedentes ([63]).

Encontramos no fim da *Virtuosa Benfeitoria* o que encontrámos ao princípio, «aquela Essência em que todos os benefícios têm fim e começo».

Façamos por merecer contemplar em companhia dos bem-aventurados aquele espelho de infinda clareza em que estão representados idealmente todas as benfeitorias — «sendo possuídas sem fastio e sempre desejadas sem penoso tormento» ([64]).

Deus Trino surge-nos como roda esférica cujo centro está em toda a parte e a circunferência em nenhuma, em tudo sem encerramento, fora sem estar apartado, sem baixeza sustentando o mundo ([65]).

E referindo os três graus do entendimento em conhecer a Deus, fala da vista que têm as águias lindas, que podem olhar, sem se ofuscarem, a

([55]) *VB* 249-250.
([56]) *VB* 251.
([57]) *VB* 252.
([58]) Cfr. *VB* 267.
([59]) *VB* 268.
([60]) *VB* 269.
([61]) *VB* 284.
([62]) *VB* 289.
([63]) *VB* 291.
([64]) *VB* 297.
([65]) *VB* 297.

resplandecente roda deste planeta, fixando, sem se ferirem, o sol — os homens que confessam ser Deus real círculo em ternário perfeito, Padre, Verbo, etc. (66).

O segundo ternário circular é de natureza, as criaturas que têm o postumeiro fim onde tiveram o começo, isto é, em Deus (67).

O terceiro «ternal círculo» chamado moral pertence às obras que se fazem por nós, sendo o acto terminado naquele princípio donde começou, «o ternal círculo da divindade» (68).

Assim Dom Pedro, fazendo círculo da obra presente, põe o postumeiro termo naquele que foi ajuda no começo requerido — que foi «ajudoiro», como diz o Infante (69), «Deus, que é geral começo e fim».

E com um «Deo gratias», a seguir, termina toda a obra, e terminamos nós também esta breve síntese do sistema do universo de Dom Pedro, na *Virtuosa Benfeitoria.*

---

(66) *VB* 298; cfr. 297.
(67) *VB* 229. Cfr. 298.
(68) *VB* 299.
(69) *VB* 299.

O Mosteiro benedictino de S. Salvador de Castro de Avelãs no povoamento da Região Vinhaense

Por Firmino Augusto Martins

Um ilustre crítico francês disse certo dia que havia longevidades monásticas como há longividades humanas. E que, quando se abrem as laudas da história do passado, acontece deparar-se com páginas muito tristes que dá vontade de rasgar ou apagar; umas vezes da responsabilidade dos homens, e dos acontecimentos outras.

O historiador, porém, por que tem fé na aquisição da verdade e confiança na serena grandeza do assunto, não receia intercalar essas sombras no quadro que traça, pondo-as no lugar que lhes pertence. E transcreve o que o abade Jarossay disse do clero de Orleães em sua história dos três mosteiros, de Fontaine Jean, Ferriers en Gatinais e de Miey Saint Mesmins, dos quais o primeiro viveu seis séculos e os outros dois treze. E salienta que «em toda a verdadeira história há manchas, vestígios da luta contínua entre o pecado original e a graça redemptora».

Ao levantar os olhos das páginas do ilustre Guyau, o pensamento trouxe à memória um pouco da história do tão celebrado mosteiro beneditino de São Salvador de Castro de Avelãs e, de uma forma especial, no referente à sua influência em «terra» de Vinhais.

Castro de Avelãs, limítrofe de Bragança, é uma aldeia sertaneja habitada por «cabaneiros» (1) e lavradores honrados que arrancam à terra tantas vezes ingrata o pão de cada dia. De casario regional de xisto de cor barrenta como a terra, vendo-se aqui e além raras padieiras de granito musgoso, estende-se entre o monte e a veiga, debruçada sobre o fio de água do pequeno ribeiro de Ariães que vem descendo a passo lento de um dos contrafortes da serra de Nogueira até engrossar em abraço fraterno a correnteza serena do poético Fervença, que, diz-se, o nosso mimoso

(1) Homem pobre que não tem «cria», isto é, junta de bois ou vacas para o trabalho agrícola.

Tomaz Ribeiro cantou em estrofes bucólicas a quando da sua estadia no governo civil de Bragança.

Ali não há nada de notável que a distinga dos outros povoados do alto trasmontano a não ser a honra de possuir as respeitáveis e venerandas ruínas do vetusto cenóbio beneditino.

Dizem alguns autores que remonta a antiquíssimas épocas desde a pré e proto-história à história pròpriamente dita; e que do velho *opidum* ou *pagus* romano existem *tegulas*, mós, lápides funerárias, marcos miliários ,alguns dos quais entraram no Museu regional da cidade; e que ali existiu o culto do *deus Aerno; ex-votos* do povo, *ordo* ou *gens* dos «Zelas» que teriam lá a sua sede, e que tudo foi mencionado por Plínio como pertencendo ao distrito dos Astures, constituindo uma comunidade (*civitas*) da Galiza. E vários autores continuam a narrativa, descrevendo-nos a fundação do célebre mosteiro pelos beneditinos dedicado a S. Salvador, e cuja data se ignora. Ao passo que uns opinam pela fundação nos séculos VII-VIII outros marcam-na no século X e ainda outros em data muito posterior. Até o preclaro historiador D. Rodrigo da Cunha desfez a lenda da fundação por S. Frutuoso. O que é certo, porém, é que a fábrica do mosteiro era imponente, à qual os entendidos atribuem vários estilos, concluindo desta forma que não foi construída de uma só vez, ou, pelo menos, ter havido vários acrescentamentos ou reparações. São de opinião de ali terem trabalhado artífices magaries vindos da região leonesa em Espanha. Enquanto alguns têm uma parte da igreja como românica e não mudéjar devido a os artistas mudejares evitaram as estruturas abobadadas, e não pertencer ao tipo do estilo românico-moçárabe, outros afirmam que deve aproximar-se do estilo *aljamado*, pois que a sua arquitectura, em geral, é românica, embora denuncie intervenção muçulmana no referente a alguns pormenores dos fins do século XII.

Seja o que for, pelas relíquias de hoje a fábrica devia ter sido imponente, e extensa, pois alguns referiram que chegou a ser povoado por centenas de monges. Quanto a mim, atentos a variedade de estilos e opiniões, que denotam reparações ou acrescentamentos, permito-me aventar: e não teria assistido às assolações árabes e às sangrentas lutas da reconquista? E, se assim foi, não poderá atribuir-se a sua fundação à época anterior à reconquista? Não temos dúvidas da sua importância e grande influência na época medieval, pela acção civilizadora e pela riqueza que possuía. Outorgou forais, consignou direitos cíveis e criminais, ali repousaram homens ilustres como D. Nuno Álvares Pereira e D. João de Gant, duque de Lencastre, quando em 1387 vieram celebrar o *Tratado de Babe.*

Quando algum dia se encontrar em bibliotecas ou cartórios de conventos particulares a documentação escapada ao incêndio e destruição dos bandos em luta, e até ao desleixo dos homens, só então se poderá fazer a crónica verídica e completa do importante cenóbio e da sua acção no ambiente regional. Dos seus fartos haveres é suficiente ver as *Inquirições* e a *relação* dos bens entregues à nova mitra de Miranda após a Bula da extinção e o *motu próprio* da anexação subscritos em 22 de Maio de 1546.

Observando atentamente os sucessivos acontecimentos que se desenrolaram à volta da formação das várias nacionalidades da península hispânica, parece-nos ver, quanto à nossa, acima do génio e da bravura dos guerreiros, a acção transcendente da inspiração providencial; a própria inteligência, incapaz de deslindar o fio condutor na misteriosa trama dos sucessos, chega a vislumbrar a graça do milagre na formação da nossa pátria, independente e livre, como primordial constante da sua história que concretisa sobremaneira aquela intervenção carismática.

O nosso primeiro rei cujo alto engenho tanto louvou Herculano, cimentando com os seus barões e a golpes de montante os fundamentos da nacionalidade, mostrou claramente os preciosos dons do homem providencial que chega na hora própria.

Para além das virtudes de guerreiro indómito, a bravura, a prudência e a energia cautelosa, deixou-nos bem vincados os traços da sua robusta inteligência e enérgica vontade, do seu génio político, na arrumação da casa sobre os destroços da luta contra a moirama, na clarividente criação de centros de cultura, como Santa Cruz e Alcobaça. Armado cavaleiro em Zamora, aqui junto da região bragançana, o seu ânimo insofrido teve mais que fazer ao sul do que ao norte. Ao passo que ali o grande inimigo era o alfanje muçulmano aqui a maior parte eram as contendas ambiciosas de Leão e Castela. E os mosteiros foram os poderosos auxiliares e propulsores da sua grandiosa empresa tanto de ordem material como de ordem espiritual. O mosteiro de Castro Avelãs, aqui no extremo norte da *terra de Trás-os-Montes*, foi sem dúvida um valioso elemento de acção civilizadora e de defesa do solo pátrio em toda a região do norte bragançano.

É que, segundo a regra de São Bento, «os mosteiros teriam de estar construídos de forma a que a água dos moinhos, a horta e a pradaria estivessem dentro dele e se pudessem exercer todos os ofícios».

Em uma carta de Bossuet a Mablon, de 22 de Agosto de 1703, lê-se que «esta (regra) é o mais belo que há na história da Igreja». «Le Moine Benedictin» de D. Besse, descreve-nos pormenorizadamente a sua vida de

oração e de trabalho. E Levasseur na «Histoire des classes ouvrières en France» (págs. 182-197 da 2.ª ed.), lembra-nos que foram os monges que nos demonstraram com o seu exemplo que o trabalho é honroso e necessário, contribuindo assim para dar ao operário a consideração e a dignidade que a sociedade antiga lhe negara. E Montalembert em «Les Moins d'Occident» (VII-278) conta-nos um caso pitoresco de quando um delegado do Papa visitara certo abade recebeu dos calígrafos, de quem acabara de separar-se, esta resposta: — está lá em baixo ao fundo do prado a segar feno. O próprio Voltaire en «Essais sur les Moeurs (cap. 129), diz que os monges davam um nobre exemplo naqueles tempos bárbaros cultivando a terra. E Jubanville («Études sur l'etat interieur des Abbayés Cistercienses») observa-nos que eram práticos na drenagem dos campos, na cultura das nogueiras, na criação de gados, a sua actividade como proprietários territoriais era um benefício e um ensinamento.

Basta de citações a que a leitura de algumas obras interessantes me levaram e não lembremos os nossos insígnes medievalistas dentre os quais avulta o eminente Herculano, sobre a acção civilizadora dos Mosteiros.

Voltemos a Castro de Avelãs.

Já nos fins do século XI durante o governo do Condado portucalense o conde D. Henrique teria notável influência neste cenóbio como se infere da doação do mesmo de D. Afonso Henriques em 1144, e já citada por vários cronistas, que passo a transcrever: «Ea propter Ego Adefonsus Re Portugalensium cum filli mei donno Santius Rey, et omni successione nostra vobis domno Joanni abati de Crasto, et omnibus quibus quocque voluerint habitare et succeroribus vestris facio chartam donationis et textum firmitudinis de illo monasterio de Crasto cum suo cauto, etc..., dono, atque concedo vobis supradicto abbati Joanni, et illis qui vobiscum sub regula Sancti Benedicti in ipso monasteria vivere voluerint illum monasterium supra nominatum, ut habeatis eum in illa dignitate, atque libertate, in qua notum est omnibus esse in diebus Henrici Patris mei comitis, et Reginae Tarasiae Matris meae usque ad proesens, ut ab hac die habeatis eum vos et omnes sucessores vestri, et serviatis ibi deo usque in sempiternum mando ei etiam et concedo ad monasterium súpradicti, ut habeat, et possideat in pace omnes hereditates, et possessiones, libertates domos... aleas populatas, vel non populatas, donationes, elemosinas quas fecerunt ad monasterium supradicti vel quaecunque comparaveril aut laboraverit, aut plantaverit, aut hereditaverit, aut alio quocunque modo habuerit, totum istud edo et concedo propter amoreim Dei, et remedio

animae meae, et parentum meorum: et cauto illud monasterium supradicti, et domos suas, et hereditates suas, etc...»

Em 1145 o grande rei fez-lhe nova doação «de hereditate meae propria quam habeo vila Sancti Georgii quae est in Bragantia subtus mons Togia discorrentis aquae Salabor, etc.».

Em 1187 (de Cristo) o filho e segundo rei de Portugal D. Sancho, fez «escambo» de várias vilas pela herdade de Benquerença «de hereditate, quae accepi ab eis de Bemquerencia, quod vocant civitate Bragancia... et confirmamus chartam comutationis cum omni suo jure...».

Da documentação citada pode inferir-se da magnanimidade de Afonso Henriques para com o Mosteiro de Avelãs, e consequentemente não será despiciendo conjecturar da acção digna de tais mercês por parte do mosteiro no povoamento, defesa e elevação deste retalho da pátria. Não só pelo exemplo de virtudes cristãs e educação cívica e religiosa prestada à grei mas ainda pela difusão do espírito associativo e comunitário, cultura e disciplina da vida monástica.

Em Minhet («Memoires historiques», págs. 34-36, 1854), vemos, ao referir-se à colonização monástica, «como o mosteiro arroteava matagais e destes criava a riqueza e a abastança». «Chamaram, protegeram e educaram colonos que formaram povoações; abriram caminhos e estradas, desbravaram terras, construíram pontes, criaram e aperfeiçoaram indústrias, exploraram minas, promoveram a criação de gados, lançaram, enfim, as bases de toda a actividade civilizadora possível naquele tempo» (Fortunato d'Almeida, «Hist. de Port.», I, 161).

Trazendo à balha o «cambium» de D. Sancho quis apenas vincar o facto da *herdade* de *Bemquerencia* e o «quod vocant civitate Bragancia», para dizer que no povoamento e evolução progressiva da cidade de Bragança o mosteiro de Avelãs teria parte importante. As doações dos nossos primeiros reis e a protecção de D. Henrique e de D. Teresa são disto prova digna de menção. O ilustre abade de Baçal cita uma passagem do «Almanaque de Lembranças» de 1856, que diz: «Eram os religiosos do Castro de Avelãs senhores de Bragança por doação que dela lhes fez Afonso de Leão por lhe terem feito grandes serviços e ajudado a tomal-a aos mouros».

São numerosas as doações e privilégios foralengos recebidos e os concedidos pelo mosteiro em todo o norte trasmontano. Convindo também salientar o facto interessante da concessão de alguns aos mosteiros cistercienses de São Martinho da Castanheira, Moreirola e Monte da Rama, em terras de Leão e Castela, possuidores de largos haveres em terras lusas, como se nota nas inquirições de D. Afonso II e de D. Afonso III, em recom-

pensa de serviços aproveitados como valiosos instrumentos na política genial do nosso primeiro monarca.

No referente à «Terra de Vinhais», onde possuía numerosas propriedades, como Edrosa, Ouzilhão, Negreda, Mós, Celas, Vila Boa, Penhas Juntas, Ervedosa, Nunes, Cidões, Crespos, poder-se-á dizer o mesmo, não encontrando motivos de queixa por parte dos rendeiros, colonos ou *tenentes*. O facto da sentença cominada por D. Afonso em 1375 contra o mosteiro de Monte da Rama a pedido dos moradores de Cidões (2) onde possuía uma granja, e da sua encorporação nos bens de Castro de Avelãs, prova, além do mais, a paz existente. É verdade que alguns atritos houve, especialmente em outras regiões, como os dos moradores de Bragança contra a «terça de finados» ou «mortulhos» e «maninhadego», que o mosteiro auferia contra a determinação foralenga, a ponto de ter de intervir o duque de Bragança D. Afonso, por sentença dada em Gimonde em 25 de Novembro de 1454. Mas, convém notar, que não eram só os mosteiros que auferiam rendas pingues e afligiam os povos com as tão numerosas e odientas alcavalas fiscais, eram também os grandes e o Estado. Entre outros, um foral de D. Manuel de 1513, fala acerca das «lutuosas», na entrega da melhor «jóia móvel que ficar aos reguengueiros»; os vassalos do rei não podiam testar suas armas, «pois ficavam ao rei por *luctuosa* que as dava ao vassalo que ficava em lugar do morto». Nas constituições do bispado da Guarda «era devida aos bispos por morte de quaisquer párocos ou dignidades que tivessem benefícios curados».

Vê-se, pois, que os impostos que tantas queixas provocavam não eram só particularidade dos mosteiros, e, no nosso caso, de Castro de Avelãs. Lembrando ainda que o costume já vinha de recuados tempos, pois no governo dos godos se dava o nome de *luctuosa* à herança que o fisco percebia dos «colonos» ou «servos adescripticios» que cultivavam as terras (Elucio); havia também as «luctuosas» por título especial ou «luctuosas» por bem de *hermar* e *povoar* (por de monte ou emprazar ou dar de renda ou «afumigal-as», nas quais os autores vêm restos de regime feudal.

Em tudo isto, o mosteiro seguia o ambiente coevo do tempo. E não congeminemos que a condenação do duque de Bragança em 1451 e 1455 deu satisfação plena aos queixosos. O *fisco* absorveu a maior parte

(2) O meu bom amigo e distinto etnógrafo Sr. Padre António Mourinho teve a amabilidade de me enviar um documento referente a Cidões, copiado do arquivo do mosteiro de Monte da Rama, que lamento não poder utilizar, por ter vindo só depois do Congresso. Será publicado em outra oportunidade. Obrigado ao bom Amigo.

dos rendimentos de forma que, em geral, foi uma questão de mudança de senhorio. E mesmo nos mosteiros outros levavam a maior parte dos seus rendimentos. O aparecimento das «comendas» concorreu em grande parte, para a sua decadência e diminuiu bastante os próprios defeitos. Adiante faremos uma leve referência ao caso sujeito.

Pelo *Tombo dos bens* de Castro de Avelãs de 1551 e «Inquirições de D. Afonso III» «sabemos do povoamento do vilar de Santa Engrácia, hoje povoação da Ermida, sito na «parrochia» de Crespos (quanto a nós a que deu origem a Vinhais), que se estendia através da bacia que limita com o rio Tuela pelo «Regedouro» e onde assentavam os bairros de São Facundo, Eiró, Santa Catarina do Campo, e o extinto bairro de Riassós, de que falamos no 1.º volume de «Folclore do concelho de Vinhais», pelo bairro do *Tolaco* hoje extinto e representado pelo do Couço, e Val do Souto, também extinto e que devia estar situado na vertente entre o Carvalhal e Moaz a correr para o Perigo. Ainda que as *inquirições da parrochia de Espinoso* mencionem o Vilar de Santa Engrácia, creio não ser mais do que a confirmação do facto referido nas de São Facundo de Crespos como costumavam fazer as testemunhas em outras inquirições. E, pode afirmar-se, a povoação da Ermida e Vilar de Santa Engrácia foram povoados pelo mosteiro de Avelãs.

As «honras», mercês, graças e «privilégios» concedidos pelos reis da 1.ª dinastia e os primeiros da 2.ª foram, como disse, a recompensa de altos serviços prestados pelo famoso cenóbio beneditino. O repovoamento de Celas e Negreda e o facto do empossamento do monte da Virgem dado aos moradores daquela pelos reis D. Afonso III e D. Sancho II, do qual fizeram dez casais, dá-nos bem a ideia da protecção do mosteiro à agricultura local.

Resumamos: como tudo o que é humano está sujeito às vicissitudes do tempo e dos homens, viveu os séculos da sua existência independente e autónomo, à excepção do breve período da sua filiação ao Mosteiro de S. Martinho da Castanheira de Leão em 1237, segundo os cronistas, em virtude da contenda entre o arcebispo de Braga e o Bispo de Compostela, filiação que «foi de pouca duração e talvez sem a importância que o termo significa, como se pode ver no «Fastos da história dos Arcebispos de Braga» de Mons. Augusto Ferreira.

Decrépito, gasto, após algumas centúrias de existência e depois de ter prestado inestimáveis serviços à Igreja e à região antes e depois de constituir importante retalho da nação livre e autónoma, teve o fim de todas as instituições humanas. Com a criação da nova diocese de Miranda

pela Bula de Paulo III e a Carta Régia de 1646, foi anexado com todas as suas pertenças e rendas à nova Sé.

Como já notei, entre as causas da sua decadência, avultam, a fora as «razões de Estado, o estabelecimento das comendas». Vejamos primeiro uma página do ilustre Balmes (El protestantismo comparado con o catolicismo en sus relaciones con la civilisacion europea). «...A ideia de propriedade, uma das mais fundamentais de toda a organização social lançara poucas raízes na Europa... Obrigados contìnuamente os homens a defender o seu, inclinavam-se fàcilmente a usurpar os alheios. ...A primeira medida a adoptar para dar remédio a tão grande mal, era dar estabilidade às povoações obrigando-as a aplicar-se à agricultura... Conseguiu-se este objectivo com a fundação de vastos domínios contra os quais todo o atentado era um sacrilégio... assim as ideias religiosas se enlaçavam com as ideias sociais». Naqueles tempos era necessário dar à noção pagã do «domínio», segundo o direito romano, o alto sentido cristão do destino e aplicação dos bens materiais. As comendas» desviavam, em geral, do seu fim natural o destino social da propriedade.

Nas palavras de Cristobal de la Reyna os *abades comendatários* ou seja certos indivíduos leigos que desfrutavam as rendas ou parte dos mosteiros ou abadias e que entregavam o poder espiritual a um delegado chamado «prior claustral» principiaram na época carolíngia. Os monges dando o título de abade a um Senhor ou príncipe poderoso, colocavam-se sob a sua protecção.

Na «Histoire abregé de l'Ordre de Citeans», vem uma citação de uma carta de Sixto IV de 12 de Março de 1475: «Os mosteiros de que muitos indivíduos tanto seculares como regulares obtêm comendas por concessão ou dispensa da Santa Sé, vêm arruinar-se seus edifícios, dissipar-se móveis e imóveis, frutos e rendas, observar-se mal as regras, etc., etc., e até os próprios monges se separam da obediência e da austeridade». Eram, segundo alguns cronistas, verdadeiros sangue-sugas insaciáveis dos bens religiosos. Os privilégios concedidos à autoridade civil e aos grandes abalaram profundamente os alicerces de muitas instituições eclesiásticas, fazendo recair sobre estas ainda a má vontade do povo ignorante, a sua maior vítima. Pois, em geral, como vimos ainda em nossos dias, o desvios dos réditos estancou uma fonte de benemerências e de auxílio comunitário para engrossar o cabedal egoísta dos grandes que, na sua maior parte, iam gozá-los nos grandes centros urbanos, deixando ao abandono a terra úbere, transformada, por vezes, em matagal bravio. O «*obsentismo* que arrasta

para longe as rendas do solo, em prodigalidades supérfluas, privando a terra das suas energias produtoras e dos elementos de riqueza que possui».

Concluamos. Do exposto, breve e descolorido arrazoado, infiro que:

1.º — O mosteiro benedictino de Castro de Avelãs foi uma escola de nobres virtudes cívicas e morais na educação dos povos, na defesa da vida autónoma a despontar do trama confuso da península hispânica e da sua consolidação sob os golpes do montante do primeiro monarca.

2.º — O povoamento e repovoamento de granjas, vilas, vilares e aldeolas, teriam sido efeito, na sua maior parte, da razia destruidora das hordas árabes e da reconquista cristã, avultando assim a acção benemérita dos monges.

3.º — Ainda que algumas «filhações» foram inspiradas pela ambição, em outras parece ver-se a evitação do jugo prepotente de alguns nobres. Apesar disto, as *Inquirições* referem-nos o povoamento por parte dos mosteiros de S. Martinho da Castanheira e de Moreirola, de terras de Leão e Castela, de várias povoações em Trás-os-Montes, especialmente em terras de Miranda, como Ifanes, Palaçoulo, Constantim, Angueira, Barciosa, etc. e bem assim a mesma acção povoadora de Castro de Avelãs.

4.º — As *Inquirições das parrochias de Santo André de Ouzilon, de Penas Juntas, de Sancti Facundi de Crespos, de sancti Stephani de Spinoso,* são uma breve referência da sua actividade em toda a região.

E terminaremos por dizer que, dentre os institutos religiosos que concorreram para a fixação e unificação do território pátrio na fronteira trasmontana, ocupa lugar destacado a influência da Mitra bracarense como centro notável, irradiante e convergente, de elevado sentido cívico e cristão. Da *Bracara Augusta* que foi nos primevos tempos a mais nobre manifestação da cultura humanista e cristã, e continua em nossos dias com relevante dignidade, a atear o mesmo fogo vivificante de antanho, por intermédio de preclaros cientistas que procuram iluminar em uma admirável simbiose do *humano* e do *divino,* neste desvairo de sistema e doutrinas malsãs, o curso da tradição e da história e da missão universalista da grei lusa no concerto dos povos.

Três posições defensivas medievais

(RESUMO)

Por Gastão de Melo e Matos

Há semelhança entre as posições do exército do Príncipe Negro em Maupertius (1356) e as que o exército ocupou no dia 12 de Agosto de 1385 em Albergaria, perto de Ourém, e na madrugada de 14 sobre a Ribeira da Cavalaria; em todos os casos, embora as circunstâncias operativas fossem muito diferentes (e também os efeitos da campanha) o exército menos numeroso ocupa o alto de uma eminência escarpada, sòmente acessível por um caminho difícil.

Evidentemente não há identidade, nem se pode fazer uma comparação completa, porque não houve combate nas duas últimas posições, mas não é inaceitável que estas fossem sugeridas pela memória da primeira.

O foral da portagem de Lisboa e a sua importância para o estudo do comércio interno e externo do país nas vésperas da crise de 1383-1385

Por Irisalva Nóbrega Moita

A profunda revolução económica que se processa desde o último quartel do século XIII e que se intensifica bruscamente, mercê de vários factores internos e externos, através do século XIV, provoca uma crise de desadaptação que atinge principalmente a cidade de Lisboa, capital política desde Afonso III, e agora capital económica sem contestação.

A transmutação operada na cidade que transforma o pequeno burgo rural afonsino na movimentada metrópole comercial-marítima do foral da portagem de D. Fernando, no decorrer de duas escassas centúrias, teve, como consequência, uma desactualização das leis antigas, no que respeitava principalmente ao comércio marítimo e aos encargos que oneravam os produtos que entravam o seu porto.

Ainda que as outras cidades costeiras e, principalmente, o velho burgo portuense, continuem a fazer comércio directo, Lisboa, pelas suas condições excepcionais e os privilégios e medidas de protecção que lhe foram concedidos pelos reis, é o porto procurado de preferência, quando não obrigatòriamente, por mercadores nacionais e estrangeiros, guindando-se, no decorrer de trezentos, a principal entreposto do comércio nacional. Esta situação de privilégio cria novos valores económicos que não haviam sido previstos no desactualizado foral afonsino nem nas leis subsequentes e que, provocando inconformidade entre a vida da capital nos finais do séc. XIV e as leis que a regulavam, colocava a população ao arbítrio dos oficiais régios e das extorsões dos arrendatários da portagem.

Para regularizar este estado de coisas e atender às reclamações do povo, D. Fernando concede à cidade de Lisboa o foral da portagem de data incerta, mas pouco anterior a 1377, no qual são pormenorizados os encargos

fiscais que oneravam os produtos que entravam ou saíam o seu termo. Para obstar a abusos futuros, todos os produtos que eram objecto de transacção a partir da capital, foram aí registados, indicando-se a origem e destino, o que faz deste documento uma fonte de informação de primeira ordem para o estudo da importância comercial-marítima de Lisboa nas vésperas da crise de 1383-1385.

Através das preocupações do fisco que dominam este diploma, Lisboa apresenta-se já como o sorvedouro do país, mantendo relações comerciais com todos os portos marítimos desde Viana do Lima, Vila do Conde, Fão, Porto, Aveiro, Buarcos, etc., aos portos do sul, Setúbal, Alcácer e portos algarvios, cada qual enviando-lhe os produtos do seu *interland:* trigo e farinha de Alcácer e Setúbal; sal de Setúbal e Aveiro; mel de Odemira, Sines e Alcácer; vinhos de Atouguia, Lourinhã, Odemira, Sines e Algarve; couros, sebo e untos de Atouguia, Buarcos e Aveiro; frutas, azeite, cortiça, peleteria, cera, sardinhas e outro pescado, de vários pontos do País. Todos estes produtos, comprados por mercadores nacionais e estrangeiros em condições excepcionais, eram revendidos nos mercados da Flandres que, na altura, era o principal consumidor, e nos do Mediterrâneo, principalmente do Levante espanhol, Aragão e Sevilha, que consumiam grandes quantidades de sardinha *de pilha* ou *de fumo*. Grande parte destes produtos, como o pão, frutos, azeite, etc. destinava-se à tripulação dos navios que enxameavam no porto, outros, como a madeira, o sebo, a resina, o pez e o cordame, destinavam-se ao fabrico e reparação das embarcações.

Em troca dos produtos da nossa exportação, alimentada, quase exclusivamente, pelo que a terra dava, e com os quais Lisboa conquistou lugar sem rival, pela qualidade e competição dos preços, nos mercados do norte da Europa onde substituíra a exportação francesa, cancelada para o comércio do norte em consequência da Guerra dos Cem Anos, aportavam, ao estuário do Tejo, na viagem de regresso, navios carregados com as manufacturas dos países com os quais comerciávamos. Entre as manufacturas estrangeiras que entravam os nossos portos ocupavam o primeiro lugar os panos — panos de Ipres, de Bruges, de Inglaterra, os apreciados panos de Raz ou *Arraízes*, as valencianas e os panos de cor de Sevilha; seguiam-se-lhe as alfaias de ferro, armaduras para cavalos, armas, cutelos, canivetes, açafrão, louça de Málaga e de Valência. Depois de satisfazerem os encargos da alfândega ou da portagem, conforme os casos, e de lhes juntarem em produtos da incipiente indústria nacional, os panos grosseiros e louça de barro, eram distribuídos, a partir de Lisboa e através de intermediários sucessivos, por todo o reino.

Concorrendo com as mercadorias de tipo corrente já então aportavam ao Tejo produtos exóticos, o *brasil*, as *especiarias*, o *sene*, trazidos pelos mercadores do Levante e cujos impostos de passagem são naquele documento, devidamente regularizados.

Grande parte deste comércio estava, porém, nas mãos de mercadores estrangeiros — catalães, aragoneses, genoveses e maiorquinos ou milaneses — que entravam e saíam o porto de Lisboa para se abastecerem e seguirem a efectuar a revenda dos produtos em condições vantajosas, ou se fixavam, contraindo, por vezes, casamento com mulheres do concelho o que lhes conferia privilégios idênticos aos dos *vizinhos*. A concorrência que estes mercadores faziam aos naturais que com eles não podiam competir, devido à modéstia dos seus recursos, provocou queixas da parte dos lesados que foram atendidas por D. João I na carta de confirmação de 10 de Abril de 1385 (Silva Marques, *D. P.*, Sup. ao I vol., págs. 63 e segs.).

Ao findar o século XIV Lisboa é, pois, um importante centro de exportação, em grande parte indirecta. Nota-se, porém, grande esforço da parte dos nacionais para concorrerem aos mercados internacionais ao lado dos estrangeiros, no que foram largamente auxiliados pelas medidas de protecção à marinha mercante de D. Fernando. A insistência com que na carta ou foral da portagem são referidas as isenções e os encargos a que ficavam sujeitos os materiais de construção e os impostos que oneravam as transacções de navios são bem o indício da importância conferida por aquele monarca à indústria naval.

Comparando, pois, o foral afonsino de 1179 e o foral da portagem anterior a 1377, verificamos que profunda modificação se operara na vida da capital durante as duas centúrias que os separam. A pequena cidade rural do primeiro, onde só muito secundàriamente se surpreende um pequeno comércio marítimo costeiro, aparece-nos, através do segundo, transformada num importante centro de abastecimento, cujo comércio é sustentado quase exclusivamente pelos produtos da terra e feito, em boa parte, por intermediários estrangeiros que por ela faziam escala com fins meramente comerciais ou se fixavam, constituindo parte importante da população da cidade.

O crime e castigo nos forais do Alentejo

Por M. Carvalho Moniz

O Direito criminal

O Alentejo foi conquistado pela espada heróica de D. Afonso Henriques e dos monarcas que lhe sucederam.

O período em que foram concedidos os forais às terras do Alentejo é de pouco mais de um século, pois vai desde a concessão do foral de Évora, em Abril de 1166, até ao foral de Évora Monte, datado de 24 de Maio de 1271.

Estamos, portanto, em pleno período medieval, segunda metade do século XII até fins do terceiro quartel do século XIII, quando os Reis arrancando as terras alentejanas ao domínio sarraceno as «queriam restaurar e povoar» concedendo-lhes as cartas foralengas.

Para efeitos de restauração das localidades conquistadas e para fixação do elemento humano numa região de grandes extensões territoriais desabitadas, havia que ter em especial atenção estas condições locais.

E na aplicação da Justiça, pela natureza e gravidade dos delitos e sua punição, era necessário considerar não só as características especiais do elemento humano que habitavam as povoações que iam sendo conquistadas, mas também e principalmente havia que atrair novas gentes que se fixassem na região alentejana.

Assim, como primeira nota a salientar é que nestes tempos medievais a aplicação da Justiça não era uniforme e indistinta quanto às pessoas, pois conforme a classe a que pertenciam e a posição que ocupavam assim era o «foro» a que estavam sujeitas. A diversidade verificava-se, principalmente, quanto aos cavaleiros, ao clero e aos peões.

Os cavaleiros, por exemplo, os «milites de Elbora» são equiparados em juízo aos infanções e ricos-homens de Portugal, ou melhor gozavam do foro da fidalguia. Este privilégio vamos encontrar estatuído nos forais

de Évora, (1166), Montemor-o-Novo (1203), Nisa, Crato (1232), Avis (1218), etc.

Relativamente ao clero são-lhe concedidas as liberdades e foros dos cavaleiros vilãos, participando, deste modo, das regalias desta classe, privilégios estes que são comuns nos forais de tipo Ávila ou Évora (1166) e Santarém (1179).

Quanto aos peões também estavam na mesma situação dos cavaleiros vilãos, isto se deduz duma passagem dos Costumes de Évora dados aos de Gravão onde se dispõe que se algum vizinho de Évora tiver carreira com outro para o matar ou para o ferir, pagará trezentos soldos e «este juízo assim se cumpra ao cavaléiro como ao peão» (1).

Daqui conclui o historiador Luís Gonzaga de Azevedo que tanto o peão, como o cavaleiro e o infanção na carta foral de Évora procediam da mesma camada humilde a quem D. Afonso Henriques procurava elevar para facilitar o povoamento da terra alentejana.

Além disso estabelecia um regime de excepção para aqueles que viviam nas herdades povoadas, tal como se determina no foral de Beja (1254) onde a composição nos crimes de homicídio e rausso era de quinhentos soldos, mas se o criminoso morava nas herdades dos homens de Beja então essa composição reduzia-se a sessenta soldos, e esta importância era dividida ao meio, entre o Rei e o senhor da herdade.

★

Nestes recuados tempos medievais a população local era bastante heterogénea de raças e religiões, entrechocando-se os mais diversos elementos desde o romano, ao godo e ao árabe, para só citarmos os mais importantes.

O direito penal romano não atingiu, nem de longe, a elevação do direito civil, mas de todas as regiões da Península aquela que primeiro se amoldou aos usos e costumes romanos foi a Bética (Andaluzia), talvez pelo seu grau de cultura devido à influência do trato com os Gregos e à importante colónia fenícia.

Se é certo que após a conquista romana continuaram a vigorar na Península a sleis e os costumes locais, o direito romano foi-se impondo Península as leis e os costumes locais, o direito romano foi-se impondo

Quanto ao direito penal foram estabelecidas várias Constituições

(1) Gabriel Pereira, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, 1885, fasc. I, pág. 17.

Imperiais que respeitavam de modo especial à Península. (2). Os romanos distinguiam a «crimina pública» que violava interesses colectivos, da «crimina privata» que sòmente lesionava os direitos particulares.

Os delitos eram punidos com vários géneros de penas atrozes, tais como a morte, os açoites, o talião, a deportação, os trabalhos públicos e várias multas (3).

As fontes jurídicas são a Lei das XII Tábuas, as Leis Cornélias e Júlias, os Códigos Teodosiano, Alariciano, etc.

Do direito penal germânico que teve enorme influência em toda a Península, encontramos a vingança do sangue e a perda da paz.

Aquela é consequência dos delitos que feriam interesses privados, foi limitada pela «composição», que consiste no preço em dinheiro que se reputava equivalente à ofensa cometida destinando-se ao ofendido ou à família deste.

A perda da paz resultava da prática de um delito ofensivo da comunidade de tal modo que o delinquente perdia toda a protecção humana, ficando assim à mercê de qualquer que tinha até o direito de o matar como se fosse um animal selvagem ou nocivo.

Portanto no território peninsular onde está o Alentejo temos, primàriamente, um direito penal que é um produto da influência romana, goda e cristã, pelos reflexos exercidos pelo Código Visigótico, com o sistema germânico da composição misturado com a expiação social e as penas corporais, do sistema penal romano, amenizado com o profundo sentido espiritualista do direito penal da Igreja. Tenhamos bem presente que «o Cristianismo arrancou a espada da Justiça aos ofendidos desejosos de vingança e a colocou nas mãos da autoridade constituída, impondo a obediência a essa autoridade sem a qual a sociedade não seria duradoura e estaria em perigo constante» (4).

São, portanto, estes os elementos básicos com os quais os conquistadores tiveram de contar para o estabelecimento do direito penal nas povoações, que, pela conquista, iam sendo integradas na nação portuguesa.

Consequentemente são estes elementos basilares que influenciam as cartas forais alentejanas.

---

(2) Hinojosa, *El Elemento Germanico en el derecho español*, Madrid, 1915, pág. 37.

(3) Alexandre Herculano, *História de Portugal*, Lisboa, 8.ª edição, vol. 8.º, pág. 180.

(4) Schiappoli, *Diritto Penale Canonico*, in «Enciclopedia Pesina», vol. I, pág. 621.

Primitivamente dominou a opinião de que as disposições penais constantes dos forais se destinavam a reprimir os crimes e a regular as relações civis dos povos a quem essas cartas eram concedidas e, deste modo, se defendeu que nelas predominava exclusivamente o sistema da composição germânica. É assim que o escritor António Caetano do Amaral referindo-se aos crimes de violência e licença, escreveu: «Eram as penas destes crimes ainda mesmo o de homicídio (segundo o espírito da legislação destes tempos) pecuniárias e formavam uma boa parte do real fisco, pertencendo a sua cobrança ao Saião do rei a cuja exacção chamavam calumnia ou injúria, nome que também davam à mesma multa» (5).

Todavia depois dos estudos de Alexandre Herculano completados por Gama Barros, já não é possível atribuir aos forais esta interpretação.

No sistema da reparação dos delitos vigente nos séculos XII e XIII achamos sobrevivências da jurisprudência penal visigótica, tais como a pena de morte nos delitos mais graves, os açoites em alguns casos de ferimentos e injúrias pessoais, o anoveado nos roubos, a servidão imposta a certos delinquentes e as mutilações.

Mas a composição que aparece fixada nas cartas foralengas tinha ùnicamente por fim a determinação da calúmnia como quota parte da mesma composição que às vezes só era fixada nos Costumes locais, enquanto que aquela era apenas a quota fiscal, pertença do «palácio».

E porque as alterações políticas, económicas e religiosas da parte da península hoje denominada alentejana, impunha que se atraíssem povoadores predominavam as leis de excepção que por meio de privilégios e isenções fixassem o elemento humano, os forais refletem esta preocupação.

É precisamente nesses privilégios e isenções constantes das cartas forais que vamos encontrar pormenores curiosos e importantíssimos para o conhecimento do direito penal neste período da história pátria.

Mas também os Costumes locais tiveram enorme influência pelo predomínio que exerceram. E esta influência é antiquíssima pois já o Concílio de Leão, de 1020, nos artigos 14.° e 19.°, manda observar os costumes da terra, e são muitos os monumentos dos séculos XIV e XV até aos capítulos das Cortes começadas em Coimbra no ano de 1472, que atestam que os Costumes tinham força de lei.

Portanto ao estudar a criminologia da época foralenga no Alentejo

---

(5) Caetano do Amaral, *Para a História da Legislação e dos Costumes em Portugal*, in «Memórias da Literatura Portuguesa», Memória IV, Tomo VII, págs. 166-167.

não podemos deixar de acompanhar esse estudo da leitura dos Costumes locais onde vamos encontrar a indicação das penas mais severas que, no dizer autorizado de Alexandre Herculano, eram indispensáveis no meio de populações rudes para as conter pois não bastariam as penas pecuniárias e os castigos moderados (6).

Anotemos desde já que é nos forais de tipo de Évora que encontramos as penas mais suaves se as compararmos sobretudo com as dos forais de tipo Salamanca, onde se manifesta a existência de uma civilização menos adiantada e de usanças mais rudes e, portanto, a repressão dos crimes aparece sob um aspecto mais sanguinário (7).

Citemos, como exemplo, o que se passa com o foral da Lourinhã (1218) quanto à punição do homicídio: «o matador se se poder prender, seja sepultado vivo e o morto, lançado por cima dele» (8). Este castigo tão cruel encontra-se como penalidade primitiva em mais de um povo, considerando que por virtude do crime «entre o assassino e o morto abriu-se uma conta e estabeleceu-se uma solidariedade que tem de consagrar-se pela execução do criminoso» (9).

Mas quais são os delitos a que se referem as cartas foralengas?

Tenhamos presente que a sociedade medieval tem por base a família e a propriedade, a honra e o feudo. Assim temos como primeiro delito o homicídio, depois o rausso e a violação das donzelas, o adultério e o abandono da mulher de benção pelo marido, as ofensas corporais e as injúrias.

Por outro lado temos o crime de introdução em casa alheia, o furto, a mudança de marcos e de estremas das propriedades, os danos, etc.

Tais são, em traços largos, os crimes de que tratam os forais especificadamente, mas é essencial que este estudo seja acompanhado da leitura atenta e referenciada dos Costumes locais, importantíssimos para a boa compreensão do direito da época medieval portuguesa.

Os crimes em geral

O estudo do sistema penal constante das cartas foralengas leva à conclusão de que a Justiça da época se fundamente, paralelamente, em dois princípios: primeiro o de talião, depois o da seclusão do criminoso.

---

(6) Alexandre Herculano, *História de Portugal*, vol. 8.º, pág. 177.

(7) Idem, pág. 189.

(8) Frei Joaquim de Sousa Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal Antigamente se Usavão*, Lisboa, 1798-1799. Voc. «Lixo em boca».

(9) Oliveira Martins, *Quadro das Instituições Primitivas*, Lisboa, 1929, pág. 205.

Por aquele o delinquente sofre o mesmo que fez sofrer, o que matou seja condenado também a morrer, o que partiu um braço ou tirou um olho ao seu semelhante, quebre-se-lhe um braço ou vaze-se-lhe um dos olhos.

O princípio da seclusão impõe que o réu desapareça, deixe de estar em contacto com o seu semelhante, fique «omiziado». Portanto este princípio culmina pela eliminação do criminoso com a sua morte pelo fogo, emparedamento ou na forca.

Nesta época cada membro tem a sua função penal: os ladrões são desorelhados e prega-se-lhe a mão direita na porta da casa que roubaram; aos mentirosos desnarigam-se; aos caluniadores corta-se-lhes a língua; cose-se a boca ao falsário; arranca-se a mão do assassino. Assim tem plena aplicação a frase de Alexandre Herculano «o estado tumultuário da sociedade do século XII em que à injúria e ao dano recebido se respondia com as atrocidades de vingança e em que essa vingança pessoal, implacável e sanguinária era a lei, era a justiça» (10).

Não queremos neste modesto e necessàriamente resumido estudo levantar aqui a debatida questão do «fredum», da calúnia, da coima ou da composição. Neste trabalho estamos em face apenas do crime e das penas nos forais alentejanos e é um facto que, nas cartas foralengas, aparece a pena pecuniária, a composição em numerário para a remissão do castigo a sofrer pelo delinquente. Por isso constatado o facto iremos estudar, descriminadamente, na segunda parte deste trabalho, a composição fixada em relação a cada delito.

Primeiro fixemos que a importância ou quantitativo da composição destinava-se apenas em parte para a vítima ou para os seus parentes, pois uma outra parte pertencia a diversa entidade. Assim no foral de Évora (1166) quanto ao crime de homicídio os cem soldos que o criminoso era obrigado a pagar destinavam-se «ad palatium», mas relativamente à «casa derota» e ao furto da parte que competia ao dono da casa — 300 sólidos — e ao roubado — anoveado — uma sétima parte pertencia «ad palatium» e as restantes seis partes eram da vítima. Igual partilha era feita quanto aos crimes de rausso, ofensas corporais mudança de marco ou de estrema e ainda nos casos de assassínio de criado alheio, hortelão, quarteiro, moleiro ou solarengo.

Esclareçamos, seguindo Gama Barros, que o vocábulo «palácio» ou

(10) Alexandre Herculano, *História de Portugal*, vol. 8.°, pág. 25.

«pallatium» trivialíssimo nas cartas foralengas alentejanas é utilizado para significar «a casa do rei, do bispo ou do senhor» (11).

É assim que, enquanto o citado foral de Évora (1166), o de Montemor-o-Novo (1203), Alter (1232), Arronches (1255), Tolosa (1262), Crato (1232), etc., dizem que a sétima parte é pertença do «palácio», os forais de Avis (1218 e 1223), se refere ao «paaço», o de Belmonte (1199) ao «episcopo» e no de Beja (1254) quanto aos homens que morarem em sua herdades partilham a composição «medietatem Regi et medietatem domino heaeditatis».

Se conjugarmos as disposições das cartas foralengas com os Costumes locais encontramos naquelas uma fonte do direito local e nestes, quando reduzidos a escrito, aparece uma bem diferente jurisprudência. Assim, quanto ao crime de homicídio, os forais fixam uma composição de 500, 300 ou 100 soldos conforme estes pertencem aos tipos de Santarém, Salamanca ou Évora. Isto porque com o andar dos tempos a balança da Justiça começa a ter por fiel o dinheiro. Mas o réu de crime de morte além de ter de pagar a composição fica ainda «homizieiro» dos parentes da vítima. Aqui temos um exemplo flagrante da vindicta pública e da vingança pessoal exercida pela família do morto.

A sanção mais violenta que encontramos é sem dúvida a pena de morte, que nos forais de tipo de Évora (1166) era aplicada aos crimes de homicídio, rapto violento das donzelas e roubo com reincidência, pois os salteadores com esta agravante eram irremediàvelmente enforcados.

Nos foros de Beja encontramos duas disposições que fazem expressa referência aos «que vã enforcar» quanto aos seus bens. Assim diz-se:

> «Costume he, que todo o homem ou molher que vã enforcar, deve a aver o moordomo o esbulho per razom da força ou do rousso».

e mais adiante escreve-se:

> «Costume he, que se alg̃u homom faz porque moyra, assy come matar ou furtar ou forçar, e panos e armas ouver, que as dem a suos parentes ou por saa alma, e os moordomos lhy fillham

(11) Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, vol. 3.º, pág. 200, nota 4.

> ante o que lhy acham por sa cooymha e depois matam no nom teve a aver o moordomo nem migalha» (12).

Mas além da pena pecuniária variável segundo as espécies de forais, como já vimos, encontramos ainda que o criminoso ficava ainda na situação de «homizieiro» dos parentes da vítima.

Esta posição de homiziado era, portanto, uma das consequências não só do crime de homicídio mas também dos crimes de rapto e rausso, é comum em quase todo o País e também nos outros reinos da Península. Assim nos Fueros Municipales de Castille se destaca a impunidade do homicídio dos «inimicos conhecidos» e a declaração de «traidor ou inimigo de todo o concelho», declaração esta equivalente à perda da paz no direito germânico em virtude da qual o delinquente ficava excluído da comunidade e desprovido de protecção e amparo (13).

No Fuero Real e nas Partidas se reconhece o mesmo direito de vingança e também nos Costumes de Tortosa e no Fuero de Valência, não obstante o seu espírito romanista fixar a composição para o homicídio, também reconhecem o direito de vingança (14). É curioso referir que existe quem, como Dubois, atribua a sobrevivência da vingança a influxos árabes (15).

É interessante transcrever aqui a passagem dos Costumes da Guarda que se refere aos homizieiros, a qual é do teor seguinte:

> «Ninguém que seja vizinho da Guarda dê guarida a indivíduo que queira fazer mal a alguém do concelho ou que seja seu inimigo. See lhe der acolheita e ele vier a ferir aquele de que é inimigo, pague o que o hospedou quinhentos soldos, e dez mil se elle o tiver morto, ficando além disso por homicida, salvo provando por combate judicial ou pela declaração do ferido ou enfim pela dos parentes do morto, que tal hospedagem não deu ao ferido ou matador, nem este saiu de sua casa quando feriu

(12) *Colecção de Inéditos da História Portuguesa*, publicada pela Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1936, Tomo V, págs. 472, 474 e 475.

(13) Hinojosa, *El Elemento Germanico en el Derecho Español*, Madrid, 1915, pág. 37; *Fuero Viejo de Castilla*, Livro II, Tít. I, Lei 5; Fueros de Salamanca, Castrover del Campo.

(14) In Liv. IV, Tít. XVII, Lei 1.ª, Partidas VII, Tít. VIII, Lei 1.ª.

(15) *História del Derecho penal en España*, pág. 458, citado por Eugénio Cuello Calón, *Derecho Penal*, Barcelona, 1949, vol. II, pág. 418.

ou matou aquela homem. Os alcaldes façam execução com os interessados por esta multa, que se dividirá, um terço para o ferido ou parentes do morto, um terço para o concelho e um terço para os alcaldes.

Depois de se averiguar quem é de facto o assassino, embora este pague a multa imposta aos homicidas, se porventura se atrever a residir no termo e os seus inimigos forem em busca delle para o matarem ou perseguirem, quem quer que o amparar pague os quinhentos soldos, e se por causa disso os matarem a ambos, o matador não pague o coutamento, nem fique sujeito à revindicta, bem como nenhum dos que com elle forem» (16).

Uma outra pena corporal aplicada nesta época era a das «varadas» ou «açoites» que embora não se encontre na carta foralenga a vemos nos foros locais de diversos concelhos alentejanos.

Assim nos Costumes de Beja estatui-se: que sejam dadas pelo alvazil. Se é a mulher casada que as leva quando tiver pleiteado com outra mulher, é o marido que lhas dá, mas se o marido «sse lhas tamanhas non der o marido» deve ser substituído pelo alvazil ou pelo juiz. São aplicadas em casa da mulher. Quem as recebe deve ter um «çudeiro» vestido e cinto duma cinta larga — «ancha» — e estar em camisa e em panos de linho e ficar de joelhos em um chumaço ou almocela.

As varas devem ser de vide e do comprimento de meia braça de homem «ata a iuntura do dedo do meyogoo e grossa como dedo polegar» (17).

Nos Costumes de Alcácer comunicados dos de Gravão encontramos esta passagem: — «A mulher que ferir outra dê-lhe seu marido as varas em casa fechada — «serrada» — perante os juízes e pelo que for o feito assim sejam as varas como entenderem os juízes por direito» (18).

Nos Costumes de Montemor-o-Novo se estabelece que: «a mulher de cavaleiro ferir homem ou mulher de «ferida chaa» entreli a dezasseis varas»; por ferida negra trinta e duas varas; por ferida grande que «embermeesca ou en leyto iasca en corpo, ou en Cabeça, entre a dez varas; e se o ferir en cara, que sempre devise, entreli a dezoito varas; e se o cava-

(16) Alexandre Herculano, *História de Portugal* citada, vol. VIII, págs. 38 e 39.

(17) *Colecção Inéditos* citada, Tomo V, pág. 504. Alexandre Herculano, *ob. cit.*, vol. 8.°, pág. 47.

(18) Gabriel Pereira, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, fasc. I, pág. 18.

leiro ferir amuler do Cavaleiro, ioyszo da mulher que é de varas, tornesse ao Cavalleiro en paos, e non en ioyzo de dieyros se non a pagamento das partes. E se muller de Cavalleiro ferir moler de peom, entreli avaras ameyo ioyso de quizer. Et se non quiser, metali moler de peom, ou solteyra a todas as va varas assy como é de suso escrito. Et se Cavalleiro ferir a muler de peom, se quiser entreli aos meyos dos paos assy como é desuso escrito segundo qual ferida fezer» (19).

Nos Costumes de Terena comunicados de Évora, encontramos esta curiosa passagem quanto a esta pena corporal:

> «Mandamos e outorgamos que si molher ferir outra molher que lho correga per dinheiros se os ouuer. E se non ouuer dinheiros per varas.
>
> Mandamos outrosi que se home ferir molher ou a molher o home que lho correga per dinheiro si os ouuer e se os nom ouuer o home correga per paaos e a molher per varas» (20).

Também sofria uma pena corporal aquele que punha mãos violentas nos juízes quando estes exerciam jurisdição. Assim nos Costumes de Évora transmitidos a grande parte dos concelhos deste tipo, o criminoso deste delito tinha a pena da mão cortada ou devia remi-la a bel-prazer do magistrado ofendido. Assim, por exemplo, nos Costumes de Alcácer dados aos de Gravão se diz:

> «Os juízes de montemaior teem carta del rei que quem quer que venha contra eles dereito fazendo paguem ao Re 500 soldos» (21).

E nos Costumes de Terena, também comunicados de Évora, se estabelece:

> «mandamos e outorgamos que todo o home que meter mão em almotacem ou em joiz eles fazendo jostiça que lhi cortem a

(19) *Colecção Inéditos citada*, Tomo V, pág. 383.
(20) Gabriel Pereira, *Documentos Históricos*, Fasc. I pág. 27.
(21) *Colecção Inéditos*, Tomo V, pág. 376.

> mão. Ou compre e ssa mão aa vontade do almotacé que ferir ou do joiz que ferir» (22).

Mas se o agredido fosse «home dos almotacees ou dos joyzes» quando fizessem justiça, o delinquente pagava dez maravedis pelo homem do almotacé a este e, quando pertenciam aos juízes os dez maravedis eram para o magistrado (23).

Finalmente as penas podiam ainda ser deixadas ao alvedrio dos juízes, visto que nos casos omissos os forais e os costumes eram resolvidos pelos juízes com os homens bons, que nestes casos estavam investidos de autoridade para os julgarem segundo o seu critério.

É o que se deduz de várias passagens dos Costumes, entre elas as seguintes:

Nos foros de Beja se diz «se algum pleitear com outro e lhe fizer ferida assinalada em lugar descoberto sobrelos olhos, deve ficar em alvedrio dos juízes» (24).

Nos Costumes de Terena se diz também que «as outras cousas que aqui nom som escriptas que seja em arvedrio dos joyzes e dos homes boons» (25).

É curioso mencionar uma disposição interessante quanto ao pagamento da multa devida pelo delito praticado pelo filho família, que encontramos apenas nos forais que seguem o tipo da carta de Beja (1254), tais como Estremoz (1258), Évora Monte (1276), Monforte (1257), Aguiar (1269), etc., que isentam do pagamento da multa o chefe da família, que assim não é responsável pela «calumnia» em que seu filho ficava obrigado.

No foral de Vila Viçosa (1270) se estabelece:

> «além disso mando que o pai não pague calumnia por seu filho, mas pague-a o filho se a tiver feito e se não tiver porque sanar pague-a com o seu corpo» (26).

No foral de Évora (1166) e nos do seu tipo, não encontramos semelhante disposição.

---

(22) Gabriel Pereira, *Documentos Históricos*, fas. I, pág. 29.
(23) *Idem*, fas. I, pág. 29.
(24) *Colecção Inéditos*, Tomo V, pág. 503.
(25) Gabriel Pereira, *Documentos Históricos*, fasc. I, pág. 30.
(26) *Portugália Monumenta Histórica, Leges et Consuetudines*, pág. 719.

Os delitos e as penas o crime de homicídio

Este delito aparece referido em todos os forais antigos pois, como escreveu Sousa Viterbo no Elucidário, «era o Omizio uma das coimas que nunca se omitia» ([27]).

Este crime era punido com a pena de morte e o delinquente ficava homizieiro, mas além disso ficava sujeito à composição muito variável de região para região.

Assim nos forais de tipo de Salamanca, tais como Guarda (1199), Trancoso, Aguiar da Beira, etc., a composição era de trezentos soldos para a família da vítima. Este quantitativo era já o estabelecido no Código Visigótico anteriormente à reforma de Ervigius. Por ser muito curiosa transcrevemos a passagem do foral da Guarda (1199) onde se estabelece

> «a uos que non dede por omizyo senon CCC soldos en apreçadura e destes CCC soldos dedes VII[a] ao paaço per concello e per maão de iuiz».

Mas se atendermos aos Costumes deste concelho, temos que distinguir:

— o crime de morte perpetrado em rixa nova e sem premeditação — a composição é de cem morabitinos e o réu ficava sujeito à revindicta;

— mas se o crime era premeditado — a composição subia para dez mil soldos, o réu era expulso do concelho como traidor e ainda ficava sujeito à revindicta;

— se a morte ocorria em revolta ou briga em que intervinham muitos indivíduos — a pena de revindicta podia recair sobre dois do bando contrário àquele a que pertencia o falecido.

Nos forais de tipo de Santarém (1179) concedidos a terras alentejanas, encontramos a composição do homicídio elevada para quinhentos solidos — Vila Viçosa (1270), Beja (1254), Estremoz (1258), Évora Monte (1271), Monforte (1257), etc. Esta é a composição fixada pela reforme de Ervigius ao Código Visigótico.

Nos forais de tipo Évora (1166) a primeira norma de direito penal que se encontra é precisamente a respeitante ao homicídio, estatuindo-se a composição pela forma seguinte:

> «Et pro homicidio pectet C solidos ad palacium».

([27]) Frei Joaquim de Sousa Viterbo, *Elucidário citado*, Vol. II, pág. 182.

Não faz a carta eborense alusão à pena de sangue mas daqui não podemos concluir que, no termo de Évora, não existisse a pena corporal, a vingança sanguinolente dos ofendidos, visto que em outros forais do tipo de Ávila a que o de Évora (1166) pertencia, como por exemplo no de Sesimbra, se enforcavam os criminosos.

De resto era o suplício da forca uma penalidade que dominava a época medieval e ainda hoje o sítio onde se encontrava a forca é conhecido pelo «outeiro da forca». E não só entre nós mas também em Espanha esta pena era aplicada como se constata pelas disposições do Fuero Juzgo, Fuero Real, nas Partidas ou mesmo nos Costumes de Tolosa, que não obstante o seu carácter romanista, reconhecem o direito de vingança (28).

No foral de Belmonte (1199) que segue o da Covilhã (1186) e este o de Évora (1166), se estabelece que

> «pro homicidio belmonte aut terminis suis C solidos episcopo, L ad parentes mortui» (29).

Portanto nesta carta se faz a descrição da parte que o delinquente tem a pagar ao bispo de Coimbra e o que compete aos parentes do morto, o que não acontece na carta foralenga eborense que só fixa a parte da composição «ad palacium».

Mais adiante o foral de Évora (1166) refere-se ao homicídio cometido na pessoa do criado ou serviçal, hortelão, quarteiro, moleiro ou solarengo, dispondo:

> «Qui conductário alieno mactaret suo amo colligat homicidio et det VII^{a} ad palacium.
>
> «Similiter de suo ortolano et de quarteiro et de suo monleiro aut de suo solarengo.»

Quer isto dizer que se alguém matar algum destes servidores o patrão ou amo tem direito a receber a composição do homicídio, isto é, os cem morabitinos, mas desta quantia terá de pagar a sétima parte «ad palacium». Semelhante disposição encontramos nos forais de Aviz (1218), Alcáçovas (1258), Arronches (1255), Alter (1232), Belmonte (1199), Coruche

(28) Eugénio Cuello Calón, *Derecho Penal citado*, Vol. II, pág. 417-418.

(29) *Portugália Monumenta Histórica, Leges et Consuetudines*, pág. 506.

(1182), Crato (1235), Elvas (1229), Gravão (1267), Terena (1262), Montemor (1203), etc.

É curioso salientar que nos forais da Covilhã (1189) e de Tolosa (1262), embora pertencendo aos de tipo de Évora (1166), existe uma passagem que está em contradição com a norma acima referida, ao dispor presicamente o contrário quando prescrevem que «suo amo non colligat omidium». Portanto nestes dois forais o patrão não toma para si a composição do homicídio, os cem solidos.

Também se um criado matava alguém fora da vila e fugia o seu dono não tinha responsabilidade pelo homicídio. Esta isenção é quase geral nos forais de tipo Évora pois a encontramos nos de Alcáçovas (1259), Alter do Chão (1232), Arronches (1255), Avis (1218), Coruche (1182), Crato (1235), Covilhã (1186), Elvas (1229), Marvão (1226), Portel (1262), Tolosa (1262), etc.

No foral de Terena (1262) e no de Portel (1262) se estabelece que se alguém vier à nossa vila furtar comeres ou outras cousas com violência, e aí o assassinarem ou ferirem, quem o matar ou ferir não pagará «nehuma cooyma», nem ficam sujeitos à revindicta de seus parentes (30).

Mas nos Costumes de Évora dados a Gravão se estabelece que se algum vizinho desta cidade tiver carreira com outro para o matar e for feita a prova, por homens bons, pagará trezentos soldos, levando deste dinheiro o juiz a décima (31).

No foral de Beja (1254) a primeira disposição respeita ao homicídio e nela se diz que «similiter pro homicidio... pectet quingentos solidos». Semelhante passagem encontramos nos forais de Monforte (1257), Estremoz (1258), Vila Viçosa (1270), Évora Monte (1271), etc.

Todavia se o homicídio era cometido por alguém que morava em herdade povoada por homens de Beja, a composição já não era de quinhentos soldos mas apenas de sessenta soldos e estes eram divididos, e meio, entre o rei e o senhor da herdade.

Aquele quantitativo de quinhentos solidos era o mesmo que se estabelecia no Código Visigótico depois da reforma de Ervigius.

Mas se o crime era cometido «extra cautum» a composição é apenas de sessenta solidos.

Enquanto na composição de quinhentos solidos nada se diz relativa-

---

(30). *Idem*, pág. 704, Alexandre Herculano, *Opúsculos*, 2.ª ed. Tomo VI, pág. 236.

(31) *Colecção Inéditos citada*, Tomo V, pág. 380. Gama Barros, *História da Administração Pública citada*, Tomo 7.º, pág. 210.

mente ao destino desta quantia, que se destinava à família da vítima, nesta de sessenta solidos as cartas de Beja (1254), Vila Viçosa (1270), Monforte (1257), Estremoz (1258) e Évora Monte (1271) se estabelece que metade pertencia ao rei e a outra metade ao dono da herdade.

Mas quanto aos assassinos traiçoeiros cometidos por mais do que um indivíduo, o autor directo do crime é entregue à justiça e os seus co-réus ficavam homizieiros dos parentes da vítima:

> «Costume he e de todo o reyno, se muytos ymos a hũa tençom e hũu de nos mata alguem que aquel que o mata fica pera a Justiça e os outros por enumiigos dos parentes» ([32]).

Também nestes costumes de Beja encontramos disposição interessante quanto aos bens daqueles a quem é aplicada a pena de morte e que, por isso, se transcreve:

> «Costume he, que se algũu homem faz porque moyra, assy come matar, ou furtar, ou forçar, e panos e armas ouver, que os dem a seos parentes, ou por sa alma, e os mordomos lhy filham ante o que lhy acham por sa cooymha, e depois matam no non deve a aver o moodormo nemigalha» ([33]).

Daqui se conclui que aos parentes do criminoso apenas ficava pertencendo o vestuário e as armas que estes possuíam, enquanto que o mordomo apreendia tudo o que lhe encontrasse por sua coima antes de o executar, mas depois não podia haver «nemigalha».

É curioso que encontramos nos Foros de Beja uma passagem sobre as condições em que era possível o perdão ao homicida, a qual é do seguinte teor:

> «aquel que a de correger ficar os geolhos e meter o seu cuytelo em maão da quel que del queixume e o outro o deve filhar pela maão e álçalo e beyalo na boca per dante homẽes bõos e per ali ficaram amigos» ([34]).

([32]) *Idem*, Tomo V, pág. 508.
([33]) *Idem*, Tomo V, pág. 474-475.
([34]) *Idem*, pág. 509.

E o escritor Oliveira Martins comentando esta passagem escreve: «O perdão, a reconciliação, em cerimónia poética iluminada por uma doce caridade, aparecem igualmente no corpo dos usos judiciários... Entrega a arma, recebe a mão que o levanta e o beijo que o enlaça: o crime remiu-se e o perdão apagou os traços da vingança» (35).

As ofensas corporais

O crime de ofensas corporais das quais resultem ferimentos ou mutilações é tratado nas cartas foralengas e nos Costumes locais com desenvolvimento em variadíssimas disposições.

Assim atende-se às consequências da ofensa, aos instrumentos com que é praticado o crime e ao local da agressão.

Quanto à vítima e às consequências do delito o foral de Évora (1166) estabelece:

> «Et qui crebantauerit occulum aut brachium aut dent pro unoquoque membro pectet C solidos o lisiado et ille det VIIIª ad palacium».

Semelhante disposição vamos encontrar nos forais de Alcácer do Sal ((1218), Alcáçovas (1258), Belmonte (1199), Crato (1232), Marvão (1226), Montemor-o-Novo (1203), Tolosa (1262), etc.

É esta a pena mais elevada que encontramos fixada neste crime, mas se o ofensor cortar outra parte pagará apenas vinte soldos ao quixoso.

Nos Costumes de Alcácer transmitidos de Évora se estabelece que:

> «Por ferida de rrostro que sempre deuise peyte XII marauedis ao ferido. E se non ouuer auer entre a quaraenta e oyto paos se li for prouado por enquisas. E se pidir ioyzo saluesse na cruz siui terceyro se forem yguaes en joyzio.
>
> E se o ferido é peom e o que feriu é caualleiro se li for prouado peyte a elle VII marauedis. Et se o negar e pedir juyzo iureli con I homem en a cruz ca o non feriu. Et se non puder iurar peyteli VII marauedis. E destes marauedis leuem os joyzes a dezima. E se o peon ferir ao caualleiro a tal ferida deueli a

(35) *Quadro das Instituições Primitivas*, Lisboa, 1929, pág. 197.

comprir todo o juyzo. E conuen a saber XIII marauedis. Et se o negar e pedir ioyzo salueseli na cruz siui terçeiro.

Por ferida grande que envermeesca na cabeça ou no corpo peyte X marauedis. Et se non ouuer auer entre a quaraenta paos se forem yguaes en ioyzo e li for prouado por enquisas e se non ouuer enquisas e pedio ioyzo saluesse na cruz siui terteyro e se non poder jurar peyte ao ferido X marauedis e destes leuem os joyzes a dezima.

Et se o caualeiro ferir ao peom deueli a comprir a meyadade deste joyzyo. Et se llo negar e pedir com el ioyzio deueli a iurar com I que nom seia mallado aleeo nem falso nem destestado.

E por ferida negra ou sangoenta pequena ou por gallo na cabeça peyte VIII marauedis sse foren ygaues en o joyzo e li for prouado por enquisas. Et se negar e nom ouuer enquisas e pedir joyzo salueseli na crus com dous homens que non seiam malados aleeos nem falsos nem destestados. Et se forem parentes non nos deytem por ende do juramento. E se non ouuer entre o XXXII paos. Et se o caualleiro ferir o peom deueli dar meyadade destes marauedis se li for prouado por enquisas. Et se o ferido li pider juyzo o caualleiro deue iurar na cruz con um homem. Et se non poder iurar peyte meyadade de VIII to marauedis.

Et por ferida negra chaã que non seia negra peyteli quatro marauedis sse foren yguaes en o juyzo e li for prouuado per enquisas dereytas. Et se non ouuer prouas deueli a jurar na cruz com I homem que non seia malado alleeo nem falso nem destestado.

Et se non poder jurar peyteli os quatro marauedis. Et se non ouuer auer entre a XVI paos. E destes marauedis deuem a levar os juyzes a dezima.

Et se o caualleiro ferir ao peom e li for prouado per enquisas peyteli dous marauedis. Et se non ouuer prouas e pedir ioyzo deue iurar soo na cruz. Et se non quiser iurar peyteli dous marauedis. E destes leuem os juyzes a dezima» (36).

(36) Gabriel Pereira, *Documentos Históricos citados*, fas. I, pág. 17.

Nos Costumes de Terena também transmitidos de Évora se estabelece que:

> «Todo o home que mouro alheo ferir por ferida chãa peite a seu dono huum marauedil e por ferida negra ou sangoenta peite a seu dono dous marauedis.
>
> E se o dono do mouro por essa ferida perder seu serviço ou sua renda de quantos dias perder esse serviço ou essa renda de tantos responda o feridor a seu dono do mouro e dêlhi ende a renda de tantos dias.
>
> E se seu dono do mouro der dieiros ao maestre que o sane por essas feridas ou ferida o feridor lhos entregue todos.
>
> E este deue seer prouado».
>
> E se o mouro onde morrer saya per seu dereyto segundo o joyzo dos joyzes e dos homeens boons e do Concelho de Terena.
>
> «Todo o homem que mouro alheo ferir e lho poderem prouar por ferida chaã peyte a seu dono I marauedil e por ferida negra ou sangoenta II marauedis. E toda a perda que seu dono per hi ouuer dessa ferida ou dessas feridas correga si lhi todas assy da renda ataque sane esse mouro come do mouro se morrer» (37).
>
> «Que todo corregimento de ferida de cabeça que tenha vurmo de que jasça o home em leyto seu corregimento he dez marauedis.
>
> Ferida deuisada de rosto doze marauedis. Toda ferida de cabeça que seja sangoenta payte VIII marauedis.
>
> Todas feridas negras em rosto cada uma se correga per sy. Seu corregimento por cada huma VIII marauedis E sse andar entre essas feridas negras huma sangoenta a sangoenta se correga e non as outras. Por todas outras cuteladas ou lançadas do corpo por cada huma seu corregemento he VIII marauedis» (38).

Nos Costumes de Beja se estabelece que:

> «hu ouver nembro tolheito, que lho devem correger, segundo qual pessoa for. E das outras chagas estar a sessenta

(37) *Idem*, fasc. I, pág. 27.
(38) *Idem*, pág. 30.

varas, se for cavaleiro; e se for peom trinta varas. E as feridas seerem em alvedrio da iustiça» (39).

Mas se a vítima da agressão é, não um homem, mas uma mulher e se o delito é cometido na presença do parido, o delinquente pagará trinta soldos. É o que estabelecem os forais de Évora (1166), Alcáçovas (1258), Elvas (1229), Portel (1262), Avis (1218), Montemor-o-Novo (1203) e Terena (1262).

Nos Costumes de Évora dados a Gravão se diz a quem pertence a composição de trinta solidos, quando se estatui:

«Qui ferir moller ante seu marido, peite trinta soldos a seu marido por sa desonsa, e ele de a setima a paacio; e aquel que a moller ferio sa ello per quaes feridas li fezer, se a ferir que faça negro ou seir sangri, pectarli oito maravedis, ou star a trinta dous paos; e se for outra ferida chus pequena ou de ma posta, ou empellada, aver o meyo deste Juyzo sobredicto; e en estas cousas e nas outras escoller o rancuroso» (40).

Portanto era para desagravar «sa desonra» que pertencia ao marido os trinta soldos e destes o marido tinha que dar a sétima parte «a paacio».

Mas se o ofensor era uma mulher e esta feria outra mulher, estabelecia-se a pena das varadas quando nos Costumes de Gravão se diz:

«... deli seu marido as varas in una casa serrada per ante os iuizes, e per qual for o feito assi seiam as varas como virem os iuizes por dereito» (41).

Se o ofendido for um *mouro* então os Costumes de Terena estabelecem:

«Todo o home que mouro alheo ferir por ferida chaã peite a seu dono huum marauedil e por ferida negra ou sangoenta peite a seu dono dous marauedis.

E se seu dono do mouro por essa ferida perder seu serviço

(39) *Colecção Inéditos citada*, Tomo. V, pág. 505.
(40) *Idem*, Tomo V, pág. 375.
(41) *Idem*, Tomo V, pág. 378.

ou sua renda de quantos dias perder esse seruiço ou essa renda de tantos responda o feridor a seu dono do mouro e dêlhi ende a renda de tantos dias.

E se seu dono do mouro der dieiros ao maestre que o sane por essas feridas ou ferida o feridor lhos entregue todos. E este deus ser prouado.

E se o mouro ende morrer saya per seu dereyto segundo joyzo dos joyzes e dos homeens boons e do Concelho de Terena.

Todo o home que mouro alheo ferir e lho poderem prouar por ferida chaã peyte a seu dono I marauedil e por ferida negra ou sangoenta II marauedis.

E toda a perda que seu dono per hi ouuer dessa ferida ou dessas feridas correga si lhi toda assy da renda ata que sane esse mouro come do mouro come do mouro se morrer» (42).

Se o cavaleiro ou peão espancava um homem da plebe, colono, protegido ou familiar (malado), tinha de ir a juízo e aí pagava uma composição correspondente a metade da que estava fixada para o cavaleiro ou o peão ofendido.

Todavia se o ofensor fosse o malado e a vítima um cavaleiro ou um peão, aquele tinha de pagar a composição devida pelo ferimento produzido e se não podia fazer o pagamento, então eram-lhe aplicadas varadas atendendo à categoria social do ofendido..

Nos Costumes de Évora comunicados a Alcáçovas se diz que se a ofensa era cometida «dentro no açouguy pectará LX soldos», sendo metade para el-rei e a outra metade para o juiz que, desta parte, dava ao rei a sétima parte» (43).

Quanto aos instrumentos do crime estabelecia-se que, se o ferimento era produzido com lança ou com espada, pagava pela entrada dez soldos, nos forais de Évora (1166), Avis (1218), Crato (1232), Elvas (1229), Alcáçovas (1258), Alcácer (1218), Alter (1232), Belmonte (1199), Montemor (1203), Portel (1262), etc.

Se o ferimento era cometido com esporas e for testemunhado por homens bons, pagava quinhentos soldos, isto é, a mesma composição que era fixada para o homicídio, no foral e nos Costumes de Beja.

Quanto ao local do crime diz o foral de Évora que se o delito é come-

(42) Gabriel Pereira, *Documentos Históricos*, fas. I, pág. 27.

(43) *Idem*, pág. 18.

tido no Concelho, no mercado ou da Igreja, o ofensor paga sessenta soldos, sendo metade desta composição para o palácio e a outra metade para o Concelho. E desta metade ainda a sétima parte era para o palácio.

Igual disposição encontramos nos forais das Alcáçovas (1258), Alter (1232), Arronches (1255), Alcácer (1218), Crato (1232), Elvas (1229), Marvão (1226), Portel (1262), Terena (1262), Tolosa (1262), etc.

Todavia se o ferimento era cometido na praça e com armas, então o ofensor pagava de composição metade do homicídio, isto é, duzentos e cinquenta solidos, segundo consta do foral de Beja (1254), Évora Monte (1271), Estremoz (1258), etc.

Também nestes forais se estabelece que quem fora do couto homem chagar pagará trinta soldos.

Invasão de casa alheia

A inviolabilidade da casa é uma das disposições constantes dos forais estabelecendo várias punições para este delito.

Este crime era já punido no Código Visigótico onde até são previstas variantes relacionadas com a entrada em casa alheia, segundo o princípio de que «o domicílio é inviolável e pode dar-se a morte ao agressor» (44).

No estudo deste crime temos que ter em conta:

a) Se a invasão da casa é feita com armas, escudos e espadas — no foral eborense o delinquente paga a composição de trezentos solidos e destes dá a sétima parte ao palácio.

Igual disposição encontramos nos forais de Belmonte (1199), Montemor (1203), Alcáçovas (1258), Alcácer (1218), Tolosa (1262), Marvão (1226), etc.

No foral de Beja (1254), Estremoz (1258), Vila Viçosa (1270), Évora Monte (1271), Monforte (1257), etc., a composição é de quinhentos soldos e não terá vozeiro.

No foral de Avis (1223) o criminoso apenas pagava cem soldos.

b) Se a invasão da casa é feita com outras armas, dizem os Costumes de Évora dados a Alcácer, pagará o delinquente apenas trezentos soldos e destes levem os juízes a décima (45).

c) Todavia se a entrada em casa alheia é feita sem quaisquer armas, o criminoso pagava apenas cinco maravedis ao dono da casa.

---

(44) *Recesvindo*, VI, 4, 2, Antíqua.

(45) Gabriel Pereira, *Documentos Históricos*, fasc. I, pág. 17.

Na hipótese de a entrada em casa com violência e com armas, se o delinquente aí for morto o dono da casa pagará um morabitino, e se apenas for ferido então pagará meio morabitino, foral de Vila Viçosa, Beja (1254), Évora Monte (1271), Monforte (1257), Estremoz (1258), etc.

No foral de Aguiar (1269) pagava dois soldos no caso de morte e um maravedi havendo apenas ferimentos.

O rapto e a violação

Estes crimes eram já punidos no direito romano, pois os encontramos incluídos na «Lex Julia de vi publica» e nos tempos do Imperador Constantino aplicava-se aos criminosos a pena de morte (46).

Igual sanção prescreviam, no direito peninsular, o Fuero Juzgo, o Fuero Real e as Partidas (47).

Também nas cartas foralengas alentejanas e nos Costumes locais se fixava a composição e se prescrevia a situação de homiziado para estes criminosos.

Assim nos forais do tipo de Salamanca o rapto violento das donzelas sob o pátrio poder estava sujeito a uma composição variável conforme os lugares, de trezentos soldos a duzentos morabitinos e ainda o réu «exeat homizieiro de suis parentibus».

Nos forais de tipo Santarém (1179), como por exemplo Beja (1254), Estremoz (1258), Vila Viçosa (1270), Évora Monte (1271), Monforte (1257), etc., o criminoso pagava a composição de quinhentos soldos.

No foral de Beja (1254) encontramos apenas uma passagem referente à composição «por rausso publice facto pectet quingentos solidos» enquanto que nos Costumes se lê:

> «da molher que dizem que he forçada, e ela disser que o non he forçada, que a entreguem a seu padre, e tenhaa outro tanto tempo, quanto a teve o forçador; en tal maneyra, que a non feira nem lhy faça mal: e desde que a tever per nove dias a Justiça, façamna viir ao concelho per dante si, e perguntamna e se disser que o he, e se outorgar com seu padre, façam Justiça no roussador.

(46) Ferrini, *Esposizione Stórica*, pág. 368.

(47) Liv. III, Tit. III, Lei 1.ª; Liv. IV, Tit. X, Lei 1.ª e VII e Tit. XX, Lei 3.ª, respectivamente.

> Costume he, se ferirem algũa molher ou se diz que era virgem e que he forçada, a Justiça mande hũu porteiro a ela, e mande a bõas molheres que a vãa veer, e o porteiro deve depois a viir a Justiça com o recado que achou em as molheres, e a Justiça depois deve preguntar as molheres Juradas aos evangelhos e huu tabaliam, que o screva» (48).

Porêm se o rausso era cometido por quem habitasse nas herdades povoadas e pertencentes aos homens de Beja, o rossador pagava de composição apenas sessenta soldos e esta importância era dividida metade para o rei e a outra metade para o senhor da herdade.

No foral de Évora (1166) e nos deste tipo encontramos uma passagem respeitante a este crime do teor seguinte:

> «Et qui mulier oforciaret et illa clamado dixerit quod ab illo est oforciada et ille negaret det illa outorgamento de tres homines tales qualis ille iuret cum XII et si non habuerit outorgamento iuret ipse solus. Et si non potuerit iurare pectet ad illam ccc solidos et VIII.ª ad palacium».

E nos Costumes deste concelho transmitidos a Gravão lê-se o seguinte:

> «Et qui mulierem fforciaverit et illa clamando dixerit quod ab illo est afforciata, et ille negaverit, det illa autorgamentum de tribus hominibus qualis ille fuerit, et ille iuret cum duodecim; et si non habuerit autorgamentum, iuret ipse solus; et si non potuerit iurare, pectet ad illam, trecentos solidos, et septima ad palacium» (48).

No Fuero Viejo de Castilla requere-se que a ofendida dê gritos de auxílio — «deve ella dar voces a apellido» (49).

Esclareçamos, para concluir, que nesta época o crime de rausso consistia não só no roubo de uma filha que vive com seus pais ou parentes e que, violentamente, é levada para local diferente à vontade e disposição do delinquente, mas também à violência que se praticava em qualquer mulher

---

(48) *Colecção Inéditos*, Tomo V, pág. 501.
(49) *Idem*, Tomo V, pág. 368.

solteira ou viúva ou ainda casada, que sem ser furtada era violentamente ofendida.

Mas além da composição o forçador ou raptor ficava ainda na situação do homicida — «et insuper set homicida» — sujeito, portanto, à vindicta privada. Isto se vê no foral de Évora na passagem seguinte:

> «Si aliquis homo filiam alienam rapere extra sua uoluntatem donet eam ad suos parentes et pectet illis CCC morabitinos et VIII.ª ad palacium et insuper sedeat homicida».

Também nos forais de Belmonte (1199), Montemor-o-Novo (1203), Avis (1218), Alcácer (1218), Marvão (1226), etc., encontramos disposição semelhante.

Abandono da mulher ou do marido

A indissolubilidade do matrimónio e a obrigação de convivência conjugal está prescrita nos forais através de várias disposições que punem o delito do homem que abandona a sua mulher ou desta que deixa «seu marido de bençam».

No foral de Évora (1166) encontramos três disposições regulando esta matéria:

A primeira diz respeito ao noivo que falte à sua promessa para com a esposada, pagará um solido ao juiz.

A segunda estabelece que a mulher que deixar o seu marido legítimo — «de benedictione» — pagará de multa trezentos solidos e desta parte um sétimo para o «palácio».

A última determina que todo o homem que deixar sua mulher pagará um denário ao juiz.

Iguais disposições vamos encontrar nos forais de Avis (1218), Alcáçovas (1258), Belmonte (1199), Alter (1237), Arronches (1255), Crato (1232), Elvas (1229), Marvão (1226), Montemor (1203), Portel (1262), Terena (1262), Tolosa (1262), etc.

É curioso salientar que nem no foral de Beja (1254) nem naqueles do mesmo tipo se encontram disposições semelhantes às acima referidas do foral de Évora (1166).

Do stercus in ore

O crime de stercus in ore ou «merdibuca» ou ainda «lixo na boca» é uma ofensa que macula a pureza da face humana, isto é, uma quase ofensa de morte, como escreveu Oliveira Martins ([50]).

Só nos forais de tipo de Santarém (1179) ou Lisboa (1179) é que encontramos inscrito este delito, enquanto que está omisso nas cartas de tipo Évora (1166) ou Ávila.

No foral de Beja (1254) se lê que por este delito se paga sessenta soldos, mas tinha de ser testemunhado por homens bons, acrescentando-se, mais adiante, que esta composição era dividida ao meio entre o rei e o senhor da herdade, mas quando o crime era cometido por aqueles que moravam nas herdades dos homens de Beja. Igual disposição encontramos no foral de Aguiar (1269).

O furto

Não podiam as cartas foralengas deixar de punir o crime de furto, pois sendo dos mais frequentes é também dos mais antigos, já na velha Roma, a Lei das XII Tábuas, continha disposições punitivas deste delito.

Depois aparece a Lex Cornélia de Sicariis, o Fuero Juzgo, o Fuero Real, e as Partidas onde os ladrões são castigados com penas pecuniárias e corporais; mas se o roubo era cometido com armas, dentro de casa ou na igreja, o criminoso era condenado à morte ou à mutilação ([51]).

Nas cartas foralengas encontramos fixada a composição a pagar pelo ladrão e, nalgumas, a pena corporal da orelha cortada e da forca.

Assim no foral de Évora (1166) logo no início se lê a seguinte passagem:

> «Qui furtaret pectet pro uno nouem et habeat intentor duos quiniones et septem partes ad palacium».

Estabelece-se portanto, a obrigação do criminoso restituir nove vezes o valor da cousa roubada.

Nos forais de tipo de Évora (1166) fixa-se a divisão da composição — o lesado ficava com dois quinhões e o palácio, o episcopo ou o senhor da terra, com as outras sete partes.

([50]) Liv. III, Tít. II, Lei 3.ª.

([51]) *Quadro das Instituições Primitivas*, Lisboa 1929, pág. 204.

Como no foral de Beja (1254) e outros semelhantes do tipo de Santarém se estabelece «que todo aquel que fezer furto e lhy for prouado per testemuyno domeens boons peite as anoueas», Alexandre Herculano opina «que não parece revertesse para o roubado, mas sim que era integralmente para o fisco esse anoveado», acrescentando que assim lhe parece porque nos mesmos forais se ordena que sendo o criminoso caseiro ou solarengo de algum vizinho a multa era repartida igualmente entre o amo e o fisco sem se atender à reparação ao roubado (52).

Gama Barros ao debruçar-se sobre esta questão conclui que «é todavia difícil de admitir que para o espoliado deixasse também de haver reparação» e julga muito provável que, pelo menos, ela consistisse no dobro do furto, que era o que já estava estabelecido no foral antigo de Santarém (53).

Tenhamos presente que, nesta época, os ladrões além da pena pecuniária — «novies componatur» — ficavam ainda sujeitos à pena corporal e esta era a «pena latronis» como se vê pela seguinte passagem do foral de Évora:

> «Mandamus et concedimus quod si aliquis fuerit latro et si iam per unum annum uel duos furari uel rapere dimisit si pro aliqua re repetitus fuerit quam comisit salvet se tanquam latro.
>
> Et si latro est et latro fuit omnino pereat et susubeat pena latronis».

Semelhante disposição vamos encontrar nos forais de Alcácer (1218), Arronches (1255), Alter (1232), Beja (1254), Crato (1232), Elvas (1229), Gravão (1267), Montemor (1203), Portel (1262) e Terena (1262).

Seguidamente estabelece que «se alguém for pronunciado por furto e não é ladrão, nem nunca o foi, responda pelos seus foros».

Desta passagem do foral de Évora (1166) concluímos que o ladrão primário pagava só o anoveado, segundo os seus foros, enquanto que o reincidente dentro de um ou dois anos, sofria pena corporal que podia ir até à morte.

Se o furto era cometido por homens que habitassem nas herdades de Beja, Vila Viçosa, Évora Monte, Estremoz, etc., a composição paga pelo delinquente era dividida igualmente entre o rei e o dono da herdade.

Porém se o furto era cometido em pomar o ladrão pagava a multa

---

(52) Partidas, VII, Tít. XIII e XIV, Lei 1.ª.

(53) *História de Portugal citada*, Vol. 8.º, pág. 187, nota 1.

de cinco soldos e ficava pregado na porta até que passasse algum «chamiceiro» com lenha do mato e o despregasse, segundo consta dos foros de Beja (1264), Santarém (1179) e Alvito (54).

Se o furto era cometido por mouro cativo — «aferrolhado» — devia o seu dono pagar a cousa furtada e a Justiça «azorragar» o ladrão pela vila.

O foral de Évora (1166) estabelece ainda a faculdade de espancar ou matar aquele que entre no povoado para roubar qualquer objecto, não ficando por isso os parentes do morto com direito de querelar, nem com o de revindicta contra o matador. E se depois vierem com queixa disto ao rei ou ao senhor da terra, paguem cem morabitinos, sendo metade para o rei e a outra metade para o concelho.

E o foral de Avis (1218) segue a mesma orientação quando estabelece: «quem quer que a vila vier por fourça algumas viandas ou outras cousas filhar e hi morrer ou for ferido nam peite por ello nenhua calunia nem seus parentes nam ajam omezio; e se querella daquese feito ao Senhor da terra vier peite cem maravedis a meiatade ao Mestre e a meitade ao concelho».

O furto de *gado doméstico* era punido nalgumas cartas foralengas de forma diferente do que era o furto vulgar.

Assim no foral de Évora (1166) encontramos a seguinte disposição:

> «Quicumque ganatum domesticum pignoraret uel rapere fecerit pectet LX solidos ad palacium et duplet ganatum a suo domino».

Portanto todo aquele que apanhar gado doméstico ou dele fizer roubo pagava sessenta solidos «ad palacium» e o dobro do valor do gado ao seu dono.

Igual disposição encontramos nos forais de Arronches (1255), Coruche (1182), Gravão (1267), Marvão (1226), Montemor (1203), Terena (1262), etc.

No foral de Avis (1218) dispõe-se que o ladrão tem apenas que restituir o gado roubado e no foral de Belmonte (1179) a composição é de noventa solidos pertencendo ao «episcopo».

No foral de Beja (1254) não encontramos semelhante disposição quanto ao furto de gado doméstico.

Não devemos concluir este capítulo respeitante ao crime de furto

(54) *História da Administração Pública em Portugal*, Vol. 7.°, pág. 42.

sem referenciar uma passagem bem curiosa que encontrámos no foral de Évora e semelhantes. Assim naquela carta se estabelece que se alguém entrar nos povoados a buscar pela força mantimentos ou outras cousas e se for ferido ou morto, não ficam os ofensores obrigados a pagar multa — calumnia — nem os parentes da vítima tem direito de revindicta contra o matador.

Mas se aqueles vierem queixar-se ao rei ou ao senhor da terra, pagam cem morabitinos e estes pertencem metade ao rei e a outra metade ao concelho.

Mudança de marcos e estremas

Segundo o princípio da defesa da propriedade os forais estabeleciam penas para aqueles que mudassem os marcos ou as estremas das suas herdades.

Assim no foral de Évora (1166) encontramos duas passagens que se referem ao assunto. Na primeira se diz:

> «Qui moion alieno in suo ero mudaret pectet V solidos et VII.ª ad palacium».

o que traduzido quer dizer que todo aquele que mudar marco na sua herdade pagará cinco soldos e a sétima parte ao palácio.

Neste foral se diz «moion» tal como nos de Alcáçovas (1258), Crato (1232) e Tolosa (1262), enquanto que nos de Avis (1218), Alcácer (1218), Belmonte (1199) e Portel (1262) já se escreve «marcum alienum» e «marco alheo».

Nos Costumes de Gravão se diz «qui moion alienum in suo ero mutaverit, pectet quinque solidos, et septima ad palacium» e seguidamente se preceitua «et qui linde alienum crebantaverit, pectet quinque solidos ad palacium» (55).

Na segunda passagem do foral de Évora (1166) se estabelece

> «Qui linde alieno crebantauerit pectet V solidos et VIII.ª ad palacium»

---

(55) Costumes de Beja, *Colecção de Inéditos*, Tomo V, pág. 517; *Costumes de Santarém*, Idem, Tomo IV, pág. 572; *Costumes de Alvito*, *Portug. Mon. Hist., Leges et Consuetudines*, Vol. II, pág. 47.

isto é, todo aquele que estrema alheia mudar pagará cinco soldos e dê a sétima ao palácio.

Igual disposição, com ligeiras variantes, vamos encontrar nos forais de Alcácer (1218), Alter (1232), Arronches (1255), Belmonte (1199), Elvas (1229) e Terena (1262).

No foral de Avis (1223) é-se mais claro nesta passagem «quem linda, a saber, carreira ou estrema çarrar (quebrantar) peite çinco soldos a setima ao paaço».

Nos foros de Gravão se diz «qui linde alienum crebantaverit, pectet quinque solidos ad palacium».

O dano

O crime de dano também está previsto nas cartas foralengas. Assim no foral de Évora (1166) se estabelece em duas passagens o seguinte:

> «Et toto homine de Elbora qui inuenerint homines de allis ciuitatibus in suis terminis talando aut leuando madeiram de montes prendant totum quod inuenerint sine calumnia.
>
> «Si quis ad uestram uillam uenerit per uim cibos aut aliquas res accipere et ibi mortuus fuerit uel percussus non pectet pro eo aliqua calumpnia nec suorum parentum homicide habebantur».

Mas é nos Costumes locais que vamos encontrar disposições especiais relativamente a este crime.

Assim nos foros de Beja se estabelece que os danos praticados em árvores, vinhas ou searas — «paaens» — se cometidos até Março eram corrigidos como mandarem o alcaide e os alvazis ou os juízes (56).

Mas se o dano for «depois de dia de Março adeante» e cometido por besta «no lavradio» pagam por cada dia que andarem dois quarteiros de dia de pão e se andarem de noite «hũu modio de pam».

Se o dano é cometido por boi ou vaca pagam, de dia, um quarteiro e de noite dois. Se cometido por ovelhas, cabras ou porcos e nas vinhas ou na seara darão um almude de vinho, de dia, e de noite, dois.

Se o dano era causado em «trigo aventrulhado» por boi, de dia, pagava um quarteiro e de noite dois, assim como também se era cometido

(56) *Colecção Inéditos*, Tomo V, pág. 370 e 376.

por besta «cavalar ou asnal» devem dar dois quarteiros e de noite um «modio» (57).

Também nos foros de Beja se estabelece a forma como o prejudicado devia proceder para que lhe seja verificada a existência do nado, quando preceitua:

> «Costume he, de qualquer dano que acho em mha erdade, que o faça per juramento. E sse for tempo de pãaes ssegar ou de vynos colher, devo filhar as palhas ou a rrama da vyna e hyrlo mostrar em esse dia, ou em outro ao concelho, e fazelo como e dado de o fazer per juramento; Salvo se for emmiigo da outra parte, que entom non o posso fazer senon com prova» (58).

Nos Costumes de Terena se preceitua que «se alguém meter besta com mão em pão, vinha, horta ou ferragial pagará cinco soldos se for de noite e dois e meio soldos de dia, aos almotacés» (59).

Se o dano era cometido em horta, almoinha — «almuya» — ou fazenda alheia — «agro alheo» — por besta travada ou peada, estabelecem os referidos Costumes de Terena que o seu dono não pagará — «coomha» — mas indemnizará do prejuízo que fizer ao dono da horta ou almoinha (60).

Quando alguém fosse encontrado a praticar dano em fruta alheia, paga cinco soldos e era pregado na porta do pomar, acrescentando os Costumes de Beja — «e estê hy ate que venha alguum chamiceiro com lenha do mato que o despregue» (61).

Também nos Costumes referidos se determina que se o dano consiste em arrancar, cortar ou quebrar árvores, o culpado tinha de dar, em prédio seu, uma outra árvore igual que o lesado explorava até que atingisse o tamanho daquela que havia arrancado, cortado ou quebrado (62).

Ainda nestes Costumes e nos de Oriola se estabelece que se o prédio tem testada com serventia pública — «cabo da carreira ou a perto do

---

(57) *Idem*, pág. 510.
(58) *Idem*, pág. 510.
(59) *Idem*, pág. 515.
(60) Gabriel Pereira, *Documentos Históricos*, Vol. I, pág. 30.
(61) *Idem*.
(62) Costumes de Oriola, P. M. H., *Leges et Consuetudines*, Vol. II, pág. 38. *Costumes de Alvito*, Idem, Vol. II, pág. 47. *Costumes de Beja, Inéditos*, Tomo V, pág. 517.

ressio» — devia ser vedado por forma que não pudessem entrar nele, em salto, um jumento peado.

Todavia se o prédio — «vyna, ou orta, ou almuya o ou farregeal» — não estivesse nessas condições acima referidas, o dono só tinha o direito a receber como indemnização, a reparação do dano que lhe fizessem não podendo exigir multa nenhuma (63).

(63) *Inéditos*, Tomo V, pág. 510. Gama Barros, *História da Administração Pública citada*, Vol. 7.°, pág. 43.

O rito nupcial medievo bracarense

(RESUMO)

Por António de Castro Xavier Monteiro

1 — O ritual pagão.
2 — O cerimonial cristão primitivo.
3 — Formulário e ritual do matrimônio na liturgia bracarense medieval.

Dom Gilberto

1.º Bispo de Lisboa Reconquistada

Por Gilberto Monteiro

Bendigo quem teve a ideia feliz de organizar este Congresso, com o que a História Nacional e todos nós lucrarão. Bendigo quem lhe deu como sede de realização uma cidade do norte de Portugal, onde todo o ambiente está assinalado por monumentos medievais perdidos nas suas paisagens de encanto. A par de mestres consagrados aqui presentes, outros, como eu, vieram, apenas, com o espírito devoto do aprendiz que se sente suficientemente satisfeito com o contactar com os que sabem mais e desse contacto poder tirar algum proveito, aprendendo; a paixão pela história, o saber desvendar os seus mistérios, o culto dos seus heróis, o revelar biografias e interpretar factos é mar sem limites onde o navegante sem preparação é quase sempre um náufrago; constitue tentação de justiça a audácia bem intencionada de vir a esta Assembleia quem, como eu, só tem o desejo de chamar a atenção de VV. Ex.as sobre uma grande personagem do nosso lonquínquo passado: Dom Gilberto.

Nada de novo venho dizer a VV. Ex.as. Coligi o que os mestres disseram. No seu estudo faço considerações e mesmo comentários. Evoquei figuras excelsas da nossa história e, possìvelmente, fantasiei quadros e acções distantes de nós oito séculos. Tudo foi na intenção de lembrar e fixar na memória a personalidade de quem foi um dos mais valiosos colaboradores do primeiro rei de Portugal. Gilberto de Hastings, guerreiro e místico, encarna bem o espírito da idade-média; foi como tantos outros inconscientemente um agente da metamorfose que conduziria a sociedade europeia a uma civilização superior dependente do seu sacrifício.

Convencido disso estudei o assunto, e é o resultado desse estudo que venho submeter ao douto juízo de VV. Ex.as.

Dom Gilberto é na História Eclesiástica um modelo de sacerdote integrado no espírito das cruzadas, tendo em todas as circunstâncias da guerra e da política, no campo social ou no militar, na organização religiosa como na civil, mantido uma grandeza de iluminado, acima da mesquinhez terrena a justificar a sua eleição ao mitrado. Inglês de nascimento, era natural de Hastings, de família nobre de origem normanda, com os privilégios e interesses temporais que na idade-média e no sul de Inglaterra eram bem superiores aos que no nosso País em formação ele poderia encontrar; desprezando todo o comodismo, aceitou a diocese, posição de sacrifício e posto de evangelização, onde o seu exemplo ia ser um contraste de severa bravura, de renúncia e inspiração cristã com o espírito de materialidade, felonia, sanguinarismo e latrocínio dos seus companheiros cruzados, nobres como Ele, para não citar a peonagem, vilãos sem responsabilidades em que a crença religiosa e o exemplo dos chefes justificava os crimes.

É sabido que o cerco de Lisboa foi muito longo e que o exército sitiante era constituído por uma multidão heterogénea de homens de nacionalidades, costumes e línguas as mais diferentes, francos, flandreses ou flamengos, burgonheses, coloneses, ingleses, escoceses, etc., onde as ambições e instintos mal dominados pelos princípios doutrinários do cristianismo, os punham sempre em atrito com as intenções dos chefes militares. Lembremo-nos que essa grande multidão acumulada em torno da fortaleza moirisca estava ociosa e impaciente a procurar sempre um pretexto para abandonar o cerco e quebrar um compromisso que não entendia. Esse mal-estar permanente propiciava os conflitos e as escaramuças entre os vários agrupamentos nacionais e rácicos que os chefes dificilmente dominavam, quando os não agravavam, mercê das dificuldades linguísticas e éticas.

É admirável a acção de D. Afonso Henriques durante todo o tempo do cerco em que demonstrou possuir todas as qualidades dum chefe condutor de homens, político hábil, guerreiro bravo, ponderado e oportuno, um verdadeiro rei. Com a demora do cerco, pela doença e pelas pelejas, morreram muitos guerreiros. Dizem as crónicas:

«Vendo El-Rei D. Afonso Henriques como faltava muita gente em os combates, e julgando na causa da morte destes cavaleiros o zelo da fé com que pelejavam, se lhes devia respeito em seus sepulcros, ordenou se deputassem lugares sagrados para seu enterro. Estava com o exército o arcebispo de Braga Dom João com o qual comunicando El-Rei seu pensamento fez sagrar dois cemitérios em os lugares mais convenientes, promovendo fundar neles mosteiros, se o Senhor lhe concedesse a vitória e a

cidade. E, adverte a mesma memória referida que a esperança de mercê que o esperava do Senhor começou a pôr a mão na obra quase certo do bom despacho; e assim tiveram princípio o mosteiro de S. Vicente de Fóra e a Igreja dos Mártires junto a S. Francisco, ainda antes de Lisboa ser ganha».

No fim de Outubro, a 24 ou 25, um último assalto às muralhas consumou a conquista; o massacre e o saque liquidaram definitivamente o domínio mourisco em Lisboa. O Rei não perdeu o tempo e ao acto militar, violento e desumano, fez seguir, logo, os primeiros detalhes da organização civil e religiosa; nomeou a Pedro Viegas alcaide, primeiro governador de Lisboa, e a Gilberto de Hastings fez eleger bispo da nova diocese que simultâneamente criou.

O Rei instalou-se no Alcácer ou Alcáçova, e a mesquita pequena, depois de limpa e despojada de todos os símbolos sarracenos, foi santificada, e nela se celebrou o «Te-Deum» da vitória. À nova igreja foi dado o nome do santo do dia, que perdurou, o de Santa Cruz do Castelo, apesar dos terremotos ulteriores terem derrocado o edifício primitivo. Nela se instalou o Bispo com toda a incomodidade que um alto prelado medieval podia sofrer.

A universalidade da Igreja de Roma estava então a desenvolver a sua acção construtiva e organizdora; a nova sociedade do ocidente da Europa levantava-se perante a civilização decadente do Levante.

A Ibéria ainda bárbara tinha já a epopeia das Astúrias, Covadonga; e, um herói, Pelágio. Uma civilização fremente de fé procurava a unidade e afirmava a sua razão de ser.

Ao Crescente opunha-se sem tergiversações a Cruz; expulsar da Península os moiros era continuar a resistência dos godos e confirmar o direito à Terra. Portugal com a tomada de Lisboa tinha a sua capital, consolidava a nacionalidade e, com o seu Rei, podia prosseguir para o sul, onde iria demarcar definitivamente as suas fronteiras marinhas, olhos fixos no mar-oceano que lhes viria no futuro abrir os seus transcendentes segredos. Os cruzados vindos em seu socorro movidos por sentimentos místicos e ambições venais mais ou menos recônditos, constituiam uma multidão heterogénea, mal unida, como já dissemos, por divergências rácicas, étnicas e políticas; os portucalenses, ao contrário dos cruzados, representavam já a grei unificada em torno do rei e com apego à terra-mãe.

À conquista de Lisboa seguir-se-iam actos de governança e de organização social indispensáveis para consolidar a nova nação. No dia 1 de Novembro fez-se a sagração da mesquita grande, que passou a ser a

Igreja de Nossa Senhora da Assunção ou Santa Maria Maior, futura Sé. A propósito pode ler-se na «Cruzada», a págs. 67 e 68:

«z a conversão da mesquita em templo cristão e Sé de Lisboa... em 1 de Novembro, ad archispiscopus coepiscopus...».

Foi oficiante o arcebispo de Braga, D. João Peculiar, assistido por quatro bispos que foram: o de Lamego, D. Melo Godines, o do Porto, D. Pero Pitões, e possìvelmente os de Coimbra e de Viseu, D. João Annes e D. Odório e não D. Gilberto que apesar de eleito não estava ainda sagrado.

D. Afonso Henriques na sua faina de bem construir o Reino, e atendendo à diminuta população e ao seu atraso mental, procurou e conseguiu reter com o engodo da concessão de honrarias e terras a alguns dos mais importantes cruzados, bem como muitos elementos do clero estrangeiro que acompanhara os cruzados; assim ele introduziu na população uma percentagem de elementos de valor a contrabalançar o primitivismo do seu povo. Igualmente tentou e conseguiu fixar parte dos mouros, garantindo-lhes direitos, tolerância e respeito pela propriedade, religião e família, o que representava para a nação a continuidade da agricultura e da indústria.

Por curioso e documental transcreve-se aqui, com todas as irregularidades ortográficas e todo o pitoresco da linguagem, parte do capítulo XXX do III volume da «Monarchia Luzitana», o que confirma o que vimos de dizer:

«1141 — Nam avia neste tempo em Portugal por causa dos tomultos da guerra e pouco uso das letras, a multidão de eclesiasticos necessaria e a esses poucos, faltava o oranto das sciencias e escrituras, e assim era forçado no provimento dos Bispados e dignidades da Igreja, se lançar mãos dos estrangeiros benemeritos a quem acreditavam a sciencia e a pureza da vida. Toledo se entregou os anos passados ao Arcebispo de D. Bernardo, frãces de nação, e de sua gente se puserão Bispos em outras Igrejas de Castella. Em Braga florecera S. Giraldo, e ao prête governava João Peculiar, como exẽplo destes e de outros insignes Prelados se nomeou por Bispo de Lisboa Gilberto tambẽ estrangeiro».

Leia-se este outro trecho a confirmar o que acima dissemos:

«Era Gilberto conforme a memoria de S. Vicente, natural de Inglaterra, varão douto, pio e de bõ exemplo, partes bem necessarias para plantar e converter a Fẽ naquella cidade, 2.ª qual constava então de Christãos de varias naçõis e dos mesmos mouros, q do uso de outras partes se deixarão ficar com a sogeição ordinaria dos tributos. Toda esta variedade

de gẽte importava ser bem regida para que nem os maos fossem impedimento aos bõs, nẽ a diversidade das naçõis causasse dissensão em alle povo. A tudo deu satisfação o Religioso Prelado, e del Rey foi favorecido. Logo de principio lhe fez doação da Igreja dos Martyres, hua das que avia edificado em ocerto de Lisboa, reservando a Sᵈᵉ Vicente para o seu Padroado. Tã bem em breve tempo se fundou a Igreja Mayor deputada para assento daquelle Bispado, ha tradição ser primeiro mesquita de Mouros, e o nu do antigo edificio o persuade. Porem de escrituras autenticas consta como a mandou fundar el Rey D. Afõso, assi o relata a memoria de trasladação de S. Vicente escrita em aquelle tempo, o livro de obitos da mesma Sé, e outras memorias.

Fez Gilberto acto de sojeição ao Arcebispo de Braga, o q não deixa de causar algüa duvida, por quanto sua igreja era antigamente da Metropoli de Merida e não de Braga.

A promessa de sojeição tirada do livro fidei diz assi:

Ego Gilbertus S. Ulixbonensis Ecclesiae Episcopus subjectionem, e reverẽtiã a sanctis patribus constitutã, secũdũ praecepta canonu Ecclesiae Bracharẽsis rectoribus; eius, in praesẽtia domui perpetuo me exhibiturũ promitto et usque sanatum altere proprio manu confirmo.

Quer dizer: Eu Gilberto Bispo de Santa Igreja de Lisboa, prometo para sempre a sujeição e reverência ordenada pelos santos Padres, conforme os preceitos dos canones à Igreja de Braga & a seus prelados, em presença de D. João, & conforme esta promessa até por minha mão em o Santo Altar.»

Esta sujeição é mais um acto político de consolidação nacional, inteligente e hábil, preparado e realizado pelo que foi o grande artífice da fundação de Portugal, o Bispo de Braga, D. João Peculiar, um dos maiores colaboradores de D. Afonso Henriques.

Velhas rivalidades e dissídios entre os Bispos de Mérida, Santiago, Toledo e Braga, primazias e privilégios, metrópoles e sujeições, que já vinham do tempo dos Visigodos eram obstáculos à organização do Novo Estado e à sua completa independência, que deveria ser total, administrativa, militar e religiosa. Foi precisa habilidade e astúcia para os rodear.

O Arcebispo de Braga, primaz, com poderes para nomear D. Gilberto e mais tarde o sagrar, era assim o grande pilar da unidade portuguesa e um homem como Ele, forte, astuto, preserverante e belicoso marca bem a grandeza do momento histórico da Fundação, ao lado do Rei.

Segundo se infere da «Crónica dos Cónegos regrantes de Santo Agostinho», parte 1, livro V, cap. VII, pág. 251:

«Dom Gilberto foi sagrado pelo arcebispo de Braga, D. João...» e acabada a cerimónia «fizera juramento de obediência ao dito arcebispo como primaz das Espanhas.»

A confirmação papal foi feita em Paris, em 30 de Março de 1147, por Eugénio III.

Lisboa pertencera à província de Mérida no tempo dos Visigodos, tendo passado, após a invasão sarracena, para Santiago de Compostela, que defendia a sua posição de herdeira dos sufragâneos da metrópole subvertida pelos mouros. Este acto político, que era uma rebeldia, marca a decisão firme da unificação indispensável de poderes sob o mesmo chefe. O Rei orientava e deixava os seus colaboradores agir, não fazendo resistência a tudo quanto não tinha oportunidade ou importância prática na evolução dos acontecimentos. O bispo D. Gilberto instalou a liturgia da Igreja de Salisbury, afinal, a que ele conhecia e usava. Não teve oposição de Braga, que praticava outro rito, no entanto.

Este ritual anglicano perdurou até 1536. Sempre homem de acção, o Rei atendia a todos e a tudo, e ao Bispo de Lisboa concedeu rendas de terras que pertenciam aos Templários, mas que convinha, por mais fácil administração trocar, pelo que deu àqueles, outras. Na míngua de sacerdotes ilustrados portugueses, deixou que D. Gilberto constituisse o seu cabido com estrangeiros. É então que o Bispo estabelece na Sé de Lisboa a vida em comum segundo era usada noutras dioceses, em conformidade com a regra canónica de Santo Agostinho (?). Os clérigos ou cónegos passaram a dormir, comer e a ter comparticipação das rendas da Igreja em regime de comunidade. A Catedral não tinha comodidades nem espaço para construir dormitórios e mais dependências, pelo que Ele fez construir junto do claustro 30 moradias junto a uma servidão ou rua que durante muito tempo se chamou a «Rua dos Cónegos» (vide «História Eclesiástica», de D. Rodrigo da Cunha).

D. Gilberto, irrequieto sempre, lutador de uma só fé, cruzado acima de tudo, não pôde ficar atido a viver confinado no claustro místico da sua Catedral e, quatro anos passados sobre a tomada de Lisboa, parte para Inglaterra em serviço de Deus e do seu Rei. Ia aliciar homens para nova cruzada:

«Anno 1151 Gilebertus episcopus olissiponis praedicans in Anglia pluvimos sollicitavit in Hispaniam proficisci.»

Citação que se pode ler no vol. II da «História» de Herculano, 3.ª ed., pág. 411.

O grande historiador diz que D. Afonso Henriques preparava uma

expedição contra os mouros da Andaluzia, o que justificava a viagem de D. Gilberto a Inglaterra. Outros historiadores contestam e dizem que se tratava simplesmente da tomada de Alcácer do Sal, baluarte mourisco a ameaçar Lisboa estratègicamente.

Fosse assim ou não, Êle não se poupava a esforços e em 1163, foi a França, recomendado por um cruzado e conde francês, procurar Luís VII; a derrota da 2.ª cruzada, preparada por este, estava ainda muito fresca e qualquer diligência feita pelo Bispo no sentido de conseguir ajudas militares, deve ter sido um insucesso. Desenvolvia, como se vê, uma grande actividade na diplomacia, harmònicamente com o Rei e Clero com vistas a garantir a estabilidade do novo Estado Cristão, Portugal.

A sociedade constituída pelas suas três classes: clero, nobreza e povo, estava unida em torno do seu chefe, D. Afonso Henriques; o inimigo, o mouro, mantinha-a em alerta permanente, mas outros inimigos, Leão e Castela, espiavam a oportunidade de absorver o novo reino e as suas conquistas; contra esses, mais do que a coragem indómita dos seus guerreiros, pôde a diplomacia do seu clero.

Em 1167, a 27 de Abril (?), com 19 anos de episcopado, morreu D. Gilberto, o 1.º Bispo da Lisboa Reconquistada, cruzado e inglês, escolhido entre 160 sacerdotes e eleito por unanimidade no campo da peleja na tomada de Lisboa.

Foi sepultado na Sé, no Altor-Mor, lugar que a liturgia lhe reservava. O sarcófago, que seria o monumento material da sua passagem pela terra, doloroso é dizê-lo, não existe. Desapareceu há muito tempo. (Leia-se no vol. 6.º, pág. 119, da «Lisboa Antiga», 2.ª ed., o que o mestre olissiponense Júlio de Castilo, diz:)

«...túmulo alto, que passados anos se demoliu por servir de empacho do culto, ou para a construção realizada por D. Afonso IV.»

Em 1344 um terremoto derrocou o lanço principal e, sobretudo, a capela-mor, que D. Afonso IV reedificou. Devido a outro terremoto, em 1356, tudo o que tinha sido reconstruído tornou a ruir.

Assim o afirma J. S. Mendes Leal em «Monumentos Nacionais», ed. 1868, na rubrica Basílica de Santa Maria Maior.

Outro monumento do Bispo é citado pelo mestre Castilho, no mesmo volume VII, pág. 194:

«Existia nos cartórios da Sé o documento original da doação da Igreja de Santiago de Santarém aos Templários...»

Existia? O documento estará noutro arquivo, ter-se-á perdido?

Os terremotos e o desmazelo dos homens justificam em Portugal tan-

tos outros prejuízos. Relíquias preciosas da nossa História Medieval estão dispersas ou foram destruídas. Aos eruditos e aos governantes cabe a missão de pesquisar ou promover as respectivas buscas. A nós, apenas o papel de estudiosos contemplativos.

Na tomada de Lisboa, já com os assaltantes desesperados pela resistência dos mouros, construiu-se uma Torre de Assalto, que foi colocada junto da muralha e por onde, com temeridade e bravura, passaram os assaltantes, depois do sacrifício de muitos. Diz o cruzado inglês a Osberno, na sua célebre narração, que um «certo sacerdote» se colocou no parapeito mais alto e lugar de máximo risco, para animar os assaltantes, elevando nas mãos uma relíquia, o «Santo Lenho», e pregando em latim:

«Eia, irmãos! A luta vai começar! Mãos ao trabalho! O adversário ataca-nos; mas ninguém tenha medo! É grande o conforto para a fragilidade humana saber que a cada um de nós foi destinado um anjo para nos guardar; e para vos conformardes com esta santíssima guarda, lembrai-vos do dito de São Paulo, Doutor das gentes, quando diz aos romanos: — Rogai a todos o que deveis; a quem honra, honra!»

Esse sacerdote poderia ter sido Gilberto de Hastings.

«Reddite omnibus debite, cui honorem, honorem.».

★

Dom Gilberto, varão assinalado da História Pátria e da História Olissiponense em particular, é uma grande personalidade esquecida por muitos portugueses e desconhecida mesmo da maioria.

Lisboa colocou na esplanada do Castelo de S. Jorge a bela estátua do nosso primeiro rei, obra do grande escultor Soares dos Reis, réplica da que está em Guimarães que lhe tinha sido oferecida pelos municípios minhotos.

Não será de mais que Lisboa, despertada pela elegância do acto cívico dos povos do Norte, completasse a homenagem, erigindo no mesmo castelo, que é de facto o lugar propício, um monumento ao seu primeiro alcaide, Pero Viegas e outro ao seu primeiro bispo, Dom Gilberto.

O Castelo de S. Jorge é, além duma maravilha de bom gosto e um baluarte do turismo lisboeta, um monumento nacional, marco de grandes tradições a afirmar desde sempre a realidade duma Pátria imorredoira.

medieval.

BIBLIOGRAFIA

Alexandre Herculano, «História de Portugal».
Fortunato de Almeida, «História da Igreja em Portugal».
Fortunato de Almeida, «História de Portugal».
D. Rodrigo da Cunha, «História Eclesiástica».
Damião Peres, «História de Portugal» (de Barcelos).
Gama Barros, «História da Administração Pública em Portugal».
P.e Miguel de Oliveira, «História da Igreja».
P.e Miguel de Oliveira, «História Eclesiástica de Portugal».
Fr. António Brandão, «Monarquia Lusitana» (1632), 3.ª parte, liv. X.
Fr. Nicolau de Santa Maria, «Crónica dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho», parte I, cap. VIII, pág. 173.
Licenciado António Coelho Gasco, «Antiguidades da Mui Nobre cidade de Lisboa».
P.e João Baptista de Castro, «Mapa de Portugal», 3.º vol., ed. 1763.
Júlio de Castilho, «Lisboa Antiga», vols. IV, V e VI.
Cruzado Osberno, «Narração da Conquista de Lisboa» — Trad. de José Augusto de Oliveira.
José Augusto de Oliveira, «A Cruzada».
José Augusto de Oliveira, «O Cerco de Lisboa».
Luís Pastor de Macedo, «Lisboa lés a lés».
Mendes Leal, «Monumentos Nacionais» — Ed. 1868.

El puerto internacional de Alicante durante Edad Media

Por Vicente Martinez Morella

En el montículo situado a tres kilómetros de la Ciudad de Alicante, llamado Tossal de Manises, tuvo su primer asiento antigua población. De sus hallazgos en prospecciones y excavaciones arqueológicas nos hablan los manuscritos e impresos, cuyos autores son el Deán Bendicho (1), el P. Nicolás de Jesús Belando (2), el Conde de Lumiares (3), los PP. Maltés y Lopez (4), Lafuente Vital (5), Figueras Pacheco (6), y Martínez Morellá (7).

---

(1) BENDICHO (ENBITE), Vicente. — *Crónica de la M. I. N. y L. Ciudad de Alicante. 1640.* Manuscrito. Sin embargo, las noticias llegan hasta 1648. Ejemplares en el Archivo Municipal de Alicante; en la Biblioteca de la Universidad de Valencia; en la Biblioteca de la Real Academia de la Historia de Madrid; y en la del Dr. D. Juan Martínez Blanquer de Alicante.

(2) BELANDO (MORELO), Fr. Nicolás de Jesús — *Historia Civil de España.* Madrid, 1740. 3 tomos. Los dos últimos retirados por orden del Santo Oficio cuyo expediente se conserva en el Archivo Histórico de Madrid, Inquisición, 433 y 1499.

(3) VALCARCEL PTO DE SABOYA Y MOURA, Antonio — *Lucentum oy la ciudad de Alicante en el Reyno de Valencia.* Relación de las Inscripciones, estatutas, medallas, ídolos, lucernas, barros y demás monumentos antiguos hallados por el Excm.° Sr. D...., Conde de Lumiares. — En Valencia, en la Oficina de Joseph y Tomas de Orga. — M.DCC.LXXX. — Con las licencias necesarias. Reedición facsimil en Alicante. Imprenta de Manuel y Vicente Guijarro, calle de Jorge Juan, 11 y 13. — 1908.

(4) MALTES, Juan Bautista y LOPEZ, Lorenzo — *Illice ilustrada. Historia de las antigüedades de la muy noble, fidelísima y siempre leal Ciudad de Alicante,* que escribió el P. Juan Bautista Maltés, de la Compañía de Jesús y aumento, completó, y puso en nuevo orden y estilo el P. Lorenzo López, de la misma Compañía, consagrada a la siempre insigne, fidelis y muy ilustre Ciudad de Alicante. El original se hallaba en el Seminario de Orihuela, desaparecido en la guerra 1936-39. Hay copia en el Archivo Municipal de Alicante. En 1907 apareció como folletón del «Diario de Alicante».

(5) LAFUENTE VIDAL, José — *Alicante en la antigüedad* Alicante, 1932. — Modernas Gráficas Gutenberg.

LA FUENTE VIDAL, José — *Breve historia documentada de Alicante en la edad antigua.* Alicante, 1948. Otra edición aumentada con los nuevos hallazgos, en 1957.

(6) FIGUERAS PACHECO, Francisco — *El nuevo escudo de la ciudad de Alicante.* Valencia, 1944.

(7) MARTINEZ MORELLA, Vicente — *Relación ilustrada de los objetos hallado en Lucentum.* Alicante, 1955.

Por ellas, sabemos que sus primeros habitantes fueron los griegos focenses. Y alos pies de ese paraje, de vistas admirables que dominam bastante espacio, se halla una larga faja de terreno, en otros tiempos cenagoso, que formaba una lengua de mar en la tierra. Aun queda la grande alineación de espesos muros que encintaron sus orillas, constituyendo sus muelles de atraque, que se fabricaron para la carga y descarga. La gente de los aledaños denominam al lugar, el «Mollet» (8).

En el estudio de Figueras Pacheco (9), se llega a la conclusión siguiente: El puerto del Mollet, reunía todas las comodidades apetecibles, dentro de la limitación de su recinto: manantiales próximos para la aguada de los barcos; defensa fácil en los trances bélicos, por la guarnición de la contigua plaza fuerte; abrigo absoluto de vientos y temporales; muelles permanentes de sólida cantería; anchura suficiente para las naves de la época; capacidad bastante para las operaciones de carga y descarga de ocho a diez embarcaciones a la vez y ensenada exterior, segura y amplia, donde fondear las de eslora superior a la corriente. La consecuencia final, según Jáuregui es la de haber sido un importante puerto, usado tanto por las embarcaciones comerciales como por las militares (10).

Este puerto, fué utilizado por griegos, cartagineses y romanos. Estos en el siglo II, a consecuencia de la invasión de los piratas del norte de Africa, buscaron su refugio por poco tiempo en la cima del Monte Benacantil (Akra Leuka), mas cercano a la actual ciudad de Alicante (11). Y como pueblo que ejercía la industria extractiva de la pesca, aprovechó una pequeña rada en las immediaciones del montículo de Santa Ana, en el actual lugar denominado Cocó.

Pasado el peligro, volvieron otra vez a ocupar el Tossal de Manises (Leukon Teijos = Lucentum), aunque la ciudade jamás recuperaría el antiguo explendor. Razones todavía no claras, hacen que la población se trasladase al lugar que hoy ocupa el Barrio de Benalúa y aprovechara su

---

(8) FIGUERAS PACHECO, Francisco y JAUREGUI, Juan — *El Puerto de la Albufereta.* Crónica del III Congreso Arqueológico del Sureste de España. 1947. Murcia, 1947, págs. 210 a 223.

(9) FIGUERAS PACHECO, Francisco — *El antiguo puerto interior de la Albufereta de Alicante. — Descubrimiento y descripción.* Alicante. Gráficas Moscat, 1955.

(10) JAUREGUI, Juan — *Obra citada.*

GUILLEN TATO, Julio — *Restos de embarcación cartaginesa?* «Revista general de la Marina», año LVIII. Madrid, 1935, p. 293.

(11) LAFUENTE VIDAL, José — *Breve historia...*

rada como refugio y pequeño puerto natural. Los restos arqueológicos hallados (12) ya nos demuestran que en el siglo IV, a sus fines, la población era cristiana. Quizá sus importantes industrias fueron los alfares y las fábricas de vidrio (13) y con la pesca y agricultura el pueblo romano, iba llevando su lánguida vida.

Con la invasión de los bárbaros, vino la huída y Alicante quedó despoblada. Los bizantinos debieron establecerse en las cercanías del Tossal, a deducir por las lápidas sepulcrales halladas y conservadas en el Museo Arqueológico Provincial (14). Pero el nombre de Alicante, no vuelve a sonar hasta la invasión árabe.

El historiador-geógrafo musulmán Idrisí (15), nos dice que «Alicante es ciudad poco importante, pero de bastante población. Hay en ella un mercado, una mezquita mayor y otra menor; el esparto que allí crece se exporta a todos los países marítimos. El suelo produce frutas y legumbres en abundancia y principalmente higos y uvas. Es muy fuerte el castillo que defiende a esta ciudad y difícilmente puede treparse hasta él. A pesar de su poca importancia, Alicante (Lekant) es un lugar donde se construyen buques para el comercio y barcas. En sus inmediaciones, por el lado de Occidente, hay una isla que lleva el nombre de Plana (Planesia): está de la costa a una milla de distancia y en este excelente puerto es donde se ocultan los navíos de los enemigos».

La población en esta época, no había tomado su asiento en el antiguo Tossal de Manises (Lucentum), ni en el Castillo, en la parte de los romanos. Había escogido las faldas de la fortaleza que miran a mediodía, fundando la parte de la villa que denominaron «Vella» (Vieja) con su importante mezquita que Alfonso X el Sabio, en la Reconquista dedicara a Santa María Assunta, de cuyo entonces Misterio y hoy dogma, era muy devota

(12) RICO GARCIA, Manuel — *Memoria relativa a los nuevos descubrimientos de la antigua Lucentum. 1892.* Ms. en dos tomos con dibujos de los objetos hallados por el pintor Adelardo Parrilla, conservado por el nieto del autor, D. Francisco Antón y Rico, de Alicante. Edición y estudio por Vicente Martínez Martínez Morellá. Alicante, 1958.

(13) RICO GARCIA, Manuel — *Existieron fábricas de vidrio en la antigua Lucentum durante el siglo III de la Era Cristiana?* «El Archivo», que dirigía D. Roqué Chabás. Tomo VIII, p. 69.

(14) Halladas en la finca «Las Balsas de Renato Bardín, en las cercanías de la Albufereta y depositadas en el. Museo Arqueológico Provincial. Se ocupa de ellas Lafuente, en la ob. cit.

(15) PONS BOIGUES, Francisco — *Ensayo bio-bibliográfico sobre historiadores y geógrafos arábigo-españoles.* Madrid, 1898, p. 237.

su esposa, así como su suegra (16). Pudo ser que el antiguo puerto de las cercanías del Tossal, había quedado inservible por las venidas de aguas de los torrentes cercanos (17). Aquello quedo convertido en un lozadal, que los musulmanes denominaron Albufereta, diminutivo de laguna.

Con los datos que nos sumistra el Edrisí, podemos observar la importancia de Alicante, en tiempo de la dominación musulmana (18). Frente al edificio del Ayuntamiento actual, construyeron su puerto. En los cimientos de la actual Audiencia en construcción, se encuentran multitud de restos de cerámica de reflejos metálicos, probablemente de Paterna, por su semejanza a los de allí y que son del siglo XII, XIII, XIII y aún XIV. La construcción portuaria de entonces, sirvió de comienzo para la actual.

En el año 1243, el príncipe D. Alfonso el Sabio, tomó posesión de Alicante, en nombre de su padre Fernando III el Santo. Nuestro Archivo Municipal, no conserva documento alguno de aquel gran Rey. Pero al poco de subir el Príncipe al trono, a consecuencia de la muerte de sua padre, en 25 de Octubre de 1252 ya nos otorga un privilegio a nuestro puerto (19). Es de suponer que ya era importante el movimiento del mismo y por eso otorga... «et qualesquier nauios grandes et chicos que fueran de los pobladores de Alicant que puedan tomarlos el Senior o su heredero faciendo ueste por mar o el Senior quisiere un mes al anno faciendoles el sennior sus cuestas a los omes que ovieren menester para gobierno de los nauios en aquel viage et si el sennior face ueste por tierra que non la faga por mar. Et el ano que fizieren por mar que no los fagan por fierra. Et si el sennior oviere mester los navios de Alicant por elevar vianda o caballeros a qualquier parte que quisiere que de so lager a conociencia de omes de Sennior et de los buenos omes vezinos de la villa et que los prendan et nengun mercader ni nengun corsario que este por mover cosa alguna non tenudo dando buena firmação de facer drecho fasta un plazo savido que sean omes buenos et vezinos de la villa que deba tornar fuera oir tiempo

---

(16) VIRAVENS Y PASTOR, Rafael — *Crónica de la Muy Ilustre y siempre fiel Ciudad de Alicante.* Alicante, 1876.

MARTINEZ MORELLA, Vicente — *Inventario del Archivo Parroquial de Santa María de Alicante.* Alicante, 1955.

MARTINEZ MORELLA, Vicente — *Libro antiguo de los beneficios de la Parroquial Iglesia de Santa María de Alicante. Siglo XIV.* Alicante, 1954.

(17) FRANCISCO FIGUERAS, Pacheco — *El antiguo puerto...*

(18) PONS BOIGUES, Francisco — *Ob. cit.*

(19) MARTINEZ MORELLA, Vicente — *Privilegios y franquezas de Alfonso X el Sabio, a Alicante.* Alicante, 1951.

malo o por enfermedad o por cautiuacion o por muerte ni son ficiese hecho porque deba morir...».

El Codice que contiene este privilegio y otros que nos concedió el Rey Sabio, se conserva en el Archivo Municipal de Alicante, como venerada reliquia de lo poco que nos queda de la Edad Media. Nuestro Archivo Municipal sufrió muchos incendios, unos casuales y otros por causa de guerra. Y no sería de extrañar que tambien sufriera mermas en relación a los traslados hobidos ([20]).

La importancia naviera, a la vez que mercante, se deduce por la parte transcrita, tal vez tuvo por causa el ser excelente puerto natural. Mas no fué solo ese el privilegio que el Rey Sabio nos concediera. En otro, sobre el particular, que lleva fecha 10 de Mayo de 1257, otorgado en Monteagudo, dice: «Otorgo que quito et franqueo a todos los Mercaderes que vinieren a Alicante el ancorage que solían dar al Almirage por razon de çahabalpharia pora siempre jamas porque me dijeron los omes buenos de Conceijo de Alicant quando io fue en Alicante la sobre dicha que envie recibir al Castiello de Tagunt que me dieron deallende mar por este ancorage sobre dicho tomaba el Almirage que vale menos la villa et los mercaderes non quieren y venir con sus mercaduras et que las mis rendas et silo quitase que la villa valdria mas et que venien y mas los mercaderes con sus mercaduras et que acrecientes mas mis rendas». Digna de estudio especial sería la localización de Tagunt, que en nuestra toponimia provincial no aparece y no sería mucho aventurar identificar con la actual Tánger.

La concepción que tenía el Rey Sabio de la entonces Villa, queda reflejada en el privilegio otorgado en Valladolid el 10 de Abril de 1258: «...a guarida nuestra tera poblamos de christianos la villa dalicante que ganamos a los moros lo uno por que es y uno de los mexores castiellos e de los mas fuertes que en todo nuestro sennorio et porque es puerto de mar de los buenos et de los mas senyalados que a en España por do podemos servir a Dieos en muchas maneras et sennaladamente en fechos de allende mar contra la gente pagana e poblamos de esta gysa de cavalleros mercaderos e de omes buenos de villa onradas et de omes sabidores de mar...».

Era necesario engrandecer la villa y uno de los medios era exonerarle de toda clase de gravamen. Así lo entendió el Monarca al dar desde Aré-

([20]) MARTINEZ MORELLA, Vicente — *Inventario del Archivo Municipal de Alicante, en 1692.* Alicante, 1955.

MARTINE MORELLA, Vicente — *Inventario del Archivo Municipal de Alicante.* —I. — Volúmenes. Alicante, 1954.

valo, el 17 de Julio de 1258 el privilegio que reza «...por fazer bien et merced al Conceijo de Alicant a los agora y son et a los que seran y vezinos et moradores da qui adelante por siempre jamas quitamosles e franqueamosles el drecho que les demandabamos por raçon de caça et de pescado que la non den en ningun tiempo por siempre jamás».

En el último de los privilegios registrados en el meritado Códice, consello de plomo, otorgado en Murcia el 1.° de Mayo de 1278, ordena: «Ottrosi todos los christianos et moros que vinieren de Barberia o de otros lugares por mar o por tierra a Alicante et descarguen y suas mercaduras si las vendieren en Alicant que paguen y los drechos a dar pero si las merchanderies desataren et las mostraren o las metieren en almoneda maguer no las vendan que den los drechos de almoxarifago de Alicante assi como los an de dar. Et si las non las mostraren no las vendieren en almoneda que non paguen drecho al nenguno por ellas et si las quisieren que las puedan tornar por aquel mismo lugar que las asuxieren». Como se ve, en este último tercio del siglo XIII la villa de Alicante, ya tenía su puerto franco, que tanta vida le daría a sua población cristiana, musulmana y hebrea, viviendo, o por mejor decir, conviviendo, en paz y armonía.

Pocos años antes, por franqueza otorgada con sello de ceraí en Murcia, el 2 de Mayo de 1271, se concedía la mayor de todas: que todos los que «quisieren pasar a oltramar que no fagen passage por otros lugares sinnon puertos de Alicante y Cartagenia. Et nenguno non sea ossado de pasar por otros puertos sinnon por esos sobrediechos».

El Rey Sabio, había comenzado la gran tarea legislativa a favor de nuestro humilde Puerto. Desgraciadamente, Alicante se hallaba poco poblada de cristianos y por eso quizá no tuvo el grande desarrollo mercantil ansiado, según los pocos documentos que en nuestro archivo municipal se conservan. El Libro del Repartimiento, está en ignorado paradero; solo se hace mención de él en el privilegio otorgado en Valladolid el 10 de Abril de 1258, antes citado, que lamenta haberse hecho el primer repartimiento a disgusto de sus pobladores porque los repartidores obraron un poco ligeramente, por las prisas de recibir el «Castiello de Tagunt». Y ordenó hacer nuevo reparto a García Vicente, de Madrid, Durande de Valencia, García Ferrandez de Barca y Vicente Ferrer.

Pasaron los años y a causa de la guerra entre los dos Pedros, de Aragón y Castilla, la villa quedó semiderruída. Muertes y mutilaciones por doquier. Pedro el Ceremonioso, en posesión vencedora de Alicante, quería

promover el comercio por mar y tierra. Y para ello creyó que lo mas acertado era fundar la Lonja de Contratación en 1370 (21).

Al poco, Juan, I, desde Monzón, en 11 de Febrero de 1389, ordena que «tots els vexells e fustes al port de la dita vila arribants sien e deguen esser franques d'ancoratge o destraca» (22).

Pero el Rey que mas hizo por el puerto de Alicante, fué Fernando el Católico. En provisión dada en Córdoba el 19 de Julio de 1490 recuerda el dado por su padre en Zaragoza el 18 de Marzo de 1476, ordenando al Bayle que cuide del Castillo y del Puerto debiendo hacerse las reparaciones necesarias. Luego, en otro dado en la misma Ciudad, el 26 de Julio de 1490 concedió a Alicante el título de Ciudad; en una de sus apologías dice «Habet enim villa ipsa mare sive mollum insignem». Y por último, en Valladolid, ordenó el 18 de Enero de 1510 que «ninguna persona privada o extrañya no puixa comprar vi para embotigar pera vendre les naus o altres navilis que venen al dit port perque escudam del be comun e cosa publica de aquella sots les penes contengudes partidores segons que sesus» (23).

De la época del Rey Católico es el «Libre de arrendament del Moll de la Ciutat de Alacant» que comprende los años 1491 al 1501, magníficamente conservado (24). Y entonces es cuando están en su apogeo por mar las relaciones comerciales con Génova, Venecia, Florencia, Roma, Nápoles, Malta, Ragusa y Francia que adquirirán su auge en el siglo XVIII al crearse por Carlos III en 26 de Junio de 1785 el Consulado del Mar (25).

Un detenido estudio de documentos en los Archivos Municipales, de la Corona de Aragón y del Reino de Valencia, quizá nos podrían facilitar nuevos datos sobre el movimiento del Puerto alicantino en la Edad Media, sobre todo en lo concerniente a relaciones comerciales internacionales — no olvidemos que Alicante es el puerto natural de Castilla y de allá llegaban

---

(21) VIRAVENS Y PASTOR, Rafael — *Ob. citada.*

(22) MARTINEZ MORELLA, Vicente — *Cartas del Rey D. Juan I, de Aragón a Alicante.* Alicante, 1953.

(23) MARTINEZ MORELLA, Vicente — *Privilegios y Provisiones de Fernando el Católico a Alicante.* Alicante, 1952.

MARTINEZ MORELLA, Vicente — *Toponimia árabe de la provincia de Alicante.* Alicante, 1952.

(24) Archivo Municipal de Alicante — *Libre del arrendament del Moll de la Ciutat de Alacant.* 1491 a 1501.

Armário 5, libro 108.

(25) FIGUERAS PACHECO, Francisco — *El consulado del mar de Alicante.* Alicante, 1957.

las mercancías para su embarque, así como las recibía para su reexpedición al interior — ya que como antes hemos dicho, nuestro Archivo Municipal es escaso en documentación medieval sobre el particular.

INTERVENÇÕES:

O Prof. Beneyto afirmou o interesse desta novidade e deu mais algumas explicações.

A uma pergunta dum congressista, o conferente respondeu: — «No séc. XVI ainda o porto de Alicante tinha actividade e importância, tanto que a Alemanha sustentava lá alguns cônsules».

Falou ainda das relações do porto com os Normandos.

Relación Histórica del Reino de León con Portugal

Por Nicolas Benavides Moro

Este tema es perfectamente medieval, pues tanto el Reino Asturiano-Leonés, como el propiamente Leonés (antes de la unión definitiva con Castilla en la excelsa persona de Fernando III *el Santo*, en 1217) desarrollan su acción en plena Edad Media.

Veamos-con la sobriedad que este trabajo impone —, en cada periodo, la proyección en Portugal, o la relación histórica con el territorio de dicho país.

I. — *Reino Asturiano-Leonês.*

Comprende desde el comienzo de la Reconquista en la victoriosa batalla de Covadonga, contra los musulmanes invasores (año 718), hasta la instalación de la Corte en Léon por el Rey García, en su breve reinado (910-914) y, principalmente, por Ordoño II (914-924), que hizo de dicha Ciudad la capitalidad del verdadero Reino de León.

Titulamos a aquel Reino «Asturiano-Leonés», porque con los Reyes de este periodo (que residieron principalmente en Asturias) hubieron de tomar parte en sus empresas guerreras, desde el comienzo de la Reconquista, muchos leoneses que, ante la invasión musulmana, no queriendo rendirse a esta, se refugiaron en las montañas asturianas y engrosaron las filas de los rebeldes a aquella, combatiendo, ya, juntos asturianos y leoneses en adelante. Y porque al final de este periodo, los Reyes de Asturias (principalmente Ramiro I., Ordoño I. y Alfonso III *el Magno*) residieron temporalmente en la Ciudad de León y prepararon el traslado de la Corte a ella, hasta que García lo hizo de modo definitivo.

La situación geográfica de la Ciudad de León, fuera del cerco de las montañas y del mar, que aprisionaban a Asturias para su acción en el exterior (aunque sus Reyes supieron realizarla tenazmente) era magnífica

para ampliar al máximo la actuación guerrera que la situación exigía en aquellos graves momentos, por estar situada en terreno amplio y despejado y por hallarse en el cruce de importantes calzadas romanas que permitían a las tropas, desde allí, los más variados movimientos en todos los sentidos, tomando esas calzadas como ejes de marcha.

En ese primer gran momento de expansión territorial se destacó Alfonso I (años 739-757), yerno de Pelayo (el primer Rey de Asturias, vencedor de los musulmanes en la batalla de Covadonga, cuna de la Reconquista en el Noroeste Peninsular), que realizó profundas expediciones, especialmente en dirección Sur, avanzando por Astorga (745) hacia Coria, Mérida y Coimbra (753-754). Tuvo invadido el Norte de Portugal, desde el Mondego hasta Galicia, igualmente rescatada a los musulmanes por aquel gran Rey. Ocupó, además de Coimbra, Chaves, Braga, Viseu y otras poblaciones hoy portuguesas.

Hubo en los reinados posteriores a este un flujo y reflujo en la acción militar, y, por tanto, en la dominación territorial, que llevaba consigo la necesidad de *repoblación* de los terrenos ocupados.

El Norte de Portugal fué repoblado por asturianos y leoneses, de estos principalmente por habitantes del Bierzo, o sea, bercianos. Esta repoblación llegó hasta Coimbra, inclusive.

Alfonso II *el Casto* (791-842) avanzó mucho en la Reconquista, venciendo repetidamente a los musulmanes. Tomó a Lisboa el año 797, pero esta Ciudad se perdió posteriormente. Es decir, que en territorio portugués este Rey llegó hasta el Tajo.

En su magnífico reinado tuvo lugar la «invención», o descubrimiento, de la tumba del Apóstol Santiago, y este hecho transcendental, de orden religioso tuvo tanta importancia en el orden militar que vino a constituir el más poderoso estímulo para la lucha, en las huestes españolas, que constantemente invocaban el nombre del Apóstol, teniendo la Caballería, en sus cargas contra los moros, este grito de guerra:

— *¡Santiago, y cierra España!* (1).

En el reinado de Alfonso III *el Magno* (batallador y culto) avanzó más la Reconquista, quedando incluida Coimbra, con otras ciudades portuguesas, en el territorio rescatado por los Reyes Asturiano-Leoneses, aprovechando (en lo que afectó a Coimbra, Toledo y Badajoz) las rebeliones de

(1) En este caso, «cerrar» era acometer, embestir contra el enemigo.

grandes jefes musulmanes contra los Emires o Príncipes, especialmente la del famoso Omar Ben Tafsúm (884) ocurrida durante el reinado de Alfonso III, pudiendo decirse que a este corresponde la mayor expansión territorial.

Este Rey dió un gran impulso a la restauración de poblaciones y a la repoblación de los territorios que se iban recuperando. En lo que afecta a Portugal, restauró Lamego, Viseu y Coimbra, llevando a esta última Ciudad un numeroso grupo de gallegos (²).

Habitantes de Galicia combatían juntos con los asturianos y los leoneses, llevados todos del mismo ideal de liberación de la Patria.

II. — *Reino de León.*

Al fijar su residencia en la Ciudad de este nombre el Rey García y sus sucesores, se constituye el Reino de Laón, que absorve a Asturias, Galicia y todo el territorio portugués ya dominado, y, tambien, todo el país del Este y Noroeste que, andando el tiempo, había de ser Castilla, formándose así una nueva y poderosa potencia Norte-Occidental que, al recoger el sentimento imperial de la antigua Corte Visigoda de Toledo, vino a ser, desde su creacion, el paladín más entusiasta y esforzado de la idea de unidad nacional.

Para tratar de librar a la Península del dominio musulmán, prosiguieron los Reyes leoneses la Reconquista iniciada por los Reyes Asturiano-Leoneses, de modo especial en los territorios del Sur: Zamora, Salamanca (que pasaron a pertenecer al Reino Leonés) y Extremadura (Cáceres y Badajoz), llegando hasta los linderos de Andalucía, sin dejar de actuar en Portugal contra los ataques y las intromisiones de los musulmanes, como veremos.

Y surge el escudo de este Reino. Desde el comienzo de estas operaciones, el símbolo de guerra que campeaba en los pendones de estos Reyes fué el León rampante, emblema heráldico del nuevo Reino.

El Imperio Leonés.

Tanto prestigio, y tanta autoridad, logró el Reino de León, que, simbolizando, como hemos dicho, la idea unitaria e imperial del Reino Visigodo de Toledo (este, además de la Península, poseía parte del Norte de Africa

(²) Para repoblarla.

y la Aquitania francesa) surgió el *Imperio Leonés*, como entidad de categoría superior y como aspiración a reconstituir aquella idea imperial, pues el núcleo militar y político de Léon era el más potente, y, por ello, el más indicado para llevar a efecto esa aspiración que era sentida en él con verdadera vocación y férvido entusiasmo por estimarse llamado a realizarla en beneficio de todos los cristianos entonces sojuzgados por los árabes (3).

Sus Reyes se titularon *Emperadores*, y, cuando se efectuó la unión de este Reino con el de Castilla (tras un largo periodo de luchas y disensiones) los Monarcas de este doble Reino sostuvieron tambien en sus personas este título y este superior concepto imperial.

Pedro Aguado Bleye, en su *Compendio de la Historia de España*, T. I., Madrid, 1932, página 181, dice:

«La idea nacional tiene su permanente expresión política en el caracter de Emperador que se atribuía al Rey de León, como superior jerárquico de los demás soberanos de España. Este título lo reciben los Reyes leoneses a partir de Alfonso III (4), y, como tales Emperadores, se consideraban superiores a los demás soberanos españoles y obligados a defender-los, y así lo hizo Ordoño II amparando al Rey de Navarra».

Alfonso VI, que por sus grandes victorias sobre los musulmanes y por la sumisión de estos a su autoridad, se tituló *Soberano de las dos Religiones*, se titulaba, también, Emperador, por su Reino de León, que poseía cuando agregó el de Castilla, a la muerte de su hermano Sancho.

Y Alfonso VIII, soberano de ambos Reinos, vino desde Castilla al subir al Trono) a ser coronado Emperador en León, como correspondía ocurriese por ser esta Ciudad la cabeza y el símbolo del Imperio de su nombre. Y vinieron a León, a presenciar su investidura como tal Emperador, y a rendirle pleitesía, no sólo los Grandes de los paises que constituían el Reino ya citados, sino Condes y Señores de Aragón, Navarra y Cataluña, y del Sur de Francia, hasta donde se extendía su prestigio, por la propia personalidad de dicho Imperio y por el recuerdo del dominio visigótico en dicha parte meridional francesa.

---

(3) Sobre el Imperio Leonés, véase dos magnificas obras de Don Ramón Menéndez Pidal: *La España del Cid, y El Imperio y los cinco Reinos*, aparte otros trabajos de este insigne investigador y escritor en los que se hace referencia a esta institución medieval.

(4) Como puede verse, el autor lo considera como Rey leonés, aunque no hubiera tenido la residencia permanente en la Ciudad de León, lo que — como hemos dicho — él preparó para sus sucesores.

Volviendo al «León» heráldico leonés, que este Reino llevaba a todas sus expediciones y batallas cuando peleaba por sí mismo, siguió, cuando se efectuó la fusión castellano-leonesa, unido al «Castillo» que simbolizó a Castilla, ambos insertos en el mismo Escudo, en alternación diagonal, y ambos símbolos, juntos, prosiguieron la gran empresa de la Reconquista hasta la liberación de España, al rendirse Granada a los Reyes Católicos (1492).

Al firmar, poco antes de este hecho transcendental, Isabel *la Católica* en la pequeña ciudad de Santa Fé (creada por ella cuando se incendió el campamento Real, y en el mismo lugar de este) ante los muros de Granada, las Capitulaciones, con Colón, para el Descubrimiento del Nuevo Mundo, aquella gloriosa Reina adoptó la magna empresa con sus dos Reinos, pues su esposo Fernando V., Rey de Aragón, no intervino en esto.

Por ello surgió el famoso dístico:

«Por Castilla y por León.
Nuevo Mundo halló Colón».

Y allá fueron, a las tierras ignotas, en las banderas de los Conquistadores, los castillos y los leones, unidos en las nuevas hazañas como lo habían estado en las largas luchas de la Reconquista.

Volvamos al Reino de León.

Los primeros Monarcas de aquel Reino (aunque haya que considerar como tales a algunos de los de Asturias, según hemos dicho), García (910-914), Ordoño II (914-924) y Ramiro II (931-951), principalmente, se dedican de modo casi exclusivo a avanzar en la Reconquista, viniendo tras ellos un largo periodo de luchas civiles y de rebeliones en Castilla.

Alfonso V., *el Noble* (999-1027), tambien llamado «el de los buenos Fueros», reunió en León el famoso *Concilio del año 1020,* del que surgió el *Fuero* de que hablaremos después.

Este Rey, guerreando contra los musulmanos, luchó por la liberación del territorio portugués, pasando el Duero y sitiando a Viseu, defendido por aquellos. Murió a consecuencia de las heridas recibidas durante el sitio de aquella plaza de guerra, en el dicho año de 1027.

El reinado de su sucessor Vermudo III (1027-1037) se consumió en luchas con Sancho *el Mayor*, Rey de Navarra, que le había arrebatado parte de Castilla, luchas que terminaron al efectuarse el matrimonio de la Infanta Sancha, hermana de Vermudo III, con Fernando, hijo de Sancho *el Mayor*.

Fernando I, (1035-1065), al morir su padre ocupó el Trono de Castilla, cuyo *primer Rey* fué; y, al morir Vermudo III en la batalla de *Támara* (Palencia), derrotado por su dicho cuñado Fernando (Junio de 1037), entró este en posesión del Reino leonés, siendo, por ello, *el primer Monarca que unió las Coronas de Castilla y de León en su persona.*

Este primer Rey de Castilla y de León, se tituló, tambien, *Emperador*, por su matrimonio con dicha Infanta leonesa, que, siendo hermana de Vermudo, reunía en sí el derecho a la Corona de León, titulándose *Emperatriz.*

En lo que afecta a Portugal, Fernando I, se apoderó de Lamego, junto al Duero, y de Viseu (1057). En 1064 tomó Coimbra, con lo cual la frontera del Reino Leonés en Portugal avanzó del Duero al Mondego.

El Concilio de Coyanza.

Este gran Rey reunió, en 1050, el Concilio de Coyanza (hoy Valencia de Don Juan, provincia de León), en el cual fueron confirmados los Fueros dados por Alfonso V, se restablecieron antiguas leyes góticas y se formularon reglas de disciplina eclesiástica, lo que dejó un excelente recuerdo. Es de suponer que estas disposiciones se aplicarían tambien al territorio portugués entonces ocupado, acaso con excepción de las de orden religioso por la gran categoría de la Archidiócesis de Braga.

Fernando I, divide sus Reinos.

Este Monarca, al morir (1065), cometió el grave error de dividir sus Estados entre sus hijos, dejando Castilla a Sancho, León (con dicha parte de Portugal) a Alfonso, Galicia a García, el Señorío y la Ciudad de Zamora a Urraca y el Señorío y Ciudad de Toro a Elvira.

Esta disociación iba en contra de la tendencia unificadora de los Reyes de León, doctrina política que este Rey, por no ser leonés, no había asimilado.

La consecuencia de tan impremeditado acto fué que Sancho quiso reunir en su persona todo el poder territorial que había tenido su padre, y, no conformándo-se con la disposición testamentaria de este, calló mientras vivía su madre; pero, al morir esta (1067) destronó de Galicia a García (que se refugió en la Corte mora de Sevilla) y derrotó a Alfonso en las batallas de *Llantada* (a orillas del Pisuerga, 19 de Julio de 1068) y *Golpejera* (15 de Julio de 1071), apresándolo y encerrándolo en el castillo de

Burgos de que huyó a Toledo, cuyo Rey moro era vasallo suyo, como Rey de León.

Elvira, al ser requerida para entregar su Señorío, lo efectuó enseguida.

Pero Urraca, valiente, resistió en Zamora la pretensión de su hermano Sancho, y este sitió dicha plaza poniéndola en grave aprieto. Entonces, salió de ella uno de los defensores, llamado Bellido Dolfos, que llegando al campamento del Rey Sancho dijo a este que le mostraría un punto de la muralla por el que se podría tomar prontamente la plaza, pero poniendo la condición de que el Rey fuese, sólo, con él. Así lo hizo Sancho, y, cuando estuvieron junto a una estrecha puerta de la muralla, que después fué llamada «Portillo de la traición» (y que aún existe), Bellido mató al Rey y penetró en la Ciudad por aquel portillo (7 de Octubre de 1072).

Reinado de Alfonso VI, el Bravo. (1072-1109).

Fué largo, y uno de los más gloriosos por el gran avance que dió a la Reconquista y en otros muchos aspectos, todos los cuales no es posible detallar dada la índole de este trabajo.

Por la muerte de su hermano Sancho pasó a ser Rey de Castilla, pero su propio y personal Reino era el de León con la parte de Portugal a él afecta, y Galicia, de la que desposeyó a su hermano García que fué encerrado en el castilo de Barrios de Luna (León), por todo lo cual reunió Alfonso VI todos los Estados que su padre había separado al morir.

A ellos añadió los extensos territorios que conquistó en sus constantes y accidentadas campañas contra los musulmanes, muchos de cuyos Reyes de Taifas se hicieron sus vasallos, lo que motivó que, por estas sumisiones de los Reyes moros, y por su condición de Emperador Leonés, se diera el antes citado título de *Soberano de las dos Religiones.*

Recuperó a Madrid (1085), que entonces solamente tenía importancia militar por su fuerte posición, como lo indica el nombre que se le dió de «Madrid, castillo famoso». (Entonces se llamada «Magerit»).

La conquista de Toledo. — El Mudejarismo.

El hecho de mayor importancia militar y política de su reinado (para el cual le sirvió de base de operaciones la recien tomada plaza de Madrid) fué la toma de Toledo, que capituló el 25 de Mayo de 1085, pues así recuperó la antigua capital del Imperial Reino Visigodo (y de los famosos

Concilios) precisamente el Rey que, por serlo de León, representaba a la Monarquía que había mantenido durante muchos siglos, recogida de dicho Reino Visigodo, su idea de unidad nacional y de Imperio, lo que había dado a los Reyes Leoneses — repetimos — su derecho al título Imperial.

Veamos ahora lo que este hecho representó en el *Mudejarismo*.

En nuestro trabajo titulado «El artesonado de La Bañeza» (5) escribimos:

«En el año 1085, el Rey de León y de Castilla, Alfonso VI, que sitiaba Toledo, penetra en aquella importantísima plaza fuerte musulmana».

«Toma posesión de ella por capitulación, que cumplió caballerosamente ampliando, establecido ya allí, sus generosas concesiones con el mejor trato a la población mora sometida, respetando sus costumbres, su indumentaria, sus creencias; en fin, su vida entera, salvo el pago de un tributo».

«La conquista de Toledo dejó libre del dominio musulmán desde el Tajo al Norte; y siendo, además, esta, la primera vez que el dominio cristiano tiene lugar sobre una población musulmana con grandes personajes cultos, estos, satisfechos y agradecidos por le generosa actitud del Rey de León y Castilla, y hallando fácil y acogedora la comunicación con los territorios de este, inician el desplazamiento de muchas valiosas personalidades musulmanas de Toledo a tierras cristianas con las que establecen la más cordial relación-aunque siempre con su condición de sometidos-llevando a ellas sus conocimientos científicos y artísticos. Así nace el *mudejarismo*, «palabra derivada del árabe, que se refiere al «hombre que vive entre cristianos».

«En el orden artístico aquellos moros llevaron a tierras cristianas el arte árabe, que dominaban; pero sufrieron el influjo del medio al que se trasplantaban, y agregaron a su citado arte árabe elementos decorativos del arte cristiano. Esto fué lo que hizo nacer el arte mudéjar, que aquí (6) nos interesa en lo que afecta a dicho artesonado».

«El *artesonado mudéjar* es la intromisión, la adopción, por los artistas moros, de elementos decorativos cristianos en el *alfarje* (del árabe *faraxa*, entarimar) (7), entarimado, o, mejor, en este caso, entramado que ellos venían, tradicionalmente, aplicando a las techumbres y a las cúpulas de las bellas construcciones musulmanas, en su parte interior, y que aplicaron en

(5) Revista *Archivos Leoneses* (Del Consejo Superior de Investigaciones Científicas). León, Enero-Julio de 1953.

(6) En dicho trabajo.

(7) Con el artículo árabe, *al-faraxa*. Vino después, en idioma español, la mutación de la *x* en *j*, como *Ximénez* en *Jiménez*, etc.

su día a las grandes construcciones cristianas, incluidas las de orden religioso».

Nuestra alusión a este asunto tiene solamente por objeto llamar la atención sobre la acción espiritual de este gran Rey, al propio tiempo que lo hemos hecho en otros aspectos.

Pero no queremos dejar de añadir algo que permitirá conocer mejor su extraordinaria personalidad, y que tuvo una notable repercusión en el tema que estudiamos en este trabajo.

Alfonso VI, europeista. — La Casa de Borgoña. — Los monjes de Cluny.

Este Rey no era hombre de espíritu añejo y reconcentrado, atento sólo a las viejas costumbres y tradiciones de sus Estados en lo antiguo (o anticuado), sino un alma abierta a todas las tendencias renovadoras y progresivas en relación con el exterior de España. Por ello se puso en contacto, con Francia especialmente. Ya dijimos que el Imperio lo tuvo con parte de ella.

«He aquí lo que, muy justamente, escribe D. Justiniano Rodríguez, en su trabajo titulado *Judería de Sahagún* (Rev. Arch. Leoneses, Julio-Diciembre de 1953, página 9):

«Pero Alfonso VI tenía tendencias profundamente renovadoras. Educado por sus padres en la idea imperial, feliz trasplante visigodo arraigado y sostenido tenazmente en León, los mismos avatares de la política paterna hacían acrecido la idea, afianzándola más con el marchamo del éxito. Hombre de tendencias universalistas, su matrimonio con Doña Constanza (8) vino a encauzar hacia el exterior sus naturales aspiraciones».

«Así fué como un buen día, al comenzar el mes de Mayo de 1097, aparecieron los primeros emisarios de Cluny en el Monasterio de Sahagún»...

Alfonso VI y Portugal.

Defendió su território con las armas, ampliando cuanto le fué posible el terreno ya recuperado. Llevó por él su acción hasta el Tajo, y conquistó Lisboa en 1093, obteniendo del Rey moro de Badajoz las plazas de Santarém y Cintra.

Llevado de su espíritu expansivo, y para acelerar la Reconquista, recibió el concurso de caballeros franceses, entre ellos, los primos Enrique y

(8) De la Casa de Borgoña, como es bien sabido.

Raimundo de Borgoña, y trató a estos con tanto afecto que los casó con sus hijas Teresa y Elvira, respectivamente, haciendo a Enrique y Teresa Condes de Portugal y a Raimundo y Elvira Condes de Galicia bajo su soberanía.

Conocidas son las circunstancias en las que se produjo la independencia de Portugal y, por ello, no es necesario mencionarlas en este breve trabajo.

La Casa de Borgoña.

Sólo diremos que al morir Alfonso VI (29 o 30 de Junio de 1109), por no dejar hijos varones le sucede su hija D.ª Urraca, habida con Doña Constanza de Borgoña, a la que dejó todos sus Estados con la condición de que, si se casaba, entregase Galicia a Alfonso Raimúndez, hijo de Raimundo de Borgoña y de Elvira, ocurriendo así al morir aquella, y siendo proclamado Rey, niño aún, con el nombre de Alfonso VII, que pasó a serlo de León y de Castilla.

En Portugal fué el primer Rey Alfonso Enriquez, con nombre de Alfonso I, hijo de los Condes Enrique y Teresa, emparentado con Alfonso VII dicho.

De este modo, la Casa de Borgoña, en distintas ramas, se entronizó en León, en Castilla y en Portugal.

El Fuero de León. (Año 1020).

Mucho se ha escrito sobre este interesante tema, pero aquí no podemos dar más que una breve referencia de él.

El ilustre polígrafo y miembro de la Real Academia Española D. Narciso Alonso Cortés, en el número de Julio de 1919 de la *Revista Castellana* (Valladolid), escribió:

«El Fuero de León puede considerarse como la Carta Magna de la Nación española. Con él nacen las libertades municipales; estas son el orígen de nuestra genuina constitución autonoma y democrática, pues es una Constitución el Fuero inmortal, ya que en él se consignan por primera vez derechos constitucionales como la inviolabilidad del domicilio, así como la independencia municipal administrativa y la conquista del poder judicial, que comenzó a radicar entonces en el Municipio».

«Por todo esto es el Fuero de León el monumento de nuestras liber-

tades, que en él encuentran su expresión primera, pues la libertad del Municipio es el fundamento de la libertad nacional».

El docto Catedrático Don Laureano Díez Canseco (9) dijo que este Fuero «es punto central, y la Curia Regia en que se promulgó fué momento decisivo en la organización política y social de los Reinos cristianos de la Reconquista y en la formación de su Derecho; es una de las redacciones oficiales de éste más interesantes para estudiar la persistencia de aquel complejo de instituciones y reglas jurídicas consuetudinarias que en la Monarquía Visigótica vivieron siempre al lado de, y a las veces en contra, del *Liber Judiciorum*, así, como su adaptación a las exigencias militares de la Reconquista, a la política de repoblación del territorio reconquistado y a las transformaciones de la evolución económica».

Vazquez de Parga (10) dice que «Ambrosio de Morales atribuye al año 1020 la restauración de la ciudad de León, añadiendo que Alfonso V, juntó allí unas muy solemnes Cortes, que en aquellos tiempos llamaban Concilio, de todos los Perlados y Grandes de sus Reinos, y ordenó en ellas Fueros y leyes con que la ciudad y todo su Reino de ahí adelante se gobernase. Son tan celebrados estos Fueros que agora (11) dió el Rey Don Alonso (12) a la ciudad y Reyno de León, que nunca nuestras historias los acaban de encarecer y celebrar, y aún hasta en el epitafio de su sepultura se hace mención dellos por una gran cosa».

El Fuero de León en Portugal. — Coimbra. — Braga.

Henri Schaefer, en la Introducción de su *Histoire du Portugal depuis sa separation de la Castille* (13) *jusq'a nos jours* (14), dice, hablando del

---

(9) «*Sobre los Fueros del Valle de Fenar, Castrocalbón y Pajares.* (Notas para el estudio del Fuero de León)»: anuario de Historia del Derecho Español, t. I., pág. 337. Lo cita Vazquez de Parga en su trabajo titulado *El Fuero de León.* Anua. de Hist del Der. Esp. Madrid, 1944, pág. 5.

(10) *Ob cit.*, pág. 7.

(11) Esta palabra, en tiempo de Ambrosio de Morales, quería decir «entonces», además de «ahora».

(12) Se decía, indistintamente, «Alfonso» y «Alonso».

(13) Este autor incurre en error al decir esto así, pues aunque el Rey de Castilla lo era tambien de León cuando ocurrió esa separación, esta no se realizó respecto a Castilla, sino de León, al que pertenció Portugal hasta entonces. Castilla no había tenido tal autoridad en Portugal por sí misma sino por su unión con León.

(14) Traducida del alemán al francés. París 1858.

magnate portugués Sisnando [15] (personaje importante en la gobernación del territorio portugués rescatado hasta entonces, por delegación del Rey Alfonso VI, y muy leal a este) lo siguiente:

«Defendió Coimbra contra los ataques del enemigo [16], y engrandeció y embelleció la ciudad procurándole una situación brillante, lo que mereció que el Rey Alfonso lo cite con elogios en el Foral que dió a la ciudad».

Se ve, pues, confirmada en este importante aspecto la afección de aquel Rey leonés a Portugal. Ese *Foral* debió ser el Fuero de León, de Alfonso V., dado por Alfonso VI. a aquella importante Ciudad, para su mejor gobierno.

El citado Luis Vázquez de Parga, en su mencionado estudio del Fuero de León, págs. 19-39, después de hablar de «los Fueros de varios pueblos, a los que se otorgó el de León en distintos tiempos», da una transcripción de dicho Fuero, «del texto descubierto por el Señor Sánchez Albornoz en el *Liber Fidei* de Braga», lo que no entramos a reproducir y comentar por la gran extensión de lo allí transcripto que ocupa en dicho trabajo muchas paginas llenas de notas.

El Lenguage Leonés en Portugal.

Recibió la fuerte influencia de este lenguaje parte del territorio portugués, principalmente desde el Duero hacia el Norte, en la parte limítrofe con Zamora, provincia que pertenció al Reino de León y en la que imperó dicho lenguaje, que aún sobrevive en ella y, tambien, en la de Salamanca que pertenció igualmente a dicho Reino.

En la citada parte portuguesa se aposentó el lenguage leonés (al que se viene llamando *dialecto*, término muy discutible) en dos focos principales: la comarca de Miranda-Mirandela, do Douro, y la localidad llamada Río de Onor, hermana gemela (aunque separada) de la española llamada Río de Honor de Castilla, impropiamente, pues debiera llamarse Río de Honor *de León*, a cuyo Reino pertence, pues Castilla queda muy lejos de allí y nunca ejerció jurisdicción directa en aquella parte.

Respecto al lenguage leonés se ha escrito bastante (de modo especial, autorizadísimo, por el ilustre Don Ramón Menéndez Pidal), y tambien de

---

(15) Nombre visigodo.

(16) Se refiere a los musulmanes, naturalmente.

dicho lenguaje persistente en la citada comarca de Miranda, llamado *Mirandés*.

En lo que afecta a costumbres, el que suscribe se vió gratamente sorprendido cuando — en el I. Congreso de Etnografía y Folklore celebrado en Braga en 1956 — presenció las danzas de los *Pauliteiros* de Miranda, no sólo por el empleo de los *paulitos* (supervivencia de antiguas luchas con espadas cortas, las *falcatas* ibéricas), lo cual existe en varias partes de España, sino por las *faldas blancas* de los pouliteiros, en todo parecidas a las de los *danzantes* que todavía actúan en Laguna de Negrillos (pueblo en el que, además de dicha danza de tipo popular y guerrero, realizan otra, *ritual*, todos los años, en la procesión del Santísimo Corpus Christi, ante la Custodia, bailando en marcha o saltos hacia atrás, sin darle nunca la espalda) y en San Esteban de Nogales, donde hacen lo mismo, habiendo existido tambien una agrupación igual en mi pequeña Ciudad de La Bañeza, a cuya comarca pertenecen los dos pueblos antes citados. Todo de León.

Respecto a Rio de Onor es interesantísimo el valioso y documentado trabajo así titulado, del escritor portugués Jorge Días, Libro que merece un extenso comentario, que no es posible dedicarle con la extensión que merece en este limitado tema.

Es, tambien, muy notable, el que se titula *O falar de Rio de Onor*, de los Señores Jorge Días y Herculano de Carvalho (17), en cuyo detenido examen no nos permite entrar la obligada reducción de este escrito.

Pero, a lo menos, sí diremos que en la parte titulada *Consideraçoes acerca do rionorês en nossos dias*, dicen los citados Sres., hablando «del tío Andrés» y «del tío Mariano».

«Todavia nas largas conversas que com eles tivemos, podemos verificar que entremeaban com frequência o rionorês com expressoes portuguesas e as veces espanholas».

Esas expresiones no portuguesas del rionorés son supervivencias del lenguaje o dialecto leonés, aunque no se haga referencia a este, lo cual se ve por la semejante estructura gramatical y, de modo muy claro, por el *Vocabulario* que dichos Sres. insertan, a lo que hay que añadir algunas voces españolas modernas.

Las palabras *lumbreiro, arau, lau, fervíu, bebíu, facienun, abondar, amentar, beceira, buraco, escaño*, y otras muchas de dicho Vocabulario pertenecen al Leonés Sur-Occidental.

La misma voz «tío», antes citada, significa, en Leonés, «aldeano», y

(17) Facultad de Letras. Instituto de Estudos Etnicos e Dialectais. Coimbra, 1955.

sigue siendo muy usada en tierras de León. Tambien significa «tío» un hombre cualquiera del pueblo, aunque no sea labrador.

Es notable la semejanza entre denominaciones de algunos tipos y costumbres de León y Norte de Portugal.

Nuestro distinguido y culto amigo, el Sr. Rebelo Bonito, comenta algunas composiciones poéticas de nuestro titulado *Por mi tierra de León* (18), la semejanza de varias *cosas* de ambas Naciones, aunque expresadas con distintas palabras, pero iguales en los conceptos. He aquí algunas:

En mi comarca bañezana se llamaba antaño (tipo ya desaparecido) «tío dela esquila» a un viejo mendigo que pedía limosna de casa en casa tocando una campanilla («esquila») y rezando, al recibirla, por los difuntos de quien se la daba; en Portugal un personaje semejante, se llama, o se llamaba, «andador das almas». En tierra de León se llama «corridas» (a caballo) las que se hacen en ciertas fiestas; en Portugal, «cavalhadas». Existen otras voces que tienen gran parecido entre sí.

Mucho, interesante tambien en el aspecto que estudiamos, hay en los muy valiosos trabajos del gran escritor e investigador portugués Leite de Vasconcelos, especialmente en lo que escribió sobre Rio de Onor y Guadramil, en lo que fué el primer ilustre adelantado.

El nombre *Guadramil* nos parece debe pertenecer a la toponimia luso-árabe, pues parece tambien fuera de duda que significa *Río de la arena*, o sea *Uad ar-ramel*. Aquí el artículo único, árabe, *al*, convierte la *l* en *r* por empezar la palabra siguiente con letra «solar», caso en el cual la *l* del artículo se sustituye por la primera letra de la palabra solar que sigue, quedando así duplicada aquella. Esto no ocurre más que en la pronunciación, pues en la escritura el artículo permanece invariable; pero al hacer la transcripción a nuestro lenguaje hay que atenerse al modo como se pronuncia esto en árabe, pues así nos ha sido transmitido por el uso y por la misma historia de la dominación musulmana en nuestra Península.

CONCLUSIÓN

Portugal debe la iniciación de su independencia a una mujer leonesa: La Infanta Teresa, hija de Alfonso VI., Rey de León (y, tambien de Castilla, al morir su hermano Sancho, como hemos dicho), la cual, sin duda

(18) Primera edición, Madrid, 1920. Segunda, Madrid, 1957.

enamorada del país que regía con su esposo Enrique de Borgoña, como Condado dependiente del Reino de León, lo quiso para sí y para su marido, como Reino, luchando contra su Patria y contra su familia para conseguir esto, y, no lográndolo, preparó el camino para que fuese Rey de Portugal su hijo Alfonso Enriquez, que fué el primer Monarca portugués (Alfonso I).

Lograda la independencia respecto al Reino de León, lucharon entre sí Fernando II de León y Alfonso Enriquez; pero, después hubo muchos momentos de excelente relación entre Portugal y dicho Reino, y el último Monarca exclusivamente Leonés, Alfonso IX, tuvo por primera esposa una Princesa de Portugal, otra Teresa (hija de Sancho II), santa mujer de la que tuvo de separarse por haber invalidado el Papa este matrimonio, por razón de parentesco entre los cónyuges.

De matrimonio posterior (con Doña Berenguela, hermana de Alfonso VIII de Castilla, tambien invalidado por igual causa) tuvo Alfonso IX a Fernando III, que, a la nuerte de su padre, y siendo ya Rey de Castilla, recibió el Reino de León. Desde entonces, ya no volvieron a separarse estos dos Reinos.

Cuando murió Alfonso IX legó el Reino de León a sus hijas Sancha y Dulce, nacidas de su matrimonio con Doña Teresa de Portugal; pero Fernando ocupó pacíficamente aquel Reino por medio de un pacto que celebró con aquellas sus hermanas a las que otorgó cuantiosos bienes.

Alfonso IX dió gran avance a la Reconquista, recuperando Cáceres, Mérida, Badajoz, Elvas (tambien llamada Yelves) y casi toda la Extremadura española.

Este gran Rey, muy discutido y calumniado, fundó el *Estudio General*, de Salamanca.

Pasadas la dominación romana y la de los Suevos, ya, en plena invasión musulmana, Portugal inicia su historia medieval, con su propia personalidad, a partir de su independencia del Reino de León, al que pertenecía hasta entonces la parte liberada del dominio árabe.

Pero hay un periodo histórico, de cerca de cinco siglos, entre el comienzo de la Reconquista en Asturias y el logro de tal independencia, que lo llena en territoriao portugués — desde el Tajo al Norte — en primer término la acción del Reino Asturiano Leonés, y, a continuación la del Reino Leonés; periodo que debe merecer un profundo y detenido estudio, sereno y objetivo, que creo debe ocuparnos a portugueses y leoneses, pues se reflejó necesariamente en cosas ya olvidadas y originó entre nuestros

dos paises lazos de gran raigambre ristórica y de afección que debería ser continuada (o, mejor, restablecida) fraternalmente.

Casi la mitad de nuestra Historia medieval nos es común. La Geografía, la naturaleza, nos acercan; la diferencia nos ha separado de nuestra antigua relación y de nuestro mútuo conocimeiento.

Restablecida la confianza que engendra la composición y el afecto, no hay más que un camino a seguir, a nuestro juicio: el de hacer cada día más afectiva y cordial nuestra relación.

Documentos Medievais sobre Portugal existentes em alguns arquivos de Espanha

Por António Maria Mourinho

I

O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Moreruela (Zamora-Espanha) e o Nordeste Português, desde o século XII ao XVI.

O Mosteiro de Santa Maria de Moreruela situa-se a 30 quilómetros ao Norte de Zamora e a 4 da estrada nacional, à esquerda de quem vai para Leão, numa granja enorme e ubérrima, entre carrascais e olmeiros, do lado nascente do rio Esla, portanto, na sua margem esquerda.

A sua primeira fundação deve-se a S. Froila, em Tábara, na margem direita do mesmo Esla, nos fins do século IX, por encargo de Afonso III de Leão, que teria logo começado a sua vida com seiscentos monges de ambos os sexos, segundo rezam as crónicas eclesiásticas, mas de quem não ficou vestígio nem tradição local.

Segundo refere o Dr. Gomez Moreno, «Catálogo Monumental de España», «*Zamora*», «Texto», 1927, 193, a primeira notícia provável deste mosteiro será uma doação de Fernando I, em 1042, a um certo Keia Habse, e logo ao mosteiro de Santiago Apóstolo, em Moreirola, de certas vilas «in território de Lampriana» cujos nomes e termos ali se consignam e são perto do actual edifício; além disso, infere-se que existiria, onde hoje mesmo existe, em 1107, ao designar-se «Morerola de Ripa Stole de Abate Don Fortes», como limite do bispado de Zamora, como segue sendo ainda. (Chegaria até o limite do Arcebispado de Braga, no século XII? Esta notícia de Gomez Moreno, leva-nos a supô-lo).

Provàvelmente teve de ir a muito menos da fundação e em breve se teria extinguido, ficando o lugar deserto.

Assim estava, quando, em 1131, a pedido de Afonso VII de Leão, vieram à Espanha os primeiros monges de Cister, enviados por São Ber-

nardo deste Claraval e ali se instalaram, na sobredita «villa de Morerola de Fratres».

Só passados doze anos, se formalizou a doação feita pelo mesmo rei a D. Ponce de Cabrera, em juro de Herdade e como prémio dos seus muitos serviços, recebendo-a por ele os monges Pedro e Sancho, os primeiros abade e prior, respectivamente da nova casa.

A protecção real continuou a manifestar-se em novas doações de «villas» e herdades dos reis de Leão a partir de 1144.

A invocação antiga de Santiago ainda perdurava em 1158, sendo uma bula do Papa Alexandre III, de 1160 o primeiro documento em que aparece já o Título de Santa Maria, como aliás já era regra em todos os mosteiros de Cister.

As doações régias e particulares estenderam-se por largas terras daqueles arredores, em terras de Alba e Aliste, para além de Benavente, de Zamora e de Salamanca . Irradiando para o Sul, em Portugal e penetrando quase até o Douro, ia para além de Macedo de Cavaleiros, com privilégios de «villas» e herdades doadas pelos soberanos portugueses, por nobres militares e outros terra-tenentes.

Assim, o Rei Povoador, D. Sancho I, em 1211, fez doação a este mosteiro das povoações de Ifanes e Constantin, ou melhor, do reguengo de Ifanes com Constantim, e além disso ainda lhes deu... «insuper do vobis. C. aureos in helemosinam pro remedio anime méé ad *hedificandum supradictum locum* scilicit Ifaneis cum Constantino». Os frades por sua vez, comprometem-se a fazer todos os anos um ofício aniversário, depois da sua morte, por alma do rei D. Sancho.

Outros nobres, militares e senhores de terras portuguesas no Nordeste, fizeram doação dos seus bens durante muitas dezenas de anos a este mosteiro.

Afonso Mendes de Bornes (1), seguido mais tarde pelos seus descendentes, doou por meados do século XIII, 1247, a terça parte dos bens todos que possuía em Bornes, Cernadela, Cortiços, Vale de Prados, Nogueira, Genísio e S. João de Angueira, ou S. João da Ribeira, hoje S. Joanico, também por um ofício aniversário, depois da sua morte, com obrigação de darem nesse dia «pitantia de pescado» à porta do convento, por sua alma e «mandou seu corpo para sepultura» àquele mosteiro.

Outros fizeram doações de terras em Palaçoulo e Angueira, os des-

(1) D. Afonso Mendes de Bornes era filho de D. Mendo Bofinho que construiu o Castelo de Algoso, no tempo de D. Sancho I.



Fig. 1

SANTA MARIA DE MORERUELA – Vista parcial da Igreja e do Covento de Moreruela, do lado Sul.

Fotografia do P.e Mourinho

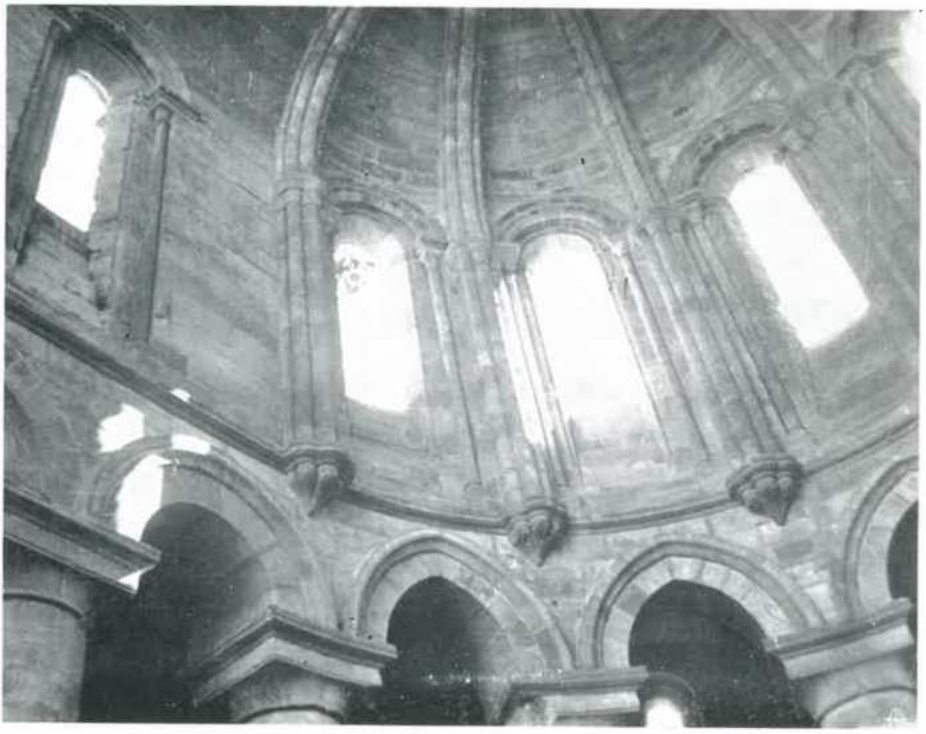


Fig. 2

SANTA MARIA DE MORERUELA — Zamora — Vista parcial da capela-mor da Igreja do Mosteiro cisterciense de Moreruela. Arcos romanicos misturam-se já com arcos apontados, na colunata que suporta a abóbada.

Fotografia do P.e Mourinho

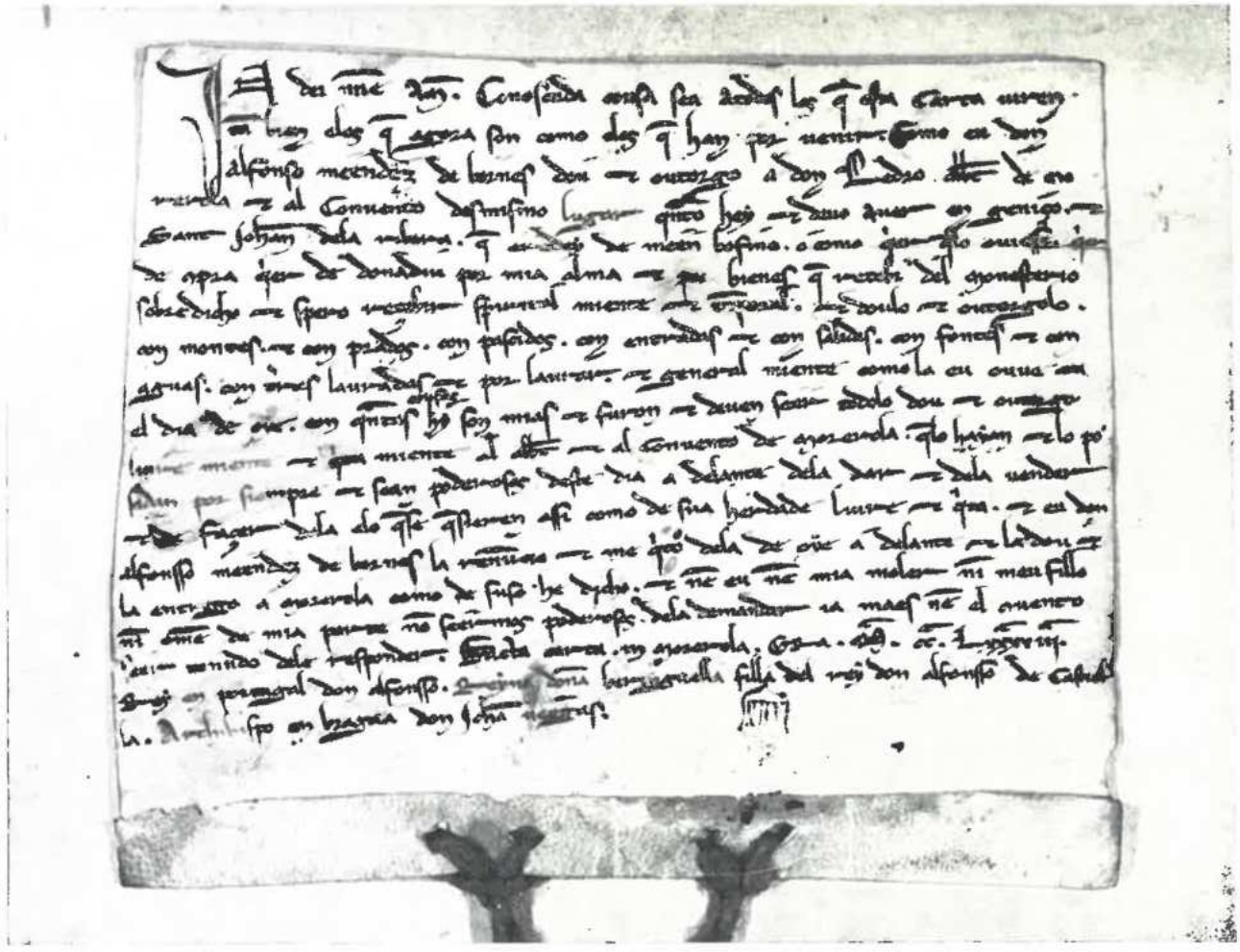


Fig. 3 — *Doc. n.º 1*

A. H. N. — Madrid. - 1293 — P - 31

«Año 1293 — carta de donacion de genizo, de San johan de la Ribera al abad suso dixo d'moreruela por Alonso menẽdez de bornes».

Doação de Genizio e S. Joanico, em Terra de Miranda, ao Abade de Moreruela, em 1293.

Perg. Orig. de 197 × 157 mm.

Ver. XXV



Fig. 4 — *Doc. n.º 2*

A. H. N. — Madrid. — 1297 — P. — 37

«Ordenacion q̃ aviã de guardar los vassallos de Angueyra sub era 1297. año 1259.»

Perg. orig. de 327 × 182 mm.

Ver: XXVII

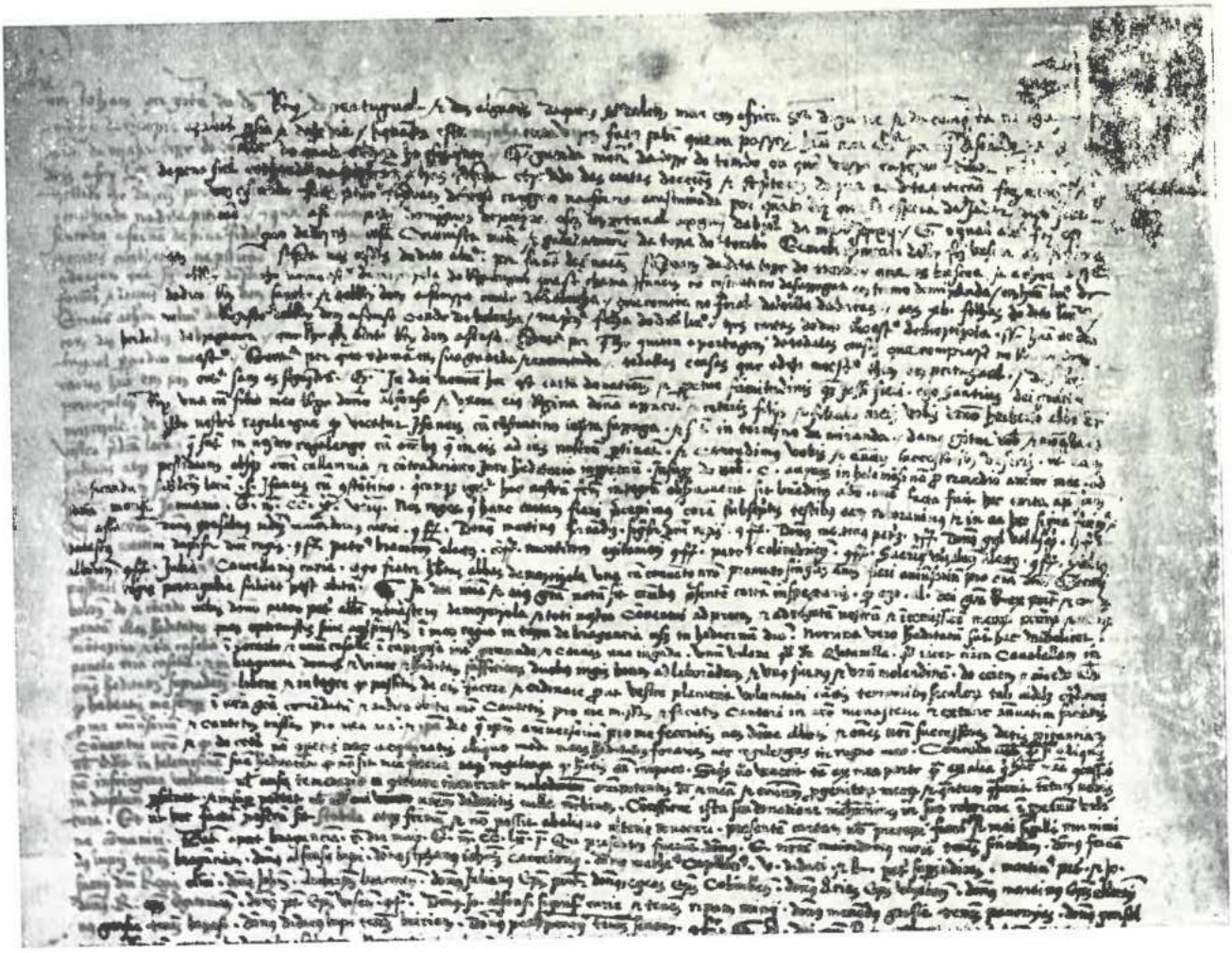
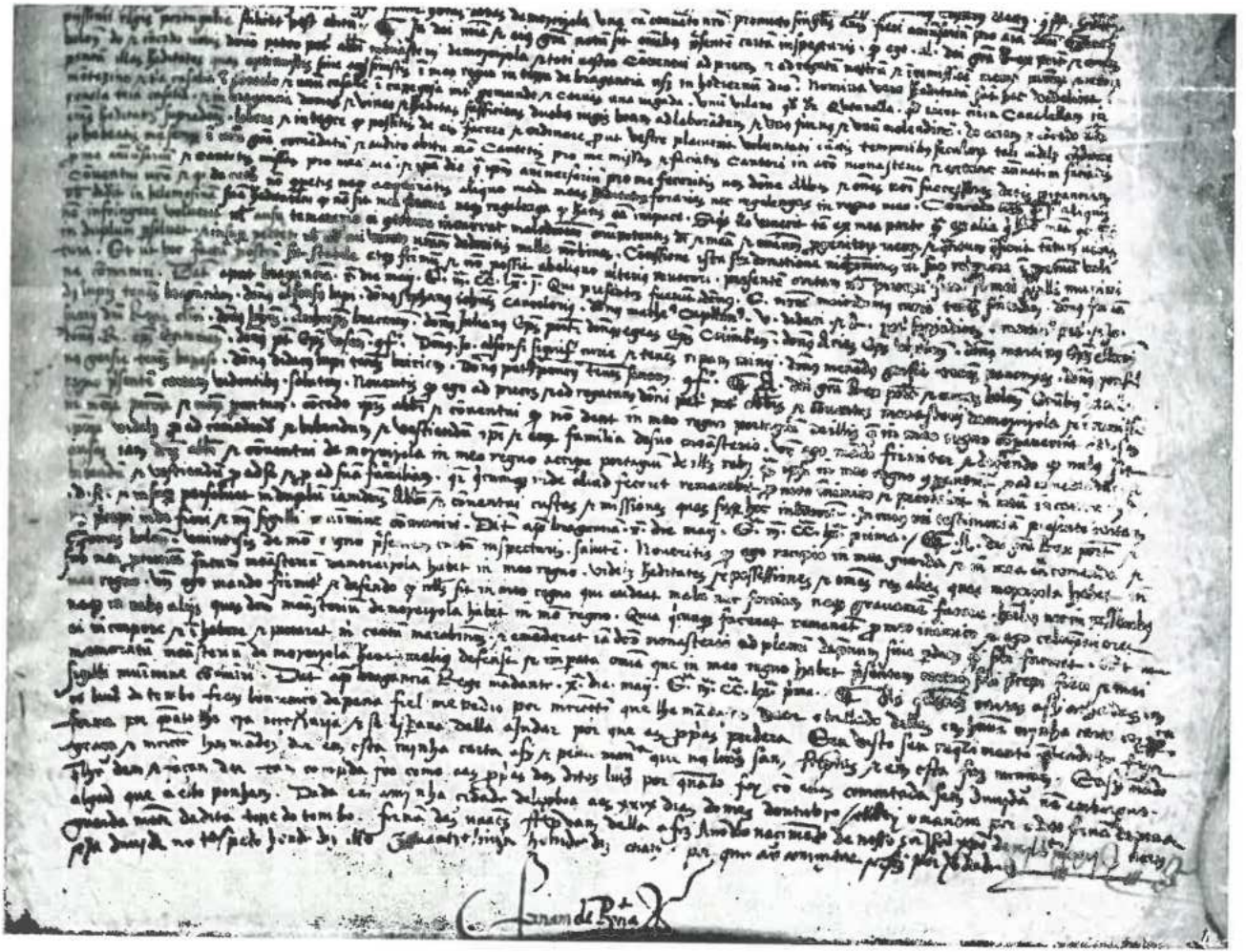


Fig. 5 — *Doc. n.º 3* — (Continua)



Doc. n.º 3 — (Continuação)

1224 — R. — S24

Carta de Confirmação por D. João III das doações feitas por D. Sancho I e D. Afonso III, em diversas épocas, de diferentes povoações em Portugal, ao mosteiro de Moreruela, assinada por Fernão de Pina, Guarda-Mór da Torre do Tombo, em Lisboa, em 1532.

cendentes de D. Pero Mendes, «o Tyo» e os de D. Telo Fernandes respectivamente, isto na Terra de Miranda e ainda outros, de Gemonde, Montezinho, Soutelo, Carvas, Vilarinho de Cova de Lua ao pé de Bragança e nos arredores desta cidade e de casas dentro dela, em todo o decorrer do séc. XIII.

O povoamento de Ifanes e Constantim, como vimos acima, é obra destes Frades, assim como o de Palaçoulo e Angueira.

No ano 1279, no mês de Julho, o Abade D. Pelágio deu carta de foro a Ifanes, regulando o povoamento, a agricultura, a vida doméstica, a vida social e económica da povoação, assim como as penas de sangue e outras.

Em 1257, o abade D. Gutierrez concede carta idêntica a Angueira. Em 1293, o abade D. Domingos concede igual foro de povoamento a Palaçoulo de Miranda, com obrigação de haver cem vizinhos nesta povoação! Da povoação de Vila Chã de Barceosa, na Terra de Miranda, possuíam metade no reinado de D. Dinis.

D. Afonso III, D. Dinis e D. Pedro I de Portugal ratificaram o privilégio de D. Sancho I e deram cartas de garantia da protecção régia sobre as pessoas e bens que o mosteiro possuía no nosso País, garantia que foi ratificada mais tarde, ainda por D. João III, em carta régia de 1532 (Vid. Fig. 5).

Vários documentos eclesiásticos nos anunciam divergências entre os Arcebispos de Braga e o mosteiro, através destes tempos, certamente por motivos de soberania e proposição dos párocos ou abades nas respectivas povoações.

Há um pleito bastante extenso escrito em 6 folhas de papel, datado de 1496, entre um procurador do mosteiro e um procurador régio que ouvem testemunhas de 5 povoações mirandesas sobre a cobrança dos dízimos reclamados por Moreruela e em que os lavradores chamados a depôr sobre a quem pertenciam os dízimos, responderam que a quem os juízes entendessem de justiça e de direito.

O último pleito, sobre a proposição de clérigo ao benefício de Ifanes, deu-se em Agosto de 1525, em que o procurador régio de Miranda tirou o clérigo que o mosteiro aí tinha proposto e pôs um clérigo português.

Por sua vez, o clérigo de Moreruela, abriu ou mandou abrir um buraco na parede da Igreja, pelo lado Norte e ocupou-a, reclamando a posse desde havia trezentos anos.

20 anos mais tarde, em 1545, era criada a diocese de Miranda, desmembrada da Arquidiocese de Braga, à qual ficava sufragânea, e a partir

da dita carta de D. João III, de 1532, assinada por Fernão de Pina, não há no tombo de Moreruela mais notícias referentes a Portugal.

Entre os 66 documentos referentes ao Nordeste português, dos quais 56 são pergaminhos em originais e cópias, há documentos de carácter régio, eclesiástico e particular.

Dos régios, convém destacar uma cópia autêntica, pública forma passada por um notário de Toro, de nome Afonso Pascoal, em 1333, sobre uma carta que ele diz autêntica e lhe foi apresentada na qual «*Alfonsus princeps portugalensium, comitis Henrici et regine tharasie filius*»... faz a Rodrigo Mendes carta de doação e firmeza de duas «villas» ou terras que chamam Figueirolas, como estão em terra de Aliste, território bracarense... como divide e determina os seus termos com Senábria...:».

Creio que é o primeiro documento aparecido, desta época, que cita a Terra de Aliste, como pertencente ao território Bracarense, no século XII das terras que hoje pertencem a Espanha.

Apareceram também duas cópias de doações de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I, respectivamente, uma da povoação de Palaçoulo a D. Pedro Mendes, cognominado *Tyu*, de 1172 e outra da povoação de Angueira, autêntico do século XII, com três buracos do selo e o baraço ainda pendente, doada a D. Tello Fernandes.

Mais tarde, os filhos de D. Pedro e os de D. Tello doaram parte dos seus bens nestas povoações aos abades de Moreruela e vieram daqui os domínios do mosteiro sobre Palaçoulo e Angueira, que havia de povoar e possuir até o século XVI.

Mais documentos régios ainda aparecem de D. Sancho I, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I D. João III.

Entre os documentos particulares, destacamos as cartas de foro dadas pelos Abades de Moreruela a Ifanes, Angueira e Palaçoulo, de muito interesse sobre as condições de povoamento, penas de sangue, dízimos e outros condicionalismos sociais e económicos da época, já referidos.

Outros são de escrituras e doações particulares de propriedades ao mosteiro de Moreruela, de pleitos entre os povos, sentenças judiciais e regulamentos vários.

Redigidos em latim medieval, em português, em espanhol arcaico e num romance que é o leonês dos séculos XII e XIII e XIV. Este romance leonês é a base histórica dos dialectos raianos de Trás-os-Montes em que se filiam o rionorês, o guadramilês e o mirandês e certos modismos fonéticos e morfológicos e sintáticos das regiões raianas de Bragança. Vimioso e Miranda do Douro, em que o mirandês ainda é falado por cerca de 15.000

pessoas, e ainda uma faixa norte do concelho de Mogadouro, confinando com Miranda.

Costumes ainda viventes na sociedade trasmontana do Nordeste; a caridade (1), às portas das igrejas, nos dias de óbito e nos aniversários, o pagamento da *robra*, ou *alboroque*, como ractificação de contratos de compra, venda, troca ou doação, são expressos nesses documentos leoneses medievais, e o P.e Garcia Villada (2) já os identificara em Leão, em documentos do século X (2).

Quanto à facilidade de leitura, há ali de tudo: há o gótico minúsculo em toda a maior parte, bem desenhado, que se deixa ler e interpretar correctamente, há o cursivo que precisa de muita paciência para o poder compreender. Alguns documentos, cremos que não chegaram a ser compreendidos no seu conteúdo pelos monges leitores e arquivistas ou secretários, pois um destes traz escrito no anverso esta frase em latim: «*Ista quae sunt dificilia nullis sunt utilitatis*», que quer dizer: «Estas coisas que são difíceis, não são de utilidade para ninguém».

Diversas são também as siglas notariais, pois as encontramos portuguesas, de documentos notados em Bragança e leonesas, de cópias de notários régios de Benavente e de Toro e documentos autênticos feitos no próprio mosteiro de Moreruela, e também, na vila de Miranda, no séc. XIV.

Pelos contextos, verificamos que havia monges que ditavam o texto ao monge escritor, e há documentos que foram escritos e notados por um só.

De São Martinho de Castanheira, não encontramos no tombo do Arquivo Histórico Nacional de Madrid, pergaminho algum referente a Portugal.

Julgamo-los, no entanto, de interesse linguístico porque estão redigidos em galaico-leonês medieval e, no século XIV, já é um galego bem definido muito próximo do português. É de notar que S. Martinho de Castañeda fica a poucos quilómetros da raia galega, nos contrafortes da Sierra Calva, que parte a Província de Orense com a de Zamora.

Menciono por curiosidade, um pergaminho original, datado de 1421, onde se fala do célebre Cardeal de Aragão, D. Pedro de Luna que foi o

---

(1) Distribuição de pão ou dinheiro às portas das igrejas e dos cemitérios mirandeses, por alma dos defuntos.

(2) *Catálogo de los Códices y Documentos de la Catedral de Leon*, Madrid, 1919, 27.

anti-papa Clemente XIII, o qual veio a esta região prover uma paróquia do seu beneficiado.

Privilégios, trocas e doações, vendas, etc. se encontram em um códice do século XIII, escrito a duas colunas, *mas está na Biblioteca Nacional de Madrid.*

Neste códice precioso, vem transcritas escrituras e doações de propriedades em Terras de Miranda, em S. Martinho de Angueira, Genísio, Rio Maçãs, Vila Meã, Guadramil, Sacoias, etc. e que foram pertença deste mosteiro, como veremos.

Mais temos ainda, na Biblioteca Nacional de Madrid, vários volumes manuscritos do século XVIII, onde vem transcritas várias bulas pontifícias do século XI e XII para os arcebispos de Braga e para vários bispos de Espanha, acerca da primazia de Toledo, Compostela e Braga.

Seguem os números dos documentos com transcrição das respectivas cotas e resumos dos mesmos:

II

Documentos do Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Moreruela — Zamora

Pergaminhos

Legajo 2.331 — Arm. 49 tab. 1

I

1172 — 13 — R.

D. Afonso de Portugal e D. Sancho dão ao *milles* Pedro Mendes, cognominado «Tyu», o domínio do reguengo de Palaçoulo que tem sob o domínio de Ulgoso (Algoso), na Terra de Miranda. Era milésima. CC.X (1210) ano de 1172. 298 × 237 mm. Tem tríplice buraco do selo. Escritura muito distinta, do séc. XIII, em gótico minúsculo e muito bem conservada, no ângulo inferior direito, ao fundo tem o sinal de D. Afonso Henriques e D. Sancho I) (*apócrifo*).

II

1172 — 12 — R.

«Processo contra Angueira». Junho, era de m. cc. x. año de 1172.

(Pergaminho de 162 × 282 mm. Tem o lado superior direito comido do tempo ou dos ratos, mas aproveita-se toda a leitura.

Ao fundo, direito, tem o mesmo sinal de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I; redigida em leonês. — (*É uma cópia em leonês da carta anterior relativa a Palaçoulo*).

III

S. XIII — R.

«Angueyra» (o resto ilegível por estar apagado.

Doação da vila de Angueyra em terra de Miranda, a D. Tello Fernandes, por D. Sancho e D. Dulcia. (Original da chanchelaria de D. Sancho I. Sem data).

IV

1214 — 21 — R.

«Donacion de villa nueva de frieras del rey don alonso de leon a dõ fernando fernandez — señor de berganza porq̃ lo sirbio contra los moros». (Mais abaixo em chamada): «Ai otros privilegios deste señor pero de maior ancianidad». Era m. cc. L. II, año 1214».

(Pergaminho original de 235 × 440 mm. a que falta o selo).

V

1224 — 20 — P.

«Donacion de Palacuelo en tierra de Miranda Portugal». Era de 1262, año de 1224», (302 × 184 mm., muito bem conservado), tem recortes ao alto com o A B C).

VI

1224 — 19 — P

«Donacion de Palaciolo de Miranda», (238 × 227 mm. abicada ao alto também com o A B C). Era de 1262, año 1224).

VII

1220 — 20 — P.

«De los foros de Yfanes» «Ordenacion que habian de guardar los nuestros vassalos de ynfanes». Era 1258, año 1220».

Perg. orig. de 239 × 229 mm. Tem lugar do selo. Na parte superior, ao centro, tem uma mancha de água, ao cimo, cortadas ao meio as letras A B C D E, etc.).

VIII

1223 — 23 — R.

«don A. rey de Portugal toma en su amparo lo q̃ este mon. tenga en el dicho Reyno — era 1261 año 1223».

Perg. orig. de 167 × 134 mm.

IX

1237 — 29 — P.

«Carta de venta hecha al mon. de cierta hazī. da en berganza y sotelo. Era 1275 año 1237».

Perg. orig. de 262 × 229 mm.

X

1211 — 20 — R.

«Donacion de D. Sancho de Portugal de yfanes y cõstantino fecha en era de 1249, año 1211». (Original da chancelaria de D. Sancho I).

XI

1223 — 24 — R.

Perg. orig. 501 × 293 mm. (Não tem título no verso e o texto é ilegível por deteriorado).

XII

1238 — 23 — P.

«Venta, alias donacion de un guerto en Braganza junio sub era E. m. cc. Lxx. vi., año 1238».

Perg. orig. 178 × 139.

XIII

1224 — 21 — P.

«Donacion de una heredad de Palaçuelo mayo sub era 1662».

Perg. origin. de 148 × 147 mm.

XIV

1242 — 26 — P.

«De frieiras y figuerola ya no lo tiene el monasterio».

Perg. orig. 224 × 144.

XV

1236 — 22 — P.

Afonso Mendez doa ao mosteiro de Moreirola o que tem em Noz. (Nuez) junto ao rio Maçãs.

Perg. orig. 240 × 186.

XVI

1247 — P.

Carta de doação particular redigida em leonês.

Perg. orig. de 197 × 219.

XVII

1246 — 29 — P.

Perg. orig. 501 ×393 mm. (Não tem título no verso e o texto é muito

difícil por envelhecido. De um lado tem sinal de ter estado cosido com outros documentos).

XVIII

1232 — 29 — R.

«Privilégio y carta del Rey D. Fernando de Leon en que recive vaxo su proteccion al moñ. su hacienda ganados y criados era de 1270 año de 1232».

Perg. orig. de 182 × 170 mm. (Este documento regista-se pelo mesmo motivo do citado no n.º VIII, em que o nosso rei D. Afonso III põe igualmente sob sua protecção os bens e pessoas que este mosteiro tem em Portugal).

XIX

1296 — 39 — P.

Leg. 2.333, arm. 49, tab. 1.

Doação de terras de Sancha Lourenço ao mosteiro de Moreruela. Era de m. cc. Lxxxx. IIII. año de 1256» (Angueira).

Perg. orig. 250 × 205 mm.

XX

1284 — 48 — P.

«Angueyra Constantino sent.ª de un juez confirmada por el Rey (?) en grado da pp. am En fabor del m.º sobre el lugar de Constant.º y Angueyra».

«*26*» (*este número têm quase todos os pergaminhos deste mosteiro que deve ser da ordem porque foram coleccionados e classificados e lhes foi posto este título ou assunto de que tratam, possìvelmente no século XVI ou XVII* (?).

XXI

1260 — 39 — P.

«año de 1260 — Donacion de un cavallero en q̃ da al mon.º a angueyra y otros ciertos bienes suyos digo lo q̃ le pertenezca en angueyra no parece la fecha (?...) (ilegível).

Perg. orig. 189 × 175 mm. (*está escrito em leonês e deteriorado na parte inferior esquerda*).

XXII

1296 — 32 — P.

«Carta de venda por Maria... fiya de Rui callez y de Marma gyl» (*parte das propriedades que tem em Anguieira*) al mon.º de Santa Maria de Moreruela», era m. cc. LXXXX. VI. año 1258».

Perg. orig. 206 × 158 mm. (*está escrito em leonês*).

XXIII

1296 — 33 — P.

«Martin Johs» (*ao fundo*) Doação da terça partedos bens que o milles Afonso Mendes de Bornes faz ao mosteiro de Moreruela (em troca de benefícios por sua alma depois da morte) tem ou possa vir a ter em Bornes, Cernadela, Vale de Cortiços, Vale de Prados e Nogueira. (*Esta carta está muito bem escrita em gótico minúsculo e é de muito boa leitura e redigida em leonês*). «Março de m. cc. xc. IIII año de 1256».

Perg. orig. de 210 × 156 mm.

XXXIV

1296 — 36 — P.

«Compra de una ocgana (sic?) de Angueyra era de 1296 ano de 1258».

Perg. orig. de 281 × 216 (*está roto ao centro*).

XXV

1299 — 31 — P.

«Año 1299 — carta de donacion genizo de sant johan de la Ribera fecha al abad suso dixo d moreruela por Alonso menendez de bornes».

Perg. orig. de 197 × 157 mm. (*muito bem conservado, mantém os cordões de linho, mas sem os selos pendentes que teve*).

XXVI

1293 — 54 — P.

«Censo perpétuo de Palacolo en q̃ abia de auer cient veszinos y cada uno pagar tres myjs de fuero era de 1331 año 1293.

Perg. orig. 238 × 138 (*conserva o cordão de linho sem selo*).

XXVII

1297 — 37 — P.

«Ordenação que aviã de guardar los vasallos de Angueyra sub era 1297., año 1259.

Perg. orig. 327 × 182 mm. (*conserva o lugar dos selos com um pedaço de baraço de linho, sem selo*). (Ver Fig. 4).

XXVIII

1262 — 40 — P.

«donacion de genizo en Portugal q̃ hizo un cavallõ q̃ es rño (que es

yerno) del. de... de Bornes sub era de 1300 en julio — año de 1262». (n.º *do mosteiro...* «6»).

Perg. orig 267 × 232 mm.

XXIX

1284 — 47 — P.

«Da el mon.º al dicho Ruy Payz la tenencia del mismo lugar de angueyra, por sus dias y mas cient años com otras cosas por q̃ el su lugar de genizo y perpetuamente en Mayo sub era de 1284». (*N.º do mosteiro...* «40»).

Perg. orig. 422 × 172 mm.

XXX

1282 — 45 — P.

«Cõsta por aqui q̃ erã mas las yglesias de yfanes. cõstantin. palaçolo y Angueyra» (*noutro tipo de letra e tinta*): «apelaciõ sobre ciertos agrabios (al)? m.º de yfanes y constantin en Abril sub era de 1320» (n.º *do mosteiro*» «46». «Portugal».

Perg. orig. 456 × 223 mm.

XXXI

1292 — 92 — P.

«Sentencia en fabor del mon.º y de sus vasallos de yfanes contra la villa de myranda? feb. sub era de 1330 — año de 1292».

Perg. orig. 167 × 181 mm. (*em português e leonês*).

XXXII

1284 — 46 — P.

«entregas y posesion hecha a este mon.º por los juizes de breganza del lugar de villarino — agosto sub era de 1384» *n.º do mosteiro* «27».

Perg. orig. 308 ×85.

XXXIII

1257 — 38 — P.

«Carta de venta de tres casares en geniço y el sesmo de S. johan de angueyra fecha al mon.º de morer.ª febr. era de 1295».

Perg. orig. 320 × 209 mm. (*Tem lugar do selo*), *n.º do most* «44».

XXXIV

1284 — 34 — R.

Confirmacion del Rey D. Dionisius de Portugal de un gero. (?) q dieron los juezes de braganza en fabor dela casa contra un caballero... conservando los lugares de angueyra e geizo en julio su era de 1322».

Número do mosteiro «41». «Santa Maria de Moreruela».
Perg. orig. 267 × 126.

XXXV

1285 — 50 — P.

«En nogueira». «donacion de cierta facienda q̃ un caballero al mon. en tierra de breganza en la era de 1285».

(Perg. orig. 347 × 241 mm. xx210 mm.; *tem o lado direito irregular*).

XXXVI

1278 — 41 — P.

«fuero de por bidas q̃ 1 monas.º hizo de unas casas de la rua de Benavente era de 1316».

Perg. orig. 292 × 216 mm. (*está escrito em leonês*).

XXXVII

1293 — 27 — P.

«Confirmacion de *montezino* y de Sotello — Era de 1291 — año de 1253.

Perg. orig. *número do mosteiro* .«24».

XXXVIII

Leg. 2.334

1299 — 37 — R.

«Portugal» «donacion que hizo don a.º principe de Portugal a Rodrigo menendez de figuerolas trra de bregança era de 1173, año de 1135» *Número do mosteiro* .«27».

Perg. que é cópia de um original feita em 1333, ano de 1299; mede 339 × 153 mm.

XXXIX

1309 — 64 — P.

«convénio (?) con un caballero de Portugal en q̃ le daban por sus dias todo lo q̃ tenemos en Angueyra por q̃ despues de la muerte... (*ilegível*) al mon.º el dec... (*ilegível*) y tenga sobre otras geredades de casa y por otras condiciones 9 de octubre era de 1347».

núm do mosteiro: .«47. Moreruela».

Perg orig. de 340 × 246 mm. (*está roto de um lado inferior esq., mantém os baraços de linho dos selos, sendo um entrançado e outro torcido*).

XL

1298 — 57 — P.

«Emplazamiento contra ... noz .o de bregança sobre cierta heredad deste mon.°». 1336.

Perg. orig. 164 × 173 mm.

(*Este pergaminho está escrito em letra cursiva muito custosa de ler que já fez expressar, ao monge arquivista que reviu e numerou os pergaminhos e lhes pôs no verso os assuntos, estas palavras verdadeiras: «ista quae sunt dificília nullis sunt utilitatis». Estas coisas que são difíceis não são de utilidade para ninguém.*

XLI

1298 — 96 — P.

«scriptura por onde consta ser de presentacion desta casa S.t Miguel de jfanes y scta. Maria de constantin 20 de septembre era de 1336. a 20 de fevreiro dice». «Moreruela».

Perg. orig. 139 × 256 mm.

XLII

1300 — 62 — P.

«donacion de una casa y bodega e geredades en bregança era de 1338 en júlio».

Perg. orig. 330 × 184 mm.

XLIII

1303 — 13 — E.

«fee de q̃ el mon.° de morer. la faz alarçobispo de Braga 20 libras de portes por cierta rebeldia y costas. En Mayo sub era 1341 — Genízio — .«19.».

Perg. orig. 224 × 172 mm.

XLIV

1308 — 14 — E.

«translado de los ptts en q̃ se fizieron por el arçobispo de Braga apresentacion deste monasterio de morer.la — Delas ig.las. de St. Miguel de Palaciolo & de St. Miguel de Jfanes En tra de Myranda. — faz de la primera en el a. de 1317 e la 2.ª año de 1374».

Perg. orig. 192 × 411 mm.

XLV

1310 — 69 — P.

Año 1310 — Morer. la gizo foro para poblar la vila de yfanes ã ciertos tributos y q̃ fuesen bassallos deste mon.° en noviembre — sub era de 1347».

Perg. orig. 239 × 250 mm.

XLVI

1327 — 47 — R.

«Carta del rey don donis presentada a hũ juez de yfanes para q̃ segun ella deshiciese los agrabios q̃ los vs. de dos iglesias habian hecho sub era de 1360».

Perg. orig. 451 × 449 mm. (*tem um buraco na parte superior do lado direito*).

XLVII

1299 — 58 — P.

«da el mon.° de morer.ª cierta geredad q̃ se dedice la calera cõ su prado en foro cierta pension con q̃ a su fin la dexe libre y mas cosa suya en berganza en Abril sub era de 1337. .34. año de 1299 Portugal».

Perg. orig. de 146 × 133 mm.

XLVIII

1321 — 15 — E.

«Portugal» «en que por esta bulla son (?) deste mon.° la prestacion de los beneff. de yfanes, Palaçolo. constantin y Angueyra. .«88». .«110».

Perg. orig. 435 × 671. *Este enorme pergaminho deve ser uma cópia da bula autêntica, não tem selos, está escrito em gótico minúsculo bem legível). Não tem datas,*

— LEGAJO 2.335 —

XLIX

1329 — 52 — P.

«fraya en aprestamo unas casas en barganza doñ Guiomar ... era de 1367».

Perg. orig. 692 × 305 mm.

L

1364 — 54 — R.

«Santa Maria de Moreruela — .34. ... Del rey don P.° año de 1402 (?) de como el Rey de portugal puso debaxo de su amparo las personas y el producto de Moreruela».

Perg. orig. 137 × 196 mm.

LI

1328 — 71 — P.

«Respuesta de un juez debraganca ... acerca de los bienes q̃ corrio por orden del mon.° sub era de 1366». .«24.».

Perg. orig. 365 × 181 mm.

LII

1330 — 48 — R.

«bergança — confirmacion del Rey don Alonso en q̃ da los lugares de montezinos sotello y un casal en carragosa entre gemundi y terras y eredades y casas en bergança. El qual confirma su nieto el rey don al. sub era 1368 — año de 1330). (*logo por baixo:* «todas estas escrituras son necessário andar juntas porq̃ dependen de otras y todas tienen este numero .24. Santa Maria de More. la». «.«39».».

Perg. orig. 328 × 330 mm.

LIII

1328 — 70 — P.

«donacion de una viña en bergança carta de venta a mor. la de una viñ en bergança junio sub era de 1366». .«37.».

Perg. orig. 144 × 127 mm.

LIIIV

1362 — 77 — P.

«Sobre los diezmos de Figuerola — año 1362 — Abb. Gonzalo».

Perg. orig. 154 × 140 mm.

Leggajo 2.336 — LV.

1462 — 24 — E.

«de braga» (O . de Fuentes» conservat y comission app.ca para el Ob. po de Braga Sobre la hacienda del mon.° en Portugal q̃ sela empiden

algunas personas. jño año de 1462 «..99.».

Perg. orig. 281 × 287 mm.

Legajo 2.337

Nota: *No maço anterior não apareceu mais do que aquele documento relativo a Portugal, neste não apareceu nenhum entre a quase meia centena de pergaminhos que ele contém. Em ambas se encontram quase só documentos pontifícios, dos capítulos gerais e particulares e de reformas internas e desaparecem completamente os documentos referentes a Portugal.*

(Arquivo Histórico Nacional — Madrid)
Santa Maria de Moreruela:

Papéis

«Papeles Legajos — 8235 — contiene el 26 y el 81»

LVI

1929 — 96 — P.

(caderno original de 310 × 218 mm/parte escrita útil aproveitada: 154 × 232 mm.).

13

«Requirimento del benefício de yfanes un clerigo q̃ el mon.° abia y/ presentado, año de 1525». (16/VIII/1525).

(Tem este 4 folhas e páginas escritas bem legíveis em caligrafia do século XVI.). Logo a seguir tem uma petição:

«Peticion Pa el Rey sobre el agrabio q̃ se hizo en el lugar de la posesion de la iglia de yfanes adentro dicha» folha in 8.° de 202 × 119 mm.

Logo a seguir:

«Requirimento contra un corregidor q̃ tomo la posesion de S. Miguel de yfanes por parte del Rey de Portugal año de 1525» — : 16/VIII/1525, logo outro com a data de 11/VIII/1525.

LVII

1482 — 91 — P.

«Escrituras de Portugal».

(século XVI (mesmas dimensões dos anteriores, mas de muito má leitura).

1514 — 61 — R.

«Carta del Rey de Portugal sobre la hazienda q moreruela tiene en su Reyno q̃le administre por suya .49. (assinado: f. Rei» só está escrito de um lado).

LIX

1293 — 43 — R.

«donacion fecha por el Rey don Alonso a p.° Melendez caballero del realengo de Ulgoso q̃ es de palaciolo con sus terminos y demarcalos en esta misma donacion». (Era millesima CC.X., ano 1172).

LXII

1220 — 17 — P.

«otras fhas» (tem 4 folhas) (papel de 210 × 150 mm., ao alto .1x.

1.ª «1336 «Requi.o al abbad de moreruela q̃ presentase como padronero las iglias de St. Miguel de Yfanes y de S.ta Maria de Costantin».

LXII

2.ª «Not.° que le pedio a hũ monge q̃en nombre del Abbad de Morer. la fazer una casa en miranda y para un guerto».

LIII

3.ª — «1258 — «Concordea q̃ el monast.o hizo con los vassalos de fanez tirã demiranda delas penas de sangue y otras cosas».

4.ª «donacion q̃ hizo un cavall.° al mon. o de morer. la de mucquas geredades q̃ tenia en la v.ª de bornes y en cernadiela y en val de cortizos y nogueira y val de prados y otras ptẽs conbien e a saber la 3.ª parte de lo q̃ alli le pretenesce es en tera de myranda».

LXV

1496 — 92 — P. «(traslado)»

«pleito de cosme Gonzalez p.or del mon.o de morer. la de los lugares de palazuelo y angueyra y aguas vivas y prado gaton termo desta villa escri.o Fran.co Rodriguez.»

Este pleito consta de 6 páginas *in folio* escritas à mão em papel do tempo, no final das quais se transcrevem documentos régios um deles atribuído a D. Dinis e datado de 1317, que não se encontra no Tombo em original.

A. H. N. Madrid

PERGAMINHOS — Moreruela

LXVI

1223 — 24 — R.

«Portugal ./.

Traslado autêntico de un privilegio del Rey D.n Juan en que confirma la Donacion del Rey D.n Sancho a quien prometio el Abbad hacer un aniversario anual. Era de — 1219.

Otro del Rey D.n Alonso que dona y concede las heredades qu ha tenido ô adquirido en su Reyno en tierra de Berganza Con carga de un aniversario anual y que no adquieran heredades realengas, y q̃ admitan las donaciones q̃ los biennechores dieren de limosna. Era de — 1261 ./.

Otro del Rey D.n Alonso para q este mon.o no pague portaxe en to/do su Reyno. Era de 1261 ./.

Otro de d'ho D.n Alonso en que recibe la hacienda q̃ tiene este Mon.o en su reyno debaxo de su proteccion y en comienda da drha (sic). Era de — 1261 ./.

Confirma lo dho el dho Rey D.n Juan año de 1632 ./..»

Nota: — Esta era de *1632*, na portada do documento supra citado, está errada, porque em 1632 não havia em Portugal rei de nome João, mas Fernão de Pina que assina o documento ao fundo, com sua assinatura bem legível e é citado logo no princípio e apresentado «Fernão de Pina, fidalgo da minha casa cronista moor eh guarda moor da torre do tombo» e este filho de Rui de Pina substituiu seu pai por nomeação de D. João III no ano de 1523 no lugar de cronista-mor e guarda-mor da Torre do Tombo.

Além disso a data do documento é de «24 de Abril de mil b xxx lj».

O b tem ao cimo, do lado direito, um pequenino c, que não altera o seu valor numérico de 500.

Em 1532, estavamos em pleno reinado de D. João III.

A partir desta data, não encontrei, nem neste nem noutro arquivo da capital espanhola, notícia alguma que relacione terras ou coisas de Portugal com o mosteiro cisterciense de Moreruela.

Lá se encontram, no Arquivo Histórico Nacional de Madrid, os livros do regimento interno do mosteiro, de contas de botica, de vacas, de gados, de capítulos, mas não nos aparecem mais os nomes das terras portuguesas que durante três séculos possuíram.

III

Mosteiro de San Martin de Castañeda em Sanábria — Zamora

I

Documentos existentes no Arquivo Histórico Nacional de Madrid:

Notícia prévia: — No Arquivo Histórico Nacional de Madrid encontra-se o tombo original do Mosteiro de San Martin de Castañeda que pertenceu aos frades Bernardos sob a protecção ou invocação de Nuestra Señora de Vale-de-Iglesias, e que foi fundado no século X, pelo Abade Juan, era de 959, ano de 921, no reinado de Ordonho II de Leon, (Gomez Moreno, *Catálogo Monumental de España*, Zamora, 1927, Texto, págs. 71).

Este mosteiro está localizado, ao Norte e às cavaleiras do famoso lago de Sanábria a duas dezenas de quilómetros da fronteira portuguesa, confinante com Bragança, por Montesinho e Portelo.

As relações medievais com as povoações portuguesas confinantes com Leão desde este mosteiro foram apreciáveis, como se verá pela relação dos documentos. Em 1199 filiou-se neste mosteiro, o de S. Salvador de Castro de Avelãs, perto de Bragança.

O referido tombo contém 95 pergaminhos originais, sendo régios, eclesiásticos e particulares que vão desde o ano 1018 a 1662, e mais 9 maços (legajos) de papéis.

Tem mais um códice muito grosso (registo de escrituras até o século XVIII), encadernado em madeira, com folhas de pergaminho no princípio e depois, em papel. As capas são cobertas de couro.

O valor histórico deste códice é relativo.

Mede 415 × 270 × 165 mm.

Na portada tem uma iluminura da época, a cores, e ao centro desta:

II

«Ano de 1714 — Tumbo de el real monasterio de San Martin de castañeda

Seguem as notícias que neste códice se referem a pessoas e povoações de Portugal:

1.º

Fol. 250 — Art. *Múrias:* «Era de 1096; que es el año de 1058, ./. Pedro Bermudez hizo donacion a este monasterio de la herdade que tenia en el lugar de Múrias y en Portugal de la herdad que tenia en Zacoyas. Está copiada en el libro de pergamino (1) fol. 23 b.ta 3 fol. 76. Empieza in Dei nomine Amen — Ego Petrus Bermudez nemine cogente» —.

2.º

Relação dos Abbades

Fol. 17 — año 1351 — «El undecimo abbad de quien hay memoria sellamó Domingo y consta de una escritura de pergaminho por la qual Domingo Abbad y su conbento de San Martin de Castañeda aforaron una casa en el Arrabal de Braganza en Portugal — Era de 1351 — año 1313».

3.º

Fol. 17 — Alfonso — Año 1353 — El undecimo (sic) Abbad de quien se alla memoria se llamo Alfonso y consta de una escritura de pergamino donde los herederos de Pero Escudero declararon al Abbad Alfonso poseer toda la heredad que el monasterio tenia en San Martino de Angueyra en Portugal — su fecha era de mil trescientos y noventa y uno año de 1353».

(1) Este livro de pergaminho é, sem dúvida, o códice que adiante se descreve, existente na Biblioteca Nacional de Madrid, pertencente à colecção de Gayangos, do século XIII, onde só se encontra toda a sua riqueza examinando com muita cautela e lendo os documentos um por um.

4.º

Fol. 50-51 — Cap. 7.º «De los monastérios anejos a este de San Martin de Castañeda.

San Cosme y San Damian — en la abaña Zamora.

En Val de Bidriales.

Santa Cruz de Cassoyo.

San Pelayo — entre Toldanos y Vallardiga — en Tierra de Villalpando.

En Mayd — en la Hermita de San Martin.

En Portugal tubo esta casa por filiacion el monasterio de San Salvador de Castro de la Regla de N. P.e San Benito; consta por la donacion de los fundadores — su fecha era de 1237 (ano de 1199) (2) — La qual está Cajon num. 1. esta no se sabe como se perdio».

Depois vem: um «índice de los lugares y cosas notables de este tumbo con la correspondência de los cajones de el archivo donde la F. significa el folio y la N. el número de el cajon».

Este índice é bastante extenso com nomes de pessoas, povoações e assuntos diversos que passaram pelo mosteiro, desde o ano 940 até o século XVIII, como diz no título e no catálogo de códices do Archivo.

PERGAMINHOS:

O tombo de 95 pergaminhos deste mosteiro, existente no Archivo Histórico Nacional, é dividido por dois maços ou «legajos». Os pergaminhos estão muito bem conservados e são muito bem legíveis. Em nenhum destes pergaminhos se fala em terras e coisas de Portugal. Têm todavia interesse para os filólogos porque, na sua maioria estão redigidos em galaico-leonês dos séculos XIII e XIV.

Faço apenas menção de alguns, por me parecerem de algum interesse histórico e linguístico:

---

(2) Esta carta de filiação está transcrita na íntegra nas «Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança», onde o seu autor o transcreve da «Colecção Pombalina» existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, 9, artigo: «Mosteiros e Hospícios».

Abade de Baçal, vol. III, 266).

5.º

Leg. 2.338/Arm. 49. Tab. I.

P. 1156 — «Donacion de unas heredades en Donei «in território Senabrie». Perg. orig. de 535 × 194 mm.

6.º

P. 1249 bis — «Donacion de Don Salvador de Rufan echo al convento de San Martin de Castañeda dela 3.ª parte de la heredad de Palomares cõ todas suas pertencias e el derecho de patronazgo de la igĩa de Santjuan del otro lugar (3).

7.º

41 — P. 122 — «Donacion de Villa Nova de Friarias y de la iglesia». Mais abaixo em gótico.

Vila noua de friarias que agora llaman de la sierra — ou frieira.

Perg. orig. 217 × 192 mm.

Nota: Esta povoação foi doada por Afonso IX de Leon a D. Fernando Fernandez *tenens de Bragança*, em 1214, «porq̃ lo serbio contra llos moros». como informa o pergaminho n.º 1214 — 21 — R. — Leg. 2.331 — Arm. 49 Tab. 1 do tombo do Moreruela existente no Arquivo Histórico Nacional.

Esta Vila Nova de Frieira é hoje Villa Nueva de la Sierra, a Norte da fronteira portuguesa, na província de Zamora, a poucos quilómetros do limite da fronteira com Orense.

8.º

1 — E — 1382 — «Carta de la presentacion de Villa Nueva de Friera. Era de 1421 años — año 383 siendo legado de España D. P.º de Luna que fue el Antipapa Benedito XIII».

Perg. 294 × 129 mm. — com cordão de selo pendente. Está escrito em galaico-português.

---

(3) No texto que está redigido em galaico-leonês, aparecem vocábulos de feitura galaico-leonesa tais quais soje perduram ainda no mirandês «in illa villa quae dicitur *palombares*»: no mirandês existe «*palomba*» e «*palombares*».

9.º

49 — P. — 1252 — «Carta de doação de várias propriedades, por D. Elvira Perez de Mondon. año de 1252.

Escrita em galaico-leonês.

II

Na Biblioteca Nacional de Madrid

Na Biblioteca Nacional de Madrid — Secção de Manuscritos — encontra-se o n.º 97265, «Catálogo de los Manuscritos que pertenecieron a Don Pascual de Gayangos.

Existentes en la Biblioteca Nacional redactado por Don Pedro Roca.

Madrid

Tip. de la Revista de Archivos Bibliotecas y Museos
Calle del Olid — Num. 8

..... 1904 .....

Efectivamente, a pág. 35 — N.º 162, lá está — «Códice de 358 × × 230 × 31 mm. «*Tumbo del Monastério de San Martin de Castañeira hoy Castañeda.*

Comprende documentos de le 2.ª mitad del siglo X, de los XI y XII i de la primera mitad del XIII».

L. del sig. XIII 61 i 67 h. ut. enf. y 4.º m. respectivamente. perg. a dos col; al pie del fol. 17 una miniatura de verde, y rojo representando a Jesu Cristo en la Cruz, cortadas algunas hojas algo deteriorado. Badana negra labrada».

Na secção de Manuscritos nos aparece o Códice a duas colunas, com um índice, logo no princípio, das povoações citadas.

Das que pude identificar, citarei adiante a folha respectiva e farei um pequeno resumo do conteúdo de cada documento.

Vão enumerados pela ordem que os fui encontrando:

1.º

Fol. 1i — 1.ª coluna. *Textum de hereditatibus de Miranda.* (Começa: «In Dei nñme Amen». Pelágio Fernandes filho de Fernando Feo e sua mulher Dona Velasquita vendem ao Abade D. Diogo de S. Martinho de

Castanheira metade das herdades que tinham em Miranda, isto é, em S. João, (S. Joanico) em *Carce regios* (Caçarelhos) e em Genísio, por XX. m, em 13 de Janeiro da era de m. cc. lv. (1255) ano de 1217.

2.º

Fol. 11, v. — 1.ª col. *Textum sancti Martini de Angueyra.* (começa: «In Dei nomine Amen». Fernandus Fernandi e sua mulher D. Maria fazem carta de doação para sempre ao Abade Garcia de toda a herdade que possuem ou devem possuir em São Martinho de Angueyra — «per remedium anime mee et animas omnium parentum nostrorum — et per multa bona que mihi fecisti» — e o Abade Garcia e o convento dão em aprestamo a Don Fernando Fernandi e a sua mulher Dona Maria toda a herança que têm em Vila Meã (Vila Mediana) por vida destes. — (Vila Meã fica na Lombada, junto ao rio Maçãs, na raia com Espanha, a Nordeste de Bragança). «*Era de m. cc. quinquagessima*». 1250 — ano de 1212:

3.º

Fol. 22 — 1.ª col. v. — *Textum scte cruç de ripilados et flumen de honor* Velasquita Petri com seus filhos e filhas: Pedro Nunes, Estevão e Matias e mioro e o mais velho, dá e concede para remédio da sua alma a parte que lhe pertence entre seus irmãos, isto é, a quarta parte das propriedades que possuem em Santa Cruz de Ripilados, em Rio de Honor e em Guadramil (*in gualdramir*) em Rio Maçanas. Sub era m. cc. xxxv...» 1238, ano de 1120.

4.º

Fol. 22 — 2.ª col. — «Textum de sce † de Ripilados».

Várias doações contêm este texto, das quais, três referem-se a Portugal:

1.ª — Sancho Fernandes dá a sua parte e de suas irmãs, de Santa Cruz de repilados (em Espanha, junto à fronteira) e de Vila Meã, por alma de seu pai e da sua e recebe dos frades de S. Martin de Castañeda 1 morabitino *in roboratione.*

2.ª — Marinha Rodrigues e seus filhos dão ao abade Martinho de Castanheira e aos frades, por três morabitinos e meio, tudo quanto têm em Santa Cruz de Repilados em Rio de Onor e Guadramil e rio Maçanas e Vila Mediana.

3.ª — Pedro Rodrigues e seu filho Estevão dão ao Abade de São Martinho de Castanheira, em penhor, 3 morabitinos, quanto tem em Santa Cruz de Repilados e em Rio onor em guadramil e rio Maçanas e Vila Meã por alma daquele que primeiro falecer, se algum falecer primeiro, fiquem para o mosteiro, por este pacto.

Estes não têm era, mas os dois seguintes que se referem a Pedra Alva e a Trefácio têm as datas de m. cc. xxIIII e m. cc. xxII. e estão incluídos no mesmo texto de coluna e meia da folha 21 (anos de 1186 e 1184).

5.º

Fol. 21 — 2.ª col. — *Textum sce † et flumen honor*» — Marina Pedrez filha de Pedro Rodrigues dá e concede ao mosteiro de São Martinho de Castanheda todas as herdades que tem em Santa Cruz, em Rio de Onor, em Rio Maçãs, em Guadramil «per remedium anime mee» por consentimento de seu marido Fernando Bermudes. Não tem data, mas deve ser contemporâneo do antecedente).

6.º

Fol. 36 — 2.ª col. (Ao cimo) : *Texto de Sancto Martino d'Angueyra*: — Don Fernando Fernandi e sua mulher dona Maria fazem carta de doação e firmeza para sempre ao mosteiro de S. Martinho de Castanheira e ao Abade Diogo do mesmo mosteiro, de toda a herança (hereditate) que tem na vila de São Martinho de Angueira. Pelos muitos bens que deles receberam, tanto espirituais como temporais e o abade Diogo e dos frades deram-lhe em aprestamo tudo quanto o mosteiro tem em Vila Meã. Mês de Julho — era m. cc. LII (1252/ano de 1214). Dois anos depois do primeiro, atrás), n.º 20).

7.º

Fol. 72 — (Largura de toda a página, o 2.º doc. que começa «Beati misericórdes q̃m ipsi mĩam nos consequent̃ X alibi»...:

...Pontio Rodrigues e sua mulher Teresa (Tareisa ioñs) Joanis, juntamente com seus filhos e filhas testam e concedem a vila que chamam de *honor* e está nos confins (urbis) da cidade de Sanábria, pelos seus termos e lugares antigos, por onde os puderdes encontrar, para remédio das nossas almas e dos nossos pais, ao mosteiro de São Martinho de Castanheira, para que os possuais e tenhais para sempre.

Era m. c. xc. vIII. 1198; ano de 1160.

IV

Outros documentos Medievais do Arquivo Histórico Nacional de Madrid

1.º

ASTORGA — CLERO; 1197-b — *Códice 992* — 303 × 217 × 58 mm — encadernado em pele.

Na portada interior: «Don Carlos Pontero — H.º y Oct.re de 1793. Tem 440 fols. Legajo 1.º.

«Donaciones reales y otros documentos que prueban la anteguedad de la Igl.a de Astorga y todas las otras diocesis specialmente las de Arcedianato de Robleda.

i que son de fundacion y donacion Real».

Archivo de la Catedral de Astorga.»

(Este códice começa com uma longa exposição de documentos medievais, de 1123 (ano 1085) de D. Afonso de Leão, filho de Fernando Magno, através dos quais vem descrevendo as doações e privilégios de Astorga diocese, e relatando (pág. 17) que a negligência e impotência dos pastores deixaram devastar e roubar muitas herdades, vilas e mosteiros.

A fls. 41 transcreve o célebre concílio de Leão do tempo do Rei Ramiro, na era de 972, pelo qual incorporam na Sé de Astorga e dão ao seu bispo Novídio as igrejas que são em Bragança, pelo rio Tuela até ao Douro, contra Zamora e dentro de Aliste, que como se diz no documento lhe tinham sido tiradas do seu próprio e antigo direito — e lhas restituem, como as tinham obtido no tempo do Senhor Rei Ramiro e do seu filho Ordonho.

Este documento o transcreveu o Abade de Baçal no Vol. III das «Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança», págs. 7-8, do tomo XVI da «España Sagrada» de Florez, pág. 443.

Cotejei os dois textos pelo do códice supracitado e dão certos. D. Ramon Menedez Pidal chamou-me a atenção para o facto das possíveis falsificações destes documentos que foram apresentados nos pleitos.

Vários investigadores e historiadores de reconhecida autoridade, além

do insigne D. Ramon M. Pidal, como Sanchez Albornoz, Emílio Saiz e D. Augusto Prieto, arquivista da Catedral de Astorga confirmam que é apócrifo.

Mais documentos da Biblioteca Nacional de Madrid

Códice 13028 — Coleccion Burriel — «Cartas y Bulas Pontifícias para Toledo».

São vários volumes.

2.º

No fólio 107 — Uma bula de Pascoal II ao Arcebispo de Braga «Venerabili fratri nostri Guirardo, quem ejusdem urbis metropolitanum autore Domino constituimus. Obedientiam proprio Arquiepiscopo debitam reverenter exibeant»... Si qua vero de limitibus eclesiarum contentio est, vel nostrum vel autem legati nostri praesentiam pertradetur. Datum laterani Kalendas Januarii.

«Hallase en un *quaderno de bulas de Prinmacia.* — Alhac — 21 num. 3

No mesmo fólio 107,; «Otra de Pascoal II a los Obispos de España para que se puiesen baxo de la obediencia de D. Guerardo Arzôpo de Braga todas las Iglesias que pertenecian a su Metropolis».

3.º

Fol. 109 «Otra del mismo papa a D. Diego Arzôpo de Santiago para que restituiese al de Braga cierta parte que le pertenecia a su Arzobispado».

4.º

Fol. 100 — «Otra de Calixto II a D. Pelagio Arzôpo de Braga confirmandole los titulos de Metropolitano con excepcion de algunos ... y lugares que debian pertenecer-le». (D. Paio Mendes — 1118-1138).

«cum cauto illo integro quod Commes Henricus et uxor ejus Tarisia eidem ecclesie contulerunt».

5.º

Mss. 13042 — Códice idêntico ao anterior.

Tem também diversas bulas sobre Portugal.

Fol. 29 — Bula de Inocêncio III dirigida al Arzobispo de Braga (D. Estêvão Soares da Sylva?), sobre la competencia de Santiago en orden al obispado de Zamora.» se escribio año 216).

Vai desde o fólio 29 a 37.

No fim, tem esta chamada: «Hallase esta Bula en un tomo en Quarto Caxon núm. de la libreria de Toledo que es el *Liber Privilegiorum de Primatu Ecclesiae Toletanae*. desde el fol. 52. hasta el 57. el qual Libro se escribo de orden de el Arzobispo Don. Rodrigo. Ano. 1216.»

Desta tenho aqui íntegra a cópia que me parece estar cheia de erros do copista e preciso cotejá-la pelo original.

INTERVENÇÕES

Esta comunicação foi apresentada pelo próprio, no dia 6 de Novembro, depois das 16 horas, logo após o Rev. Dr. António de Castro Xavier Monteiro, hoje MM. Bispo Auxiliar de Vila Real, que Deus conserve, ter apresentado o seu interessantíssimo trabalho sobre «O Rito Nupcial Medievo Bracarense».

No final intervieram o Sr. Prof. Dr. Rui Pinto de Azevedo que opreciou o facto de se terem encontrado tantos documentos medievais referentes a Portugal e pediu as fotocópias para observação, tendo verificado que era desconhecido em Portugal, até a data, o foral de D. Afonso Henriques em que dá a D. Rodrigo Mendes as duas *Villas*, hoje povoações de Figueirolas, «*Figueruelas*», em 1135, em Terra de Aliste, território Bracarense.

Pediu-me uma fotocópia do dito documento que de boa mente lhe cedi para ser publicada no segundo tomo dos «*Documen-*

tos Medievais Portugueses da Academia Portuguesa da História, — Documentos Régios — D. Afonso Henriques».

Cedi-lhe outra fotocópia de um original de Chancelaria de D .Sancho I, a carta testamento de Ifanes e Constantim ao mosteiro de Moreruela, de 1211.

Prometi-lhe igualmente que procuraria haver fotocópias de outros documentos régios contemporâneos destes, entre os quais a doação de Angueira, em Terra de Miranda, por D. Sancho I a D. Tello Fernandes, que também se encontra inédito em Madrid, no Arquivo Histórico Nacional.

Com um gesto de muita generosidade o ilustre catedrático ofereceu-me o primeiro volume dos *Documentos Régios, dos Condes Portucalenses D. Henrique* e *D. Teresa* e *D. Afonso Henriques»* com o volume anexo de preciosas fotocópias, dos ditos documentos, no que estou muitíssimo grato a S. Ex.ª.

A seguir, interveio o Rev.mo Senhor P.e Dr. Avelino de Jesus Costa, digníssimo Catedrático da Universidade de Coimbra, apreciando igualmente os citados documentos, assim como algumas bulas pontifícias referentes a Portugal da data da Fundação da Nacionalidade cujas cópias se encontram também nos Arquivos da Capital Espanhola.

Apreciou também as referências sobre o mirandês.

O Rev. P.e Dr. Henri Chao Espina, prof. de ensino secundário na Corunha, interveio a seguir para perguntar em que ramo linguístico se devia situar o mirandês; no galego-português ou no leonês?...

Respondi, citando os trabalhos de Sábio Prof. Leite de Vasconcelos que o coloca como ponte de ligação entre o leonês e o português.

Através de algumas formas perfeitas verbais e pronominais de alguns documentos medievais de Moreruela, escrituras particulares, dos fins do século XIII e de 101 documentos leoneses já publicados por Erik Staaff, «Étude sur l'ancien dialecte léonais

d'aprés des chartes du XIII^e siecle». Upsala e Leipzig, 1907 e ainda de outros filólogos eminentes do país vizinho, verificamos que o mirandês gravita para Leão.

É portanto um monumento linguístico português que permanece quase incorruto, desde as gestas heróicas da Reconquista e da Fundação de Portugal, no património linguístico peninsular, certamente leonês.

O Prof. Arnold Steiger da Universidade de Zurich — Suíça — confirmou esta opinião,, que julgava o mirandês mais familiar do leonês do que do português. A análise das formas verbais e nominais o confirma.

Finalmente, o Sr. Prof. Ramon Prieto Bances, da Universidade de Oviedo fez o confronto de termos mirandeses e asturianos, o dialecto *table* das Astúrias; citou o caso de ter estado em Lisboa há vinte anos, onde assistiu à representação da peça de Alfredo Cortês «Saias» de costumes mirandeses e escrita em dialecto mirandês. Junto do Professor Asturiano estavam lisboetas e relatou como ia explicando o significado de certos termos mirandeses aos lisboetas, pela semelhança que tinham com os termos bables ou asturianos da sua Terra.

Resta-me agradecer a todos a atenção benevolente que prestaram e a generosa caridade das suas intervenções que julgo preciosas, no esclarecimento de certos factos que eram obscuros e outros completamente desconhecidos.

O Dr. Chao Espina perguntou ainda se o dialecto mirandês tem as suas origens no português, ou no leonês. O orador respondeu que as tem no leonês.

O Dr. Bances e o Rev. Dr. Avelino Costa discutiram de novo o assunto do dialecto mirandês.

Documentos para el estudio de la orden de Santiago en Portugal en la Edad Media

Por Aurea Javierre Mur

El antiguo archivo del Convento de Uclés, cabeza de la orden de Santiago en el reino de Castilla, conserva entre sus fondos custodiados hoy en el Histórico Nacional de Madrid, una serie muy interesante de documentos referentes a esta orden militar en el reino de Portugal que se refieren principalmente a tres momentos muy destacados de su historia en los años 1173 a 1487.

En primer lugar, e insertas en las bulas confirmatorias de los pontífices, figuran una serie de donaciones de los reyes portugueses Alfonso I, Sancho I, Alfonso II y Sancho II hechas a la orden de Santiago y especialmente a Pelay Pèrez Correa, comendador de Alcázar primero y maestre de la Orden despues, y una de las mas bellas figuras de la caballeria medieval, no solamente por su destacada intervención en la reconquista de su pais y al servicio de los monarcas castellanos — fué uno de los mas eficaces colaboradores de Fernando III en el cerco de Sevilla, — sino tambien por haber ensanchado el radio de acción de la orden de Santiago, mas allá de las fronteras peninsulares, ofreciendo a Balduino II de Constantinopla y concertando con el, en 1246, la ayuda de sus caballeros en defensa de su Imperio. El fin primordial de esta milicia, la ayuda a los monarcas de España y Portugal en la reconquista, se ensancha con su espada incorporándola a los grandes ideales en nombre de los cuales las ordenes de caballeria habian combatido en las Cruzadas.

Figuran tambien en esta serie, documentos particulares sobre donaciones a la Orden en Portugal, y disposiciones de los Capitulos Generales reunidos en Mérida en 1269 y 1274 sobre bienes en este reino.

Otro núcleo importante de documentación se refiere a las incidencias del largo pleito a que dió origen la *litterae* de Nicolás IV por la que per-

mitió la elección de un maestre particular para regir la orden de Santiago en Portugal y en el Algarbe. Son una serie de *litterae* otorgadas por Celestino IV derogando esta disposición y por Bonifacio VIII y Juan XXII confirmando la bula de su antecesor en este sentido y dando disposiciones para su complimiento. Figuran tambien los poderes de representación y las cartas citatorias para que los caballeros portugueses y españoles acudiesen a la Curia pontificia para la sustanciación del proceso, ademas de las comisiones dadas por este último pontifice a distintos prelados en acatamiento de sus ordenes.

Muchas de ellas, aparte de su alcance jurídico, contienen datos históricos de interés por sus vivas descripciones, como la *litterae* expedida por Guillermo Noeleti, el 24 de junio de 1370, ordenando como Auditor del Palacio Apostólico, la comparecencia en Aviñon de las partes litigantes para defender sus derechos, y en las que se hace referencia al desdichado fin del infante don Fadrique, hijo de Alfonso XI de Castilla, maestre de Santiago, a su persecución por su hermanastro Pedro el Cruel y al nombramiento de nuevo maestre en la persona de don Juan Garcia de Padilla, hermano de doña Maria de Padilla, a su muerte a manos del comendador mayor de Castilla don Gonzalo Mexia y a las distintas incidencias a que el nombramiento de maestre dió lugar en este turbulento periodo.

Creemos que la relación de estos documentos, en confrontación con los que existirán en los archivos portugueses sobre este assunto, puede interesar a los medievalistas de este pais y la aportamos al Congreso como contribución al estudio de una Orden militar, que por su excepcional importancia participó en todas las grandes empresas de los reinos peninsulares en la Edad Media.

I

1173, septiembre, s. d.

Alfonso I de Portugal dona al conde Rodrigo Alvarez de Sarria, al maestre Pedro Fernandez y a la orden de Santiago, el castillo de Abrantes con sus términos, cuyos límites fija.

«Facta scriptura terminorum apud Colimbriam, mense septembris. Era M.ª CC.ª XI.º.

Tumbo menor de Castilla, libro III, c. 96 Archivo Histórico Nacional. Madrid. Códices, n.º 1315.

II

1186, octubre, 28.

Sancho I de Portugal hace perpetua donación a la orden de Santiago y a su maestre Sancho Fernandez, de los castillos de Alcázar, Palmela, Almadana y Arruda con todos sus términos, con la condición de que le presten obediencia.

«Facta carta V.° kalendas novembris. Sub era M.ª CC.ª XX.ª IIII.ª.

Inserto en su confirmación por Inocencio IV el 16 de septiembre de 1245. Idem. Ordenes Militares. Ucles. Leg. 263, n.° 1.

III

1193, mayo, 1.

Sancho I de Portugal dona al comendador don Suero Rodriguez y a la orden de Santiago, unas casas en las que se habia construido la torre por la que su padre, el rey don Alfonso I, habia entrado furtivamente en Santarem; una heredad llamada Laguna Negra, unas viñas de la Almunia de Azacua, otra en el puente de Alcoza, además de un horno y un molino.

«Facta carta donationis et perpetue firmitudinis apud Obedos in era M.ª CC.ª XXXI.ª Kalendas mai.

Inserta en su confirmación por Alfonso. II, el 26 de enero de 1218, transcrita en la Litt.ª confirmatoria de Inocencio IV de 11 septiembre de 1245. Idem. Leg. 263 n.° 2.

IV

1218, enero, 26.

Alfonso II de Portugal confirma a la orden de Santiago la donación otorgada por su padre Sancho I, el 28 de octubre de 1186, de los castillos de Alcázar, Palmela, Almadana y Arruda.

«Fuit facta apud Sanctarem VIII° kalendas febroarii in era M.ª CC.ª L.ª VI.ª.

Inserta en la Litt.ª confirmatoria de Inocencio IV, de 16 de septiembre de 1245. Idem leg. 263 n.° 1.

V

1218, enero, 26.

Alfonso II de Portugal confirma al comendador Sancho Rodriguez y a la orden de Santiago la donación de varias casas y heredades en el

reino de Portugal, hecha por su padre Sancho I [el 1 de mayo de 1193]

«...fuit facta apud Sanctarem VII kalendas februarii in era M.ª CC.ª LVI.ª.

Inserta en su confirmación por Inocencio IV el 11 de septiembre de 1245. Idem leg. 263, n.º 2.

VI

1235, marzo 30.

Sancho II de Portugal dona a Pelay Pérez Correa, comendador de Alcázar y a la orden de Santiago el castillo de Alvistre con sus términos, cuyos límites fija.

«...Fuit facta apud Ulixbonam II kalendas aprilis, sub era M.ª CC.ª LXXIII.ª».

Inserta en su confirmación por Inocencio IV el 5 de septiembre de 1245. Idem 263 n.º 3.

VII

1236, enero 19.

Sancho II de Portugal dona a Pelay Perez, Correa, comendador de Alcázar, y a la orden de Santiago el castillo y villa de Sisimbra con todos sus términos y derechos reales, con excepción le aquellos que en los castillos de allende el Tajo, se habian reservado los reyes.

«...facta apud Colimbriam XVIIII die ianuarii, era Millessima CC.ª LXXIIII».

Inserta en su confirmación por Inocencio IV el 8 de septimbre de 1245. Idem. 363 n.º 4.

VIII

1237, noviembre 4.

Sancho II de Portugal dona a la orden de Santiago y a su comendador de Alcázar, Pelay Pérez Correa, el patronazgo que poseia en las iglesias de Alcázar, Palmela y Almadana con todos sus términos.

«Facta carta in Sanctarem IIII die novembris sub era M.ª CC.ª LXXV.ª.

Inserta en su confirmación por Inocencio IV el 9 de septiembre de 1245. Idem. Leg. 263 n.º 5.

IX

1239, enero 16.

Sancho II de Portugal dona Pelay Pérez Correa y a la orden de San-

tiago el castillo de Alfagar de Penna con todos sus términos, conservando el señorio.

«Actum Ulixbone X.°VI.° die ianuarii era M.ªCC.ªLXXVIII.ª»

Inserto en su confirmación por Fernando III el Santo, el 27 de enero de 1248. Idem. Leg. 263 n.° 7.

X

1239, enero 16

Sancho II de Portugal dona a Pelay Pérez Correa, comendador de Alcázar y a la orden de Santiago el castillo de Mértola con todos sus términos y pertenencias, además de los derechos reales, aun cuando con la obligación de reconocerlo como a su señor natural.

«Actum Ulixbone XVI die ianuarii. Era MCCLXXVII.»

Inserto en su confirmación por In Inocencio IV el 9 de septiembre de 1245 y por Fernando III el 27 de enero de 1248. (En esta aparece con la fecha equivocada; 1249 por 1239). Idem. Legs. 263, n.° 6 y 7.

XI

1240, mayo 2

Sancho II de Portugal hace donación a la orden de Santiago y a su comendador Pelay Pérez Correa del Castillo de Ayamonte con todos sus términos, conservando el señorio.

«Actum Colimbrie II die madii era M.ªCC.ªLXXVIII.ª.»

Inserto en su confirmación por Fernando III el 27 de enero de 1248. Idem. Leg. 263, n.° 7.

XII

1245, septiembre 2

Inocencio IV encarga al rey de Portugal que envie al maestre de la orden de Santiago algunos caballeros de ella, que depuesto el hábito, vagaban por este reino.

Dattum Lugduni IIII nonas septembris, pontificatus nostri anno tertio.

Litt.ª execut. «Cum sicut dilectus». Perg. 195/240. Idem Leg. 9, vol. I n.° 8.

XIII

1245, septiembre 4

Inocencio IV comisiona al obispo de Coimbra para proceder con censuras contra los perturbadores de los indultos y privilegios de la orden de Santiago.

«Dattum Lugduni II nonas septembris pontificatus nostri anno terti.o»

Litt.ª execut. «Quia nonnulli «Perg 213/272. Idem Leg. 263, n.º 8.

XIV

1245, septiembre 5.

Inocencio IV confirma un privilegio de Sancho II de Portugal, dado en Lisboa el 31 de marzo de 1235, por el que concede al comendador de Alcázar Pelay Pérez Correa y a la orden de Santiago el castillo de Alvistre con todos sus términos, que demarca.

«Dattum Lugduni, nonas septembis. Pontificatus nostri anno tertio.»

Litt.ª grat. «Illius ordinem». Perg. orig. 322/423. Conserva la seda del sello pendiente. Idem Leg. 263, n.º 3.

XV

1245, septiembre 8.

Inocencio IV confirma un privilegio de Sancho II de Portugal por el cual dona a Pelay Pérez Correa, comendador de Alcázar y a la orden de Santiago el castillo y villa de Sisimbria, el 19 de enero de 1236.

«Dattum Lugduni VI idus septembris. Pontificatus nostri, anno tertio»

Litt.ª grat. «Illius ordinem». Perg. orig. 350/420. Conserva las sedas del sello. Idem. Leg. 263, n.º 4.

XVI

1245, septiembre 9.

Inocencio IV confirma el privilegio otorgado por Sancho II de Portugal, el 4 noviembre de 1237, por el cual hizo donación a Pelay Pérez Correa, comendador de Alcázar y a su convento de Santiago, del patronato de las iglesias de Alcázar, Palmela y Almadana.

«Dattum Lugduni idus septembris. Pontificatus nostri anno tertio»

Litt.ª grat. «Illius ordinem». Perg. orig. 335/351. Conserva las sedas del sello. Idem. Leg. 263, n.º 5.

XVII

1245, septiembre 9.

Inocencio IV confirma un privilegio de Sancho II de Portugal, de 16 de enero de 1239, por el que concede a Pelay Pérez Correa, comendador de Alcázar y a la orden de Santiago, el castillo de Mértola, con todos sus derechos y pertenencias.

«Dacttum Lugduni V idus septembris. Pontificatus nostri anno tertio»

Litt^{a} grat. «Illius ordinem». Perg. orig. 423/550. Conserva las sedas del sello. Idem. Leg. 263, n.° 6.

XVIII

1245, septiembre 11.

Inocencio IV confirma el privilegio otorgado por Sancho I de Portugal, el 1 de mayo de 1193, por el que donó al comendador don Suero Rodriguez y a la orden de Santiago, unas casas en las que se habia construido la torre por la que su padre el rey don Alonso I habia entrado furtivamente en Santarem; una herdad llamada Laguna negra, unas viñas de la almunia de Azacua, otra en el puente de Alcoza, además de un horno y un molino.

«Dattum III idus septembris. Pontificatus nostri anno tertio».

Litt^{a} grat. Perg. orig. 384/480. «Illius ordinem». Conserva las sedas del sello. Idem. Leg. 263, n.° 2.

XIX

1245, septiembre 16.

Inocencio IV confirma el privilegio otorgado por Sancho I de Portugal, el 28 de octubre de 1186, por el que hizo donación a la orden de Santiago y a sua maestre frey Sancho Fernandez, de los castillos de Alcázar, Palmela, Almadana, y Arruda, que a su vez fue confirmado por Alfonso II el 26 de enero de 1218.

«Dattum Lugduni sexto decimo kalendas octobris. Pontificatus nostri anno tertio».

Litt^{a} grat. «Illius ordinem». Perg. orig. 324/460. Conserva la seda del sello. Idem. Leg. 263, n.° 1.

XX

1248, enero 27.

Fernando III confirma al maestre Pelay Pérez Correa y a la orden de Santiago, los privilegios otorgados por Sancho II de Portugal el 16 de enero de 1239 por los que dona a dicha órden los castillos de Alfagar de Penna y Mértola y el dado el 2 de mayo de 1240, por el que concede a

esta milicia el castillo de Ayamonte, en reconocimiento a los servicios prestados por dicho maestre y sus caballeros, singularmente en el cerco de Sevilla.

«Facta carta in exercitu prope Sibillam, Rege exprimente, XXVII die iànuarii, era MªCCªLXXXª sexta.

Privilegio rodado. Perg. original. 695/594. Figuran copiados los signos de Sancho II. Conserva la seda del sello pendiente. Idem. 263, n.º 7.

XXI

1252, abril s. d.

Concesión hecha por el obispo y cabildo de la iglesia de Lisboa al maestre y orden de Santiago en el reino de Portugal, de las iglesias de Almadana, Sisimbria, Palmela, Setubal, Belmonte y Villanueva de Cania con facultad para edificar nuevas en Choquoteca, Saboya y otros lugares de este reino.

«Acta sunt hec apud Ulixbonam, mense aprilis. Sub era MªCCª-LXXXX».

Copia coetánea en perg. 320/285. Idem. Leg. 263, n.º 9.

XXII

1264, junio 15.

La infanta doña Sancha Alfonso, hija de Alfonso IX, hace donación a Pelay Pérez Correa, maestre de Santiago y a su Orden, de cuantas heredades poseia en los reinos de León, Galicia y Portugal, recibiendo de dicha Orden bienes por valor de 2600 maravedis.

«Esta carta fue fecha en Villayuda cerca Burgos, lunes XV dias de iunio anno Domini MCCLXIIII.

Perg. 553/420. Cinta para el sello. Idem. Leg. 94, n.º 37. Carta partida por A B C. perg. 205/165. Idem. Leg. 263 n.º 10.

XXIII

1268, enero 31.

Pelay Pérez Correa, maestre de la órden de Santiago, da en encomienda a Pedro Estebanez, durante su vida, cuantos bienes posee la Orden en Taabares, Villamereco y Zelorico.

«En Sanctarem prestomero dia de janero. Era de mill CCC VI annos».

Carta partida por A B C. perg. 205/165. Idem. Leg. 263 n.º 10.

XXIV

1268, marzo 18

La orden de Santiago dona al infante don Martin Alfonso, hijo de Alfonso IX, y a sua mujer doña Maria Méndez, las casas de Sancti Spiritus de Salamanca, Alba y Marmello para fundar un convento y entregan a dicha Orden a su vez, los bienes que poseian en Leon, Galicia y Portugal, además de 1500 maravedís.

«E este preyto foi outorgado e no cabildo general de Merida, festivitate Letare Ierusalen en a era mill e CCC e VI annos.»

Carta partida por A B C. 240/230 Idem. Sancti Spiritus de Salamanca. R. 17.

XXV

1268, marzo 31

Pelay Pérez Correa, maestre de Santiago, da al infante Martin Alfonso y a su mujer Maria Méndez, los lugares de Cubellos, casa de Santa Susana, con su puebla y bienes, Marmello y cuanto poseian en Peñausente, salvo el castillo, a cambio de 2500 maravedís y unos lugares en Galicia, León y Portugal, que se detallan.

«Feytas las cartas en o cabildo de Merida XXI dia andados de março en era de mill e CCC e VI annos.»

Carta partida por A B C. perg. orig. 290/345. Idem. Sancti Spiritu de Salamanca. R. 16.

XXVI

1269, noviembre 3

Pelay Pérez Correa, dona al infante don Martin Alfonso y a su mujer, la casa de Sancti Sspiritus de Salamanca, con sus posesiones y la de Alba de Tormes, y Marmello entregando en cambio a la Orden 2500 maravedís y los bienes que poseian en León, Galicia y Porrtugal.

«Fechas las cartas en el cabildo de Merida tres dias andados de nobiembre en hera de mill e trezientos e siette annos.

Traslado autorizado del s. XVIII. Idem. Sancti Spiritus de Salamanca, R. n.ª 19 bis.

XXVII

1269, noviembre 8

Pelay Pérez Correa, maestre de la Orden de Santiago y su Capitulo general, reunido en Mérida, hacen donación a don Martin Yañez del Viñal y a sus herederos, de los lugares llamados Padrones y a los que él dió el

nombre de Aguiar, cerca de Mértola; de las aceñas de Medina, en los términos de Montemolin y Mérida, en atención a los servicios prestados a la Orden.

«Feyta e no nosso Cabildoo general en Merida, viernes VIII dias andados de noviembre da era de mill e trezientos e VII annos.

Inserto en su confirmación por dicho Maestre y Capitulo el 15 de marzo de 1274. Idem Leg. 263 n.° 11.

XXVIII

1271, enero 20.

Concordia entre Pelay Pérez Correa, maestre de Santiago y don Martin Alfonso, hijo de don Alfonso Tellez, sobre el usufructo de varios bienes y heredamientos que, de por vida, le dió la Orden en el reino de Portugal.

«Fecha la carta en Lisbona veynte dias andados de genero. Era de mill e trezientos e diez annos.

Perg. orig. 500/240. Sello de cera. Idem. Leg. 263, n.° 50.

XXIX

1274, marzo 4.

Poder dado por doña Maria de la Vega, hija de don Poncio Alfonso y de doña Mayor Martinez, a favor del maestre de Santiago Pelay Pérez Correa, para que pudiese concertar con sus hermanos don Pedro, doña Estefania y doña Sancha la partipación de los bienes que poseian en el reino de Portugal.

«Dada en Sevilla IIII dias de marzo. Era de M e CCC e XII annos».

Perg. 330/210. Idem. Leg. 263, n.° 12.

XXX

1274, marzo 15

Pelay Perez Correa, maestre de Santiago y su Capitulo general reunido en Mérida, confirman la donación otorgada el 8 de noviembre de 1269 a Martin Yañez del Piñar, de los lugares llamados anteriormente Padrones y despues Aguiar, en el término de Mértola y las aceñas de Mérida en los terminos de Montemolin y Mérida.

«Feyta en Merida joves dante o domingo de Lazaro da era de Mill e trezientos e XII annos».

Copia de la época en perg. 600/410 Idem. Leg. 263, n.° 11.

XXXI

1291, enero 6.

Testimonio dado por Andres Fernandez, notario público de Alcazar, del reino de Portugal, del requerimiento hecho de parte de frey Pedro Fernandez, maestre de la orden de Santiago en España, a don Juan Fernandez maestre de dicha Orden en Portugal, para que asistiese al Capitulo general y de la respuesta de éste, ofreciendo concurrir y someterse a la visita y corrección del maestre de España.

«Feyto foy este estrumento en Alcazar, seis dias de enero, era de Mil trezientos e veinte annos».

Perg. 411/172. Idem. Legl. 263, n.° 13.

XXXII

1294, noviembre 15.

Celestino V, a instancia de Sancho IV de Castilla y del maestre de la orden de Santiago, frey Juan Osorez, da comisión a los obispos de Astorga y Tuy y al chantre de la iglesia de Jaén, para publicar la derogación de unas Letras Apostólicas de Nicolás IV por las cuales, habia permitido elegir otro maestre para la orden, en el reino de Portugal y en el Algarbe.

«Dattum Neapoli XVII kalendas dezembris. Pontificatus nostri anno primo».

Litt.ª exect. «Ex parti dilecti». Perg. 440/680. Conserva la cuerda del sello Idem. Leg. 263, n.° 14.

XXXIII

1294, noviembre 15.

Otro ejemplar de la litt.ª anterior.

4450/610. Idem. Leg. 263 n.° 15.

XXXIV

1294, noviembre 15.

Traslado de las litt.ª precedentes.

Perg. 295/240. Idem. Leg. 263 n.° 16.

XXXV

1295, julio 20.

Bonifacio VIII confirma la *littera.°* de su antecesor Celestino V por la que anulaba la concesión de Nicolás IV para elegir maestre de la orden de Santiago en Portugal y ordena que vuelva la Orden a su primitiva unión.

«Dattum Anagnie XIII kalendas augusti. Pontificatus nostri anno primo».

Litt.ª grat. «Ab antiquis retro». Perg. orig. 490/777. Conserva la seda del sello. Idem. Leg. 263, n.° 22.

XXXVI

1295, julio 20.

Otro ejemplar de la titterae anterior.

Perg. 520/760. Idem. Leg. 263 n.° 23.

XXXVII

1295, julio 20.

Idem.

Perg. 570/800. Sello de plomo. Idem. Leg. 263, n.° 24.

XXXVIII

1295, julio 20.

Traslado de la época, del mismo documento.

Perg. 251/680. Idem. Leg. 263, n.° 21.

XXXIX

1295, julio 20.

Traducción castellana de la *litterae* antecedente, hecha por don Joaquin Fernandez arcediano de Castro.

Perg. 550/870. Idem. Leg. 263, n.° 17.

XL

1295, julio 20.

Bonifacio VIII comunica al arzobispo de Toledo, al obispo de Salamanca y Dean de Orense, la anulación de la litterae de Nicolás IV por la que habia permitido el nombramiento de un maestre para regir la orden de Santiago en Portugal, ordenándoles que procedan contra los rebeldes a la unión de dicha orden.

«Dattum Anagniae XIII kalendas augusti. Pontificatus nostri anno primo».

Litt.ª execut.ª «Ab antiquis retro». Perg. orig. 530/710, Conserva la cuerda del sello. Idem. leg. 263 n.º 18.

XLI

1295, julio 20.

Otro ejemplar de la litterae anterior.

Perg. 520/810. Idem. Leg. 263, n.º 19.

XLII

1295, julio 20.

Idem.

Perg. 570/740. Idem. Leg. 263, n.º 20.

XLIII

1297, noviembre 14.

Testimonio dado por don Diego Fernandez, deán de la iglesia de Salamanca y su Cabido, de haber hecho ostensión de una *litterae* de Bonifacio VIII dirigida al arzobispo de Toledo y al obispo de Salamanca para que compeliesen con censuras a los miembros de la orden de Santiago en Portugal a reconocer como maestre al que lo fuese de España.

«Fecho catorze dias de noviembre era de mil trezientos e trenta e çinco annos».

Perg. orig. 180/240. Idem. Leg. 263, n.º 25.

XLIV

1299, enero 5.

Bonifacio VIII comisiona al obispo de Evora para proceder con censuras con objeto de que fuesen devueltos a la orden de Santiago los bienes

enajenados por don Juan Fernandez, durante el tiempo que se tuvo por maestre de la Orden en el reino de Portugal.

«Dattum Latteranae nonis ianuarii. Pontificatus nostri anno quinto».

Litt.ª exect.ª «Oblata nobis». Perg. orig. 325/600. Conserva la cuerda del sello. Idem. Leg. 263, n.º 26.

XLV

1300, marzo 13.

Bonifacio VIII comisiona al maestre escuela de la iglesia de Lisboa para cuidar de que al maestre y orden de Santiago le sean respetadas sus exenciones y privilegios.

«Dattum Latterani idus februarii, pontificatus nostri anno sexto».

Litt.ª grat. «Et si quibus» Perg. orig. 290/390. Conserva la seda del sello. Idem. Leg. 4, vol. n.º 16.

XLVI

1310, julio 20.

Don Dionís de Portugal, la reina Isabel y el infante don Alfonso, dan seguridad a Diego Moniz, maestre de Santiago y a su Orden, de que la encomienda de Cazem, que a ruegos del monarca, habia dado el maestre a doña Vataza, hija de la princesa griega Lascaris, volveria libre a la Orden a pesar de la condición impuesta de que se perderia si se daba a personas ajenas a ella.

«Datum en Freelas, vinte dias de iulho. El rey o mandou, per don Martinno arcebispo de Bragaa. Affonso Martinez a fez. Era de mil trezientos quarenta oyto annos».

Perg. orig. 160/208. Cintas roja y verde en dos de los tres orificios para el sello. Idem. Leg. 263, n.º 28.

XLVII

1316-1334.

Fragmento de una *litterae* dirigida al arzobispo de Toledo y al obispo de Silva en la que se expresa que el rey don Alfonso de Castilla pidió que se anulase la elección de maestre de la orden de Santiago en Portugal hecha en la persona de frey Lorenzo.

«Sin fecha. El hecho de citarse en el texto «Clementis papa V predecessoris nostri y el asunto permiten fijarla en el pontificado de Juan XXII.

Perg. Idem. Leg. 263, n.º 37.

XLVIII

1317, abril 17.

Juan XXII, a instancia de don Alfonso de Castilla, ordena a los comendadores y demas miembros de la orden de Santiago en Portugal, que obedezcan al maestre general de la Orden, confirmando, en todos sus puntos, la bula de su antecesor Bonifacio VIII.

«Dattum Avinionem XV kalendas maii. Pontificatus nostri anno primo».

Litt.ª ececut.ª «Inter cetera» Perg. orig. 510/740. Idem. Leg. 263, n.º 29.

XLIX

1317, abril 17.

Traslado de la época, de la litterae anterior.

Perg. 425/590. Idem. Leg. 263 n.º 30.

L

1317, julio 17.

Copia del documento anterior autorizado por Fernando Garcia de Medina de Pumar, notario Apostólico, hecho el 23 de octubre de 1374.

Perg. 475/465. Idem. Leg. 263, n.º 31.

LI

Copia simple de la misma litterae.

Perg. 730/320. Mal conservado. Idem Leg. 263, n.º 32.

LII

1319, enero 22.

Poder dado por el maestre don Garcia Fernandez y la orden de Santiago a favor de don Pelayo Soga, arcediano de Trastamara y deán de Tuy, para seguir, a nombre de dicha Orden, el pleito que llevaba contra el maestre y orden de Santiago en el reino de Portugal.

«Acta die martis XXII die mensis ianuarii anno Domini MCCCXIX.

Inserto en su substitución por el maestro Bernardo de Gotrico, hecha e el 10 de marzo de 1320. Idem. Leg. 263 n.º 23.

LIII

1320, marzo 10.

Substitución de don Pelayo Soga como procurador de la orden de Santiago para seguir el pleito que el maestre y la orden llevaban contra Don Dionis de Portugal y el maestre de Santiago en dicho reino.

«Datum Avionem VI idus marcii, pontificatus domini Johannis pape XXII anno quarto anno vero Domini Milesimo CCCXX».

Per. 355/270. Idem. Leg. 263, n.° 33.

LIV

1323, febrero 21.

Autos judiciales relativos al pleito entre la orden de Santiago y los caballeros portugueses, signados por Esteban Pérez y Fernando Gonzalez, notarios Apostólicos.

«Anno domini MCCCXXIII feria III e XXI die mensis februarii.

Perg. 1240/470. Idem. Leg. 263, n.° 35.

LV

1323, febrero 13.

Apelación interpuesta por don Garcia Pérez, procurador del maestre y Capitulo general de la orden de Santiago ante el juez delegado por frey Belenguer, arzobispo de Santiago, en la causa que la orden litigana contra los caballeros de la misma en Portugal, sobre nombramiento de Maestre para dicho reino.

«Anno nativitatis Domini millesimo trecentesimo vicesimo tertio, tertio decimo die mensis februarii.

Perg. 480/490. Idem. Leg. 263, n.° 34.

LVI

1324, junio 12.

Bertran [de Deux] arzobispo de Embrun, auditor en la Curia Papal, hace saber que el maestro Bernardo de Gotrico, procurador en la Curia Romana, del maestre y Orden de Santiago, solicitó una *litterae* apostólica de S. S. Juan XXII (cuyo texto transcribe) por la que comisionaba al tesorero de la iglesia de Badajoz para conocer la causa que se litigaba

entre la orden de Santiago y los comendadores y otros caballeros de la misma en el reino de Portugal, dada en Aviñon el 26 de junio de 1324.

«Dattum Avinione secundo idus junii. Pontificatus Domini Johannis papae, anno octavo. Anno vero Domini MCCCXXIV.

Perg. 465/540. Idem. Leg. 263 n.° 36.

LVIII

1324, mayo 27.

Juan XXII comisiona al tesorero de la iglesia de Badajoz para conocer la causa que se litigaba sobre el pago de costas causadas en los litigios de la orden de Santiago con los comendadores y otros caballeros de dicha orden en el reino de Portugal.

«Dattum Avinione sexto kalendas junii pontificatus nostri anno octavo».

Inserta en su publicación por Bertram de Deux, arzobispo de Embrun el 12 de junio de 1324. Idem Leg. 263 n.° 36.

LVIII

1327, julio 1.

Juan XXII comisiona al arzobispo de Santiago y arcediano de Viseo, para remitir los procesos actuados en razón de la independencia que pretendia el maestre de la Orden de Santiago en Portugal respecto del de Castilla y León y para que citase a las partes a concurrir ante la Curia Apostólica para defender sus derechos.

«Dattum Avinionem, kalendas julii. Pontificatus nostri anno undecimo».

Perg. orig. «Duldum inter dilectus» 460/690. Conserva la cuerda del sello. Litter.ª exect.ª Idem Leg. 263 n.° 38.

LIX

1328, julio 31.

Recibo de don Pedro Sanchez de Viseu, de 810 maravedis (135 libras de Portugal, a razón de 6 maravedis la libra) por sus dietas como delegado apostólico en el pleito de la órden de Santiago sobre elección de mastre particular por los caballeros portugueses.

Dada na ciudade de Santiago o postranero dia de julho da era desuso dicta. [Era de mil CCCLXVI].

Perg. 135/212. Idem. Leg. 263, n.° 40.

LX

1329, febrero 28.

Carta de pago de 450 florines de plata pagados por el procurador de la orden de Santiago a don Bernardo Scafredo por sus dietas en el pleito de dicho orden con los caballeros portugueses.

«Datum Avionem die vicesima octava mensis februarii anno anativitate Domini milessimo CCC vicesimo nono, indictione duodecima.

Perg. orig. 194/293. Idem Leg. 263, n.° 41.

LXI

1370, junio 24.

Letras citatorias expedidas por el auditor del palacio Apostolico don Guillermo Noeleti para que compareciesen en Aviñón, ante la Curia romana, los caballeros de la orden de Santiago en España y Portugal con objeto de alegar sus derechos en el litigio que sostenian sobre nombramiento de maestre particular en este reino.

«Datum et actum in Monte Falcon in hospitio habitationis nostre, anno nativitatis Domini millessimo trecentessimo septuagesimo. Indictione octava. Die vero vigesima quarta mensis junii. Pontificatus domini Urbani papae quinto anno octavo.

Perg. 480/400. Idem. Leg. 263, n.° 42.

LXII

1370, junio 24.

Otro documento igual al anterior.

Perg. 520/430. Idem. Leg. 263, n.° 13.

LXIII

1372, noviembre 21.

Poder otorgado por frey Fernando Osorez, maestre de la orden de Santiago y sus caballeros en el Capitulo general reunido en Ocaña el 21 de noviembre de 1372, a favor de Fernando Perez y Diego Martinez, para seguir el pleito que litigaba la orden con los caballeros de la misma en le reino de Portugal, como consecuencia de la citación hecha por el cardenal Albanense a las partes litigantes.

«Fecho en Ocaña, veinte un dias de noviembre. Era de mille quatrozientos e diez años.

Perg. 280/295. Idem. Leg. 263, n.° 44.

LXIV

1372, noviembre 21.

Fernando Ossorez, maestre de la orden de Santiago y su Cabildo, dan poderes a Fernando Perez y a Diego [Martinez] para que en su nombre, publiquen en las puertas de las iglesias de Badajoz y Ciudad Rodrigo, una carta citoria del cardenal Albanense, nombrado juez por Gregorio XI en la cuestión existente entre dicho maestre y Gil Fernandez, llamado maestreen el reino de Portugal, Pedro Estebanez, comendador mayor y otros caballeros que seguian su partido en dicho reino.

«Fecha en Ocaña veinte e un dias de noviembre. Era de mil e quatrozientos e diez años.

Perg. 230/250. Idem. Leg. 263, n.° 47.

LXV

1372, deciembre 19.

Testimonio dado por Pedro Sanchez, notario de Badajoz, de la citación del cardenal Albanense al maestre y orden de Santiago en España y a los caballeros de Portugal para seguir el pleito que litigaban sobre nombramiento de maestre en este reino.

«En la cibdat de Badajoz, domingo dies e nueve dias de deziembre, era de mill e quatrozientos e diez años.

Perg. original. 455/312. Idem. Leg. 263, n.° 45.

LXVI

1372, diciembre 20.

Testimonio igual al anterior.

«En la cibdad de Badajoz lunes veynte dias de dezembre era de mill e quatrozientos e diez años.

Perg. orig. 150/360. Idem. Leg. 263, n.° 46.

LXVIII

1392, enero 31.

Clemente VII autoriza a los priores de Ucles y San Marcos de León y a los vicarios y sacerdotes de la orden de Santiago, para absolver al

maestre y a sus caballeros de las censuras en que habian incurrido con ocasión de sus luchas con los portugueses.

«Dattum Avinionem II kalendas februarii, pontificatus nostri anno quarto decimo».

Litt.ª ececut.ª: «Sedes apostolica» Perg. orig. 285/540. Idem. Leg. 263, n.º 48.

LXVIII

1487, julio 6.

Letras inhibitorias de la Auditoria de Roma para que el obispo de Badajoz y cualesquier otros jueces, se abstuviesen de conocer una causa que el maestre don Alonso de Cárdenas litigaba con la orden de Santiago en Portugal, sobre provisión de varias preceptorias o encomiendas en aquel reino.

«Datum et actum Rome, in domo habitatione nostram, sub anno a nativitate Domini millesimo quadringentesimo octuagesimo septimo, Indictione quinta, die vero veneris sexta mensis julii, pontificatus prefati. Innocentii pape octavi. anno tertio.

Perg. 450/310. Idem. Leg. 263, n.º 49.

Nota da Redacção sobre a numeração dos fascículos da revista «Bracara Augusta»

A fim de prevenir qualquer estranheza acerca da numeração que se adopta de ora em diante para assinalar os fascículos publicados desta revista, numeração que vai a seguir à indicação do número do volume e antecede outra numeração entre parêntesis, esclarece-se que: a que fica entre parêntesis reporta-se à quantidade de fasciculos do órgão cultural camarário, englobando mesmo as séries de Boletins anteriores à «Bracara Augusta»; a que fica fora e antes do parêntesis, refere-se sòmente ao número de fascículos que já conta a presente revista.

RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL

Catálogo da Exposição Bibliográfica

Duas palavras de explicação

Publica-se neste número da revista *Bracara Augusta* o Catálogo da Exposição Bibliográfica que, iniciada em 30 de Novembro de 1963, esteve patente ao público durante oito dias no Salão Nobre da Biblioteca Pública de Braga.

Deve-se esta publicação ao carinho que a Câmara Municipal da velha metrópole religiosa portuguesa usa dispensar às manifestações culturais que em grande número vêm caracterizando, desde há cerca de duas décadas e com notável elevação e rendimento, a vida intelectual bracarense.

Quando, na sequência de procedimentos de anos anteriores, a Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal iniciou os trabalhos para se estabelecer o programa da Comemoração do aniversário da Restauração de Portugal em 1640, programa a levar a efeito naquele ano de 1963, foi por ela apresentada a sugestão de se efectuar uma exposição bibliográfica sobre a Restauração. Existiam, para o efeito, não só numerosas e importantes espécies no rico fundo de colecções da Biblioteca Pública de Braga, mas ainda em livrarias de particulares.

Posta aquela sugestão ao ilustre Director daquele valioso estabelecimento cultural que é honra da cidade, o Ex.^{mo} Sr. Dr. Egídio Guimarães, imediatamente a perfilhou e em pouco tempo e apesar das dificuldades resultantes da escassez de pessoal sob as suas ordens e direcção, foi possível patentear-se ao público, no Salão Nobre da Biblioteca, como se disse, a exposição desejada, que obteve evidente êxito e louvores.

Tão abundante é a nossa Biblioteca Pública em publicações relativas à Restauração, editadas nos séculos XVII, XVIII e seguintes, que, estando

preparados exemplares doutros bibliófilos e intelectuais bracarenses para serem expostos, apenas, afinal, puderam ser patenteados alguns dos signatários destas linhas, pois a breve trecho se reconheceu que a capacidade do vasto salão mais não comportava.

Foi do êxito obtido que nasceu a compreensão da conveniência de publicar-se o Catálogo dessa exposição.

Patenteia-se com ele a riqueza bibliográfica da Biblioteca, pondo-a, por esta informação, no conhecimento e ao alcance dos estudiosos e evita-se que se obliterem uma iniciativa e um esforço em prol da cultura bracarense.

Presta-se também deste modo, a devida homenagem ao Município e à Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga.

José Baptista Barreiros
Presidente da Delegação da S. H. I. P.

Catálogo da Exposição Bibliográfica

ACABADO (Prof. Janeiro). — HISTÓRIA DE PORTUGAL. — Para a quarta classe e exame de admissão aos liceus e escolas técnicas. — 6.ª edição. S. d. Lisboa. Tip. Gomes & Rodrigues, Ltd. R. e. 166708. 19 × 13,50.

ACADEMIA DOS HUMILDES E IGNORANTES. — Da biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros. — Tomo II. Lisboa. Oficina de Ignacio Nogueira Xisto. 1762. 20 × 14,50.

ACERCA DA EMBAIXADA DE FRANCISCO DE SOUSA COUTINHO À HOLANDA. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros. — S. d. Lisboa. Oficinas Gráficas Bertrand, Ltd. 25 × 19.

ALMEIDA (Fortunato de). — HISTÓRIA DE PORTUGAL — Tomo IV. Coimbra. Imprensa da Universidade — 1926. S. r. 22 × 14.

ALMEIDA (Gregório de). — RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL PRODIGIOSA. — Lisboa. 1753. S. r. 21 × 14,50.

AMEAL (João). — HISTÓRIA DE PORTUGAL. — IV edição. Porto. Liv. Tavares Martins. 1958. R. e. 188842. 24,50 × 17,50.

ANAIS. — Ciclo da Restauração de Portugal. Vol. VII. Lisboa. Editorial Ática — 1942, 33 × 24,50.

ANAIS. — Ciclo da Restauração de Portugal. Vol. XII. Lisboa. Editorial Ática — 1954. 33 × 24,50.

ANALYSE RAISONNÉE DE BAYLE. — Tome V. Londres — 1773. 17 × 9,50.

ARCHIVO HISTORICO PORTUGUEZ. — Vol. VI. Lisboa. Ofic. tip. Calçada do Cabra, 7 — 1903. 28 × 19,50.

ARCHIVO HISTORICO PORTUGUEZ. — Vol. III n.os 1 e 2. Lisboa. Tip. Calçada do Cabra, 7 — 1905. 28 × 19,40.

ARCHIVO HISTORICO PORTUGUEZ. — Vol. V. Lisboa. Of. tip. Calçada do Cabra, 7 — 1908. 28 × 19,50.

ARQUIVO HISTÓRICO PORTUGUÊS. — Vol. X. Lisboa. Imprensa Libânio da Silva — 1916. 28 × 19,50.

ARCHIVO DOS AÇORES. — Restauração de 1640 nos Açores. Vol. V. Ponta Delgada. Tip. do Archivo dos Açores — 1883. 25 × 17. Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

ARCHIVO DOS AÇORES. — Notícias recebidas da ilha de S. Miguel, sobre o desaparecimento de D. António, Prior do Crato (1581) por Mr. W. R. Kettle. Vol. IX. Ponta Delgada, Tip. do Arquivo dos Açores — 1887. 25 × 17. Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

ARCHIVO DOS AÇORES. — Domínio Espanhol nos Açores e D. António Prior do Crato. — Vol. X. Ponta Delgada, tip. do Arquivo dos Açores — 1888. 25 × 17. Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

ARCHIVO DOS AÇORES. Correspondência com a Rainha de França a favor de D. António, Prior do Crato (1581). Vol. XI. Ponta Delgada, tip. do Arquivo dos Açores — 1890. 25 × 17. Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

AUGUSTO FERREIRA (Cónego J.). — FASTOS EPISCOPAIS DA IGREJA PRIMACIAL DE BRAGA — Sécs. II-XX. — V. Nova de Famalicão, tip. Minerva — 1932. 23,50 × 16,50.

BAPTISTA DE ALMADA (Jozé Lopez). — PRENDAS DA ADOLESCÊNCIA. — Lisboa — 1749. 27,50 × 17,50.

BAPTISTA MOREL (Ivan). — REDVCCION Y RESTITVYCION DEL REYNO DE PORTUGAL A LA SERENISSIMA CASA DE BRAGANÇA. — Tvrin — 1648. 20,50 × 14,50.

BARROS (Tomás de). — SUMÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL. — Porto, tip. J. R. Gonçalves — 1947. 17,50 × 11.

BEIRÃO (Caetano). — HISTÓRIA BREVE DE PORTUGAL. Lisboa, tip. L. Henry Gris, Ltd. — 1960. 18 × 11,50.

BELLOC (Hilário). — RICHELIEU. — Braga, Livraria Cruz, 1950. 18,50 × 14. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

BERETTA (D. António Ballesteros). — HISTÓRIA DE ESPANHA Y SU INFLUENCIA EN LA HISTORIA UNIVERSAL. — Barcelona, Salvat Editores — Tomo IV — 1926. — 25 × 17.

BIRAGO (Bat.). — HISTORIA DELLA DIFUNIONE DEL REGNO DI PORTOGALLO DALLA CORONA DI CASTIGLIA. — Amesterdam — 1647. 15,50 × 10.

BISMARCK (Domingos). — NOÇÕES DE HISTÓRIA PÁTRIA — 4.ª classe e admissão aos liceus. Porto, tip. Modesta. 17,50 × 11,50.

BOCAGE (Carlos Roma du). — RELAÇÕES EXTERIORES. — (1640-1649), vol. I. — Lisboa, Academia das Sciencias, 1916. 23 × 16.

BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR. — 27.º volume. Lisboa, tip. Gráfica Santelmo — 1957. 22 × 15,50.

BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR. — 28.º volume. Lisboa, tip. Gráfica Santelmo — 1958. 22 × 15,50.

BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR. — 29.º volume. Lisboa, tip. Gráfica Santelmo — 1959. 23 × 16.

BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR. — 30.º volume. Vila Nova de Famalicão — 1960. 23 × 16.

BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR. — 31.º volume. Vila Nova de Famalicão, tip. Minerva — 1961. 23 × 16.

BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR. — 32.º volume. Vila Nova de Famalicão — 1962. 23 × 16.

BRANDÃO (Francisco). — DISCVRSO GRATVLATÓRIO SOBRE O DIA DA FELICE RESTITVIÇÃO & ACCLAMAÇÃO DEL REY IOAM IV. — Lisboa — 1642. 20,50 × 14.

BRANDÃO (Frei A.). — MONARCHIA LUSYTANA. — Collecção dos principais autores da História Portuguesa. — Tomo I. Lisboa, tip. da Academia Real das Sciencias — 1806. 18 × 11,50.

BRANDÃO (Frei António). — MONARCHIA LUSITANA. — Tomo IV. Lisboa, Ofc. Ferreyriana — 1725. 29,50 × 21.

BRANDÃO (Frei António). — TERCEIRA PARTE DA MONARCHIA LVSITANA. — Lisboa — 1690. 29,50 × 20.

BRAZÃO (Eduardo). — RESTAURAÇÃO (A). — Relações diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668. — Lisboa, Imp. Portugal — Brasil. 19 × 12.

BRETON (M.). — L'ESPAGNE ET LE PORTUGAL. — Ou moeurs, usages et costumes des habitans de ces royaumes. Paris — 1815. 14×8,50.

BRITO (Frei Bernardo de). — GEOGRAFIA ANTIGA DE LUSITANIA. — Alcobaça — 1597. 27 × 19,50.

BRITO (Frei Bernardo de). — MONARCHIA LUSYTANA. — Collecção dos principais auctores da História Portuguesa. — Tomo I. Lisboa, tip. da Academia Real das Sciencias — 1806. 18 × 11,50.

BRITO (Frei Bernardo de). — MONARCHIA LUSYTANA. — Collecção dos principais auctores da História Portuguesa. — Tomo VI. Lisboa, tip. da Academia Real das Sciencias — 1809. 18 × 11,50.

CACEGAS (Frei Luís). — HISTÓRIA DE S. DOMINGOS. — Primeira parte. Lisboa, tip. do Panorama — 1866. 3.ª edição. 22 × 15.

CACEGAS (Frei Luís). — HISTÓRIA DE S. DOMINGOS. — III vol. Lisboa, tip. do Panorama — 1866. 22 × 15.

CACEGAS (Frei Luís). — HISTÓRIA DE S. DOMINGOS. — V volume. Lisboa, tip. do Panorama — 1866. 22 × 15.

CAETANO DE SOUSA (D. António). — HISTÓRIA GENEALÓGICA DA CASA REAL PORTUGUESA — desde a sua origem até o presente. Lisboa, ofc. Sylviana — 1740. 29 × 22.

CAMPOS JÚNIOR (António de). — SANTA PÁTRIA. — I volume. Lisboa, tip. H. Torres — 1955. 19 × 12.

CAMPOS JÚNIOR (António de). — SANTA PÁTRIA. — II volume. Lisboa, tip. H. Torres — 1955. 19 × 12.

CAMPOS JÚNIOR (António de). — SANTA PÁTRIA. — III volume. Lisboa, tip. H. Torres — 1956. 19 × 12.

CAMPOS JÚNIOR (António de). — SANTA PÁTRIA. — IV volume. Lisboa, tip. H. Torres — 1956. 19 × 12.

CARTAS DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA — coordenadas e anotadas por J. Lúcio d'Azevedo. — Tomo I. Coimbra, Imprensa da Universidade 1925. 23 × 16,50.

CASTRO (Cristobal de). — FELIPE III. — Biblioteca Nueva Almagro — 1944. 19,50 × 13. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

CONCELHO (O) DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO NA RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL. — Celorico da Beira, tip. Mondego — 1940. 20 × 15.

COSTA (Sousa). — DONA CATARINA DUQUESA DE BRAGANÇA — rainha de Portugal à face do direito. Lisboa, ofc. gr. de Ramos, Afonso & Moita, Ltd. 25 × 20.

COSTA LOBO (A. de Sousa Silva). — ORIGENS DO SEBASTIANISMO. Lisboa, tip. da Empresa da História de Portugal — 1909. 23 × 14,50.

CRUZ (António). — PORTUGAL RESTAURADO. — Ensaios e documentos. — Porto, tip. Domingos de Oliveira — 1940. 19 × 12,50.

DA ORIGEM DOS REIS, E QUANTOS HOUVE EM PORTUGAL E COMO SUCEDERAM. — 1765. 33,50 × 22.

DANVILLA (Alfonso). — FELIPE II Y EL REY DON SEBASTIAN DE PORTUGAL. — Madrid, Espasa-Calpe, S. A. 1954. 23 × 15. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

DANVILLA (Alfonso). — FELIPE II Y LA SUCESION DE PORTUGAL. — Madrid, Espasa-Calpe, S. A. 1956. 23 × 15. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

DINIZ (F.) — HISTÓRIA DE PORTUGAL. — Lisboa, tip. Lallement Frères, V volume. 22,50 × 15,50.

DISGRATIA (LA) DEL CONTE D'OLIUAREZ. — 12,50 × 7,50.

ENCICLOPEDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. — Tomo XXV, págs. 317 a 326. Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia. 22,50 × 17,50.

ERICEIRA (Conde da). — HISTÓRIA DE PORTUGAL RESTAURADO. — I volume. Porto, Liv. Civilização — 1945. 21,50 × 15.

ERICEIRA (Conde da). — HISTÓRIA DE PORTUGAL RESTAURADO. — Vol. II. Porto, Liv. Civilização — 1945. 21,50 × 15.

ERICEIRA (Conde da). — HISTÓRIA DE PORTUGAL RESTAURADO. — Vol. III. Porto, Liv. Civilização — 1946. 21,50 × 15.

ERICEIRA (Conde da). — HISTÓRIA DE PORTUGAL RESTAURADO. — vol. IV. Porto, Liv. Civilização — 1946. 21,50 × 15.

FARIA AGUIAR (J. M. de). — GRANDEZA E DECADÊNCIA DE PORTNGAL. — Lisboa, Imprensa de Vieira & Torres — 1840. 15 × 10,50.

FARIA E SOUSA (Manuel de). — EPÍTOME DE LAS HISTÓRIAS PORTUGUESAS. — Tomo I. Lisboa — 1674. 19,50 × 14.

FARIA E SOUSA (Manuel de). — EPÍTOME DE LAS HISTÓRIAS PORTUGUESAS. — Tomos I e II. Madrid — 1628. 20 × 13,50.

FARIA E SOUSA (Manuel de). — EUROPA PORTUGUESA. — Tomo I Lisboa — 1678. 30 × 20.

FARIA E SOUSA (Manuel de). — EUROPA PORTUGUESA. — Tomo II — Lisboa — 1679. 30 × 20.

FARIA E SOUSA (Manuel de). — EUROPA PORTUGUESA. — Tomo III — Lisboa — 1680. 30 × 20.

FARIA E SOUSA (Manuel de). — HISTÓRIA DEL REYNO DE PORTUGAL — Bruxelas — 1730. 32 × 20.

FERRÃO (António). — PERDA (A) DA INDEPENDÊNCIA E A RESTAURAÇÃO DE 1640. — As lições da História. — Lisboa, Escola Tipográfica das Ofic. de S. José. 23,50 × 16.

FERREIRA (Joaquim). — HISTÓRIA DE PORTUGAL. — Porto, Edi. Domingos Barreiro — 1951. 21 × 14,50.

FERREIRA LOBO (Roque). — HISTÓRIA DA FELIZ ACLAMAÇÃO DO REI D. JOÃO O QUARTO. — Lisboa — 1803. 16,50 × 10.

FRANCISCO BARATA (António). — QUADROS HISTÓRICOS DAS TRÊS ÚLTIMAS DINASTIAS. — A tomada de Ceuta. — Coimbra, Imprensa literária — 1877. 16 × 11.

FRIAS (Pedro de). CRÓNICA DEL-REI D. ANTÓNIO. — Estudo e lei-

tura de Mário Alberto Nunes Costa. — Coimbra, Tip. «Coimbra Editora» — 1955. 26 × 19.

GARRET (Almeida). — FREI LUÍS DE SOUSA. — Edição crítica baseada nos manuscritos por RODRIGUES LAPA. — Lisboa, «Gráfica Lisbonense» — 1943. 19 × 13,50.

GUERRA (A) DA RESTAURAÇÃO. — Encyclopedia instrutiva e amena dedicada à mocidade estudiosa de Portugal e Brasil com a colaboração dos principais homens de letras. — 2.º ano, n.º 13, 5.ª série. — Lisboa, Lucas & Filho, Editores — 1875. 16 × 11,50.

GUIMARÃES (Acácio). — LIÇÕES DA HISTÓRIA DE PORTUGAL. — 4.ª classe. Lisboa, Tip. Lucas & C.ª — 1933. 21 × 13,50.

HAUSER (Henri). — LA PENSÉE ET L'ACTION ÉCONOMIQUES DU CARDINAL DE RICHELIEU. — Paris, Presses Universitaires de France — 1944. 23 × 14,50. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

HAUSER (Henri). — PRÉPONDÉRANCE (LA) ESPAGNOLE — 1559 — 1660. — Paris, Librairie Félix Alcan — 1933. 22,50 × 14,50. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

HISTOIRE DE PORTUGAL. — 17,50 × 12.

HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DO REAL CONVENTO DO S. CHRISTO. — Lisboa — 1748. 19,50 × 13,50.

HISTÓRIA DE PORTUGAL — traduzida do inglês por António de Morais e Silva. — Tomo III. Lisboa — 1802. 15 × 10.

HISTÓRIA DE PORTUGAL — em harmonia com os programas para o Ensino Primário Elementar. — Porto, Tip. Sequeira, Ltd. 19 × 12.

IBARRA (Eduardo). — ESPAÑA BAJO LOS AUSTRIAS. — Barcelona, Editorial Labor, S. A. 18,50 × 13. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

INDEPENDÊNCIA — Revista de Cultura Lusíada. Número Comemorativo do I Centenário da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. — Lisboa — 1961. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr Coronel José Baptista Barreiros.

INDEPENDÊNCIA. — Revista de Cultura Lusíada. Discurso do senhor Coronel H. Linhares de Lima, presidente da Direcção da S. H. I. P., na sessão solene de 1 de Dezembro de 1944, comemorativa da Restauração. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

JORNAIS, ver NÚMEROS ÚNICOS.

L. A. de A. M. — FACTOS MEMORÁVEIS DA HISTÓRIA DE PORTUGAL. — Lisboa, tip. Rollandiana — 1826. 14,50 × 10.

LEÃO (Nunes do). — CRÓNICAS DEL-REY DÕ IOAN, O PRIMEIRO DESTE NOME, E AS DOS REYS D. DVARTE E D. AFFONSO O V. — Lisboa — 1643. 27 × 19,50.

LEITÃO (Manoel Rodrigues). — TRATADO ANALÍTICO E APOLOGÉTICO SOBRE OS PROVIMENTOS DOS BISPADOS. — Lisboa, Oficina Real DESLANDESIANA — 1715. 30 × 21. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

LOPES (Francisco). — FAVORES DO CÉU A PORTUGAL. — Livraria Internacional — 1871. 22,50 × 16,50.

LOPES D'ALMEIDA (M.) — NOTÍCIAS DA ACLAMAÇÃO E DE OUTROS SUCESSOS. — Coimbra, ofic. «Atlântida» — 1940. — 22,50 × 18.

MAGALHÃES BASTO (A. de). — SIGNIFICADO PATRIÓTICO DA COMEMORAÇÃO DO PRIMEIRO DE DEZEMBRO DE 1640. — Porto, tip. Civilização. 18,50 × 11,50.

MANUEL DE MELO (D. Francisco). — DECLARACION QUE POR EL REYNO DE PORTUGAL OFFRECE EL DOCTOR GERONIMO DE S. CRUZ A LOS REYNOS DE EUROPA. — 18,50 × 13.

MANUEL DE MELO (D. FRANCISCO). — EPANAPHORAS. — 3.ª ediçdo revista e anotada por Edgar Prestage. — Coimbra, Imprensa da Universidade — 1931. 22,50 × 16,50.

MANUEL DE MELO (D. Francisco). — VIDA E MORTE, DITTOS E FEYTOS DE EL-REI DOM JOÃO IV. — Rio de Janeiro, tip. Bedeschi — 1940. 24 × 16,50.

MARAÑON (Gregório). — ANTÓNIO PEREZ. — El hombre, el drama, la época. — Volume I. Madrid, Espasa-Calpe — 1948. 25 × 17,50.

MARAÑON (Gregório). — ANTÓNIO PEREZ — El hombre, el drama, la época — Volume II. — Madrid, Espasa-Calpe — 1948. 25 × 17,50.

MARTINS (Oliveira). — HISTÓRIA DE PORTUGAL — I volume. Lisboa, tip. Lucas & C.ª — 1951. 20 × 13,50.

MARTINS (Oliveira). — HISTÓRIA DE PORTUGAL — II volume. Lisboa, tip. Lucas & C.ª — 1951. 20 × 13,50.

MARTINS AFONSO (A.). — CURSO DE HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO.
PORTUGUESA — para o 7.º ano dos liceus, segundo o programa oficial. — Porto, tip. Alberto de Oliveira, Ltd. 21 × 15.

MATOS SEQUEIRA (Bourbon e Menezes). — FIGURAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL. — Porto, Livraria Lello, Ltd. — 1933. 34 × 24,50.

MATOSO (António). — COMPÊNDIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL — aprovado oficialmente como texto único para o 6.º ano dos Liceus. — Lisboa, tip. de «O Jornal do Comércio» — 19,50 × 14.

MATTOSO (António). — HISTÓRIA DE PORTUGAL. — Lisboa, Ofic. Gráf. da Rádio Renascença. 24 × 16,50.

MATTOSO (António). — HISTÓRIA GERAL E PÁTRIA. — II volume Lisboa, liv. Didáctica. 23 × 16.

MEMÓRIA PARA A HISTÓRIA DAS CONFIRMAÇÕES RÉGIAS NESTE REINO. — Lisboa, na Impressão Régia — 1816. 21 × 14.

MEMORIAL HISTÓRICO ESPAÑOL. — Colección de documentos, opúsculos y anteguedades. — Tomo XVI. Madrid, Imprenta y fundición de Manuel Tello — 1862. 22,50 × 16. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

MEMORIAL HISTÓRICO ESPAÑOL. — Colección de documentos, opúsculos y anteguedades. — Tomo XVII. Madrid, Imprenta y fundición de Manuel. Tello — 1863. 22,50 × 16. Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

MEMORIAL HISTÓRICO ESPAÑOL. — Colección de documentos, opúsculos y anteguedades. — Tomo XXIV. Madrid, Imprenta y fundición de Manuel Tello — 1893. 22,50 × 16. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

MEMORIAL HISTÓRICO ESPAÑOL. — Colección de documentos, opúsculos y anteguedades. — Tomo XXV. — Madrid, Imprenta y fundición de Manuel Tello — 1893. 22,50 × 16. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

MEMÓRIAS DE LA REAL ACADEMIA ESPAÑOLA — Tomo XII. — Madrid, tip. «Rev. de Archivos, Bibliotecas y Museos» 23,50 × 50. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

MENDES (Fernando). — ESPLENDOR E DECADÊNCIA DE PORTUGAL, Lisboa, tip. Lucas & C.ª 18,50 × 12.

MENDES (Fernando). — RESTAURAÇÃ DE PORTUGAL. — Lisboa, tip. Lucos & C.ª 18,50 × 12.

MENENDEZ PIDAL (Ramon). — HISTÓRIA DE ESPAÑA. — Madrid, Espasa-Calpe — 1958. 28 × 20,50.

MJELLE (D'Orban et). — HISTOIRE DE PORTUGAL — VIII volume. Paris, tip. F. Locquin — 21 × 13.

MOREIRA DE SÁ (António). — DIA (O) 1.º DE DEZEMBRO DE 1640 OU MEMÓRIA HISTÓRICA DOS SUCESSOS DE PORTUGAL. — Lisboa, tip. Portuguesa — 1868. 16,50 × 11.

NÚMEROS ÚNICOS DO JORNAL DA ACADEMIA DO LICEU DE BRAGA, referentes aos anos de 1885-1893-1901-1911-1916-1917.

OLIVEIRA MARTINS (F. A.). — CAUSA (A) DE D. ANTÓNIO PRIOR DO CRATO, NO ARQUIVO NACIONAL DE BRUGES. — Sep. do tomo VIII, 7.ª secção, Ciências Históricas e Fisiológicas — 1950. 24 × 17,50.

PALMEIRIM (L. A.). — RESTAURAÇÃO (A) DE PORTUGAL — opúsculo histórico. — Lisboa, Empresa do OCCIDENTE — 1885. 37 × × 25,50.

PEDRO RIBEIRO (João). — OBSERVAÇÕES HISTÓRICAS E CRÍTICAS PARA SERVIREM DE MEMÓRIAS AO SISTEMA DA DIPLOMÁTICA PORTUGUESA. — Parte primeira. Lisboa — 1748. 22 × 16.

PEREIRA (Prof. António). — RESUMO DA HISTÓRIA DE PORTUGAL — para a 4.ª classe e admissão aos liceus. — Porto, liv. Simões Lopes, 17,50 × 11,50.

PEREIRA COUTINHO (D. António Xavier). — INICIATIVA DOS PORTUGUESES NA DEFESA DA BAÍA — 1638. — Porto, tip. «Diário do Porto», 1937. 19 × 13. — Da Biblioteca particular da Delegação Bracarense da S. H. I. P.

PEREIRA COUTINHO (D. António Xavier). — UM RESTAURADOR DESCONHECIDO — aditamento à lista dos conjurados? — Porto, 1940, 18,50 × 11,50. — Da Biblioteca particular da Delegação Bracarense da S. H. I. P.

PEREIRA DE NOVAIS (Manuel). — ANACRISIS HISTORIAL DEL ORIGEN E FUNDACION E ANTIGUIDADE DA CIDADE DO PORTO.

PERES (Damião). — HISTÓRIA DE PORTUGAL — vol. V. — Barcelos, ofic. da Com. Edit. do Minho — 1933. 29 × 21.

PIMENTA (Alfredo). — HISTÓRIA DE PORTUGAL — textos e juízos críticos. — Lisboa, Ofic. Gráf. América — 1937. 20,50 × 14,50.

PIMENTA (Romeu). — NOSSA (A) HISTÓRIA CONTADA ÀS CRIANÇAS — 5.ª edição. — Porto, tip. Sequeira, Ltd — 1956. 20,50 × 14.

PINHEIRO CHAGAS (M.). — HISTÓRIA ALEGRE DE PORTUGAL. — Lisboa, liv. Progresso Editora, 1880. 19 × 12.

PINHEIRO CHAGAS (M.). — JURAMENTO DA DUQUESA. — Lisboa, tip. EMPRESA DA HISTÓRIA DE PORTUGAL. — 18,50 × 12.

FERREIRA DA SILVA (Abílio Antunes). — HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO PORTUGUESA. — Venda Nova, Amadora, Imp. Portugal-Brasil, 1957. 18,50 × 12.

PINTO RIBEIRO (João). — OBRAS VÁRIAS SOBRE VÁRIOS CASOS. — Coimbra, Imprensa da Universidade — 1729. 29,50 × 20,50.

PORTO (O) NA RESTAURAÇÃO. — Subsídios para a sua história — primeiro tomo (1640-1644). — Porto, Empresa Industrial Gráfica — 1941. 24,50 × 19.

PORTUGAL — dicionário histórico, chorographico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artistico. — Vol. VI — Q. S. Lisboa, João Romano Torres & C.ª, 1912. 26,50 × 18.

PRESTAGE (Edgar). — FREI DOMINGOS DO ROSÁRIO — diplomata e político. — Coimbra, Imprensa da Universidade — 1926. 22,50 × 17.

PRESTAGE (Edgar). — RELAÇÕES (AS) DIPLOMÁTICAS DE PORTUGAL COM A FRANÇA, INGLATERRA E HOLANDA, DE 1640 A 1668. — Coimbra, Im. da Universidade — 1928. 23 × 16.

PRESTAGE (Edgar). — RELAÇÕES (AS) DIPLOMÁTICAS E COMERCIAIS ENTRE A SUÉCIA E PORTUGAL DE 1641 a 1670. —6 Porto, tip. Baptista, Ltd. — 1943. 20 × 13,50.

PRIORATO (Conte Galeazzo). — HISTÓRIA DELLE GVERRE DI FERDINANDO II E FERDINANDO III E DEL RE FILIPO IV CONTRO GOSTAVO ADOLFO E LVIGI XIII. — Venetia, 1643. 22 × 15.

RAMOS COELHO (José). — HISTÓRIA DO INFANTE D. DUARTE — Tomo I — Lisboa, tip. da Academia Real das Sciencias, 1889. 22,50 × 15.

RAMOS COELHO (José. — HISTÓRIA DO INFANTE D. DUARTE — tomo II. — Lisboa, tip. da Academia Real das Sciencias, 1890. 22,50 × 15.

REBELO DA SILVA (L. A.) — HISTÓRIA DE PORTUGAL — dominação da Casa de Áustria. — Imprensa Nacional, Lisboa — 1867. 21,50 × 14.

RECUEIL DES INSTRUCTIONS — données aux Ambassadeurs et Ministres de France — vol. III. — Paris, 1886. 25 × 16. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

RECUEIL DES INSTRUCTIONS — données aux Ambassadeurs et Ministres de France — vol. XI. — Paris, 1894, 25 × 16. Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

RELAÇAM POLITICA DAS MAIS PARTICULARES ACÇOENS DO CONDE DUQUE DE OLIVARES. — Lisboa, Oficina Real Deslandesiana, 1711. 19 × 13,50. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

REVAH (I. S.) — CARDINAL (LE) DE RICHELIEU ET LA RESTAURATION DU PORTUGAL. — Lisboa, «Ottosgráfica, Ltd.», 1950. 19,50 × 13. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

RIBEIRO (Ângelo). — HISTÓRIA DE PORTUGAL — vol. III. Porto, Artes Gráficas — 1936. 18,50 × 13,50.

RODRIGO DE REZENDE NOGUEIRA DE NOVAIS — um restaurador desconhecido e um possível aditamento à lista dos conjurados. — Lisboa, tip. Inglesa, 1941. 32 × 21,50. Da biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

S. AGUSTIN (Frei Francisco). — PHILIPPICA PORTUGUESA — contra la invectiva castellana a el-Rey nuestro señor Don Ivan el IV. — Lisboa — 1645. 27.50 × 18,50.

SABUGOSA (Conde de) — GENTE D'ALGO. — Lisboa, Ferreira L.a, Editores — 1915. 23 × 16.

SAGNAC (Philippe). — Presses Universitaires de France, 1949 23 × × 14,50. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

SANTOS (Frey Manoel dos). — MONARQUIA LUSITANA — parte VIII. Lisboa — 1727. 29,50 × 20,50.

SCHAEFER (Henrique). — HISTÓRIA DE PORTUGAL — desde a fundação da Monarquia até à Revolução de 1820 — vol. IV. Porto, tip. da Empresa Literária — 1898. 23 × 15,50.

SEIGNOBOS (Charles). — HISTOIRE MODERNE — lusqu'en 1715. — Paris, Imp. Brodard. 18 × 12.

SENNA FREITAS (Bernardino José de) — MEMÓRIAS DE BRAGA. — Tomo II — Braga, Imprensa Catholica — 1890. 22 × 14,50.

SENNA FREITAS (Bernardino José de) — MEMÓRIAS DE BRAGA. — Tomo III — Braga, Imprensa Catholica — 1890. 22 × 14,50.

SENNA FREITAS (Bernardino José) — MEMÓRIAS DE BRAGA — tomo V. — Braga, Imprensa Catholica — 1890. 22 × 14,50.

SERMÃO QUE PREGOU o R. P. ANTÓNIO VIEIRA, NA IGREJA DAS CHAGAS. — Lisboa — 1642. 20 × 14,50.

SIMÕES MULLER (Adolfo) — HISTÓRIAZINHA DE PORTUGAL — 2.a edição. Lisboa, Edições S. N. I. 15 × 14.

SIRI (Vittorio) — MEMORIE RECONDITE DALL'ANNO 1601 FINO AL 1640 — volume primo. Ronco, 1677. 24 × 16,50.

SOAREZ (Vicente de Gvzman) — LVSITANA RESTAVRADA — Lisboa, 1641. 19,50 × 14,50.

SOUSA MACEDO (Sousa Macedo) — FLORES DE ESPAÑA EXCELÊNCIAS DE PORTUGAL — primeira parte. — Lisboa — 1631. 26 × 19.

SUBSÍDIO PARA A HISTÓRIA DA GUERRA DA RESTAURAÇÃO. — Braga, oficinas gráficas da Livraria Cruz. 23,50 × 16. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

SUCCESSOS DA GUERRA DEPOIS DA ACLAMAÇÃO. — 18,50 × 14.

TOMAS (Mariano) — FELIPE II REY DE ESPAÑA Y MONARCA DEL UNIVERSO. — Madrid, Biblioteca Nueva Almagro, 1942. 19 × 12,50. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

VELASCO DE GOUVEIA (Francisco) — JUSTA ACCLAMAÇÃO DO SERENISSIMO REY DE PORTUGAL D. JOÃO IV. — Lisboa, 1644. 29 × 20.

VELASCO DE GOUVEIA (Francisco) — PERFIDIA DE ALEMANIA Y DE CASTIGLIA. — Lisboa, 1652. 29 × 19,50.

VIAJE A ESPAÑA DEL REY DON SEBASTIAN DE PORTUGAL (1676-77). — Valencia, Editorial Castalia, 1956. 24,50 × 16,50. — Da Biblioteca particular do Ex.mo Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

NOTA DE ABERTURA

à conferência do Professor *Silva Rego.*

A Câmara Municipal de Braga, no intuito de dar condigna divulgação à conferência que o Senhor Prof. Dr. António da Silva Rego proferiu em 16 de Dezembro de 1963 no salão nobre da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, decidiu inseri-la no vol. XVI-XVII da sua revista de cultura *Bracara Augusta,* em composição; e desde já, extraindo separatas, fazer-lhe uma larga distribuição pelo país.

O próprio facto de a assistência a este acto cultural ser invulgarmente numerosa e selecta, ao ponto de ter de se franquear ao público uma sala contígua ao vasto salão de conferências da Biblioteca, significou a conveniência de se não limitar à assistência o benefício e o incentivo que resultam das doutrinas expendidas.

A lição do Prof. Silva Rego foi a segunda dum *Ciclo de Estudos sobre o Ultramar Português* em curso, iniciativa da Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, imediatamente perfilhada pelo Município Bracarense e levada a efeito pela Câmara e pela Delegação.

A primeira lição foi proferida pelo Prof. Dr. Joaquim Moreira da Silva Cunha, ilustre Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, no salão nobre da Câmara Municipal, em 2 de Novembro de 1963, e inserta no vol. XIV-XV de *Bracara Augusta.*

Promovendo o *Ciclo de Estudos,* cuja finalidade de difusão das razões indestrutíveis que a Portugal assistem na defesa sagrada das parcelas ultramarinas do território nacional foi já expressada naquele vol. XIV-XV de *Bracara Augusta,* a Câmara e a Delegação renovam posição de apoio à política ultramarina do Governo, política nobilíssima e a mais consentânea com o brio de Portugal como nação livre e senhora dos seus destinos, e com as tradições originárias do povo português: a Câmara, como representante da cidade cabeça do distrito e como orientadora do concelho de Braga; e a Delegação, em explícita observância das disposições dos seus Estatutos, que lhe preceituam — «Cooperar com o Governo Português na defesa dos direitos de Portugal», e «contrariar, por todas as maneiras convenientes, a vulgarização de quaisquer ideias que possam ferir a dignidade de Portugal como nação livre e independente».

Introdução à conferência e elogio do conferente, Professor Silva Rego, pelo Coronel José Baptista Barreiros, Presidente da Delegação Bracarense da Sociedade História da Independência de Portugal.

Ainda não há muitos dias, foi em 30 do último Novembro, que na conferência realizada nos Paços do Concelho como um dos actos da Comemoração do Aniversário da Restauração de Portugal em 1640, o Prof. Doutor Salvador Dias Arnaut, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, falou na proposta que Giraldo Giraldes, o Sem Pavor, *fez a D. Afonso Henriques.*

Dessa proposta se infere, como vamos ver, a ancianidade da ideia da expansão ultramarina de Portugal, a iniciar por Marrocos.

A vida de Giraldo durante séculos permaneceu ignorada dos portugueses e ainda hoje dela pouco sabemos; apenas geralmente se continua a conhecer o feito da tomada de Évora, com todas as lendas que o exornam como que em rútila moldura.

Esse estranho guerreiro, também designado por Cid Português, *já havia, senão conquistado, pelo menos cooperado nos assédios e tomadas de Beja, Serpa, Juromenha, Cáceres, Trujillo, Montanches, Santa Cruz, Monfra e Lobon* (1), *quando, em 1176, acompanhando o califa Yusuf Abu Yacub, a cujo serviço se colocara, com ele passou a Marrocos onde, depois de algumas campanhas felizes, o califa lhe entregou o governo da região de* Suz, *a sul de Rabat, e a que pertencia Agadir, nomes estes hoje tão pronunciados nas emissoras, como lidos nos jornais.*

Isto passou-se, evidentemente, após a conquista de Évora, e das outras localidades omitidas nas nossas crónicas. A crónica de D. Afonso Henriques, de Duarte Galvão; a Crónica de Sete Reis de Portugal; a Crónica de Cinco Reis de Portugal, nem sequer mencionam Giraldo. Por sua vez, o sizudo e probo D. Frei António Brandão, apesar das numerosas fontes de

---

(1) Dr. José Domingos Garcia Domingues, in Revista «Independência», ano XXI, n.º 24, p. 73.

que se serviu, entre elas a Crónica Gothorum, apenas menciona, prejudicada pela lenda, a conquista de Évora, que naturalmente colheu em mestre André de Rezende, sem se esquecer de frisar que o primeiro Afonso deu a Giraldo o governo da cidade e lhe doou as casas onde vivera Sertório, facto que é bastante sintomático quanto a uma confiança repentina do rei no capitão, confiança, de resto, pouco adaptável à sua lendária situação de capitão de ladrões.

De Tarudante, capital do seu governo, passados tempos, mandou Giraldo a Afonso Henriques uma mensagem com o descritivo da região e dos seus portos, que qualificava de fàcilmente abordáveis, e a proposta de lhe entregar o território se o rei Afonso, com a Armada de que dispunha, ali enviasse uma expedição, que um nosso investigador (2) *computa em 2.000 homens.*

Não sabemos ainda hoje quais os motivos que levaram Giraldo a entrar ao serviço de Yusuf; mas não podemos afastar a hipótese de que intencionalmente se tenha oferecido. Sabemos que era frequente cavaleiros cristãos cooperarem com os inimigos da sua Fé. E o facto é tão patente que aparece mesmo fora das narrativas históricas. O nosso Rodrigues Lapa, nas Origens da Poesia Lírica em Portugal na Idade Média, *ao falar da divulgação da música árabe na Hispânia e na Europa, também regista que havia entre os árabes muitos europeus, sobretudo alemães, empregados no exército.*

Os factos que venho de expor, relativos a Giraldo, são de recente conhecimento, derivado de Crónicas árabes também recentemente achadas, umas completas, doutras fragmentos, embora entre nós o insigne historiador e arabista David Lopes já tivesse utilizado uma cópia parcial do Bayan Al-Mugrib (3).

Mas se não sabemos esse motivo, é lícito estabelecer, a priori, *um entendimento secreto entre Giraldo e Afonso Henriques. O* a priorismo *deriva fàcilmente do próprio facto de um homem da superior craveira de Giraldo, honrado pelo califa com o governo duma grande região marroquina, passado apenas cerca de um ano e mal se viu firme no poder, ter feito a sua proposta ao filho do Conde D. Henrique, considerando-se que a expedição a que aludia, segundo o estudo do Dr. Garcia Domingues, seria indicada para 1178.*

---

(2) Garcia Domingues, *op. cit.*
(3) Id., id.

Era frequente, tanto naqueles tempos como noutros séculos posteriores, correios cristãos, disfarçados de berberes, ou de berberes sob disfarce cristão, que no fundo eram outros tantos espiões, serem portadores de mensagens políticas entre os príncipes cristãos e berberiscos, como também entre grandes senhores do norte e do sul do Estreito e mediterrâneas margens.

Entregue por traição ao Califa, ou interceptada pela sua eficaz espionagem, a comunicação de Giraldo, porém, em vez de às mãos de Afonso Henriques, foi ter às do Califa, que se guardou de se dar por sabedor do projecto de Giraldo. Antes, pouco depois, lhe armou cilada da qual lhe resultou a morte. O grande capitão vislumbrou, talvez, na hora derradeira, o verdadeiro motivo pelo qual suas tropas haviam sido disseminadas e enfraquecida sua capacidade de se opor pelas armas ao ardil que o vitimava.

Não é aqui ocasião para analisar, como o fizeram David Lopes e mais recentemente o Dr. Garcia Domingues (*), a viabilidade da ideia de Giraldo, ao tempo da sua proposta. Apenas, neste momento, me permito ponderar o significado dum envolvimento do Magreb pelo sul, executado por forças portuguesas em cooperação com as sublevadas de Giraldo; e que foi só depois que os conselheiros militares de Afonso V conseguiram levá-lo a desistir do investimento frontal de Tânger, que no dizer dos cronistas se ia convertendo em sepulcro de infantes portugueses, e o convenceram da vantagem do envolvimento estratégico da praça pelo sul, em Arzila, que a funesta Tânger foi abandonada pelos defensores.

Serve, porém, o facto giraldino ao meu intento de assim chamar a atenção de V. Ex.as e dos bracarenses para uma circunstância que ajusta o pensamento da expansão ultramarina dos portugueses ao tempo em que se realiza a separação de Portugal do corpo da monarquia leonesa e a territorial formação do país. E ainda, para que esta expansão tinha por objectivo a África, por onde veio a principiar ao depois em Ceuta; a África, cujo conhecimento para além dos estreitos limites e dos èrros da Geografia de Ptolomeu, nós demos às outras nações; a África, donde se pretende, nesta segunda metade do século XX e após cinco séculos de posse, empurrar-nos, apenas por considerações ambiciosas e sem atenção pelos históricos direitos de Portugal e por uma obra de civilização que não sofre superioridades e está acima, no seu admirável conjunto, daquilo que muitos

(*) *Op. cit.*

dos nossos críticos internacionais conseguiram nos territórios a que renunciaram.

Nos estreitos limites de tempo que me concede a vossa benevolência durante esta introdução à douta lição do Prof. Dr. Silva Rego, não posso ir além de destacar a inferência. Em 1961, logo após os crueis eventos do terrorismo em Angola e numa conferência que fiz a convite do Município de Paços de Ferreira, tive ocasião de mencionar o facto, em que em geral se não faz profundo reparo, de Sancho I, após a conquista de Silves, se ter nomeado rei de Portugal e do Algarve, como o fizeram depois os seus sucessores; e sabemos que a designação Algarve abrangia, na própria acepção dos árabes, o Algarve continental e o Algarve de Além-mar, a Berbéria, Marrocos. E disse então que a ideia de estender o domínio português à África, nos surgia implícita e se achava revelada desde bem cedo, quando assim se intitulara Sancho I. Nessa altura e influenciado pelas dúvidas de David Lopes, eu não quis ir mais além, embora isso me fosse permitido pelo conhecimento de como fora poderoso o cristianismo no norte de África, do século IV ao VI (5) *donde influíra na Hispânia, do que se não esqueciam os prelados que rodeavam os monarcas dos reinos das Espanhas. Ali, desde Tânger até aos orientais confins de Tunis, a florescência do cristianismo foi luz da África e da Europa.*

Porém agora, considero a tese do Dr. Garcia Domingues, que informa que a fonte utilizada por David Lopes, o Anónimo de Madrid e Copenhague, é apenas uma cópia parcial do Bayan Al-Mugrib, de Ibn Idhari Al-Marrakuxi, da qual foram muito recentemente descobertos os últimos cadernos. Os Tomos I e II, como sabemos, já haviam sido editados por Dosy em 1848, e o III por Levy Provençal em 1930 e acham-se traduzidos a espanhol na História de Espanha, de Menendez Pidal.

E esclarece mais, que além desta crónica árabe, se referem aos até há pouco desconhecidos passos da vida de Giraldo, a Crónica Latina dos Reis de Castela até 1236, e a Crónica sobre as origens do império almôada, do marroquino historiador Al-Baidaq.

Considero, ainda, a última lição proferida em Braga pelo Prof. Arnaut.

Suponho, assim, poder-se tirar uma primeira conclusão de tão impressionantes premissas, qual a de que a ideia da expansão ultramarina de Portugal é coeva da formação da nacionalidade.

---

(5) *História Eclesiástica Ultramarina*, do V.º Paiva Manso, passim.

Não me permite a função que aqui estou desempenhando neste momento demora sobre as causas que terão adiado até 1415 o início da nossa acção africana, se bem que os indícios do governo de D. Dinis, e mais claramente de Afonso IV, demonstrem a permanência do pensamento; nem sequer há tempo para considerar a partilha do norte de África entre o Aragão-Catalunha e o reino de Castela em zonas de influência e conquista que excluiam Portugal, pois a Castela era assegurada a parte que incluia o Marrocos até à costa ocidental, conforme o tratado de 1291, chamado de Montagudo, celebrado entre Jaime II de Aragão e Sancho IV de Castela em 29 de Novembro de 1291, confirmado em Sória em 1 de Dezembro.

Segundo este tratado, a conquista da Berbéria foi repartida entre os dois soberanos desta maneira: do rio Muluya ao Oceano, zona de influência de Castela; desde Tunis ao Muluya, de Aragão. Este convénio diplomático teve, para maior coesão entre as duas Coroas de Aragão e de Castela, geralmente desavindas, e acerca do objectivo que visava, por base o casamento entre D. Isabel de Aragão e Sicília e D. Sancho IV de Castela e foi objecto das Cortes de Saragoça, de 17 de Junho de 1291.

Consta dos capítulos dessas Cortes: «Fo avengut et especificat entre los dits Reys que la conquesta de Barberia pertanyes als dit Reys (de Aragão e Castela) en aquesta manera. Que del Riu de Melehuya enves Cepta, et daquela part aytant con es, es de conquesta de Castela. E del dit riu deves Bugia et Tuniz aytant con es del Rey Daragó» (6).

Paralelamente, desejo pôr em destaque a associação entre os factos históricos acima referidos e dignos de meditação, e a fundação da nacionalidade, com a sua formação territorial, colocando-me para o efeito fora das teses em que infrutìferamente têm contendido alguns dos nossos melhores historiógrafos. Fora delas, porque não importam agora ao caso discussões académicas, para tão sòmente frisar que a independência de Portugal, promovida pelo Conde Henrique e levada a cabo pelo filho, é o fruto maduro duma espiritualidade evolutiva em permanência durante séculos; que a divulgação do cristianismo, ou melhor a fundamentação do cristianismo na velha Galécia e ocidente peninsular, à qual S. Martinho de Dume deu o melhor do seu magnífico labor, se acha, como que em herança, na base da formação espiritual e de carácter dos barões e desses prelados que

(6) *La Idad Media en la Corona de Aragon*, por A. Soler, 159; P. y Solvera, *Política Aragonesa en Africa*, 58; Memorial Historico Español, tomo III, 456.

viveram com o Conde Henrique e seu filho Afonso, esses homens extraordinários, misto de sacerdote, de político, de guerreiro, de diplomata, que foram tanto obreiros da independência quanto a afirmaram as mesnadas dos combatentes nos campos de batalha, ou nas tomadias de castelos e cidades.

Sem essa longa e fundamental preparação dos espíritos para a independência, sem a maturidade atingida, não seria um conde estrangeiro que poderia conduzir à rebelião contra o poderio leonês todo um povo, senão aglutinado a uma ideia força.

Vai em 13 anos que um dos distintos professores da ilustre Faculdade Pontifícia de Filosofia, o Doutor Mário Martins, publicou o seu livro — Correntes da Filosofia Religiosa em Braga (séculos IV-VII). *Diz ele, depois de acentuar a vigorosa catolicização da costa ocidental da Hispânia: «Ora nem tudo isto foi inútil para a criação subterrânea e lenta duma consciência regional forte. A independência dum povo proclama-se num momento, mas leva séculos a realizar. Foi o pensamento destes homens que, formando um robusto núcleo de cultura em torno de Braga, à volta dos seus bispos, clérigos e monges, preparou, por dentro e espiritualmente, a futura e longínqua independência portuguesa».*

De tudo quanto fica exposto resultam dois factos fundamentais: espiritualidade da independência da Pátria, executòriamente vivificada pela força das armas quando e onde foi necessário e possível; conexão inicial com o pensamento da expansão portuguesa no além-mar. E deste modo surge com evidência um facto que é em si fundamentação dum princípio político basilar: o Ser, *o* Verbo *da nação, aliançado à expansão ultramarina, como razão de existência da nacionalidade portuguesa, tão complementares como o são no ser humano a alma e o corpo. Tudo quanto vem depois, séculos além, até os nossos dias, e que uma História sem par regista, provém do encadeamento lógico, inevitável, dos sucessos que promanam dum tal binónio.*

E nesse Ser, *e por esse* Verbo *da nação espiritualizada desde longe pelo cristianismo, se origina e se fecunda a* Vocação *dos portugueses como povo que devia desvendar os mundos ignotos, levar a palavra da Fé aos quatro cantos da Terra, e pela Fé e pela amorosa tendência do carácter nacional para a fraterna convivência com os povos, desempenhar no mundo a mais humana missão civilizadora.*

O conteúdo real do pensamento português surge indestrutível através de toda a acção nacional e impondo à Grei a compenetração dum destino

patrocinado por uma ideia formosa e justa, ideia em que a Beleza e a Justiça se aliam ao Bem.

Desse pensamento resultou, qual emanação anímica, que aqui neste continente europeu e no cabo da Hispânia, se situa da nação a cabeça, e o corpo se lhe estende e espaceja pelo Oceano, pela África, pela Ásia, pela Australásia, tendo ainda a Mãe Pátria criado ao seio amorável um morgado, filho querido — o Brasil.

Atacam-nos cruelmente e inìquamente no areópago das nações desunidas, em obediência a mandatos obscuros, e não nos têm acompanhado aquelas que maior obrigação tinham de o fazer, ainda mesmo para cimentação do seu prestígio, aumento do seu próprio interesse e compreensão do alto papel que a nossa existência está cumprindo para evitar que ruam os derradeiros pilares da civilização ocidental em África.

Além dos ataques comandados, temos sofrido pressões constantes para renunciarmos à obra multi-secular que é a nossa honra e a nossa glória. E eu pergunto às consciências se um povo que nasceu com a Vocação *para criador de civilizações, que em virtude da sua* Vocação *tem realizado no mundo uma tarefa sublime com heróica grandeza, uma tarefa que tem tanto de humana como de divina, pode desdizer-se dum passado tão glorioso e renunciar a essa* Vocação *ligada à sua razão de existência, para fazer a vontade a estranhos ambiciosos, sem que esse povo — o nosso povo — mereça, ao cometer tal cobardia, o escárnio dos próprios opressores.*

Na luta pela defesa da integridade territorial da nação e da posição que a Portugal compete no mundo actual, mundo que na sua maior parte desvendou e ajudou a criar, Braga, pelo seu passado, não podia deixar de assumir atitude digna do seu escudo de armas.

Tomamos, por um imperativo moral, uma atitude de incitamento ao ressurgir da consciência ultramarina dos portugueses, que desejaríamos ver secundada por todos os concelhos do país; uma atitude orientada ao regresso ao sentimento dominante na nossa sociedade nos tempos áureos da preponderância lusíada no caminhar pela senda difícil, mas honrosa e dignificadora, de disseminar pela Terra a Civilização que evolutivamente criou o mundo dos nossos dias; uma atitude de reintegração dos portugueses na inteligência, na efectividade dos princípios de filosofia política que foram fundamento desta sacrificada nação multirracial e multicontinental, por forma a, profundando-lhes a essência e a eficiência, reacenderem o farol que iluminou o lusitanismo dos grandes vultos de Portugal na orgânica

desta nação admirável, deste corpo nacional, que depois de mutilado século após século por amputações que são outras tantas ofensas à Justiça divina e humana, ainda tem tanto e tão excelente para excitar a avidez e a cobiça, mascaradas de auto-determinação.

É por todas as razões de ordem espiritual, é do sentimento puro de tantas verdades em que não costumamos demorar-nos a pensar e em que alguns, mesmo, se recusam a meditar, é para que não haja em corações portugueses imagens desbotadas, que se efectuam estas Sessões de Estudos Sobre o Ultramar Português, *das quais a de hoje cabe ao eminente Professor Senhor Doutor Silva Rego, que além de todos os títulos à nossa especial deferência, consideração e estima, tem o de ser filho do distrito bracarense, pois nasceu na ridente freguesia de Joane, do concelho de Famalicão. Pessoa dos mais altos dotes de inteligência e de carácter, o Prof. Silva Rego cedo os evidenciou, desde que, ordenando-se, iniciou a carreira sacerdotal na nobre tarefa de missionário do Padroado Português do Oriente, instituição das mais elevadas tradições e que foi um dos mais dignos títulos de glória da Pátria Portuguesa, na disseminação da Fé de Cristo em hostis terras de infiéis, ou em inóspitos sertões, por esses continentes, nomeadamente o Asiático, por onde a obra gigantesca do Padroado, cuja necessidade se sentiu logo depois que os portugueses se firmaram em África, apesar de todas as forças contrárias há-de perdurar séculos em fora e ser recordada com saudade. Já depois de anos de actividade missionária, licenciou-se em Ciências Históricas pela Universidade de Lovaina, e em 1946 foi nomeado professor da que então se chamava Escola Superior Colonial, hoje Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. Neste prestimoso estabelecimento de formação do funcionalismo ultramarino, foi incumbido da regência das cadeiras de Missionologia e de História da Colonização Moderna.*

Uma vez investido na dignidade da cátedra que muito ilustra, tem consagrado parte dos anos da existência ao labor de reunir e classificar quantiosa e valiosíssima documentação para a História do Ultramar Português.

Escritor tão distinto como professor ilustre e perito em assuntos coloniais, já é muito vasta e muito valiosa a sua obra: — O Oriente e o Ocidente; O Padroado Português do Oriente; O dialecto português de Macau; A presença de Portugal em Macau; A dupla restauração de Angola; Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, 12 volumes de 600 páginas cada; Noções de Metodologia e Crítica Históricas; Macau e a Semana do Ultramar Português.

Em 1951 foi enviado pelo Governo ao Ultramar para estudo da documentação portuguesa do Oriente, nomeadamente a do Padroado. Esta honrosa missão, que desempenhou com a usual proficiência, o levou às terras das antigas missões cujos nomes tão gratamente soam aos nossos ouvidos e nos trazem ao coração a lembrança da grandeza de Portugal heróico e missionário, como os de Ormuz, Índia, Ceilão, e às de África, investigando nos arquivos de Angola e de Moçambique.

Verdadeiro Mestre de Missionologia, bastaria para notabilizar e impor o Prof. Silva Rego à consideração pública de nacionais e de estrangeiros o seu livro Lições de Missionologia, *publicado em 1961, grosso volume de 564 páginas de erudição e de ciência da especialidade, onde todos os que quiserem instruir-se têm muito por onde recrear o espírito.*

Sinto-me sumamente honrado com a missão que me coube de fazer, nesta segunda sessão do Ciclo de Estudos sobre o Ultramar Português, *empreendido pela Câmara Municipal e pela Delegação da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, e perante uma tão numerosa como distinta assembleia, o elogio duma alta individualidade como é a do Prof. Silva Rego, já grande em todo o território nacional pela sua inteligência, valor moral e serviços prestados à Nação.*

Esta grande figura de missionário, de professor, estava pelo seu intrínseco valor indicada para nos dar uma parcela do seu saber, que transmite com o seu fulgor de patriota. Agradecemos-lhe sinceramente a honra que nos concedeu em aceitar prontamente o convite que lhe fizemos.

Que Deus lhe pague, e bem haja.

Angústia e esperança da história

1. *Angústia da história.* — 2. *Dedos que escrevem a história.* — 3. *Esperança da história.* — 4. *Conclusão.*

1. *Angústia da história*

Conta Marc Bloch, que, no próprio dia em que os Alemães entraram em Paris, em Junho de 1940, enquanto o estado-maior, privado de tropas, se encontrava reunido, vergado à humilhação da derrota, alguém teria lançado a angustiosa interrogação: «ter-nos-ia enganado a história?» *Faut-il croire que l'histoire nous ait trompés?* (1).

E contudo, a derrota de 1870 não se encontrava ainda muito longe na perspectiva do tempo. E contudo, bastantes daqueles oficiais do estado-maior deviam recordar-se ainda dos perigos pela França corridos durante a primeira grande guerra mundial, de 1914 a 1918.

É possível que, entre nós também, tenha havido quem, quando do insultuoso roubo de Goa, e perante a ilógica e absurda situação que alheios interesses internacionais criaram à nação portuguesa, se tenha igualmente interrogado, com não menos angústia: «ter-nos-á enganado a história?» E, perante o mudismo da resposta, outras novas e pessimistas reflexões poderão ter surgido: «vivemos a mais grave crise da nossa história; encontrámo-nos sós num mundo que não parece o mundo a que fomos habituados; valerá a pena resistir? Não será preferível ceder?»

«*Vivemos a mais grave crise da nossa história*»... Será verdade? Recorde-se a crise do século XIV: Portugal invadido por Castela; parte da aristocracia portuguesa passada para o inimigo, exactamente por

---

(1) BLOCH, Marc — *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, pág. X. 3ª éd. Armand Colin, Paris, 1959.

pensar como os pessimistas de hoje, que se vivia a crise mais grave da história pátria, e que não valia a pena resistir, etc. etc. A nação, porém, não acreditou e debelou-se a crise.

Mas talvez o século XIV não diga nada àqueles que não cultivam devidamente o estudo do passado. Nesta hipótese, considere-se a crise ou as crises dos séculos XVI e XVII.

Logo que se divulgou a tétrica notícia da morte de D. Sebastião nos areais de Alcácer-Quibir (*Alcácer o Grande*), apareceu em Lisboa em 25 de Agosto um enviado especial de Filipe II: Cristóvão de Moura, português por nascimento, mas castelhano por coração. A sua verdadeira missão era preparar, por todos os meios ao seu alcance, a sucessão pacífica e disputada de Filipe II. Dispondo de amizades várias, prestígio indiscutível e, sobretudo, de vastíssimos recursos pecuniários, iniciou imediatamente a sua acção lenta, eficaz, penetrante. Sentia-se que o trabalho de sapa, a que se tinha votado, feito de sorrisos, ameaças veladas de futuras represálias e risonhas promessas, surtira todo o possível efeito. A frente interna, minada, descoroçoada, desiludida, esmoronava-se aos poucos. E quando em 31 de Janeiro de 1580 o infeliz rei D. Henrique rendeu a alma a Deus, não houve lágrimas, não houve soluços, pois a *alma nacional*, cheia de angústia, concentrava toda a sua atenção em prescrutar os sombrios dias que, a passos cadenciados e certos, se avizinhavam. Pouco tempo depois, sabia-se que Don Fernando Alvarez de Toledo, o frio duque de Alba, havia sido nomeado *capitan general* do exército de Portugal. Que dias aqueles!

Neste mesmo ano de 1580 consuma-se a união dinástica entre Portugal e Castela. A união pessoal, sancionada pela lei, segundo a qual os dois reinos viveriam cada um separadamente a sua vida nacional independente, sob a coroa do mesmo monarca, cedo se transformou em união real, de subordinação e dependência.

Os inimigos da Espanha transformaram-se automàticamente em inimigos de Portugal. E começaram a chegar de todo o vasto ultramar português as mais alarmantes notícias. As esquadras holandesas em primeiro lugar e, depois, as inglesas, movimentavam-se ameaçadoramente em todos os sentidos. No Oriente, os holandeses não escondiam as suas ambições: ocupariam o que pudessem. E Portugal não podia acorrer, com a generosidade que seria para desejar. Como podia aguentar-se perante o concerto geral?

O Brasil começou a resvalar cada vez mais, pelo plano inclinado que os Holandeses lhe preparavam. No Oriente, os Holandeses começavam a banquetear-se fartamente à custa da nossa navegação e das nossas possessões. As Molucas passaram-se, pela força das circunstâncias, para a influência de Castela e, depois, para a da Companhia das Índias Orientais, holandesa. Goa, a própria Goa, era a cada passo bloqueada por esquadras holandesas. Ceilão via-se igualmente a braços com enormes dificuldades. Malaca, a vigia portuguesa situada entre o Oriente e o Extremo Oriente, tinha, por seu lado, de enfrentar exactamente as mesmas ambições. Posição-chave, estava irremediàvelmente condenada a contar com contínuos e persistentes ataques.

A angústia, em Lisboa, durante a época da chegada da armada da Índia, em Setembro, aumentava cada vez mais. Raríssima seria a ocasião em que chegariam ao Tejo todas as naus partidas de Goa ou de Cochim. Não bastavam apenas, para embaraço das esquadras portuguesas, as forças inimigas que, em grande número, cruzavam continuamente o índico. Na altura dos Açores havia esquadrões que, ao largo das ilhas, pairavam ostensivamente, à espera da navegação do Oriente ou do Brasil.

Que fazer em tal conjuntura? No trono, uma dinastia cada vez mais impopular e que tinha aberto o caminho à ambição descarada e insaciável dos que antes eram nossos amigos. Que admirar, portanto, se de vez em quando havia almas pusilânimes e timoratas, menos blindadas contra o desânimo e o abandono? Uma delas foi o capitão de Ormuz, Simão de Melo, que, em 1622, entregou a sua fortaleza ao inimigo anglo-persa. No geral, porém, os Portugueses que, segundo um provérbio indiano, não sabiam contar o número dos inimigos, defendiam-se sempre, e ao mesmo tempo, contra a esperança, mas teimosamente apegados a ela. *Contra spem, in spem.*

Em 1640, após 60 anos, 60 longos e densos anos, reganhou Portugal a sua independência. Mas em que condições, meu Deus! O Brasil estava dividido e havia espíritos sinceramente patriotas que julgavam o caso como definitivamente arrumado. Os Holandeses, porém, não pensavam assim. Convencidos de que ninguém lhes poderia arrebatar a parte já ganha e ocupada, pensavam expulsar os Portugueses daquelas paragens.

A Companhia das Índias Ocidentais, a «Companhia do Açúcar», mal soube da independência portuguesa, enquanto por um lado aparentou celebrar o acontecimento com luminárias em Pernambuco, expediu em todo o

segredo uma poderosa esquadra que se dirigiu imediatamente para o litoral angolano.

Luanda e Benguela foram ocupadas, com relativa facilidade, pois os Portugueses não estavam preparados para tais ataques. O governador Pedro César de Meneses e os seus homens embarcaram-se Cuanza acima e refugiaram-se em Massangano, donde continuaram a luta, recebendo ocasionais e benvindos reforços da metrópole. O litoral, porém, pertencia, sem dúvida alguma, aos holandeses da Companhia das Índias Ocidentais. E era pelo litoral que se escoavam para o Brasil os braços necessários para acionar os engenhos de açúcar.

O Brasil luso-holandês sentiu imediatamente esta mudança de soberania do litoral angolano. Os engenhos de açúcar portugueses, privados de mão-de-obra, foram definhando e, com eles, foi minguando o Brasil lusitano. Os engenhos de açúcar holandeses, pelo contrário, contínua e insistentemente alimentados com novos contingentes de trabalhadores, conheceram o seu período áureo de prosperidade. E, muito naturalmente, o Brasil holandês expandia-se cada vez mais em direcção ao Sul. A Companhia holandesa das Índias Ocidentais competia, desta forma, orgulhosa e vitoriosamente, com a sua rival Companhia holandesa das Índias Orientais. A bolsa holandesa registava contínuos saltos ascendentes das acções do açúcar.

E nesta angústia se balouçariam, durante 7 longos anos, o Brasil e Angola. A Holanda, em paz com Portugal na Europa, teimava em guerreá-lo no ultramar. Foi só em 1648, quando Salvador Correia de Sá e Benevides reconquistou Luanda, que as condições melhoraram. Pouco depois os Holandeses convencer-se-iam de que a sua aventura brasileira tinha chegado ao seu termo.

Terminou aqui a angústia nacional? Longe disso. Malaca perdera-se em 1641, no mesmo ano da conquista de Luanda pelo holandês Houtbeen, o famoso «perna de pau». Não se pode imaginar, à distância de tantos séculos, o que significava para o prestígio nacional a perda de Malaca. Como se aguentariam depois disso os Portugueses, tanto em Macau, como no longínquo Timor?

Mas longo era ainda o caminho doloroso a percorrer. E as notícias continuavam a chegar a Lisboa: os Holandeses estavam agora empenhados em apoderar-se de Ceilão. Os cercos sucediam-se uns aos outros. A Índia, embora perto, não lhe podia valer eficazmente. Os espíritos, nem sempre

serenos, toldaram-se a dificultar a ingente obra que se impunha. Foi conquistada em 1656, após uns oito meses de violento cerco. Rodam anos: em 1661, é a vez de Coulão; no ano seguinte tomba Granganor. Logo depois, inicia-se o cerco de Cochim, onde os Portugueses tinham uma fortaleza, com consentimento do rei local. Cochim era particularmente querida pelos Portugueses, pois, além de ter sido a primeira base que o rei, seu amigo, lhes oferecera na Índia, representava um valor económico incalculável, pois era lá que as naus carregavam quase todas as especiarias, tão sofregamente esperadas em Lisboa. Os Holandeses ocuparam-na em Janeiro de 1663.

Na metrópole, havia que manter contínua vigilância, porque a Espanha não se tinha conformado ainda com a independência de Portugal. Os seus exércitos eram poderosos e, apesar de ocupados ao mesmo tempo na Catalunha, na Itália e na Flandres, dispunham de possibilidades de acção contra as fronteiras nacionais. Em 1658, há a batalha das Linhas de Elvas; em 1663, chegou a Lisboa a notícia de que os Espanhois haviam ocupado a cidade de Évora. Imagina-se a angústia daqueles momentos, em que se poderia esperar o pior? Semanas depois, a angústia dissipou-se, após a batalha do Ameixial. E a campanha, encarniçada, continuou: Castelo Rodrigo e Montes Claros (1665) afastaram definitivamente o perigo duma invasão e duma ocupação que sobre o país pairava desde 1640.

Este longo e angustioso período de incerteza e luta terminou apenas em 13 de Fevereiro de 1668, em que a Espanha se resignou a admitir pública e solenemente a independência de Portugal.

Foi então igualmente que a Santa Sé nos reconheceu a independência. Não havia pràticamente bispos em Portugal. A Espanha, por meio de hábeis influências, havia impedido que as sés de Portugal metropolitano e ultramarino fossem preenchidas. De 1578 a 1668 medeiam noventa anos. Que pensar destes anos, em que sobre todos os lares de Portugal impendia contínua a insistentemente a ameaça de nova ocupação do reino, muito pior que a primeira?

E a crise do século XIX? Em Fevereiro de 1884 assinou Portugal com a Inglaterra o tratado do Zaire, pelo qual ela nos reconhecia, finalmente, após dolorosos acontecimentos, o domínio político do famoso rio Zaire, enquanto se reservava para si o seu domínio económico. A Europa inteira, sem uma única excepção, não simpatizou com o tratado. Resultado: em fins desse mesmo ano reunia-se em Berlim uma conferência interna-

cional, em que Portugal também participou, a fim de regulamentar a divisão da África. E em 24 de Fevereiro de 1885, aniversário do tratado do Zaire, assinava-se a acta geral da conferência de Berlim que se propunha arrumar a questão africana. Nasceu o Estado Independente do Congo e impôs-se a todos os estados europeus, presentes em África, que ocupassem efectivamente as zonas que lhes ficaram atribuídas.

Como podia Portugal ocupar as suas zonas africanas, se não estava preparado para isso e se sempre tinha limitado ao mínimo a sua acção militar?

Surge então no tablado africano um grande régulo: o Gungunhana. Orgulhoso da protecção ostensiva que a Inglaterra lhe concedia, desafiava a autoridade portuguesa. Os anos arrastam-se. Compra armas, prepara-se para a luta decisiva contra os Portugueses em Moçambique. E Lourenço-Marques assiste, então, a um influxo estranho de jornalistas estrangeiros que vinham assistir ao enterro da presença portuguesa pelo menos na região do Sul do Save... E chega-se a 1895, ano decisivo da crise africana. Mas, eis que do seio desta angústia indizível surge a geração de África, a geração de 1895 que afasta, definitiva e pundonorosamente, a ameaça...

Após algumas batalhas, travadas à maneira portuguesa, que não à maneira clássica da guerra, o glorioso Mouzinho de Albuquerque, num audacioso salto de leopardo, cai sobre Chaimite, onde o régulo africano se refugiara, sob a protecção dos manes de seus antepassados.

E os jornalistas estrangeiros, mau grado seu, em vez de poderem transmitir telegramas a anunciar aquilo que todos esperavam, tiveram de se contentar em telegrafar exactamente o contrário: a angústia fora vencida.

2. *Dedos que escrevem a história.*

Conta a Bíblia, no *Livro de Daniel, V, 1-30,* que, na derradeira fase da guerra que opôs o império caldeu, então sob a coroa de Baltasar, à Média e à Pérsia, estando a cidade de Babilónia apertadamente cercada, o imperador caldeu ordenou um grande banquete, a fim de celebrar os triunfos do seu reinado. Reuniu assim os grandes todos do império, suas mulheres e concubinas, em número calculado em cerca de 1.000 pessoas. Fora dos muros, o exército medo-persa preparava-se para lançar último e furioso ataque contra os defesas da cidade. Ensoberbecido perante a pers-

pectiva que o passado lhe oferecia, mandou vir os vasos sagrados, de ouro e prata, que Nabucodonosor, seu pai, trouxera do templo de Jerusalém.

Quando, naquela bacanálica ceia, os convivas se encontravam já algo temulentos pelo vinho, eis que dedos misteriosos... mas citem-se as próprias palavras do Livro de Daniel:

> «Na mesma hora apareceram uns dedos, como de mão de homem, que escrevia defronte do candelabro na superfície da parede da sala real, e o rei via os dedos da mão que escrevia» (*v° 6*).

Perante o espanto e o pânico gerais, após haver tentado outros meios de investigação, o imperador Baltasar mandou chamar o profeta Daniel a fim de lhe desvendar o segredo daquela escrita. E da sua boca ouviu o que queriam dizer aquelas palavras: Mané, Técel, Farés: o teu reino será dividido e entregue aos medos e aos persas. Daí a algumas horas, em último e implacável assalto, que galgou impiedosamente as muralhas da orgulhosa cidade, cumpriu-se o que aqueles dedos tinham escrito.

Dedos que escrevem a história... Raríssimas vezes os dedos da Providência têm escrito directa e visivelmente a história. A História, a não ser a de inspiração materialista, não renega, evidentemente, a Causa Primeira, mas contenta-se com o agir das causas segundas. São dedos humanos, portanto, que habitual e geralmente escrevem a história humana.

São os Portugueses, portanto, que nesta época, digna de ser vivida, porque digna de exigir sofrimento, têm de escrever a sua história. Escreveram a história de Portugal os mártires de Angola quando, no ataque traiçoeiro e inesperado de Março de 1961, aguentaram a pé firme a investida da barbárie desenfreada e convencida que tinha soado a última hora da presença portuguesa naquelas regiões. Escreveram a história de Portugal os dedos daquelas crianças e mulheres, serradas nas estâncias de madeira pelas hordas de Holden Roberto, hoje acarinhado pelo dinheiro americano. A tinta, de que estes dedos se serviram, foi o próprio sangue. Escreveram a história de Angola os dedos de todos quantos se não resignaram à cobardia, ao abandono, à apostasia da Pátria, quer em Angola, quer na Índia, quer na Guiné, quer enfim onde se reunem os abutres internacionais. Escrevem a história nacional os portugueses que, na sua enormíssima maioria, desejam a continuação da Pátria.

Dedos que escrevem a história... São os dedos da nossa juventude, accionados pelo amor recebido e pelo amor que desejam transmitir aos

vindouros. Surdos às sereias que, de vários cantos, lhes ciciam palavras ora de ilusória esperança, ora de velada ameaça, os nossos jovens querem continuar a escrever a história da pátria. Fiéis à direcção que os seus dedos receberam, na infância, quando, incertos e trémulos, escreviam pela primeira vez a palavra «Portugal», assim hoje estão determinados a escrevê-la novamente, mas firmes e decididos, com a plena consciência que os anima.

Dedos que escrevem a história... Não ao sabor de ventos estranhos que dizem soprar sempre da mesma direcção, mas sim, ao sabor doutros ventos que, em Portugal, sopraram verdadeiramente sempre da mesma direcção. São estes os ventos da independência e da honra, da luta pela sobrevivência, da luta pela esperança.

3. *Esperança da história.*

Se há angústia na história, também nela se encontra a esperança. E ai das nações se, subjacente a todas as suas calamidades e aflições, se não sentem alimentadas por esta corrente ou por este eflúvio que dos séculos até elas desce em contínuas emanações de encorajante influência. A nossa história, como se viu, tem sido fértil em crises, mas em todas elas apareceram os homens necessários para as poderem digna e justamente enfrentar. Na Europa do século XVII, não só abundaram os soldados, mas também os diplomatas. A nossa diplomacia desdobrou-se e triplicou-se em fecunda acção em todas as cortes europeias. Os nossos soldados, por outro lado, souberam lutar com afinco e tenacidade.

Quando surgiu a grande crise do século XIX, iniciada, como se disse em 1885, com a conferência de Berlim e terminada, pelo menos na sua mais perigosa acuidade, em 1895, quem diria que estava preparada, e devidamente preparada, uma pléiade de homens escolhidos e aptos a receberem sobre seus ombros todas as responsabilidades? Na período de apagada e vil tristeza, em que não faltavam vozes agourentas de cessão e de abandono, mal soou o toque de perigo, correram todos a ocupar o seu lugar, prontos para todas as eventualidades.

A guerra de África de 1895, feita contra todos os preceitos bélicos e militares, contidos em sábios e prudentes manuais, demonstrou então que algo havia de imponderável e de desconhecido no carácter português e que os inimigos de então felizmente haviam ignorado.

E, para não irmos mais longe, que dizer da juventude de hoje? Sim, desta nossa juventude, que para aí vive, anónima, risonha, despreocupada e tantas vezes caluniada, nas nossas cidades e aldeias... Quantas e quantas vezes se não têm lançado sobre ela os mais injustos e descabidos comentários? Juventude inútil, dizia-se, juventude desnorteada, juventude comodista, eu sei cá...

Pois, após o que se está a passar em Angola e no nosso ultramar, há que emendar sincera e contritamente esta opinião. A juventude de hoje é digna continuadora da juventude portuguesa de sempre. A nação pode contar e conta com ela. É este já o testemunho das autoridades superiores, de todos quantos têm a honra de lidar com ela.

Lido com rapazes universitários há bastantes anos. Tenho muitos alunos nas fileiras e sei como eles se têm portado. Há bastantes meses, um meu aluno, ao despedir-se de mim, como alferes caçador-especial, afiançou-me que cumpriria o seu dever. Chegado a Luanda, foi pouco depois destacado para Beça Monteiro. Daí a três ou quatro meses, soube que tinha regressado, gravemente ferido, e que se encontrava hospitalizado. Fui vê-lo. Reconheceu-me. Mal pôde falar, mas apertou-me a mão de tal forma que percebi imediatamente o que ele queria dizer. Sim, tinha cumprido o seu dever.

E que dizer dos nossos soldados, dos nossos «magalas», dos nossos «galuchos», antes tão frequentemente subestimados? Que o digam os oficiais que os comandam. Estes homens que daqui partem, com o coração amarfanhado pela saudade, abalados pelas lágrimas dos seus entes queridos, aparentemente «diminuídos», uma vez no ultramar, agigantam-se, enfrentam alegremente todos os perigos e cumprem com simplicidade e naturalidade o seu dever.

Tive ocasião, o ano passado, de passar alguns dias em Luanda. Conversando com vários oficiais, não houve um único a referir-se com desdém ao nosso soldado, verdadeiro «poilu» desta guerra. Naturalmente expansivos, tendo no sangue, herdado dos seus avós, o sentido da verdadeira convivência com outras raças, davam autênticas lições a correspondentes estrangeiros de imprensa que por Luanda aparecem a cada passo. E não podem estes explicar como é que eles são capazes de oferecer o próprio rancho a inimigos de ontem; como acarinham com tanta ternura as crianças abandonadas; como se comportam, quais verdadeiros senhores, possuidores duma civilização autêntica, perante as mais variadas contingências.

Uma ocasião havia apenas, segundo me observaram, em que os nossos soldados se sentiam algo abalados no seu moral: era quando chegava correspondência. Cada um procurava ler as cartas dos entes queridos, afastado dos camaradas, não fossem eles lobrigar nas suas faces já tisnadas pelo sol uma furtiva lágrima de saudade. E a carta lá ia para o bolso a fazer companhia às mil coisas que um soldado tem ou pode ter. A saudade, porém, não os impede de cumprir o seu dever. Antes parece que leva de cá para lá, nas dobras do envelope e nas linhas tantas vezes mal notadas, como soi dizer-se, a terminante ordem de continuar naquelas paragens a pátria comum.

Diz-se e tem-se dito sempre que as crianças de hoje são os homens de amanhã e que sobre os seus ombros repousarão os destinos da pátria. Não se enganaram os homens da minha geração quando depositaram na juventude de hoje a esperança, toda a esperança da história nacional.

4. *Conclusão.*

Entre as instituições medievicas que transitaram para a sociedade moderna, conta-se a da *menagem* ou *homenagem*. Quando algum castelo ou fortaleza era confiado ao seu capitão, a cerimónia revestia-se da máxima solenidade. A praça forte representava qualquer coisa de essencial na vida nacional. Tinha que ser defendida até ao derradeiro alento. O juramento que o capitão prestava, perante Deus e perante el-rei ou o seu representante, ligava-o indissolùvelmente ao seu cargo. A sua vida, desde aquele instante, não lhe pertencia. Era propriedade daquele castelo, daquela praça forte. Foi assim que se moldou a pátria portuguesa metropolitana. *As Ordenações do Reino* são claras a este respeito.

Poderia parecer que, no ultramar, se adoptaria processo diferente. Não haveria, certamente, aquele vínculo sagrado. A Pátria metropolitana ficaria na Europa. As possessões desenvolver-se-iam segundo condicionalismos diversos. As fortalezas poderiam, portanto, abandonar-se, sem grande risco, nem quebra de prestígio, para el-rei e os seus capitães.

Ora, aconteceu exactamente o contrário. Esta instituição da *menagem* ou *homenagem* foi transportada imediatamente para o ultramar, com toda a simplicidade e naturalidade. Exigia-se aos capitães ultramarinos o mesmo juramento prestado solenemente perante Deus e perante o representante de el-rei. O vínculo era o mesmo. Juravam sacrificar a sua vida ao defender uma praça da Índia, como ao defender uma praça do Alentejo.

Não houve cálculo nesta medida. Não houve hesitação. Não houve diferença. Era assim que se encarava a empresa de Portugal no mundo.

Isto explica, até certo ponto, aquilo que acima se disse, a respeito da decisão com que os portugueses defenderam as posições, por eles consideradas básicas. E falou-se em Simão de Melo, o infeliz capitão de Ormuz, que, em 1622, a entregou, contra o parecer dos outros capitães, ao exército inimigo anglo-persa. Antes de o fazer, porém, correu a suprema vergonha de ouvir da boca do próprio sultão de Ormuz, muçulmano, as seguintes palavras que lhe deviam soar na face como violenta chicotada: «*Ah! Senhor capitão! Que contas há-de V. Mercê dar a Deus e a Sua Majestade da perdição das suas fortalezas, tendo leões que lhas defendiam*».

Há palavras que fazem história. E estas são certamente dignas de registo. O sultão, o muçulmano, reconhecia que o capitão português, tendo recebido, em menagem a fortaleza de Ormuz, não a podia entregar, sem quebra da sua honra, sem perjúrio grave, sem ofensa, primeiro a Deus e, logo depois, a el-rei.

Isto passou-se em 1622. Foi assim em 1722, em 1822, em 1962. Os vínculos são os mesmos. E ainda haverá, quem ache anacrónica a luta pelo nosso ultramar?

É esta a grande, a enorme esperança do futuro nacional.



Livros do Registo

16.º Livro

(Continuado da pág. 411 do volume XIV-XV)

Privilégio da S. C. da Misericórdia a favor de José António Francisco Basto, da fonte da Carcova — fl. 440, v.

Identico de Jacinto Francisco, sombreireiro, do Paul de N. S. a Branca — fl. 441.

Carta de examinação de parteira, a favor de Ursula Maria, mulher de Clemente José Vieira, da porta de S. João — fl. 441, v.

Carta de examinação de sangrador de Francisco Vieira de Sousa, da freguesia de Adaufe — fl. 442.

Privilégio da SS. Trindade a favor de Jerónimo Ferreira de Macedo, da freguesia de Adaufe — fl. 443.

Privilégio da S. C. da Misericórdia a favor de António Gomes, palmilhador, [da rua dos Biscainhos] — fl. 444.

Privilégio da SS. Trindade, a favor de Francisco da Costa, da freguesia de Santiago de Esporões — fl. 444, v.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de Francisco Fernandes, lavrador, da freguesia de Palmeira — fl. 445.

Identico de Lourenço Francisco, do logar de Vilar, freguesia de S. Victor — fl. 446, v.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de Domingos Gonçalves, da rua da Ponte, de Guimarães — fl. 447.

Carta de examinação de sangrador a favor de Custódio da Silva, da rua do Anjo — fl. 447, v.

Carta de examinação de Manuel, Solteiro, da freguesia de S. Torquato (a) — fl. 448, v.

Privilégio da S. C. da Misericórdia a favor de João Duarte, [do lugar de Castelo] da freguesia de Fraião (b) — fl. 452.

Carta de examinação de José de Sepulveda, ourives de ouro (c), [morador nos Açougues Velhos — fl. 452, v.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de José de Sepulveda, ourives, dos Açougues Velhos — fl. 453.

Identico de Manuel Lopes, sombreireiro, do campo de N. S. a Branca — fl. 453, v.

Privilégio do SS. Sacramento da S. Sé, a favor de Marcos António Lopes Ferreira, mercador de Massaria, da fonte da Carcova — fl. 454.

Carta de examinação de Estevão Rodrigues Baeta, ourives de ouro, (d) desta cidade — fl. 455.

Privilégio de S. António, da cidade de Lisboa, a favor de Custódio Fernandes, da freguesia de S. Estevão de Penso — fl. 455, v.

Carta de examinação de ourives de ouro, (e) a favor de João de Sousa, da rua Nova — fl. 456.

Privilégio de S. António, da cidade de Lisboa, a favor de António Rodrigues Ferreira, da freguesia de Santa Maria de Lamas — fl. 466, v.

Carta de examinação a favor de Manuel da Costa, ourives de ouro (f), da rua de Gatos, — fl. 457.

Carta de examinação de João J. Tiago da Silva, ourives de ouro (g) — fl. 457, v.

Carta de examinação de Custodio Gomes Machado, ourives de ouro (h) — fl. 458.

(a) A carta registada em Braga fora passada no Couto de S. Torquato, do termo de Guimarães, como se diz no texto.

(b) No originai escreve-se *Fraam*.

(c) A marca era a letra M, simples.

(d) A marca, mal aposta, parece um simples B.

(e) A marca era um S, aberto num quadrado.

(f) Usava por marca um M aberto num rectangulo.

(g) A marca era um S aberto e recortado, mas gravava investidas no punção.

(h) Marca: um simples C.

Carta de examinação de Bernardo Correia, ourives cravador — fl. 458, v.

Carta de examinação a favor de Manuel de Matos, ourives de ouro, (a) desta cidade — fl. 459.

Ano de 1761

Carta de examinação de António de Castro, ourives de ouro, (b), dos arrabaldes da Cruz de Pedra — fl. 459.

Carta de examinação de José Mendes, ourives de ouro, da rua de Gatos — fl. 459, v.

Petição de Manuel Gomes Ribeiro, António Monteiro Salgado e outros, da freguesia de S. José (c) desta cidade, e decreto que nela deu o Serenissimo Dom Gaspar sobre a çorreição dos moinhos — fl. 460.

Privilégio da Bula a favor de António Rodrigues de Araujo, da freguesia de Palmeira — fl. 461, v.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de Manuel de Moura Leite, da rua das Aguas — fl. 462.

Marca (d) de Vicente José Ferreira, ourives de ouro — fl. 462, v.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de António Ferreira de Oliveira, da freguesia de Santiago de Santa Lucrecia — fl. 462, v.

Identico de Domingos Francisco, da rua da Regoa — fl. 463.

Privilégio do SS. Sacramento da igreja de S. Lazaro, a favor de Cosme Pereira de Lemos, da rua da Ponte — fl. 463, v.

Instrumento a favor de António Gomes, da freguesia de Nogueiró, de como serviu de Almotacé no Couto de Pedralva — fl. 464.

Privilégio do SS. Sacramento da igreja de S. Lazaro, a favor de Manuel da Silva, morador aos Terceiros — fl. 466, v.

Privilégio da Bula da Santa Cruzada, a favor de João Rodrigues, da freguesia de Tenões — fl. 465.

Privilégio das Táboas Vermelhas, a favor de José da Cunha e Sousa — fl. 465, v.

(a) Tinha por marca a letra M, simples.

(b) Tinha por marca a letra M, simbles.

(c) A freguesia de S. José é mais vulgarmente designada S. Lazaro, da igreja onde foi fundada.

(d) A marca consistia em letra V aberta num triangulo.

Livro das Vereações

(Continuado da página 417 do Volume XIV-XV)

Itte' Acordarão mais que requerendo o dito rendeiro ou arrecadador da dita renda ao Escrivão que elle tem por informação que as pessoas que o dito Sal vendem. o tem escondido nesta Cidade e arrabaldes. e termo pera depois o meterem escondido e o venderem se' o escreverem que vão as Cazas das ditas pessoas e lhes dem iuram^to^ e assentará todo o q' for necessario pera boa arrecadação da dita renda pello qual assento o dito rendejro. ou a pessoa que o tal cargo tiver da dita renda poderá de mandar e compellará a pessoa q' o tal sal tiver dentro em dobro e mais os ditos mil rs que pagarão da maneira atras declarada ficando sempre reservada aos regedores da Camara moderar as penas sobreditas do modo que bem pareçer — //.

Itte' Acordarão mais que o escrivão da imposição não leve nada por dar os Varejos cada e quando que for chamado pello rendejro ou por quem o tal cargo tiver que vá dar os ditos varejos nem menos levará pellos assentos que fizerem as pessoas que forem assentar o dito Sal no livro do rendimento da dita imposição que pera isso he ordenado por. quanto te' ordenado a custa da dita renda em cada hu' Anno nem menos o porteiro da Camara levará nada por ir andar nos ditos Varejos quando o dito Escrivão for chamado do dito rendejro ou arrecadador porque tambem tem por isso erdenado. — //.

Itte' Acordarão mais porquanto erão informados que os Saleiros que o tal Sal vendem tanto que tem vendido o dito Sal as pessoas que o comprão e feito o preço cõ elles e recebido o dinheiro E depois de tudo isto feito dizião aos compradores, que tinhão mais hu' real de imposicão de cada raza e o levavão do que as ditas pessoas. que o cõpravão se escandalizavão e querendo prover nisso ordena vão que daqui em diante nhuã pessoa que o tal Sal vender faça mais que hu' preço ne' falem em imposição nem real e os Almotaçes quando lhe pozerem o dito Sal meterão o dito real da Imposição no preço da postura que lhe puzerem que de pagar de imposição por cada raza sob pena do que o contrario fizer pagar mil rs pagos da dita maneira, porque da dita manr^a^ se faz na imposicão do Vinho. — //. —

Itte' Acordarão mais, que toda a pessoa que o dito sal vender e

não comprir o dito regimento pella primeira vez pagará as penas conthendas nelle e pella segunda pagará as ditas penas em dobro e mais ficara inhabilitado pera nunqua mais vender sal nesta Cidade e arrabaldes e termo della. —

E acordarão mais que todas as penas acima declaradas neste regimento se pagarão da Cadea da maneira sobredita. —

Acordarão mais, que o Escrivão da Imposição notefique este regimento a todas as pessoas que o dito Sal venderem pera que venha a suas noticias e disso faça Auto e termo pera que depois não se chamem a Ignorancia e que não veio a suas noticias — //

Acordarão mais, que o traslado deste regimento se dee ao rendejro ou arrecadador ou olheiro da dita renda. pera por elle saber como se ha de aver na arrecadação da dita imposição — //

tl.º 246

Que não aia mais meudas medidas pera o Azeite que de Cartilho meio Cartilho e de tres rs e real e meio —

Itte' Acordarão mais na dita Camara, que daqui por diante não aia mais medidas pera vender Azeite somente, que quartilho meio quartilho e medida de tres rs e real e meio, por quanto pella informação e experiencia que tomarão e fizerão acharão que a medida de real levava tão pouco que não aproveitava nada e mandarão ao aferidor que afinasse as ditas medidas da dita maneira. — //: —.

tl.º 247

Do que os jurados hão de Noteficar as pessoas de suas juradias — //

Itte' Acordarão que os jurados farão fazer os Caminhos publicos, e traveços e estradas cada e quando que em qualquer tempo do Anno for necessario conçertarse tudo, e abrir os boeiros e barbear os mattos dos ditos caminhos e estradas. E as pontes e fontes correger estando mal conçertados E assi prover que se não desconcertem e tudo farão e conçertarão pello Anno. avante cõ os das suas iuradias pera que tudo

este sempre m^to bem concertado. pera que todos a pe e a cavallo e carros possão andar livrem^te o que cumprirão sob pena que por cada ves que tudo não estiver muito bem conçertado da dita maneira paguar cada jurado pera o Concelho quinhentos rs e outro tanto pagará cada hu' dos das suas juradias que a seu chamado não quizer fazer e concertar o sobredito e sua fee de cada hu' a dita pena E das mais penas, que pozerem os das suas juradias pera outras cousas necessarias acustumadas. o virão dizer a Camara ou Escrivão della pera que paguem a pena e por fee dos ditos jurados e assento do dito Escrivão de como. lhcs puzerão as ditas penas e serem por ellas demandados. (*) —

— E assi' noteficarão aos de suas iuradias que Cazaes tiverem semeem cada hu' meio alqueire de Cevada branca pera grão e facão Orta tendo lugar pera a fazerem e que ponha cada hu' em seu terrejro e chão. seis Carvalhos e dous Castanheiros a qual noteficação lhes farão que dem tudo feito posto e semeado por todo o mes de feverejro vindouro do dito Anno sob pena de cada hu' que o assi não cumprir pagar pera o Concelho por cada cousa que faltar duzentos rs e assi Noteficarão aos de suas juradias que entre doze facão e tenhão uma rede para armarem aos pardais e a terão sempre armada nas Sementeiras pera os tomarem que são m.^to daninhos sob pena de por cada uez. que não tiverem as ditas redes continuam^te armadas nas Sementeiras pagar cada hu dos das ditas redes. por cada vez pera o Concelho duzentos rs. E os ditos iurados noteficarão e declararão. sempre aos das ditas redes. que assim o cumprão e guardem e de todo o sobredito que os ditos iurados hão de notificar E tambem noteficarão aos de suas iuradias que tiverem latas sobre estrada ou caminho publico o alevantem e tenhão direita de modo e maneira que livrem^te por debaixo della possa hu' home' de Cavalo passar sob pena de duzentos rs pera o Concelho por cada vez. e quem o accuzar E virão dar suas fes por todo o dito mez. de janeiro da noteficação sob pena de quinhentos rs. pera o Concelho cada hu' — // —

tl.º 248

Vreacão do que hão de pagar as pessoas que passão as taxas: —

Itte' Acordarão mais que se apregoasse que toda a pessoa que passar os preços de Cada cousa e todas as atras declaradas pagar por

(*) No original fez-se aqui uma divisão e foi posta a nota: «Athe aqu ».

cada vez. mil rs. da cadea a terca parte pera o Concelho e a outra terça parte pera as despezas da Camara e a outra pera quem o accuzar — E assim Acordarão mais que todo o official que ora uza de seu officio e outra qualquer pessoa que uza de qualquer mister tenha sua porta e tenda aberta e uze de seu mister e officio como te aqui uzou sob pena de quem o contrario fizer pagar por cada vez dous mil rs da Cadea pella maneira sobredita de quem passar os ditos preços e mandarão que todo se apregoasse e assentasse a fee do pregão — //: —

tl.º 249

Vreação da pena que tem aquelles. que não tem regimento de seu officio

E assi mais acordarão que cada official tenha cada hu' de seu officio a porta em huã taboa pera que o que for comprar saiba o que lhe hão de levar assinado pello Escrivão da Camara sob pena cada hu' que o assi não comprir pagar por cada vez. da Cadea pella maneira atras declarada quinhentos rs e mandarão que tudo se apregoasse e o pregoeiro de todo disse a fez e se assentasse a dita fee — //.

tl.º 250

Vreação que o Pão de trigo e boroa se venda a Pezo e tenhão balança e pezos e mancebo de pao e que a balança esteia pendurada e faca pera cortarem o Pão (a)

Itte' Na dita Camara por elles regedores foi dito aos Cidadoens e povo que estavão presentes e abaixo assinarão que por pregão forão chamados e como os Almotaces que forão o mez. passado de Agosto ordenarão e mandarão que toda a pessoa que nesta Cidade e arrabaldes. e termo vender pão cozido de trigo e boroa o vendesse a pezo. e o mandarão apregoar e querendo executar seu mandado alguãs das pessoas que o cozião e vendião o dito pão aggravarão pera esta Camara do tal mandado. ao que não diffirirão sem primeiro o praticarem e

(a) Nota em Ms II.: «Isto se avia de observar mas acabouse o zelo.»

cõmonicarem cõ elles e que achando que era bem e em proueito da republica o assentarião por acordo e mandarião que se comprisse e ouuido por elles Cidadoens. e povo e praticado bem o negocio disserão todos que lhe parecia muito serviço de Nosso Snõr e bem da republica vendesse o dito pão a pezo. pera que cada hu' aia o seu. e não aia engano pello que acordarão que daqui em diante toda a pessoa que nesta Cidade e arabaldes e termo. vender pão cozido assi de trigo como de boroa e o cozer o venderá a pezo. e farão pão de aratel meio arratel, e quarta de arratel E os Almotaçes que pellos mezes forem em principio de seu mez. porão o preço ao dito pão conforme a valia do trigo e do centeio e milho e a seu regimento de manejra que o pão será sempre de arratel e meio aratel e quarta de arratel como dito he e o preço será conforme a valia do pão e crescerá e diminuirá perque desta maneira não averá engano e cada hu' averá o seu sob pena da pessoa ou pessoas que o Contrario fizerem pagarem por cada vez pera o Concelho e quem os accuzar mil rs. pella primeira vez e pella segunda dous mil rs e dez. dias de Cadea e pella terceira quatro mil rs applicados da mesma maneira e trinta dias da Cadea e inhabilitado pera nunqua mais uzar do mister e isto avendo respeito a muita devassidade que vai no dito pão nunqua chegar ao pezo. e sendo cazo que os ditos paens não cheguem ao pezo o vendedor lho enchera por pão e serão obrigados as ditas pessoas. que o dito pão cozido venderem terem continuada m^{te} balança e pezos. cõ o dito pão pera o pezarem assi nas praças como em suas cazas. onde o venderem como dito he o que assim comprirão sob a dita pena a qual balança terão em hu' mançebo de pão em que estará segura. e se peze bem e terão a dita faca cõ que partão o dito pão e tudo será muito limpo e mandarão que se apregoasse e que de segunda fr^{a} que ora uem. que serão dezasseis deste presente mez. de Setembro e assinarão aqui — //. /.

tl.º 251

Declaração da vreação daquelles que entrão nos cerrados e pumares alheos.

Itte' Acordarão mais que a vreação que esta neste livro acerqua dos que entrão em cerrados e pumares e outras cousas. se cumpra e guarde assi e da maneira q' nella se contem cõ tal declaração que' vir

entrar nos taes. lugares. e não chamar a Vós del Rej Nosso Snõr sobre o que entrar nos ditos lugares pague mil rs de pena pera quem o accuzar e concelho. e que provando qualquer pessoa por huã testemunha que outra lhe entrou no seu cerrado pumar orta fique provado pera pagar mil rs da Cadea. applicados pera o dono da Orta — //.

tl.º 252

Vreação que nhuã pessoa. tenha sua porta aberta depois do Sino de correr: —

Itte' Acordarão mais que toda a pessoa desta cidade e arrabaldes. que tiver sua porta aberta depois do sino de correr pague por cada vez. quinhentos rs. pera o Alcaide meirinho seus homens — //

Revogada e q' fique nos termos da lej do Reino

tl.º 253

Vreação dos homens que peleião cõ molheres. a dellas vaj tl.º 148.

Itte' Acordarão mais que porquanto não avia Vreação que falasse nos homens que pellejavão cõ molheres, mandarão que daqui em diante home' que peleiasse cõ molher. pague por cada vez. mil rs e sendo provocado a isso pagara a pena contheuda na Vreação das molheres. que pelejão applicadas da manr^a^ da dita vreacão e quanto a Cadea ficara em Alvidio (*) do julgador — //.

tl.º 254

Confirmação de Vreaçoens pellos ditos Cidadoens que forão presentes. e assinarão no livro dos Acordos do Anno de setenta e sette aos doze dias do mes de Setembro do dito Anno — // —

Itté na dita Camara disserão elles Regedores a elles Cidadoens que era necessario conformarense as Vreacoens feitas tee aqui e por elles

(*) Alvedrio, arbitrio.

foi dito que pella experiencia que dellas tinhão e por serem boas e em proveito da Republica desta Cidade e proveito della as approvavão e retificavão e que se comprissem e guardassem assi e da maneira que nellas se continha e se dessem a sua devida execução e que estas que ora noua mente se fizerão se passassem ao dito livro dellas cõ as penas nellas contheudas e que todo se apregoasse — //.

As quaes. Vreacoens e Acordos forão apregoados. por Salvador glz o Majo porteiro e pregoeiro desta Cidade segundo consta de sua fee que deu no livro dos Acordos. aos treze dias do mes de Setembro. do anno de mil e quinhentos. e setenta e sete annos. —

As quaes. Vreaçoens e Acordos eu João teixeira. que ora sirvo de Escrivão da Camara. desta Cidade de Braga pello Arcebispo Primás Nosso Snõr trasladei dos livros dos Acordos da Camara desta Cidade onde estão por mandado dos regedores della como consta do termo e Acordo que está no livro delles. deste presente Anno de Setenta e Sette Aos treze dias do mes de fever.º do dito Anno e os trasladei bem e fielm^te^ sem cousa que duuida faça e não trasladei alguãs Vreacoens do livro dellas que era feito te o anno de cincoenta por não servirem. nem se uzarem dellas por serem m^to^ antiguas e não fazerem ao tempo e tudo fiz por mandado delles regedores. que aqui comigo Escrivão assinarão Aos vinte e seis dias do mes de Outubro. do dito Anno de mil e quinhentos e setenta e sete annos. Guarda. Pedro Frg de Lima Fernão pr.ª Franco Soares. Antonio Alz barrozo. Pero de arcas. João teixeira — //:

Efemérides Bracarenses

Ano de 1963

Janeiro, 1 — A presidência da Câmara determina manter no ano corrente a anterior distribuição de pelouros pela vereação. e reconduzir os presidentes das Comissões Municipais Consultivas e do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados.

Janeiro, 3 — O Arcebispo brasileiro de Diamantina, D. Geraldo Proença Sigaud, acompanhado de diversos sacerdotes da sua diocese, visitou o Santuário do Sámeiro.

Janeiro, 8 — O deputado bracarense, António Maria Santos da Cunha abordou na Assembleia Nacional uma série de problemas relacionados com a vida agrícola e industrial do País, mormente os da região de Braga.

Janeiro, 12 — A imprensa local noticia hoje que, numa exposição infantil recentemente realizada pelo Clube Atlético de Queluz, foram distinguidos dois concorrentes bracarenses da Academia de Pintura e Desenho «Convivium», dirigida pelo pintor Luís de Campos, tendo o 2.º prémio sido atribuído a um concorrente de Braga.

Janeiro, 13 — O Senador Juscelino Kubitschek de Oliveira, antigo Presidente da República do Brasil, acompanhado do Embaixador do Brasil em Portugal, Dr. Francisco Negrão de Lima, visitou a cidade de Braga tendo percorrido os seus principais monumentos. No Palácio dos Falcões foi oferecido aos ilustres homens públicos e à sua comitiva um almoço volante que reuniu para cima de duas centenas de convidados dentre as mais representativas individualidades do distrito. No Aeródromo de Palmeira procederam à entrega do avião «Paulistinha», oferta do Governo Brasileiro ao Aero Clube de Braga.

Janeiro, 17 — A Câmara adjudica a pavimentação dos novos arruamentos da zona de Maximinos por 165.270$00.

Janeiro, 28 — O goês dr. Bonifácio de Miranda, delegado de Portugal na ONU, proferiu no salão nobre da Biblioteca Pública uma conferência que subordinou ao tema «O Estado da Índia, Portugal e o Mundo». Fez a apresentação do conferente o deputado comendador António Maria Santos da Cunha.

Janeiro, 29 — No Largo da Senhora-à-Branca desta cidade inaugurou-se um monumento ao dr. Alberto Cruz. Esta homenagem foi promovida por um grupo de amigos e admiradores do saudoso cirurgião e homem público, defensor acérrimo dos interesses da sua terra. A ela se associaram as forças vivas da cidade, membros do Governo e da Assembleia Nacional. O Presidente do Conselho de Ministros fez-se representar pelo Ministro das Finanças.

Janeiro, 31 — O dr. José Maria Ferreira de Araújo, vice-presidente da Câmara de Braga, atinge amanhã o termo do seu mandato sem possibilidade legal de recondução. Por tal motivo o presidente da Câmara, dr. Francisco de Araújo Malheiro, na sessão que hoje se realizou, apresentou-lhe os agradecimentos e cumprimentos de despedida, em nome pessoal e da Edilidade, referindo a prestimosa colaboração dispensada ao Município e à cidade pelo dr. Ferreira de Araújo, ao longo

dos doze anos que exerceu as funções de vice-presidente da Câmara.

— A Câmara resolve adquirir uma ambulância para o serviço dos Bombeiros Municipais.

Fevereiro, 1 — No salão nobre da Câmara Municipal, sob a presidência do Governador Civil, e com a presença de toda a Câmara e muitas individualidades, foi prestada pública homenagem ao dr. José Maria Ferreira de Araújo, seu vice-presidente, que neste dia abandona as suas funções, depois de 12 anos de serviço ininterrupto.

Fevereiro, 2 — Numeroso grupo de alemães que a convite da T. A. P. visitam o nosso País é recebido pelo presidente da Comissão Municipal de Turismo, vereador António Leitão de Carvalho, no edifício desse departamento. Do grupo visitante faziam parte individualidades do maior destaque na vida política e social da República Federal Alemã, e eram acompanhados por representantes da Imprensa, da Rádio e da Televisão.

Fevereiro, 7 — A Câmara delibera inscrever em futuro orçamento um subsídio destinado a despesas com a propaganda cultual e cultural para glorificação do grande Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires.

— Por proposta do presidente da Câmara é nomeado o vereador António Leitão de Carvalho para constituir, sob a sua presidência, a Comissão Promotora das Festas da Cidade no ano corrente.

Fevereiro 13 — O Orfeão de Braga, sob a regência do seu director artístico, dr. Manuel de Faria, realizou um sarau de arte no salão nobre da Biblioteca Pública, precedido duma palestra pelo mesmo director artístico subordinada ao tema «O mistério do Natal na canção popular portuguesa».

Fevereiro, 14 — Por motivo da passagem do primeiro aniversário da sua posse como Governador Civil de Braga, o dr. Francisco Pessoa Monteiro foi muito cumprimentado e saudado.

Fevereiro, 15 — O Prof. dr. Adriano Moreira, antigo Ministro do Ultramar e Prof. do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, proferiu uma notável conferência na Biblioteca da Faculdade Pontifícia de Filosofia. Enquadrava-se esta conferência no ano cultural deste Instituto Superior, tendo o conferente desenvolvido o tema «As liberdades públicas e a actual balança de poderes».

O Prof dr. Avelino Jesus da Costa, professor da Faculdade de Letras de Coimbra e um dos maiores valores actuais no campo da investigação histórica, foi eleito sócio correspondente da Academia Portuguesa de História. Regista-se esta efeméride como se de um bracarense se tratasse, pois que o dr. Avelino Jesus da Costa foi aluno e professor distinto dos nossos seminários, e continua ligado a várias actividades culturais da cidade.

Fevereiro, 20 — O Secretário de Estado da Agricultura, eng.º Azevedo Coutinho, presidiu no salão nobre da Biblioteca Pública a uma reunião de técnicos agrícolas e lavradores do distrito. O objectivo essencial desta reunião foi preparar o meio para aceitar alterações de estrutura, rever métodos de trabalho, e reparar soluções, de modo a que a actividade agrícola evolua e progrida como um todo, adentro da economia nacional.

Março, 1 — Na Casa da Mocidade Portuguesa iniciou-se o «Colóquio sobre questões do tempo presente» com uma palestra pelo Prof. dr. Júlio Fragata, S. J.

Março, 7 — A Câmara delibera colaborar com a Confraria do Sameiro nas Comemorações do Primeiro Centenário do Santuário.

Na sessão da Câmara que hoje se realizou foi nomeado engº de 3.ª classe do Serviço Técnico de Obras o eng.º Fernando David Nogueira Arantes.

Março, 10 — Com vista ao estudo da planificação das actividades turísticas relacionadas com as Solenidades da Semana Santa em Braga, realizou-se no edifício do Turismo uma reunião na qual estiveram presentes o eng.º Álvaro Roquete, director dos Serviços de Turismo do S. N. I., o presidente da Comissão Municipal de Turismo, o presidente da Comissão das Solenidades, agentes de viagens, representantes da Imprensa e outras individualidades.

Março, 14 — A Câmara autoriza a construção dum fontenário para abastecimento público do Bairro das Sete Fontes.

— Aprecia uma petição da Federação das Casas do Povo do Distrito de Braga com vista à criação dum Centro Piloto de Adestramento Agrícola, ao qual resolve dar todo

o apoio. Este Centro viria a ser simultâneamente uma escola de aprendizagem e campo de demonstrações para a lavoura, como que uma extensão das actividades do Posto Agrário de Braga.

Março, 21 — Por proposta do vereador do Pelouro da Cultura, dr. Sérgio da Silva Pinto, a Câmara aprova que se reconstrua a antiga Fonte dos Granjinhos. Esta fonte constitui uma das obras do grande Prelado Bracarense, D. Diogo de Sousa, e a sua reconstrução deverá fazer-se de modo que fique reintegrada na zona antiga da cidade, e incluir a sua epígrafe, a pedra de armas e a reposição do tanque.

Março, 22 — Na Casa da Mocidade prossegue o «Colóquio sobre questões do tempo presente», com uma palesta pelo dr. Manuel Dias Belchior.

Março, 25 — Monsenhor Mouta Reis, reitor do Seminário Conciliar de Santa Margarida, na passagem das suas bodas de oiro sacerdotais, foi homenageado.

Março, 27 — O Deputado pelo círculo de Braga, comendador António Maria Santos da Cunha, falou na Assembleia Nacional sobre questões de turismo em Portugal, tendo feito a defesa dos interesses turísticos da região de Braga e do Minho.

Março, 28 — A Câmara adjudica a construção de um bairro de 32 moradias para o pessoal dos C. T. T., em Maximinos.

— Delibera solicitar do Governo a criação e instalação em Braga de uma Escola Técnica Elementar.

Abril, 2 — O Círculo de Cultura Musical inaugura a temporada de 1963 com a apresentação, no Teatro Circo, do pianista húngaro Tamás Vásáry, acompanhado pela Orquestra Sinfónica do Porto.

Abril, 3 — Ao médico bracarense dr. Carlos Manuel de Carvalho Santos da Cunha foi concedido pelo comandante da 1.ª Região Militar de Angola expressivo louvor, pelos serviços distintos prestados nesta Província Ultramarina.

Abril, 5 — O Arcebispo D. António Bento Martins Júnior preside às Festas em honra de Nossa Senhora das Dores na Igreja dos Congregados de Braga, que atingiram o costumado esplendor. Fez o sermão o Bispo do Algarve, D. Francisco Rendeiro.

Abril, 7 — Iniciam-se as Solenidades da Semana Santa em Braga, com a bênção dos Ramos na Igreja dos Congregados.

Abril, 8 — O Prof. dr. Fernando Magano, da Faculdade de Medicina do Porto, proferiu, no salão nobre da Biblioteca Pública, uma notável conferência integrada no programa das solenidades da Semana Santa. O conferente desenvolveu o tema «Incidências Arquidiocesanas na «História» do Religioso Enlevado ao Som de uma Ave».

Abril, 12 — A convite da Comissão Promotora das Solenidades da Semana Santa a cidade foi visitada pelos representantes da Imprensa galega. Fez-lhes a recepção o presidente da Comissão Municipal de Turismo, tendo-lhes sido oferecido um almoço. Seguiu-se uma visita à Biblioteca Pública e aos locais de interesse turístico.

Abril, 19 Promovido pelo Município Bracarense e pela Delegação da Sociedade Histórica da Independência de Portugal realizou-se uma sessão de Cultura Ultramarina no salão nobre dos Paços do Concelho. Foi conferente o tenente coronel Élio Felgas que versou o tema «A nova África e a Organização das Nações Unidas».

Abril, 23 — O Cardeal-Arcebispo de Pequim, Monsenhor Tomas Tien, esteve de visita ao Santuário do Sameiro.

Abril, 25 — A Câmara aprova fique exarado na acta da sessão que hoje se realizou um voto de congratulação pela próxima passagem do 75.º aniversário da «Livraria Cruz», importante empresa citadina que através de longa e laboriosa actividade tanto se acreditou ao serviço da cidade e da cultura.

Abril, 26 — O dr. Viriato José Amaral Nunes, Conservador do Registo Predial e Vogal da Comissão Distritral da U. N., toma posse do cargo de vice-presidente da Câmara de Braga.

Abril, 27 — Tiveram início as comemorações do 75.º aniversário da «Livraria Cruz» desta cidade com diversos actos culturais.

Maio, 2 — A Câmara delibera contrair um empréstimo de mil contos para expropriação

dos prédios necessários à urbanização da zona do Liceu Feminino.

Maio, 3 – Foi prestada carinhosa recepção aos briosos soldados de Infantaria n.º 8 que hoje regressaram de África em missão de soberania em terras de Angola.

Maio, 6 — Em visita de carácter particular estiveram no Governo Civil e na Câmara Municipal, a apresentar cumprimentos, o Embaixador de Inglaterra, Sir Archibald Ross, e o Consul Geral no Porto, Sir Mac Dermot.

— Teve início, no Bom Jesus do Monte, o encontro de dirigentes da Mocidade Portuguesa Feminina.

Maio, 9 — Para a construção do Palácio da Justiça de Braga, a Câmara cede o terreno na Praça Conde de Agrolongo.

Maio 12 — No Aeródromo de Palmeira realizou-se uma prova aeranáutica. Depois dum jantar de confraternização, na sede do Aero Clube de Braga, procedeu-se à entrega dos prémios da prova anteriormente realizada.

Maio 18 — Cerca de mil congressistas da Sacor visitaram a cidade de Braga, e em sua honra é-lhes oferecido, na Praça do Município um espectáculo folclórico.

Maio, 28 — Sob a presidência do Ministro de Estado, dr. José Correia de Oliveira, realizam-se em Braga as comemorações do 37.º aniversário da Revolução Nacional. A recepção ao ilustre membro do Governo foi feita nos Paços do Concelho, seguindo-se uma missa, na Sé, sob a presidência do Bispo de Telmissus, D. Francisco Maria da Silva. No salão medieval da Biblioteca Pública realizou-se um almoço de confraternização nacionalista. De tarde procedeu-se à inauguração da Escola de Tebosa e, simbòlicamente, das de Nogueira (Barreiros) e Moreira (Bouças). O serviço de transporte colectivo em trolley-carros foi também inaugurado nessa tarde. À noite, no Teatro Circo, teve lugar uma sessão solene sob a presidência do Ministro de Estado, que foi muito concorrida.

Maio, 30 — O Ministro da Economia, Prof. Dr. Teixeira Pinto, recebeu no Governo Civil representantes da Indústria, Comércio e Agricultura, com quem trabalhou em problemas ligados ao desenvolvimento daqueles sectores económicos.

Maio, 31 — O capitão Euclides de Barros, antigo comandante da P. S. P. e administrador do jornal «Correio do Minho», proferiu uma palestra na Sede do Distrito de Recrutamento e Reserva n.º 8, integrada na «Semana do Ultramar» e subordinada ao tema «A Guiné na formação do espaço português».

Junho, 2 — Iniciam-se hoje as Comemorações do I Centenário do Sameiro com a 1.ª peregrinação do Ano Jubilar. Embora despida da solenidade que lhe emprestaria a presença do Núncio Apostólico que, por motivo da dolorosa expectativa da morte de Sua Santidade o Papa João XXIII, cancelou a sua anunciada vinda a Braga, registou uma concorrência de peregrinos excepcional, calculando-se em mais de 100 mil o seu número.

— Vieram a Braga os participantes no I Colóquio Internacional de Matosinhos. No Bom Jesus, no Casino, presidiu à reunião o Prof. Dr. Otero Pedrayo. Estiveram presentes professores universitários, de todas as Universidades portuguesas e de diversas estrangeiras, académicos, titulares, oficiais de grande patente, etc. O dr. Otero Pedrayo fez um memorável discurso de elogio da «Braga antiga e de sempre». Referiu-se com expressivo louvor à «historiografia bracarense contemporânea» nas pessoas de Sérgio Silva Pinto e Francisco José Velozo.

Junho, 5 — Professores e alunos do Liceu Nacional de Braga reunem-se no Gerez em festa de confraternização, e prestam homenagem ao decano desse estabelecimento de ensino, Dr. Manuel Braga da Cruz.

Janho, 6 — Na acta da sessão da Câmara de hoje ficou exarado um voto de pesar pelo falecimento do Papa João XXIII.

Junho, 14 — O ante-projecto do arranjo turístico do Monte do Picoto foi aprovado na sessão da Câmara de hoje.

Junho, 15 — O Prof. Eng.º Daniel Barbosa, antigo Ministro da Economia, a convite do Grémio do Comércio de Braga, proferiu no salão nobre da Biblioteca Pública, uma notável conferência que subordinou ao tema «Portugal, a E. F. T. A. e o Mercado Comum».

Junho, 20 — A Câmara aprova, para execução no próximo ano, o ante-projecto da iluminação dos largos de Carlos Amarante, S. João do Souto e Santa Cruz.

Julho, 17 — Os participantes do Congresso Internacional de Etnografia, de Santo Tirso visitam a cidade e percorrem o seu triângulo turístico. No Bom Jesus do Monte é-lhes oferecido um almoço pelo Município Bracarense.

Julho, 21 — Assinalando a passagem do 40.º aniversário da criação do Corpo Nacional de Escutas realizaram-se várias cerimónias nesta cidade e, em Fraião, é inaugurado solenemente o Campo-Escola, com a presença de representantes do Governo, prelados e outras individualidades.

Agosto, 16 — Aderindo a uma proposta da Câmara de Coimbra o Município Bracarense resolve associar-se à manifestação a S. Ex.ª o Presidente do Conselho, como incondicional apoio à política seguida em relação às Províncias Ultramarinas de África.

Agosto, 19 — Após longa agonia faleceu o Arcebispo Primaz D. António Bento Martins Júnior que há mais de 30 anos vinha administrando a Arquidiocese com segura e inexcedível dedicação. Por tal motivo toda a cidade se cobre de luto. Centenas e centenas de telegramas chegam continuamente ao Paço Arquiepiscopal.

Agosto, 22 — As exéquias celebradas na Sé pelo Arcebispo de Braga, D. António Bento Martins Júnior, e a trasladação do seu corpo para jazigo próprio no Cemitério de Monte de Arcos, constituiram uma grandiosa manifestação de pesar. As cerimónias presidiu o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Gerejeira, registando-se a presença de quase todo o episcopado português. O Chefe de Estado fez-se representar pelo Subsecretário da Presidência do Conselho, e o Governo pelo Ministro da Saúde e Assistência.

— Em reunião do Cabido Primacial, Sua Excelência Reverendíssima o Bispo de Telmissus deu conhecimento da sua nomeação para Administrador Apostólico da Arquidiocese de Braga.

— A Câmara presta reconhecida homenagem ao saudoso Arcebispo D. António Bento Martins Júnior, e delibera consignar na acta da reunião de hoje a expressão sentida do profundo pesar da cidade e do concelho pelo falecimento de tão ilustre prelado. O vereador Prof. Dr. Sérgio da Silva Pinto, depois de enaltecer a figura do falecido Prelado, sobretudo no amor pela sua Arquidiocese, propõe que, numa futura homenagem se dê o nome de D. António Bento Martins Junior a uma das novas artérias da cidade.

— Aprova o acordo final celebrado com a Federação Portuguesa de Natação com vista a realização dos campeonatos de seniores na Piscina Municipal, em 7 e 8 de Stembro próximo.

Agosto, 26 — Por iniciativa da Federação das Casas do Povo dos Distritos de Braga e Viana do Castelo e Organismos Agrários da Acção Católica teve início a I Semana Rural do Minho. A sessão inaugural, que se realizou no salão nobro do Seminário Conciliar de Santa Margarida, presidiu o Delegado do I. N. T. P., dr. Agostinho Guimarães Pestana, e a conferência de abertura esteve a cargo do Administrador Apostólico da Arquidiocese, D. Francisco Maria da Silva.

Agosto, 27 — Com numerosa representação a Câmara de Braga integra-se na entusiástica manifestação de Lisboa ao Presidente do Conselho de Ministros.

Setembro. 1 — Com uma magestosa peregrinação ao Sameiro e uma deslumbrante cerimónia no Estádio 28 de Maio, terminou a I Semana Rural de Minho. A sessão de encerramento presidiu o Ministro das Corporações, Pref. Gonçalves de Proença, que pronunciou importante discurso.

Setembro, 5 — A Câmara adjudica a obra de reparação do pavimento dum lanço da Estrada Municipal 563, entre a Estrada Nacional e Gondizalves.

Setembro, 12 — Com vista à elaboração do projecto do Palácio da Justiça a Câmara dá poderes ao presidente para outorgar na escritura do contrato a celebrar com o arquitecto.

— Aprova o projecto de iluminação da Rua D. Pedro V.

— Como actividades culturais para o ano de 1964 a Câmara aprova a sua colaboração na Jornada de Estudos Ultramarinos e a publicação das Actas do Congresso Histórico de Portugal Medievo.

Setembro, 30 — O dr. Manuel de Castro Meireles abandona as funções de Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Braga e é alvo duma simpática homenagem de apreço por parte do funcionalismo municipal.

Outubro, 1 — Como representante da Câ-

mara de Braga ao Colóquio dos Municípios a realizar em Luanda parte para esta cidade do Ultramar o vereador do Pelouro da Cultura, dr. Sérgio da Silva Pinto.

Outubro, 4 — O General do Exército Brasileiro, António Barcelos Borges Filho, acompanhado de sua esposa e filha, visita a cidade de Braga e percorre os locais de interesse turístico. Aos ilustres visitantes é oferecido um almoço em casa do comendador António Maria Santos da Cunha.

Outubro, 14 — Por iniciativa do Chefe do Distrito é inaugurada na Biblioteca Pública a exposição «Jornada Histórica» promovida pelo S. N. I.

Outubro, 17 — A Câmara Municipal faz-se representar na chegada a Lisboa do Chefe de Estado, no regresso da sua viagem ao Ultramar,

Outubro, 23 — Revestiu-se de grande cerimonial a abertura do ano académico da Faculdade Pontifícia de Filosofia, 30.º aniversário das actividades do Instituto Beato Miguel de Carvalho e a bênção da primeira pedra para o novo edifício. Aos actos assistiram o Núncio Apostólico e representantes das Universidades de Coimbra, Porto e Lisboa.

Outubro, 24 — O vereador do Pelouro da Cultura da Câmara, dr. Sérgio da Silva Pinto, apresentou, na sessão que hoje se realizou, um circunstanciado relato da sua viagem a Luanda como representante do Município ao Colóquio dos Municípios realizado nessa cidade de 5 a 9 do mês corrente. Refere as expressivas provas de simpatia com que, na sua pessoa, foi distinguida a Edilidade Bracarense, pelos presidente e vereadores da Câmara de Luanda, secretário geral do Colóquio e directores da Casa do Minho de Luanda. Informa ter usado da palavra no último plenário do Colóquio, que a sua comunicação foi unânimemente aceite, e a conclusão inspirada no seu trabalho considerada a primeira conclusão geral. Depois de relatar as provas de amizade com que a sua despedida foi assinalada, termina com as seguintes palavras: «Creio que pela forma fidalga e distinta como o nosso representante foi recebido pela Câmara Municipal de Luanda, e festejado pela Casa do Minho da mesma cidade, deve este Município prestar-lhes o seu reconhecimento. Assim se fortalecerá na história das relações entre Braga e Luanda a portentosa expressão da lusitanidade nas plagas ocidentais africanas».

— Por proposta do presidente da Câmara foi aprovado um voto de louvor ao vereador dr. Sérgio da Silva Pinto, por ter marcado presença destacada no Colóquio dos Municípios realizado em Luanda, e resolvido exprimir à Câmara Municipal de Luanda e à Casa do Minho da mesma cidade o reconhecimento da Câmara de Braga pela maneira fidalga e distinta como receberam o seu representante.

Outubro, 27 — Milhares de bracarenses prestam carinhosa recepção a uma companhia do Regimento de Infantaria n.º 8 que hoje chegou a Braga, vinda da Província Ultramarina da Guiné.

Outubro, 31 — Na sessão da Câmara de hoje foi aprovado o programa de melhoramentos rurais para o ano de 1964.

Novembro, 2 — O Secretário de Estado da Administração Ultramarina, Prof. dr. Joaquim Moreira da Silva Cunha, efectuou uma visita aos estabelecimentos de ensino missionário desta cidade.

- Para início do Ciclo de Conferências sobre o Ultramar Português, promovido pela Câmara Municipal de Braga e pela Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, e sob a égide da Junta Distrital de Braga, o Prof. dr. Joaquim Moreira da Silva Cunha, Secretário de Estado da Administração Ultramarina, proferiu uma notável conferência, no salão nobre dos Paços do Concelho, subordinada ao tema «Problemas actuais da África negra».

Novembro, 4 — Mais um contingente de tropas do Regimento de Infantaria n.º 8 chega a esta cidade de missão de soberania no Ultramar Português. Aos briosos soldados é prestada pela população citadina carinhosa recepção.

Novembro, 14 — A Câmara delibera sobre a escolha do terreno para a construção dum edifício escolar de 4 salas na freguesia de Ruilhe (núcleo do Apeadeiro).

— Aprova o futuro arranjo urbanístico e alargamento da Rua de S. Barnabé, bem como a abertura duma nova rua de ligação à Rua de S. Vicente, com vista ao novo edifício com que a Companhia de Jesus pretende dotar a Faculdade Pontifícia de Filosofia, bene-

ficiando aquela zona de forma condigna ao grande imóvel que se prevê, e à sua importância.

Novembro, 21 — Por deliberação da Câmara vai ser elaborado o projecto de obras de saneamento para o Quartel de Infantaria n.º 8 e toda a sua zona norte.

Novembro, 23 — Realizou-se um cortejo de oferendas a favor da Santa Casa da Misericórdia e Hospital de S. Marcos que rendeu cerca de 400 contos.

Novembro, 28 — O Embaixador do Japão, Sr. Kenkichi Joshida, acompanhado de sua esposa, Conselheiro da Embaixada e membros da representação diplomática do Japão em Portugal, visitaram a cidade. No Bom Jesus foi-lhes oferecido um almoço por um grupo de técnicos e capitalistas portugueses que se propõem estabelecer em Braga uma importante unidade industrial de colaboração com técnicos e capitais japoneses.

— O sr. Carlos Augusto Braga da Cruz, que vinha exercendo as funções de 1.º oficial da Secretaria da Câmara Municipal de Braga, tomou hoje posse do cargo de Chefe da Secretaria da mesma Câmara. O acto, muito concorrido, registou a presença das individualidades mais representativas da cidade e muitos amigos do novo empossado, que goza da maior simpatia no meio citadino.

Novembro, 30 — Tiveram início os actos comemorativos do 323.º aniversário da Restauração de Portugal, patrocinados pela Câmara Municipal e pela Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Conforme programa estabelecido, procedeu-se, na Biblioteca Pública, à inauguração duma exposição bibliográfica de obras literárias e manuscritos alusivos à Restauração, e, às 21,30 horas, no salão nobre da Câmara Municipal, realizou-se a já tradicional sessão solene, sob a presidência do Chefe do Distrito. Foi conferente o Prof. dr. Dias Arnaut, da Faculdade de Letras de Coimbra, que desenvolveu o tema «O significado nacional da expansão portuguesa». Fez a apresentação o Prof. dr. Sérgio da Silva Pinto.

Dezembro, 1 — Em prosseguimento da execução do programa das Comemorações do 323.º aniversário da Restauração de Portugal realizaram-se na Praça da República diversas cerimónias alusivas ao acto, findas as quais se organizou um cortejo em direcção à Sé, onde se rezou missa com oração gratulatória pelo cónego da Sé de Coimbra, dr. Eurico Nogueira, e solene Te Deum.

Dezembro, 2 — No salão nobre dos Paços do Concelho procedeu-se à eleição dos novos vereadores da Câmara para o quadriénio de 1964-1967.

Dezembro, 4 — Na Assembleia Nacional, o deputado bracarense, comendador António Maria Santos da Cunha, faz o justo elogio do falecido Arcebispo de Braga, D. António Bento Martins Júnior.

Dezembro, 10 — Em reunião para verificação de poderes, constituição da Câmara e eleição do procurador ao Conselho Distrital, prestaram juramento nos cargos de vogais da Câmara para o quadriénio de 1964-1967 os vereadores eleitos em reunião de 2 do corrente mês, e para o cargo de Procurador ao Conselho Distrital, no mesmo quadriénio, foi eleito o dr. Olindo Casal Pelayo.

Dezembro, 12 — O dr. Felicíssimo Campos que durante vários anos prestou relevantes serviços à cidade e ao distrito na presidência da Junta Distrital de Braga, despede-se, durante um almoço, dos seus colaboradores mais directos e dos representantes da Imprensa.

Dezembro, 14 — Da cidade do Vaticano chega a notícia de que Monsenhor D. Francisco Maria da Silva foi nomeado Arcebispo de Braga pelo Papa Paulo VI. Esta notícia encheu de satisfação todos os Bracarenses que viam no seu Administrador Apostólico o digno sucessor do falecido prelado D. António Bento Martins Júnior.

Dezembro, 16 — Integrada no Ciclo de Estudos Ultramarinos sobre o Ultramar Português, o Prof. dr. A. da Silva Rego, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, proferiu uma conferência no salão nobre da Biblioteca Pública. O ilustre conferente subordinou o seu trabalho ao tema «Angústia e Esperança da História».

Dezembro, 18 — Numa sala do S. N. I., em Lisboa, com a presença de membros do Governo e autoridades civis e religiosas de Braga, foi inaugurada uma exposição de duas estelas da autoria de Jorge Barradas, que se destinam ao escadório monumental do Sameiro.

Dezembro, 19 — A Câmara aprova se diligencie a aquisição do terreno para a construção dum edifício escolar de 2 salas na freguesia de Arentim, no núcleo de Crasto.

— O dr. Sérgio da Silva Pinto, que há longos anos vem ocupando o cargo de vereador do pelouro da Cultura e que por residir actualmente no Porto não foi reeleito na rocente reunião do Conselho Municipal, apresentou as suas despedidas ao presidente e aos seus colegas na sessão da Câmara que hoje se realizou. No discurso que profere não esconde a sua emoção, expressa saudações à vereação eleita e lembra a actividade desenvolvida enquanto exerceu as suas funções. Diz que «o pelouro da Cultura teve grande vida unicamente pelo concurso, pela colaboração, pela presença activa de toda a Câmara». Prestou ainda homenagem à Faculdade Pontifícia de Filosofia, à Associação Jurídica de Braga e à delegação bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal pela valiosa ajuda que sempre dispensaram ao trabalho realizado, e mencionou também algumas das individualidades que mais directamente consigo colaboraram; agradeceu ainda ao funcionalismo da Câmara a sua contribuição na obra do pelouro, referindo alguns nomes que, com ele, mais de perto actuaram. O presidente e os vereadores testemunharam no final, o seu vivo apreço pelas qualidades morais e intelectuais do dr. Sérgio da Silva Pinto, bem como pela obra efectuada.

Dezembro, 20 — Os jornais locais noticiam que S. Ex.ª o Chefe de Estado acaba de agraciar com o grau de Oficial da Ordem de Benemerência o sr. Alberto Jorge de Carvalho Moreira de Matos, funcionário distinto e secretário da presidência da Câmara de Braga, que a cidade bem conhece e aprecia, e cuja acção como chefe de protocolo de quase todas as manifestações citadinas de relevo o tornou merecedor de tal distinção.

Dezembro, 26 — A Câmara aprova o seu orçamento, o dos Serviços Municipalizado e o da Zona de Turismo para o ano de 1964.

ÍNDICE

do volume XVI-XVII

Sumário do Fascículo 39-40 (51-52)

JANEIRO-DEZEMBRO DE 1964

Nota conjunta do Secretariado do Congresso e da Direcção da revista «Bracara Augusta» — Secretários Gerais 3
A Varonia do Infante D. Henrique . . . — Fernando A. de Sousa Coutinho . . 5
Problemas à volta da pintura a fresco . . . — João Rodrigues da Silva Couto . . 10
Remarques sur l'architecture cistercienne au Portugal . . . . . — René Crozet 14
Contribuição antropológica para o estudo de Portugueses medievais . . . . . — Alberto Xavier da Cunha 24
As Bibliotecas Portuguesas Medievais . . . — José Sebastião da Silva Dias . . . 37
Tensão Dialéctica da História e Pensamento Cristão . . . . . — Paulo Durão, S. J. 38
O enlace da história e do mito na tradição popular . . . . . — António da Eira 40
Portugal nas letras espanholas durante o Medievo . . . . . — Henrique Chao Espina 46
As Cortes de Santarém de 1331 . . . . . — Jorge Faro 69
Fundamentação metafísica da historicidade . — Francis O'Farrell. 70
La crisis de 1383 desde el punto de vista castellano . . . . . — Luis Suarez Fernandez 72
Alguns aspectos das Casas Medievais do Porto (séc. XIV) . . . . . — João Albino Pinto Ferreira. . . . 79
A Relevância de Pedro Hispano na Filosofia Medieval . . . . . — João Ferreira, O. F. M. 80
O Outono da Idade Média e a Primavera de Portugal . . . . . — Tito Lívio Ferreira 94
Entre Normandos e Árabes nas Margens do Douro . . . . . — Octávio Lixa Filgueiras 96
Un episódio de las relaciones diplomáticas de Portugal e la Corona de Aragón (1327-1328) — Juan Cabestany Fort 111
La valoracion del tiempo en el concepto popular — António Fráguas Fráguas 113
Do Latim Clássico ao Latim Medieval . . . — António Freire, S. J. 117
O Porto Medieval e os seus Privilégios . . — Eugénio Andrêa da Cunha Freitas . 126
Aspects de l'art roman portugais . . . — Georges Gaillard 127
Da Ourivesaria Medieva em Portugal . . — António Manuel Gonçalves 132
A Didáctica da História — considerações de natureza metodológica . . . . . — Bertino Daciano Rocha da Silva Guimarães 137
Aljubarrota à luz das escavações recentes — Dúvidas, certezas e probabilidade militar inerente . . . . . — António Henrique de Araújo Stot Howorth 143
Um passo da história portuguesa num capitel românico . . . . . — António Coelho de Sousa Oliveira Júnior 149
O simbolismo do pórtico de Pombeiro . . . — António Coelho de Sousa Oliveira Júnior 156
A Igreja Românica de Santa Leocádia . . — António de Sousa Oliveira Júnior em colaboração com Luís de Albuquerque e Castro 162

Fontes Medievais da Liturgia Carmelitana	Pascoal Kallenberg, O. Carm.	168
A estadia de dois «Ulrich Ehinger», mercadores alemães, em Lisboa nos princípios do séc. XVI	Hermann Kellenbenz.	171
Valores históricos que intervienen en la formacion desarrollo y caracter de las ciudades	Manuel Chamoso Lamas	177
Versos del Códice Calixtino de Santiago relativos a sucesos de la Historia medieval	Abelardo Moralejo Laso.	185
Le problème de la revision de la méthode des recherches sur philosophie du moyen âge	Jan Legowicz.	194
A sereia na Idade Média	Fernando de Castro Pires de Lima	208
Portugal nas «Cantigas de Santa Maria»	Francisco Fernandes Lopes.	223
Os «mouros» de Entre Douro e Minho no Século XIII	António Losa.	224
Le Portugal et l'Europe.	Emile Lousse	239
Os mais antigos arabismos da língua portuguesa (Séculos IX-XII)	José Pedro Machado.	240
Criptografia Medieval Portuguesa	José Victorino Pavia de Magalhães	249
Portugueses em Barcelona (1391-1411).	José Maria Madurell Marimón	250
A moeda portuguesa durante a Idade Média	A. H. de Oliveira Marques	254
El blason de Portugal	Marquês de Lozoya	280
Sobrevivência no Século XVII de Direitos Paroquiais Medievais	Marquês de São Payo	289
O sistema do Universo na «Virtuosa Beifeitoria» do Infante Dom Pedro.	Diamantino Martins, S. J.	292
O mosteiro benedictino de S. Salvador de Castro de Avelãs no povoamento da Região Vinhaense	Firmino Augusto Martins	301
Três posições defensivas medievais	Gastão de Melo e Matos.	310
O foral da portagem de Lisboa e a sua importância para o estudo do comércio interno e externo do país nas vésperas da crise de 1383-1385	Irisalva da Nóbrega Moita	311
O crime e o castigo nos forais do Alentejo	M. Carvalho Moniz	314
O rito nupcial medievo bracarense	António de Castro Xavier Monteiro	345
Dom Gilberto — 1.º Bispo de Lisboa Reconquistada	Gilberto Monteiro	346
El puerto internacional de Alicante durante Edad Media	Vicente Martinez Morella	355
Relación Histórica del Reino de León com Portugal	Nicolas Benavides Moro.	363
Documentos Medievais sobre Portugal existentes em alguns arquivos de Espanha	António Maria Mourinho	379
Documentos para el estudio de la ordem de Santiago en Portugal en la Edad Media	Aurea Javierre Mur	409
Nota da Redacção sobre a numeração dos fascículos da revista «Bracara Augusta»	Redacção	429
Restauração de Portugal — Catálogo da Exposição Bibliográfica — duas palavras de explicação	José Baptista Barreiros.	430
Catálogo da Exposição Bibliográfica		432
Nota de abertura à conferência do Prof. Silva Rego	Redacção	444
Introdução à conferência e elogio do conferente, Prof. Silva Rego.	José Baptista Barreiros.	445
Angústia e esperança da história	Silva Rego.	454
Arquivo Municipal	Redacção	465
Efemérides Bracarenses	Redacção	475

A REVISTA «BRACARA AUGUSTA»

A Câmara Municipal de Braga, desde 1935, vem editando, como seu órgão cultural, uma publicação de carácter arquivístico e erudito que com o presente tomo (2 fascículos) alcança já 52 números, repartidos em 17 volumes.

A primeira série, de 1935 a 1945 (fascículos 1 a 11) sob a direcção de J. Constantino Ribeiro Coelho, com o título de **Boletim do Arquivo Municipal.**

A segunda série, 1949 (fascículos 12 e 13) já na presidência de António Maria Santos da Cunha, e enquadrada num vasto programa de política cultural, — sob a direcção do Dr. Sérgio da Silva Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho, — com a denominação de **Braga — Boletim do Arquivo Municipal.**

Estas duas séries formam o 1.º volume do órgão cultural camarário.

A terceira série é constituída pela Revista Cultural **Bracara Augusta,** sob a direcção do Dr. Sérgio Augusto da Silva Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho.

De **Bracara Augusta,** com o presente número ficam publicados 17 volumes, ou sejam: — o II, o III, o IV, o V, o VI-VII, o VIII, o IX-X, o XI-XII, o XIII, o XIV-XV e o XVI-XVII do órgão cultural camarário. — Os coleccionadores que porventura só puderam obter os volumes do órgão cultural camarário, a partir do II volume, podem considerar a sua colecção completa em relação à Revista **Bracara Augusta.**

CAPAS PARA «BRACARA AUGUSTA»

Para encadernar a Revista «Bracara Augusta» há capas próprias, de percalina, ou de carneira, que podem ser pedidas à *Livraria Cruz, Rua D. Diogo de Sousa, Braga.*

A fim de não diminuir o valor bibliográfico da colecção, recomendamos aos possuidores da «Bracara Augusta» que, sempre que a façam encadernar, dêem instruções aos artífices para conservarem as capas originais de papel, reunindo-as por ordem no final do volume, ou de outro modo que prefiram. A falta deste elemento cerceia o valor bibliográfico das colecções.

PEDE-SE PERMUTA

REVISTAS DE CULTURA PUBLICADAS EM BRAGA:

Alma — Revista de Espiritualidade Franciscana.
Bracara Augusta — Revista de História e Regionalismo.
Itinerarium — Revista de Cultura.
Quatro Ventos — Revista Lusíada de Arte e de Literatura.
Revista Portuguesa de Filosofia — Revista da Faculdade de Filosofia de Braga.
Scientia Ivridica — Revista Portuguesa e Brasileira, órgão da Associação Jurídica de Braga.
Teologia — Revista de Estudos Eclesiásticos.